

**JOÃO CARLOS MURALHA CARDOSO**

**Castanheiro do Vento  
(Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) –  
Um Recinto Monumental do III<sup>o</sup> e II<sup>o</sup>  
milénio a.C.: Problemática do Sítio e das  
suas Estruturas à Escala Regional**

**Dissertação apresentada à  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia,  
sob a orientação do Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge**

**Porto  
Novembro de 2007**



# Sumário

Sumário .....	3
<i>AGRADECIMENTOS</i> .....	5
RESUMO .....	7
PREÂMBULO .....	15
O. INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 1 – HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES NA REGIÃO .....	21
1.1. Breve história das investigações .....	21
1.1.1. Os primeiros trabalhos.....	22
1.1.2. Os primeiros projectos de prospecção e escavação .....	23
1.1.3. Castelo Velho de Freixo de Numão .....	24
1.1.3.1. Descoberta e primeiras intervenções .....	25
1.1.3.2. “Perceber” Castelo Velho .....	26
1.1.3.3. Castelo Velho hoje .....	30
1.1.3.4. As dissertações de mestrado .....	34
1.1.3.4.1 Os paradigmas funcionalistas e a visão histórico-culturalista .....	35
1.1.3.4.2 Uma outra visão.....	41
Capítulo 2 – O MEIO AMBIENTE / O QUADRO FÍSICO .....	47
2.1. Introdução .....	47
2.2. Descrição do meio, substâncias e superfícies .....	51
2.2.1. Substâncias geológicas .....	52
2.2.2. Superfícies morfológicas .....	54
2.2.3. Superfícies hidrográficas .....	61
2.2.4. Superfícies pedológicas .....	68
2.2.5. O meio e as superfícies de vegetação associada .....	68
2.2.6. Substâncias geológicas enquanto recursos .....	71
Capítulo 3 – O SÍTIO .....	73
3.1. Introdução: Questões de nomenclatura .....	73
3.2. Castanheiro do Vento: Uma historiografia do sítio .....	75
3.3. Localização e caracterização da estação .....	82
3.4. Metodologia geral da escavação: Áreas escavadas .....	87
3.4.1. Introdução .....	87
3.4.2. Metodologia de escavação .....	91
3.5. Cronologia .....	100
3.6. Descrição e interpretação dos resultados dos trabalhos de campo até 2006 .....	105
3.6.1 Metodologia empregue na análise das estruturas .....	107
3.6.1.1 Ponto 1 da metodologia: Divisão da planta do sítio em cinco grandes áreas .....	108
3.6.1.2 Ponto 2 da metodologia: Divisão das estruturas do sítio entre troços de murete, bastiões e passagens. Descrição e análise .....	117
3.6.1.2.1 Primeira área de descrição e análise: o Murete 1 .....	120
3.6.1.2.2 Segunda área de descrição e análise: Recinto Secundário .....	125
3.6.1.2.3 Terceira área de descrição e análise: o Murete 2 .....	128
3.6.1.2.4 Quarta área de descrição e análise: o Murete 3 .....	141
3.6.1.2.5 Quinta área de descrição e análise: a Torre Principal .....	144
3.6.1.3 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise de todos os outros elementos componentes do sítio .....	147
3.6.1.3.1 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise das estruturas circulares e estruturas circulares geminadas .....	148
3.6.1.3.2 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise das micro- estruturas, lareiras e fossas .....	155
3.6.1.3.3 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise dos sistemas de Contrafortagem .....	159
3.6.1.3.4 Ponto 3 da metodologia: e análise dos “marcadores espaciais”.....	168

3.6.2. Elementos definidores/estruturadores do espaço: sua tipologia .....	177
3.6.2.1. Muretes .....	177
3.6.2.2. “Bastiões” .....	186
3.6.2.3. Passagens .....	200
3.6.2.4. Estruturas circulares e estruturas circulares geminadas .....	211
3.6.2.5. Estruturas de colmatação/oclusão .....	217
3.6.3. Outros elementos: sua tipologia .....	228
3.7 Algumas notas às técnicas de configuração do sítio arqueológico .....	230
3.8 Análise contextual .....	263
3.8.1 Contextos identificados .....	269
3.8.1.1 Contextos integralmente escavados .....	269
3.8.1.2 Contextos escavados apenas até à linha basal das estruturas .....	282
3.9 Observações à diversidade estrutural do sítio.....	292
<b>Capítulo 4 – OS OUTROS SÍTIOS .....</b>	<b>301</b>
4.1. Introdução .....	301
4.2. Metodologia(s) e definição de conceitos .....	307
4.2.1 Listagem e cartografia de sítios arqueológicos já identificados .....	307
4.2.2 Elaboração de uma base de dados de sítios arqueológicos .....	307
4.2.3 O registo dos sítios arqueológicos .....	314
4.2.4 A apresentação da paisagem .....	315
4.2.5 Outros conceitos inerentes à “paisagem” .....	315
4.2.5.1 Horizonte/linha de horizonte .....	315
4.2.5.2 Proximidades visuais .....	317
4.2.5.3 Linhas de mobilidade e pontos de observação .....	318
4.2.5.4 Visibilidades e intervisibilidades .....	319
4.3. A análise geral dos sítios; implantações, descrição e comparação .....	320
4.4. A “Categorização” dos sítios .....	332
4.4.1 Recintos .....	341
4.4.2 Especificidades geomorfológicas .....	361
4.4.3 Locais com provável ocupação mais permanente .....	378
4.4.4 Locais com provável ocupação menos permanente .....	388
4.5 Os Sítios como Lugares .....	400
4.5.1 O percurso de algumas ideias no processo explicativo deste tipo de sítios no espaço .....	401
4.5.1.1 A questão dos “povoados fortificados” .....	402
4.5.1.2 A questão dos “territórios fortificados” .....	405
4.5.1.3 A questão dos “modelos de ocupação do espaço” .....	406
4.5.2 As “categorias” propostas .....	408
4.5.3 Os lugares e as grandes imposições geomorfológicas .....	410
4.5.4 Os lugares e os rios .....	413
4.5.5 Os lugares e outras superfícies .....	414
4.6 Os lugares e a paisagem .....	415
<b>Capítulo 5 – DIVERSAS ESCALAS: O ESPAÇO E A ARQUITECTURA DE UM TERRITÓRIO .....</b>	<b>431</b>
5.1 As Expressões de Carácter Arqueológico: Diálogos entre Escalas .....	433
5.2 A escala individual: o corpo num território .....	443
5.3 A(s) Arquitectura(s) e a escala de um território .....	445
5.4 O território sem escala: emergências de poder .....	449
5.5 A escala pessoal: e agora? .....	456
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>457</b>
<b>ANEXO 1 – Estratigrafia, datações e quadros síntese das estruturas .....</b>	<b>479</b>
<b>ANEXO 2 – “Castanheiros” – Base de Dados da Informação Arqueológica .....</b>	<b>509</b>
<b>ANEXO 3 – Terminologia (glossário/tipologia) dos principais elementos característicos da estação arqueológica de Castanheiro do Vento .....</b>	<b>553</b>
<b>ANEXO 4 – “Sítios Arqueológicos no Alto Douro” – Base de Dados .....</b>	<b>567</b>



## **AGRADECIMENTOS**

*Este trabalho que se prolongou por cinco anos, não foi inteiramente uma empresa solitária, deve muito a pessoas e instituições que proporcionaram um ambiente encorajador e estimulante à sua elaboração.*

*Devo começar pelo meu orientador, Professor Vítor Oliveira Jorge, que sempre acreditou na minha capacidade e que propiciou todo um ambiente intelectual e de discussão de ideias permanente, quer na Faculdade de Letras do Porto, quer em sua casa, e especialmente no campo, em escavação, em Castanheiro do Vento.*

*À Professora Susana Oliveira Jorge, por há muitos anos ter acreditado em mim e me ter lançado um desafio, que julgo ainda hoje permanece.*

*À Leonor, pela revisão do texto, e muito mais pelo companheirismo.*

*À equipa actual de coordenação da escavação, Ana, Gonçalo Bárbara e Vítor, pelo trabalho, discussões, tensões que a escavação nos causou.*

*À fabulosa equipa de campo, que ao longo destes últimos 10 anos se juntou em Castanheiro do Vento, tecendo o sítio, vivificando-o; Sarita, Zé Varela, Lurdes, Lídia, Sérgio, Alexandra, Vítor F., "Marciano", Daniel, António, Ruizinho, Clarinha, Luís, Elsa, Eulália, Fábio e ao "açoreano".*

*À Lesley, pela amizade, pelo trabalho e pelas discussões nocturnas.*

*Ao Mark, pelas longas conversas sobre paisagem, sítios e mobilidades.*

*A todos os outros participantes, estudantes e voluntários que fizeram do sítio, aquilo que ele é hoje.*

*Aos meus amigos, Ana Maria, Xaninha, Paula e Ricardo, que de formas tão variadas contribuíram para este trabalho.*

*À Cláudia e à Isabel, pelas investigações em Arqueozoologia e Antracologia, e pela vossa amizade.*

*Ao Mário, ao André e à Dalila, pelas conversas, pelo apoio e amizade.*

*À Sandra pela tradução do resumo para francês e especialmente pelas conversas de Inverno.*

*À Fundação para a Ciência e Tecnologia que pela atribuição de uma bolsa de estudo me libertou para a investigação.*

*À Associação Cultural Desportiva e Recreativa e ao António Sá Coixão, pelo apoio logístico e pelo carinho de muitos dos seus membros, Félix, Zé, Carlos e Ró.*

*Ao Parque Arqueológico do Vale do Côa, e especialmente à Alexandra e à Carla toda a disponibilidade oferecida.*

*Aos meus pais que sempre respeitaram as minhas opções.*

*À Maria, cujo elo é incondicional.*

*À Bárbara...*

*E à paisagem do Alto Douro, ao seu rio, ao calor emanado do xisto, às trovoadas de Verão e aos "olhares".*



## RESUMO

Este trabalho visa o estudo do recinto monumental de Castanheiro do Vento (3º e 2º milénios a.C.), localizado na freguesia de Horta do Douro, concelho de Vila Nova de Foz Côa, (Guarda, Portugal) e as problemáticas que levantam as suas estruturas e o próprio sítio à escala regional.

A dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos, bibliografia e três anexos. Como parte integrante do trabalho existe ainda duas bases de dados que contemplam, respectivamente, um sistema de gestão da informação arqueológica proveniente da escavação arqueológica (“Castanheiros”) e um sistema organizador dos sítios identificados na região, entre o rio Torto a Oeste e a ribeira de Aguiar a Este (“Sítios Arqueológicos no Alto Douro”).

O capítulo 1 é dedicado à História das Investigações na Região. Refere-se que até inícios dos anos 80 do século passado, a actividade científica não existia. Hoje, o panorama é muito diferente. Os trabalhos de prospecção sistemática empreendidos quer a Norte, quer a Sul do Rio Douro, abrem excelentes perspectivas para o estudo do território numa vertente arqueológica. Existem equipas implantadas no terreno que contribuem para o conhecimento, a salvaguarda e protecção do património arqueológico. Os projectos de investigação estão orientados para questões e problemáticas, que em muito ultrapassam as meras listagens de objectos e simples pontos nos mapas. A investigação em alguns locais deste “território” avança com novos temas e diferentes abordagens que irão implementar-se e sugerir outras interpretações, substituindo ideias “certas” por outras problematizantes, os dogmas pelas dúvidas, as certezas pelas incertezas de múltiplos discursos sobre “um passado”, que não são mais do que perspectivas de auto-conhecimento, de quem as elabora, problematiza e re-questiona. A escavação do recinto monumental de Castelo Velho de Freixo de Numão, ao longo da última década e meia, abriu uma importante frente de investigação e formação no interior Norte do País, por onde passaram vários milhares de estudantes e voluntários, mas, acima de tudo, a investigação realizada sobre o sítio, produziu uma importante ruptura epistemológica ao nível interpretativo. As questões sobre o local foram sistematicamente repensadas e discutidas, novos conceitos foram introduzidos e problematizados e uma certa abordagem metodológica que considerava estes locais como contentores de níveis estratigráficos, que possuíam conjuntos de artefactos integráveis em “fases” histórico-culturais, foi sendo progressivamente posto em causa, especialmente a partir de 1994, permitindo o aparecimento de toda uma nova problemática, não só interpretativa, mas também metodológica, que hoje continua a caminhar.

O capítulo 2 especifica os limites espaciais desta investigação. Caracteriza geológica e geomorfologicamente o espaço local, não com a ideia de o definir com base nas suas características físico-geográficas, nem descrevendo-o como um suporte da comunidade que nele viveu. Propomos uma outra perspectiva, inspirada em ideias de James Gibson e Tim Ingold. É necessário englobar o mundo físico como meio habitado e não distingui-lo do meio ambiente, pois a sua percepção e cognição está inserida no próprio mundo físico. Este não deveria ser considerado uma “entidade” separada, uma realidade apenas matemática/mensurável, mas sim uma “entidade” percebida e conhecida num contínuo processo dialógico com as pessoas que aí viviam. É neste sentido que a descrição e análise do meio ambiente/quadro físico nos interessa. O meio, o espaço de uma determinada comunidade não se esgota como seu suporte de acção social, nem como exploração de recursos económicos. A descrição do meio é fundamental para se tentar sugerir as mobilidades, as acções e as sociabilidades. Segundo estes parâmetros, a dicotomia convencional entre o que nos é dado naturalmente e o que construímos culturalmente é ultrapassada.

O capítulo 3 refere-se ao sítio de Castanheiro do Vento e mais especificamente a temáticas relacionadas com a descrição e interpretação dos resultados dos trabalhos de campo até 2006. A ênfase é dada na análise das estruturas e na elaboração de diversas tipologias sobre aqueles elementos definidores e estruturadores do espaço. Outro aspecto essencial relaciona-se com a atenção dada às técnicas de configuração do sítio arqueológico e à diversidade estrutural que comporta. Os pontos mais importantes relacionam-se com os materiais utilizados (xisto, granito, quartzo, quartzito, terra/argila, materiais perecíveis e água). As técnicas de configuração de Castanheiro do Vento incluem todos estes materiais num processo de interligação, de coexistência, moldando continuamente o sítio que não se reportaria exclusivamente ao topo da colina. Este abrangeria todo o monte, num “todo significativo” porque, provavelmente as estruturas de carácter monumental continuariam pelas encostas e os afloramentos rochosos que serviriam de pedra e aqueles deixados intactos constituiriam “marcos” espaciais importantes no acesso ao topo do sítio. Ao reflectirmos sobre Castanheiro do Vento é importante olhar a sua “arquitectura” como uma rede de acções processadas em diversos tempos, uma rede com uma dimensão temporal; a temporalidade de constantemente elaborar e re-elaborar os espaços constitutivos do sítio, será um dos aspectos mais importantes na compreensão da sua dinâmica de estruturação. Não numa dinâmica “construtiva” entendida como o objectivo final, mas inserida num processo contínuo de vivências no local, de intersecção de tarefas, de acções ao longo do tempo que criam aquilo que Ingold chama de *taskscape*. Para tentarmos dar algum significado aos diversos pormenores configurativos detectados em Castanheiro do Vento temos de deixar de pensar o sítio como um objecto arquitectural cuja construção era o objectivo em si. O processo não era construir, a acção não era edificar, as redes de encontros no local não eram de carácter técnico-construtiva. O processo, ou melhor, os processos espaciais e temporais acontecidos no sítio, as diversas actividades interligadas, sobrepostas ou individualizadas, faziam parte da vida das comunidades, fazendo parte da sua estruturação. Ao participarem activamente na configuração e organização do sítio, estas comunidades estavam elas próprias a constituírem-se através de múltiplas acções; rede de ligações sociais, partilha de tarefas, negociação de papéis, mediação de conflitos e eventualmente a emergência de elites que se tornariam importantes como operadoras de um diálogo intra-comunitário e mesmo extra-comunitário.

A constatação da diversidade estrutural do sítio, levou-nos a tentar reflectir além da dicotomia natural/cultural olhando a “arquitectura” de Castanheiro do Vento como um processo fluído de “habitar” um espaço, um processo entretido de acções complexas entre esse espaço, as suas disponibilidades, as suas condições, a sua topografia e os próprios agentes humanos. Desta forma, a preparação do terreno configurado com uma base de terra/argila batida, os afloramentos utilizados como pedra, deixando outros intactos, a procura de árvores, de

arbustos e de certas materialidades constitutivas do sítio, tornam-se tanto arquitectura como a elaboração dos muretes, a colocação de postes, a utilização da terra como infra-estrutura e ligante. São criadas estruturas, são criados espaços, ao mesmo tempo que são criados ritmos temporais, não só no processo de elaboração, como no próprio processo de organização espacial do sítio. O acto de elaborar/configurar/manter um espaço torna-se uma actividade recorrente num processo de socialização constante.

É considerada uma “arquitectura” mais orgânica, mais acumulativa, que envolva uma comunidade inserida e imbuída no seu mundo, onde o acto de “construir” seja um acto de “habitar”. Habitar transformando a colina com elementos pétreos, arbustivos, árvores e água, habitar como estruturação espacial de uma comunidade, habitar como actividade colectiva, habitar como elaborar, configurar, re-configurar espaços onde o sentido colectivo se estabilizasse e socialmente se reproduzisse.

O capítulo 4 procura elaborar um primeiro esboço interpretativo em relação à “organização de um espaço mais vasto” entendido aqui como “redes” entrelaçadas de circuitos e lugares. Para isso partimos da definição de um conjunto de conceitos: “paisagem”, “visão”, “visibilidades”, “intervisibilidades”, “horizonte”, “linhas de oclusão”, “linhas de mobilidade” e “proximidades visuais”, que se tornaram essenciais nessa análise. Houve igualmente necessidade de rever o processo interpretativo destas problemáticas já que elas assentavam em pressupostos diferentes dos apresentados neste trabalho. Assim abordámos a questão dos “povoados fortificados”, dos “territórios fortificados” e dos “modelos de ocupação do espaço”. A reflexão posteriormente elaborada tem em conta uma reconceptualização dos sítios arqueológicos identificados à luz de outras “categorias”: recintos (“colinas monumentalizadas”), especificidades geomorfológicas e sítios com provável ocupação mais ou menos permanente. “Olhámos” o território tentado relacionar os diversos lugares identificados com as grandes imposições da superfície geomorfológica, com os rios, com vales abertos e fechados, com meandros de rios ou ribeiras e seguidamente com a totalidade da “paisagem”. Tivemos consciência dos diversos ritmos existentes ao nível de escalas de análise (uma mais geral e outra mais particular), das diferentes dinâmicas (a “configuração” e manutenção do lugar de Castanheiro do Vento e a sua relação com a “paisagem”) e diferentes interacções (entre os diferentes lugares). Esta variabilidade de escalas sugere várias dinâmicas temporais e estruturantes de um território. Território esse, que se nos apresenta em permanente “construção” ao longo dessas diferentes temporalidades.

No conjunto de ideias apresentadas, ressalta a importância das especificidades geomorfológicas. Estes locais parecem possuir um significado amplo na paisagem. São verdadeiramente elementos impositivos e poderão ter desempenhado um papel de reconhecimento de um território, não como limites e/ou fronteiras, nem como centros, mas sim como elementos polarizadores, “móveis”, integradores e integrados nessa paisagem. Existem num espaço, mas num espaço em constante movimento devido aos percursos que se estabelecem. Desta forma não são “centros” nem “fronteiras”, terão sido provavelmente, lugares significantes na paisagem.

E os outros lugares? Que tipos de papel terão tido numa hipotética estruturação de um território? Qual a sua dinâmica?

O que sobressai imediatamente são ideias de espaços (aqui na acepção de espaços geográficos) interseccionados, de linhas de mobilidade, linhas de horizonte, visibilidades e intervisibilidades que constituem um novo de intersecções no território. Este novo, este conjunto intenso de intersecções formadas por mobilidades correspondem ao habitar efectivo de um espaço, à apreensão de um território. A mobilidade num território constituído por lugares abertos (vales amplos, várzeas, planaltos) e fechados (vales exíguos, leitos de rio encaixados), cada visibilidade ou vista é única, podendo constituir “marcos territoriais”. Ao caminharmos num território apreendemo-lo, o que se vê e o que não se vê tornam-se unificados, tornam-se percebidos. A percepção do mundo incorpora a percepção do lugar onde se está, onde se habita, onde a “vivência” sistematicamente acontece. Desta forma, sugere-se que os diversos lugares de habitação de um território, não passam por um único sítio; “o sítio aberto”, o “recinto” ou mesmo as “especificidades geomorfológicas” com vestígios de ocupação. Passam por todos eles, num processo constante de integração de uma comunidade numa paisagem e em todas as suas acções. Na implantação dos sítios são criadas oposições entre vistas abertas e fechadas, de horizontes planálticos e de vales abertos ou horizontes cortados por montanhas e vales fechados. Sugere-se assim, que a mobilidade e a ocupação de espaços diferenciados constituam a dinâmica de um território e essa dinâmica estaria em constante estruturação.

Os recintos e tendo em conta a informação disponível para Castelo Velho de Freixo de Numão e para Castanheiro do Vento, parecem ter desempenhado um conjunto variado de papéis do qual sobressai no tempo longo a acção estruturadora/identificadora de uma, ou várias comunidades; o lugar era imanente a quem constantemente o elaborava, configurava, reconfigurava.

A implantação destes locais parece não estar apenas em relação a superfícies específicas ou significantes. A variabilidade é um factor a ter em conta. A visão restrita/truncada parece “encaminhar” o sítio para determinados pontos na paisagem, ou mesmo áreas determinadas. Existe assim uma combinação de superfícies que em última análise podemos interpretar como lugares determinantes que abarcam uma área de paisagem já referenciada por aquelas comunidades. Essa área, independentemente das suas superfícies, montes, colinas, vales, planaltos, é constantemente percorrida, habitada. As linhas de mobilidade, apenas enquanto redes de percursos não seriam importantes. O que se torna marcante são as linhas entre todo o tipo de lugares, linhas que formariam um “rendilhado” do território. Ou seja, o território não é apenas constituído por lugares e redes de percursos entre eles, mas sim por esse “rendilhado” amplamente percorrido. O espaço geográfico torna-se assim “móvel” como todos os outros lugares. Não um espaço compartimentado por linhas e redes, mas sim constantemente usado, utilizado e reformulado, isto é, um espaço totalmente visível, incorporado, não como acção de o conhecer, mas sim de o viver. O habitar um espaço implica movimento, conhecimento de todo um território. Mas não só a mobilidade dos indivíduos, dos grupos ou das comunidades é constante, como o próprio território se torna “móvel”. Esta mobilidade existe ao nível do(s) percurso(s) estabelecidos e ao nível da sua reformulação constante que num tempo longo, estruturam dinamicamente o território. Os recintos adquirem um papel de carácter mais identitário, onde o trabalho de

configuração, de manutenção do lugar acontece. As especificidades geomorfológicas acentuariam esse papel identitário, não só a nível da paisagem, como polarizadora de áreas e mobilidades, mas também como parte integrante dessa paisagem, porque são pontos visíveis nas linhas de horizonte de quase todos os lugares.

Não serão apenas os lugares arqueológicos que estruturam uma “rede local de povoamento”, mas sim as constantes mobilidades, os diferentes lugares, os diversos significados que possuem e o contínuo habitar desse espaço, que dinamizam uma área estruturando-a enquanto redes “entrelaçadas” de circuitos e lugares. O processo terá várias dinâmicas, diferentes temporalidades e diversas escalas. O território é um imbricado de acções onde as dicotomias relativas ao natural/cultural e doméstico/sagrado não têm significado. A paisagem, o homem, as acções são contextos intrínsecos ao habitar. São um só, não no sentido de unidade, mas sim de variabilidade enquanto percorrido, tecido, habitado.

O capítulo 5 é dedicado ao espaço e à arquitectura de um território centrando a sua análise a diversas escalas. Partimos de expressões de carácter arqueológico, como as “tumulações” e a “arte”, onde vamos assinalando uma progressiva alteração de sentidos, quer em relação a diferentes formas de implantação na paisagem – monumentos megalíticos visíveis e formas de enterramento mais circunscritas e pouco visíveis, como as cistas – quer ainda em relação à manipulação de ossos humanos, como parece traduzir uma estrutura encontrada em Castelo Velho de Freixo de Numão. Estes diferentes sentidos também são observáveis em relação às “estelas”. O grande número de estelas de Cabeço da Mina e mesmo as de Castanheiro do Vento, contrastam com a individualidade que a estela de Longroiva sugere – a emergência de um poder menos repartido, menos segmentado parece estar aqui figurado – a estela é portadora de um conjunto de símbolos que lhe confere só por si uma posição destacada na comunidade, representação ancestral ou representação de poder efectivo, esta estela configurará um novo contexto comunitário. A uma outra escala chamamos a atenção para uma visão que considera as acções humanas como únicas e não mecânicas. Uma visão que incorpora o homem num território, cujos processos de percepção, aprender, lembrar e pensar, são actos interrelacionados com esse território, onde ele constantemente se move e se relaciona. A história do homem enquanto indivíduo é uma história de sociabilidades, de envoltimentos integrados no seu meio/mundo. Numa outra escala, olhamos agora o território e ensaiamos uma reflexão sobre os recintos enquanto lugares monumentalizados. O monumento, ou a monumentalização de um lugar é entendida também, como um processo de emergência de outra atitude de “habitar” a paisagem, de contar outras histórias, de criar laços comunitários, de reformular constantemente a matriz social desses laços, tornando o acto de “construir” um acto de sociabilização, um acto “identitário”. É neste sentido que os podemos chamar de “lugares monumentalizados” pois não são lugares de “acções domésticas” ou de “acções sagradas”, de “acções simbólicas” ou de “acções do quotidiano”; são um conjunto de tudo isso. São lugares de actividades recorrentes de sociabilizações constantes. São lugares estruturantes de uma matriz dinâmica de identidade de uma comunidade, possuindo um significado social importante. Termina-se o capítulo com uma breve reflexão sobre a emergência do poder, relacionando-o com a paisagem. Esta é o mundo conhecido por aqueles que o habitam, que o percorrem, que o tecem, que o constroem. Através das suas acções vão-se construindo enquanto comunidades, criando uma tessitura de sociabilidades que no tempo e no espaço produzem outras e novas formas de relações, de poderes, de acções.

Neste momento novas perguntas emergem, mas as respostas terão que ficar para outros trabalhos.

## **ABSTRACT**

This dissertation involves a detailed study of the monumental enclosure of Castanheiro do Vento (third and second millennia B.C.) (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa, Guarda, Portugal), and the significance of this site at a regional scale.

The dissertation is organized into five chapters, followed by a bibliography and three appendices. Two databases are an integral part of the work: the first named "Castanheiro" contains a structural report and contextual description of the excavation, and the second "Sítios Arqueológicos no Alto Douro" is a survey of identified archaeological sites in the area, situated between Rio Torto to the west and the Ribeira de Aguiar to the east.

**Chapter one** is dedicated to the history of investigations in the area. For example, at the beginning of the 1980s there was no scientific activity in the region and today the situation is very different. Systematic research has been undertaken both to the north and to the south of Rio Douro, providing excellent opportunities for an archaeological study of the region. There are local and university teams undertaking excavation work and that are contributing to knowledge of the past and the protection of the archaeological patrimony. The projects are concerned with problems that surpass the mere listing of site types and the marking of their physical location on distribution maps. In some cases the investigations in this "territory" bring forward new themes and different approaches to the concept of enclosure.

The excavation of the monumental enclosure of Castelo Velho de Freixo de Numão (11km west of Castanheiro do Vento), over the last 15 years, has opened up investigation into the north of the country, and this has involved several thousand students and volunteers. Above all, the excavations have produced an important epistemological rupture at the interpretative level. The evidence now shows that the site had a long and complex “constructional” history, which cannot be neatly boxed off into a series of phases.

**Chapter two** describes investigations at a landscape scale. It characterizes the area in geological and geomorphological terms, but does not limit the concept of "space" to its physical-geographical characteristics, and describes it in social terms.

I propose another perspective inspired by the ideas of James Gibson and Tim Ingold. According to them it is important to understand the physical world as inhabited and not to distinguish it from the environment, because its perception and cognition exist inserted in a physical context. The landscape should not be considered as a separate entity, a reality that is mathematically measurable, but as an entity seen and known and in a continuing dialogic process with the people that lived in it. It is in this sense that the description and analysis of the environment interests

me. A certain community's space does not become exhausted simply as the result of the economic exploitation of resources. The description of the surroundings is fundamental to try to suggest the mobilities, the actions, and the sociabilities of the people that lived there. According to these parameters, we abandon the conventional dichotomy between what is given naturally and what is built culturally.

**Chapter three** refers to the site of Castanheiro do Vento and more specifically to the themes related to the description and interpretation of the results of the excavation work up to 2006. The emphasis is on the analysis of the structures and on the elaboration of several typologies of those elements that define and structure the space. Attention is given to the details in building techniques and materials, and the structural diversity that these features contain.

The most important issues are the building materials used: schist, granite, quartz, quartzite, soil/clay, perishable materials and water. The building techniques of Castanheiro do Vento include all of these materials in a process of moulding and connecting the site. The site is not limited exclusively to the top of the hill, instead building extends down the contours to include the whole hill as a "holistic entity", because there is evidence that the structures continued down the wooded and rocky hillsides. Parts of the hillside would have served as quarries, but where other areas were left intact, these points would have acted as markers and would have helped people to access and make routes to the top of the hill. In order to think about a site such as Castanheiro do Vento, it is important to consider its "structure" as a network of interventions played out at different times. The constant elaboration and re-elaboration of the constituent parts of the site will be one of the most important aspects in the understanding of its structural dynamic. Not in its "constructive" dynamics as a final objective, but as a continuous process of existences in the place, a series of tasks, of actions through time, that create what Ingold calls a "taskscape". For us to try to give some meaning to the details detected at Castanheiro do Vento, we have to stop looking at the site as an overall architectural object. Different processes were carried out over time, with several interlinked activities, and this was an important part of the communities' life. While engaging actively in the configuration and constitution of the site, communities were "building" themselves. The verification of the structural diversity of the site takes us beyond the dichotomy of nature/culture and makes us look at the "architecture" as a flowing process of inhabiting a space, an interwoven process of complex actions between space, its affordances, its conditions, its topography and human agents. It is difficult to tell when or where landscape ends and architecture begins. For example, the clearing and preparation of the ground extends into the making of bases of beaten soil/clay, parts of the outcrop are used as quarries whilst other areas are left to form routes up and down the hill, all these are as much a part of architecture as the construction of the walls and the erecting of posts.

This is considered a more organic "architecture", more accumulative, that involves a community that is integrated and embedded in its world, where the act of "building" is an act of "dwelling".

**Chapter four** puts forward an alternative interpretation of these sites where space is organized as a series of overlapping "nets" of circuits and place. This is instead of continuing the current interpretative model, which is based on presuppositions of "fortified enclosure" and "fortified territories", where vision is tightly focussed in on the hilltop itself, and which is limited to producing logical and defence-led "models of the occupation of space". I start with a different group of concepts that are essential to the analysis: 'landscape', 'vision', 'visibilities', 'intervisibilities', 'horizon', 'occlusion lines', 'mobility lines' and 'visual proximities'. In order to resituate these sites within their landscapes, I have related them to several other identified places within the area such as rivers, riversides, open or closed valleys. Relating the sites to other places in the landscape brings to the fore other rhythms and scales of occupation.

My research demonstrates that the sites possess a wider meaning in the landscape. Indeed these sites are not defined by limits or boundaries, or as isolated centres on hilltops, but instead were integrators and integrated in the landscape. The wider landscape is revealed, it explicitly made more sense, when people spent time at these sites. Taking into consideration everything that has been said before, what part did these spaces play in a hypothetical structuring of a territory? What are its dynamics? What stands out immediately is the idea of an intersectional space: mobility lines, horizon lines, visibilities and intervisibilities studies, all collide or converge at these sites. These threads, this intense group of intersections, correspond to the apprehension of a wider territory. An understanding of mobility is constituted by open vistas (wide valleys, meadows, plateaus) and closed ones (narrow valleys, river beds) each visibility or view is unique and could have constituted a "territorial mark". When we move through a territory we apprehend it more fully, what can be seen and what can not be seen: movement links what is visible now to that which is still to come (what will be visible later).

The perception of the world incorporates the perception of the place where one has been and where one is now, where "life" systematically happens. This way it is suggested that there are several dwellings of a territory, and that these must be viewed as a constant process of a community's integration in a landscape and in all of their actions. Places are submerged in the world, not opposed to or separated from it, and the same is true of communities. In other words, inhabited places are lived in and perceived by communities. In the implantation of the sites, oppositions are created between open and closed views of plateau, open valleys, or horizons cut by mountains and closed valleys. It is also suggested that mobility and the occupation of differentiated space constitute the dynamics of a territory and that these dynamics were constantly restructured.

The enclosures of Castelo Velho de Freixo de Numão and Castanheiro do Vento, seem to have carried out a varied range of roles. Among which, the structuring /identifying action, of one or several communities; the place was immanent to those who constantly elaborated it, configured it, and reconfigured it.

What is noteworthy is that there are lines that connect a whole series of different types of place, lines that form themselves into a "meshwork" of the territory. Here, geographical space is taken as a whole, it is not compartmentalized by lines and nets, but constantly used, connected and reformulated. This is a space that is totally visible, and it is known by being lived through. A "meshwork" has shot through it several dynamics, different temporalities and shifting scales. An integral part of this "meshwork" is made through the community's social

relationships. A community whose relationships between groups would be weak, segmented and mobile. Where the power would be distributed over a great number of people those different places begin to play an identifying role with a group and at the same time within a territory. The territory is an overlapping action where the dichotomies natural/cultural, domestic/sacred, do not have meaning. The landscape, the people, the action are intrinsic contexts to inhabitation.

**Chapter five** is dedicated to the space and the architecture of a territory, centring the analysis on several other scales. I start with two particular aspects of archaeological evidence namely the "tombs" and the "art", where we are marking a progressive alteration of senses, whether this is in relation to different implementations of form in the landscape - visible megalithic monuments and more delineated but less visible burial grounds as the *cistas* – whether this is in relation to the manipulation of human bones, as a structure found at Velho Castelo de Numão seems to tell. These different senses are also observable in relation to the "stèles". The great number of stèles from Cabeço da Mina and Castanheiro do Vento, contrast with the individuality of those from Longroiva. This marked difference would seem to suggest the emergence of a power differential that is less distributed and less segmented. The stèle bear a distinctive group of symbols which give them an outstanding position within the community. In taking on ancestral representations, or representations of effective power, these objects seem to construct a new sense of community. On another level, we underline the vision that considers the human actions as unique and not as mechanical. A vision that understands territory on past people's terms, where the processes of perception, of learning, of memory and of thinking, make space, and where an understanding of the world is in terms of the ways in which people move through the landscape and the way in which they make it link up. On another level, the monument, or the monumentalization of a place, is the result of another attitude of inhabiting the landscape, of telling histories, of creating community links, of reformulating the social matrix of those links changing the act of "building" into an act of socialization, an act of creating identity. The elaboration, maintenance and reconfiguration of the enclosures during the third and the first half of the second millennia B.C. can demonstrate new ways of perceiving the territory. It is in this sense that we can call them "monumentalized places" because they are not places of "domestic actions" or of "sacred actions", neither "symbolic actions" nor "everyday actions"; but they are a combination of these. They are places dynamically structuring the identity of a community with a strong social sense.

The chapter concludes with a brief reflection on the emergence of power, in terms of how it relates to a changing landscape. This is the world known by those that live in it, that travel through it, and that weave and build it. Through these actions, or better, through people's lives, the community build and create social textures that over time and space produce other forms of relationship and other manifestations of power. At this point new questions emerge, but answers will have to wait for future research.

## RÉSUMÉE

Ce travail vise l'étude de l'enceinte monumentale de « Castanheiro do Vento » (3<sup>ème</sup> e 2<sup>ème</sup> millénaire av. J.C.), localisé dans le village de Horta do Douro, commune de Vila Nova de Foz Côa (Guarda, Portugal), et les problématiques que soulèvent ses structures et le site à une échelle régionale.

Cette dissertation se trouve organisé en cinq chapitres, suivi de la bibliographie et de trois annexes. Comme parti intégrante de ce travail il existe également deux bases de données qui contemple, respectivement, un système de gestion d'information archéologique provenant de la fouille (« Castanheiro ») et un système organisateur des lieux identifiés dans la région, entre le fleuve Tordo à l'Ouest et la rivière de Aguiar à l'Est (« Sites Archéologiques du Haut Douro »).

Le premier chapitre est dédié à l'histoire de l'investigation de la Région. Jusqu'aux débuts des années 80 du siècle dernier, l'activité scientifique n'existait pas. Aujourd'hui, le panorama est très différent. Les systématiques travaux de prospection entrepris aussi bien au Nord qu'au Sud du fleuve du Douro ouvrent d'excellentes perspectives pour l'étude du territoire dans un versant archéologique. Il existe des équipes implantées sur le terrain qui contribuent pour la connaissance, la sauvegarde et la protection du patrimoine archéologique. Les projets d'investigations orientent des questions et des problématiques qui dépassent le simple listage d'objet et le simple repère sur les plans. Dans certaines endroits l'investigation avance avec de nouveaux thèmes et avec des abordages différents qui iront implémenter et faire surgir d'autres interprétations, remplaçant des idées « correctes » par d'autres problématiques, les dogmes par les doutes, les certitudes par les incertitudes de multiples discours « d'un passé » qui ne sont pas plus que des perspectives de auto connaissance de celui qui les élabore, les problématise et qui les re-questionne. La fouille de l'enceinte monumentale de Castelo Velho de Freixo de Numão, au long de cette dernière décennie et demie, a ouvert un important front d'investigation et de formation dans l'intérieur Nord du pays, où plusieurs milliers d'étudiants et de volontaires sont passés, mais où avant tout la réalisation de l'investigation sur le site a produit une importante rupture épistémologique au niveau de l'interprétation. Les questions sur le site ont systématiquement été repenser et discuter, de nouveaux concepts ont été introduit et problématise et une certaine abordage méthodique qui considérait ces lieux comme des contennaires de niveaux stratigraphiques, qui possédait des ensembles d'objets intégrable dans des « phases » historico-culturelles, ont été progressivement mise en cause, spécialement à partir de 1994, permettant l'apparition d'une nouvelle problématique, non seulement interprétative mais aussi méthodologique qui aujourd'hui encore continue à cheminer.

Le second chapitre définit les limites spatiales de cette investigation. Il caractérise géologique et géomorphologiquement l'espace local, non avec l'idée de définir un « espace », avec comme base ses caractéristiques physico-géographiques, ni en le décrivant comme un support de la communauté qui y vécu.

Nous proposons une autre perspective inspirée des idées de James Gidson et de Tim Ingold. Il est nécessaire d'englober au monde physique le milieu habité et ne pas le distingué systématiquement de l'environnement, effectivement sa perception et cognition existe inséré dans le monde physique. Celui-ci ne devrait

pas être considéré une « entité » séparé, une réalité à peine mathématique/mesurable mais une « entité » perçue et connu dans un incessant processus dialoguiste avec les personnes qui y vivaient. C'est dans ce sens que la description et l'analyse de l'environnement/cadre physique nous intéresse. Le milieu, l'espace d'une certaine communauté, ne s'épuise pas comme le support de l'action social ni comme l'exploitation des recours économiques. La description du milieu est fondamentale pour suggérer les mobilités, les actions et les socialités. Selon ces paramètres nous dispensons la dichotomie conventionnelle entre se qui nous ai donné naturellement et se que nous construisons culturellement.

Le troisième chapitre renvoie au site de Castanheiro do Vento et plus particulièrement à la description et l'interprétation des résultats des fouilles jusqu'à l'année 2006. L'emphase est donnée par l'analyse des structures et par l'élaboration de plusieurs typologies sur ces éléments structurants de l'espace. Sont également accentués les techniques de configuration du site archéologique et la diversité structurelle qu'elle comporte.

Les aspects les plus importants se conjuguent avec les matériaux utilisés (schiste, granite, quartz, quartzite, terre/argile, matériaux périssables et eau). Les techniques de configuration de Castanheiro do Vento incluent tous ces matériaux dans un processus de inter liaison et de coexistence, façonnant continuellement le site qui ne se situe pas uniquement au sommet de la colline. Le site engloberait toute la montagne dans un « tout signifiant » parce que probablement les structures de caractère monumental se prolongeaient sur les versants et sur les affleurements rocheux qui servaient de carrière, et ceux laissés indemnes constituaient des importants « marques » spatiales dans l'accès au sommet de la colline. Il faut regarder « l'architecture » du site de Castanheiro do Vento comme un réseau d'action accompli aux longs des temps, c'est-à-dire avec une dimension temporel. La permanente temporalité d'élaborer et de re-élaborer les espaces constructives du site est un des aspects les plus importants pour la compréhension de la dynamique de structuration. Ce n'est pas la dynamique « constructive » l'objective finale mais l'incessant processus d'intersection de tâche et d'action au long du temps qui engendre ce que Ingold appelle de *tasksapes*. Pour tenter donner un sens aux différents détails configurateurs détectés sur le site de Castanheiro do Vento, nous devons cesser de penser au site comme un objet architectural dont la construction était l'objectif en soit. L'objective n'était pas de construire, l'action n'était pas d'édifier, les réseaux de rencontre n'étaient pas de caractère technico-constructif. Le processus, ou plutôt, les processus spatiales et temporels survenus sur le site, les diverses activités liés, superposés ou individualisés, faisaient parti de la vie des communautés, faisaient parti de leur structuration. En participant activement dans la configuration et constitution du site, ces communautés se construisaient elles-mêmes; réseau de liens sociaux, partage de fonctions, négociation des rôles, médiation des conflits et éventuellement émergence des élites qui se transforment en médiateur d'un dialogue intra-communautaire et même extra-communautaire.

Le constat de la diversité structurelle du site nous a conduit à réfléchir au delà de la dichotomie naturelle/culturelle qui peut-être contemplé dans l'architecture de Castanheiro do Vento comme un processus fluide « d'habiter » un espace, un processus d'entrelacer des actions complexes entre cet espace, ses disponibilités, ses conditions, sa topographie et ses propres agents humains. Ainsi, la préparation du terrain est constitué par une base de terre/argile battue qui utilise les affleurements comme carrière, laissant d'autres intactes, mais aussi la quête d'arbre, d'arbuste et de certaines matérialités constructives du site, qui fait autant parti de l'architecture de que l'élaboration de muret, la colocation de poste, l'utilisation de la terre comme infrastructure et liant. Les rythmes temporaires sont créés en même temps que les structures et les espaces dans un processus d'élaboration mais aussi dans un processus de spatialisation du site. L'acte d'élaborer/configurer/maintenir un espace est une activité récurrente dans un processus de constante socialisation.

L'« architecture » considéré plus organique et plus accumulatif insère et imbibé la communauté dans son monde, là où l'acte de « construire » est un acte « d'habiter ». Habiter transformant la colline avec des éléments pétreux, arbustives, arbres et eau, habiter comme structuration spatiale d'une communauté, habiter comme activité collective, habiter comme élaborer, configurer, re-configurer les espaces et habiter où le sens collectif se stabilise et se reproduit socialement.

Le quatrième chapitre cherche à élaborer une première ébauche interprétative et relative à « l'organisation de l'espace » entant que « réseaux » de circuits et lieux. Pour cela, nous commençons par la définition de quelques concepts : « paysage », « vision », « visibilité », « inter-visibilité », « horizons » « lignes de occlusion », « lignes de mobilité » et « proximités visuelles », qui sont essentielles pour cette analyse. Il y eu également la nécessité de revoir le processus interprétatif des problématiques une fois qu'elles s'appuient sur des présuppositions différentes de ceux exposés dans ce travail. Ainsi nous abordons la question des « enceintes fortifiés », des « territoires fortifiés » et des « modèles d'occupation de l'espace ». La réflexion postérieurement élaboré a pris en compte la re-conceptualisation d'autres « catégories » à partir des sites archéologiques identifiés jusqu'à ce jours : enceintes (« collines monumentalisées »), spécificités géomorphologiques et sites avec une occupation plus ou moins permanente. « Regardons » le territoire en essayant de comparer les divers lieux identifiés avec les grandes impositions de la superficie géomorphologique, avec les rivières, avec les vallées ouvertes e/ou fermés, avec les méandres des fleuves ou des rivières et puis avec la totalité du « paysage ».

Nous avons conscience que les divers rythmes qui existent au niveau des échelles d'analyses (une plus générale et l'autre plus particulière), mais aussi au niveau des dynamiques (la « configuration » et manutention du site de Castanheiro do Vento et sa relation avec le « paysage ») et des interactions (entre les différents lieux). Cette variabilité d'échelle suggère plusieurs dynamiques temporaires et structurantes du territoire. Celui-ci se trouve aux longs des différentes temporalités en constante « construction ».

L'ensemble des idées présentées fait ressortir l'importance des spécificités géomorphologiques. Ces lieux semblent posséder une large perception du paysage. Se sont des éléments imposants qui jouent un rôle de reconnaissance du territoire non pas comme des limites et/ou des frontières ni comme des centres mais comme des éléments polarisateurs, « mobiles », d'intégration et d'intégrés de ce paysage. Les spécificités géomorphologiques



existent dans un espace en continu mouvement par l'accomplissement de parcours. De ce fait se ne sont ni des « centres » ni des « frontières » mais vraisemblablement des endroits signifiants dans un paysage.

Etant donné ce qu'il a été dit, quel type de rôle aurait eu tous ces endroits dans une hypothétique structuration d'un territoire ? Quel a été sa dynamique ?

Se qui ressort immédiatement se sont les idées des espaces (ici dans l'acceptation d'espace géographique) intersectionnés, des lignes de mobilité, des lignes d'horizon, des visibilitées et intervisibilitées qui constituent une bobine d'intersection du territoire. Cet intense ensemble d'intersection forme les mobilitées qui correspondent à l'habitat effectif d'un espace, à l'appréhension d'un territoire. Cette mobilité du territoire qui constitue des endroits ouverts (amples vallées, plaines cultivées, plaines) et fermés (vallées exigues, lits de fleuve profond), chaque une avec une visibilité ou un aperçu unique, peut ériger des « marques territoriales ». Lorsque nous marchons sur un territoire nous l'appréhendons, se qui se voit et se qui ne se voit pas s'unifie et se discerne. La perception du monde incorpore la perception de l'endroit où nous sommes, où nous habitons. De ce fait nous suggérons que les divers endroits d'habitation d'un territoire ne se résume pas par un seul lieu : « le village ouvert », l'enceinte ou même les spécificités géomorphologiques avec des restes d'occupation ; mais par tous, dans à un permanent processus d'intégration d'une communauté dans un paysage et dans toutes ses actions. L'implantation des endroits sont créés par des oppositions entre panorama ouvertes et fermés, des horizons de plateau et des vallées ouvertes ou des horizons coupés par des montagne et des vallées fermés. Nous suggérons ainsi que la mobilité et l'occupation des différents espaces constituent la dynamique d'un territoire et cette dynamique serait en constante structuration.

L'espace géographique se retrouve ainsi « mobil » comme tous les autres lieux. L'espace géographique est ainsi considéré total, non compartimentés par des lignes et des réseaux mais continuellement utilisé et reformulé. Ainsi l'espace est totalement visible et incorporé non pas dans l'action de le connaître mais de le vivre. Habiter un espace implique le mouvement, la connaissance des endroits et de tout le territoire. Il n'y s'achit pas à peine de la constante mobilité des individus, des groupes ou des communautés qui fait que le propre territoire soit « mobil ». Cela est un facteur essentiel de la dynamique structurante d'une communauté non seulement au niveau des parcours mais aussi au niveau de la constante reformulation de ces lignes/réseaux que la construction dynamique du territoire structure. Les enceintes acquièrent un rôle de caractère plus identitaire où le travail de configuration, de manutention du lieu survient et où la conformation de l'espace peut préfigurer des mémoires sociales et des relations de sociabilité. Les spécificités géomorphologiques accentueraient ce rôle identitaire non seulement au niveau du paysage, comme polarisatrice d'aire et de mobilité, mais aussi comme parti intégrante de celle-ci car elle son visible dans les lignes d'horizon de pratiquement tous les sites.

Tous ces lieux exerceraient un rôle d'identité soit avec un groupe soit avec un territoire. Celui-ci est un assemblage d'action où les dichotomies naturelle/culturelle, domestique/sacrée n'a pas de sens. Le paysage, l'homme, les actions sont des contextes intrinsèques à l'habitat.

Le cinquième chapitre est dédié à l'espace et à l'architecture d'un territoire, focalisé dans l'analyse de plusieurs échelles. Nous commençons par les expressions de caractère archéologique comme les « tombeaux » et « l'art », où nous présentons une progressive altération de sens, que se soit au niveau des différentes formes d'implémentation dans le paysage – monuments mégalithiques visibles et enterrements plus circonscrits et peu visibles comme les cistes – que se soit encore relatif à la manipulation des os humains, comme parait traduire une structure découvert dans Castelo Velho de Freixo de Numão. Ces différents sens sont aussi visibles par rapport aux « stèles ». Le grand nombre de stèle de Cabeço da Mina, même ceux de Castanheiro do Vento, contrastent avec l'individualité que la stèle de Longroiva suggère, c'est-à-dire l'émergence d'un pouvoir moins réparti et moins segmenté parait être figuré ; la stèle est porteuse d'un ensemble de symbole qui lui confère à elle seul une position de mise en relief dans la communauté, représentation ancestral ou représentation de pouvoir effectif cette stèle configurerait un nouveau contexte communautaire. À une autre échelle, nous soulignons la vision qui considère les actions humaines comme unique et non mécanique. Une vision qui incorpore l'homme dans un territoire, auquel les processus de perception, d'apprentissage, de souvenir et de penser sont des actes interrelationnels avec le territoire et où constamment il se déplace et s'associe. L'histoire de l'homme en tant qu'individu est une histoire de socialisation et d'environnement intégrés dans son milieu/monde. Dans une autre l'échelle, nous regardons maintenant le territoire et essayons une réflexion sur les enceintes en tant que lieu monumentalisé. Le monument ou la monumentalisation d'un lieu est aussi entendu comme un processus d'émergence d'une autre attitude d'habiter le paysage, de raconter des histoires, de créer des liens communautaires, de reformuler continuellement la matrice sociale de ces liens, modifiant l'acte de « construire » un acte de socialisation, un acte « d'identité ». C'est dans ce sens que nous pouvons les nommés de « lieux monumentalisés » une fois que se ne sont ni des endroits « d'actions domestiques » ou « d'actions sacrée », ni des « actions symboliques » ou des « actions quotidiennes », mais une combinaison de tous cela. Se sont des lieux d'activités qui pourvoient une constante socialisation. Se sont des lieux structurant dynamique d'identité d'une communauté qui possède un sens social important.

Le chapitre se termine par une brève réflexion sur l'émergence du pouvoir, associé à la modification du paysage. Celle-ci est le monde connu de ceux qui l'habitent, qui le parcourent, qui le tissent et qui le construisent. C'est à travers ces actions que la communauté va construire et va crée des tissus de sociabilitées que dans le temps et dans l'espace vont produire d'autres et de nouvelles formes de relations qui constamment se vont transformé.

Sur ceux, d'autres questions parviennent mais les réponses devront apparaître dans d'autres réflexions.



## **PREÂMBULO**

*O nevoeiro impedia a visão e o cinzelo obrigava-nos a um caminhar prudente. Apenas se viam elementos de moinho no meio de grandes montículos de pedras. Nesse dia, 3 de Janeiro de 1990, encontrei-me com o sítio.*

*Os embasamentos de um antigo abrigo de pastores impediam a progressão pelo monte. Anos mais tarde (1998) foi desmontado, pedra a pedra, laje a laje, por dois arqueólogos. Um deles possuía ainda um sentimento inocente de nostalgia, de querer recuperar o passado.*

O processo de escavação de Castanheiro do Vento, que se iniciou em Julho de 1998, foi um processo de crescimento mútuo e contínuo, uma procura de algo diferente, uma procura que os modelos histórico-culturais e processualistas não conseguiam dar.

Hoje o processo de escavação continua a ser uma procura, mas é ao mesmo tempo um processo de actuar sobre o sítio, de o discutir, de o vivificar. Não é uma procura do passado, mas sim um acto actual. Um acto que visa a “construção” de “narrativas” sobre o sítio, sobre uma “paisagem”. Narrativas com vários sentidos possíveis, mas com o sentido de quem hoje pensa, discute e escreve e do que transporta consigo – a sua formação, as suas emoções, a sua contemplação



## O. INTRODUÇÃO

O trabalho agora apresentado foi elaborado num contexto preciso: por um lado, analisar uma estação arqueológica ainda em processo de escavação genericamente datada do 3º milénio e primeira metade do 2º milénio a.C.; por outro lado, tentar integrá-la num contexto mais vasto de um território, onde existe um conjunto de expressões de carácter arqueológico muito ricas. A reflexão daí produzida seria plasmada num trabalho de âmbito académico – uma dissertação de doutoramento – que possui sempre um prazo e um calendário que nunca se coaduna com o desenvolvimento da investigação. Esta dissertação representa, desta forma, para quem o escreveu, um primeiro passo, uma primeira abordagem, um primeiro discutir de ideias e reflexões.

Porquê um primeiro passo?

Primeiro, porque a escavação ainda continua e, de facto, pode alterar algumas das afirmações aqui produzidas. A metodologia empregue – escavação em área – tem privilegiado a procura do “design” geral do sítio e não a escavação em profundidade dos contextos. Assim, este trabalho representa um compromisso entre o desejável e o possível.

Segundo, porque esta escavação é um trabalho de equipa representando um conjunto de opiniões diversas e algumas vezes discordantes. Desta forma assume-se que é um primeiro passo pessoal, um primeiro esforço individual, pois outras abordagens se seguirão que, esperamos, representem outras ideias, outras reflexões.

Terceiro, porque o trabalho de prospecção e identificação de sítios é demorado, obrigando-nos constantemente a decisões de integrar locais ou descartá-los, decisões que mais tarde pensamos erradas, mas o prazo não nos permite tornar a inclui-las.

Quarto, porque estivemos dois anos em campo, ao longo dos cinco do calendário previsto para a execução da dissertação, escavando, prospectando, reunindo informações, e o tempo restante não terá sido o suficiente para apreender tudo aquilo que gostaríamos.

Com estas condicionantes, o nosso trabalho desenvolveu-se em três vertentes:

- elaboração de duas bases de dados que contemplam, respectivamente, um sistema de gestão da informação arqueológica proveniente da escavação, à qual demos o

nome de “Castanheiros” e um sistema organizador dos sítios identificados entre o rio Torto e a ribeira de Aguiar, chamado de “Sítios Arqueológicos no Alto Douro”;

- prospecção e identificação de sítios arqueológicos naquela área, de forma a reunirmos e ao mesmo tempo escorar a base de dados com um conjunto de informações que nos permitisse questioná-la de formas diversificadas e constantes, na tentativa de formularmos um primeiro esboço interpretativo da “organização do espaço”;

- tentar sintetizar/sumariar, através da descrição e interpretação, os resultados dos trabalhos de campo efectuados até ao ano de 2006. A ênfase é dada na análise das estruturas e na elaboração de diversas tipologias sobre aqueles elementos definidores e estruturadores do espaço. Neste processo consideramos muito importantes as questões relacionadas com as técnicas de configuração do sítio arqueológico e à diversidade estrutural que comportam e que o próprio sítio possui.

Provavelmente este trabalho poderia ter uma parte, um capítulo, dedicado à inserção deste contexto regional no Norte de Portugal e mesmo em outras regiões peninsulares. Esta decisão implicaria neste momento, um problema: partir de um contexto muito preciso e heterogéneo e analisado de uma forma tão parcelar qualquer comparação poderia ser excessiva, as escalas de desenvolvimento da investigação encontram-se em patamares diferentes, devido essencialmente à grande diferença de trabalhos de escavação que decorreram, ou decorrem nessas áreas. Podemos dar o exemplo de Trás-os-Montes Oriental, onde os trabalhos de Maria de Jesus Sanches (1992, 1997a, 2003, 2005) têm contribuído para um efectivo conhecimento da área, ou mesmo o labor de Susana Oliveira Jorge (1986, 1988, 1990a, 1990b, 1999, 2003c, 2005) em Trás-os-Montes Ocidental (antes de se dedicar a esta mesma área que agora abrangemos), organizado na sua tese de doutoramento, ou ainda as escavações de António Valera (1997, 2006) numa área restrita da Beira Alta, na Bacia Interior do Mondego.

Aliás, torna-se necessário referir que mesmo em relação ao estudo da Pré-história, no interior Norte de Portugal, esta praticamente não existia até meados da década de 70 (JORGE S. 2003c). Foi necessário uma conjuntura histórica muito específica para proporcionar a montagem de vários discursos/narrativas sobre “esse passado”. Uma conjuntura económica e política que permitiu maiores mobilidades e acessibilidades, uma conjuntura académica que permitiu nos finais dos anos 70, em torno da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, reunir alguns professores e

alunos e dar início a um projecto/processo de “construção” de uma Pré-história e que hoje podemos dizer que “fez escola”, e uma conjuntura de desenvolvimento social que possibilitou a escolarização desse interior e dotou algumas “elites” locais do ambiente intelectual necessário para poder “olhar” o “passado” de uma forma diferente do “antiquário”.

A arqueologia enquanto produto da modernidade<sup>1</sup> (THOMAS 2005) é ela própria uma forma de ocupação do espaço e só ocorre quando se está atento. Todos os sítios evidentemente já existiam, mas só se tornam lugares marcantes quando uma certa forma de “olhar”, burilada por um pensamento “moderno”, patrimonial, acontece. E aconteceu um pouco por todo o interior, no Alto Douro, na região de Vila Nova de Foz Côa e em Freixo de Numão, como veremos no próximo capítulo.

Para finalizar esta breve introdução, gostaríamos de referir que este estudo, apesar de nascer num trabalho de equipa, apesar de ter tido apoios e ajudas de muitos amigos e colegas, não deixa de ser um trabalho individual, não deixa de ser uma escolha pessoal, onde os erros serão sempre meus.

Mas o processo de “conhecer”, obrigado a uma textualidade, é sempre redutor, mas será dentro dessa contingência que queremos continuar a fazer, que outros façam, que nos mostrem outras ideias e perspectivas e que juntos possamos continuar a mudar.

---

<sup>1</sup> “Archaeology was a constituent of the process by which the modern world came into being. In the form in which it is presently practised, archaeology could not developed in any other set of conditions” (THOMAS 2005:247).





# **1.HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES NA REGIÃO**

## **1.1. Breve história das investigações**

O Norte de Portugal<sup>2</sup> e mais especificamente a região do Alto Douro<sup>3</sup>, ao longo de praticamente todo o século XX viu apenas alguns arqueólogos trabalharem esta área numa perspectiva do estudo da Pré-história. A sua análise baseava-se essencialmente em testemunhos arqueológicos com um grau de confiança diminuto. A inexistência de escavações e de prospecções na região, conduzidas sobre uma proposta de discurso de carácter científico e sem abordagens verdadeiramente questionadoras trouxe-nos, até aos finais dos anos 80 desse século, um vazio interpretativo pontuado por publicações sobre curiosidades e antiguidades. (FERREIRA 1954, 1966 e RODRIGUES 1961 e 1983)

É a partir dos inícios da década de 90 que, através de prospecções e escavações arqueológicas, conduzidas com vista à obtenção de graus académicos e/ou inseridas em projectos de investigação, que o panorama se altera. Na área Sul do Rio Douro, os trabalhos de prospecção de António Sá Coixão (1996, 2000) centrados no município de Vila Nova de Foz Côa, o início da intervenção arqueológica em Castelo Velho de Freixo de Numão, dirigida por Susana Oliveira Jorge (1993, 1994, 1998, 2005), e mais recentemente, a partir de 1995, as intervenções de terreno do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) (1997), vieram dar um grande impulso ao conhecimento da Pré-história desta região<sup>4</sup>. A Norte do Rio Douro, os diversos trabalhos de prospecção

---

<sup>2</sup> Relativamente a esta temática consultar o artigo de Susana Oliveira Jorge, (JORGE, S. 2003c), onde a autora traça um quadro científico e institucional da história da investigação pré-histórica do Norte de Portugal oferecendo-nos um conjunto de contributos para uma sequência cronológica-cultural, questionando e problematizando a investigação dos últimos 25 anos.

<sup>3</sup> A definição conceptual de “região de Alto Douro” será tratada pormenorizadamente no ponto 2 deste trabalho. Por agora torna-se importante precisar que a “região do Alto Douro” à qual se alude, apenas corresponde a uma área que tem o seu limite Oeste no Rio Távora a Sul do Douro e o Rio Tua a Norte do mesmo rio, abrangendo áreas geográficas pertencentes ao Vale do Douro. Este vale é fortemente encaixado com um microclima de características mediterrânicas. O seu limite Este é a Ribeira de Aguiar. Podemos dizer que o centro desta “região” corresponde ao rebordo dos planaltos centrais e à bacia hidrográfica da Ribeira da Teja. É nesta área geográfica que nos iremos centrar.

<sup>4</sup> Apesar de existirem trabalhos de investigação em outras áreas cronológicas, como o Paleolítico Médio e Superior, em curso no Parque Arqueológico do Vale do Côa e o sítio neolítico do Prazo, em Freixo de Numão, optou-se, neste ponto relativo à Pré-história da região, focar apenas o âmbito cronológico do 3º e 2º milénio BC.

consubstanciados no Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM), dirigidos por uma equipa de investigadores oriundos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Miguel Rodrigues, Ricardo Teixeira, Paulo Dórdio, Alexandra Lima e Nelson Rebanda, e o trabalho desenvolvido por Maria de Jesus Sanches em Trás-os-Montes Oriental (1992, 1997a, 1997b, 2003), contribuíram igualmente para dar grande visibilidade de cariz arqueológico a esta região. Hoje, podemos afirmar, o panorama é bastante diferente. Os trabalhos de prospecção sistemática empreendidos quer a Norte, quer a Sul do Rio Douro, abrem excelentes perspectivas para o estudo do território numa vertente arqueológica. Hoje existem equipas implantadas no terreno que contribuem para o conhecimento, a salvaguarda e protecção deste património. Hoje os projectos de investigação estão orientados para questões e problemáticas, que em muito ultrapassam as meras listagens de objectos e simples pontos nos mapas. Hoje, a investigação em alguns locais deste “território” avança com novos temas e diferentes abordagens que irão implementar-se e sugerir outras interpretações, outras representações, substituindo ideias “certas” pelas problematizantes, os dogmas pelas dúvidas, as certezas pelas incertezas de múltiplos discursos sobre “um passado”, que não são mais do que perspectivas de auto-conhecimento, de quem as elabora, problematiza, re-questiona, quer consigo próprio, quer com o outro.

### **1.1.1. Os primeiros trabalhos**

As referências arqueológicas nesta área eram muito escassas e apenas abarcavam materiais de colecções particulares e algumas referências em torno da vila de Numão. Trabalhos arqueológicos não existiam.

Nos anos cinquenta e sessenta João Albino Pinto Ferreira publica alguns apontamentos de cariz histórico-etnográficos (FERREIRA 1954), e uma pequena nótula (FERREIRA 1966), onde nos apresenta uma listagem de machados de pedra polida encontrados em áreas geograficamente próximas a Numão. É interessante notar que este autor ao descrever sucintamente aqueles artefactos, não refere nenhum deles como tendo sido encontrado no sítio arqueológico de Castanheiro do Vento.

Os trabalhos de Adriano Vasco Rodrigues, produzidos essencialmente a partir do final dos anos 50, têm como mérito principal a recolha de informação ao nível da localização de prováveis sítios com interesse arqueológico (RODRIGUES 1961 e

1983). Não existe um projecto dominado por uma temática específica, mas apenas uma tentativa de integração cronológica e cultural dos dados desta região no âmbito das grandes correntes da Pré-história peninsular, sendo exemplificativo o título de 1983 *Terras da Meda – Natureza e Cultura*.

Gostaríamos apenas de referir um dos seus trabalhos, onde este autor mostra já algumas preocupações resultantes de campanhas de prospecção efectuadas na região de Riba-Côa<sup>5</sup>. Apresenta-nos uma cartografia da área onde localiza os sítios por ele encontrados e/ou relocalizados através de bibliografia anterior e faz referência à arquitectura de dois locais, comparando-os, mas a título meramente descritivo; “Além dos restos cerâmicos aparecem ainda vestígios de muralhas e restos de habitações. No Castro do Morro Alto da Faia de Longroiva, estas muralhas eram construídas em grandes blocos e no Castelo Velho [do Vale da Manta], com pedra miúda.” (RODRIGUES 1961:8).

### **1.1.2. Os primeiros projectos de prospecção e escavação**

Em 1980 forma-se a Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, sob o impulso de um arqueólogo residente na região; António Sá Coixão. Esta Associação conduzia um Projecto de Investigação na área de Freixo de Numão, tendo por base a arqueologia, mas atentava igualmente aos valores patrimoniais e à etnografia da região consubstanciados mais tarde no Museu da Casa Grande, inaugurado em 1994. A par de um conjunto de escavações em sítios romanos, este investigador inicia um trabalho sistemático de prospecção e referenciação cartográfica de sítios arqueológicos em toda a área do concelho de Vila Nova de Foz Côa. A Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa é editada em 1996, tornando-se um importante instrumento de trabalho.

---

<sup>5</sup> Entende-se por Riba-Côa a margem direita do Rio Côa. Esta designação foi utilizada essencialmente durante a Idade Média e Moderna e constituiu uma comarca com o mesmo nome. Durante os séculos XII e XIII foi constantemente disputada entre os reis de Portugal e Castela, tendo ficado definitivamente integrada em território português após o Tratado de Alcanices (1297) (MARQUES, Carlos A. 1995:11).

### 1.1.3. Castelo Velho de Freixo de Numão<sup>6</sup>

5A síntese que aqui pretendemos elaborar, não tem como objectivo principal a história das investigações em Castelo Velho de Freixo de Numão. O que se pretende, a partir dos textos publicados e da nossa própria experiência como escavador do sítio em várias campanhas, é tentar enunciar e problematizar as diversas fases interpretativas que ao longo dos últimos 15 anos, a coordenadora das intervenções arqueológicas, Professora Susana Oliveira Jorge, tem vindo a reflectir e a publicar.

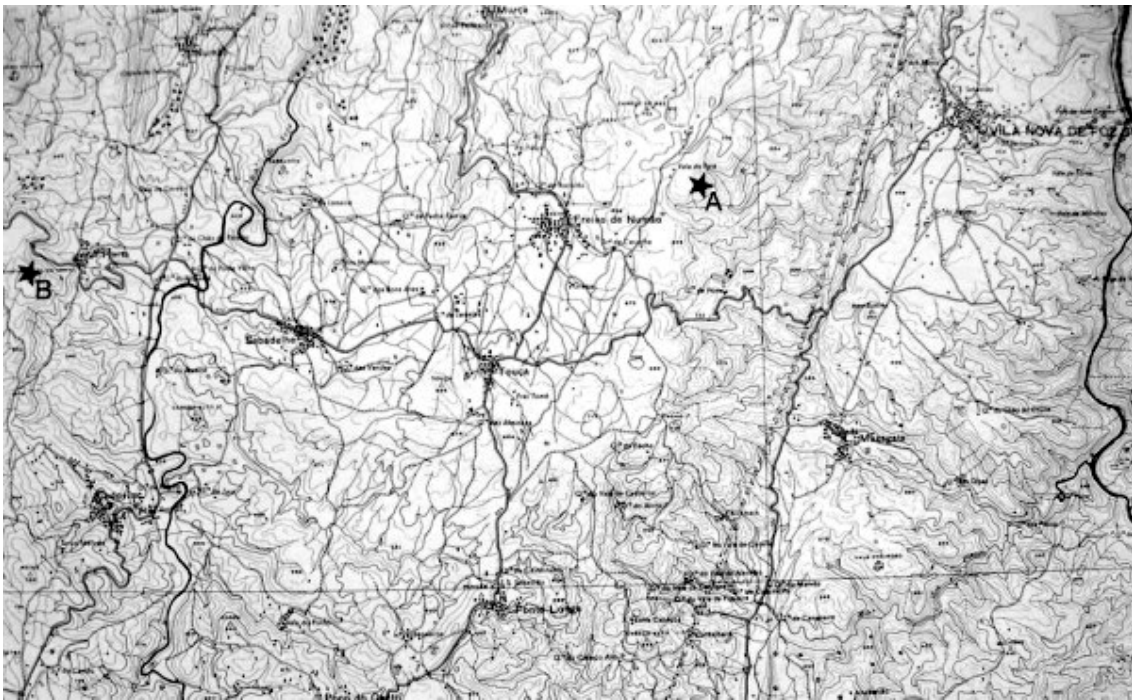


Figura 1 – Localização de Castelo Velho de Freixo de Numão (A), em relação a Castanheiro do Vento (B). Carta Militar de Portugal nº 140.

A escavação deste sítio, ao longo dos anos 90, abriu uma importante frente de investigação e formação no interior Norte do País, por onde passaram vários milhares de alunos e voluntários, mas, acima de tudo, a investigação realizada sobre esta estação arqueológica, produziu uma importante ruptura epistemológica ao nível interpretativo. As questões sobre o local foram sistematicamente repensadas e discutidas, novos conceitos foram introduzidos e problematizados e uma certa abordagem metodológica que considerava estes locais como contentores de níveis estratigráficos, que possuíam conjuntos de artefactos integráveis em “fases” histórico-culturais, foi sendo

<sup>6</sup> A apresentação genérica do sítio e a sua implantação geológica e geomorfológica serão feitas no capítulo 4, onde se irá discutir este e outros locais ao nível da sua implantação geográfica e sempre que possível ao nível das semelhanças e variabilidades que apresentam.

progressivamente posto em causa, especialmente a partir de 1994, permitindo o aparecimento de toda uma nova problemática, não só interpretativa, mas também metodológica, que hoje continua a caminhar.

### **1.1.3.1. Descoberta e primeiras intervenções.**

Castelo Velho de Freixo de Numão é referenciado por António Sá Coixão a partir da análise de uma Carta Mineira publicada nos anos 20. Recolhas de superfície efectuadas por aquele autor permitiram a sua identificação como um sítio arqueológico Pré-histórico. A convite do então IPPC<sup>7</sup> (Instituto Português do Património Cultural), Susana Oliveira Jorge inicia escavações arqueológicas em 1989 tendo por objectivos, numa primeira fase, travar o processo de degradação do local, e numa segunda fase, iniciar o seu estudo e restauro.

Um primeiro artigo sobre este local é publicado nas Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular (JORGE, S. 1993). Castelo Velho é então identificado como um “povoado fortificado” de origem Calcolítica, reutilizado até ao Bronze Inicial. O sítio acumularia funções de carácter defensivo, especializado em “(...) tarefas produtivas decorrentes de um processo mais amplo de intensificação económica” (JORGE, S. 1993:195), e de carácter simbólico. Esta última especificidade decorria de uma nova concepção do espaço doméstico detectada em Castelo Velho. A escavação de uma área com uma apreciável concentração de estruturas pétreas de vários tipos e dimensões, pareciam poder relacionar-se com a armazenagem (provavelmente de produtos alimentares), num “(...) espaço “reservado”, real e simbolicamente protegido. Constitui pois uma área que foi “monumentalizada” contendo estruturas duráveis em pedra, e que parece apontar para uma organização social de carácter evolucionado, cujos contornos ainda são difíceis de definir.” (JORGE, S. 1993:195)

A interpretação era então eminentemente de tipo processual. Castelo Velho era assim um povoado fortificado, remontando ao Calcolítico Inicial, dado novo na região, e que vinha ampliar a lista de “fortificações calcolíticas” (JORGE, S. 1993:195) relacionadas com a bacia do Rio Douro e identificadas no Norte da Península. Por outro lado inseria-se num quadro de intensificação económica e complexificação social, situações sugeridas não só pelo controlo de trabalho e da tecnologia necessárias à

---

<sup>7</sup> O convite é feito através do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro e a escavação arqueológica é considerada uma intervenção de emergência.

construção e manutenção do sítio, como a alguns aspectos da “cultura material”. Os objectos de prestígio (nomeadamente os artefactos em cobre) encontrados indiciavam contactos supra-regionais que se enquadrariam numa necessidade de consolidar uma liderança forte e mantida ao longo do tempo. O modelo arquitectónico também foi alvo de reflexão, pois este seguia um padrão, que parecia repetir, em alguns aspectos, características supra-regionais, denotando assim uma vontade de ostentação de poder, típico de sociedades hierarquizadas.

No entanto esta interpretação deixava em aberto certas questões de diversos âmbitos, para as quais parecia não haver resposta:

a) Relativamente à ideia de “povoado fortificado”, constatava-se que a área Norte da estação arqueológica, sendo a mais acessível, se encontrava apenas protegida por um troço de murete com uma espessura de cerca de 1,20m.

b) A ideia de “povoado” com contextos domésticos oferecia algumas dúvidas, quer relativamente à natureza de estruturas pétreas que continham fauna carbonizada, quer à presença rara, nesse tipo de contextos<sup>8</sup>, de madeira e frutos carbonizados de medronheiro

c) A determinação de funcionalidades, (num âmbito processualista) não explicava as alterações estruturais como o fechamento de entradas, nem a função do próprio reduto.

É igualmente neste ano, que é defendida a primeira de nove teses de mestrado dedicadas a determinados aspectos, essencialmente arqueográficos, de Castelo Velho de Freixo de Numão. Mais adiante, no final deste capítulo, iremos proceder a uma análise um pouco mais circunstanciada destes trabalhos, objectivando os paradigmas específicos que cada um propunha.

### **1.1.3.2. “Perceber” Castelo Velho**

A necessidade de inserir os dados resultantes destes primeiros cinco anos de escavação num quadro problemático diferente, levou a uma nova problematização e a um reequacionamento da interpretação de 1993. Este novo quadro problematizante tinha por base tentar demonstrar a inconsistência de uma abordagem teórica relativa a explicações uniformizadoras e globalizantes para todos os chamados “povoados fortificados” do Calcolítico Peninsular. A autora, num texto de 1994, investigou 69

---

<sup>8</sup> Segundo trabalho de Isabel Figueiral 1993:219.

sítios da Península Ibérica, tendo como referência leituras sobre outros sítios semelhantes europeus. O corpo da análise baseia-se numa procura de regularidades e diferenças, através de um conjunto de descritores que permitam a discussão de temas tão caros a uma interpretação de cariz processual-funcionalista. Ao longo do texto assistimos a uma desmontagem conceptual sobre a forma de olhar estes sítios. Conceitos como “fortificação”, “interacção” e “intensificação” são amplamente discutidos, tornando-se eles próprios discutíveis e emergem outros como “lugares monumentalizados”, “cenários” e “espaços domésticos monumentalizados”.

É desta forma, que neste importante texto, a autora atribui grande significado à “monumentalização” do lugar, à sua marcação simbólica na paisagem, surgindo novas palavras/conceitos para uma interpretação alternativa do sítio; “espaço”, território” e “identidade”. Embora não descarte a possibilidade de em certos momentos da sua existência, Castelo Velho ter tido alguma espécie de função defensiva de pessoas e bens, a ênfase é claramente dada à hipótese de um espaço monumentalizado, e à natureza dos tipos de actividade desenvolvidos nesse espaço:

“ É altura de redefinirmos o conceito-chave deste texto. O chamado “povoado fortificado” é um espaço doméstico delimitado por estruturas pétreas com diferentes graus de durabilidade, visibilidade, monumentalidade” (JORGE, S. 1994:490).

Desta forma Susana Oliveira Jorge descreve três fases de “monumentalização”, duas desenvolvidas durante o Calcolítico e a terceira ocorrida na Idade do Bronze. Relaciona as fases de monumentalização, especialmente a segunda com a criação de áreas semi-especializadas de âmbito produtivo. Já não são analisadas de um ponto de vista estritamente funcional. Surge a hipótese de essas áreas estarem envolvidas em cenários de tipo ritual, em representações simbólicas. Todo o espaço doméstico é palco de actividades de múltipla significação.

Sugere por outro lado uma correlação entre o processo de monumentalização ocorrido durante a segunda metade do 3º milénio a.C. e as novas formas de “ocupação da terra”, e consequentemente a emergência de novos sistemas da sua representação. Existe um investimento agrícola de longo prazo, com matizes sociais diferentes e meios humanos e tecnológicos diversos, mas na sua essência revela-nos um “ (...) quadro de reformulação, a nível peninsular, dos sistemas de territorialização agro-pastoris.” (JORGE, S. 1994:492).

Este texto, e segundo a própria autora, em reflexão posterior (1998), referente à genealogia interpretativa do sítio, introduz três novos aspectos inter-relacionados:

1- “(...) a aceitação do carácter polissémico dos locais habitados, negando-se a dicotomia tradicional entre povoados, sepulcros e santuários, enquanto locais com funções específicas e estanques;

2- (...) a admissão de que, em certos contextos económicos e sociais, alguns locais habitados adquiriram uma específica visibilidade arquitectónica em relação com a topografia natural: ou seja, certos povoados transformaram-se em “lugares monumentalizados”;

3- (...) a hipótese de que o processo calcolítico de monumentalização não terá apenas atingido povoados, mas toda uma outra gama de sítios, num quadro geral de territorialização: ou seja, de um fenómeno que envolve intensificação, hierarquização, apropriação espacial, construção de novas identidades.” (JORGE, S. 1998:284)

Existe ainda outro novo ponto, fundamental na interpretação de Castelo Velho, que julgamos importante referir pois abarca todos os outros, na sua forma de pensar o sítio; a utilização de uma perspectiva de carácter relacional, sendo uma forma de pensamento topográfico<sup>9</sup>. Ao pensar topograficamente podemos conectar qualquer ponto de um sistema, dependendo do *topos* onde nos situamos. E em função do lugar de onde se perspectiva um sistema, ele é percebido de formas diferentes, assumindo assim uma inteligibilidade não única, mas sim diversa. E essa diversidade é multiplicadora de sentidos, de interpretações, de leituras. Não havendo uma escolha definitiva de uma interpretação, podemos continuar a olhar de diversos *topos* e pensar em novas alternativas, em novas combinações, e reequacionar sistematicamente os novos sentidos, pensando e pensando-os de forma relacional.

Entre os anos de 1995 e 2000, apesar das pequenas campanhas efectuadas, são publicados diferentes conjuntos de vários elementos de estudo; antracologia (FIGUEIRAL 1998 e 1999), arqueozoologia (ANTUNES 1995 e ANTUNES & CUNHA 1998) e a apresentação pública de cinco dissertações de mestrado sobre vários aspectos da estação arqueológica.

A escavação incide sobre a área Oeste e Sul do sítio assim como no interior do recinto. Estes trabalhos revelam uma arquitectura complexa de carácter monumental e em artigo de 1998 surge o conceito de “rampa pétrea”;

“A muralha superior adquire, para sul, o carácter de “rampa” pétrea, com cerca de 8m de largura. O murete externo a oeste e sudoeste, também se constitui em “rampa” pétrea, podendo atingir largura semelhante. Quem olhe hoje o sítio a partir de sul pode

---

<sup>9</sup> Aqui a autora socorre-se de Michael Shanks (1992).



começar a visualizar um panorama totalmente novo: a vertente meridional assume o aspecto de uma sucessão de patamares pétreos que se destacam na paisagem. Estes patamares são construídos com lajes de xisto bem imbricadas, aglutinadas por terra argilosa” (JORGE, S. 1998:284).

Este aspecto resultante dos trabalhos de campo é extremamente importante. A grande acumulação de pedras de calibres variados, numa área em redor da plataforma intermédia, tinha sido interpretada como derrubes dum provável murete que circundaria o recinto superior. A escavação de 1997 e posteriormente os trabalhos intensivos de 2001 e 2003 demonstrariam que, apesar da existência de derrubes pontuais, estava-se perante uma estruturação complexa de um murete interno de contenção ao qual se adossavam pedras bem imbricadas num complicado sistema de contrafortagem. Esta estrutura seria recoberta por uma “carapaça” de pedras e argila e teria uma dupla intenção; por um lado alteava o declive da plataforma funcionando como estrutura de sustentação, por outro tornava mais imponente a área Sul e Oeste do sítio, acentuando-lhe o seu carácter monumental.

Outro aspecto importante, entre 1994 e 1997, foi a descoberta e escavação de uma estrutura com ossos humanos. Estava inserida na segunda rampa pétreo que circunda a Oeste e Sul o recinto superior de Castelo Velho. É contemporânea da principal fase construtiva do dispositivo arquitectónico (c. 2900 e 2200 a.C.) Esta descoberta e a sua análise detalhada (JORGE, S. 1998 e JORGE, S. et alli 1998/1999), sugerem à autora uma questão essencial;

“Como identificar, num contexto arqueológico, uma “função ritual”<sup>10</sup> quando ela não é obviamente sugerida pelas materialidades em estudo?” (JORGE, S. 1998:291).

Todas estas observações e os “dados” até então disponíveis ajudaram a problematizar ainda mais o quadro interpretativo da estação arqueológica. A distribuição espacial, na área ocidental do sítio, e a considerável diversidade e quantidade de artefactos/ecofactos aí exumados leva a autora a reflectir, não só sobre a plurifuncionalidade destas áreas, no seu essencial, continuadas pela Idade do Bronze, como também pela aparente continuidade de um padrão arquitectónico e funcional.

---

<sup>10</sup> A expressão “ritual”, é evidentemente, aliás como sugere a autora, utilizada no seu sentido estrito. Toda a acção humana, e todos os cenários onde ela se desenrola estão “ (...) impregnados de significações que são sempre codificadas e susceptíveis de transmitir mensagens simbólicas mais ou menos complexas.” (JORGE, S. 1998:291).

Ao concluir este trabalho a autora refere a necessidade de continuar o sentido de procura, já que a interpretação de escala média (um povoado fortificado), estava ultrapassada e outra interpretação de escala muito ampla (lugar monumentalizado), seria algo vaga, restava voltar ao campo. E essa procura continua com o impulso dado às escavações arqueológicas através de um projecto aprovado pelo Programa Operacional de Cultura.

### **1.1.3.3. Castelo Velho hoje**

A escavação intensa (seis meses ao longo de três anos), a vasta equipa no terreno e as grandes áreas escavadas, permitiram à coordenadora dos trabalhos<sup>11</sup>, ao longo, não só das últimas publicações sobre o sítio, elaborar um conjunto de reflexões das quais podemos destacar a questão dos contextos preservados/materialidades e cronologia.

#### a) Contextos preservados/materialidades

A escavação deste monumento ofereceu um conjunto significativo de contextos preservados, no interior do recinto, na plataforma intermédia e entre o recinto e o murete Este. Esta situação leva a autora a referir-se ao sítio como “ (...) uma arena de passagem, que atraiu, do 3º ao 2º milénio populações que atravessaram condicionadamente este lugar (...) ” (JORGE, S. 2003d:169).

Estes contextos preservados têm sido estudados detalhadamente ao longo dos últimos anos, como a deposição de ossos humanos (JORGE, S. 1998 e JORGE, S. et al 1998/1999), as várias deposições de pesos de tear (GOMES 2003:121, 124, 126, 131-133) e em outro caso de sementes (BAPTISTA 2003:140-142).

Mas estes contextos não acontecem apenas ao nível de deposições, mas também ao nível de oclusões estruturadas de passagens do murete delimitador do recinto, como as oclusões organizadas de estruturas no interior desse mesmo recinto. Que tipo de reflexões pode provocar estas situações? Que sentidos pressupõem? Que significados sociais possuem?

Importa primeiro definir deposições, segundo Susana Oliveira Jorge:

---

<sup>11</sup> É importante referir que apesar dos trabalhos de coordenação da escavação arqueológica em Castelo Velho de Freixo de Numão terem sido uma tarefa “solitária”, persistente e gigantesca os problemas colocados pela escavação foram sistematicamente discutidos em campo, num verdadeiro trabalho de equipa assumido principalmente pela coordenadora das intervenções, como também pelo Professor Vítor Oliveira Jorge. Existe um conjunto de artigos de cariz problematizador e reflexivo, que não seriam escritos se os seus autores não tivessem participado activamente nos trabalhos de escavação; JORGE, V. 2002, 2003a entre outros.

“ (...) Trata-se de “colocações” a que preside uma intencionalidade de pousar/ocultar/condenar materialidades segundo procedimentos codificados tendo em conta enquadramentos cerimoniais e sentidos contextuais muito diversos” (JORGE S. 2003a: preâmbulo).

Um exemplo ilustrativo desta afirmação relaciona-se com a escavação e estudo de uma estrutura que continha milhares de sementes e centenas de fragmentos cerâmicos. Esta estrutura, localizada no interior do recinto, perto da passagem Oeste, apresentava-se organizada por níveis de sementes e fragmentos cerâmicos dispostos de forma intercalada, detectando-se uma clara manipulação de objectos/artefactos. Aqui, como tem sido observado, quer em Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE S. 2002:151/152), quer em Castanheiro do Vento (VALE 2003:142 e JORGE V., MURALHA J., PEREIRA L., VALE A., COIXÃO A., 2005:29), os fragmentos cerâmicos adquirem o estatuto de artefactos, independentemente de terem pertencido a vasos cerâmicos. O que está em causa é o seu valor de manipulação dentro dessa deposição, e não o seu valor funcional; vasos com sementes. A estrutura não correspondia a um armazenamento de vasos cerâmicos com sementes, mas sim fragmentos cerâmicos e sementes que foram depositados no interior da estrutura.

À excepção de deposições de ossos humanos, de animais, ou de objectos de carácter excepcional, pela sua quantidade<sup>12</sup>, todas as deposições de Castelo Velho de Freixo de Numão, têm uma natureza integrável nos artefactos de uso comum. Ou se quisermos, em artefactos associados a uma situação da “esfera doméstica”. Como afirma a autora, esta ocorrência põe em causa, ou pelo menos contesta, o emprego de um conjunto de conceitos já muito estabilizados na literatura arqueológica; “vida doméstica”, “uso comum/uso doméstico”, “povoados”. (JORGE S. 2003a: preâmbulo). A reflexão passará pela abolição da dicotomia tradicional “doméstico”/“ritual”, e intentarmos pensar o passado destas comunidades do III e II milénio a.C. numa forma não dicotómica. A espacialidade pré-histórica é extremamente complexa e heterogénea, não podendo ser resumida a dicotomias tão caras a uma explicação actual, que procura apenas funcionalidades. E mesmo ao aceitarmos conceitos como o de Richard Bradley quando refere a “ritualização da vida doméstica”, (BRADLEY 2003), no sentido de explicar certos elementos caracterizadores do doméstico no contexto de outros cenários

---

<sup>12</sup> Como por exemplo, a deposição de um machado de cobre, único exemplar do sítio. (BAPTISTA 2003:145) Estava no interior de um contexto fechado, constituído por um nível de barro de revestimento, que envolvia a peça, sobre fragmentos cerâmicos de um mesmo vaso, coberto por uma grande laje de xisto azul.

construídos com esse objectivo (recintos), parece-nos, como para a autora, que se continua a manter essa mesma dicotomia: “vida doméstica” / “vida não-doméstica”. Em publicação mais recente (JORGE 2003d<sup>13</sup>), Susana Oliveira Jorge envereda por uma atitude fenomenológica à situação:

“ (...) tais conceitos dicotómicos impossibilitam pensar-se o passado pré-histórico na sua complexidade, onde diversas formas de codificação dos gestos e, duma maneira geral, do movimento humano, impregnavam a vida toda e ocorriam em *quaisquer lugares experienciados pelo ser humano* e não apenas em alguns “lugares carismáticos” (JORGE 2003d:169/170, os itálicos são da autora).

#### b) Cronologia

Em texto de 2002, a coordenadora das escavações arqueológicas sente a necessidade de ajustar a cronologia do sítio, especialmente após os anos de campanha entre 1997 e 2001. Tomou em consideração “ (...) os dados de campo (análise de estruturas, estratigrafia, materiais associados) e os dados de gabinete (nomeadamente tipologia dos materiais cerâmicos) (...)”, (JORGE & RUBINOS 2002:95) e conjuntamente com António Rubinos escrevem um artigo<sup>14</sup>, onde reflectem sobre a diacronia do sítio. É este texto que iremos seguir de perto.

Uma primeira reflexão refere a contínua ocupação do sítio entre 3000 e 1300 cal BC, pois qualquer ponto entre aquelas datas está representado, por pelo menos 4 datas. Uma outra reflexão sugere o início de ocupação do sítio em torno de 3000 cal BC (7 datas). Estas amostras foram recolhidas em diferentes pontos da estação arqueológica, o que leva os autores a dizer que a “ (...) a primeira ocupação de Castelo Velho se realizou, desde o princípio, em toda a área do topo do morro.” (JORGE & RUBINOS 2002:103)

Ao fazerem a articulação entre a estratigrafia e a cronologia absoluta de Castelo Velho, os autores referem que não há contraditório entre os parâmetros cronológicos admitidos para a estação arqueológica como vimos no ponto 1.1.3.3. para as datas das camadas 2, 2/3 e 3. Apenas duas datas de um universo de 19 poderão estar erradamente contextualizadas. Esta situação deve-se à excessiva margem de erro da maioria das

---

<sup>13</sup> Embora esta publicação seja de 2003, a data de entrega do texto da autora é Outubro de 2004.

<sup>14</sup> JORGE, Susana Oliveira e RUBINOS, António, (2002), “Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os Dados e os Problemas”, *Côavisão, cultura e ciência*, nº4, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp.95-112.

datas, sobrepondo-se o intervalo de tempo, total ou parcialmente ao lapso cronológico estipulado arqueologicamente para as camadas 2 e 3 (JORGE & RUBINOS 2002:102).

Para a camada 4 surgem alguns problemas. Apenas uma data é compatível para a camada arqueológica num total de 7. Este problema é comentado pelos autores da seguinte forma:

“ (...) o pequeno lapso de tempo sugerido pela observação arqueológica para esta camada (c. de 100 anos) coloca problemas metodológicos na datação pelo C14. Na verdade, será sempre muito difícil obter intervalos de datas calibradas inferiores aos limites aduzidos para a camada 4. Quaisquer que eles sejam, sobrepor-se-ão sempre a intervalos de tempo dos inícios da camada 3.” (JORGE & RUBINOS 2002:102).

Existe, assim, para os autores, uma concordância genérica entre as camadas 2, 2/3 e 3 e a cronologia absoluta. Esta concordância aponta para a ideia de que a camada 3 corresponde a um grande intervalo de tempo, entre cerca de 2900 a.C. e os inícios do 2º milénio a.C. e a camada 2 poderá desenvolver-se entre este momento e 1300 a.C.

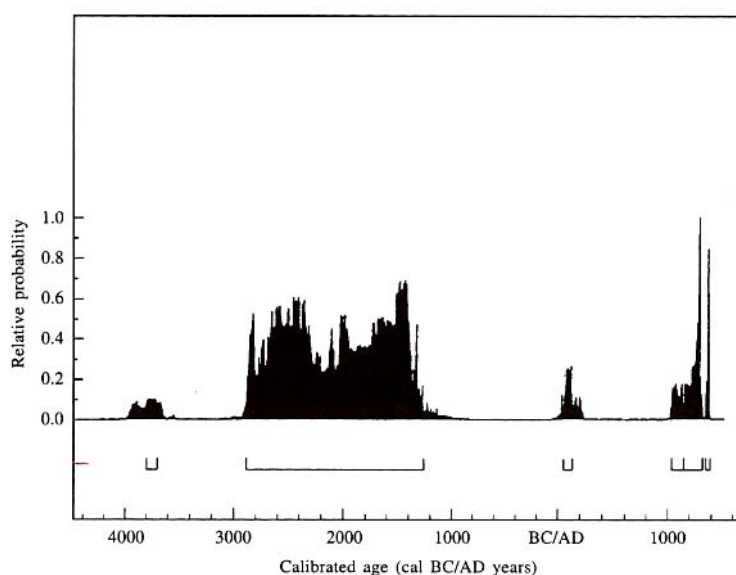


Figura 2 – “Representação da soma das probabilidades do conjunto de datas de C14 calibradas de Castelo Velho, realizada com o programa OxCal 3.5, curva INTCAL 98,2 sigma.” (JORGE e RUBINOS 2002:105)

A soma de probabilidades de todas as datas processadas, objectiva uma visão de conjunto da cronologia da estação<sup>15</sup>. Este cálculo gerou seis intervalos.

1- 3794-3705 cal BC é reflexo da data ICEN-882, que não tem apoio na observação arqueológica.

<sup>15</sup> Segundo Antonio Rubinos e seguindo Ramsey 1995 e Caballero *et al* 1999, “ Somar as probabilidades de datas de C14 calibradas é um método muito utilizado, com o qual se pretende obter a distribuição conjunta das datas sem reduzir as margens de erro. O intervalo calculado não data um momento concreto mas gera o lapso temporal estimado para o período compreendido pelas datas. Assim, o intervalo obtido a 2 sigma deve entender-se como o de 95,4% do período a que correspondem as datas e não como o de 95,4% de probabilidades de que todas as datas estejam incluídas no referido intervalo” (2002:103).

2 e 3- 2884-1289 cal BC mostra-nos o contínuo da ocupação da estação arqueológica durante o 3º e o 2º milénio a.C. Os máximos e mínimos mostrados têm que ser entendidos como uma maior ou menor probabilidade de que esse momento esteja representado pelas datas de C14.

4- 54-135 cal AD, é igualmente o reflexo de uma data, CSIC-1656.

5 e 6- Referem-se à ocupação medieval do sítio.

No final do seu texto os autores referem dois tipos de constrangimentos relativamente à relação existente entre camadas arqueológicas e a cronologia absoluta. Primeiro, os processos de alteração sedimentar, sejam naturais ou antrópicos, podem não ser perceptíveis na análise estratigráfica dos contextos recolhidos para datação. Explicam assim algumas das datações mais recentes recolhidas em contextos da camada 4. Segundo, referem-se aos problemas inerentes à metodologia de datação pelo C14, principalmente os grandes intervalos de tempo, que impedem a existência de uma cronologia fina e conseqüentemente a definição de limites cronológicos mais precisos para cada camada.

#### **1.1.3.4. As dissertações de mestrado**

Desde o início dos trabalhos arqueológicos de Castelo Velho de Freixo de Numão, que a coordenadora das escavações implementou um programa de elaboração de trabalhos académicos, conducentes à sua apresentação pública. Actualmente foram apresentadas nove teses de mestrado e encontra-se em preparação uma tese de doutoramento. A análise que se segue, necessariamente sucinta, destes trabalhos, respeita a “nomenclatura” conceptual utilizada pelos seus autores, pois não só é reveladora de determinadas abordagens assentes em paradigmas específicos, como, a níveis mais gerais e actuais, poderá enformar o próprio raciocínio questionador e limitar reflexões que este tipo de sítios nos podem e devem sugerir.

A estratégia seguida passava pelo estudo do enorme acervo arqueográfico que ia sendo exumado ao longo das diversas campanhas de escavação. O primeiro trabalho foi defendido em 1993 e o último em 2003. A orientação metodológica e o questionamento científico tiveram uma evolução semelhante aos problemas colocados pela autora nos diversos artigos analisados acima.

Podemos referir dois grandes períodos; um até 1996, onde se privilegiava ainda uma atitude de carácter funcionalista e histórico-culturalista, e outro período que objectivamente abarca apenas as três últimas teses de mestrado elaboradas sobre o sítio.

#### **1.1.3.4.1 Os paradigmas funcionalistas e a visão histórico-culturalista:**

Dissertação de mestrado de Maria das Dores Cruz (1993).

O objectivo principal deste trabalho, segundo a autora, consistia “(...) na investigação da existência de variabilidade social ao longo do III milénio e inícios do II a.C., utilizando como base a análise da variabilidade morfológica e tecnológica da cerâmica doméstica do povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão).” (CRUZ 1993:1). Este objectivo interligava-se com a ideia de estudar “ (...) o contexto de produção e uso da cerâmica doméstica, com especial incidência na inferência da função dos recipientes e na sua relação com as características sócio-económicas patentes na estrutura arquitectónica do povoado.” (CRUZ 1993:2).

O objectivo principal derivava de pressupostos teóricos vindos directamente de uma arqueologia de cariz processualista e funcionalista. A autora parte sempre do princípio que Castelo Velho de Freixo de Numão é um povoado<sup>16</sup>, procurando encontrar espaços habitados domésticos, rácios populacionais e respectivas densidades. Em termos da arquitectura do sítio, a autora, refere-se à “muralha” como um provável elemento de diferenciação social. Esta, para além da sua “função defensiva”, teria sido construída com uma intencionalidade social de delimitar duas áreas do “povoado”.

As conclusões do seu trabalho, continuam a reflectir um paradigma histórico-culturalista; fala-nos de complexificação social associada a uma acumulação de produtos agrícolas e matérias-primas (CRUZ 1993:326), de funções específicas relacionáveis com o sistema de produção, transformação e armazenamento de produtos agrícolas (CRUZ 1993:333) e entre outros conceitos, de situações de mobilização desigual de bens, que segundo a autora, poderá ser visto como uma forma de materialização de relações sociais desiguais (CRUZ 1993:343). Embora a análise da cerâmica elaborada não seja suficiente para permitir o conjunto de afirmações exposto no parágrafo anterior, Maria da Dores Cruz, conclui que em Castelo Velho estar-se-ia “

---

<sup>16</sup> Mas por outro lado, evidenciando uma contradição, refere em nota que “ (...) algumas estruturas escavadas até à data são de carácter doméstico, mas não são habitações propriamente ditas” (CRUZ 1993:18).

(...) possivelmente, numa fase de desenvolvimento social que resultaria posteriormente em maior complexificação socio-política, onde a supremacia individual é nítida a vários níveis. A ausência de bens de prestígio, valorizados pela sua raridade ou matérias-primas, não invalida a constatação de assimetrias sociais. Estas podem usar produtos agrícolas e/ou meios de produção como alternativas materiais para a sua produção e reprodução.” (CRUZ 1993:343)

A autora definiu um modelo funcionalista de trabalho, partindo do estudo da cerâmica para onde tentou remeter todas as suas observações. O elemento de estudo cerâmico serviu neste caso para objectivar um modelo apriorístico.

Dissertação de mestrado de Iva Botelho (1996)

Mais uma vez o objectivo de estudo recaía num conjunto cerâmico exumado em 1991 e 92. Além da classificação tipológica privilegiava-se quer a análise funcional dos recipientes, quer a análise funcional espacial do povoado. E é neste último objectivo que a autora apresenta as maiores influências de uma arqueologia funcionalista. Ao detectar que a grande unidade de trabalho a nível cerâmico é o fragmento e não o recipiente, toca num ponto essencial de uma das explicações do sítio. No entanto, o nível de abordagem é o paradigma funcionalista, assim, e ao citar Michael Schiffer<sup>17</sup>, refere que o domínio de fragmentos cerâmicos se deve a “ (...) amplos descartes secundários (...)” (BOTELHO 1996:142), sem colocar a hipótese de se tentar outro nível de explicação, como acontecerá mais tarde, com o segundo grupo de dissertações de mestrado, que entre outras, novas questões, colocam a ênfase no fragmento e não no vaso.

Dissertação de mestrado de João Muralha (1996).

Esta dissertação de mestrado embora seguisse metodologicamente as dissertações anteriores em relação ao tratamento da cerâmica, adicionava novos elementos. Pela primeira vez os materiais líticos de todas as campanhas de escavação eram estudados e propunha-se uma abordagem estatística aos dados até então conhecidos. O trabalho pretendia responder a quatro grandes questões:

“a) Constituição de um quadro tipológico dos artefactos líticos e cerâmicos ocorridos durante as três principais fases de ocupação do povoado de Castelo Velho.

---

<sup>17</sup> Este autor refere-se aos fragmentos cerâmicos sem forma como “ (...) such artifacts usually provide only the weakest evidence for behavioral inference.” (1991:299), citado por BOTELHO 1996:142.



b) Análise da distribuição espacial, em cada uma das fases de ocupação, dos referidos artefactos, em ordem à detecção de eventuais áreas funcionais.

c) Investigação dos processos pós-deposicionais responsáveis pela distribuição horizontal e vertical dos artefactos em estudo.

d) Tratamento estatístico dos dados com vista à determinação de permanências e descontinuidades de tipos de artefactos nas duas principais fases de ocupação do povoado em causa” (MURALHA 1996:1).

Como podemos ver pela leitura dos objectivos de trabalho, também esta dissertação pressupõe uma análise funcionalista aos elementos do chamado “egisto arqueológico”. A metodologia de análise cerâmica seguia a tese de Cruz e as conclusões não diferem dos trabalhos anteriores. O estudo do material lítico revelou pouca variabilidade tipológica e a pouca percentagem de utensílios, assim como a grande existência de elementos de moinho, não foram suficientes para o autor tentar encontrar outras explicações, além das tradicionais de âmbito funcionalista, (trabalho associado a actividades de carácter económico).

A alínea b, que pretendia analisar a distribuição espacial dos materiais na tentativa de se sugerir a existência de áreas funcionais, é um excelente exemplo de enquadramento funcionalista, embora uma das conclusões pareça perceber que a sugestão avançada não seria, talvez a mais plausível; “ As áreas detectadas correspondem a uma determinada funcionalidade, mas não correspondem a uma homogeneidade dentro de cada função. O espaço interno, na sua aparente simplicidade de espaços limitados, parece ser mais complexo (...)”. (MURALHA 1996:178)

O modelo estatístico construído pretendia dar resposta à pervivência ou não de determinados tipos morfológicos e decorativos entre dois momentos de ocupação do sítio. Era um modelo inspirado em bibliografia de pendor fortemente funcionalista, assim como as conclusões gerais a que se chega. Mas no final do trabalho sugeria-se que seria sempre necessário regressar ao campo, à escavação.

Dissertação de mestrado de Cristina Silva (1996).

O trabalho de Cristina Silva possuía um duplo objectivo; análise da cerâmica da camada 3 de Castelo Velho de Freixo de Numão recolhida durante a campanha de 1994, e uma tentativa de ensaio de territórios de exploração, através de um programa de prospecção.

Em relação ao estudo da cerâmica a autora é de opinião que, “O material cerâmico produzido por uma comunidade permite-nos aceder à sua evolução económica e social” (SILVA 1996:20). No entanto as suas conclusões apontam apenas para observações de carácter técnico e morfológico. Sugere áreas de ocupação habitacional e/ou de armazenagem mas coloca a questão de estas áreas não serem validadas pela “detecção de estruturas claramente “domésticas” embora “ estas não existam na parte superior do povoado” (SILVA 1996:135). Continua, afirmando; “ De uma forma geral, a cerâmica em questão pertence a um contexto marcadamente doméstico, enquadrando-se na linha dos conjuntos estudados anteriormente.” (SILVA 1996:138) A autora seguiu os mesmos pressupostos teóricos que Cruz, Botelho e Muralha na análise do conjunto cerâmico, e a mesma visão histórico-culturalista, principalmente de Cruz e Botelho, está novamente presente.

Por fim concluiu, afirmando que a cerâmica de Castelo Velho de Freixo de Numão é “ (...) uma cerâmica doméstica, de tipologia diversa, adaptada a um quotidiano que implicaria contextos habitacionais vincadamente sedentários. A implantação sólida de uma comunidade no território e a sua elevada complexidade social torna-se ainda mais visível nas áreas funcionais do povoado conectadas com a armazenagem e a tecelagem, bem como no espaço cénico da acrópole do mesmo.” (SILVA 1996:153-154).

Em relação aos trabalhos de prospecção e após a cartografia de 14 sítios arqueológicos, a autora avança com duas propostas de trabalho; identificação de territórios de exploração económica e a “problemática da tumulação”. Para o primeiro caso segue as propostas de Davidson e Bailey (1984), que delimitam espacialmente a área a ser explorada em termos locais. Estes autores partem de um modelo teórico para chegar a áreas de subsistência diária, ou seja, tentam sugerir a caracterização da economia de subsistência praticada. A autora aqui aplica o conceito de “site catchment analysis”<sup>18</sup>. Novamente a abordagem segue paradigmas funcionalistas, o meio ambiente envolvente é sempre olhado como um recurso potencial de carácter económico, sem se prestar atenção a um conjunto de outras variáveis importantes numa análise de um dado território.

A segunda temática abordada (contextos tumulares), também é observada numa perspectiva de enquadramento funcionalista. Castelo Velho de Freixo de Numão é um povoado com características domésticas e defensivas e conseqüentemente deveria ter a

---

<sup>18</sup> Este conceito, assim como o de “site territorial analysis” serão discutidos ao longo deste trabalho.

sua necrópole. A sua localização e o seu estudo poderiam ajudar a determinar o grau de sedentarização dessa população. Encontramos aqui um outro paradigma da arqueologia funcionalista. A dicotomia entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, entre povoados e necrópoles.

Por último, na sua conclusão, fala-nos de relações inter-comunitárias através do “ (...) registo de características similares na produção cerâmica de povoados diferentes (Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, por exemplo) (...) se atendermos à dispersão geográfica do motivo decorativo “penteadado”. A existência destas relações torna-se visível noutros aspectos, nos quais se salienta o aparecimento de estruturas de carácter defensivo”. (SILVA 1996:154). Partindo do elemento decorativo infere ainda que parte das relações existentes entre sítios arqueológicos, seriam de carácter agressivo, daí a necessidade de construir “muralhas”.

Dissertação de mestrado de Leonor Pereira (1999).

A dissertação de Leonor Pereira analisou as cerâmicas “Cogeces” de Castelo Velho de Freixo de Numão. A especificidade da temática abordada, não permitiu a esta autora, avançar com grandes modificações de âmbito paradigmático. A grande alteração em relação aos outros trabalhos foca-se na caracterização que faz do sítio; “ (...) espaço “monumentalizado”, cenário de estratégias económicas e simbólicas diversas e onde se estabelecem relações de interacção com diferentes zonas peninsulares” (PEREIRA 2000:52).

Dissertação de mestrado de José Varela (2000).

Este autor parte do estudo do conjunto de materiais cerâmicos provenientes de uma “fase de ocupação” de Castelo Velho de Freixo de Numão, atribuível ao Bronze Inicial/Médio (2300-1300 a.C.). Direcção o seu estudo no sentido de traçar uma tabela tipológica das cerâmicas, assim como tenta identificar indicadores de continuidade e/ou descontinuidade relativamente às fases anteriores de ocupação.

Caracteriza Castelo Velho de Freixo de Numão como um sítio onde se detecta a coexistência de vestígios de carácter doméstico com estruturas de carácter funerário. É um “ (...) sítio inédito no contexto dos nossos conhecimentos actuais, de carácter multifuncional e apresentando uma organização espacial em “áreas funcionais” especializadas”, (VARELA 2000:156) onde a moagem, a tecelagem e a ocorrência de diversas estruturas de armazenamento utilizadas de forma continuada e sem grandes

alterações até ao final da ocupação do local, parecem integrar este sítio, dentro de um processo de intensificação económica e de armazenamento de excedentes.

A arquitectura do sítio é referida como um projecto de monumentalização “ (...) e cuja referência arquitectónica fundamental, inserida num conjunto complexo de estruturas como “muros”, “muralhas” e “rampas”, é a base de uma grande torre central, que terá sido erigida por volta de 2900 A.C. [cal.] e mantida até ao final da ocupação deste local.” (VARELA 2000:156)

O carácter monumental do sítio é entendido como um “ (...) empreendimento orientado no sentido de aumentar a sua visibilidade na paisagem tornando-o, desta forma, uma referência visual num território muito vasto e dominando visualmente o rio do Vale da Vila, o planalto de Foz Côa e o “corredor” Longroiva/Vilariça.” (VARELA 2000:156)

No seu trabalho com o material cerâmico, José Varela segue a metodologia de análise técnica e morfológica das dissertações anteriores. As suas conclusões diferem das de Muralha no sentido em que afirma que se assiste a uma progressiva substituição de um determinado tipo decorativo por outro<sup>19</sup>.

Em síntese refere que Castelo Velho de Freixo de Numão entre 2300-1300 a.C. representa uma “ (...) sociedade que atravessa um processo gradual de mudança que parece ocorrer paralelamente a uma maior integração nos circuitos supra-regionais, particularmente com a Meseta Norte e o “horizonte Cogeses”. (VARELA 2000:160)

No entanto o trabalho deste autor, que à semelhança de Cristina Silva, também fez prospecção arqueológica, problematiza a localização espacial de sítios arqueológicos numa dupla perspectiva:

- Sítios implantados em esporões monumentalizados.
- Sítios arqueológicos com estruturas monumentais situados a meia encosta ou junto a vales com linhas de água.

Onde os primeiros seriam cabeças de povoamento de territórios mais vastos que abrangeriam povoados com estratégias diversificadas de implantação. Correlaciona ainda a monumentalização destes sítios com um desenvolvimento numa agricultura baseada no cultivo de cereais e leguminosas e no armazenamento desses produtos.

---

<sup>19</sup> José Varela refere-se às decorações penteadas que progressivamente vão sendo substituídas pela decoração plástica. João Muralha na sua dissertação de mestrado afirma que existe uma probabilidade de a decoração penteadas continuar a subsistir durante a Idade do Bronze Inicial e Médio, embora em menor percentagem do que a existente durante o III milénio a.C.

No final do seu trabalho coloca um conjunto de questões relevantes das quais citamos uma, cuja eventual resposta nos parece ser muito importante; “Que funções terá desempenhado um local fortemente monumentalizado como o Castelo Velho de Freixo de Numão e que relações se podem estabelecer entre esta [e] as outras estações arqueológicas, de tipologia diversa, que têm sido identificadas nesta região?” (VARELA 2000:163). Deixemos, por enquanto, esta questão em aberto.

#### **1.1.3.4.2 Uma outra perspectiva**

Dissertação de mestrado de Lídia Baptista (2003).

Esta autora tem como finalidade o estudo do material cerâmico exumado no interior do recinto, tendo como balizas cronológicas os anos de escavação de 1989 a 2001. Por outro lado, objectiva igualmente, a “ (...) distribuição espacial dos fragmentos e definição de áreas, tendo como critério a maior concentração de fragmentos (...)” (BAPTISTA 2003:2), como pressuposto para interpretações do recinto em relação ao significado dos vestígios cerâmicos em contextos concretos. Desta forma, a autora analisa a distribuição espacial do material cerâmico e define um conjunto de áreas para as camadas em análise, a 3 e a 2. É nas observações a esta metodologia que se afasta de uma interpretação funcionalista e se aproxima às ideias de Susana Oliveira Jorge. Este caminho é perceptível na análise que faz à estrutura das sementes (2003:140-144). Partindo dos vários níveis de deposições aí detectados e de uma relação altimétrica dos fragmentos cerâmicos no interior da estrutura (2003:143), faz um conjunto de reflexões interessantes, para a camada 3:

a) Identifica uma série de associações indiscriminadas entre fragmentos de vasos e sementes, considerando que os fragmentos foram depositados deliberadamente depois de partidos e que se associaram às sementes.

b) Observando os diversos níveis e o estado dos artefactos, refere que não é possível identificar vasos que continham sementes.

c) O que parece é que fragmentos e sementes são manipulados “ (...) enquanto elementos cuja dinâmica apesar de remeter para o armazenamento de bens não é materializada enquanto tal, ou seja, existe uma lógica de representação dessa actividade, que faz com que os artefactos sejam manipulados de forma diferente daquilo a que chamamos “funcional”. Desta forma, mais do que um contexto de armazenamento

estamos perante uma representação metafórica dessa actividade.” (BAPTISTA 2003:144).

Concluiu o seu trabalho com uma questão: “Quais seriam as funções dos recipientes cerâmicos de Castelo Velho?” (BAPTISTA 2003:153). Ao ensaiar uma resposta, afasta-se das funções primárias de uso doméstico, pois em Castelo Velho é muito difícil identificar contextos domésticos. Os contextos que a autora analisa no seu trabalho, demonstram uma “ (...) heterogeneidade de espacialidades onde os fragmentos cerâmicos são manipulados em associações com diferentes categorias de artefactos, que não permitem inferir uma funcionalidade primária para recipientes cerâmicos. São “cacos” depositados como elementos independentes da realidade a que pertenceram outrora, o vaso.” (BAPTISTA 2003:154).

Dissertação de mestrado de Sérgio Gomes (2003).

Partindo de uma abordagem contextual, o autor tenta desconstruir a correlação imediata entre pesos de tear e uma única tarefa; a tecelagem. Através da articulação dos vários contextos onde os pesos são recolhidos, seja na fundação de uma estrutura, na condenação de uma entrada, junto a ossos humanos ou em representações da tecelagem, tenta fazer “emergir sentidos”. No entanto refere igualmente que estas materialidades não correspondem à intencionalidade dos autores que as produziram sublinhando que um (...) contexto não é mais do que uma criação de uma convenção de que é feita a arqueologia.” (GOMES 2003:140)

Quer-nos parecer que esta abordagem é a mais interessante do seu trabalho; “ (...) substitui-se a tentativa de inferir a actividade que o reconhecimento do artefacto pressupõe por um exercício de interpretação das solicitações que são activadas pelos contextos e que definem, em termos de possibilidades, os desempenhos desses artefactos.” (GOMES 2003:109) Em seguida analisa um conjunto de contextos onde tenta demonstrar a não imediata inferência à tecelagem, através da existência do artefacto peso de tear. Dá exemplos destes artefactos encarados como elementos que participam numa manipulação simbólica de ossos humanos (GOMES 2003:123), como elementos presentes numa “condenação” de uma entrada (GOMES 2003:132) e até como elementos que prefiguram a representação de um tear (GOMES 2003:128). A análise deste contexto é particularmente interessante e representativa da alteração de paradigma que este trabalho representa. O autor contrapõe uma explicação representacionista à mecanicista, normalmente sugerida neste tipo de contexto. A

concentração de pesos de tear (total de 27), induziria automaticamente o arqueólogo a referir a existência de um tear vertical ou de um tear armazenado, enquanto Sérgio Gomes propõe outras duas hipóteses. Primeiro, os “pesos” mantêm a sua significância com a tecelagem, representando um tear vertical, ou o seu armazenamento, enquanto numa segunda sugestão, os “pesos” não têm necessariamente uma significância relacionada com a tecelagem, dependendo da interpretação de uma visão global do sítio.

A abordagem contextual, neste caso, apenas veicula o desempenho que os pesos de tear podem ter tido num dado contexto. Os objectivos são completamente diferentes daqueles das dissertações anteriores. No entanto apesar da crítica à perspectiva funcionalista, aqui sempre entendida como processo mecânico, o autor no final do seu trabalho, escreve; “ (...) se a presença dos “pesos de tear” não pode ser tomada como índice de tecelagem, é indicador de quê? ” (GOMES 2003:140)

Dissertação de mestrado de Maria de Lurdes Oliveira (2003).

O objectivo de estudo desta dissertação era, mais uma vez, os materiais. No entanto, esta autora não se cinge aos fragmentos cerâmicos estudando todos os artefactos da camada 4. Como a identificação em campo desta camada, se apresentava parcelar, a autora optou pela análise de áreas bem delimitadas no terreno. No entanto, o que se estuda não “ (...) é uma fase de ocupação correlacionada com uma camada definida estratigráfica e cronologicamente, mas uma série de espacialidades (...)” (OLIVEIRA 2003:26).

No seguimento do seu trabalho a autora caracteriza cada categoria artefactual relativamente à sua distribuição espacial, procedendo depois à contextualização dos artefactos e problematização de cada espacialidade, que neste estudo se apresenta como um contexto (unidade formal). Na comparação de todos os contextos estudados sobressaem mais as diferenças que as semelhanças. Mas encontra um fio condutor; “ (...) as tarefas que possam ser articuladas a estas materialidades, é de referir que quase todos elas sugerem o manuseamento dos artefactos (fragmentos ou inteiros) num processo de deposição associado à própria arquitectura” (OLIVEIRA 2003:110).

Sugere um novo cenário, cujo motivo resida na forma como as intervenções arquitectónicas seguidas se relacionam com a paisagem. No seu nível de análise (a camada 4), propõe que a “ (...) intervenção faz-se no sentido de escavar a rocha para a construção de estruturas de reduzido porte abertas à paisagem, ainda que o morro seja alterado, as estruturas não alteram drasticamente a sua configuração.” (OLIVEIRA

2003:113). Mais uma vez o modelo funcionalista não é adoptado. Os modos de explicação são contextuais e conceitos interpretativos como a espacialidade são valorizados.

Esta breve análise, a todas as dissertações de mestrado defendidas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, suscita-nos algumas observações.

a) É interessante notar que a apresentação desses trabalhos não seguem imediatamente os novos pressupostos paradigmáticos de Susana Oliveira Jorge. Os trabalhos defendidos até 1996 continuam a seguir um modelo funcionalista. A ruptura que o trabalho de 1994 representa no universo interpretativo destes sítios, apenas tem influências ao nível do pormenor. A um nível pessoal, este corte epistemológico apenas se torna mais perceptível e lentamente incorporado, quando o projecto de escavação de Castanheiro do Vento se inicia e progride. Isto é, quando um novo quadro de investigação começa com um conjunto de novas questões, surge a possibilidade de abertura a novas formas interpretativas, enquanto outras se fecham (GUIGNON 1983:16, citado por THOMAS 2004:77). Podemos referir que a incorporação deste novo modelo processa-se lentamente, mas enquanto o esforço de procura, o esforço de mudança de perspectiva no contexto de uma investigação, continuar, teremos sempre hipóteses de abrir novos caminhos dentro dos quais operamos.

b) A escala de análise das diversas dissertações de mestrado é essencialmente local, ou seja, centra-se na estação arqueológica. No entanto existem algumas diferenças, os trabalhos de João Muralha, Cristina Silva e José Varela, alargam o seu âmbito de análise ao território envolvente. Procura de matérias-primas (MURALHA 1996), prospecção de outros sítios (SILVA 1996 e VARELA 2000), ou problematização da localização espacial de outros sítios (VARELA 2000). Apenas Leonor Pereira (1999) ensaia uma problematização à escala peninsular. É interessante notar que as primeiras dissertações (CRUZ 1993 e BOTELHO 1996), assim como as últimas três (GOMES 2004, BAPTISTA 2004 e OLIVEIRA 2004), utilizam uma escala estritamente local; a estação arqueológica e o seu acervo artefactual. Em termos de paradigmas metodológicos, são igualmente os dois grupos de trabalhos que mais se distanciam entre si.

c) Os conceitos operacionais utilizados por Susana Jorge são igualmente usados pelos autores das dissertações. Intensificação, interacção, complexificação, são conceptualizações associadas a uma visão processual/funcionalista (trabalhos até 1996), enquanto após 1994, conceitos como monumentalização e espacialidade surgem no



universo interpretativo das dissertações, associados à arquitetura do sítio, à ideia de delimitação espacial e de análise contextual.

d) Por último, a ideia de passado. A visão reconstitutiva do passado é até 1993 elaborada a partir de sequências estratigráficas que nos descrevem a estratégia de ocupação do sítio, enquanto após a publicação de 1994, o passado, apresenta-se como resultante de uma contínua negociação social de sentidos, em cada presente. Esta última visão, apenas é abordada nos três últimos trabalhos.

Embora neste momento a história das investigações arqueológicas desta região não fique completa sem se falar de Castanheiro do Vento, não será aqui que ela será feita. O corpo central deste trabalho é dedicado a esse sítio, assim, o capítulo 3 fará referências extensivas à descrição, análise e interpretação daquela estação arqueológica.



## **2. O MEIO AMBIENTE/O QUADRO FÍSICO<sup>20</sup>**

### **2.1. Introdução**

“The terrestrial world is mostly made of surfaces, not of bodies in space. And these surfaces often flow or undergo stretching, bending, and breaking in ways of enormous mechanical complexity.” (GIBSON 1986:15)

“We live in an environment consisting of substances that are more or less substantial; of a medium, the gaseous atmosphere; and of surfaces that separate the substances from the medium. We do not live in “space.” (GIBSON 1986:32)

“The fundamentals of the environment – the substances, the medium and the surfaces – are the same for all animals (...). For terrestrial animals like us, the earth and the sky are a basic structure on which all lesser structures depend. We cannot change it. We all fit into the substructures of the environment in our various ways, for we are all, in fact, formed by them. We were created by the world we live in” (GIBSON 1986:130)

As três citações de James Gibson servem-nos de introdução e apoio para uma tentativa de operacionalização de conceitos, que objectivam a descrição de um determinado quadro físico. A análise geológica, geomorfológica, geográfica, de solos, entre outras, que é feita nos trabalhos de arqueologia, têm servido dois tipos de enquadramento; um de carácter instrumental, onde se define um “espaço” com base nas suas características físico-geográficas, descrevendo-o como um suporte da comunidade que nele viveu, e outra de carácter economicista, olhando o território meramente como um recurso “económico”.

Enquanto no primeiro tipo de enquadramento o que lhe está subjacente é um “espaço” onde se desenrola uma determinada acção humana, inserida em diversas componentes físico-geográficas de um território, no segundo tipo de abordagem, o “espaço” no qual se movimentam as populações é visto, por essas populações, como algo transformável, apropriável, embasamento de construção, utilizado e reconstruído

---

<sup>20</sup> A utilização da palavra meio-ambiente surge aqui no mesmo sentido do que a palavra inglesa “environment”. Estamos conscientes de que a utilização deste conceito, quer meio-ambiente, quer “environment”, transporta consigo uma importante dicotomia, aliás, já assinalada por Vítor Oliveira Jorge: “Note-se que (...) a própria palavra inglesa “environment” (o que rodeia algo) implica automaticamente esta dicotomia entre o mundo e os seres que nele “habitam” (...) está centrada na ideia do ser (animal e, ainda mais importante, observador humano que conceptualiza a adaptação desse animal a determinada fracção do meio).” (2003:32)

constantemente, sendo regido por princípios de maximização de recursos disponíveis com um mínimo de esforço.

A nossa perspectiva, inspirada em ideias do autor citado inicialmente e Tim Ingold, ensaia uma descrição do meio ambiente, procurando uma alternativa à visão estritamente economicista ou meramente descritiva. Vejamos como.

Qualquer organismo<sup>21</sup>, ou conjunto de organismos, estabelece relações bi-únicas, interage constantemente com o meio. As interações são mútuas, dialogantes. Não existe uma adaptação ao meio, existe sim, uma adaptação a si próprio, equilibrada e imersa num determinado meio.

Este conjunto de organismos, ou melhor neste caso, estas comunidades, percorrem, habitam, experienciam o meio. Este é constituído, e constitui, um permanente e sucessivo habitar de pessoas e gerações, sendo, também temporal. Não é uma realidade neutra (pronta a ser explorada), mas sim vivência. É um meio de intenções, de intensidades inseparáveis da experiência de quem nele habita.

É neste sentido que as anteriores citações de James Gibson se tornam importantes. Este autor tenta entender como é que as pessoas percebem o ambiente em seu redor (meio-ambiente). A sua aproximação ao problema é completamente diferente da posição dominante nos finais dos anos setenta do século XX). Gibson refuta a ideia de que a mente trabalha sobre as sensações da luz, som, tacto, organizando modelos internos que posteriormente nos servirão de guia. Avança com a explicação de que a percepção é o organismo como um todo no seu ambiente. Ao contrário da física clássica que nos diz que “ (...) we live in a physical world consisting of bodies in space and what we perceive consists of objects in space.” (GIBSON 1986:16), contrapõe a ideia de que o meio ambiente é melhor descrito em termos de “medium (meio)”, “substances (substâncias)” e “surfaces (superfícies)”. Onde “superfícies” constituem o interface entre a água, terra e ar; “substâncias” são as rochas, os solos, as argilas, a madeira, os minerais, os metais, mas acima de tudo são os vários tecidos das plantas e animais inseridos no meio-ambiente; e o “meio” é caracterizado por seis itens essenciais: 1- permite a locomoção, 2 – geralmente é transparente, transmite luz, permitindo a visão, 3 – transmite vibrações, som, 4 – permite a difusão ou a dissolução,

---

<sup>21</sup> O conceito de organismo(s) é amplamente discutido por Tim Ingold (2000:89-98). Este autor inicia a sua reflexão com uma questão: “(...) is an organism a thing or a being?” (2000:89). Ao longo do capítulo seis do seu livro *The Perception of the Environment*, Ingold acaba por propor uma definição de organismo, que é aquela que nos interessa reter “(...) that all organisms, including human ones, are not things but beings. As beings, persons are organisms, and being organisms, they – or rather we – are not impartial observers of nature but participate from within in the continuum of organic life” (2000:90).

cheiro, 5 – contém oxigénio e permite respirar, e 6 – tem gravidade, possui um eixo vertical de referência. O “meio” contém informações acerca de coisas que reflectem luz, vibram ou são voláteis e uma vez detectadas estas informações, os seres vivos orientam-se, respiram e controlam a locomoção (GIBSON 1986:16-32).

A chamada teoria da “psicologia ecológica” (de James Gibson), parte do pressuposto que a actividade da percepção consiste no movimento intencional de todo o ser (corpo e mente), no seu meio ambiente<sup>22</sup>. Segundo Ingold, ao analisar as sugestões de Gibson, referente à percepção:

“First, if perception entails movement, then it must be a mode of action rather than a prerequisite for action. (...) Secondly, if perception is a mode of action, then what we perceive must be a direct function of how we act. Depending on the kind of activity in which we are engaged, we will be attuned to picking up particular kinds of information. The knowledge obtained through direct perception is thus *practical*, it is knowledge about what an environment offers for the pursuance of the action in which the perceiver is currently engaged. (...) Thirdly, the information that is potentially available to an agent is inexhaustible: there is no limit to what can be perceived. (...) Finally (...) one learns to perceive in the manner appropriate to a culture, not by acquiring programmes or conceptual schemata for organising sensory data into higher-order representations, but by “hands-on” training in everyday tasks whose successful fulfilment requires a practised ability to notice and to respond fluently to salient aspects of the environment” (INGOLD 2000:166-167, os itálicos e as aspas são do autor).

Esta longa citação remete-nos para um ponto importante do trabalho de James Gibson e de Tim Ingold, a superação de dicotomias tão caras a um pensamento de raiz cartesiana; natureza/cultura, sujeito/objecto, intelecto/sensação, entre outras. Estes autores reunificam percepção e cognição dentro dos contextos práticos de inserção contínua com o meio-ambiente no decurso das vivências quotidianas.

No entanto para Gibson, é importante não confundir o meio-ambiente com o mundo físico da natureza (GIBSON 1986:8). Gibson separa-os apenas de um ponto de vista de escala e da forma de o medirmos<sup>23</sup>.

Temos de englobar o mundo físico como meio habitado e não distingui-lo sistematicamente do meio ambiente, pois a percepção e a cognição do meio ambiente

---

<sup>22</sup> Os trabalhos de James Gibson, encontram-se opostos ao projecto da ciência cognitiva, ramo emergente nos anos 50 do século XX, que se contrapõe ao behaviorismo. Em relação a este trabalho interessa-nos reter apenas que a ideia da ciência cognitiva em ligação à percepção, focaliza-a numa operação da mente sobre os dados sensoriais e como estes são reconstruídos tendo por base esquemas e representações pré-existentes.

<sup>23</sup> “The world of physics encompasses everything from atoms through terrestrial objects to galaxies. These things exist at different levels of size that go to almost unimaginable extremes. (...) Neither of these extremes is an environment. The size-level at which the environment exists is the intermediate one that is measured in millimetres and meters.” (GIBSON 1986:8)

existe inserida no mundo físico. Este não deveria ser considerado uma “entidade” separada, uma realidade, apenas matemática/mensurável, mas sim uma “entidade” percebida e conhecida, num contínuo processo dialógico, com as pessoas que aí viviam. A procura de um determinado tipo de xisto, sistematicamente utilizado, como elemento constituinte de estruturas de oclusão, é ao mesmo tempo uma procura de uma “substância”, na conceptualização de Gibson, mas também é um componente do mundo físico.

É neste sentido que a descrição e análise do meio ambiente/quadro físico nos interessa. O meio, o espaço de uma determinada comunidade, não se esgota como seu suporte de acção social, nem como exploração de recursos económicos. A descrição do meio é fundamental para se tentar perceber os movimentos dos indivíduos como que corporizando actos de sociabilidade, e sempre em constante transformação graças à acção desses indivíduos. Já nos encontramos muito longe das ideias postuladas por Gordon Childe;

“ (...) na verdade todos os aumentos do controle humano sobre a natureza exterior, foram devidos ao melhoramento dos utensílios. Assim sucede porque é principalmente com a ajuda de instrumentos que os homens podem agir e alterar o mundo material à sua volta – o seu ambiente.” (CHILDE 1947:424).

O mundo que habitamos não nos confronta, está à nossa volta e nele, estão imersos os seres vivos. O meio-ambiente é uma realidade, constituída em relação aos seres que a constituem e estão embebidos nele. Segundo estes parâmetros, como que dispensamos a dicotomia convencional entre o que nos é dado naturalmente e o que construímos culturalmente. E;

“ (...) em vez de projectar no passado a nossa ideia de transformação da realidade física, inerte, como um objecto feito e transformado à nossa medida de “seres culturais” (representação que criámos de nós mesmos e universalizámos), importa pensar dialogicamente a realidade, como uma interacção constante num mundo em que o ser humano, repito, se encontra desde sempre imerso, e onde seres vivos, homem e mundo formam uma continuidade, constituem uma unidade.” (JORGE 2003:36)

## 2.2. Descrição do meio, substâncias e superfícies

Quais são então os limites deste meio, substâncias e superfícies? Por onde se move esta investigação?

De um ponto de vista corográfico e em termos gerais, os limites do presente trabalho definem-se pelo Rio Torto a Oeste, o Rio Douro a Norte, a Ribeira de Aguiar a Este e a Sul a Serra da Marofa

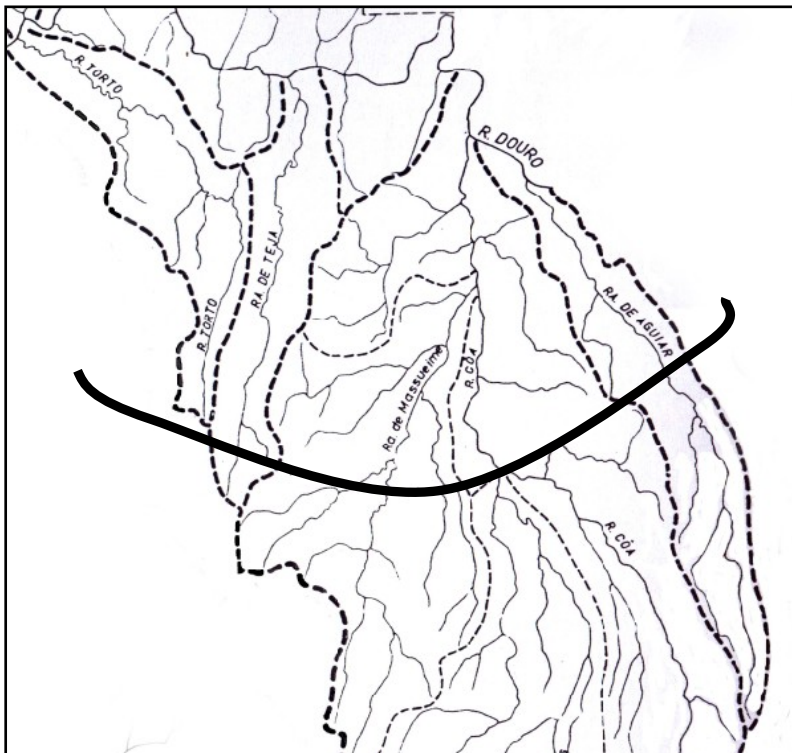


Figura 3 – Delimitação da área de trabalho. Divisão das bacias hidrográficas do rio Torto, da ribeira da Teja, do rio Côa e da ribeira de Aguiar. A linha mostra o limite Sul. Segundo FERREIRA 1978:317.

Em termos geográficos, insere-se no Alto Douro e depressões anexas (RIBEIRO 1986:188/189)<sup>24</sup>. É uma área implantada na bacia hidrográfica do Rio Douro. Este curso de água não é um factor de divisão, pelo contrário, actua como um eixo estruturante de toda esta região natural. Os planaltos e montanhas a Norte e a Sul deste rio são em tudo idênticos, separa-os, apenas, o forte entalhe do rio prolongado nos seus afluentes pelas bacias de abatimento. Segundo Jorge Gaspar “ O Douro, ou mais correctamente o Alto

<sup>24</sup> O trabalho de Orlando Ribeiro refere-se a divisões geográficas naturais. Na esteira de Barros Gomes (1875) que pela primeira vez apresenta uma proposta de cartografia, discutida posteriormente por Amorim Girão (1927-33), e por Herman Lautensach em 1932-37, a cartografia inicial de Orlando Ribeiro data de 1945 e baseia-se em três pressupostos; a diferença existente entre o Norte e o Sul do País, a divisão do Norte em Norte atlântico e Norte transmontano e a posterior subdivisão do País em 23 unidades de paisagem (RIBEIRO 1986:140/164, onde o autor analisa detalhadamente a sua proposta). Confrontar ainda Suzanne Daveau, 2000:98/99.

Douro, é uma das sub-regiões portuguesas com personalidade mais vincada, que se define essencialmente pela identificação da paisagem com um rio (...).” (GASPAR 1993:48).

### 2.2.1. Substâncias geológicas

De um ponto de vista de grandes conjuntos estruturais a nossa área de trabalho encontra-se numa zona de fronteira entre a zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico e a grande depressão terciária do rio Douro (MEDEIROS 2000:34). Ou melhor, em termos mais precisos, encontra-se no extremo Oeste da grande unidade morfoestrutural da Meseta, superfície em grande parte aplanada, com cordilheiras dispostas a meio (Cordilheira Central e os Montes de Toledo).

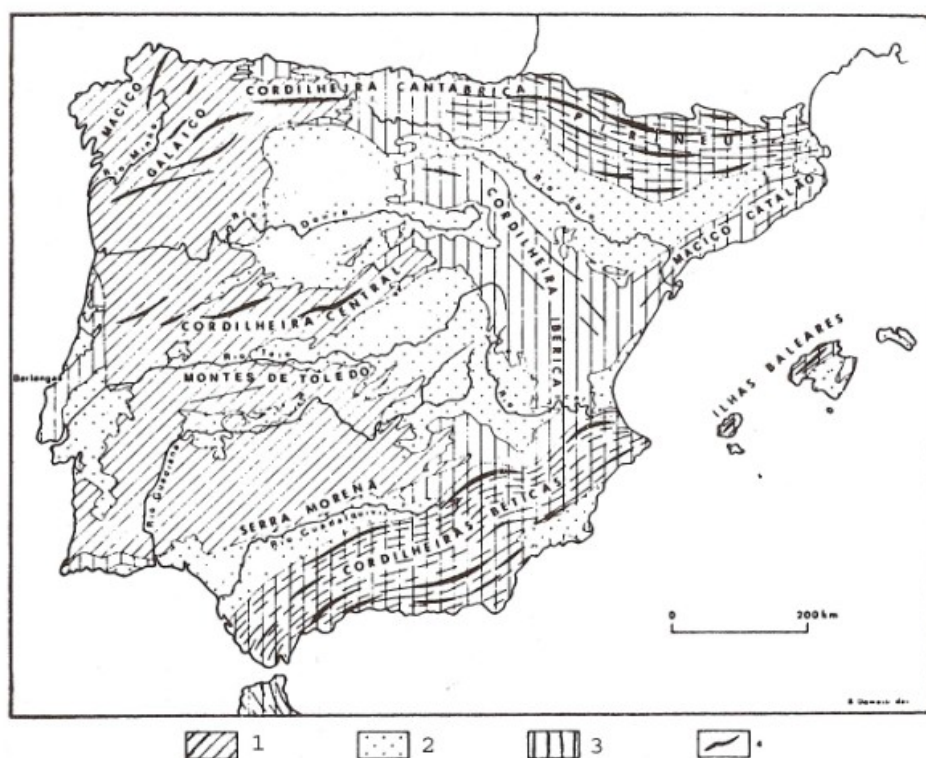


Figura 4 – “Grandes conjuntos estruturais da Península Ibérica” segundo L. Solé Sabarís, 1978. 1- Maciço Hespérico. 2- Depressões Terciárias. 3- Cordilheiras e rebordos alpinos. 4- Alinhamentos montanhosos principais (de acordo com a adaptação apresentada em Carlos Teixeira, 1981” (MEDEIROS 2000:35).

Em termos de unidades estruturais a área que nos interessa insere-se no Maciço Antigo. Este compreende cerca de 70% de formações anteriores ao Mesozóico. É constituído por rochas eruptivas e metamórficas (granitos e xistos) e por afloramentos



quartzíticos localizados, que pela sua grande resistência à erosão contrastam no relevo (MEDEIROS 2000:39). Como por exemplo, a Serra da Marofa, cujas cristas se apresentam solitárias na paisagem em relação ao aplanamento dos xistos e granitos.

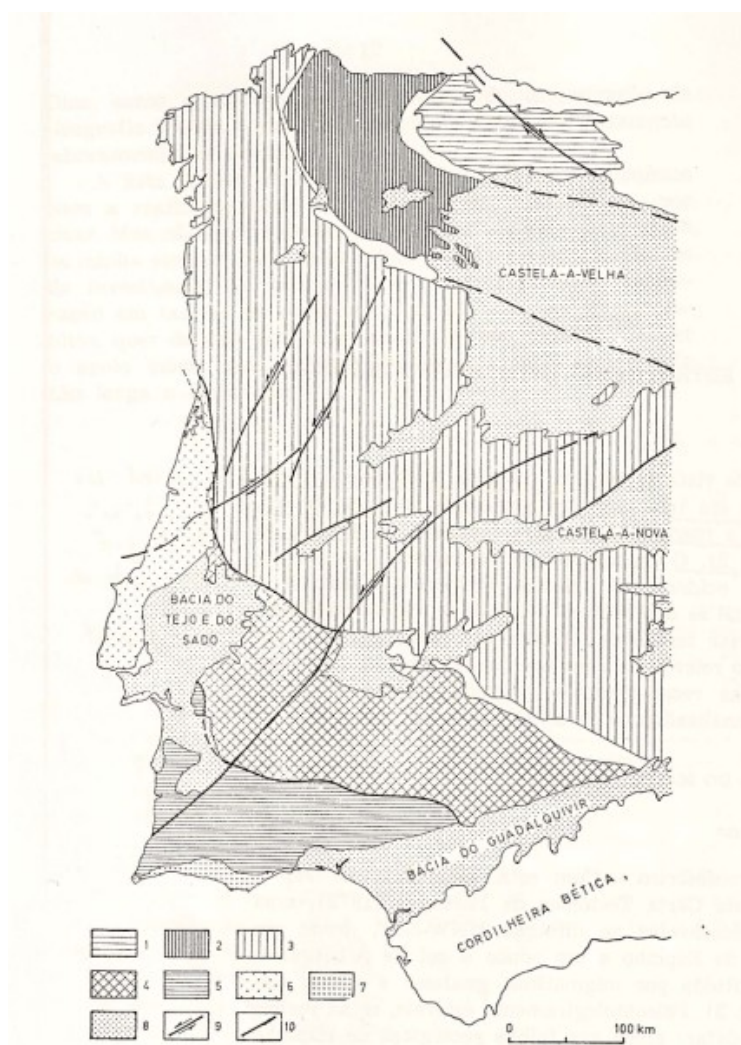


Figura 5 – “ Unidades estruturais do ocidente peninsular (adaptado do Mapa Tectónico de la Península Ibérica y Baleares, 1972, muito simplificado). 1- Zona Cantábrica; 2- Zona Oeste-Asturiana; 3- Zona Centro Ibérica; 4- Zona de Ossa Morena; 5- Zona Sul Portuguesa; 6- Orla Ocidental; 7- Orla Algarvia; 8- bacias terciárias; 9- desligamento; 10- falha ou flexura” (FERREIRA 1978:14).

O maciço antigo em território português corresponde à parte ocidental do Maciço Hespérico. A caracterização desta unidade interessa-nos, pois constitui o substrato no qual se desenvolveu o relevo que nos importa aqui abordar.

António de Brum Ferreira (1978), na análise da estrutura do maciço antigo, refere dois pontos essenciais; as rochas e a tectónica antiga.

Divide a análise das rochas em:

- a) Soco precâmbrico.
- b) Complexo xisto-grauváquico.
- c) Rochas fossilíferas do Paleozóico.

d) Granitos hercínicos, (mais antigos e mais jovens).

A análise da tectónica antiga é dividida em função da importância dos movimentos hercínicos em:

a) As fases orogénicas.

b) Os desligamentos tardi-hercínicos.

Embora o estudo da tectónica antiga traga algum interesse para a compreensão da formação do relevo actual, como demonstrado por Brum Ferreira (1978:28), numa vertente arqueológica, a prioridade deverá ser dada aos estudos da neotectónica.

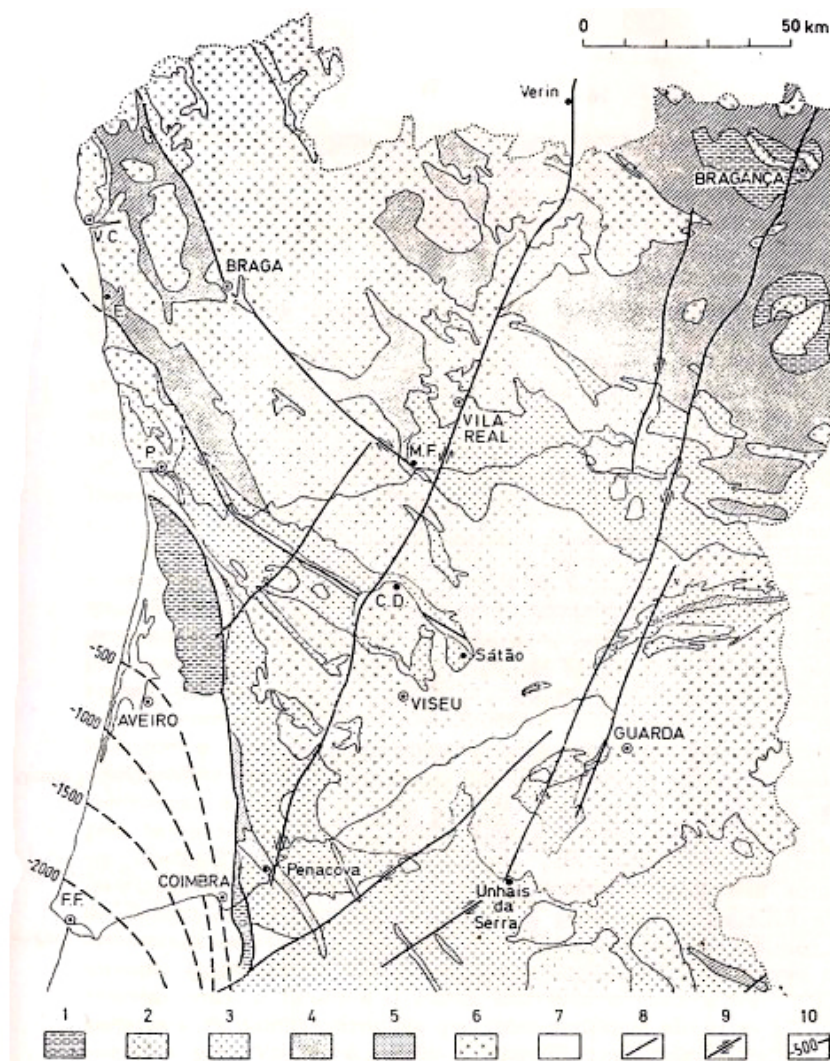


Figura 6 – “Esboço estrutural do Norte de Portugal” (adaptada da Carta Tectónica de Portugal, 1972). 1- Soco precâmbrico; 2- rochas básicas e ultrabásicas, pré-hercínicas; 3- deformação principal de idade hercínica sobreposta a uma deformação sarda (complexo xisto-grauváquico, de idade câmbria e pré-câmbrica superior); 4- deformação principal de idade hercínica antiga (quartzitos, xistos, grauvaques, conglomerados e outras rochas paleozóicas); 5- deformação principal de idade hercínica tardia (molasso autoniano); 6- granitos hercínicos; 7- cobertura da

plataforma hercínica; 8- falha; 9- desligamento; 10- profundidade do soco. CD- Castro Daire; E- Esposende; FF- Figueira da Foz; MF- Mesão Frio; P- Porto; VC- Viana do Castelo. (FERREIRA 1978:15)

Para a descrição e análise das substâncias geológicas da área do nosso trabalho interessa-nos essencialmente a compreensão do complexo xisto-grauváquico, dos granitos hercínicos e do papel da neotectónica.

O complexo xisto-grauváquico é constituído por formações litológicas que possuem uma larga área de exposição em Portugal, além desta área do Douro, afloram no Alto Alentejo e nas Beiras. Na literatura geológica portuguesa considera-se que este complexo se depositou em “ (...) ambientes sedimentares muito variáveis, como leques aluviais, fluviais e deltaicos, depósitos costeiros de natureza diversa, depósitos de talude e, ainda, em leques submarinos profundos” (RIBEIRO 2001:7). Como o nome indica as rochas que o constituem são essencialmente xistos e grauvaques, embora em determinadas áreas tenham “ (...) intercalações de conglomerados constituídos por elementos de quartzo e quartzito” (FERREIRA 1978:16). O complexo xisto-grauváquico na área que nos interessa é composto por várias formações litológicas com idades diferentes e relações complexas entre elas<sup>25</sup>. São geralmente afectados “ (...) por um metamorfismo de baixa pressão ou intermédio, com um grau que varia entre a zona da clorite e da silimanite. Por sua vez, o metamorfismo de contacto relacionado com a intrusão dos mais jovens granitos hercínicos, originou auréolas metamórficas relativamente estreitas, constituídas por xistos mosqueados e corneanas pelíticas (...) e postas em evidência pela erosão diferencial” (FERREIRA 1978:16).

Os granitóides hercínicos ocupam toda a zona Sul da área de trabalho. Na área Norte apenas se assiste à intrusão dos maciços de Freixo de Numão e de Numão. O primeiro já foi objecto de estudo circunstanciado (FERREIRA e RIBEIRO 1995). As principais observações efectuadas, apresentam este maciço “ (...) como alóctone, postectónico e essencialmente constituído pelas fácies graníticas de Freixo de Numão, que cobre mais de 98% da área total do maciço, e a fácies de Frei Tomé que ocupa a parte restante” (FERREIRA e RIBEIRO 1995:19). Apresenta uma textura porfiróide e uma matriz de granularidade média a grosseira e duas micas, ao contrário do granito de Frei Tomé que apresenta uma textura não porfiróide e granularidade fina. É considerado uma fácies de cúpula/periferia do maciço de Freixo de Numão, ocorrendo numa mancha

---

<sup>25</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre este tema ver RIBEIRO, M. L., 2001.

alongada de orientação NNW-SSE (FERREIRA e RIBEIRO 1995:19 e SILVA e RIBEIRO 1991:30-31)<sup>26</sup>. Este maciço é atravessado pela falha de Murça.

O segundo é igualmente atravessado por várias falhas, das quais se destacam, as de Vale de Torno, Horta de Numão/Arnozelo e Vilarinho da Castanheira, que prosseguem para a região de Moncorvo. É constituído por quatro grandes grupos granitóides. O granito de Numão “ (...) homogéneo, grão médio e de duas micas, contendo por vezes megacristais esparsos de feldspato e alguns encraves de rochas sedimentares” (SILVA e RIBEIRO 1991:29). O granito de Cachão do Arnozelo, porfiróide, de matriz média a duas micas, o granito de Custóias, de matriz média a grosseira, moscovítica e por último o granito da Quinta da Silvã, de grão médio, moscovítico (SILVA et al 1990).

Toda a área sul do nosso trabalho é composta por um conjunto de granitos pertencentes à Antiforma de Lamego – Penedono – Escalhão. Esta constitui um conjunto complexo de fácies mais antigo e outras mais jovens. A falha da Vilarça que atravessa a nossa área de trabalho a Leste, divide este conjunto em relação à sua homogeneidade, sendo o bloco Oeste mais homogéneo do que o Leste. Em termos gerais pode-se distinguir quatro grandes conjuntos de granitóides cronologicamente distintos: o granodiorito de Chãs e os granitos de Tomadias, Meda, Santa Comba – Algodres e Ribeira de Massueime são os mais antigos, com matriz média de duas micas (Ribeira de Massueime e Meda), matriz média predominantemente biotítico (Chãs), matriz grosseira de duas micas (Santa Comba – Algodres) e matriz fina igualmente de duas micas (Tomadias). O segundo grupo composto pelo granito de Souto – Ranhados possui um grão grosseiro de duas micas, predominantemente moscovítico. As litofácies do granito de Quinta de Vale Flor têm uma matriz média moscovítica. O último grupo, e o mais recente, o granito de Alto do Rio Torto é porfiróide, de matriz grosseira de duas micas (SILVA et al 1990).

---

<sup>26</sup> Além dos dois trabalhos citados em texto ver SILVA, SANTOS, RIBEIRO e RIBEIRO, 1990.



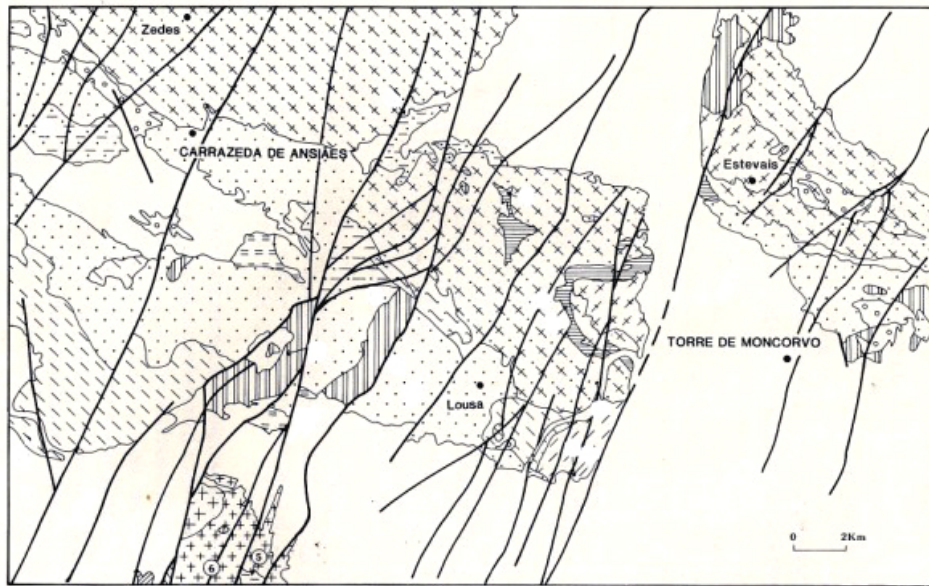


Fig. 3 – Mapa de localização das análises químicas apresentadas no Quadro I

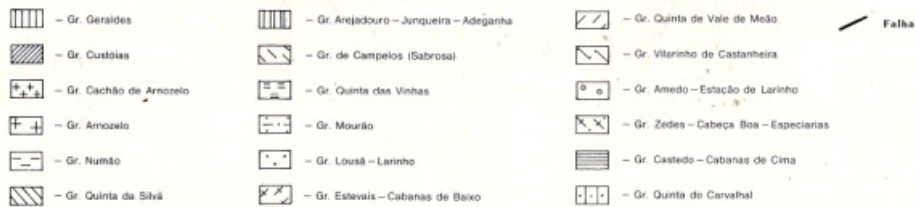


Figura 7 – Mapa simplificado da geologia da região de Torre de Moncorvo, abrangendo parte da nossa área de trabalho (SILVA, REBELO e RIBEIRO 1989:46).

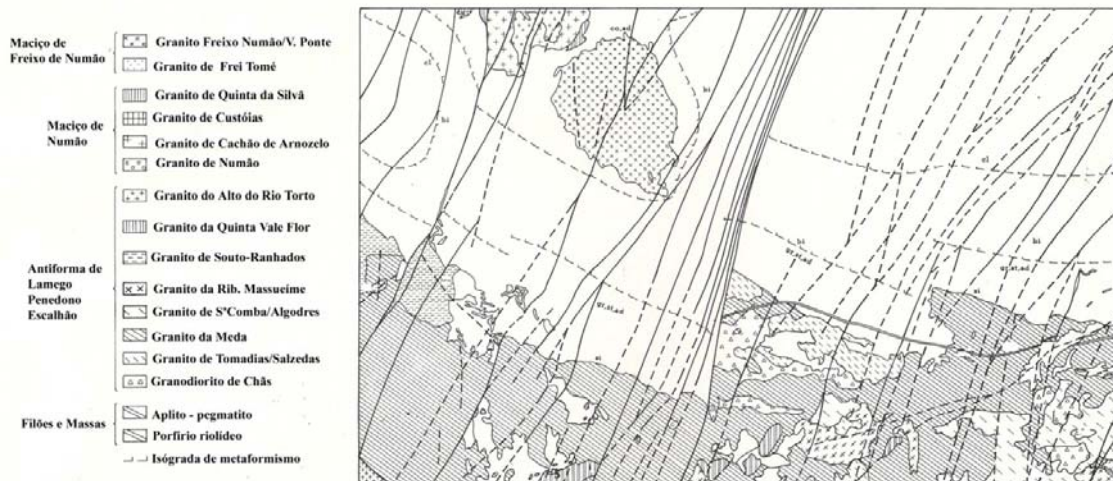


Figura 8 – Mapa simplificado da geologia da região de Vila Nova de Foz Côa (SILVA e RIBEIRO 1991:34).

O estudo da neotectónica<sup>27</sup> nesta área foi objecto de uma síntese por Brum Ferreira (1991)<sup>28</sup> e de um trabalho muito circunstanciado de Cabral (1995). Uma das primeiras conclusões dos autores daqueles estudos refere a não existência precisa de referências cronológicas para se saber com certeza qual a magnitude e o ritmo das deslocções na maciço Hercínico no Norte de Portugal. No entanto a análise geomorfológica elaborada por Brum Ferreira permite-nos fazer duas afirmações importantes:

a) A reactivação no Neogénico e no Quaternário de duas falhas importantes com orientação NNE – SSW, nomeadamente a de Bragança – Manteigas e a de Verín – Penacova.

b) Ao mesmo tempo que se dá essa reactivação, formam-se sistemas de horst e graben com deslocamentos verticais acumulados na ordem dos 250/300m.

Embora na área estudada o sistema de falhas seja complexo, a falha mais importante e com alguma actividade neotectónica é a falha de Manteigas/Vilariça/Bragança. Esta estrutura “ (...) corresponde a uma importante falha tardivarisca localizada na região Nordeste do território continental português, estendendo-se na direcção NNE-SSW por cerca de 250 km, entre Puebla de Sanabria (Espanha), a norte, e Unhais da Serra (bordo meridional da Serra da Estrela), a sul.” (CABRAL 1995:135). Durante o Cenozóico, a actividade tectónica é reactivada com uma importante componente de desligamento esquerdo, indicada pela presença de bacias tectónicas ao longo da falha (bacias de Longroiva, Vilariça, Macedo de Cavaleiros, Castro de Avelãs e Portelo). Ao mesmo tempo dá-se um levantamento de compressão (estruturas de *push-up*), caso dos relevos das serras de Bornes e da Nogueira. (CABRAL 1995:136)<sup>29</sup>

Os trabalhos realizados sobre a neotectónica indicam outra reactivação há cerca de 2,5/2 Ma que se prolonga pelo Quaternário até aos dias de hoje. Foram estes movimentos neotectónicos que incrementaram a escarpa de falha que constitui o rebordo ocidental da Meseta. A caracterização, não só deste último sistema, como da

---

<sup>27</sup> O conceito neotectónica baseia-se na definição apresentada por João Cabral. Refere-se aos movimentos tectónicos ocorridos após a última reorganização significativa da tectónica regional. Esta actividade, após um período de relativa acalmia durante o Miocénico, acentua-se no final do Pliocénico prolongando-se pelo Quaternário (CABRAL 1991).

<sup>28</sup> FERREIRA, António de Brum, (1991), Neotectonics in Northern Portugal. A geomorphological approach, Z. Geomorph. N. F., Suppl. 82: 73-85.

<sup>29</sup> Para uma discussão mais aprofundada essencialmente de índole geométrica e cinemática ver CABRAL 1995:135-140.

Meseta e dos planaltos centrais torna-se muito importante para a compreensão do espaço do nosso trabalho.

### **2.2.2. Superfícies morfológicas**

A Meseta, ou mais especificamente o planalto de Castela-a-Velha, é uma superfície de aplanamento muito bem conservada que se estende entre a Cordilheira Central e o rio Douro. Entra pelo território actualmente português, em Trás-os-Montes até ao Sabor e na Beira Interior até ao planalto de Vila Nova de Foz Côa. Junto ao rio Douro, nos xistos, esta superfície desaparece. Este facto, segundo Brum Ferreira poderá estar relacionado com a existência de xistos ardosíferos muito duros, com heterogeneidade litológica e com a elevada fragmentação tectónica do substrato (FERREIRA 1978:51-52).

A superfície da Meseta encontra-se inclinada para Norte; no sopé da Serra da Malcata, ela atinge cerca de 950m, enquanto apenas a 6 km do rio Douro a sua cota média é de 600m e para Oeste sofre igualmente uma inclinação (Mata de Lobos encontra-se a 650m e no mesmo paralelo, mas a 25 km, Barreira, tem de cota 500m). Isto quer dizer que a “ (...) superfície da Meseta inclina para noroeste, a norte do paralelo de Almeida, atingindo o declive médio de cerca de 0,7% entre este aglomerado e Vila Nova de Foz Côa” (FERREIRA 1978:54).

Toda esta superfície é atravessada por um alinhamento de relevos residuais que formam a serra da Marofa, extremo Sul da nossa área de trabalho. “Esta serra é um sinclinal ordovícico que emerge do complexo xisto-grauváquico, devendo o seu relevo à particular dureza das assentadas quartzíticas skidavianas” (FERREIRA 1978:55). Este alinhamento é extremamente importante, não só de um ponto de vista geomorfológico, como de um ponto de vista da interpretação do meio. A sua silhueta é inconfundível e é avistada de longa distância. A sua cota máxima é de 975m, o que quer dizer que sobe 300m em relação ao nível médio do platitudo da Meseta.

Outro relevo residual muito importante é o cabeço de São Gabriel, localizado a NW de Castelo Melhor e a SE da estação arqueológica de Castelo Velho de Freixo de Numão. Neste caso preciso, parece haver uma relação directa entre essa estação e aquela crista quartzítica. O eixo central da área visualmente alcançável do Castelo

Velho passa por São Gabriel.<sup>30</sup> É igualmente uma dobra sinclinal de quartzitos com bilobites. “Ao contrário das litologias do complexo xisto-grauváquico, estes quartzitos apresentam-se fossilíferos” (RIBEIRO 2001:64). A sua cota é de 654m, elevando-se cerca de 150m em relação ao planalto. A sua relação visual com a referida estação arqueológica é evidente.

Ainda outro relevo importante, mas a Norte do rio Douro, é o periclinal ocidental do sinclínio de Poiares, próximo de Urros com uma altitude de 742m (RIBEIRO 1991).

Além dos relevos residuais, a superfície da Meseta é atravessada por um sistema de filões de quartzo de direcção quase sempre NNE-SSW. Alguns salientam-se com nitidez na paisagem enquanto outros encontram-se muito ou completamente arrasados. Segundo Brum Ferreira “ (...) a ideia geral com que se fica é que, pelo menos a maioria dos filões de quartzo, certamente por constituírem afloramentos muito estreitos, não devem ter resistido ao arrasamento geral da Meseta, tendo sido postos em evidência pela erosão posterior” (FERREIRA 1978:59)<sup>31</sup>.

É no planalto da cidade de Vila Nova de Foz Côa que se encontra o último nível bem conservado da Meseta para ocidente. Esta parece terminar aqui abruptamente. O que encontramos no terreno é um degrau de direcção NNE-SSW que segue o rio do Vale da Vila, passa junto ao Graben de Longroiva e continua a Este das povoações de Marialva e Rabaçal. Estamos perante o alinhamento do “Rebordo Ocidental da Meseta” (FERREIRA 1971, 1978, RIBEIRO 1991).

A Sul do Douro este rebordo é caracterizado por um vale de fractura (Vale da Vila), que separa objectivamente duas superfícies planálticas, talhadas numa mesma rocha, mas com um desnível de cerca de 300m (FERREIRA 1971:197). Esta dissimetria, segundo o mesmo autor, evidencia a existência de um degrau anterior à instalação do rio do Vale da Vila. A continuação do rebordo é visível na depressão tectónica de Longroiva, deslocada um pouco para Leste, em relação ao Vale da Vila. Aquela depressão tem cerca de 6 km de comprimento e uma largura que ronda os 500m, com uma orientação NNE-SSO. A Leste é limitada por uma escarpa granítica, abrupta e a Oeste por uma escarpa xistosa, já muito degradada (FERREIRA 1971). A Sul do

---

<sup>30</sup> No capítulo 4 iremos desenvolver algumas ideias relacionadas com o alcance visual das estações arqueológicas e o seu grau de intervisibilidade.

<sup>31</sup> Além das cristas quartzíticas e dos afloramentos de quartzo, a superfície da Meseta também é pontuada por pequenas elevações de granito mais fino ou corneanas. Para uma discussão sobre este assunto ver FERREIRA, António de Brum, 1978, especialmente as páginas 59 a 61.



Graben, o rebordo da Meseta torna-se novamente visível a Norte da povoação de Marialva e de Rabaçal. Os blocos graníticos em que estas duas povoações assentam estabelecem um patamar intermédio, à cota de 650m entre a superfície da Meseta e os planaltos centrais.

“ De uma maneira simplificada podemos dizer que há, entre estas duas unidades do relevo, [*a Meseta e os Planaltos Centrais*]<sup>32</sup> um ou mais degraus intermédios, estreitos, cortados por acidentes oblíquos, que se concentram em certas áreas, facilitando o trabalho erosivo dos cursos de água, ou provocando mesmo abatimentos locais (...). O desnível total entre a superfície da Meseta e os planaltos centrais, tanto quanto permite afirmar o estado de conservação da superfície alta, poderá cifrar-se em cerca de 300 metros a proximidade do contacto” (FERREIRA 1978:84).

Ao contrário da planura da Meseta, os planaltos centrais possuem um relevo acidentado, e os níveis de aplanamento surgem a diferentes altitudes, em grande medida consequência da tectónica rígida e da erosão diferencial, segundo Maria Luísa Ribeiro, “ (...) relacionadas com o encaixe do Douro e dos seus principais afluentes da margem esquerda” (1991:7). O que interessa reter é que apesar da sua maior diversidade morfológica, os planaltos centrais constituem o prolongamento da Meseta para oeste. A planície continua, mas inserida em níveis mais elevados num relevo mais movimentado e geomorfologicamente pouco nítido, até se atingir um outro domínio morfológico, este sim, completamente diferente da Meseta, as montanhas ocidentais. Podemos então dizer que os planaltos centrais são uma unidade morfológica encaixada entre a planura erosionada e monótona da Meseta e as montanhas centrais que atingem níveis aplanados no seu cume de cerca de 1000/1100m.

### **2.2.3. Superfícies hidrográficas.**

A rede hidrográfica desta região pertence em exclusivo à bacia do Douro. Este é o rio mais caudaloso e o que drena a bacia mais extensa de toda a Península Ibérica. Depois de nascer na Sierra de Urbion, corre ao longo da unidade natural da Meseta Norte, entre os Montes Cantábricos e a Cordilheira Central. Ao longo de 400 km possui um declive suave, abandonando depois o nível aplanado da Meseta encaixando-se numa garganta que constitui hoje, o sector internacional deste rio e a fronteira entre os dois países ibéricos. Em 110 km desce 400m atingindo em Barca de Alva a cota de 150m. Já

---

<sup>32</sup> O itálico e o negrito são nossos. Apenas queremos valorizar a ideia de que em termos geomorfológicos, estas duas unidades do relevo, são estruturantes na organização do espaço arqueológico.

em território português, continua com um declive suave, mas em leito rochoso<sup>33</sup> (DAVEAU 2000:64).

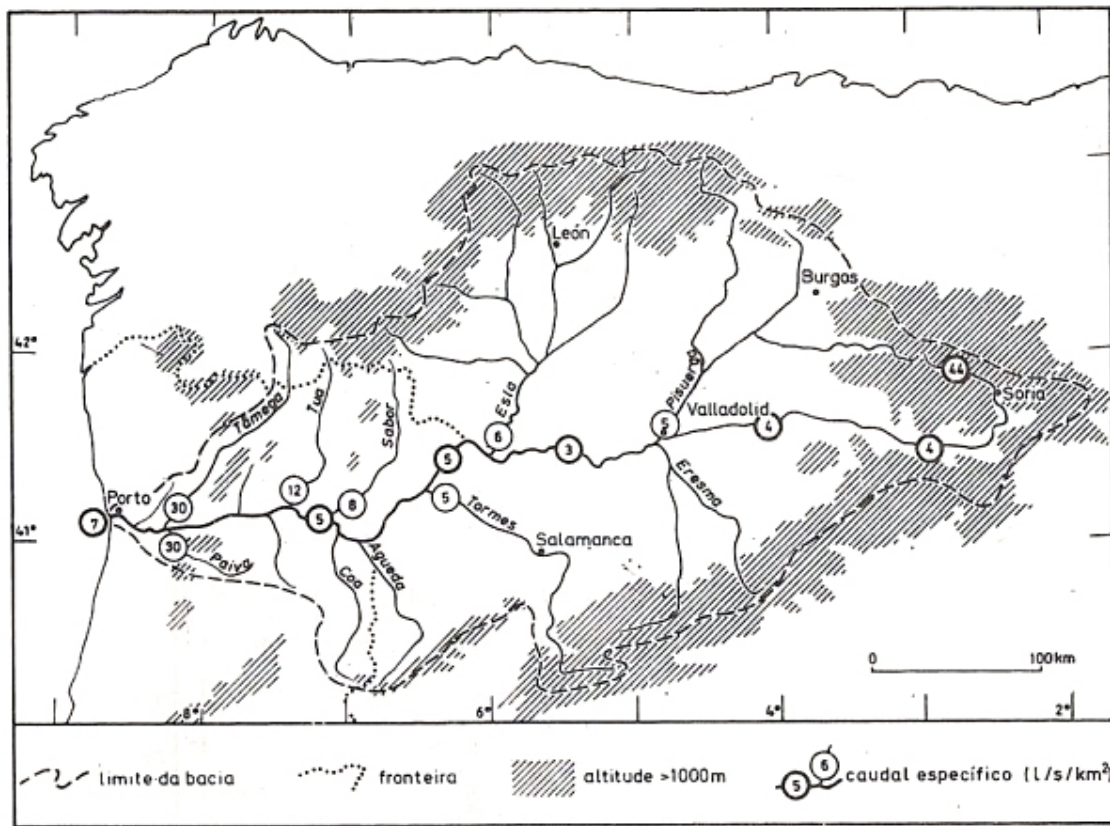


Figura 9 – A bacia vertente do Rio Douro (DAVEAU 2000:64).

De um ponto de vista da organização da drenagem, parece ser evidente uma adaptação dos cursos de água à rede de fracturas. Este fenómeno torna-se aparente quer no rio Torto, quer na ribeira da Teja enquanto se mantêm em terrenos graníticos. Ao entrarem no complexo xisto-grauváquico os seus cursos parecem libertar-se daquela adaptação. O traçado do rio Torto<sup>34</sup> torna-se bastante mais sinuoso do que a ribeira da Teja, embora os dois cursos de água façam alguns meandros.

Por outro lado, e seguindo de perto o trabalho de Brum Ferreira (1978), a instalação dos cursos de água na rede de fracturas impede um desenvolvimento harmonioso da rede hidrográfica e muito pouco hierarquizado. Um exemplo desta situação verifica-se precisamente na nossa área de trabalho; o Távora, o Torto e a Teja,

<sup>33</sup> Hoje o rio Douro está praticamente “domesticado” pelas águas das albufeiras das barragens. A paisagem de vale profundo entre planaltos e serras seria muito mais vigorosa e selvagem antes da construção daquelas estruturas.

<sup>34</sup> Brum Ferreira avança com uma explicação para a extrema sinuosidade deste rio, além do abandono dos terrenos graníticos. Todavia, este curso parece estar condicionado pela estrutura; “ (...) não somente o traçado é paralelo às bancadas xistentas, como parece existir um estreito graben que o Torto terá aproveitado, e no fundo do qual meandriza” (1978:130).

não têm nenhum afluente importante e por vezes correm a curta distância e paralelamente sem serem captados uns pelos outros.

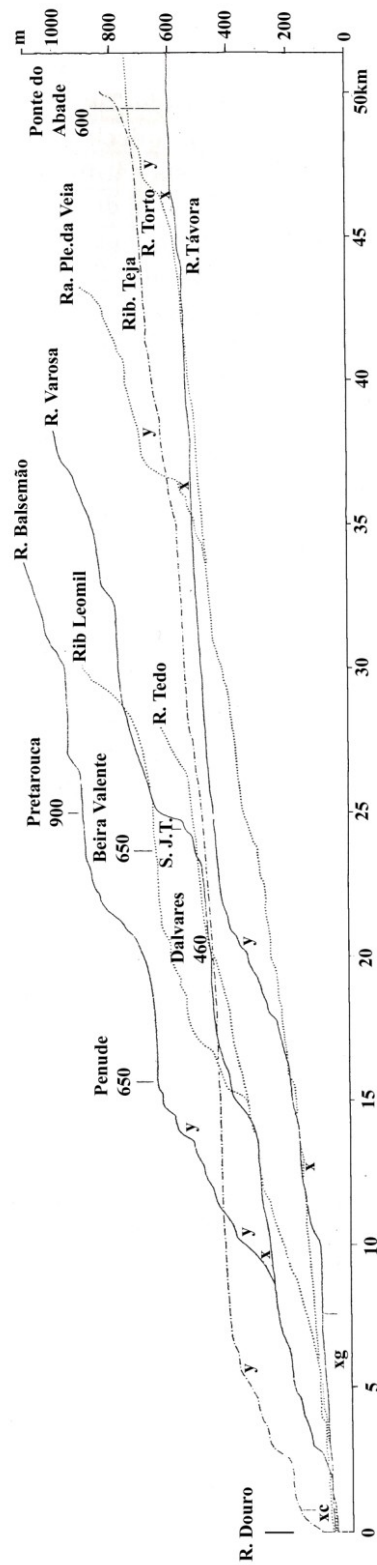


Figura 10 – Perfis longitudinais dos afluentes do Douro (margem esquerda) no sector dos planaltos centrais. y – granitos; x – xistos metamórficos; xc – corneanas; xg – xistos e grauwagues (FERREIRA 1978: 137).

A figura 8 pretende representar a existência de rupturas de declive próximas à confluência do Rio Douro. O caso mais interessante é precisamente a ribeira da Teja. Apresenta um perfil brando com um declive de 0,7% até 6 km da foz. Aqui ele desce 300m atingindo o mesmo desnível que tinha atingido em 40 km e nos últimos 700m a ribeira da Teja passa de 170 a 90m de altitude (declive de 11,5%). O rio Távora, embora de uma forma não tão abrupta, também apresenta um declive acentuado. A explicação para este fenómeno poderá estar relacionado com o abandono no troço final, dos xistos e a entrada nos granitos. O único rio que apresenta um perfil mais calmo e sem grandes declives é o rio Torto, devido provavelmente, a dois factores; por um lado corre na sua maior parte em xistos e por outro lado devido a condicionamentos tectónicos, aos quais este rio se adapta (FERREIRA 1978).

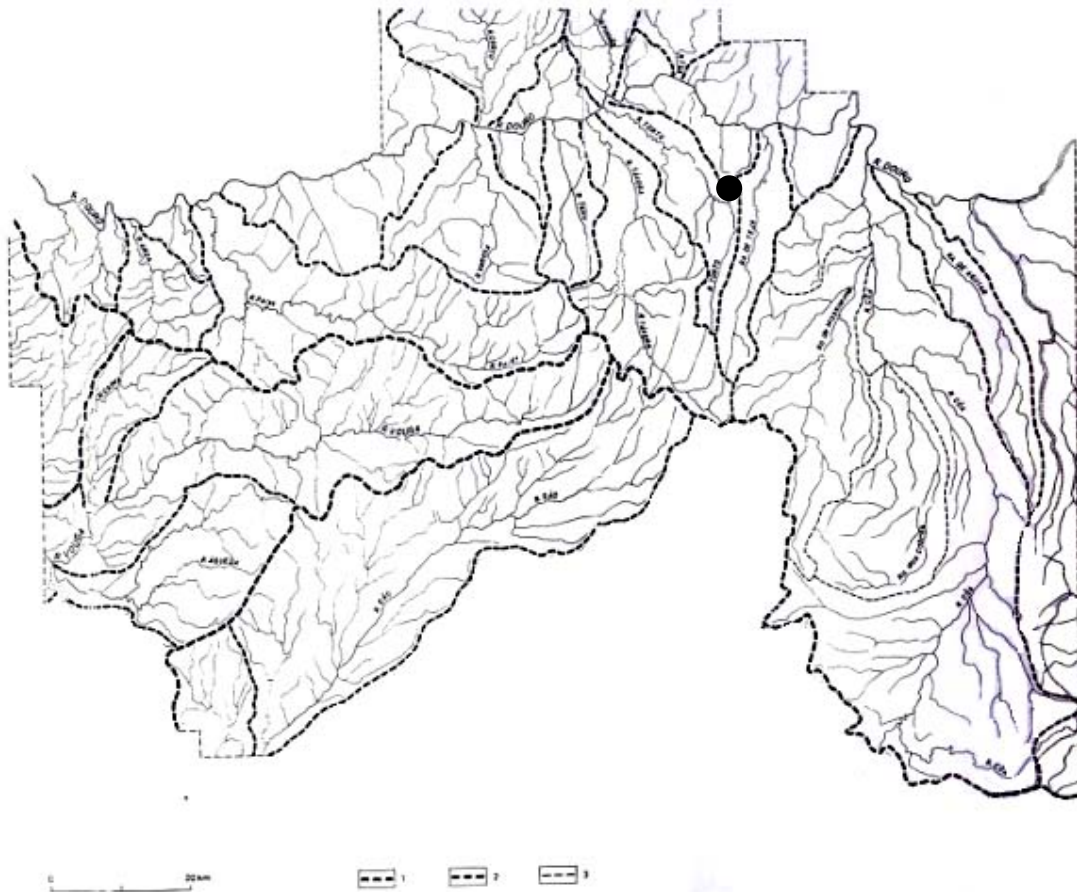


Figura 11 – “Drenagem do Norte da Beira. 1- Divisórias principais; 2- Divisórias dos afluentes mais importantes; 3- Divisória dos principais afluentes do Côa”. O círculo negro indica Castanheiro do Vento. O segmento de recta que representa a escala tem 20km (FERREIRA 1978:317).

O mapa anterior além de nos cartografar as bacias de drenagem do Norte da Beira, é também exemplificativo da nossa zona de trabalho. A área central pode-se

definir como uma espécie de triângulo, composto pelas bacias da Ribeira de Murça e da ribeira do Vale da Vila, da ribeira da Teja e do rio Torto e ainda as pequenas bacias da ribeira da Silva, do Olmo, da ribeira de Nagozelo, da ribeira da Quinta do Castelinho, da ribeira do Caiado, e da ribeira da Ervedosa. Todos estes cursos de água correm, de uma maneira geral Norte/Sul, à excepção do rio Torto que após acompanhar paralelamente o curso da ribeira da Teja, inflecte para NW.

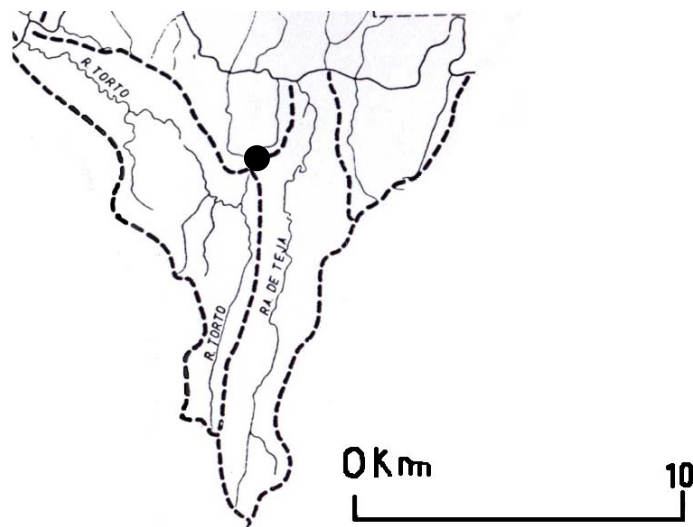


Figura 12 – “Drenagem do Norte da Beira. Bacias hidrográficas do Rio Torto, da Ribeira da Teja e Ribeiras de Murça e do Vale da Vila (modificado de FERREIRA 1978:317). O círculo negro indica Castanheiro do Vento.

Ao alargarmos o território como objecto de estudo às bacias do Rio Côa a Leste e do rio Távora a Oeste, mais do que duplicamos a nossa área de trabalho. O rio Côa é um afluente da margem esquerda do Douro, a sua bacia hidrográfica está totalmente delimitada em território português. Entre o Douro a Norte, e o Mondego a Sul, é o rio mais importante desta área. Os seus principais afluentes apresentam-se pela margem esquerda, são eles a ribeira de Piscos e a ribeira de Massueime. A bacia do Côa adaptou-se quer ao basculamento da superfície da Meseta, quer à tectónica de fractura que determina não só o seu percurso, como o dos seus afluentes.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Para uma descrição e interpretação mais detalhada sobre este curso de água, ver o estudo elaborado por Rochete Cordeiro e Fernando Rebelo, 1996, “Carta Geomorfológica do Vale do Côa a Jusante de Cidadelhe”, Cadernos de Geografia, nº15.



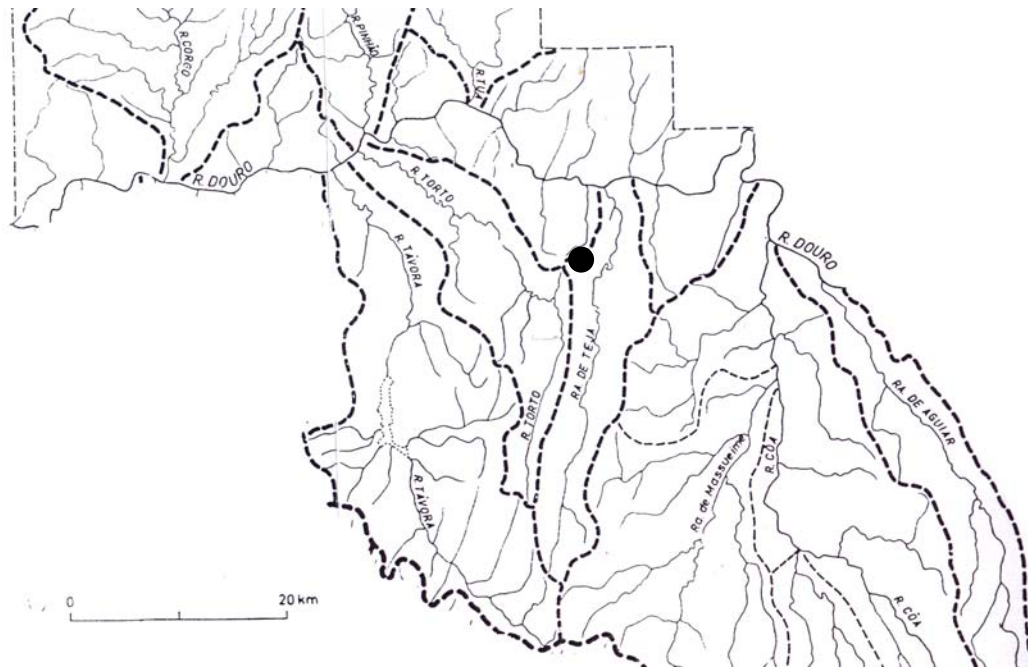


Figura 13 – “Drenagem do Norte da Beira” (modificado de FERREIRA 1978:317). O círculo negro indica Castanheiro do Vento.

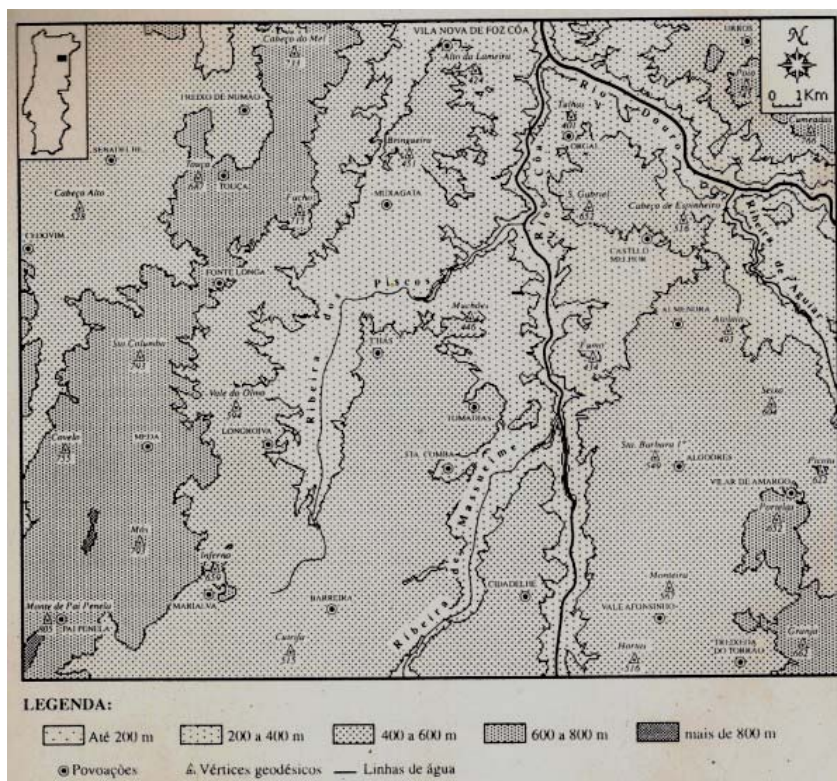


Figura 14 – “Vale do Cõa a jusante de Cidadelhe. Esboço hipsométrico e de localização” (CORDEIRO e REBELO 1996:12).

No entanto, o ponto de partida continua a ser a estação arqueológica do Castanheiro do Vento na grande unidade morfológica dos planaltos centrais.

A norte do rio Douro a bacia de drenagem mais importante é a do rio Sabor. Na parte final do seu curso, e após correr bastante encaixado entre os granitóides e a formação da desejosa, do complexo xisto-grauváquico, é capturado pela falha da Vilariça (SILVA, *et al* 1989:10). Este rio é o curso de água mais importante entre o troço internacional do Douro e o Tua. Os sistemas de fracturação NNE/SSW desempenharam um papel preponderante na organização morfo-hidrográfica desta região a Norte do Douro. Assim, o que vemos no terreno é uma zona dissecada pela erosão, “ (...) drenada por pequenos cursos de água com bacias de recepção relativamente estreitas à excepção da bacia hidrográfica do rio Sabor” (SILVA, *et al* 1989:56).

#### **2.2.4. Superfícies pedológicas**

A classificação dos solos foi feita tendo por base critérios modernos, bastante discutíveis para os utilizarmos na análise de uma outra época. No entanto, uma caracterização sumária do tipo de solos da área em estudo, pode permitir um conjunto de observações relevantes para este trabalho.

Actualmente os solos estão muitos modificados devido a várias acções antrópicas. O cultivo da vinha em grande escala e com meios mecanizados e o plantio de eucaliptos foram dois factores actuais desta alteração<sup>36</sup>. Na área do complexo xisto-grauváquico a formação de solos é extremamente difícil de acontecer. Os materiais rochosos são impermeáveis “ (...) e o escoamento superficial é intenso quando a precipitação ocorre com relativa intensidade promovendo uma considerável erosão superficial, o que dificulta a formação de solos a partir do manto de alteração” (MONTEIRO 2005:18).

A área entre o rio Távora e a bacia do rio Côa possui uma vasta mancha de litossolos, associados às formações de xisto. São solos muito finos e pouco férteis. Mais a Sul afloram áreas graníticas e a Oeste os dois grandes afloramentos igualmente graníticos de Freixo de Numão e Numão, apesar de serem impermeáveis, encontram-se com grandes fissuras permitindo “ (...) que a água da chuva e do gelo se consiga alojar

---

<sup>36</sup> Infelizmente juntamente com a alteração dos solos, a vinha e o eucalipto terão sido dois factores fundamentais na destruição de estações arqueológicas desta região.

entre as fendas e meteorizar a rocha, alterando-a em profundidade e justificando o aparecimento, nestes suportes rochosos, de algumas manchas de cambissolos, de profundidades diversas, mas mais férteis do que os litossolos” (MONTEIRO 2005:19).

Apenas na depressão de Longroiva e mais a Norte na depressão de Vilarça, existem áreas de fluvisolos que correspondem a solos mais espessos e férteis.

### **2.2.5. O meio e as superfícies de vegetação associada**

Segundo Ana Monteiro (2005:20-26), o clima desta região é determinado por quatro factores de carácter geomorfológico:

1-A Serra do Marão, importante obstáculo à penetração das correntes húmidas de ar, de Oeste, provenientes do Oceano Atlântico.

2-As serras do Gerês e da Cabreira que protegem esta região dos ventos de NO.

3-O extenso planalto transmontano a Norte e Este, com as serras da Padrela, Bornes e Mogadouro.

4-A protecção dada pelas serras da Marofa, Nave e Montemuro, a Sul.

A acrescentar a estes factores, temos a variabilidade morfológica na área Oeste desta região, que faz com que a maior ou menor facilidade de penetração dos fluxos de ar e a variedade de exposição solar, provoquem um xadrez térmico bastante diferenciado entre si. A Este, Sul e Norte temos verões muito quentes, com temperaturas superiores a 25° em mais de 120 dias e Invernos frescos com temperaturas de 0° em menos de 30 dias, enquanto a Oeste diminuem os dias de verão quente e aumentam os Invernos frescos.

Em termos de zonas ecológicas fitoclimáticas predomina a submontana (400 a 700m). Na bacia do rio Torto e a Oeste e Sul da Meda prevalece a mais de 700m a subatlântica enquanto em toda a área das depressões de Longroiva e Vilarça abaixo dos 400m a zona ecológica é submediterrânea (MONTEIRO 2005:27).

Se cartografarmos as regiões naturais temos, a Norte e a Este, a terra quente transmontana, onde predominam as plantas mediterrânicas, especialmente a amendoeira, a Sul e na área central deste trabalho a ribeira subatlântica, com vinha, hortas, amendoeiras e pequenas florestas (*quercus ilex L.* e *pinus pinaster*, o primeiro espontâneo e o segundo cultivado) (DAVEAU 1995:169), e a Oeste a policultura mediterrânica e o Douro vinhateiro monocultural (MONTEIRO 2005:27).



Os estudos palinológicos que desde os anos 80 do século XX, têm tentado reconstruir a evolução do coberto vegetal, possibilitam uma ideia esquemática do que aconteceu em termos de evolução paisagística. A cobertura florestal seria generalizada, associando pinheiros com carvalhos de folhas caducas ou perenes (entre 10.000 e 8.000 BP). Uma diminuição progressiva da humidade terá provocado, posteriormente a 8.000 BP, o aparecimento do urzal, especialmente em áreas de pinhal. A presença do homem começa a sentir-se após 5400-5000 BP a expensas daquelas duas espécies. A partir do Bronze Final e já na época romana, o pinhal torna-se rarefeito.

É necessário afirmar que na área que nos interessa os conhecimentos paleoambientais são muito diminutos. A síntese feita anteriormente apenas se torna interessante como indicador, e nunca como generalização provável. É o caso dos estudos antracológicos já efectuados para as estações arqueológicas de Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento (FIGUEIRAL 1993, 1998 E 1999), e do trabalho de Queirós e Leewaarden (2003), para as estações arqueológicas do Tourão da Ramila e Fumo.

As principais observações para o sítio arqueológico de Castelo Velho de Freixo de Numão (1993 e 1998) resumem-se a carvões vegetais e a frutos e sementes.

No primeiro caso ressalta o carácter marcadamente mediterrânico dos taxa encontrados. Domina o *Quercus* tipo *ilex*<sup>37</sup>, as leguminosas e rosáceas, o zimbro e o medronho, com algumas alterações, tendo em consideração as diversas camadas onde foram identificados. Na camada mais antiga do sítio, predomina o *Quercus* tipo *ilex*, as leguminosas (giestas, codeços e carqueja) e rosáceas (pilriteiro), assim como o freixo, na camada que provavelmente representa a maior parte do 3º milénio a.C., continua com o *Quercus* tipo *ilex* e o zimbro (planta espontânea), enquanto que na última camada predomina o medronheiro e as leguminosas e surge o salgueiro. É interessante assinalar que poucos taxa estão relacionados com áreas húmidas (freixo, salgueiro e carvalho).

Relativamente aos frutos e sementes surgem elementos da família das leguminosas (ervilha, chícharo e lentilha), das ericáceas (medronheiro) e rosáceas (indeterminadas).

Embora os primeiros resultados para o sítio arqueológico de Castanheiro do Vento ainda não tenham sido publicados, os relatórios enviados por aquela investigadora permite afirmar que as observações, em termos gerais, são muito

---

<sup>37</sup> Sob esta designação encontram-se o *Quercus ilex* (azinheira), o *Quercus suber* (sobreiro) e o *Quercus coccifera* (carrasco).

semelhantes às do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão; existe um carácter marcadamente mediterrâneo dos *taxa* encontrados.

As análises efectuadas por Paula Queirós e Wim van Leeuwarden, não contradizem as principais observações de Isabel Figueiral. Domina o *Quercus* (apenas se identificaram espécies mediterrânicas, o que parece representar a mata e matagais mesomediterrânicos. É de realçar ainda a presença de madeira de zimbro (*Juniperus*). Estas duas ocorrências levam os autores a sugerir condições bioclimáticas semelhantes à actualidade; um clima mediterrânico com fortes amplitudes térmicas, fraca precipitação anual e verões secos. A existência da madeira de zimbro ainda hoje ocorre em densidades elevadas e apenas nesta região do país (Alto Douro e Trás-os-Montes), (QUEIRÓS e LEEWAARDEN 2003:290).

As observações aqui efectuadas são-no apenas a um nível generalista no sentido de contextualizar a área de investigação em termos de clima e vegetação associadas. Sugestões de âmbito arqueológico poderão e deverão ser elaboradas, no entanto existem algumas limitações que nos impedem de tratar estes resultados com mais rigor. Primeiro a ausência de estudos tafonómicos que nos permitiriam conhecer com algum rigor a proveniência e o processo de integração nos sedimentos, como alertam igualmente os dois últimos autores;

“Não são assim conhecidos os processos de transporte, deposição, sedimentação e redeposição destes fitoclastos” (QUEIRÓS e LEEWAARDEN 2003:289).

Segundo, é importante considerar o carácter selectivo destas amostras. Elas reflectem uma selecção antrópica da flora lenhosa recolhida e levada para os sítios, aí queimada e diferenciadamente conservada por fenómenos pós-deposicionais. A relação que existe com o meio, não é directa, só reflecte em parte o conjunto que ocorre na paisagem envolvente. Desta forma os carvões possuem um papel de maior grandeza arqueológica e menos paleoecológica.

### **2.2.6. Substâncias geológicas enquanto recursos.**

A existência de um pequeno sub-ponto relativamente às substâncias geológicas enquanto recursos serve apenas como caracterizador da área em estudo e nunca como indicação provável de explorações antigas.

Assim temos ocorrências filoneanas de ouro (Pocinho), estanho (minas de Almendreras, Almendra, Saissa/Lousa e Nordeste de Freixo de Numão) e volfrâmio

(Nordeste de Freixo de Numão Santa Comba, Castelo Melhor, minas do Vesúvio e Quinta das Laranjeiras junto ao Sabor). O ferro em bancadas sedimentares aparece no chamado jazigo de ferro de Moncorvo (SILVA e RIBEIRO 1991 e SILVA, REBELO e RIBEIRO 1989).

Os recursos não metálicos correspondem a diversas explorações de areias e saibro aluvionares (ribeira da Teja, rio Côa e rio Sabor), explorações de esteios e prumos em xisto listrados da Formação da Desejosa (pedreiras do Poio a Sudeste de Vila Nova de Foz Côa) e pedreiras de granito e granodiorítico (Vilarinho da Castanheira e Chãs) (BÚRCIO 2004 e SILVA e RIBEIRO 1991 e SILVA, REBELO e RIBEIRO 1989).



## 3. O SÍTIO

---

### 3.1. Introdução: Questões de nomenclatura.

“The fortifications, especially at Los Millares, but also at Zambujal and Vila Nova de São Pedro etc., were militarily sophisticated with their concentric walls, their round towers (a late development in mediaeval castle architecture), and their restricted and protected entrances” (BLANCE, B., 1994:56).

“ (...) to an origin outside the west Mediterranean, and it is tempting to associate the arrival of some of these features with other novelties such as (arsenical) copper metallurgy and *bastion fortification*, thought without implying the implantation of foreign communities” (SHERRATT, A., 1994:73).

“Their settlement architecture [Vila Nova de São Pedro e Los Millares], based on the construction of *massive fortifications with bastioned walls*, within which metallurgy is practiced provide another homology, thus suggesting that like artefacts, the settlement are used much in the same way, as manufacturing and *defensive centres*” (LISBOA, I.M., 1994:155).

“Na Estremadura, a par das *grandes fortificações* referidas, também se identificaram outras de menores dimensões, de que são exemplos as de Olelas (Sintra) e de Sesimbra: em ambas, uma *linha muralhada, reforçada externamente por bastiões semicirculares, envolvia a acrópole do povoado*, constituída, nos dois casos, por eminência rochosa” (CARDOSO, J.L., 2002:258). Os itálicos são nossos em todas as citações.

As quatro citações efectuadas tornam-se importantes, como ponto de partida, para explicar o que se pretende quando falamos de questões de nomenclatura. Não se trata, pelo menos neste ponto, de fazer um referencial crítico às ideias subjacentes aos autores que as produziram, mas tão só utilizar o seu jargão científico, para tentar demonstrar que é necessário alterar ou redefinir a própria nomenclatura arquitectónica, para se conseguir pensar áreas com um mínimo de constrangimentos conceptuais, vindos de teses interpretativas de uma arqueologia de pendor histórico-culturalista, processualista, funcionalista, e mesmo marxista. É verdade que os sítios arqueológicos citados possuem uma semelhança arquitectónica com Castanheiro do Vento. Poderíamos indicar muitos outros, na Beira Interior, na Estremadura, no Alentejo e Algarve, na Meseta e no Sul e Sudeste espanhóis, e mesmo no Sul de França. Possuem igualmente uma diacronia, em termos latos, iguais e muitos deles estão implantados

num espaço geomorfológico semelhante<sup>38</sup>. E é devido a todas estas similitudes que é necessário, ao nível da sua descrição arquitectónica, retirar toda a sua carga “castelar” e “militarista”. Quando se fala em muralhas, bastiões, torres, faz-se imediatamente uma associação a fortificações, a atitudes de defesa e/ou ataque de um espaço territorial, a ambientes de guerra. Esta concepção sobre a arquitectura destes sítios, associada a práticas de guerra, é dominante na literatura arqueológica desde os trabalhos de Louis Siret (1908 e 1913). Mas a temática guerra, pouco tem sido abordada como tema central de investigação. Geralmente, os arqueólogos ao falar em guerra assentam as suas ideias em três indicadores; evidência de violência em restos humanos, presença de armas nos sítios arqueológicos ou na iconografia arqueológica e as estruturas “defensivas” de várias estações arqueológicas. Desta forma ao falar-se de “muralhas, bastiões e torres”, subentende-se imediatamente uma ideia de guerra, de combate, de sociedades conflituosas (KUNST 2000, CARMAN 2000 e PEÑAROYA 2000). O que se pretende nesta pequena introdução não é discutir este léxico, nem debater esta conceptualização<sup>39</sup>, mas apenas chamar a atenção que na continuação deste capítulo, utilizar-se-á um conjunto de conceitos indexados a elementos arquitecturais, que embora em termos lexicais sejam semelhantes aos utilizados pelos autores citados, em termos descritivos e interpretativos possuem definições completamente diferentes. O glossário que se apresenta em anexo<sup>40</sup> tenta definir aqueles elementos arquitecturais tendo sempre como ponto de partida a estação arqueológica de Castanheiro do Vento e a experiência de trabalho de campo ao longo dos últimos anos. É importante referir ainda que as definições constantes no glossário foram, e continuam a ser, fruto de um trabalho da equipa de coordenação das escavações arqueológicas de Castanheiro do Vento<sup>41</sup> e de muitos dos seus colaboradores.

---

<sup>38</sup> Cf. Susana Oliveira Jorge, 1994 e 2005.

<sup>39</sup> A discussão sobre estes conceitos estará implícita ao longo deste trabalho, onde se propõe uma interpretação diferente para este tipo de sítios.

<sup>40</sup> Ver anexo 3.

<sup>41</sup> Uma primeira versão deste glossário foi publicada por JORGE, V. O., (2006), “Copper Age “monumentalized hills” of Iberia: the shift from positivistic ideas to interpretive ones. New perspectives on old techniques of transforming place and space as results of a research experience in the NE of Portugal”, *Journal of Iberian Archaeology*, Proceedings of Paper TAG Session Dec. 2005, pp.203-264.

### **3.2. Castanheiro do Vento: Uma historiografia do sítio.**

O sítio arqueológico de Castanheiro do Vento foi identificado por António Sá Coixão, no decurso de um programa de prospecção que visava a elaboração da carta arqueológica do concelho de Foz Côa. A primeira recolha de materiais que permitiu identificar este local deu-se em 1983. Esta descoberta partiu da notícia de um achado de um machado de pedra polida na encosta virada à povoação da Horta do Douro (COIXÃO 1996:65). O sítio encontrava-se coberto por grande quantidade de pedras de pequeno e médio porte, materiais arqueológicos como cerâmica, alguma com decoração penteada, lascas em quartzo, e um grande número de elementos de moinho fracturados, sugerindo a existência de estruturas pré-históricas.

No entanto, a primeira referência escrita ao sítio surge no contexto de um trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Estudos de Impacto Ambiental do IPPC (Instituto Português do Património Cultural). No final dos anos 80, esse Instituto constituiu três equipas de arqueólogos que trabalhariam em estreita colaboração com as principais empresas de florestação do território português. Apesar do pioneirismo do projecto em Portugal e da intensa prospecção arqueológica feita nos anos seguintes, não se conseguiu evitar um conjunto de destruições, perpetradas por particulares que não estavam abrangidos por esta acção. Em Janeiro de 1990, uma equipa de arqueólogos dirigiu-se à região de Vila Nova de Foz Côa, e na propriedade de Vale de Boi, toma um conjunto de medidas de protecção em relação a Castanheiro do Vento. Infelizmente, as máquinas para a plantação de eucaliptos, já tinham destruído irremediavelmente toda a encosta e já teriam assolado a estação arqueológica sem a acção do arqueólogo António Sá Coixão que, ainda assim, impediu a entrada de maquinaria no topo do cerro. A equipa do Gabinete de Estudos de Impacte Arqueológico conseguiu conter a plantação de eucaliptos numa área circundante ao topo, em 50m. Nesse mesmo ano, no âmbito das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, é publicado um primeiro balanço da actividade das diversas equipas onde se referencia Castanheiro do Vento como “ (...) Povoado fortificado calcolítico de Castanheiro do Vento” (ARNAUD, MURALHA e ESTORNINHO 1991:71).

Em 1996, o descobridor da estação arqueológica publica a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, onde o referencia. O sítio é igualmente identificado como sendo um “povoado fortificado” do calcolítico. Nessa publicação o

autor menciona o montículo contínuo de pedras, que segundo ele, são “ (...) restos do amuralhado deste povoado com cerca de 5000 anos” (COIXÃO 1996:65).

Nos inícios de 1998 um conjunto de investigadores, liderados por Vítor Oliveira Jorge da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, João Muralha Cardoso e António Sá Coixão, decidem enquadrar Castanheiro do Vento num projecto de investigação, apresentado e aprovado, ao Instituto Português de Arqueologia<sup>42</sup>. Esse projecto, com o acrónimo EVASAFREN<sup>43</sup>, incluía a escavação de Castanheiro do Vento com o objectivo primeiro de comparação, a vários níveis, com Castelo Velho de Freixo de Numão.

Em 1999, a estação arqueológica é, pela primeira vez, apresentada à comunidade científica, no 6th Annual Meeting of European Association of Archaeologists realizado em Lisboa. O texto resultante da apresentação é publicado apenas em 2002<sup>44</sup>, tendo sido no entanto, entregue em finais de 2000. Levanta um conjunto de problemas e questões que não só indiciam, mas preconizam já, uma atitude problematizante em relação ao sítio e às abordagens que este tipo de locais tinha tido na literatura arqueológica. Este pequeno, mas importante texto, coloca em destaque um primeiro programa questionador da estação arqueológica. Como em Castelo Velho de Freixo de Numão, a abordagem já não era de cariz histórico-processualista ou mesmo funcionalista, mas também não era defendido abertamente um novo paradigma. O interesse residia nas problemáticas levantadas.

Como pano de fundo, chamava-se a atenção para o território como um todo, com as suas especificidades naturais, geomorfológicas e as “transformações” que a acção humana produziu ao longo do tempo, acrescentando novas características às já existentes. Aquelas “transformações” em determinadas épocas e em certos aspectos são mínimas, contrastando com outros períodos e particularidades em que o objectivo de construir “paisagens culturais” parece aumentar. Esta situação levantava um conjunto de questões; Quais são os significados possíveis para a acção humana na paisagem? Que

---

<sup>42</sup> Até essa data, os projectos de investigação arqueológica desta região focavam maioritariamente a estação arqueológica de Castelo Velho e a área da freguesia de Freixo de Numão. Com este novo projecto, além de Susana Oliveira Jorge que dirigia as escavações em Castelo Velho, Sérgio Rodrigues que iniciou os estudos do Neolítico Antigo do Prazo em 1997 e António Sá Coixão que estudava os sítios arqueológicos de época romana, passaram a constituir, conjuntamente com os elementos que coordenavam a intervenção arqueológica em Castanheiro do Vento, a equipa de investigadores desse projecto.

<sup>43</sup> EVASAFREN, Estudo e Valorização de Sítios Arqueológicos na Área de Freixo de Numão.

<sup>44</sup> JORGE, V.O., COIXÃO, A.S., CARDOSO, J.M. e PEREIRA, L.S., (2002), “Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age sites in northern Portugal”, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*, ed. Chris Scarre, Londres, Routledge, pp.36-50.



papéis desempenharam os seus actores ao marcarem a paisagem, que tipos de comportamento tiveram? Que tipo de mapas mentais foram sendo elaborados para legitimar uma nova ordem social ou para manter a vigente?

Uma certeza ainda hoje partilhada, relaciona-se com a explicação destes locais como “povoados fortificados”. Abandona-se desde o início do estudo a tradicional conceptualização “militarista” que aquela expressão sugeria. Avançava-se com a hipótese, de que estes sítios, (incluindo Castelo Velho de Freixo de Numão), seriam uma espécie de “lugares centrais”, que desempenhariam uma grande variedade de papéis. A nossa tarefa enquanto arqueólogos seria tentar reconstruí-los na sua história arquitectónica e enquanto cientistas sociais, tentaríamos perceber qual a sua contribuição para o processo de negociação contínua de estruturação daquelas comunidades (JORGE, COIXÃO, CARDOSO e PEREIRA 2002:48).

A longo prazo, o estudo devia reflectir sobre a lógica de ocupação e “transformação” do território pelas comunidades. A paisagem calcolítica não é apenas composta por sítios altos e proeminentes, localizados em esporões, implantados no topo de cerros ou em cumes graníticos. Será sempre necessário estudar toda uma região para se melhor começar a perceber o período calcolítico desta área.

Outro ponto importante abordado neste artigo relacionava-se com a necessidade de olhar estes locais como sítios de excepção e não como a regra, ou seja, como um sítio extraordinário não só devido à sua posição dominante na paisagem mas também devido ao grande esforço necessário à sua concepção, “construção” e manutenção. Para percebermos este contexto temos de nos afastar da visão funcionalista. Quando se olha para recintos como Castanheiro do Vento, temos que colocar em causa ideias processualistas, há muito aceites, e que explicavam estes recintos através duma perspectiva essencialmente defensiva, só tendo qualquer utilidade em relação com processos militares e logísticos, seriam sociedades que viveriam num estado endémico de guerra. Avançava-se a hipótese de estes sítios terem mais a ver com uma divisão simbólica do espaço entre áreas domésticas e áreas selvagens, entre povoado e natureza entre um dentro e um fora, entre um domínio seguro e um domínio inseguro (JORGE, COIXÃO, CARDOSO e PEREIRA 2002:48). Estas questões dicotómicas foram, no entanto, rapidamente ultrapassadas. Leituras e reflexões posteriores, assim como a continuação dos trabalhos de escavação, levam a equipa de coordenação a enunciar outras problemáticas e a apontar outras interpretações.

Sugeria-se que essas comunidades teriam uma necessidade de organizar o espaço à sua volta, e essa organização e reorganização contínua seria desenhando e redesenhando o “mundo”, fazendo arquitectura, criando espaços. Esta seria a função da arquitectura, seja de uma forma minimal, utilizando a topografia, seja de uma forma monumental, adicionando elementos construtivos ao terreno. Nesse trabalho avançava-se ainda a ideia de que existiria a necessidade de instalar uma ordem na natureza, concordante com uma representação do mundo e da sociedade. Assim se poderia explicar o grande dispêndio de esforço na construção destes monumentos.

Concluía-se com um conjunto de ideias, que necessariamente careciam de desenvolvimento e reflexão posterior; seriam símbolos de prosperidade, marcos de identidade no território, locais de reunião de pessoas em determinadas alturas do ano. Provavelmente viveriam nesses monumentos uma pequena elite que controlaria as acções que lá se passavam, controlariam bens, em períodos de conflito poderia servir como refúgio, mas não seria essa a sua função principal. Eram locais constituintes de identidades, pontos de referência para serem vistos à distância, teriam um papel identitário (JORGE, CARDOSO, COIXÃO e PEREIRA 2002:49).

Na campanha de escavações de 2000, Leonor Sousa Pereira foi integrada na equipa de coordenação dos trabalhos. É igualmente neste ano que se recebe a participação dos primeiros estudantes da licenciatura em Arqueologia ministrada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em regime de avaliação, tornando-se a partir de então um pólo de ensino de carácter prático. Nota-se a partir de então, o progressivo interesse de alguns alunos do curso de Arqueologia pela estação arqueológica que resultou na apresentação de relatórios finais de licenciatura<sup>45</sup>.

Tendo em consideração a crescente importância do sítio, quer em termos das estruturas e materiais encontrados, quer em relação às potencialidades futuras de trabalho, a equipa de coordenação decidiu propor a sua classificação como Imóvel de Interesse Público. Este pedido deu entrada na delegação do Porto do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), em Outubro de 2001.

---

<sup>45</sup> Até ao momento foram entregues e defendidos 6 relatórios finais de licenciatura: Bárbara Carvalho (2006), Adélia Queirós (2006), Clara Gaspar (2004), Gustavo Cunha (2004), Rui Barbosa (2003) e Nelson Borges (2003), objectivando diversos aspectos da estação arqueológica, desde a componente arqueográfica, técnicas de construção e a percepção dada pelo registo gráfico.

Desde 2002 os relatórios de escavação são publicados na Revista *Côavisão*, e em 2003, são publicados simultaneamente outros dois textos<sup>46</sup>, de síntese e de problematização. Os autores, além de fazerem um balanço dos conhecimentos até então sobre Castanheiro do Vento, descrevendo as suas estruturas e discutindo a sua cronologia, começam a atribuir uma importância cada vez maior às arquitecturas e aos espaços pré.

Pretendia-se acentuar a importância de uma arqueologia das arquitecturas pré-históricas, ao nível das suas técnicas construtivas, e referia-se a necessidade de olhar estes sítios numa perspectiva diferente daquela que procurava apenas uma simples determinação da cronologia ou função dos sítios, ou mesmo dos “estilos” dos artefactos neles encontrados.

Em vez disso, torna-se importante compreender que estes “espaços” monumentalizados foram submetidos a sucessivas transformações, com diversos sentidos. Trata-se de passar de uma arqueologia de “povoados” e das suas “ocupações”, para um estudo dos espaços pré-históricos e das suas estruturas e re-estruturas, entendidas como acto social e cognitivamente significantes (2003d).

Embora não focando directamente a estação arqueológica de Castanheiro do Vento, em Janeiro de 2003, é apresentado um trabalho no 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica – “Sinais de Pedra”. Essa reflexão, assumidamente teórica e esquemática, tornou-se um contributo muito importante para a comparação das técnicas de construção e de organização do espaço relativamente aos recintos murados e aos chamados monumentos “funerários” megalíticos. Mais uma vez concluiu-se chamando a atenção para a necessidade de olhar estes sítios

“ (...) como um sistema – mutável ao longo do tempo, claro – de transformações arquitectónicas, e de deposições (de diversos tipos de objectos) (...). Não os podemos observar como cenários de vida quotidiana, entendida nas suas actividades de pura sobrevivência – seria uma projecção no passado da nossa mentalidade funcionalista” (JORGE S., JORGE V., CARDOSO J. M., PEREIRA L. S e COIXÃO, A. 2005:116)<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003c), Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002); *Journal of Iberian Archaeology*, Vol. 5 e JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003d), “A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (Vª Nª de Foz Côa)”, Recintos Murados da Pré-História Recente, Porto/ Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.79-114.

<sup>47</sup> A edição aqui citada é a inglesa publicada no *Journal of Iberian Archaeology*, vol.7, pp-101-124. A tradução é nossa.

No ano de 2003, é defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma tese de mestrado<sup>48</sup>, que tinha como objectivos não só a análise da componente artefactual recolhida nos anos de 1998, 1999 e 2000 como o estudo de uma estrutura sub-circular, mas também colocava algumas problemáticas sobre a inserção espacial de Castanheiro do Vento. A autora orienta o seu trabalho num grande vector; a arquitectura como “ (...) um meio de organização do espaço, e a arquitectura monumental [de Castanheiro do Vento e Castelo Velho de Freixo de Numão] é acima de tudo um símbolo de poder, de coesão social e um elemento identitário” (VALE 2003:20). A autora também abandona, na linha de Susana Oliveira Jorge, Vítor Oliveira Jorge, João Muralha e Leonor Sousa Pereira, a expressão “povoados fortificados”, essencialmente devido às limitações interpretativas que aquele conceito impossibilitava. Nesse mesmo ano, a autora dessa dissertação, Ana Margarida Vale junta-se à equipa de coordenação, o que acontece igualmente com Gonçalo Leite Velho em 2007.

Em 2004, é publicado o primeiro estudo<sup>49</sup>, em forma de artigo, sobre a análise arqueozoológica recolhida. Este material é discutido sob um ponto de vista estritamente funcionalista, o que deixa em aberto um conjunto de interrogações interessantes. Igualmente nesse ano é publicado o relatório de escavação de 2003 (JORGE, CARDOSO, PEREIRA e COIXÃO 2004), o que acontece também em 2005 (JORGE, CARDOSO, PEREIRA e COIXÃO 2005), e 2006 (CARDOSO, JORGE, PEREIRA, VALE, VELHO e COIXÃO 2005).

Um texto de características diferentes dá à estampa na revista *Al-Madan* (JORGE, MURALHA CARDOSO, PEREIRA, VALE e COIXÃO 2005). Pela primeira vez, os autores abordam a morfologia construtiva de Castanheiro do Vento apresentando exemplos das “habitualmente designadas estruturas de condenação”. Chamava-se a atenção para a necessidade de entender a arquitectura do sítio como

“ (...) uma unidade (simultaneamente divisível pela análise e recombinação constantemente pela nossa síntese interpretativa) de significações e objectivos, para depois contextualizar todos os outros achados dentro deste “cadinho” arquitectural” (JORGE, MURALHA CARDOSO, PEREIRA, VALE e COIXÃO 2005:34).

---

<sup>48</sup> Dissertação de Ana Margarida Vale, orientada por Vítor Oliveira Jorge, intitulada *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz-Côa), Contributo para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalho (1998-2000)*.

<sup>49</sup> CARDOSO, João Luís e COSTA, Cláudia, (2004), “A Study on the faunal assemblage from the prehistoric enclosure of Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa)”, *Journal of Iberian Archaeology*, Volume 6, Braga, ADECAP, pp.83-92.

Para finalizar este sub-ponto sobre a historiografia do sítio arqueológico de Castanheiro do Vento, os coordenadores da intervenção arqueológica, entre o final do ano de 2005 e a apresentação deste trabalho, entregaram para publicação três artigos onde se problematizam diversos temas, desde o estudo do dispositivo arquitectónico e sua elaboração (técnicas construtivas)<sup>50</sup>, onde se chama a atenção para as estruturas sub-circulares (convencionalmente designadas “bastiões”) e a existência de intercepções, representadas pelas passagens, até à síntese dos trabalhos arqueológicos de 2005, onde se enumeram e descrevem todas as novas estruturas arqueológicas componentes do sítio e se evidencia a complexidade crescente do sítio, o que de futuro exigirá uma análise cada vez mais profunda, à micro-escala, dos contextos específicos do sítio, e à macro-escala, da arquitectura de Castanheiro do Vento, ou seja, a relação do local com o espaço<sup>51</sup>.

O terceiro artigo foi integrado nas actas da 10ª mesa-redonda da Primavera (2006), subordinada ao tema, Terra: Forma de Construir, Arquitectura, Antropologia, Arqueologia. Este artigo, na sequência da apresentação em forma de comunicação, chamava a atenção para dois aspectos interessantes dos trabalhos em Castanheiro do Vento; a multiplicidade de olhares onde se tentava transmitir a ideia de que os sítios estão inseridos num território que se “ (...) traduz num imbricado de relações entre pessoas e sítios, locais vividos por indivíduos diferentes, e por isso com múltiplos sentidos e significados” (VALE, CARDOSO e JORGE 2006:100) e a valorização da construção em terra a par da utilização da pedra, “Ambos se interligam, coexistem, fazem parte do local. Ambos moldam o sítio, num jogo de substâncias e forças onde intervêm a madeira e a água” (VALE, CARDOSO e JORGE 2006:104).

---

<sup>50</sup> JORGE, MURALHA, PEREIRA, VALE e COIXÃO, (prelo), “ Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Algumas reflexões sobre estratégias de organização do espaço neste recinto monumental pré-histórico”, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, Setembro de 2004, Faro, Universidade do Algarve.

<sup>51</sup> JORGE, MURALHA, PEREIRA, VALE e VELHO, (prelo), Sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): principais conclusões das escavações de 2005, Portugália, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

### 3.3. Localização e caracterização da estação

O sítio arqueológico de Castanheiro do Vento encontra-se no território da freguesia da Horta do Douro, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda no Nordeste de Portugal.

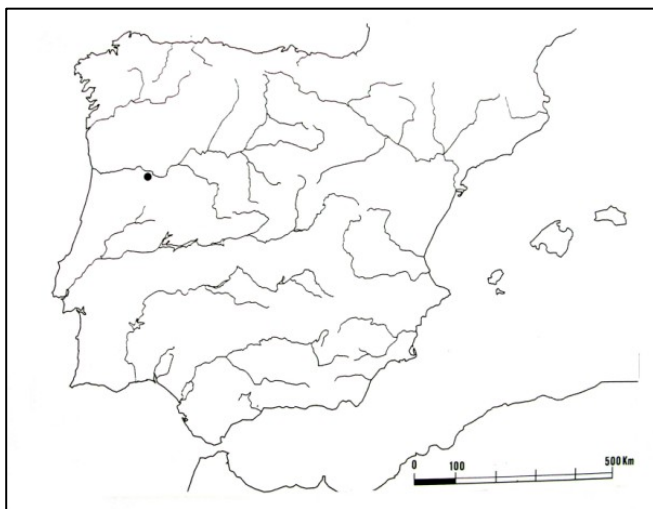


Figura 15 – Localização de Castanheiro do Vento na Península Ibérica.

As coordenadas geográficas de um ponto central da estação, segundo a “Carta Militar de Portugal” na escala 1/25.000, folha 140, são as seguintes: 41° 3’ 49’’ Latitude Norte e 7° 19’ 18’’ Longitude Oeste (Greenwich).

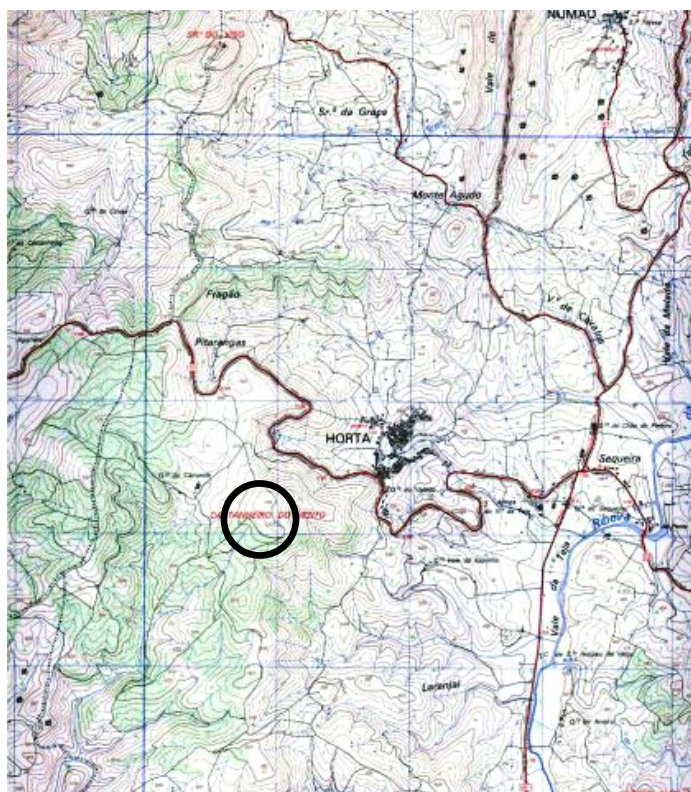


Figura 16 – Localização de Castanheiro do Vento na Carta Militar Portuguesa n.º140.

Castanheiro do Vento localiza-se no alto de um morro de planta sub-circular, situado à altitude absoluta de cerca de 730 m e convencionalmente delimitável, na base, pela curva de nível de 680 m. Geomorfologicamente situa-se nos planaltos centrais (FERREIRA 1978). Esta unidade, como já vimos no capítulo anterior, ao contrário da planura da Meseta, possui um relevo acidentado, surgindo com níveis de aplanamento a diferentes altitudes.

Para Oeste estão as montanhas centrais, embora de Castanheiro do Vento não sejam visíveis, pois o ângulo de visão para Norte e Noroeste é interrompido por uma crista montanhosa que tem o seu ponto mais elevado no Alto da Senhora do Viso (814 m). Esta crista, faz como que um anfiteatro, tendo como “palco” a estação arqueológica. No entanto, a visibilidade que se tem para o sítio não é definida. Castanheiro do Vento surge bem identificado, mas ao mesmo tempo diluído na paisagem<sup>52</sup>. Na envolvência de Castanheiro do Vento existem um conjunto de elevações que embora a cotas semelhantes ao sítio, e além de sobressaírem na paisagem, focalizam o olhar na estação arqueológica (Fragão 733 m, Monte Agudo 615 m, Pitarangas 764 m, e Alto de Pereiros 747 m). É interessante notar que, a não ser o Alto da Senhora do Viso, nenhum dos outros locais apresenta indícios de qualquer vestígio arqueológico.

Para Este e Sul estende-se a grande várzea do Vale da Ribeira da Teja. Um relevo muito monótono, correspondendo a um dos níveis de aplanamento dos planaltos centrais. A Sudeste avista-se parte do planalto da Meseta e a grande crista quartzítica da Serra da Marofa.

A área ocupada pela estação, segundo a carta geológica de Portugal, na escala 1/50.000, folha 15-A, encontra-se implantada no super grupo Diúrico-Beirão do “Complexo Xisto-grauváquico”, na Formação da Desejosa, cuja composição é caracterizada por filitos listrados com intercalações de metagrauvaques, metaquartzovaques e calcossilicatadas (SILVA, SANTOS, RIBEIRO e RIBEIRO 1990).

---

<sup>52</sup> O conceito *paisagem*, já de si bastante complexo, parece surgir aqui como território que pode ser apreendido visualmente, mas o que realmente se pretende é iniciar a discussão sobre o termo paisagem e, ao discuti-lo, propor outras formas de o conceptualizar. A definição que a seguir apresentamos, forçosamente esquemática, é, e será, objecto de discussão, como veremos no próximo capítulo; paisagem como um conjunto de relações entre pessoas e locais, que gradualmente nos é revelado através das interacções e actividades que uma comunidade realiza num espaço (THOMAS 2001).



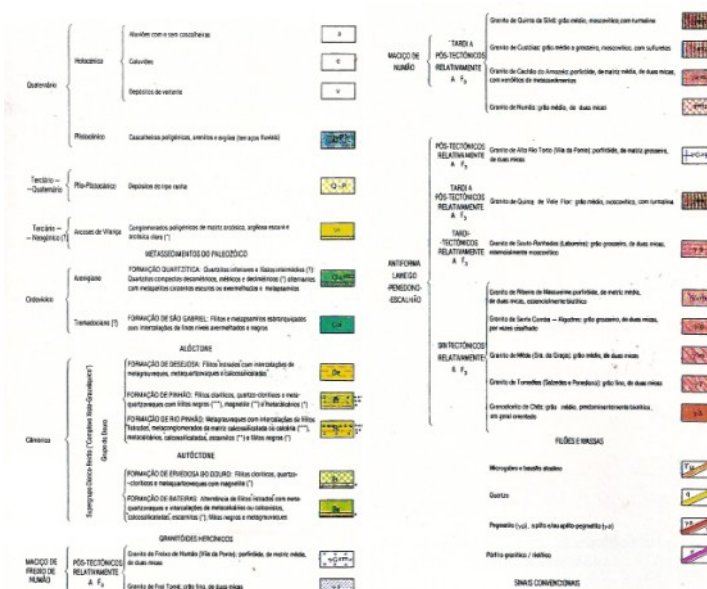
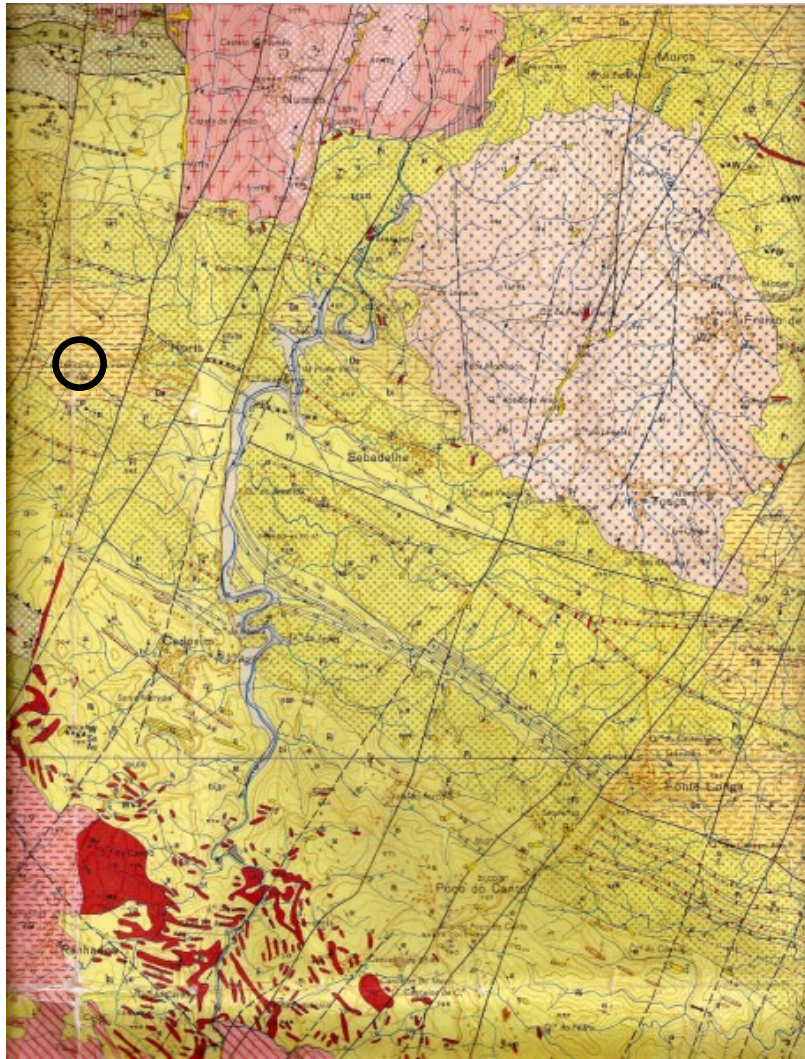


Figura 17 – Localização de Castanheiro do Vento na Carta Geológica de Portugal nº15-A (Vila Nova de Foz Côa) Serviços Geológicos de Portugal.



Castanheiro do Vento encontra-se na confluência das bacias hidrográficas da Ribeira da Teja e do Rio Torto, os principais cursos de água próximos ao sítio. No entanto, existem algumas pequenas ribeiras, maioritariamente sazonais, que correm nas suas imediações. A mais marcante, apenas porque se encontra mais perto, será a ribeira da quinta do Campelo, que corre a cerca de 500m do topo do sítio. Esta ribeira, actualmente, tem água todo o ano e é subsidiária do Rio Torto. Todavia, existe um outro curso de água que poderá ter desempenhado um papel importante na sua relação com a estação arqueológica; a ribeira de Pitarangas, afluente da ribeira da Teja, que corre a cerca de 1500m do alto da colina de Castanheiro do Vento. A nascente deste pequeno curso de água fica no sopé do alto das Pitarangas, um dos cerros pertencentes à crista xistosa que “cerca” o sítio a Noroeste. Devido a este tipo de afloramentos regionais, as redes aquíferas são descontínuas. O sistema de fracturação e alteração das rochas, em parte devido à meteorização e às condições topográficas e geomorfológicas, regulam as áreas de descarga e recarga dos aquíferos (SILVA e RIBEIRO 1991:44). É o que acontece com esta ribeira, pois existe um conjunto de situações, como a diferenciação dos xistos (rochas de dureza diferente, que fazem com que a água, aí se retenha), a geomorfologia do local (uma superfície aplanada) e a existência de um barreiro (sedimentos menos porosos à água), que permite o aparecimento desta nascente. A água e a argila, neste caso, aparecem juntas, e sendo estes dois elementos materiais relevantes para a elaboração, reconfiguração e manutenção do sítio de Castanheiro do Vento, existem a menos de 2 km da colina.

Os solos desta área são, segundo uma classificação moderna, de classe E, com limitações severas. Existem pequenas bolsas de complexos C ou D mais E, em áreas junto à ribeira da Teja e ao rio Torto.

O topo que se pode circunscrever pela curva de nível dos 720 m, tem um marco geodésico a Sul com a cota absoluta de 725,100 m como N1 e 722,620 m como N2<sup>53</sup>. Ao tomarmos como referência a curva de nível dos 720 m, coloca-se a hipótese de o sítio se estender por cerca de 200 m num eixo Norte/Sul. Esta área é atravessada por dois caminhos de terra batida, que felizmente evitaram o núcleo da estação arqueológica. A área mais elevada, a Norte, entre o início dos trabalhos arqueológicos em 1998 e o ano de 2005 estava coberta de vegetação arbustiva muito densa, sendo apenas desmatadas as áreas onde a escavação iria decorrer. Em Junho de 2005

---

<sup>53</sup> N1 corresponde ao topo do marco geodésico e N2 refere-se à cota do terreno. As coordenadas Gauss do marco são as seguintes: M=68061.740, P=154944.150.

procedeu-se a uma campanha de desmatção de todo o cerro, o que permitiu uma visão clara do topo da estao arqueol3gica e uma melhor gesto dos trabalhos arqueol3gicos. Em determinados pontos eram vis3veis consider3veis acumulaes de pedras, claramente resultado da destruio e remoo de estruturas pr3-hist3ricas.

A 3rea Sul, em meados dos anos 80 do s3culo passado, foi intensamente lavrada (actualmente encontra-se uma plantao de cerejeiras), podendo-se encontrar fragmentos cer3micos, elementos de moinhos fracturados, quer dormentes, quer moventes e abundante material l3tico em quartzo e quartzito. Toda a encosta Oeste encontra-se igualmente cultivada com amendoeiras, e a3 os materiais tamb3m existem, embora em menos abund3ncia do que a Sul do topo. As encostas Norte, Leste e Sul, intensamente alteradas por lavra mec3nica, para plantao de eucaliptos<sup>54</sup>, n3o oferecem praticamente, materiais arqueol3gicos. Este facto n3o pressup3e uma aus3ncia de vest3gios, mas provavelmente uma completa destruio de estruturas e materiais. As m3quinas utilizadas lavraram a cerca de 1,00/1,20 m de profundidade, reduzindo a p3 afloramentos, blocos de xisto e qualquer eventual estrutura arqueol3gica. Nunca saberemos qual a superf3cie total da estao e em que extens3o a colina estaria monumentalizada. Apenas possu3mos pequenos ind3cios, como a exist3ncia de materiais arqueol3gicos junto a 3reas de afloramentos, n3o perturbadas pela lavra mec3nica, e fora de contexto, foram registadas duas grandes lajes de xisto, (tipo menires), empurrados pelas m3quinas, que se localizariam na vertente Leste do s3tio. A aferio do impacte visual que o s3tio teria, visto do vale da Ribeira da Teja, de certas 3reas do Rio Torto e das colinas imediatamente abaixo da estao, ser3 dif3cil de estimar. Apenas na zona Oeste existe uma 3rea com afloramentos onde ainda poder3o existir sedimentos arqueol3gicos pouco remexidos. Futuramente, um dos vectores de escavao ter3 de passar por toda esta zona, para se poder avaliar correctamente quer a dimens3o aproximada da estao arqueol3gica, quer a exist3ncia de estruturas de tipo plataforma e/ou rampa p3trea<sup>55</sup>.

No estado actual dos conhecimentos, podemos afirmar, que a 3rea expect3vel de possuir vest3gios arqueol3gicos n3o destru3dos, ser3 mais ou menos de cerca de 12.000 m<sup>2</sup>. No entanto, a 3rea arqueologicamente potencial, prospectada e marcada

---

<sup>54</sup> Com j3 referimos, em 1989, Ant3nio S3 Coix3o, conseguiu impedir a completa destruio da estao arqueol3gica, por maquinaria pesada, que procedia 3 preparao do terreno para a plantao de eucaliptos. As encostas do s3tio, no entanto j3 se encontravam destru3das.

<sup>55</sup> Ver anexo 3 para uma definio destas estruturas.

topograficamente, corresponde a um rectângulo de 37.500 m<sup>2</sup> (250 m N/S x 150 m E/O), dando 9.375 unidades de escavação (quadriculas de 2x2 m).

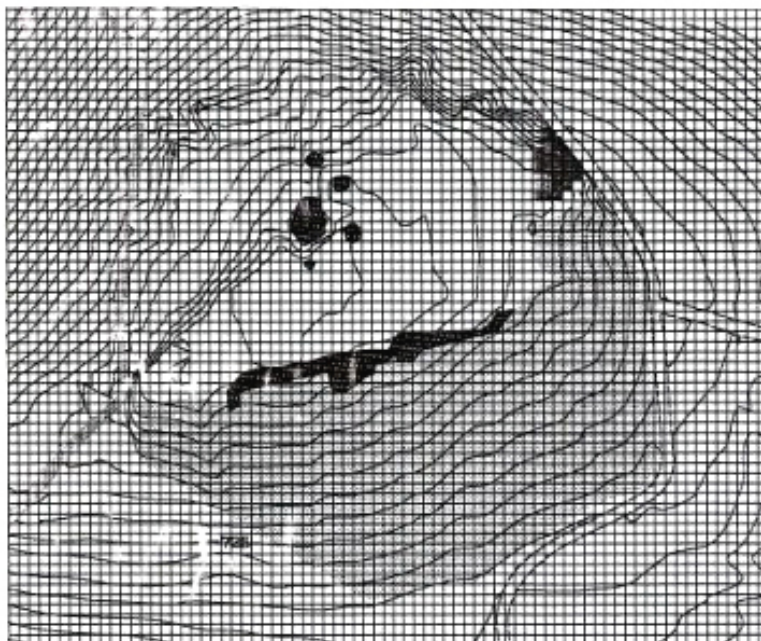


Figura 18 – Implantação topográfica das unidades de escavação.

### **3.4. Metodologia geral da escavação: Áreas escavadas.**

#### **3.4.1. Introdução**

A estratégia de escavação de um sítio arqueológico tem variado ao longo do tempo. A metodologia altera-se consoante o enquadramento teórico do arqueólogo e da forma como ele “reconstitui” o passado. Martin Carver<sup>56</sup> traça-nos um pequeno, mas elucidativo quadro, sobre as diversas alterações metodológicas de aproximação a uma escavação arqueológica.

Os arqueólogos histórico-culturalistas vêem os sítios como “ (...) fossilised historical events and investigate them with targeted trenches.” (CARVER 2005:106), dando o exemplo de Mortimer Wheeler e da sua metodologia de escavação. Através de grandes trincheiras seccionadas em quadrados, e interpretando a sequência de camadas que via no corte. Cada camada seria escavada separadamente e os respectivos materiais guardados. Quando a escavação de cada secção estava terminada, Wheller possuía

---

<sup>56</sup> CARVER, Martin (2005), “Key Ideas in Excavation”, *Archaeology, The Key Concepts*, eds. Colin Renfrew e Paul Bahn, London e New York, Routledge, pp.106-110.

quatro perfis estratigráficos, cada um com a sua versão sequenciada dos acontecimentos. Fazia assim a história do sítio<sup>57</sup>.

Arqueólogos processualistas como Lewis Binford e Kent Flannery, vêem os sítios como “(...) parts of buried systems and, like social scientists, seek to understand the dead society by “sampling” its behaviour” (CARVER 2005:106). A metodologia de campo passava a ser traduzida num conjunto de quadrículas ou transeptos, o que hoje chamaríamos sondagens dispostas, ou em intervalos regulares, ou aleatoriamente. Assim, obtinha-se a amostragem<sup>58</sup> do terreno e conseqüentemente do sítio arqueológico.

A ideia de escavação em área (“*open area excavation*”) surge igualmente nos anos 60. Philip Barker aplica-a em Wroxeter e em Hen Domen (BARKER 1982). Estes sítios tinham uma estratigrafia profunda e a escavação processava-se camada a camada, se possível em toda a sua extensão, registando-se individualmente a sua posição e formato. Esta metodologia foi sistematicamente utilizada e melhorada por aquele autor e pelos escavadores do Cultural Resource Management na Grã-Bretanha. Com a escavação em área surge a ideia de contexto (Max Foster 1972), posteriormente utilizada em York e Londres. Aqui, contexto é definido como a principal unidade estratigráfica, seja uma camada, um interface entre camadas, um buraco de poste, uma vala de fundação, etc. A representação em diagrama de todos estes contextos, leva Edward Harris (1979) a sugerir a aplicação sistemática de uma matriz – matriz de Harris - onde o contexto mais antigo está em baixo e o mais recente no topo da matriz. Quer a ideia de contexto, com esta proposição, quer a aplicação constante daquela matriz, utilizada especialmente em arqueologia urbana e em escavações de salvamento, levam o arqueólogo Steve Roskams a colocar em prática uma metodologia que ficou conhecida como “single context recording” (CARVER 2005:108). Esta pressupõe o registo total dos depósitos dos contextos, descrevendo-os e desenhando-os separadamente. Durante a escavação, não se tinha como objectivo a interpretação que só era aconselhada depois de todos os depósitos estarem registados e a totalidade do material analisado, dando assim, segundo os promotores daquele método, consistência à análise. É importante assinalar

---

<sup>57</sup> Apenas para registo, este método foi pela primeira vez utilizado em Portugal por Eduardo da Cunha Serrão, em 1956, na escavação da estação pré-histórica da Parede, de colaboração com Eduardo Prescott Vicente (SERRÃO 1983).

<sup>58</sup> Neste ponto preciso, Martin Carver não refere as contínuas crises económicas que afectaram os anos setenta do século XX. Essas crises atingiram os orçamentos para a investigação e para as universidades, obrigando a repensar a metodologia de escavação. Sobre este assunto, consultar, por exemplo, MUELLER, James (1979), *Sampling in Archaeology*, edited by James Mueller, Tucson, University of Arizona Press, especialmente a introdução. No entanto, convém acentuar que na linha de pensamento processualista, desde os primeiros trabalhos de Lewis Binford, *Archaeology as Anthropology* (1962) e *A Consideration of Archaeological Research Design* (1964), a ideia de amostragem é sugerida e estimulada.

que este tipo de método foi, e é, ainda muito aplicado em escavações urbanas e de salvamento, especialmente aquelas executadas pelas empresas privadas de arqueologia. Ao contrário de Roskams, consideramos que a não interpretação em campo e a excessiva descontextualização de todos os elementos que uma escavação arqueológica produz (igualmente como o método de Harris), em diferentes níveis de análise, faz com que a visão global do sítio seja mais difícil de reconstituir, o que resulta na sobrevalorização do pequeno contexto em detrimento do grande contexto em que está inserido. Por outro lado, o registo dos diversos contextos, quer em desenho, quer em ficha descritiva, existindo separadamente, leva a uma perda de informação, que em conjunto pode ser imediatamente relacionável em campo e pode mesmo alterar a metodologia de trabalho em vigor. Uma escavação pauta-se por um trabalho constante de interpretação e não de enumeração de camadas, interfaces, materiais, etc; estes dois níveis devem existir, mas o nível interpretativo, terá que ser objectivamente feito em campo.

Os métodos expostos em cima continuam sem nos responder a um conjunto de questões muito importantes, quando se trata de abordar um sítio, quando se inicia uma escavação arqueológica: O que se deve escavar? O que é que isso representa?

Ian Hodder no livro *The Archaeological Process, An Introduction* (2002)<sup>59</sup>, aponta alguns caminhos para uma metodologia mais consciente de si própria e ensaia algumas respostas àquelas questões. O ponto principal e mais importante é a ideia de interpretação em campo, através dos escavadores, dos diversos especialistas, da gravação em vídeo, da introdução de dados numa base conjunta e relacional, e acessível a toda a equipa, assim como reintroduz a ideia de caderno de campo, escrito por vários elementos. Hodder sintetiza em quatro temas/ideias os processos que devem estar subjacentes a uma intervenção arqueológica: “*Reflexivity, relationality or contextuality, interactivity and multivocality*” (2002:193).

a) Reflexividade (*reflexivity*). Refere-se à tomada de consciência do que cada pessoa deve fazer e porque o faz numa escavação arqueológica. Este conceito aplica-se não só aos arqueólogos mas a todos os intervenientes no processo arqueológico. Os cadernos de campo e as filmagens em vídeo são parte integrante deste processo. Os resultados da pesquisa arqueológica são constantemente relacionados com o contexto em que é produzido o conhecimento.

---

<sup>59</sup> Embora a primeira edição seja de 1999, o livro aqui citado, corresponde à terceira edição de 2002.

b) Relação e contextualização (*relationality or contextuality*). Estes dois conceitos estão associados à integração e interdisciplinaridade. Tudo depende de tudo, uma interpretação depende de uma ideia que é relacional. Alterando um elemento, altera-se a interpretação. As conclusões são vistas como momentâneas e sempre sujeitas a alterações.

c) Interactividade (*interactivity*). A ideia de interactividade pretende fornecer elementos aos intervenientes no projecto, para questionarem e criticarem as interpretações arqueológicas que são feitas.

d) Multivocalidade (*multivocality*). Pretende um olhar diverso sobre o sítio e sobre o trabalho de escavação. Diferentes grupos podem ter abordagens diferentes sobre o local, e diferentes discursos podem ser produzidos (HODDER 2002:193-195).

Uma ideia que ressalta, e que o próprio autor refere, relaciona-se com a pluralidade de olhares sobre o/um sítio, o que o leva a falar sobre “multi-sited archaeology”, quebrando um conjunto de barreiras pré-estabelecidas<sup>60</sup> e como corolário poderá e deverá quebrar impedimentos entre os membros de um projecto;

“As more and more people became involved in the excavation, analysis and interpretation of an archaeological site the team working at the site becomes very diffuse, open and flexible” (HODDER 2002:198).

Esta ideia conecta-se com um outro obstáculo que, segundo Hodder, tem enfraquecido a interpretação arqueológica; a dicotomia existente entre ciências exactas e ciências sociais. Para este autor, a arqueologia não é nem uma ciência exacta, nem uma ciência social, é um conjunto das duas. É exacta nas questões relacionadas com as datações, com a análise da formação de solos, com a procura de locais de matéria-prima, mas tudo isto precisa de ser incorporado com as ciências sociais e humanas (história, antropologia social, cultural, sociologia), para concretizarmos o conhecimento sobre a organização das sociedades e a manipulação da cultura (HODDER 2002:198). É na reflexão subsequente a este ponto que o pensamento de Ian Hodder se torna mais interessante. Ao descrever um processo arqueológico que é reflexivo, relacional, interactivo e multivocal, quebram-se barreiras entre dentro e fora do sítio, entre especialistas e não especialistas, entre autor e leitor, entre sujeito e objecto. Quebrar estas barreiras encoraja-nos a pensar em termos não dicotómicos. Em vez de barreiras, o

---

<sup>60</sup> Quebrar barreiras possibilitando diversas interpretações para o sítio, de várias questões corresponderem a várias interpretações. Novas tecnologias e novas perspectivas enfatizam a pluralidade e não o dogmatismo.

autor fala de redes e “fluxos”, em vez de oposições rígidas fala-nos de fluidez, em vez de espaço e tempo, fala-nos de espacio-temporalidades.

O argumento passa por uma arqueologia com processos fluidos de interpretação, iniciando-se no campo, “na ponta do colherim” (“trowel’s edge”, expressão utilizado por Ian Hodder).

### **3.4.2. Metodologia de escavação**

Podemos agora sintetizar a metodologia de escavação, empregue em Castanheiro do Vento, em 3 fases:

1. Escavação em área, com o objectivo de expor os alinhamentos das estruturas de forma a se perceber o “design” geral da arquitectura do sítio. Aqui, a escavação em área, (no caso de Castanheiro do Vento), serve igualmente para nos ajudar a definir contextos e a aumentar o leque de esclarecimentos e dúvidas que a complexidade do sítio nos traz.

2. Escavação em profundidade apenas em determinadas áreas. Até 2005, utilizou-se esta metodologia em 5 estruturas sub-circulares (num total de 21), numa área circunscrita a Sul da estação arqueológica e na grande estrutura denominada “Torre Principal”. Esta estratégia metodológica permite-nos o estudo da morfologia das estruturas e apreender algumas das técnicas de construção empregues. Esta metodologia é empregue, não numa atitude de sondar o sítio, ou obter amostras que nos permitam fazer inferências para a totalidade do local, mas sim como forma de apreender e consolidar conhecimentos sobre aquelas técnicas construtivas e sobre a diversidade dos contextos, para toda a equipa se munir de um conjunto de reflexões alicerçadas num saber prático que permita a contínua discussão do sítio.

3. Divisão da estação arqueológica em sectores, continuando a obedecer à quadriculagem geral já implantada no terreno e proceder à escavação em profundidade em cada um deles<sup>61</sup>. Essas áreas corresponderão a um grande contexto de trabalho, onde

---

<sup>61</sup> Até 2007, os trabalhos de escavação não tinham ainda definido completamente o desenho arquitectónico geral do sítio. Desta forma o ponto 3 da metodologia de escavação ainda não foi implementado. No entanto, esse ponto, consiste apenas numa proposta de trabalho, a desenvolver ou não, consoante a existência de recursos financeiros e meios técnicos e humanos que uma abordagem daquele tipo necessita. Não nos podemos esquecer de que a área passível de ser dividida em 6 grandes sectores é de 12.000m<sup>2</sup>, o que equivale a dizer que cada sector teria 2.000m<sup>2</sup>, implicando um reforço de meios que a escavação neste momento não possui. Por outro lado, a coordenação da intervenção em Castanheiro do Vento é um trabalho de equipa, e como tal as questões metodológicas estão constantemente a ser avaliadas e discutidas.

se incluem muitos outros contextos. Uns já determinados, caso das estruturas tipo “bastião” e passagens, outros identificados durante o processo de escavação. A metodologia, aqui, terá de evoluir no sentido de se encontrarem formas de registo por contexto, incluindo o desenho, a descrição de sedimentos e materiais nele encontrados, a observação de perturbações pós-deposicionais, tudo integrado numa análise em micro-escala, com arqueólogos habilitados a definirem esses contextos e prioridades de trabalho.

O levantamento topográfico da estação arqueológica foi sistematicamente efectuado até ao ano de 2000 pelo topógrafo Armando Guerreiro. Entre esse ano e 2003, os vértices principais do quadriculado geral foram sistematicamente repostos pelo referido técnico. Após essa data, esse trabalho passou a ser feito pela própria equipa de escavação. Desde 1999 que é utilizado durante as várias campanhas um sistema altimétrico que corresponde às cotas absolutas. O próprio sistema de denominação das unidades de escavação (quadrículas) está indexado à rede geral portuguesa no sistema Gauss.



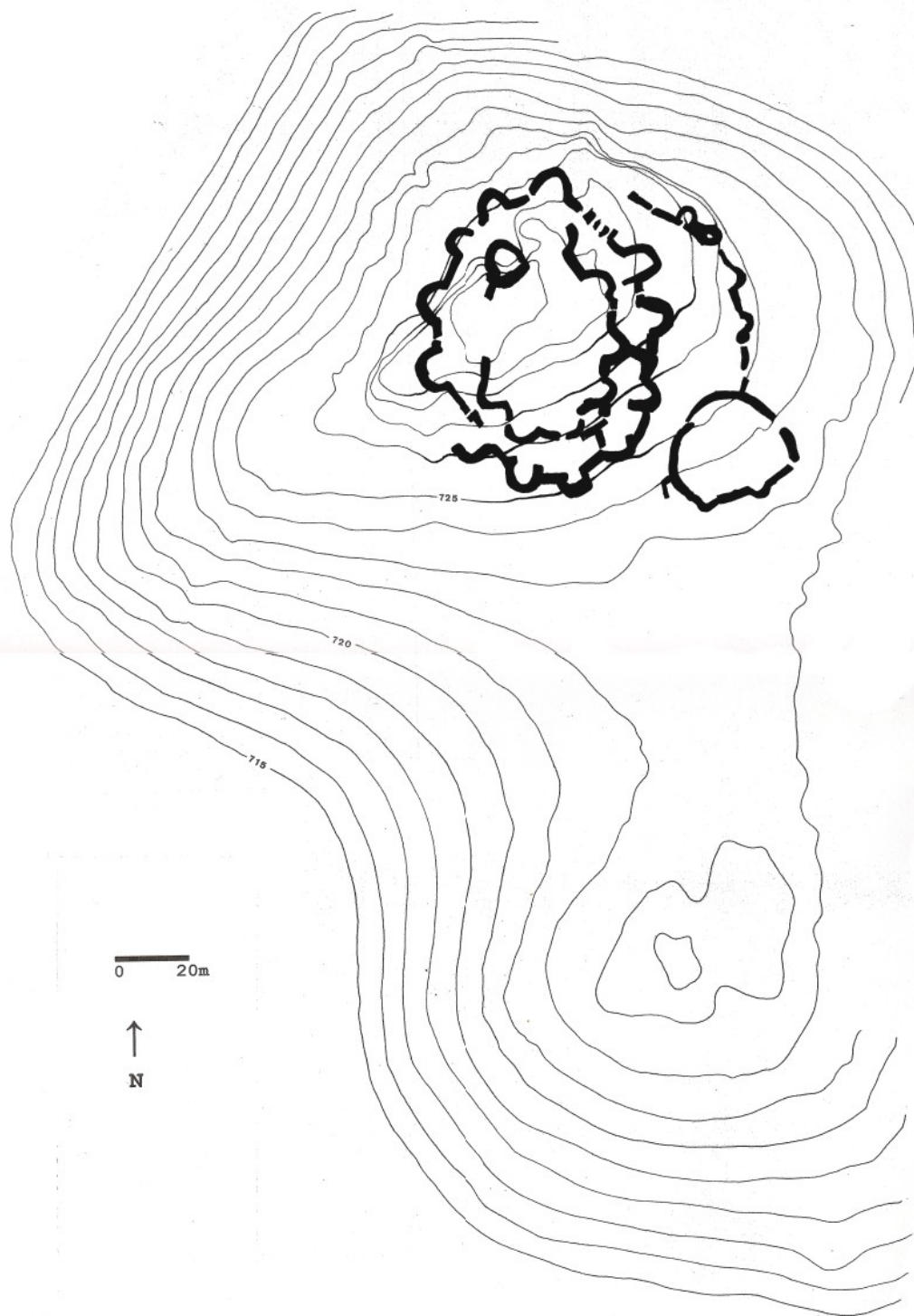


Figura 19 – Implantação das estruturas de Castanheiro do Vento na topografia da colina (campanha de escavações de 2007).

Não só nas áreas onde se tem procedido a uma escavação em profundidade, como em todo o trabalho de decapagem, na tentativa de definir uma planta geral do sítio, esta é feita através de camadas arqueológicas<sup>62</sup>. A sua definição é feita em relação à compactação, coloração, composição<sup>63</sup> e às inclusões<sup>64</sup> que possui. No entanto após a sua caracterização, não podemos dizer que cada camada diferenciada corresponda linearmente a uma ocupação ou período cronológico. Também é verdade que não se pode generalizar uma determinada camada a toda a área intervencionada. À excepção de áreas muito pontuais, as camadas não são associáveis a “fases” sucessivas de utilização do local. Tendo em consideração esta situação, detectada igualmente na escavação de Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE S. 2002), desde o ano de 2002 que se tem optado por uma metodologia de trabalho de campo muito específica. Quer se escave em área, quer em profundidade, são definidos durante os trabalhos de campo, contextos de estudo. Estas áreas não são herméticas, pois por um lado, uma escavação é um processo de investigação sistemático, constantemente avaliado e reavaliado, por outro, a própria metodologia de escavação em área permite essa reavaliação que poderá objectivar diferentes contextos, em qualquer momento daquele processo. Desta forma, os contextos definidos poderão em qualquer momento ser alterados, redefinidos. Adopta-se um contínuo processo de interpretação e reinterpretação dessas áreas. Não só poderão existir contextos mais precisos dentro de uma área já assumida como tal, como se poderá detectar durante a escavação, que o contexto em que trabalhamos, afinal faz parte de uma área contextualmente maior. Desta forma todos os elementos de estudo são recolhidos e guardados em conjunto.

Em alguns casos adoptou-se o método de decapagem por camadas artificiais, sempre articulado com as camadas anteriormente definidas, com o objectivo de tentarmos interpretar de uma forma mais precisa a área que se escava. A experiência de escavação, a constante observação efectuada durante os trabalhos de campo e as diversas datações obtidas até ao presente, levam-nos a colocar sistematicamente a hipótese, não só nas áreas escavadas em profundidade, como em todo o sítio, de que em

---

<sup>62</sup> Em relação aos materiais arqueológicos exumados nas áreas onde se procedeu a uma escavação em profundidade, estes são quase sempre referenciados ou individualmente através de um posicionamento tridimensional; X- a partir de norte, Y- a partir de este, Z-cota absoluta, ou em pequenos conjuntos delimitados espacialmente.

<sup>63</sup> A *composição* de uma camada arqueológica, em campo, é sempre efectuada de um modo empírico. O que nos interessa saber é se a sua composição possui elementos argilosos e/ou arenosos e/ou siltosos, de modo a podermos definir alterações aos sedimentos componentes dessas camadas.

<sup>64</sup> Por *inclusão*, entendemos todos os tipos de materiais arqueológicos; fragmentos cerâmicos, materiais líticos, arqueozoológicos, antracológicos, etc.

muitos dos contextos até agora estudados, estamos perante palimpsestos. Assim fazer coincidir, ou melhor, relacionar uma certa camada com determinada estrutura é possível, mas, em certos casos muito precisos, em situações bem definidas e, até certo ponto truncadas (caso de pequenas estruturas, de nichos, de fossas).

Assim, o objectivo principal da intervenção em Castanheiro do Vento, tem sido a escavação em área com a finalidade de conhecer a planta geral do sítio. Só desta forma se poderá começar a entender os diversos palimpsestos existentes e sugerir relações entre estruturas. Por outro lado, esta metodologia de escavação contribuirá para a apreensão das técnicas de elaboração do sítio e em última análise poder-se-á sugerir os processos de habilidade utilizados<sup>65</sup>.

Torna-se importante fazer um pequeno parêntesis sobre dois conceitos utilizados no último parágrafo: a planta geral do sítio e os processos de habilidade.

O primeiro, a planta geral, comporta alguns problemas. A planta geral de um sítio arqueológico é sempre uma “re-construção” de quem escava, desenha e interpreta. Não corresponde a um determinado “momento” da ocupação do sítio, nem deverá ser procurado esse “momento”, pelo menos à escala de um sítio como Castanheiro do Vento, pelas razões anteriormente expostas. A planta geral corresponde a um conceito operatório de análise da escavação. É um instrumento de trabalho que permite ter a percepção do espaço em plano e formular hipóteses de estudo. Torna-se, assim, evidente que uma das possíveis aproximações a este tipo de sítios terá que ser encontrada nos processos de habilidade da elaboração do sítio, ou seja, pensar o sítio como um processo constante de configuração em vez de pensar o sítio como algo já feito. A planta surge assim como uma forma idealizada pelo arqueólogo de um determinado, agora sim, momento, do seu processo interpretativo, que raras vezes corresponderá ao tal “momento” de ocupação. Desta forma, a planta, que será utilizada várias vezes ao longo deste trabalho, pretende ser uma representação arquitectural de Castanheiro do Vento, mas que nunca saberemos se existiu como tal. É provável que muito perto do “momento” de abandono do sítio, a planta possa ter sido muito semelhante aquela apresentada, mas os processos pós-deposicionais, como veremos a seguir, foram intensos, principalmente a agricultura, que poderá ter destruídos muros e enterrado pequenas estruturas. A planta geral do sítio ou um croqui surgem sempre aqui sempre

---

<sup>65</sup> Estes dois conceitos “técnicas de elaboração” e “processos de habilidade” serão discutidos em texto mais adiante.

como instrumentos de trabalho de análise. A escolha por um deles reveste-se apenas de uma melhor leitura/visualização daquilo que se pretende mostrar.

O segundo conceito, o processo de habilidade, é aqui utilizado como técnicas de configuração, elaboração do sítio. Sem entrar numa discussão mais pormenorizada, que irá ser feita no final deste capítulo, podemos fazer corresponder este conceito a um determinado gesto “técnico” que utilizado em conjunto com os elementos constitutivos do sítio - a pedra, a terra, a madeira, a água - produz a arquitectura do local.

Outro problema que afecta a questão das camadas arqueológicas e, conseqüentemente, a interpretação quer a um nível mais geral, quer a níveis mais localizados do sítio, são os fenómenos pós-deposicionais. Este tipo de fenómenos são estudados desde os finais dos anos 60, por arqueólogos como Lewis Binford (1978, 1980, artigos reeditados em livro em 1983), Michael Schiffer (1995 e 1996) e LaMotta e Schiffer (2001), o primeiro considerado um dos fundadores da nova arqueologia e o segundo, um dos representantes mais carismáticos da corrente hoje conceptualizada como arqueologia processual. Usualmente ao estudo destes fenómenos dá-se o nome de “processos de formação de um sítio”<sup>66</sup>. Este termo refere-se a todo o tipo de processos antrópicos, mecânicos e químicos, que afectam os solos e conseqüentemente os depósitos sedimentares e os materiais arqueológicos. Desde o momento do seu depósito<sup>67</sup> até ao momento da escavação arqueológica, os materiais e algum tipo de estruturas sofrem um conjunto de afectações muito grandes; processos que acontecem ainda durante a “ocupação do sítio”, a interferência da microfauna, as intrusões de raízes, a humidade, oscilações de temperatura, alterações químicas, entre muitos outros. Cabe ao arqueólogo, na ausência de especialistas como um pedólogo ou geoarqueólogo, tentar no decurso da escavação identificar alguns destes fenómenos.

Em Castanheiro do Vento, foi detectado um conjunto de factores pós-deposicionais. Primeiro a sua localização topográfica e situação geomorfológica tornam-no particularmente susceptível aos ventos e à pluviosidade. Devido à sua altitude, e em quase todos os Invernos, fica coberto de “cinzelo”, uma geada nocturna que leva a temperatura do solo descer dos cinco graus negativos. Durante o Verão é exposto a forte insolação aumentando frequentemente a temperatura do ar, acima dos

---

<sup>66</sup> Para uma introdução ao estudo destes processos ver LAMOTTA, Vincent M. e SCHIFFER, Michael, B., (2005), “Archaeological Formation Processes”, *Archaeology, The Key Concepts*, eds. Colin Renfrew e Paul Bahn, London e New York, Routledge, pp.121-127.

<sup>67</sup> “O momento do seu depósito”, parece-nos quase impossível de detectar. Só em ocasiões muito concretas, caso das escavações de uma área de talhe ou de uma deposição, logo truncada.

40° positivos. Neste contexto os processos de lixiviação e de amplitude térmica fazem-se sentir. Este último fenómeno foi, e é, constantemente observado em Castanheiro do Vento. Algumas das lajes das estruturas no momento da sua escavação ou se encontram intactas ou com alguns, pequenos, lascamentos. No entanto, se ficarem expostas ao ar, e conseqüentemente à amplitude térmica, em dois a três anos ficam lascadas e partidas. Este é um dos indícios que nos sugere um revestimento das lajes de xisto. Esse revestimento deveria, provavelmente, ser em argila/terra.

Os solos são de origem xistosa e conseqüentemente ácidos, favorecendo a destruição de materiais menos resistentes, como os vestígios vegetais e faunísticos.

Todavia, a actividade da vida vegetal e animal também é perceptível, principalmente a primeira. A acção das raízes e plantas antigas é difícil de detectar, mas actualmente são extraordinariamente visíveis as alterações efectuadas pelas raízes. Esta situação levou até a uma alteração na metodologia de escavação. Nos primeiros anos de trabalho, após a remoção da camada humosa e escavado um nível de pequenas pedras e muitas raízes, eram efectuados registos gráficos. Com o avançar da escavação e cada vez mais, ao assistir ao mesmo padrão de estilhaçamento de pedras efectuado pelas raízes e pela agricultura, optou-se por remover todo aquele nível sem proceder ao seu desenho.

As alterações pós-deposicionais detectadas foram também de origem humana. Ocupações posteriores do topo do monte, a agricultura e por último a plantação de espécies florestais, especialmente o eucalipto. A área ocupada actualmente pela estação arqueológica foi alvo, até aos anos 50, de intensas campanhas de cultivo de cereais. Todo o monte e mesmo o seu topo com vestígios pétreos mais abundantes era cultivado. No final dos anos 80, assistiu-se à plantação em larga escala de eucaliptos em toda esta zona, que conjuntamente com a plantação da vinha, terão, eventualmente, contribuído para o desaparecimento de um número elevado de sítios arqueológicos. Este fenómeno, se contarmos com a área de encosta da estação arqueológica, terá feito desaparecer cerca de metade do sítio, ou melhor, terá destruído toda a “arquitectura monumental” das colinas.

Durante os trabalhos de escavação não foi possível identificar qualquer “piso de ocupação”, o que aliás é relativamente comum nos locais com uma ocupação muito prolongada<sup>68</sup>. As camadas são formadas por acumulação de sedimentos, compactados e afectados antropicamente. O que se consegue identificar são alterações da compactação,

---

<sup>68</sup> Ver por exemplo VALERA 1997:32.

cor e composição dos sedimentos e mudanças no tipo de inclusões, o que nos permite proceder a uma mudança de camada.

Desta forma, as camadas reconhecidas em Castanheiro do Vento, como já referimos, não são nem níveis de ocupação definidos, nem coetâneas a “fases culturais”. São palimpsestos de ocupações, e palimpsestos de diferentes e sucessivas alterações e reformulações de espaço(s).

No entanto, cremos que é importante cartografar os locais onde já se efectuaram cortes estratigráficos<sup>69</sup> e elaborar sobre a forma de quadro uma pequena síntese. Apenas com o avançar dos trabalhos e com uma escavação em profundidade, não só em áreas localizadas como temos feito até hoje, mas sim em grandes sectores, poderemos observar melhor os processos de sedimentação e as diversas interfaces entre camadas, entre estruturas e entre camadas e estruturas. Contudo, a experiência de escavação em Castelo Velho de Freixo de Numão, ensinou-nos que este tipo de relação/associação apenas é possível em contextos muito precisos.

Corte no estradão	Bastião A	Bastião B	Bastião C	Bastião D	Corte 118.42/118.43	Bastião E <sup>70</sup>	Bastião F
1	1	1	1	1	1	1	1
2	2	2	2	2	2	2	2
	2/3	2/3				2/3	2/3
3	3	3	3	3	3	3	3
		3b	3b				3b
			3c				3c
4	4		4	4		4	4
5	5	5				5	5

Figura 20 – Camadas arqueológicas identificadas nos diversos cortes efectuados, entre 1998 e 2005

A leitura deste quadro<sup>71</sup> suscita algumas reflexões:

a) Tendo em consideração os poucos cortes efectuados, para uma estação arqueológica como Castanheiro do Vento, o carácter provisório e não generalizável das camadas estratigráficas, torna-se evidente.

b) Mais uma vez se refere a opção metodológica de não se escavar em profundidade, o que impede uma relação entre camadas e entre estas e prováveis “fases”

<sup>69</sup> Esta cartografia está disponível no anexo 1.

<sup>70</sup> É importante notar que esta estrutura ofereceu uma estratigrafia aparentemente diferente das estruturas anteriores. Primeiro, a existência de uma camada 2/3, pertencendo a uma grande plataforma e não como mera camada de transição, e segundo, a composição e coloração da camada 3 é diferente das anteriores, no entanto como veremos adiante, quer os materiais arqueológicos encontrados, quer as datações obtidas, remetem muito genericamente para um conjunto similar às restantes camadas 3 detectadas.

<sup>71</sup> A descrição das camadas foi remetida para o anexo 1.

sucessivas de “utilização” do local. Como já vimos anteriormente, este tipo de relações, só deverá ser conseguido em áreas restritas e pontuais do sítio, em paralelo com um programa de datações dessas pequenas áreas e com uma análise sedimentológica, que por falta de verbas ainda não foi possível fazer.

c) Só podemos considerar, neste momento, as camadas arqueológicas como um método de trabalho.

d) Tornando a olhar para o quadro, detecta-se alguma variabilidade estratigráfica. Os diversos cortes efectuados possuem diferenças entre si.

e) Apesar das diferenças temos alguns denominadores comuns. A camada 1 que corresponde, de uma forma geral, ao sedimento humoso de superfície, encontra-se muito revolvida devido aos trabalhos agrícolas e às raízes do coberto vegetal. Esta camada é a única que abrange toda a estação arqueológica. A camada 2, que se apresenta ainda muito perturbada, tem sido identificada em quase toda a área. No entanto em alguns locais, como o interior do recinto secundário e em partes da zona norte, não foi identificada. Estas áreas correspondem a locais onde foram detectados problemas pós-deposicionais associados à agricultura. Genericamente, e antecipando o próximo sub-ponto, as datações de C14 para carvões recolhidos nesta camada remetem para o Bronze Final e Idade do Ferro. A camada 3 tem sido identificada em todo o sítio arqueológico. Globalmente associada a todas as estruturas, até agora reconhecidas, possui um espectro cronológico muito amplo, desde inícios do III milénio cal BC até meados do II milénio cal BC.

f) Por último, todas as outras camadas identificadas são contextuais, ou seja, individualizáveis em determinado contexto.

### 3.5. Cronologia<sup>72</sup>

Como nota introdutória, achamos importante referir genericamente o quadro cronológico que os investigadores têm utilizado para a pré-história recente, a nível peninsular: Calcolítico, entre a segunda metade do IV milénio cal BC a 2300/2200 cal BC e Idade do Bronze entre 2300/2200 cal BC e 1300/1200 cal BC, data a partir da qual se considera já uma nova fase, o chamado Bronze Final, com características arqueográficas e provavelmente sócio-históricas diferentes. No seguimento deste sub-ponto ao fazer referência a um quadro cronológico, tentar-se-á indexar a uma datação em anos de calendário e não a um conceito “histórico-cultural” representado pelas palavras Calcolítico, Idade do Bronze, Bronze Antigo, etc. Esta situação não se prende com posições extremas, acerca desses conceitos, mas sim apenas com a percepção de que o discurso pode-se enformar ao catalogarmos áreas e estruturas a um determinado conceito histórico-cultural não homogéneo e dificilmente definível. Existem variabilidades regionais que não se enquadram nessas designações e foram já sugeridas continuidades de determinados tipos de elementos arqueológicos entre o chamado Calcolítico e a Idade do Bronze (MURALHA 1996).

O gráfico seguinte contém todas as datações obtidas em Castanheiro do Vento, até ao fim da campanha de 2006<sup>73</sup>. Como dados de leitura mais importantes, nota-se que a calibração é a 2 sigma em cal BC segundo a nomenclatura internacional, conforme a decisão do I Congresso de Arqueologia Peninsular (CABRAL 1995:512), que acrescenta às datas calibradas os termos cal BC ou cal AD consoante a data é anterior ou posterior ao nascimento de Cristo.

A discussão crítica das seguintes datações deverá ser mantida sempre em aberto devido à dificuldade de definir com precisão em datas de calendário o período referente a 2900-2500 cal BC, devido às oscilações que a curva de calibração efectua (STUIVER & PEARSON 1993).

Gostaríamos, antes de elaborarmos um pequeno comentário às datas de Castanheiro do Vento, de fazer uma referência sucinta às questões de precisão, ou melhor, imprecisão cronológica que se obtém através de amostras datadas.

---

<sup>72</sup> Os dados relativos à cronologia de Castanheiro do Vento (entre 1999 e 2002), foram publicados e sumariamente discutidos em JORGE, V.O., CARDOSO, J.M., PEREIRA, L.S., COIXÃO, A.N., (2003d). As datas posteriores a 2003 foram apenas objecto de publicação electrónica sem comentários, na página [www.architectures.home.sapo.pt](http://www.architectures.home.sapo.pt) em “recent results”.

<sup>73</sup> O quadro geral das datações obtidas em Castanheiro do Vento, até ao final da campanha de 2006, encontra-se no anexo 1.



Embora os arqueólogos tenham consciência do significado das amostras e da datação produzida em relação ao contexto de proveniência, é certo que estas ainda possuem uma grande margem de erro, com valores que por vezes ultrapassam os 500 anos em datas calibradas. Recentemente têm vindo a ser publicados um conjunto de trabalhos que incidem sobre um “novo” método de interpretação às datações de rádio-carbono; o método “Bayesiano”, (*Bayesian method*).

De uma forma genérica, este método, consiste na aplicação de um modelo matemático que combina as datas de rádio-carbono com informação das escavações arqueológicas, como por exemplo as datações relativas produzidas pela análise estratigráfica. Segundo esta técnica metodológica, a sua aplicação permite uma maior precisão ao determinar quais as “zonas” de uma simples calibração das datas serem pouco prováveis de terem consistência cronológica tendo em consideração as relações entre amostras (BAYLISS, BENSON, RAMSEY, GALER, McFADYEN, PLICHT e WHITTLE 2007). Numa distribuição de datas, isto é conhecido como “*posterior density estimate*”. Esta densidade estimada é baseada em probabilidades e não sendo absoluta, é apenas uma estimativa interpretativa, que permite a elaboração de modelos interpretativos dos diversos conjuntos de datas<sup>74</sup>.

Embora a quantidade de datações disponíveis em Castanheiro do Vento seja considerável<sup>75</sup>, a aplicação deste método não traria, pelo menos neste momento, qualquer vantagem ao estudo da estação arqueológica. O facto de existirem poucos contextos completamente escavados e especialmente a quase improbabilidade de existir uma sequência estratigráfica homogénea, com uma leitura sistemática ao longo de todo o sítio, implica que as datações relativas produzidas ao longo da escavação, apenas sejam contextuais. Isto é, somente se conseguirá datar contextos precisos e herméticos, quer através de datações relativas e/ou absolutas. Já foi referido, e continuará a ser, implicitamente, ao longo deste texto a dificuldade de relacionar no terreno, realidades estruturais, que já de si são dinâmicas na sua constante elaboração e reconfiguração, em áreas diferentes do sítio. Também como veremos, em contextos aparentemente fechados, como o interior de um “bastião”, as datações já realizadas, sugerem a

---

<sup>74</sup> Cf. BAYLISS, BENSON, RAMSEY, GALER, McFADYEN, PLICHT e WHITTLE 2007, pp.221-236, WHITTLE e BAYLISS 2007, pp.21-28, BAYLISS, BENSON, GALER, HUMPHREY, McFADYEN e WHITTLE, 2007, pp.29-44 e WHITTLE, BARCLAY, BAYLISS, McFADYEN, SCHULTING e WYSOCKI, 2007, pp.123-147.

<sup>75</sup> O quadro constante do anexo 1 sumaria toda a informação relativa às amostras, refere os seus contextos e o posicionamento tridimensional.

existência de constantes “limpezas” e alterações do espaço interno da estrutura que produzem constantemente novos espaços, muitas vezes não eliminando “dados informativos” de espaços anteriores. Este é mais um factor que reforça a ideia de que se torna difícil indexar um determinado conjunto de datas a uma determinada camada estratigráfica, como se fossem duas entidades perfeitamente homogêneas e correlacionáveis. Resta dizer que todas as amostras datadas em Castanheiro do Vento são sobre carvão.

Desta forma, a interpretação dos dois gráficos a seguir apresentados, será baseada em comentários gerais e consciente das inúmeras lacunas que este tipo de observações podem ter.

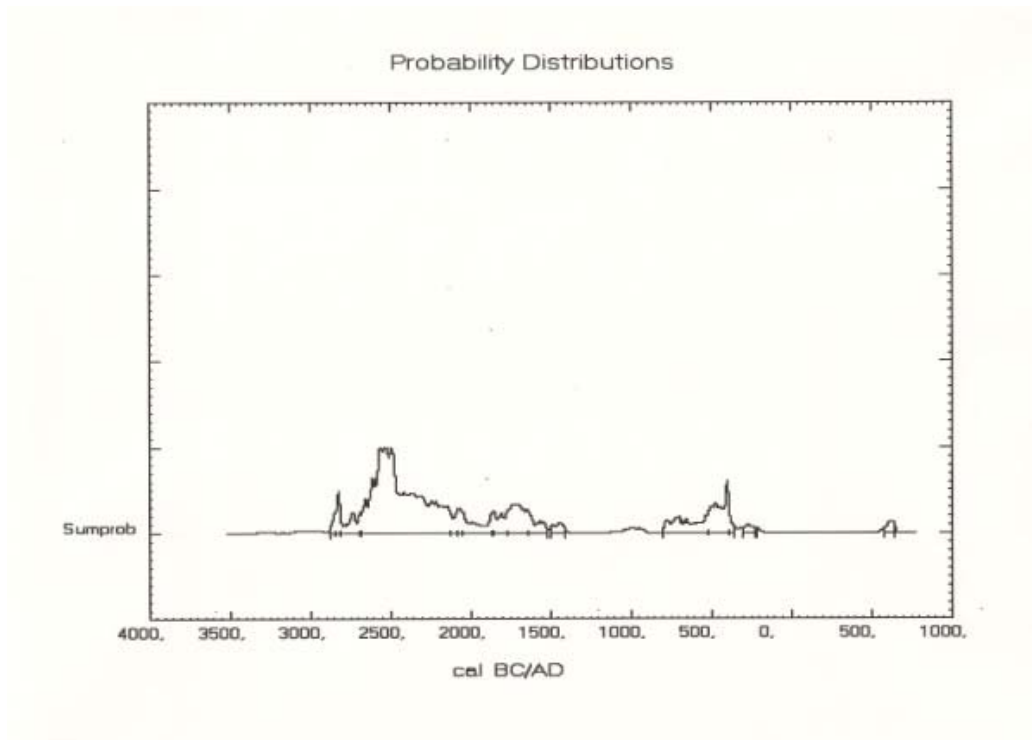


Figura 21 – Somatório de probabilidades das datas de Castanheiro do Vento.

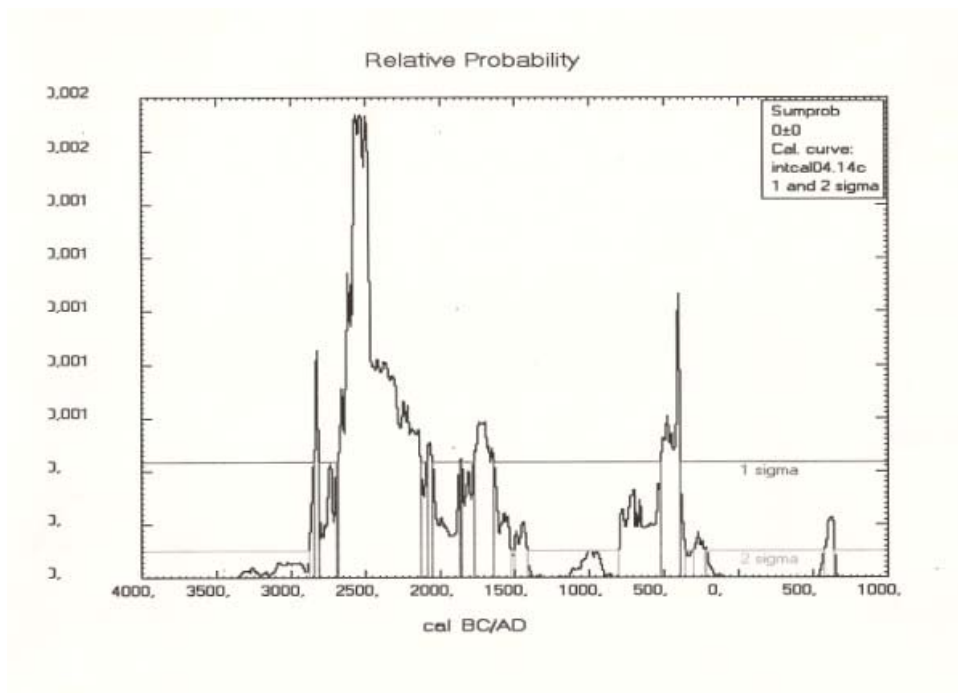


Figura 22 – Somatório de probabilidades relativas das datas de Castanheiro do Vento.

As figuras anteriores oferecem-nos uma visão de conjunto da cronologia do sítio arqueológico<sup>76</sup>. Representam a soma de probabilidades de todas as datas obtidas, pretendendo-se obter a sua distribuição conjunta reduzindo as margens de erro. O intervalo calculado não data um momento específico, mas sim o lapso temporal estimado para o período a que as datas se reportam. Devemos entender o intervalo obtido a 2 sigma, não como a probabilidade de 95,4% de que todas as datas estejam incluídas nesse intervalo, mas sim como 95,4% do período a que correspondem as datas (BRONK RAMSEY 1995 e CABALLERO et al 1999, citados por JORGE, S. e RUBINOS 2002:103).

Com este método obtemos cinco intervalos<sup>77</sup>:

a) O primeiro mostra a ocupação contínua do sítio durante o 3º milénio a.C. e primeira metade do 2º milénio a.C. O que este intervalo traduz é a distribuição de probabilidades do conjunto de datas desse período, correspondendo a 2875-1519 cal BC (81,5%), respectivamente máximo e mínimos, que têm de ser entendidos como uma maior ou menor probabilidade de que esse momento esteja representado pelas datas de C14.

<sup>76</sup> A diferença entre os dois gráficos reporta-se apenas a um pormenor; o primeiro integra a distribuição de soma de probabilidades enquanto o segundo representa essa soma como probabilidades relativas.

<sup>77</sup> O método de “*sum probability*” foi elaborado pelo programa Calib Ver. 5.0.1.

b) O segundo intervalo aponta para uma pequena probabilidade associada a 1496-1412 cal BC (apenas 1,4%).

c) O terceiro intervalo relaciona-se com as datas atribuíveis à “Idade do Ferro” (794-399 cal BC), correspondendo a 14,3%.

d) O quarto intervalo alude a um pequeno intervalo (1,2%) relativo a 301-208 cal BC.

e) O último intervalo corresponde a uma data recente, 580-651 cal AD.

As datas que correspondem ao segundo, quarto e quinto intervalos, num contexto interpretativo mais “tradicional” podem ser consideradas anómalas, no entanto numa interpretação mais “abrangente”, num sentido em que um sítio mantém a sua especificidade na paisagem enquanto lugar, estas datas podem representar um revisitar mais ou menos constante desse sítio e possuir outros papéis de diferentes significados na paisagem. Este facto já foi notado por António Valera em relação à Fraga da Pena (VALERA 2006:243-244), onde ocorre uma datação correspondente ao “Bronze Final”, situação recorrente noutros sítios da Bacia do Alto Mondego, e igualmente em Castanheiro do Vento.

Apenas uma última observação que se refere a uma limitação do método de soma de probabilidades e relacionada com a ideia exposta em cima. No conjunto de datas, existe uma que se reporta a um período cronológico relativo à segunda metade do 2º milénio a.C. e que nesta distribuição de probabilidades é ignorada de um ponto de vista estatístico.

Nesta área geográfica, além das datações de Castelo Velho de Freixo de Numão, já referidas no capítulo 1, apenas se possuem para outros quatro locais:

<b>Contexto</b>	<b>Amostra</b>	<b>Laboratório</b>	<b>Datação BP</b>	<b>cal BC (2 sigma)</b>
Vale da Cerva <sup>78</sup>	ossos humanos	GrN-8402	4140+/-50	2865-2601
Tourão da Ramila <sup>79</sup>	<i>Cistus e Cytisus</i>	Beta 137944	4450+/-40	3337-2923
Barrocal Tenreiro <sup>80</sup>	carvões	Beta 137942	4010+/-40	2827-2461
Fumo <sup>81</sup>	ossos animais	Gif-99077	3560+/-70	2129-1693
Fumo		Gif-99076	3580+/-70	2135-1743

Figura 23 – Datações de radiocarbono disponíveis para a área do Vale do Côa

<sup>78</sup> Cf Domingos Cruz, 1998.

<sup>79</sup> Cf. António Carvalho, 2003.

<sup>80</sup> Cf. António Carvalho 2003.

<sup>81</sup> Cf António Carvalho 2004.

Como se pode observar, à excepção do sítio Tourão da Ramila, todos os outros foram coetâneos a Castanheiro do Vento, Vale da Cerva e Barrocal Tenreiro num momento da primeira metade do 3º milénio a.C. e o Fumo no final do mesmo milénio e inícios do 2º a.C.

### **3.6. Descrição e interpretação dos resultados dos trabalhos de campo até 2006**

A utilização das palavras “descrição” e “interpretação” no título deste ponto do capítulo 3 é propositada. A mera descrição de um sítio arqueológico, das estruturas que o compõem, dos materiais recolhidos, é sempre, e ao mesmo tempo, uma interpretação (HODDER 1999:66-67 e RICHARDS 2005:3). É impossível, apesar de toda a objectividade pretendida numa descrição, desligarmo-nos do elemento interpretativo. Ao descrever estamos a tentar perceber. Não se pretende neste ponto, elaborar um relatório de escavação, mas sim descrever todas as estruturas encontradas até à campanha de 2006, propor uma análise integrada dessas estruturas com os objectos nelas encontradas (sempre que possível) e elaborar uma primeira abordagem às técnicas construtivas utilizadas neste sítio. A descrição é, desta forma, interpretação, e embora a descrição se possa manter mais ou menos inalterável, a interpretação pode, e é desejável que assim aconteça, alterar-se.

As escavações realizadas ao longo de nove anos<sup>82</sup> colocaram a descoberto um imponente discurso arquitectónico que se estende por 80 m numa direcção S/N e por 84 m E/O, sendo possível, tendo em conta a área não destruída do topo do monte, ampliar essas áreas em cerca de 20 m para cada eixo.

---

<sup>82</sup> Voltamos a lembrar que este trabalho incide apenas nas campanhas de escavação de 1998 a 2006. No entanto sempre que possível remete-se para nota, informações que a campanha de 2007 forneceu.

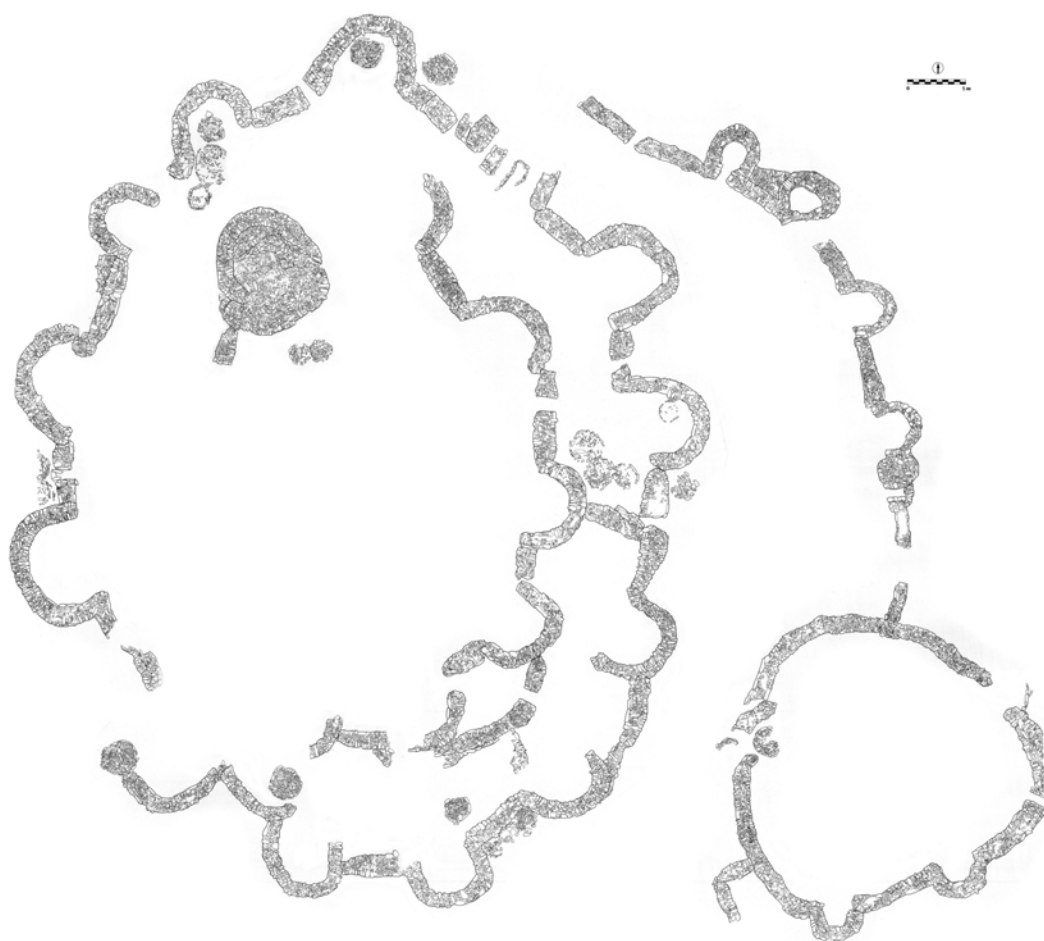


Figura 24 – Planta da área intervencionada até à campanha arqueológica de 2006.

A título introdutório, como se pode observar na figura apresentada, a planta de Castanheiro do Vento apresenta uma grande diversidade estrutural. Uma primeira constatação relaciona-se com a existência de um ritmo “padronizado” nos elementos constituintes da planta geral; segmentos de murete, estruturas sub-circulares, passagens, estruturas circulares, englobados numa ideia de linhas curvilíneas. Uma segunda constatação, encontra um conjunto de espaços mais ou menos delimitados, quer os interiores das estruturas sub-circulares e circulares, quer áreas condicionadas pela utilização de pequenos (à escala do sítio) troços de murete. Estas delimitações, ou melhor, estas condicionantes à circulação interna no sítio promovem uma metamorfose física de um espaço, em inúmeros sentidos, que provavelmente se tornariam a cruzar e a transformar continuamente esse espaço. Sistemas que, no estado actual dos nossos

conhecimentos, não poderão ser melhor formulados e explicitados, apenas quando a intervenção arqueológica estiver mais adiantada, poderemos voltar a estes temas. Nesse momento, será possível associar estruturas e contextos de áreas delimitadas, com outras estruturas e contextos de outras áreas e tentar sugerir diferenças e/ou semelhanças entre elas e entre materiais aí depositados. Uma última constatação, mas esta já derivada do contínuo trabalhar no/o sítio, relaciona-se com a percepção da forma de o elaborar. Não só existe uma diversidade estrutural, como colocamos a sugestão de se terem dado alterações do dispositivo arquitectónico, algumas bem detectadas, outras mais difíceis de assinalar, como o reordenamento e/ou adição constante de estruturas, alterações nos espaços abertos ou fechados, das fachadas internas ou externas.

A diversidade também é patente nos elementos constitutivos do sítio, todos locais, à excepção do granito. Esses elementos, utilizados em conjunto, num determinado dispositivo “construtivo”, como é o caso de Castanheiro do Vento, geram arquitectura. Arquitectura essa, que provavelmente não teria sido pensada antes, e construída depois. A existir um plano de concepção do sítio, esse plano estaria intimamente ligado à acção colectiva de uma comunidade, à sua orientação enquanto tal, seria uma incorporação de um conjunto de actividades que se realizariam no território e teriam a sua síntese colectiva em Castanheiro do Vento, representando assim um investimento em energia humana nem sempre contínuo e estruturado por parte dessas comunidades, contribuindo para um sentido identitário e uma coesão social de um ou vários grupos, tornando-se assim, um local de tensões dinâmicas associadas a processos de relações de “sociabilidade” que fomentariam laços estruturantes da própria comunidade<sup>83</sup>.

### **3.6.1 Metodologia empregue na análise das estruturas**

Neste momento temos parte de um grande complexo arquitectónico ainda não completo, posto a descoberto, que por sua vez, já será uma pequena parcela do que teria existido, se integrarmos a área da colina onde esta estação arqueológica se encontra.

A metodologia empregue na descrição das estruturas baseou-se numa primeira fase no trabalho desenvolvido no campo. Posteriormente a análise e reflexão produzida

---

<sup>83</sup> Ao longo deste capítulo e dos próximos tornaremos a estas ideias e desenvolver-se-á alguns dos conceitos aqui utilizados.

através da documentação gráfica e fotográfica, permitiu-nos elaborar um conjunto de descritores que caracterizam as estruturas detectadas em Castanheiro do Vento.

Cada elemento componente da elaboração do sítio será objecto de introdução numa base de dados de estruturas, inserido na base geral de sistematização da informação arqueológica à qual se deu o nome de “Castanheiros”<sup>84</sup>. Esta base permite reunir a informação acerca dos materiais utilizados, dimensão média dos elementos construtivos, forma e dimensão das estruturas, entre outros itens. Permite em última análise a seriação da informação de modo a produzirmos reflexões sobre as estruturas e sobre a existência de uma tipologia estrutural (ver ponto 3.6.2).

Desta forma a metodologia empregue na análise das estruturas obedece ao seguinte escalonamento:

1 - Divisão da planta do sítio em cinco grandes áreas; o murete 1 (M1), o recinto secundário (RS), a segunda linha de murete (M2), a terceira linha de murete (M3) e a grande estrutura circular localizada no topo norte do sítio (TP). Descrição geral e análise introdutória.

2 – Divisão das estruturas do sítio entre troços de murete, bastiões e passagens. Esta segmentação irá obedecer, sempre que seja visível no terreno, às características construtivas, ou seja, sempre que se consiga identificar o desenho construtivo, este servirá como área de descrição e análise detalhada. E por último;

3- Descrição e análise de todos os outros elementos componentes do sítio; estruturas circulares, estruturas circulares geminadas, micro estruturas, lareiras, fossas, estruturas de colmatação/oclusão, sistema de contrafortagem e “marcadores espaciais”.

### **3.6.1.1 Ponto 1 da metodologia: Divisão da planta do sítio em cinco grandes áreas**

A divisão da planta de Castanheiro do Vento em cinco grandes áreas deveu-se unicamente a uma opção metodológica de introduzir a temática da análise estrutural e de expor panoramicamente a estação arqueológica. Esta excessiva segmentação e a consequente perda de informação mais contextualizada, será, esperamos, ultrapassada nos pontos 3.6, 3.7 e 3.8.

---

<sup>84</sup> Ver anexo 2, para uma explicação detalhada do sistema de gestão da informação arqueológica denominado “Castanheiros” e respectivo “Guia do Utilizador”.



As dimensões a seguir apresentadas, à excepção do recinto secundário, da torre principal são provisórias, porque a escavação, num dos seus objectivos, o de definir toda a planta do sítio, ainda não foi atingido.



Figura 25 – Murete 1 (tintagem de Leonor Pereira sobre desenhos de campo de Bárbara Carvalho, Vítor Fonseca e Carlos Lemos).

Em termos lineares o Murete 1 (M1) tem 75,7 m, incluindo os bastiões. Largura média de 1,21 m, a maior largura é 1,40 m e a menor é 0,70 m. O M1 tem 3 passagens, duas delas bem definidas em processo de escavação, e outra (P3), apenas definida no seu lado Norte. Este murete no seu ponto mais a Norte desaparece e provavelmente integra-se numa grande estrutura que tem o seu início na área onde o terreno inicia um forte declive, à qual demos o nome de talude, mas apenas escavado numa pequena área (36 m<sup>2</sup>). Seria o murete mais excêntrico do sítio.



Figura 26 – Aspecto parcial do murete 1. Em primeiro plano o arranque do “bastião” C e ao centro da imagem o murete e o “bastião” B. (Fotografia de João Muralha).

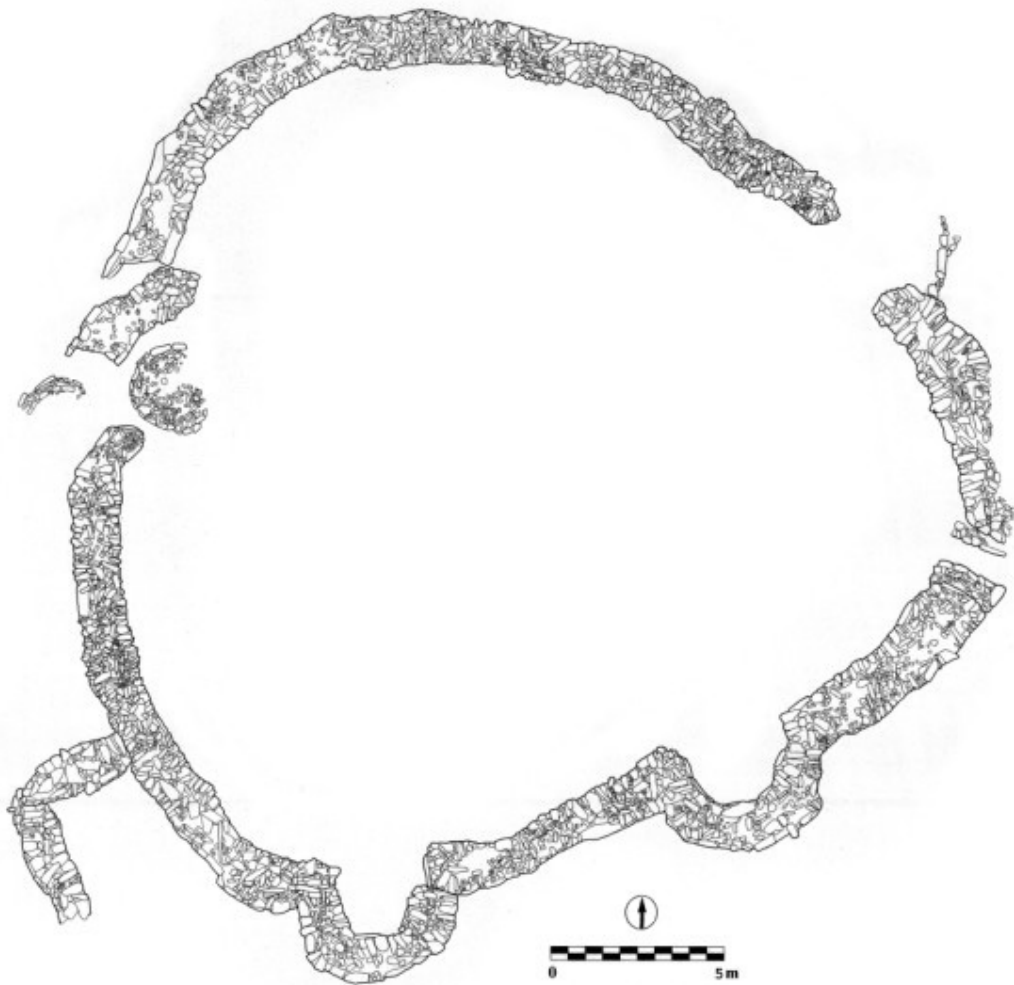


Figura 27 – Recinto Secundário (tintagem de Leonor Pereira sobre desenhos de campo de Bárbara Carvalho e Lídia Azevedo).



Figura 28 – Recinto Secundário (Foto de João Muralha).

O Recinto Secundário (RS) tem 88,8 m lineares construídos. A largura média é de 1,35, sendo a maior largura de 1,60 m e a menor 1,10 m. Foram identificadas duas passagens e dois “bastiões”. Na sua linha definidora, a Oeste, incorpora uma estrutura circular (Ec14). Tem igualmente dois pequenos muretes definidores de um pequeno espaço a Sudoeste.

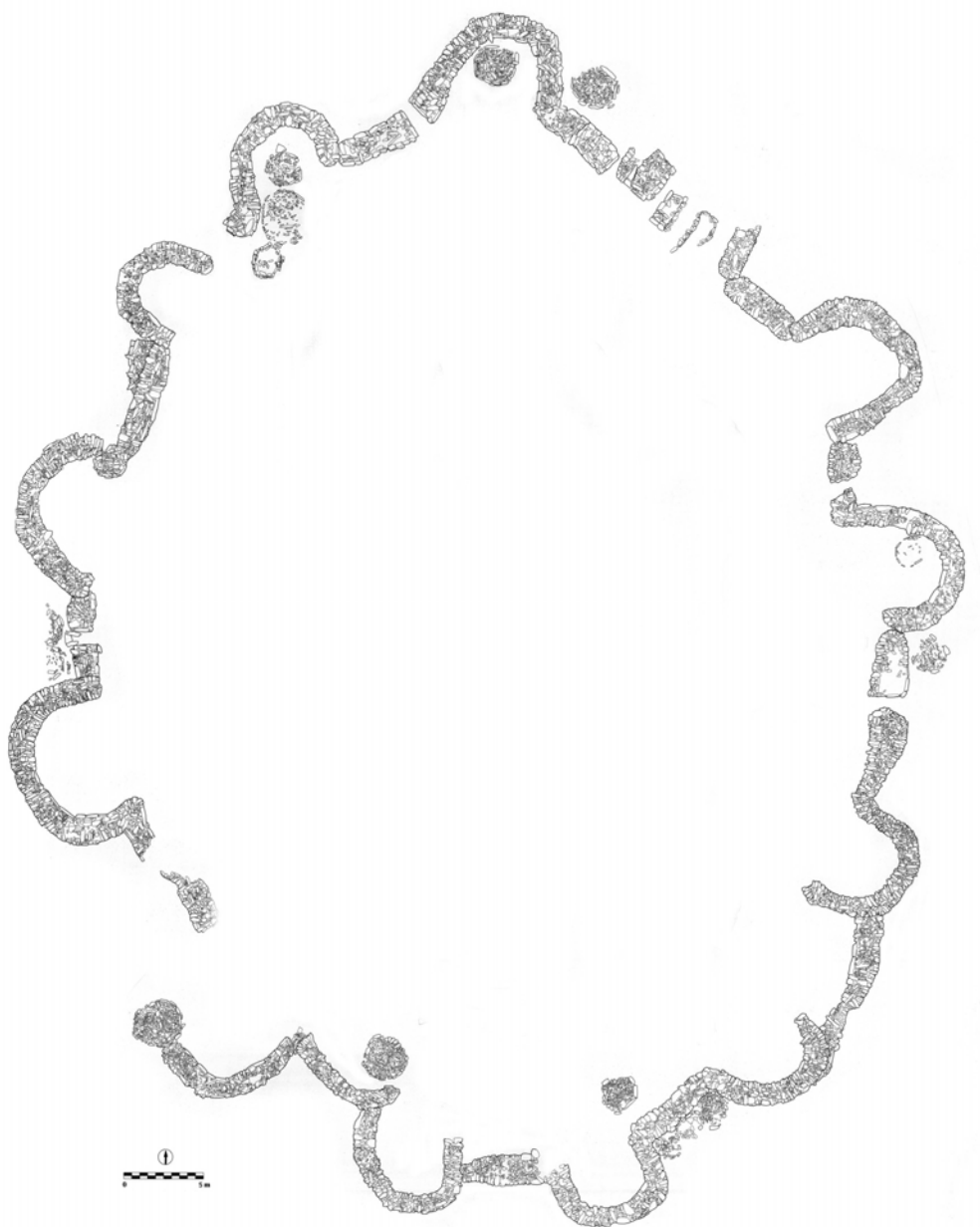


Figura 29 – Murete 2 (tintagem de Leonor Pereira sobre desenhos de campo de Bárbara Carvalho e Verónica Biscaia).



O Murete 2 (M2) tem 287,70 m lineares de construção. A sua largura média é de 1,57 m senda a máxima de 1,70 m e a mínima de 1,10 m. Incorpora onze “bastiões” e seis passagens. No estado actual da investigação, este murete tem uma forma elíptica e parece desencontrar-se ou terminar a sul sem compor uma forma fechada<sup>85</sup>.



Figura 30 – Aspecto parcial do murete 2, na sua área Norte, a seta indica o Norte e a quadriculagem obedece a 2\*2 m (foto de João Muralha).

---

<sup>85</sup> Durante a campanha de 2007, uma das áreas estudadas incidiu precisamente nesta zona. Foram identificados dois pequenos troços de muro/murete que no entanto não se relacionavam com este murete no sentido em que o poderiam fechar. A ideia que ficamos é de um espaço reformulado em dois momentos. Só com o prosseguir dos trabalhos poderemos aferir estas ideias.

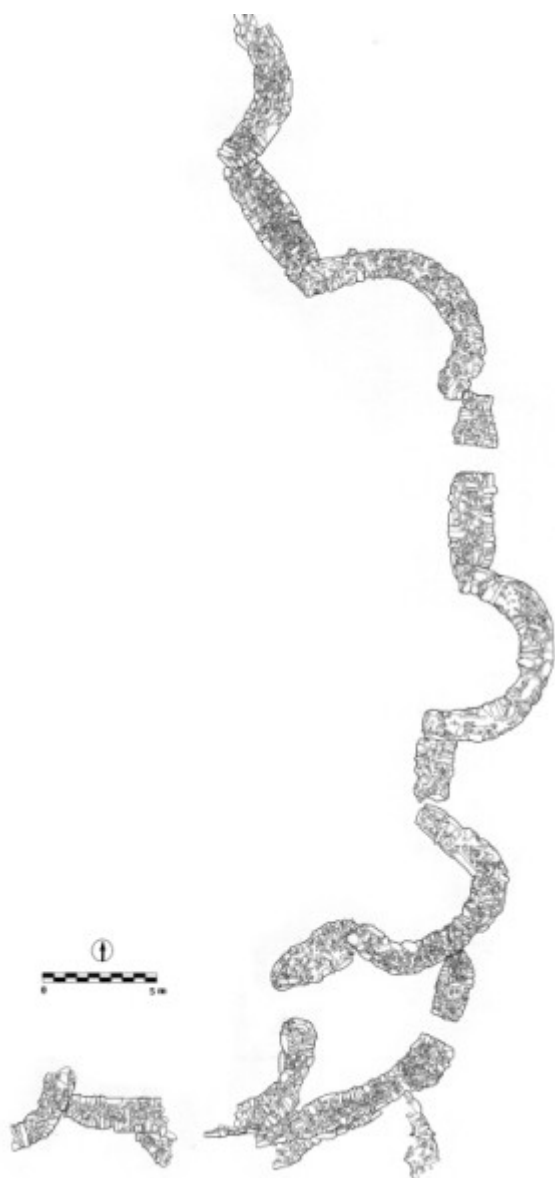


Figura 31 – Murete 3 (tintagem de Leonor Pereira sobre desenhos de campo de Bárbara Carvalho e Verónica Biscaia).

O Murete 3 (M3) tem 103,10m lineares de construção. A largura média é de 1,42 m sendo a maior largura de 1,80 m e a menor 1,00 m. Possui igualmente duas entradas e cinco bastiões, embora um deles (BO), tenha sido cortado no seu prolongamento Norte e outro (BV), tenha a sua escavação sido apenas iniciada. Uma importante questão a responder em futuros trabalhos, relaciona-se com a sua orientação; ou encaminha-se para o Murete 2 e transforma o acesso ao interior do recinto num caminho espiralado ou inflecte para Norte em direcção à Torre Principal<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Com a campanha de 2007 esta questão foi respondida. O murete 3 inflecte para Norte e no seu percurso foram identificados mais dois “bastiões” (BV e BX). No entanto o murete no seu prolongamento Norte encontra-se muito destruído. Na área da escavação arqueológica que possui a cota mais elevada do sítio a



Figura 32 – Aspecto parcial do murete 3, na sua área Norte. Em primeiro plano, a estrutura “bastião” O, cortada. A seta indica o Norte e a quadriculagem obedece a 2\*2 m (foto de João Muralha).

---

potência estratigráfica é muito pequena, não excedendo os 0,20m, o que forçosamente contribui para a difícil leitura que neste momento dos trabalhos estamos a ter.

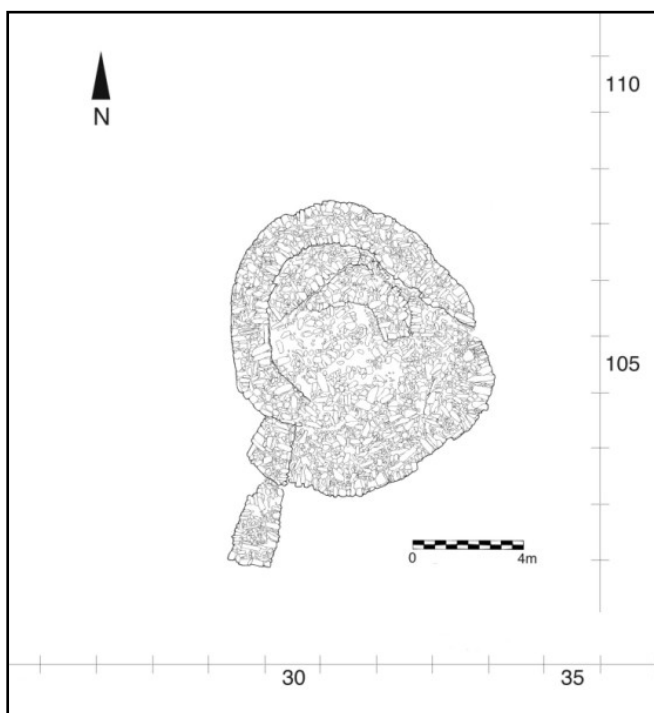


Figura 33 - Planta da “Torre Principal” (tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Bárbara Carvalho e João Muralha).

A “Torre Principal” tem 34,50 m lineares de construção e no estado actual da sua investigação tem apenas uma entrada. Esta estrutura, bastante complexa, foi alvo de uma “violação” antiga e posteriormente tornou-se num local de acumulação de pedra por parte dos agricultores de cereais, transformando-a numa estrutura de difícil interpretação<sup>87</sup>.

<sup>87</sup> Uma pequena parte da campanha de escavação de 2007 foi dedicada a esta área. Embora se tenha avançado em determinadas questões, como a definição da linha externa a Sul da Torre e a sua delimitação de muros interiores, a sua interpretação continua difícil. Cf. ponto 3.6.1.2.5





Figura 34 – Aspecto geral da Torre vista de Norte. A seta indica o Norte (foto de João Muralha).

### **3.6.1.2 Ponto 2 da metodologia: divisão das estruturas do sítio entre troços de murete, bastiões e passagens. Descrição e análise.**

Esta divisão irá obedecer, sempre que seja visível no terreno, às características construtivas, ou seja, sempre que se consiga identificar o desenho construtivo, este servirá como área de descrição.

Que critério, ou critérios foram utilizados para definir estas subdivisões?

O primeiro critério prende-se com a existência de rupturas arquitectónicas no design construtivo, como por exemplo as passagens. Outro critério pretendia a identificação da totalidade das estruturas, ou seja, tentava-se perceber se existiria algum gesto técnico delimitativo quer na construção do murete, quer nos bastiões. Quando existia uma continuidade estrutural, optou-se por considerar o início de uma estrutura, como por exemplo os “bastiões”, no ponto em que a linearidade do murete era interrompida. No entanto, a este nível de análise, optou-se por segmentar partes dos troços dos bastiões em troços de murete para um estudo mais circunstanciado e parcelar das estruturas. Esta excessiva descontextualização irá ser minimizada no ponto 3.7, onde se fará um trabalho mais interpretativo ao nível de grandes contextos estruturais.

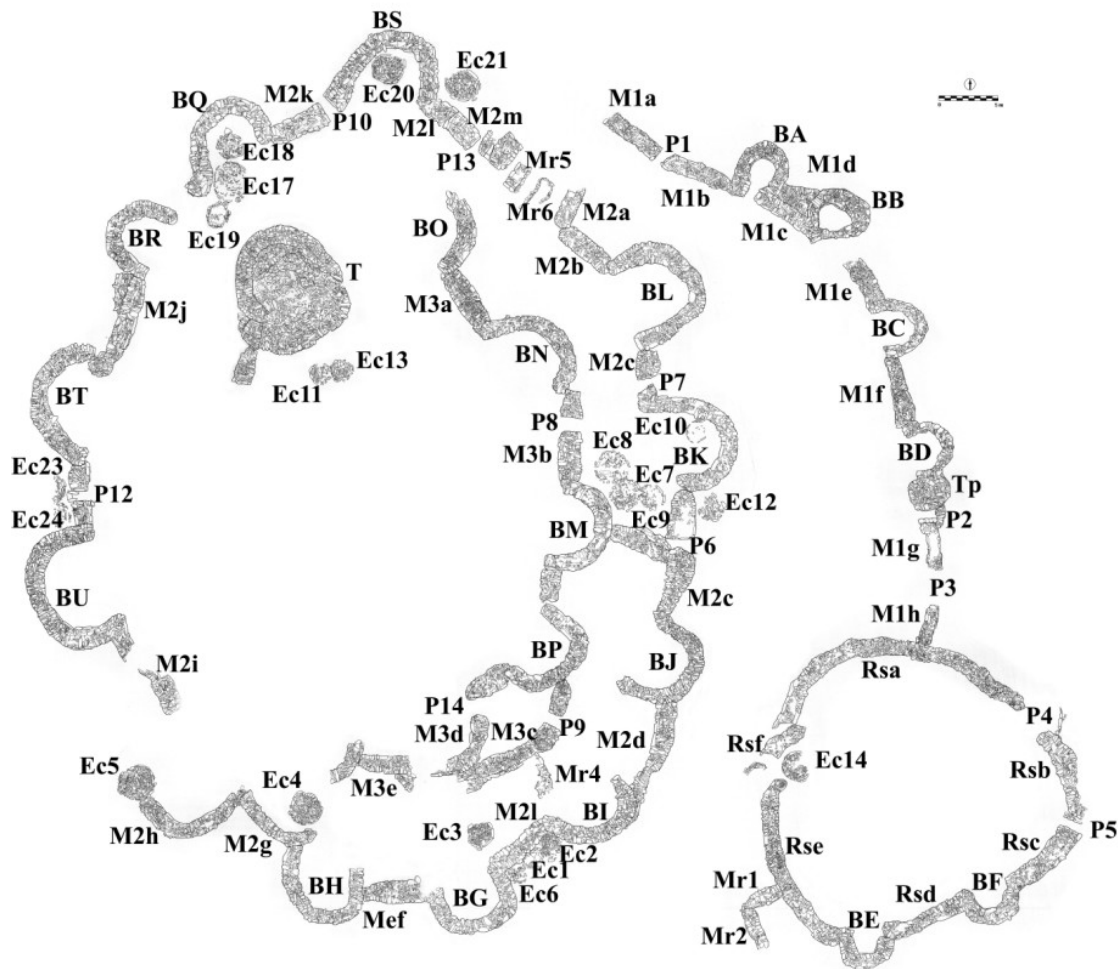


Figura 35 – Planta com as abreviaturas das estruturas descritas em texto.

Da observação da figura verifica-se que o Murete 1 (M1) tem 16 elementos configurativos objecto de análise; oito troços de murete, quatro “bastiões”, uma pequena torre e três passagens.

O Recinto Secundário (RS) possui 10 elementos objecto de análise; seis troços de murete, dois “bastiões” e duas passagens.

O Murete 2 (M2) tem 30 elementos configurativos objecto de análise; treze troços de murete, onze “bastiões” e 6 passagens.

O Murete 3 (M3) tem 13 elementos; cinco troços de murete, cinco “bastiões” e três passagens.

A Torre Principal foi considerada como tendo apenas um elemento.

Todos os outros elementos constituintes do sítio, as estruturas circulares e circulares geminadas, os muros delimitadores de espaços, as micro-estruturas e os marcadores espaciais, serão analisados no próximo sub-ponto.

No que respeita ao desenho geral do M1, aparentemente não se detectam descontinuidades, mas uma análise cuidada da planta e várias observações no terreno às estruturas que constituem esse murete, revelou algumas quebras construtivas, para além das passagens e da grande ruptura a Sul do “bastião” B (provável área de combustão com cronologia da Idade do Ferro)<sup>88</sup>. O troço de murete M1f constitui uma unidade, que embora integrando-se, a Norte, no bastião C e a Sul no “bastião” D, provoca a nível construtivo um adossamento aquelas estruturas.

Pelo contrário, todas as outras áreas de análise, previamente definidas, surgem com outro “modelo”. Não só, verificam-se igualmente, quebras na linearidade dos muretes, dada pelas passagens, como a descontinuidade linear construtiva é bastante acentuada. O RS expõe um semicírculo a Norte, que no seu lado Este termina na passagem 4, e a Oeste acaba num aparente desencontro com o murete que vem de Sul. No entanto à semelhança do M1, um dos seus “bastiões” (BE), forma uma perfeita continuidade com o murete, ao inverso do “bastião” F, que a Este, encosta ao troço de murete que forma uma continuidade desde a passagem 5 incorporando na sua estrutura o “bastião” E. No prolongamento para Norte, o murete agrega uma estrutura circular (Ec14). Outra particularidade, aliás já referida, neste recinto secundário (RS), é a existência de dois pequenos muros a Sudoeste.

No Murete 2 (M2) a complexidade, ou melhor, a diversidade estrutural é significativamente maior. A espessura das estruturas principais parece ser mais larga e existe um seccionamento acentuado. Parece existir não só interrupções no murete, com as passagens, mas subsiste também uma espécie de delineação modular estrutural. Os alinhamentos estruturais, quer dos “bastiões”, quer de troços de muretes, não registam uma continuidade construtiva, têm uma morfologia de configuração que os transforma em módulos. Parece ser o caso dos bastiões L, K, J, S, R, Q, T e U como os pequenos muretes existentes a norte das passagens 6 e 7 e a Sul e Norte da passagem 12. O bastião I e G, juntamente com o troço de murete que os une, sem interrupções e o conjunto de estruturas geminadas 1, 2 e 6, parecem constituir um outro bloco. A exceção, pela sua individualidade parece ser o “bastião” H.

---

<sup>88</sup> Cf. anexo 1 e quadro das datações de Castanheiro do Vento.

O Murete 3 (M3) sugere o mesmo modelo do anterior, embora o desenho construtivo dos “bastiões” seja diferente. São definidos especificamente pela sua curvatura. Neste murete a ideia de construção modular parece também estar acentuada. Até ao momento apenas se definiram três entradas<sup>89</sup>.

#### **3.6.1.2.1 Primeira área de descrição e análise: o Murete 1.**

Como referimos anteriormente foram definidos oito troços no murete 1, quatro “bastiões”, três passagens e uma pequena estrutura circular maciça, tipo torre.

O quadro seguinte sintetiza todos os resultados das variáveis introduzidas na base de dados de estruturas relativamente aos troços do murete 1. Interessa neste momento, fazer uma pequena referência aos descritores de análise<sup>90</sup>. O campo *ID* é um número sequencial que permitirá relacionar diversas fichas; a *sigla* identifica o troço de murete em análise; os *elementos constitutivos* do murete referem-se aos materiais utilizados; a *medida modal* refere-se ao valor de uma variável que ocorre com maior frequência numa série, “ (...) ou seja, é o valor da abcissa correspondente à ordenada máxima de uma curva de frequências.” (PINTO e GREGO 1992:58) Optou-se escolher a moda e não qualquer outra medida de tendência central, por vários motivos: a moda pode ser considerada o valor normal de uma distribuição, ou seja é a medida mais típica, é inteiramente independente dos valores extremos (que a existirem terão de ser sempre analisados separadamente), e é a que melhor caracteriza situações onde estejam em causa os valores mais usuais e constantes, como é o nosso caso; pretendia-se saber qual o valor mais frequente do comprimento das lajes constituintes dos muretes, e inseri-lo numa categoria. O campo *acabamento* é obtido através da observação das lajes que definem as paredes dos troços de murete, podem estar facetadas, não facetadas ou podem existir lajes com facetamento e não facetamento. O descritor *lajes* demonstra a presença de um determinado tipo de xisto azulado e laminado, litologicamente diferente do xisto grauváquico que constitui a larga maioria das lajes e blocos constituintes do sítio. Esta pedra é provavelmente alógena e só com uma cartografia de escala muito fina seria possível identificar a sua proveniência<sup>91</sup>. Estas lajes, de dimensões médias, surgem afeiçoadas, sendo possível sugerir a sua forma a uma estela.

---

<sup>89</sup> Durante a campanha de 2007, esta ideia mantém-se. A “modularidade” acentua-se pois os “bastiões” são definidos como um módulo pela sua curvatura.

<sup>90</sup> Para uma descrição mais pormenorizada ver anexo 2.

<sup>91</sup> Agradecemos estas informações ao professor geólogo Abrunhosa.

O último descritor é numérico e corresponde à *largura dos troços de murete*. Esta medida foi retirada a intervalos de 1 metro. De seguida obtém-se a média aritmética simples, a que corresponde o valor obtido. As três medidas apresentadas no final de cada quadro são a média do conjunto de troços de murete analisados, que se refere a uma medida de tendência central e duas medidas de dispersão; o desvio padrão e o coeficiente de variabilidade. O desvio padrão foi utilizado para obtermos um valor que contrarie o valor “típico” da média (que muitas vezes não existe sequer no conjunto de variáveis). Esta medida desempenha um papel importante na análise da dispersão, pois quanto maior é a dispersão de um conjunto de dados, maior será o desvio padrão. O coeficiente de variabilidade (fórmula de Pearson) surge aqui como uma medida “standart” da dispersão, pois o seu valor é dado em percentagem<sup>92</sup>. Novamente, quanto maior a percentagem, maior a variabilidade existente no conjunto de dados em observação (SHENNAN 1988:36/43).

ID	Sigla	Elementos constitutivos	Medida modal	Acabamento	Lajes	L. troço
16	M1a	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado/Não facetado	Não	1,4 m
68	M1b	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado/Não facetado	Não	1,4 m
69	M1d	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado/Não facetado	Não	2 m
70	M1c	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado	Não	1,2 m
71	M1e	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado	Não	1,15 m
72	M1f	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado	Não	1,2 m
73	M1g	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado	Não	1,3 m
74	M1h	Xisto /Terra	Entre 201 e 400 mm	Facetado/Não facetado	Não	1,2 m

Média	1,36
Desvio padrão	0,28
Coef. Variabilidade	20,6%

Figura 36 – Quadro de descritores do Murete 1.

Como se pode ver pelo quadro, a homogeneidade é o factor mais importante. Todos os troços analisados têm como elementos constitutivos o xisto e a terra, a dimensão modal dos elementos de construção situa-se entre os 201 e 400 mm, todas as lajes que delimitam as faces do murete, são facetadas, embora existam algumas não facetadas, e não foi detectada nenhuma laje de xisto “azul”.

<sup>92</sup> A apresentação da fórmula de Pearson em percentagem, ajuda-nos a perceber a importância relativa da dispersão, em face do valor em função do qual é medido. Por exemplo a variação de 0,10m num troço de murete onde a largura média é de 0,90m tem um significado diferente da variação dos mesmos 0,10m onde a largura média é de 1,40m.

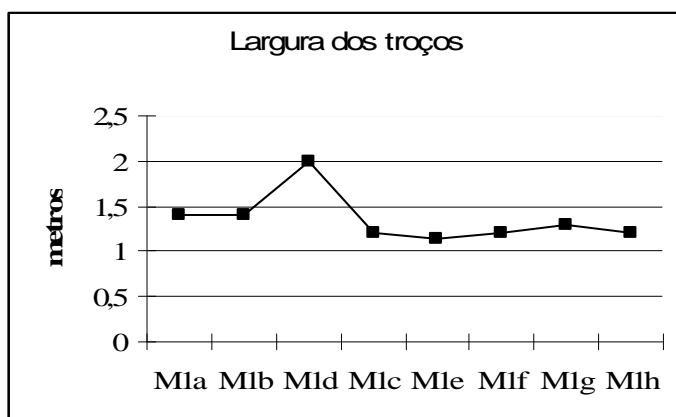


Figura 37 – Largura dos troços do murete 1.

A única variável não numérica, a largura, exhibe apenas um valor elevado, entre um conjunto de valores muito homogêneos. Os 2 m do troço de murete MIc corresponde a uma alteração do espaço entre o “bastião” A e o “bastião” B e parece estar associada a uma transformação daquela última estrutura. Ao fazermos o simples exercício de retirar a largura daquele troço e refazer a média, o desvio padrão e o coeficiente de variabilidade, obtemos os seguintes números; para a média 1,26m, para o desvio padrão 0,10 e para o coeficiente de variabilidade 7,9%. Ao comparar com os valores transcritos no quadro, detecta-se imediatamente uma descida que nos indica, em termos estatísticos, uma maior “padronização” no acto de elaboração dos muretes. Podemos sugerir que existe um modelo homogêneo de uma hipotética acção “construtiva”, ou melhor, parece existir um “gesto técnico” recorrente.

Será repetido para os restantes elementos constituintes do Murete 1?

Veja-se o que se passa com os “bastiões”.

ID	Sigla	Lajes	Medida modal	Materiais	Acabamento
1	BA	Não	Entre 201 e 400 mm	Xisto /Terra	Facetado/Não facetado
2	BB	Não	Entre 401 e 600 mm	Xisto /Terra	Facetado/Não facetado
3	BC	Não	Entre 201 e 400 mm	Xisto /Terra	Facetado/Não facetado
4	BD	Não	Entre 201 e 400 mm	Xisto /Terra	Facetado/Não facetado

Figura 38 – Quadro de descritores dos “bastiões” do Murete 1

Os descritores de análise para as estruturas tipo “bastião” são iguais aos descritores dos muretes. Aliás serão sempre os mesmos, na análise da totalidade das estruturas. O que difere são os descritores numéricos. Foram tiradas uma série de

medidas que tentam caracterizar as estruturas; três dimensões da largura, a medida do vão de entrada, a profundidade e a área interna da estrutura<sup>93</sup>.

Em relação às variáveis não numéricas, a homogeneidade anteriormente observada para os troços de murete, permanece, mantendo-se igualmente o único valor diferente, apenas na medida modal, associado à estrutura “bastião” B.

Os próximos dois quadros retratam as variáveis numéricas e o tipo de forma encontrado. Neste último campo, novamente a diferença existe no “bastião” B, sendo o único que apresenta uma forma oval. As medidas de largura não ultrapassam o 1,50 m e o respectivo desvio padrão para a média das larguras é de apenas 0,19.

ID	Sigla	Forma	L .central	L .direita	L .esquerda	Média Largs
1	BA	Semi-circular	1,5 m	1,3 m	1,25 m	1,35 m
2	BB	Oval	1,4 m	0,9 m	0,9 m	1,06 m
3	BC	Semi-circular	1 m	1 m	0,8 m	0,93 m
4	BD	Semi-circular	1 m	0,7 m	1,15 m	0,95 m

Figura 39 – Quadro de descritores numéricos dos “bastiões” do Murete 1

Sigla	Entrada	Prof.	Área
BA	0,82 m	2,9 m	6,38 m <sup>2</sup>
BB	0,50 m	2,1 m	4,55 m <sup>2</sup>
BC	2,8 m	3,2 m	8,96 m <sup>2</sup>
BD	2,9 m	2,5 m	7,25 m <sup>2</sup>
<b>Média</b>	<b>1,755 m</b>	<b>2,675 m</b>	<b>7,17 m<sup>2</sup></b>
<b>Desvio P.</b>	<b>1,17</b>	<b>0,48</b>	<b>1,58</b>
<b>Coef. Var.</b>	<b>66,6%</b>	<b>17,9%</b>	

Figura 40 – Quadro de descritores numéricos do espaço interno dos “bastiões” do Murete 1.

Este último quadro tenta quantificar o espaço interno dos “bastiões”. As medidas de entrada e profundidade referem-se, respectivamente, ao vão de entrada das estruturas, e à profundidade, tendo como ponto de referência um hipotético eixo central. A grande diferença que podemos observar neste quadro reporta-se às medidas de entrada dos “bastiões” A e B – são bastante mais pequenas do que as dos restantes. Até ao momento são as duas únicas estruturas tipo “bastião” que apresentam uma entrada definida, não pelo vão aberto de um espaço de acesso ao interior, mas sim por uma passagem estreita, delimitada por muretes. Essa alteração reflecte-se no elevado desvio padrão (1,17) e coeficiente de variabilidade (66,6%), ao contrário de todas as outras variáveis numéricas

<sup>93</sup> Para uma descrição mais pormenorizada dos descritores consultar o anexo 2.

que apresentam um baixo valor de dispersão a um determinado tipo de morfologia “construtiva”.

O próximo quadro sumaria os diversos elementos constituintes das passagens.

ID	Sigla	Material	Dimensão modal	Acabamento	Lajes
19	P1	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
20	P2	Xisto /Quartzo /Argila	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
21	P3	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado	Não

Figura 41 – Quadro de descritores das passagens do murete 1.

As três passagens existentes no Murete 1 apresentam, como quase todos os outros elementos constituintes do murete, uma uniformidade acentuada, apenas com duas exceções. A primeira refere-se ao material utilizado, onde surge a presença de quartzo na passagem 2 e a segunda ao acabamento das lajes na passagem 3. No entanto esta última dissemelhança está ligada ao facto de a escavação desta estrutura não estar terminada no seu lado Sul, não se sabendo se o facetamento das lajes de acabamento existirá nesse lado da passagem.

ID	Sigla	Larg. Entrada	Larg. Intermédia	Larg. Saída	Comprimento	Área	L.e.e	C.e.e.	L.P.s.e.e	Área total
19	P1	0,6 m	0,5 m	0,85 m	1,4 m	0,7 m <sup>2</sup>			0,5 m	0,7 m
20	P2	0,75 m	0,65 m	0,7 m	1,65 m	1,07m <sup>2</sup>	0,35m	1,65m	1 m	1,65 m
21	P3				1,1 m	0				0

Figura 42 – Quadro das variáveis numéricas das passagens do murete 1.

As nove variáveis numéricas utilizadas na abordagem às passagens resultam de uma tentativa de analisar com algum grau de pormenor estas estruturas. Geralmente na literatura arqueológica pouca importância é dada às geralmente designadas “entradas”. Por vezes apenas é medido o vão de entrada. Contrariando esta tendência, achamos que estas estruturas não são apenas um ponto de passagem, são pontos de acesso a locais variados do sítio, inseridos num sistema complexo de percursos e colmatação desses mesmos percursos, através das estruturas de oclusão, associadas às passagens. Estas aberturas na linha do murete, também se poderiam revestir de especial importância, na medida em que condicionavam a visão (quer para o exterior, quer para o interior do



sítio). Muitas vezes esse condicionamento era acentuado pela adição de uma outra estrutura, caso das estruturas de estreitamento (P2 e P5 por exemplo), que limitava ainda mais a mobilidade e a visão.

Foram utilizadas quatro medidas para definir o vão das passagens; a largura à entrada (sendo o critério utilizado a passagem de um exterior para o interior do sítio), a largura intermédia, retirada no meio da passagem, a largura à saída e o comprimento. Além das duas áreas obtidas, a primeira reportando-se à área da passagem tal como é definida durante a escavação e em registo gráfico completo, e a segunda (área total) dá-nos a área da passagem sem contar com a diminuição provocada pela estrutura que a estreita (quando existe), temos três outras variáveis; a Largura da Estrutura de Estreitamento (L.e.e.) e o Comprimento da Estrutura de Estreitamento (C.e.e.) que, respectivamente medem a largura e o comprimento da estrutura de estreitamento e a Largura da Passagem Sem Estrutura de Estreitamento (L.P.s.e.e.) que se refere à largura da passagem sem essa estrutura<sup>94</sup>.

A análise destas passagens no Murete 1 é forçosamente limitada, pois apenas existem duas estruturas bem definidas. Em termos mensuráveis, a passagem 1 é mais pequena e estreita, enquanto a passagem 2 é mais larga e maior.

### 3.6.1.2.2 Segunda área de descrição e análise: Recinto Secundário.

O próximo quadro sintetiza a informação relativamente aos muretes que constituem o recinto anexo. A grelha de leitura é a mesma e continuará a ser nos quadros seguintes.

ID	Sigla	Materiais	Medida modal	Acabamento	Lajes	Larg. do troço
41	RSa	Xisto/Quartzo/Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,3 m
75	RSb	Xisto/Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,6 m
76	RSc	Xisto/Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,55 m
77	RSd	Xisto/Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,45 m
78	RSe	Xisto/Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,3 m
79	RSf	Xisto/Quartzo/Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,3 m
Média						1,41 m
Des. Padrão						0,14
Coef. Variabilidade						29%

Figura 43 – Quadro de descritores do Recinto Secundário

<sup>94</sup> Ver anexo 2 para uma definição mais circunstanciada.

Verifica-se uma certa uniformidade, em relação ao acabamento e à não existência de lajes. Os elementos constitutivos e a medida modal não são constantes. O quartzo surge como elemento constituinte dos muretes, em dois troços e as medidas, embora sem grande amplitude, apresentam duas frequências diferentes. Observando a localização no terreno dos dois troços que apresentam uma medida modal mais baixa, não se detectam alterações e/ou reformulações no desenho construtivo, à semelhança das diferenças detectadas no bastião B, do Murete 1. O troço RSc situa-se a Sul do recinto secundário, na continuação da passagem 5 terminando no bastião E. Apresenta, até, uma certa continuidade modular entre a referida passagem e o bastião. O troço RSe parte da estrutura circular 14, inserida no próprio recinto, e termina numa descontinuidade efectiva, num desencontro dos muretes que constituem este recinto.

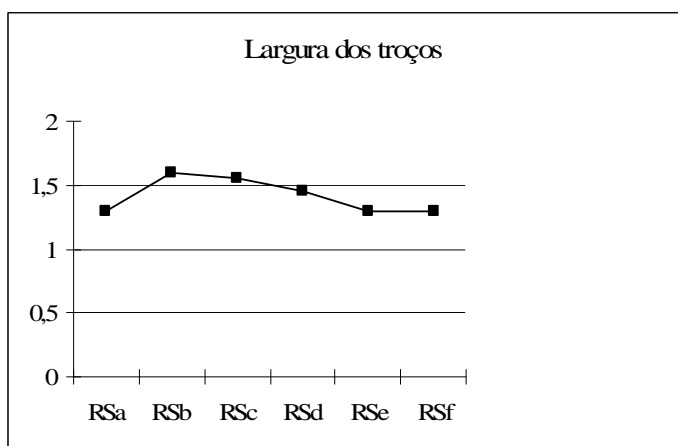


Figura 44 – Largura dos troços de murete do Recinto Secundário.

O gráfico reproduz a largura média dos troços de murete do recinto secundário. A amplitude das médias é de cerca de 30cm, existindo um coeficiente de variabilidade de 29%, que nos aponta para uma certa dispersão na relação entre os valores da largura dos troços de murete.

Os próximos dois quadros referem-se às estruturas “bastiões” detectadas no recinto secundário. O tratamento estatístico efectuado é unicamente ilustrativo, pois a existência de apenas duas estruturas, em termos de valores quantitativos, não pode ser utilizada senão como referência (embora muito pouco fiável), para comparação.

ID	Sigla	Entrada	Prof.	Área	Esp. Central	Esp. direita	Esp. esquerda	Média esps
5	BE	3,1m	1,8m	5,58m	1,5m	1,3m	1,1m	1,3m
6	BF	2,25m	1,7m	3,825m	1,5m	1,25m	1,25m	1,3m
	Média	2,675m	1,75m		1,5m	1,275m	1,175m	1,3m
	D.P.	0,06	0,07		0	0,03	0,1	0
	C.V.	2,24%	4%		0	2,35%	8,50%	0

Figura 45 – Quadro de descritores numéricos dos “bastiões” do Recinto Secundário

É notória uma modelização acentuada destas duas estruturas, quer o desvio padrão, quer o coeficiente de variabilidade são bastante baixos. Podemos dizer que em termos “construtivos”, parece existir um modelo na concepção e “construção” destes dois “bastiões” enquanto comparados entre si. O quadro abaixo, que se refere às passagens, parece igualmente reproduzir esta ideia.

ID	Sigla	Elementos constitutivos	Dimensão modal	Acabamento	Lajes
22	P4	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado	Não
23	P5	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Sim

Figura 46 – Quadro de descritores das passagens do recinto secundário.

Os elementos constitutivos são os mesmos, assim como a dimensão modal dos elementos constituintes das passagens e no acabamento das lajes predomina o facetamento (presente nas duas passagens). A única diferença visível é ao nível da presença das lajes de xisto. Pela primeira vez, surge uma pequena laje de xisto (0,33mx0,20m), de tipo estela, não integrada nas paredes de delimitação da passagem, nem da estrutura de estreitamento, mas sim no vão de acesso ao interior do Recinto Secundário.

O próximo quadro expressa as variáveis numéricas das passagens.

ID	Sigla	Larg. Entrada	Larg. Intermédia	Larg. Saída	Comprimento	Área	L.e.e	C.e.e.	L.P.s.e.e	Área total
22	P4	3,5m	2,6m	2,9m	5m	13m <sup>2</sup>			2,6m	13 m <sup>2</sup>
23	P5	0,85m	0,65m	0,9m	3,2m	2,08m <sup>2</sup>	0,55m	2,6m	1,2m	3,84 m <sup>2</sup>

Figura 47 – Quadro de descritores numéricos das passagens do recinto secundário

Neste caso optou-se por não fazer qualquer tipo de tratamento quantitativo. Uma simples leitura dos números envolvidos faz ressaltar imediatamente uma grande diferença entre as duas passagens delimitadas em escavação. A passagem 5 apresenta valores relativamente baixos, enquanto a passagem 6 apresenta um conjunto de valores muito elevados, definindo uma estrutura de passagem que ultrapassa a própria linearidade do murete onde se integra. É bastante comprida e à medida que nos aproximamos do interior do recinto secundário, vai estreitando. A escavação da sua área envolvente revelou o negativo daquilo que parece ser uma estrutura em patamares sucessivos de acesso à passagem, como veremos mais adiante.

### 3.6.1.2.3 Terceira área de descrição e análise: o Murete 2.

O Murete 2, no estado actual dos nossos conhecimentos é a única grande estrutura de carácter circular que aparenta definir um recinto. Apenas no seu lado SO existe uma descontinuidade estrutural, ainda não definida, porque não escavada<sup>95</sup>.

Vejamos os troços de murete.

ID	Sigla	Materiais	Dimensão modal	Acabamentos	Lajes	Lar. do troço
17	M2a	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,5m
80	M2b	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,5m
81	M2c	Xisto /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,7m
82	M2d	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,7m
83	M2e	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,65m
84	M2f	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,8m
85	M2g	Xisto /Granito /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,1m
86	M2h	Xisto /Granito /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,5m
87	M2i	Xisto /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,7m
88	M2j	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,7m
89	M2k	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,7m
90	M2l	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,7m
91	M2m	Xisto /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8m
				Média		1,62m
				Desvio Padrão		0,19
				Coef.		
				Variabilidade		11,72%

Figura 48 – Quadro de descritores dos troços do murete 2

<sup>95</sup> Durante a campanha de escavações arqueológicas de 2007, esta área foi abordada e continua-se a detectar uma descontinuidade estrutural a nível do murete. No entanto, surgiram indícios de reformulações daquele espaço ao nível da existência de pequenos muros que ocupariam aquele espaço.



Figura 49 – Materiais configurativos dos troços do murete 2.

Ao contrário do Murete 1 e Recinto Secundário, detecta-se nas variáveis estudadas alguma variabilidade. Relativamente aos materiais componentes dos vários troços de murete, podemos observar no gráfico ao lado que apesar da larga maioria de elementos de xisto e argila (70%), o granito (15%) e o quartzo (15%) atingem já alguma expressividade. Um terço de todos os troços do Murete 2 tem na sua estruturação elaborativa elementos significativos de granito e quartzo. Se virmos a sua localização em planta, transparecem algumas observações: os dois troços onde surge o quartzo são troços lineares bastante compridos de ligação entre “bastiões”; um tem 6,80m (M2d) e o outro 7,70m (M2j).

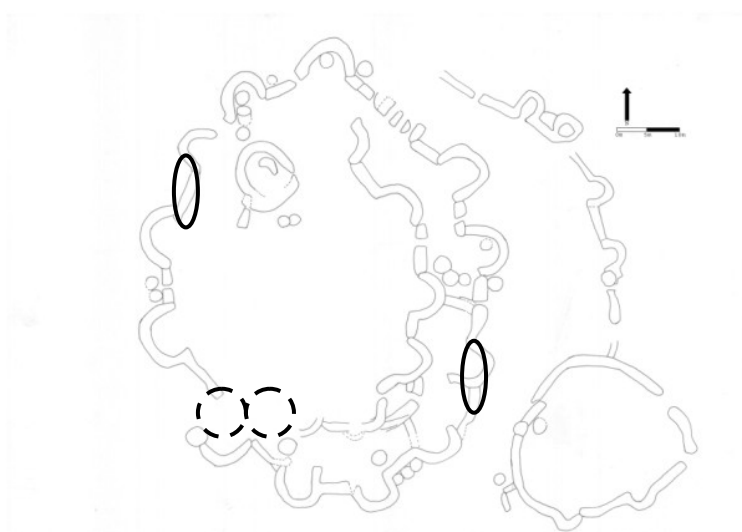


Figura 50 – Localização dos troços do Murete 2 com componentes de granito (a tracejado) e quartzo (a cheio) (Tintagem de Bárbara Carvalho sob desenho de João Muralha).

Estão localizados em locais opostos do sítio, o primeiro a SE o segundo a NO. Por outro lado, os troços onde o granito é um elemento constitutivo são contíguos e localizam-se a SO da área escavada. A sua particularidade é que ambos estão associados a estruturas circulares, a Ec4 e Ec5, sendo esta última praticamente delimitada por grandes fragmentos de elementos de moinho em granito.

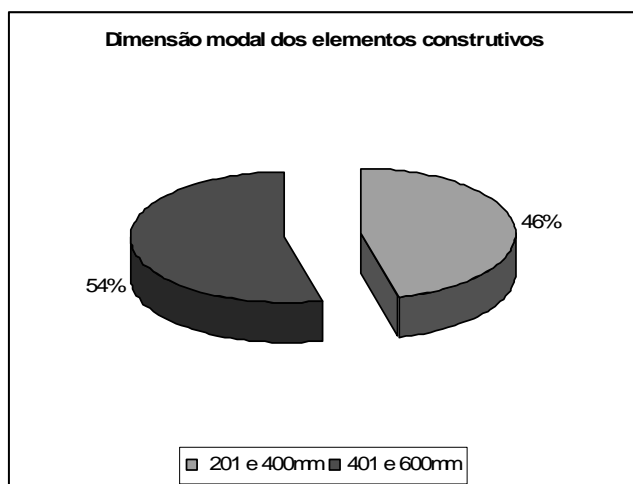


Figura 51 – Dimensão modal dos elementos constitutivos do murete 2.

Continuando a analisar as variáveis que constituem o quadro referente aos troços do Murete 2, observa-se uma repartição quase equitativa entre a categoria de dimensão modal de 201mm a 400mm e 401mm a 600mm. Ao contrário do Murete 1, onde prevalece a primeira categoria, aqui já predomina a segunda. Um hipotético “padrão” duma acção construtiva, existente no Murete 1 e Recinto Secundário, parece aqui não ser tão acentuado. Observemos a sua localização em planta para ver se se detecta algum tipo de localização espacial significativa.

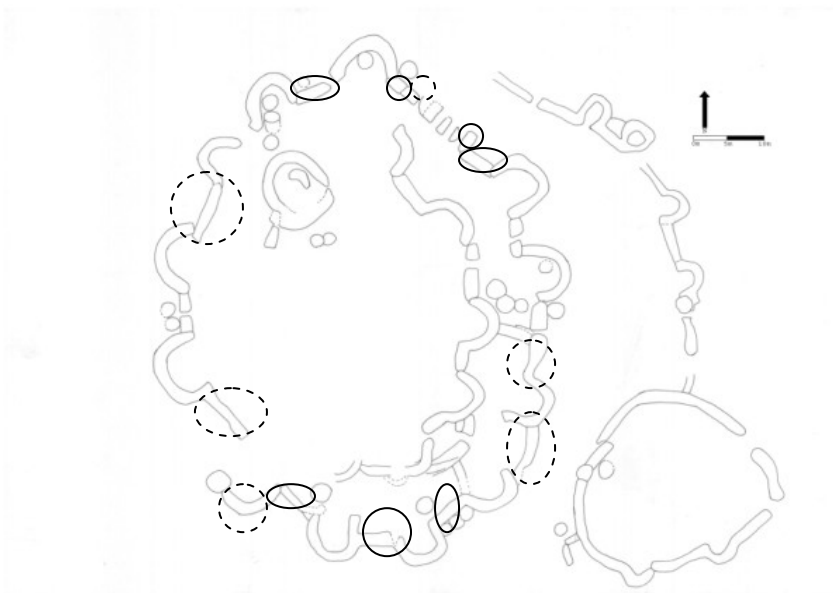


Figura 52 – Localização dos troços de Murete 2 com elementos constitutivos de dimensão D2 a cheio e D3 a tracejado (Tintagem de Bárbara Carvalho sob desenho de João Muralha).

Quer os troços com uma dimensão modal entre 201mm e 400mm, quer os de 401mm a 600mm, não parecem apresentar qualquer associação a outro tipo de estruturas. Por vezes estão associados a passagens, outras a ligações entre bastiões, ainda outras a estruturas circulares. Por outro lado, a sua localização na colina, parece sugerir uma certa distribuição no terreno. Embora os troços de dimensão modal D3 existam em todas as áreas do murete, parece haver uma concentração nos troços voltados a Este e Oeste, enquanto aqueles de dimensão modal D2 parecem estar concentrados nos topos Norte e Sul.

Olhemos para o próximo gráfico.

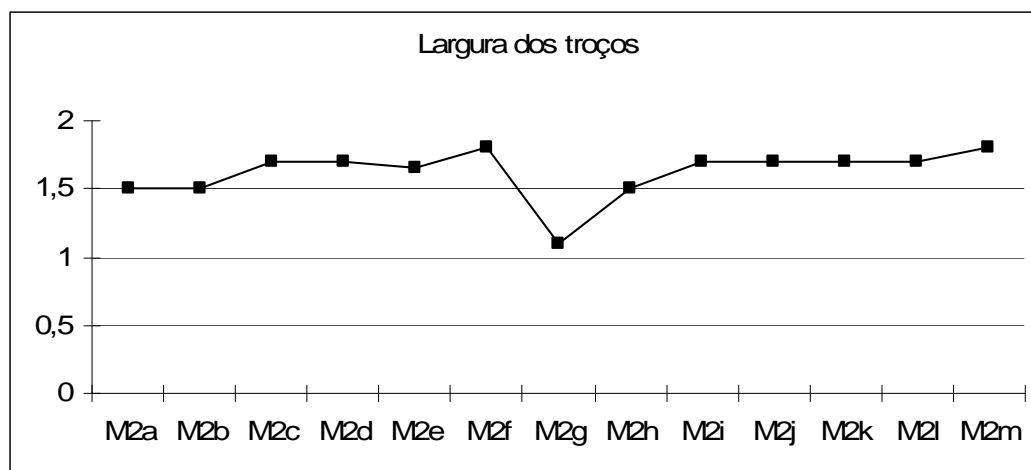


Figura 53 – Largura dos troços de murete 2.

Apesar da menor largura do troço M2g em relação a todos os outros, parece que estamos perante uma certa uniformidade, aliás como nos indicam as medidas de dispersão encontrada; um desvio ao padrão de 0,19 e um coeficiente de variabilidade de 11,72% são valores muito baixos, que nos indicam mais uma constância do que uma variação. Se relacionarmos a largura dos troços com a dimensão modal dos seus elementos constituintes poderemos saber se existe alguma correspondência em termos da utilização de componentes maiores ou mais pequenos em correspondência à largura dos troços.

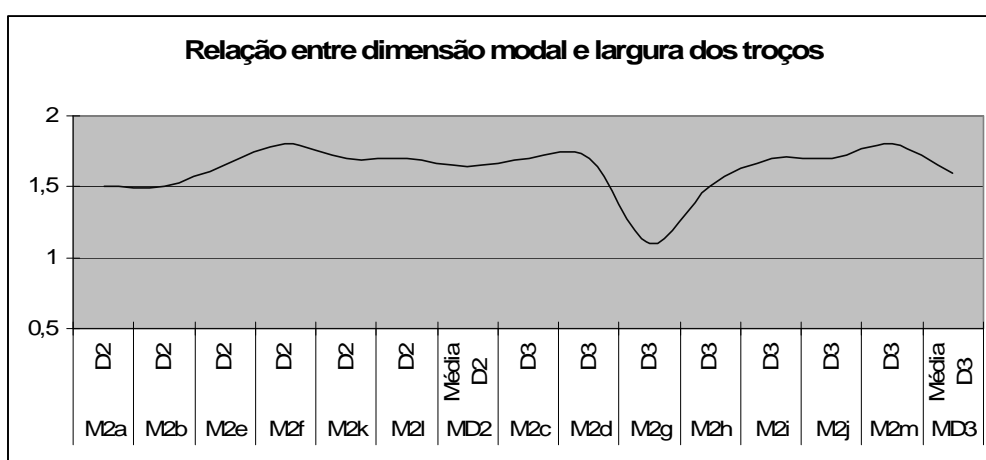


Figura 54 – Relação entre a dimensão modal e largura dos troços do murete 2.

Neste gráfico o D2 representa a categoria 201mm a 400mm e o D3 de 401mm a 600mm. Como se pode notar, até pela observação da variável média, que é idêntica<sup>96</sup>, quer o D1, quer o D2, não apresentam diferenças significativas. Novamente sobressai apenas a baixa largura do troço M2g, que representa o único valor excêntrico. Podemos dizer que a escolha de uma dimensão modal dos elementos constituintes dos troços não têm qualquer relação com a largura dos troços.

Os próximos três quadros analisam os “bastiões”.

ID	Sigla	Lajes xisto	Medida modal	Materiais	Acabamento
7	BG	Não	Mais de 601mm	Xisto /Terra	Facetado/Não facetado
8	BH	Não	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Terra	Facetado/Não facetado
9	BI	Não	Entre 201 e 400mm	Xisto /Granito	Facetado/Não facetado

<sup>96</sup> O valor da média para o D2 é de 1,64m e para o D3 é de 1,6m. Mesmo que se retire o valor mais baixo da variável D3, a média seria de 1,68m.



				/Quartzo /Terra	
10	BJ	Não	Entre 401 e 600mm	Xisto /Granito /Terra	Facetado/Não facetado
11	BK	Não	Entre 201 e 400mm	Xisto /Quartzo /Terra	Facetado/Não facetado
12	BL	Sim	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Terra	Facetado/Não facetado
43	BQ	Sim	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Terra	Facetado/Não facetado
44	BR	Não	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Granito /Terra	Facetado/Não facetado
45	BS	Não	Entre 401 e 600mm	Xisto /Granito /Terra /Afloramento	Facetado
46	BT	Sim	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Terra	Facetado/Não facetado
47	BU	Não	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Terra	Facetado/Não facetado

Figura 55 – Quadro de descritores não numéricos dos “bastiões” do Murete 2.

O facto de existirem onze “bastiões” neste murete permite, em termos estatísticos, uma análise mais criteriosa e comparativamente (entre si) fiável.

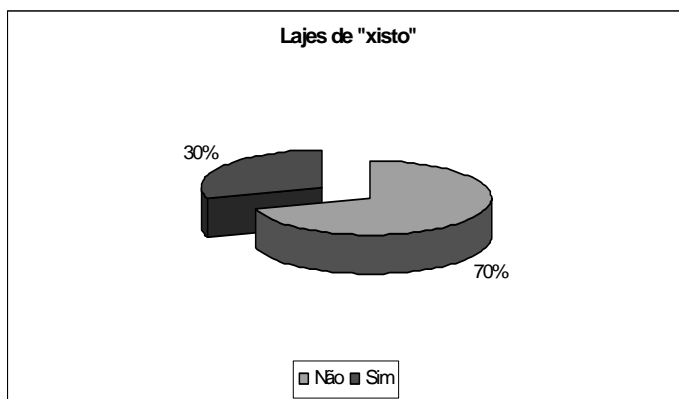


Figura 56 – Sectograma de existência de lajes de xisto “azul” no murete 2.

Pela primeira vez, optou-se por elaborar um gráfico sobre a existência de lajes de xisto nas estruturas analisadas. Apenas na passagem 5 se tinha detectado um desses elementos. Agora na análise dos “bastiões” do Murete 2, surge este tipo de materialidade em três, o que equivale a 30% do total para este murete. A sua distribuição em planta não parece revelar qualquer padrão, um “bastião” a Este e dois a Oeste.

O gráfico seguinte refere-se aos tipos de dimensão modal dos elementos constituintes dos “bastiões”.

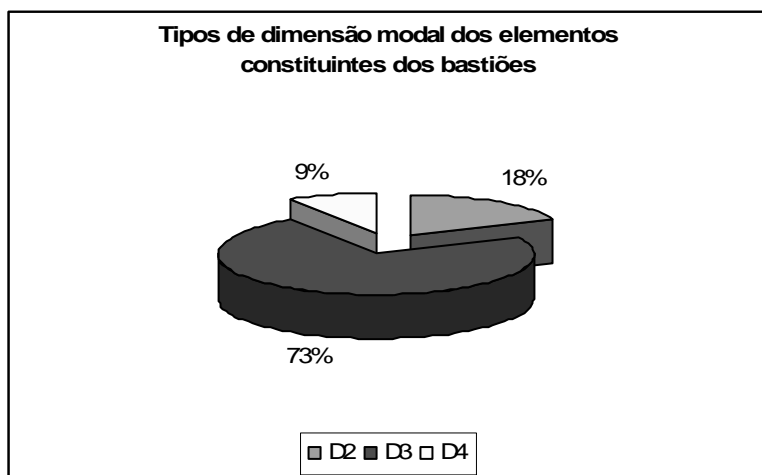


Figura 57 – Sectograma de tipos de dimensão modal dos elementos constituintes dos “bastiões” no murete 2.

Detecta-se um predomínio do tipo D3 (entre 401mm a 600mm), oito das onze estruturas apresentam essa medida. O “bastião” G é o único que exibe uma medida superior aos 601mm, e os bastiões I e K (18%) pertencem ao tipo D2 (entre 201mm e 400mm). Existe alguma variabilidade na dimensão modal, mas detecta-se igualmente alguma padronização, pois apenas um dos tipos tem uma percentagem elevada (o que corresponde a um “bastião”).

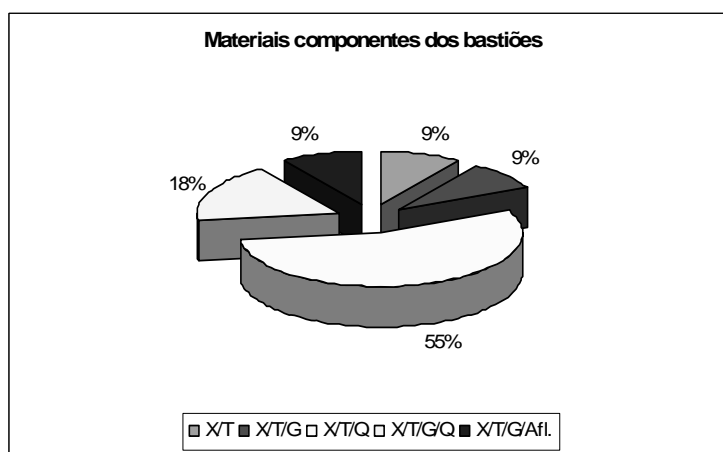


Figura 58 – Sectograma de materiais componentes dos “bastiões” no murete 2.

A análise do gráfico dos materiais componentes dos “bastiões” mostra-nos uma realidade variável, mas igualmente com um valor preponderante; os “bastiões” que incorporam xisto, terra e quartzo (55%). Todas as outras associações de materiais ficam abaixo dos 10%, à excepção da associação xisto, terra, quartzo e granito com 18%. Uma observação importante prende-se com o material quartzo que se encontra presente em 73% dos “bastiões”, embora com associações diferentes, ao contrário do que acontecia

no Murete 1 e no Recinto Secundário. Outro ponto interessante relaciona-se com a integração do afloramento rochoso na estrutura delimitativa de um “bastião”, é apenas um caso, o “bastião” S, que se localiza precisamente no eixo central e mais a Norte do sítio. Como já referimos anteriormente, este tipo de observações terão que ser sempre consideradas provisórias, a escavação da maior parte destas estruturas ainda não aconteceu, e algumas poderão incorporar igualmente o substrato geológico. No entanto, também é pertinente referir que naqueles escavados até à linha basal, apenas um assentava, e só parte dele, no substrato geológico (“bastião” E). Neste caso não considerámos o substrato como fazendo parte da sua “construção”.

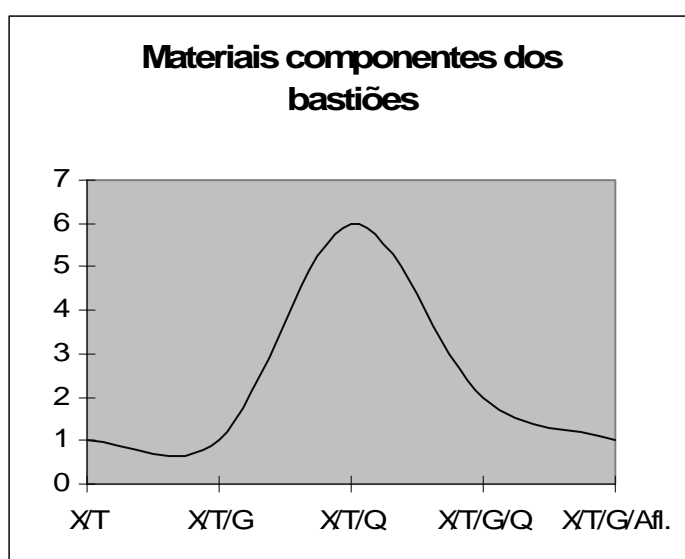


Figura 59 – Gráfico de materiais componentes dos bastiões no murete 2.

Em vez de optarmos por um sectograma, escolhemos representar os materiais componentes dos bastiões, num gráfico de barras e depois transformá-lo num gráfico de curva suavizada, obtemos assim uma quase perfeita curva de Gauss (como se pode ver em cima). Como podemos observar a tendência central verifica-se ao nível de materiais como o xisto, terra e quartzo. A dispersão é dada pelo granito e pelo afloramento rochoso e por último, sendo uma distribuição quase simétrica, podemos verificar o grau de Kurtosis, que corresponde à análise das caudas da curva de Gauss que, embora ligeiramente diferente, nos indica um grau de dispersão das distribuições (dos materiais componentes das estruturas), muito semelhante, ou seja, de um ponto de vista estatístico pode-se sugerir que a utilização dos materiais nas estruturas poderá ser uma acção ponderada/escolhida.

O próximo quadro apresenta as variáveis numéricas da análise dos “bastiões”.

<b>Sigla</b>	<b>Forma</b>	<b>Esp.central</b>	<b>Esp.direita</b>	<b>Esp.esquerda</b>	<b>Média esps</b>
BG	Semi-circular	1,3m	1,3m	1,1m	1,23m
BH	Semi-circular	1,2m	1,2m	1,2m	1,2m
BI	Semi-circular	1,4m	1,5m	1,5m	1,46m
BJ	Semi-circular	1,7m	1,35m	1,7m	1,58m
BK	Semi-circular	1,4m	1,4m	1,5m	1,43m
BL	Semi-circular	1,5m	1,2m	1,6m	1,43m
BQ	Semi-circular	1,5m	1,5m	1,5m	1,5m
BR	Semi-circular	1,4m	1,2m	1,3m	1,3m
BS	Semi-circular	1,5m	1,5m	1,5m	1,5m
BT	Semi-circular	1,3m	1,6m	1,6m	1,5m
BU	Semi-circular	1,5m	1,6m	1,5m	1,53m
Média		1,43m	1,39m	1,45m	1,42m
Desv. Padrão		0,13	0,15	0,18	0,12
Coef. Variabilidade		9,10%	11%	12,40%	8,40%

Figura 60 – Quadro de descritores numéricos dos “bastiões” do Murete 2

Em relação à forma dos “bastiões”, são todos semi-circulares, existindo apenas algumas diferenças nas várias medidas tiradas às espessuras. No entanto, e dados os valores de desvio padrão e coeficiente de variabilidade, essas diferenças são mínimas. Situam-se todas abaixo dos 12,5%. E mesmo a média das espessuras apresenta o valor mais baixo (8,4%). Não só a nível das várias espessuras tiradas em cada “bastião”, mas também entre eles, a uniformização parece um factor a ter em conta, assim como a recorrência de um determinado “gesto técnico”.

<b>ID</b>	<b>Sigla</b>	<b>Entrada</b>	<b>Prof.</b>	<b>Área</b>
7	BG	4m	3,5m	12,55m <sup>2</sup>
8	BH	4,3m	5,2m	22,36 m <sup>2</sup>
9	BI	5,9m	2,8m	11,55 m <sup>2</sup>
10	BJ	4,8m	3,8m	17 m <sup>2</sup>
11	BK	5,8m	4,6m	19,8 m <sup>2</sup>
12	BL	5,5m	5,5mm	23,95 m <sup>2</sup>
43	BQ	5m	4m	17 m <sup>2</sup>
44	BR	4,3m	3,3m	11,8 m <sup>2</sup>
45	BS	5,7m	3,5m	19 m <sup>2</sup>
46	BT	7,6mm	3,5m	21,6 m <sup>2</sup>
47	BU	6,6m	6m	30,1 m <sup>2</sup>
Média		5,4m	4,1m	18,8 m <sup>2</sup>
Desv. Padrão		1,08	1,02	5,7
Coef. Variabilidade		20%	24,90%	30%

Figura 61 – Quadro de descritores numéricos dos “bastiões” do murete 2

Em relação aos valores de entrada e profundidade, detecta-se imediatamente uma variabilidade como se pode constatar no próximo gráfico.

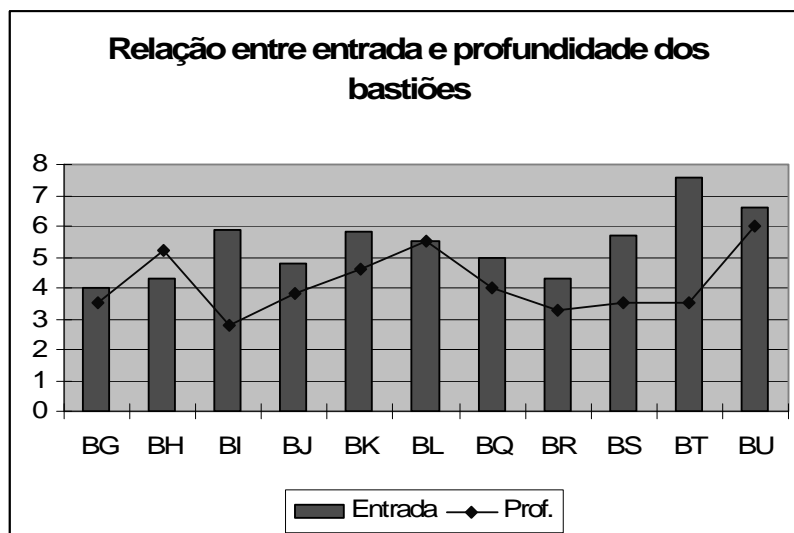


Figura 62 – Relação entre a medida de entrada e a medida de profundidade dos “bastiões”.

Não existe qualquer relação entre a medida de entrada e a medida de profundidade. Embora existam estruturas onde as medidas se aproximam (“bastiões” G, J, K, Q e R) e uma estrutura que coincide nas duas medidas (“bastião” L), todos os outros não se aproximam nem ocorrem. Podemos sugerir que, quer a abertura do vão de entrada, quer a profundidade (ou comprimento do eixo maior da estrutura), não se condicionam entre si. Exemplo desta situação são os “bastiões” I e T; apesar de uma grande abertura, a sua profundidade é muito pequena. Outra observação interessante relaciona-se com o “bastião” H, é o único que apresenta um comprimento maior que a sua abertura, delimitando um espaço mais profundo e fechado. Todos os outros, sugerem mais uma curvatura integrada nos muretes, delimitando igualmente um espaço, mas um espaço mais aberto, mais exposto ao interior do recinto.

Os quadros e gráficos seguintes referem-se às passagens.

ID	Sigla	Material	Dimensão modal	Acabamento	Lajes
24	P6	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
25	P7	Xisto /Terra /Quartzo	Até 200mm	Facetado/Não Facetado	Não
49	P10	Xisto /Granito /Quartzo /Terra /Cerâmica	Mais de 601mm	Facetado	Sim
50	P11	Xisto /Granito /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não
51	P12	Xisto /Terra /Cerâmica /Granito	Entre 401 e 600mm	Facetado	Sim
52	P13	Xisto /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não

Figura 63 – Quadro de descritores das passagens do Murete 2

Foram detectadas seis passagens no Murete 2 e uma zona que parece ser igualmente uma área de passagem, mas mais complexa e diferente. É uma área onde existem várias alterações ao design do sítio, ou melhor onde se registam modificações constantes na estruturação do espaço. Estas alterações são visíveis ao nível de uma modificação do ritmo de marcação dos muretes, da alteração da ideia “clássica” de passagem (uma descontinuidade no murete), de uma conceptualização do espaço diferente.

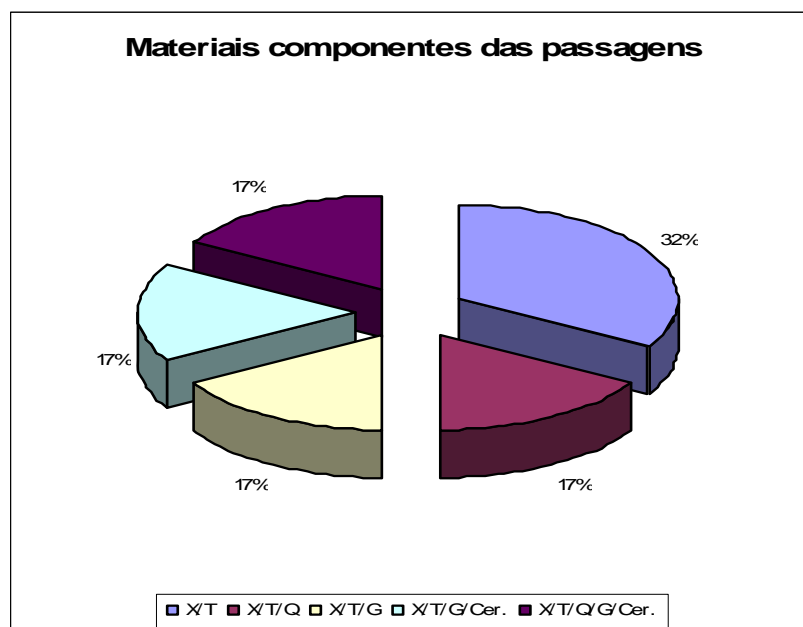


Figura 64 – Materiais componentes das passagens do murete 2.

Os materiais componentes das passagens apresentam uma grande diversidade. Como em todos os outros casos, o xisto e a argila são estruturantes da construção, as restantes associações de materiais não possuem qualquer tipo de predomínio, o granito e o quartzo associado ao xisto e argila não se destacam entre si. O factor mais interessante a reter é a utilização de fragmentos de cerâmica na concepção de duas passagens. A sua localização é distinta e mesmo a sua arquitectura é desigual. O único ponto em comum relaciona-se com a existência de lajes de xisto azulado no seu interior. É importante acrescentar que são as duas únicas passagens neste murete que apresentam essas lajes.

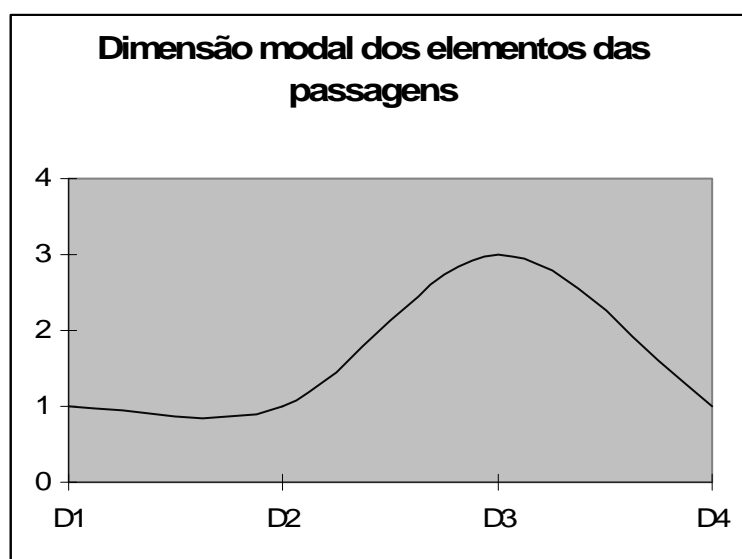


Figura 65 – Dimensão modal dos elementos das passagens no murete 2.

A dimensão modal dos elementos constituintes das passagens, também nos mostra alguma diversidade. Todas as classes de dimensão estão presentes, embora apenas com um caso, à excepção da classe D3 com três ocorrências. As suas localizações no sítio são a Norte (P10 e P13) e a Oeste (P12). Em relação às passagens já analisadas, nota-se claramente uma diferença, os elementos constituintes são de um tipo menor (D2) a 100%. Podemos sugerir a existência de uma média relativa de elementos de dimensão maior para as passagens do Murete 2.

O próximo quadro analisa as variáveis numéricas.

ID	Sigla	Larg. Entrada	Larg. Intermédia	Larg. Saída	Comprimento	Área	L.e.e	C.e.e.	L.P.s.e.e	Área total (m <sup>2</sup> )
24	P6	1,1m	0,7m	0,9m	3,4m	1,68m <sup>2</sup>			0,7	1,68
25	P7	0,45m	0,8m	1,05m	1,5m	1,2m <sup>2</sup>			0,8	1,2
49	P10	0,75m	0,85m	1,05m	2,15m	1,82m <sup>2</sup>			0,85	1,82
50	P11	2,3m	2m	3,3m	2m	4m <sup>2</sup>			2	4
51	P12	0,9m	0,8m	0,8m	1,7m	1,36m <sup>2</sup>	0,3	0,8	1,1	1,87
52	P13	0,5m	0,8m	1,7m	2,1m	1,68m <sup>2</sup>	1,2	1,8	2	4,2
	Média	1m	0,99m	1,47m	2,14m	1,96m <sup>2</sup>			1,24	2,46
	Des. Padrão Coef.	0,68	0,5	0,95	0,66	1,03			0,6	1,3
	Variabilidade	68%	50%	65%	141%	52%			48%	52%

Figura 66 – Quadro de descritores numéricos das passagens do Murete 2

As variáveis numéricas das passagens reflectem imediatamente uma grande diversidade. Os coeficientes de variabilidade, à excepção do comprimento, têm valores muito elevados, praticamente acima dos 50%. Mais uma vez, à semelhança das passagens existentes no Murete 1 e no Recinto Secundário, não existe qualquer similitude entre os muretes e bastiões e as passagens, ou seja, enquanto nos muretes e mesmo nos bastiões parece existir pouca variabilidade na sua elaboração, as passagens não possuem essa variabilidade. Os descritores numéricos sugerem uma individualização. Cada descontinuidade representada por cada passagem é única. Enquanto podemos sugerir um gesto técnico que parece ser recorrente nos muretes, as passagens são elementos únicos e diferenciados, quer entre si quer entre as outras estruturas componentes do sítio. Podemos sugerir que efectivamente existe uma forma de as elaborar, que poderá estar associada ao local da sua implantação, ao tipo de percurso que lhe dá acesso e ao campo visual que proporciona do seu interior para o exterior. Esta última ideia será sempre mais importante no murete 1, onde a amplitude visual visaria o território, enquanto nos muretes 2 e 3, a sua localização estará mais associada aos percursos necessários para a atingir.



### 3.6.1.2.4 Quarta área de descrição e análise: o Murete 3.

O murete 3 desenvolve-se na área Este do topo da colina. A sua escavação ainda continua, especialmente a sudoeste, porquanto é nesta área que os trabalhos arqueológicos continuam a definir o possível perímetro deste murete. Muito provavelmente esta grande estrutura é aquela que define o recinto mais interior e de cota mais elevada.

Vejamos o quadro de caracterização dos troços de murete constituintes da estrutura.

ID	Sigla	Materiais	Dimensão modal	Acabamentos	Lajes	Larg. do troço	
92	M3a	Xisto/Quartzo /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8m	
93	M3b	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8m	
94	M3c	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8m	
95	M3d	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8m	
96	M3e	Xisto /Quartzo /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,5m	
						Média	1,74m
						Desv. Padrão	0,13
						Coef. Variabilidade	7,47%

Figura 67 – Quadro de descritores dos troços do Murete 3.

Definiram-se cinco troços de murete, cujos materiais componentes da sua elaboração são iguais. Além do xisto e argila, o quartzo aparece em todos eles. É a primeira vez que isso acontece denotando uma acção propositada. É importante referir que o quartzo aqui empregue é em grandes quantidades e situa-se quase sempre no meio dos troços de murete. São blocos de média a grande dimensão e geralmente de quartzo leitoso. Existe uma acção objectiva na colocação destes materiais, por um lado não existem nos troços dos outros muretes e quando existiam não estavam aplicados da mesma forma. Geralmente surgem em qualquer lugar do murete e não precisamente no seu interior.

A dimensão modal dos elementos constituintes dos muretes reparte-se pela D2 (entre 201mm e 400mm) e a D3 (401mm a 600mm), respectivamente dois e três troços. Novamente o predomínio aparece na D3, como no murete 2.

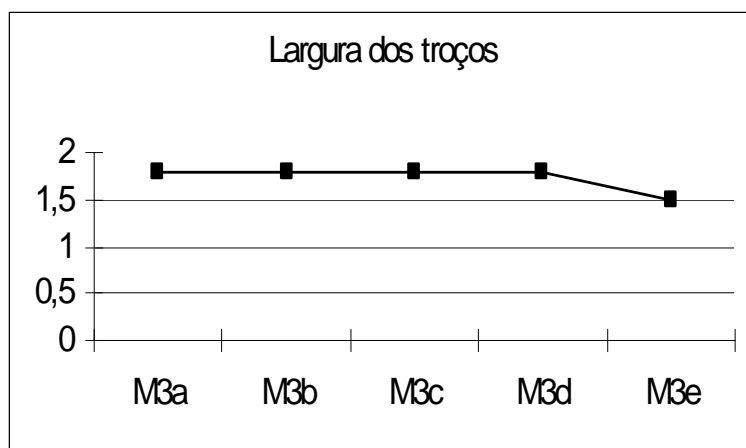


Figura 68 – Largura dos troços do murete 3.

Por sua vez a largura dos troços apresenta uma uniformidade muito grande, visível no coeficiente de variabilidade de apenas 7,47%. O troço menos largo situa-se a Sul do murete e traduz uma solução diferente. Neste caso o murete vai diminuindo de largura até se juntar a um outro troço que parece ser o início de um “bastião”<sup>97</sup>.

Observemos agora as variáveis relativas à análise dos bastiões.

ID	Sigla	Lajes xisto	Medida modal	Materiais	Acabamento
13	BM	Não	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Argila	Facetado Não Facetado
14	BN	Não	Entre 201 e 400mm	Xisto /Quartzo /Argila	Facetado/Não facetado
15	BO	Não	Entre 201 e 400mm	Xisto /Quartzo /Argila	Facetado
42	BP	Não	Entre 401 e 600mm	Xisto /Quartzo /Argila	Facetado Não Facetado

Figura 69 – Quadro de descritores não numéricos dos “bastiões” do Murete 3

Não foram detectadas lajes de xisto nestas estruturas. A medida modal reparte-se equitativamente pela D2 (entre 201mm e 400mm) e a D3 (401mm a 600mm) e os materiais constituintes das estruturas continuam a ser a 100% o xisto, a argila e o quartzo. Os acabamentos são também muito uniformes; existem em todos lajes facetadas e não facetadas e apenas em um lajes facetadas.

As variáveis numéricas apresentam-se no quadro seguinte. Para o “bastião” O não se definiu nenhuma forma, pois apresenta-se incompleto. O seu topo Norte parece ter sido alvo de reformulações, que o elidiram da sua curvatura. Foi detectado um

<sup>97</sup> Efectivamente durante a campanha de 2007, a escavação colocou a descoberto mais duas estruturas tipo “bastião”; o V e o W.

buraco de poste na área norte desta estrutura, precisamente no local onde essa curvatura deveria ter sido encontrada. Toda esta zona faz parte de uma área que foi objecto de reformulações constantes.

ID	Sigla	Entrada	Prof.	Área	Forma	Esp. central	Esp. direita	Esp. esquerda	Média esps
13	BM	5m	3m	15 m <sup>2</sup>	Semi-circular	1,5m	1,5m	1,3m	1,43m
14	BN	7,1m	3m	21,3 m <sup>2</sup>	Semi-circular	1,5m	1,15m	1,5m	1,38m
15	BO					1,3m		1,5m	0,93m
42	BP	5,5m	3,2m	17,6 m <sup>2</sup>	Semi-circular	1,2m	1m	1,2m	1,13m
	Média	5,9m	3,1m			1,37m	1,21m	1,37m	1,2m
	Desv.Pad.	1,1	0,11			0,15	0,25	0,15	0,23
	Coef.Var.	18,60%	3,50%			10,90%	20,60%	10,90%	19,10%

Figura 70 – Quadro de descritores numéricos dos “bastiões” do murete 3.

O coeficiente de variabilidade para as variáveis numéricas obtidas mostra-nos diferenças substanciais. A profundidade dos bastiões do murete 3 possui uma medida muito padronizada, a variação é de apenas 3,5%, os coeficientes da espessura central e da espessura do lado direito, também nos apresenta uma variação baixa (10,9%), para os outros valores o coeficiente já começa a ser elevado, revelando uma maior variabilidade, afastando-nos de um tipo de elaboração mais homogéneo.

As características das passagens estão no quadro seguinte.

ID	Sigla	Material	Dimensão modal	Acabamento	Lajes
26	P8	Xisto /Granito /Quartzo /Argila	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
27	P9	Xisto /Quartzo /Argila	Até 200mm	Facetado	Não
67	P14	Xisto /Quartzo /Argila	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado	Não

Figura 71 – Quadro de descritores das passagens do murete 3.

Foram até ao momento detectadas três passagens neste murete. A homogeneidade parece evidente. Os materiais componentes das passagens são sempre o xisto, a argila e o quartzo, apenas na passagem 8, o granito também surge. A dimensão modal também é semelhante, duas passagens possuem elementos da D2 e outra (a P9), da D1.

ID	Sigla	Larg. Entrada	Larg. Intermédia	Larg. Saída	Comprimento	Área
26	P8	1,2m	1,2m	1,1m	1,7m	2,04 m <sup>2</sup>
27	P9	1,2m	1m	1,05m	1,45m	1,45 m <sup>2</sup>
67	P14	1,65m	1,2m	1,2m	1,6m	1,92 m <sup>2</sup>
	Média	1,35m	1,13m	1,11m	1,58m	1,8 m <sup>2</sup>
	Des. Padrão	0,26	0,11	0,07	0,12	0,31
	Coef.					
	Variabilidade	19,25%	9,70%	6,30%	17,20%	17,20%

Figura 72 – Quadro de descritores numéricos das passagens do murete 3

As variáveis numéricas para as passagens mostram uma homogeneidade na largura intermédia e na de saída, os outros valores parecem afastar-se. No entanto como só existem três passagens os números deverão ser considerados apenas como indicativos.

### 3.6.1.2.5 Quinta área de descrição e análise: a Torre Principal.

A Torre Principal é a maior estrutura de tipo circular detectada em Castanheiro do Vento. Como podemos ver no quadro abaixo, é de forma sub-circular e os seus eixos definem uma área entre a face externa do eixo Norte / Sul e a face externa do eixo Este / Oeste de 103,4m<sup>2</sup>.

ID	Sigla	Material	Dimensão modal	Acabamento	Lajes	Forma	Eixo N/S	Eixo E/O	Área (m2)
40	T	Xisto/ Granito/ Terra	Mais de 601mm	Facetado / Não Facetado	Sim	Sub-circular	11m	9,4m	103,4

Figura 73 – Quadro de descritores da torre

Os elementos componentes da sua elaboração são o xisto, o granito e a terra. Até ao momento não se detectou quartzo como componente. A terra argilosa, nesta estrutura, torna-se bastante difícil de apreender. A razão principal prende-se com os intensos processos pós-deposicionais que sofreu; “violação” do seu interior e trabalhos agrícolas. Parte da dificuldade de encontrar a sua face interna a Sul, poderá relacionar-se com este distúrbio, pois durante o decurso dos trabalhos arqueológicos apenas se conseguiu definir a face interna no seu lado Norte e a Oeste. A SO e a Sul foram identificados vários alinhamentos que parecem estar integrados na estrutura. Um pequeno muro subquadrangular, onde encosta a face externa mais a Sul, e no topo Norte deste pequeno muro, encosta a face externa que corre de Oeste. Foi ainda identificado

uma outra estrutura murária, que assentava directamente no substrato geológico e parecia continuar o muro subquadrangular.

Igualmente a Norte, mas no interior, foi detectada uma estrutura em meia-lua, que parece assentar, por sua vez, em lajes aparentemente deslocadas.

A circularidade da Torre parece ser interrompida a Este, por uma pequena passagem que se apresenta muito bem definida a Norte (ver figura seguinte). Esta passagem está marcada por duas lajes colocadas a 45 graus, que parecem estreitá-la ainda mais.

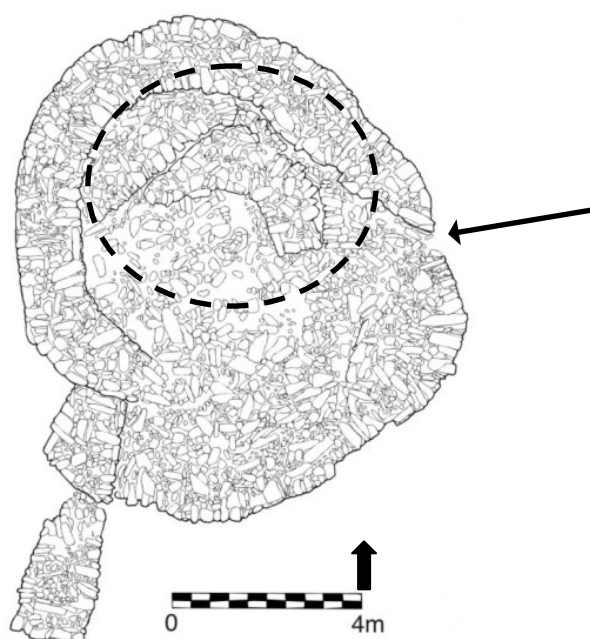


Figura 74 – Torre Principal. No interior do tracejado vê-se a estrutura em meia-lua. A provável passagem está indicada pela seta. (Tintagem de Leonor Pereira sob desenho de campo de Bárbara Carvalho e João Muralha).

Praticamente em todo o redor da estrutura existe um forte sistema de contrafortagem que será analisado detalhadamente no sub-ponto 3.6.1.3.3.

O facto de associarmos esta estrutura a uma torre, não implica pensar que o processo interpretativo esteja terminado. Podemos colocar outras hipóteses de interpretação, nomeadamente sugerir que esta estrutura poderia ser um “bastião”, ou isolado, ou integrado num alinhamento de muretes. No estado actual dos trabalhos arqueológicos, a escavação processou-se apenas no interior da estrutura e numa área de 2m em redor. Apenas na área Norte, os trabalhos, continuaram e neste momento, toda a zona entre a “Torre” e o bastião Q encontra-se aberta. A existir murete para Sul, este

poderá estar destruído devido à pouca potência arqueológica que o topo da estação arqueológica apresenta. Mesmo o pequeno muro que segue para Sul da “Torre”, encontra-se, na sua área meridional muito destruído e assenta directamente no substrato geológico<sup>98</sup>. Também se pode colocar a hipótese de que a estrutura pétrea que existe a SE, corresponder a uma estrutura de oclusão do hipotético bastião e a imponente estrutura de contrafortagem aí detectada corresponder aos seus contrafortes e ao mesmo tempo à monumentalização do seu fecho. Por outro lado, os descritores numéricos daquela estrutura, se fosse um bastião, enquadrar-se-ia nas variáveis numéricas de análise às estruturas tipo bastião; no segundo momento de alteração a medida de entrada seria de 5,20 m, medida de profundidade de 6 m e a área de 25 m<sup>2</sup>. As próximas figuras são interpretativas desta hipótese.

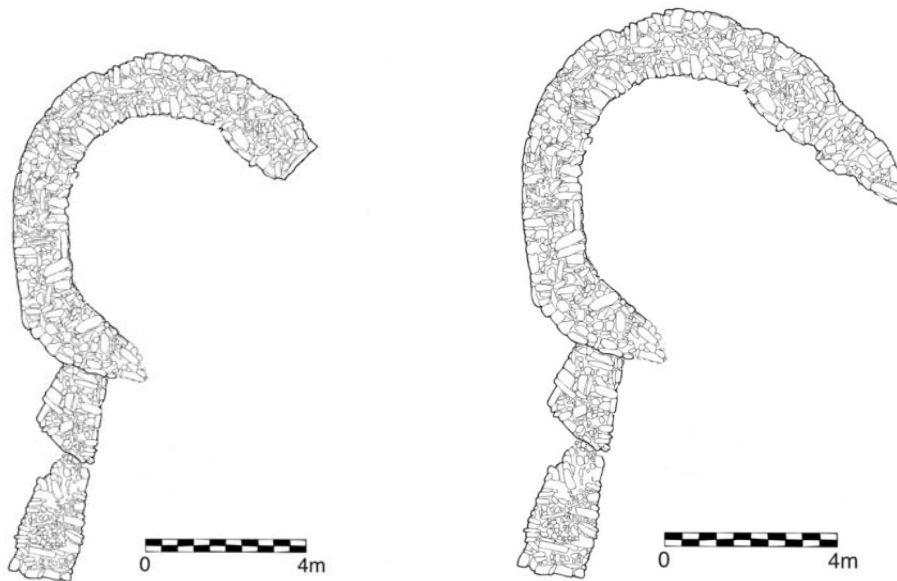


Figura 75 – Na primeira figura o hipotético “bastião” teria uma forma um pouco aberta, à semelhança dos “bastiões L, J e U. Posteriormente, como se observa na segunda figura, teria sido reformulado com um segmento de murete que lhe aumentaria a sua área interior.

<sup>98</sup> Na campanha arqueológica de 2007, escavou-se precisamente esta área. A potência estratigráfica era realmente muito limitada, e após remoção da camada humosa, e a escavação de um nível que nunca excedeu os 20 cm, atingia-se o substrato geológico.



Figura 76 – Um hipotético terceiro momento teria sido a sua oclusão através da elaboração de um troço de muro curvilíneo, cuja face exterior está completamente definida, no entanto o seu interior deveria ser objecto de uso, pois a pequena passagem a Este continuaria aberta. Os pontos de interrogação mostram as áreas onde não foi detectada a face interna do muro. Por fim, a última figura, poderá corresponder a um momento, onde as construções internas desta estrutura existiriam.

A estrutura de oclusão deste hipotético bastião corresponderia a configuração de uma linha externa que adossaria à estrutura murária a Oeste e encerraria o espaço interno da estrutura, ou limitaria o seu acesso, pois a passagem a Este não parece estar fechada. No entanto, a contínua alteração de espaços e reformulação de configurações desta estrutura parece ser um aspecto objectivo.

### **3.6.1.3 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise de todos os outros elementos componentes do sítio.**

Com este sub-ponto pretende-se a descrição e análise de todos os restantes elementos de carácter estrutural de Castanheiro do Vento. Identificou-se, para além dos muretes, “bastiões” e passagens, um conjunto de estruturas que compõem o sítio arqueológico; estruturas circulares, estruturas circulares geminadas, estruturas de

colmatação/oclusão, micro estruturas, lareiras, fossas, sistemas de contrafortagem e “marcadores espaciais”.

Para as estruturas circulares e circulares geminadas, utilizou-se a mesma abordagem da empregue para as estruturas analisadas em cima. Para todos os outros elementos componentes do sítio e devido ao seu número pouco elevado no estado actual da escavação, optámos por descreve-los, inseridos no seu contexto de escavação e seguindo uma ordem (meramente arbitrária), de Norte para Sul.

As estruturas de colmatação/oclusão apenas serão analisadas no próximo sub-ponto, quando procedermos a uma tentativa de elaboração de uma tipologia para os diversos componentes do sítio arqueológico.

### **3.6.1.3.1 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise das estruturas circulares e estruturas circulares geminadas.**

Vejamos as características das estruturas circulares e circulares geminadas, no quadro em baixo:

<b>ID</b>	<b>Sigla</b>	<b>Material</b>	<b>Dimensão média</b>	<b>Acabamento</b>
29	Ec16	Terra /Xisto	Até 200mm	Não Facetado
30	Ec15	Xisto /Granito /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado
31	Ec14	Terra /Xisto /Granito	Entre 201 e 400mm	Não Facetado
32	Ec3	Xisto /Terra Granito	Entre 401 e 600mm	Facetado
33	Ec4	Xisto /Quartzito /Terra /Granito	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado
34	Ec5	Xisto /Terra /Granito	Entre 201 e 400mm	Facetado
35	Ecg1	Terra /Xisto /Granito	Entre 201 e 400mm	Facetado
36	Ecg7	Terra /Xisto /Granito	Até 200mm	Não Facetado
37	Ecg11	Terra /Xisto	Entre 201 e 400mm	Não Facetado
38	Ec12	Xisto /Terra /Granito	Entre 401 e 600mm	Não Facetado
39	Ec10	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Não Facetado
53	Ecg17	Xisto /Granito /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado
54	Ec20	Xisto /Granito /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado
55	Ec21	Xisto /Granito /Terra	Mais de 601mm	Facetado
56	Ec22	Xisto /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado
57	Ecg23	Xisto /Terra /Granito	Entre 401 e 600mm	Facetado
58	Ecg24	Xisto /Granito /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado
59	Ecg18	Afloramento rochoso/ Xisto /Granito /Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado
60	Ecg19	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado
61	Ecg2	Xisto /Granito /Quartzito /Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado
62	Ecg6	Xisto /Granito /Quartzito /Terra	Até 200mm	Não Facetado
63	Ecg8	Xisto /Granito /Terra	Até 200mm	Não Facetado



64	Ec9	Xisto /Granito /Terra	Até 200mm	Não Facetado
65	Ec13	Xisto /Terra	Entre 201 e 400mm	Não Facetado
66	Ec25	Xisto /Granito /Terra	Entre 201 e 400mm	Não Facetado

Figura 77 – Quadro de descritores das estruturas circulares e circulares geminadas

No total foram detectadas 25 estruturas, das quais 13 são geminadas.

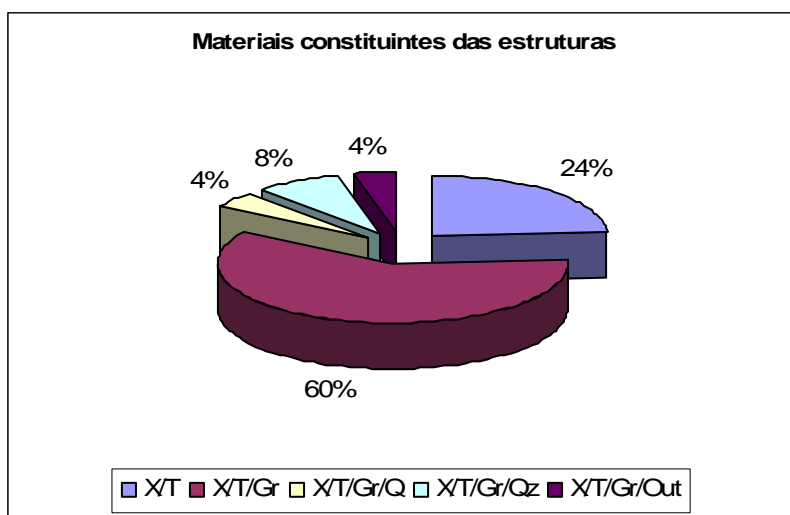


Figura 78 – Sectograma de materiais constituintes das estruturas circulares e circulares geminadas.

Os materiais constituintes das estruturas, além do xisto e argila, que como já vimos são estruturantes da “configuração”, surge o granito numa percentagem muito elevada; 60% em conjunto com o xisto e argila e 76% associado a outros materiais. O quartzo, ao contrário dos muretes 2 e 3, onde é utilizado com alguma relevância (especialmente no murete 3), surge aqui com uma percentagem muito reduzida (4%).

Vejamos se esta tendência se mantém ao analisarmos as estruturas circulares em separado das circulares geminadas.

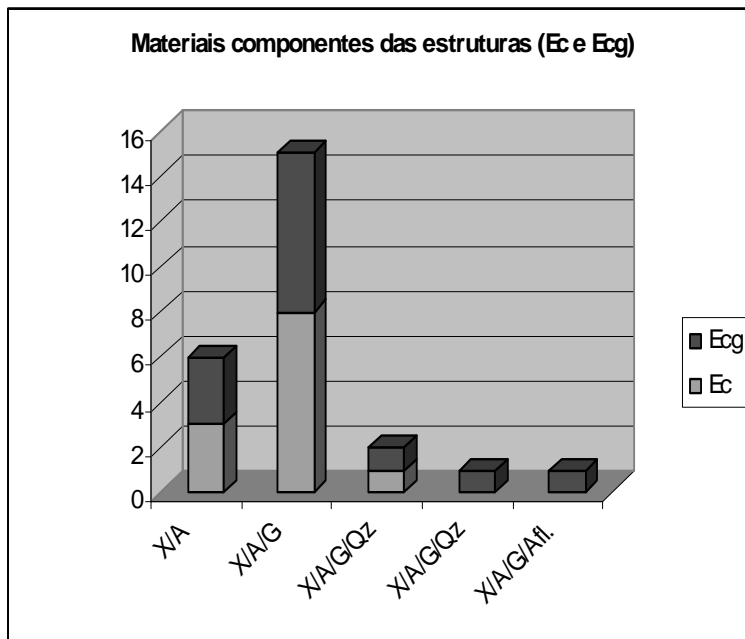


Figura 79 – Gráfico de barras de materiais componentes das estruturas circulares.

Pela leitura do gráfico, depressa se chega à conclusão de que as observações efectuadas para o conjunto das estruturas são precisamente idênticas às anteriormente referidas. O granito é igualmente um material decisivo na elaboração quer das estruturas circulares, quer das circulares geminadas. A única observação diferente que este gráfico nos traz, relaciona-se com uma maior diversidade de materiais utilizados nas estruturas circulares geminadas. Embora em termos absolutos o seu número seja pequeno, o quartzo e o afloramento rochoso, aqui utilizado como elemento configurador/definidor de espaço, apenas surgem integrados nas estruturas circulares geminadas.

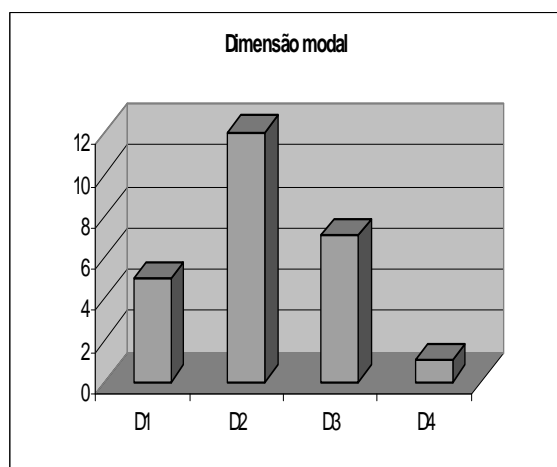


Figura 80 – Gráfico de barras da dimensão modal das estruturas circulares e circulares geminadas.

A dimensão modal dos elementos constituintes das estruturas apresenta alguma diversidade. Embora o predomínio seja claramente da D2 (entre 201mm e 400mm) todas as outras dimensões estão presentes, ao contrário do que acontecia nos troços de muretes e “bastiões”. A uniformidade ou “padronização” não parece ser uma característica da elaboração deste tipo de estruturas. Se analisarmos o gráfico em baixo, corroboramos esta observação.

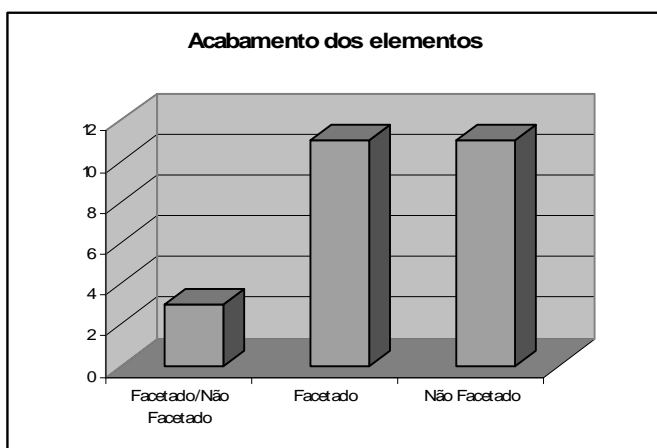


Figura 81 – Gráfico de barras do acabamento dos elementos definidores das estruturas circulares e circulares geminadas.

Os acabamentos dos elementos definidores são diversos e pela primeira vez aparecem estruturas apenas com lajes não facetadas na sua elaboração, numa percentagem elevada (44%), enquanto a percentagem das estruturas onde as lajes facetadas e não facetadas ocorrem é bastante baixa (12%).

Observemos agora as variáveis numéricas para ver se esta situação continua.

ID	Sigla	Forma	Eixo N/S	Eixo E/O	Área
29	Ec16				
30	Ec15	Sub-circular	3,3m	3m	9,9 <sup>m2</sup>
31	Ec14	Sub-circular	2,3m	2,1m	4,83 <sup>m2</sup>
32	Ec3	Sub-circular	2,2m	1,8m	3,96 <sup>m2</sup>
33	Ec4	Circular	2,3m	2,3m	5,29 <sup>m2</sup>
34	Ec5	Circular	2,8m	2,7m	7,56 <sup>m2</sup>
35	Ecg1	Sub-circular	2m	1,8m	3,6 <sup>m2</sup>
36	Ecg7	Circular	2,5m	2,5m	6,25 <sup>m2</sup>
37	Ecg11	Circular	1,5m	1,6m	2,4 <sup>m2</sup>
38	Ec12	Sub-circular	1,9m	1,6m	3,04 <sup>m2</sup>
39	Ec10	Circular	1,7m	1,7m	2,89 <sup>m2</sup>
53	Ecg17	Oval	3,2m	2,7m	8,64 <sup>m2</sup>
54	Ec20	Circular	2,2m	2,25m	4,95 <sup>m2</sup>
55	Ec21	Circular	2,5m	2,55m	6,37 <sup>m2</sup>
56	Ec22	Circular	1,8m	1,8m	3,24 <sup>m2</sup>
57	Ecg23	Circular	2m	2m	4 <sup>m2</sup>
58	Ecg24	Circular	2,3m	2,4m	5,52 <sup>m2</sup>
59	Ecg18	Circular	2m	2mm	4 <sup>m2</sup>
60	Ecg19	Sub-circular	1,65m	2,05m	3,38 <sup>m2</sup>

61	Ec2	Circular	1,6m	1,6m	2,56 m <sup>2</sup>
62	Ec6	Circular	1,6m	1,7m	2,72 m <sup>2</sup>
63	Ec8	Circular	2,6m	2,7m	7,02 m <sup>2</sup>
64	Ec9	Sub-circular	2,4m	2,1m	5,04 m <sup>2</sup>
65	Ec13	Circular	1,6m	1,6m	2,56 m <sup>2</sup>
66	Ec25	Sub-circular	1,2m	1,6m	1,92 m <sup>2</sup>
		Média	2,13m	2,08m	4,65 m <sup>2</sup>
		Desv. Pad.	0,52	0,43	2,09
		Coef. Var.	24,40%	20,60%	44,90%

Figura 82 – Quadro de descritores numéricos das estruturas circulares e circulares geminadas.

A primeira grande observação a fazer relaciona-se com o alto coeficiente de variabilidade existente na área das estruturas (44,9%). Esta variação não se apresenta tão elevada nos eixos, mas mesmo assim é significativa (24,4% e 20,6%).

A forma das estruturas foi encontrada não só pela observação da sua planta como pelo registo em gráfico da relação existente entre os eixos N/S e E/O. Como se pode observar pelo gráfico em baixo, sempre que os valores dos eixos coincidem ou estão muito próximos, a estrutura é circular. Quando os valores se afastam é sub-circular ou oval, recorrendo-se ao desenho de campo sempre que necessário.

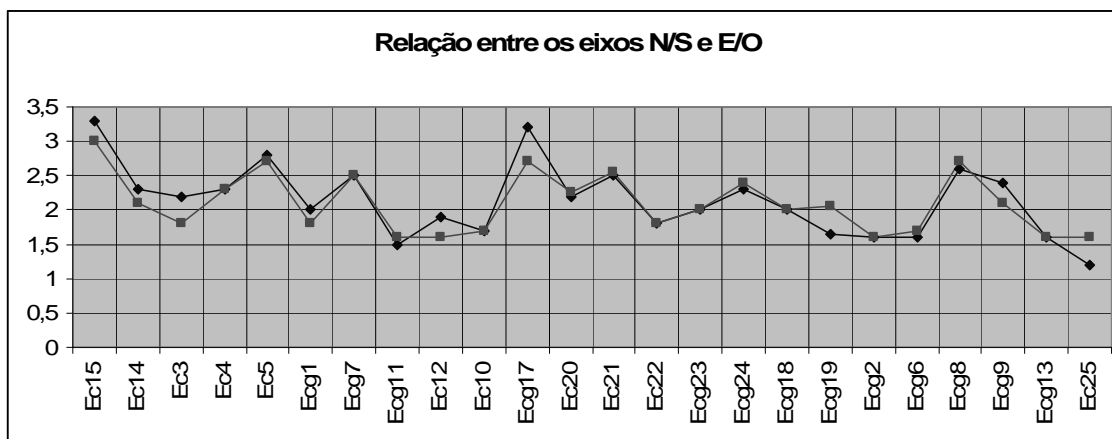


Figura 83 – Relação entre os eixos N/S e E/O das estruturas circulares e circulares geminadas.

Obtemos assim, o seguinte sectograma de formas das estruturas.

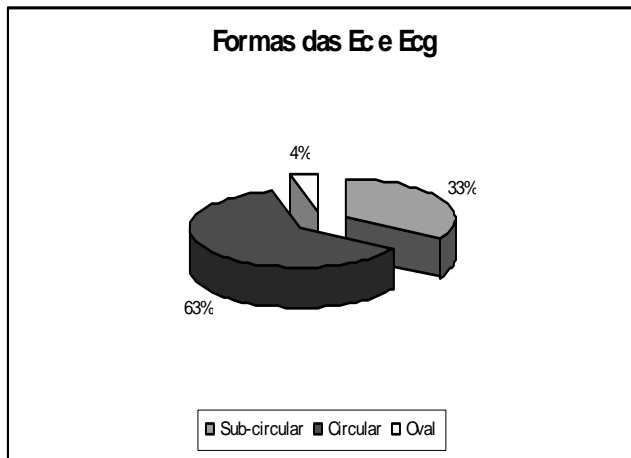


Figura 84 – Sectograma de formas das estruturas circulares e circulares geminadas.

Existe um claro predomínio da forma circular (63%), em relação às outras formas. Aparece apenas uma ocorrência de forma oval (Ecg17), localizada no interior do “bastião” Q. É uma estrutura geminada onde a oval surge entre duas outras estruturas.

O próximo gráfico apresenta os conjuntos de estruturas circulares geminadas em relação às estruturas circulares. A observação mais importante a retirar é o não condicionamento da forma a uma medida tipo. À excepção das Ecg's 11 e 13 graficamente iguais, todas as outras estruturas geminadas apresentam medidas diferentes.

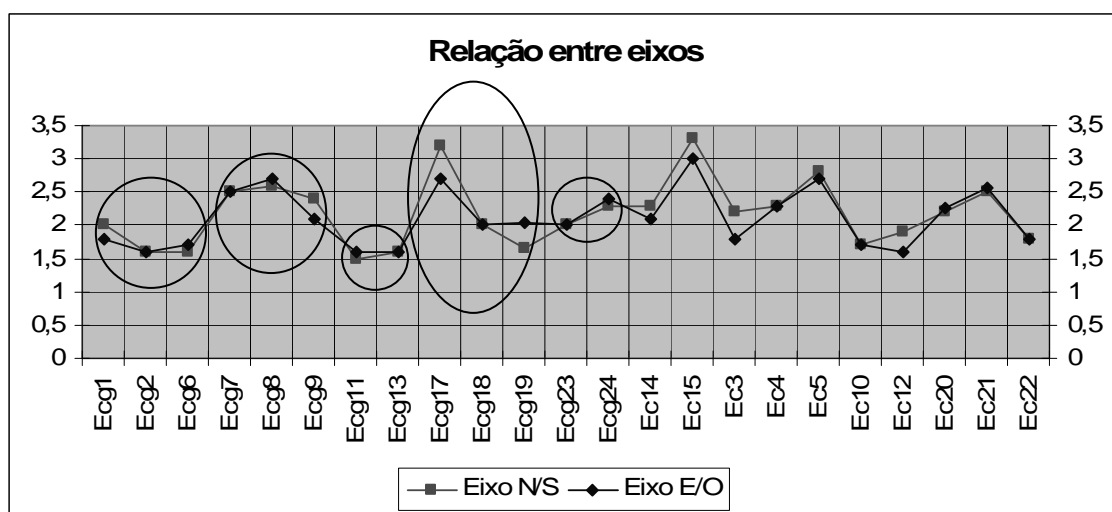


Figura 85 – Relação dos seixos N/S e E/O entre estruturas circulares e circulares geminadas. Os diversos grupos de estruturas circulares geminadas estão assinalados.

Vejamos agora se existe algum tipo de relação entre a forma e os dois tipos de estruturas.

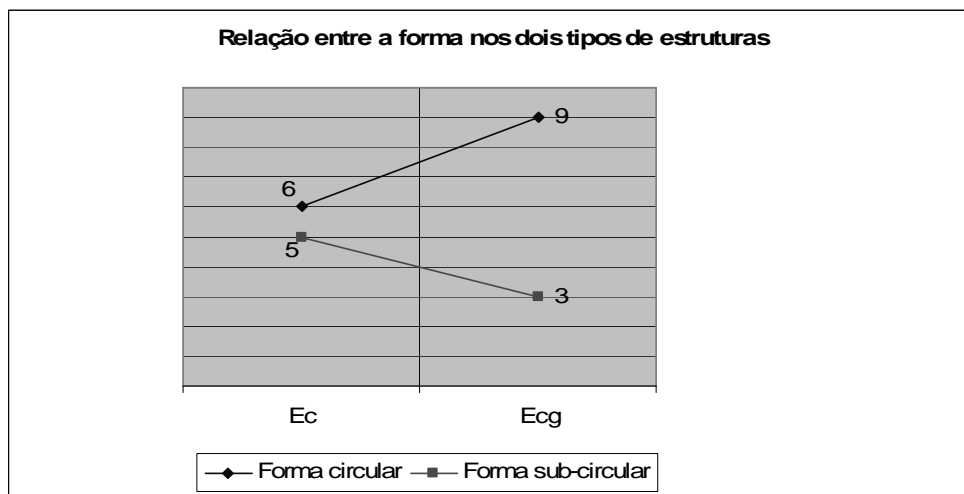


Figura 86 – Relação entre a forma nas estruturas circulares e circulares geminadas

Nas estruturas circulares, existe um equilíbrio entre a forma circular e a sub-circular, enquanto nas estruturas circulares geminadas há um claro predomínio da forma circular.

Em relação às áreas, já referimos o elevado coeficiente de variabilidade existente, o que nos permite dizer que existe grande variação entre as diversas estruturas. Podemos agora questionar se existe alguma relação entre essa grande variação e os dois tipos de estruturas detectadas? Ou melhor, será que a maior ou menor área estarão associadas a estruturas de tipos diferentes?

O próximo gráfico pretende esclarecer esta questão.

Optou-se por construir um gráfico de curvas suaves colocando os valores em crescendo.

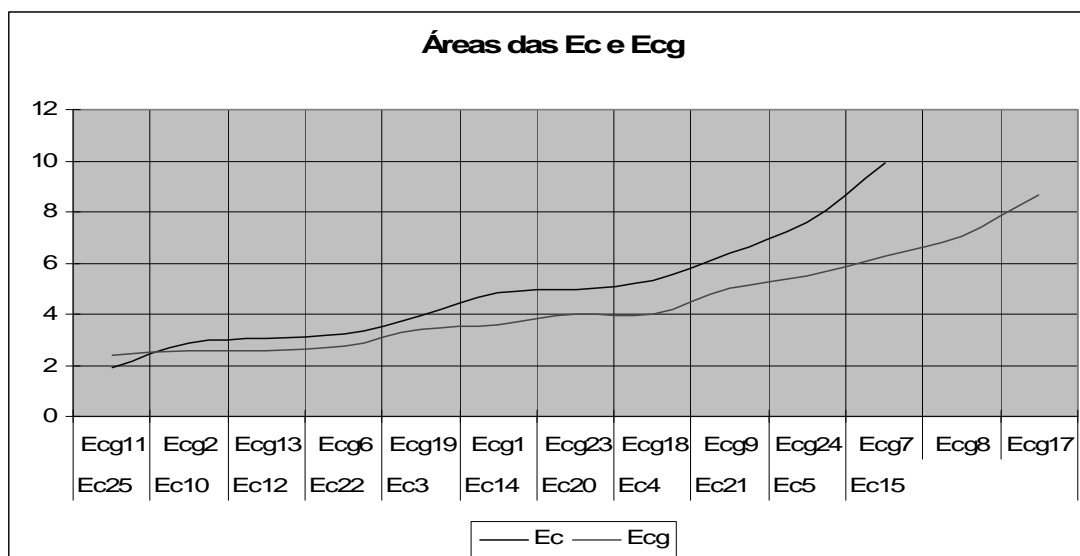


Figura 87 – Gráfico de curvas suaves para as áreas das estruturas circulares e circulares geminadas.

Embora os valores das estruturas circulares subam mais, as duas curvas são semelhantes, o que não impede que exista uma pequena diferença; as estruturas circulares são tendencialmente maiores em área que as estruturas circulares geminadas quando colocadas num eixo crescente. No entanto é importante afirmar que não existe qualquer relação entre o tipo de estrutura (circular ou circular geminada) e a área<sup>99</sup>.

### 3.6.1.3.2 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise das micro-estruturas, lareiras e fossas

Analisemos agora outros elementos estruturais do sítio, como as micro-estruturas, as lareiras e as fossas. Optou-se por juntar estes tipos de estruturas e descrevê-las no seu contexto de escavação. Desta forma, e como já referimos estas observações irão ser feitas de Norte para Sul da estação arqueológica.

<sup>99</sup> Embora se tenha optado por não colocar neste texto, efectuaram-se algumas tentativas gráficas de se tentar perceber se existiria alguma relação existente entre a área e a forma, independentemente de ser uma estrutura circular ou circular geminada. Os respectivos coeficientes de variabilidade eram ambos muito altos (54,8% para Ec e 42,2% para Ecg) mostrando uma variação muito grande, não havendo necessidade de exemplificação.

Área convencionalmente denominada de “Átrio”(A):

Apenas foi identificada uma lareira em toda esta área.

A/lr 1 – Definida apenas pela alteração de sedimentos. Sedimentos escuros silto-argilosos, diferentes dos sedimentos argilosos castanho-amarelados que constituíam a sua envolvente. De forma sub-circular com 0,50m por 0,40m.

Interior do “Bastião” A (BA)<sup>100</sup>:

No primeiro momento de decapagem, podemos identificar duas micro-estruturas.

BA/me 1 (“Bastião” A/micro-estrutura 1) – Perfeitamente delimitado por lajes de xisto azul. Todas as lajes têm um comprimento superior a 0,60m à exceção de uma com 0,40m. De planta sub-circular. Localiza-se em frente à entrada da estrutura, dificultando o seu acesso, mas não o impedindo. Diâmetro máximo é de 0,60m.

BA/me 2 (“Bastião” A/micro-estrutura 2) – Novamente delimitado por lajes de xisto azul, mas de definição imperfeita, embora parte desta pequena estrutura seja coincidente com o nicho anterior. As lajes delimitadoras do pequeno espaço apresentam uma maior diversidade morfométrica. Das dez lajes, metade tem um comprimento superior a 0,60m. Diâmetro máximo é de 1,20m.

No terceiro momento de decapagem identificou-se apenas uma micro estrutura.

BA/me 3 (“Bastião” A/micro-estrutura 3) – Delimitada por duas lajes de xisto azul (0,50m e 0,30m) e por quatro elementos de moinho, três com 0,15m de largura maior e um com 0,20m

Interior do “Bastião” B.

Foram identificadas um buraco de poste e uma fossa, abertos no substrato geológico.

BB/bp 1 (“Bastião” B/bp 1) – De planta circular com 0,15m por 0,15m no seu eixo central.

BB/f1 (“Bastião” B/fossa 1) – Escavada no substrato geológico, de planta sub-circular com cerca de 0,60m por 0,70m, no seu eixo central.

---

<sup>100</sup> Para uma descrição mais detalhada desta estrutura, consultar a tese de mestrado de VALE, Ana Margarida, (2003), *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz-Côa), Contributo para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalho (1998-2000)*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.



Interior do “Bastião” C.

Foram identificadas uma micro-estrutura e um buraco de poste.

BC/me1 (“Bastião” C/micro-estrutura 1) – Delimitada por sete lajes de xisto e por dois fragmentos de moinho (dormentes). As lajes de xisto são muito diferentes, apresentando espessuras variadas (entre os 0,10m e 0,30m), comprimentos desiguais (entre os 0,15m e os 0,60m) e larguras semelhantes (entre os 0,20, e 0,30m). Uma das lajes de xisto está colocada de pé e afeiçãoada na extremidade, podendo ser considerada uma estela.

BC/bp1 (“Bastião” C/buraco de poste 1) – De planta sub-circular com cerca de 0,20m por 0,15m.

Interior do “Bastião” D.

A escavação desta estrutura permitiu a identificação de quatro elementos construtivos, em diversos momentos.

BD/ecol 1 (“Bastião” D/estrutura de colmatação 1) – Estrutura de oclusão de parte do acesso ao interior do “bastião” D. Caracteriza-se por um conjunto de lajes de xisto azul, fincadas obliquamente e paralelas umas às outras, ligadas e revestidas por argila.

BD/me 1 (“Bastião” D/micro-estrutura 1) – No interior da estrutura descrita em cima, foi escavado um pequeno nicho entre as lajes. Estava estruturado pelas grandes lajes de xisto e pela argila.

No segundo momento de escavação identificaram-se três elementos.

BD/me 2 (“Bastião” D/micro-estrutura 2) – Estruturada por seis dormentes em granito, fracturados e com sinais de uso. De planta sub-circular. Quatro dormentes têm 0,30m, um tem 0,44m e outro 0,18m. Diâmetro máximo de 0,40m.

BD/meg 3 (“Bastião” D/micro-estrutura 3) – Estrutura sub-circular, composta por sete lajes de xisto, e três blocos de grauvaque, encostando à estrutura dos moinhos (BD/me 1), mas não sendo definida por ela. Apenas um bloco de grauvaque possui mais de 0,30m, todas as outras lajes componentes da estrutura são menores. Mais uma vez o diâmetro máximo é de 0,40m.

BD/meg 4 (“Bastião” D/micro-estrutura 4) – Parte da sua estruturação é definida pelos dormentes da BD/me 2, e pela estrutura BD/meg 3. A sua planta é sub-circular, mas apresenta um segmento aberto. Constituída por lajes e blocos de grauvaque, estes

em maioria. Distingue-se da “sua gémea”, pela dimensão dos blocos, superiores a 0,30m. Diâmetro máximo 0,60m.

Após desmontagem das micro-estruturas geminadas 2 e 3 identificou-se uma lareira.

BD/lr 1 (“Bastião” D/lareira 1) – Definida pelos sedimentos escuros que apresentava e pela estruturação da sua base. Assentava numa laje de xisto de contorno circular, evidenciando vestígios de fogo. Diâmetro máximo de 0,45m.

Interior do “Bastião” E.

Escavação integral até ao substrato geológico. Foi definido um buraco de poste e duas micro-estruturas.

BE/bp1 (“Bastião” E/buraco de poste 1) – De planta circular com 0,20m por 0,20m no seu eixo central.

BE/me1 (“Bastião” E/micro-estrutura 1) – De planta circular com 0,80m por 0,80m. É definida por uma alteração de coloração no sedimento. Assenta no substrato geológico.

BE/me2 (“Bastião” E/micro-estrutura 2) – De planta circular com 0,50m por 0,50m. É definida por uma alteração de coloração no sedimento e pela existência de pequenos blocos de xisto no seu interior. Assenta no substrato geológico.

Interior do “Bastião” F:

A escavação desta estrutura (que não está terminada), apresentou uma micro-estrutura.

BF/me1 (“Bastião” F/micro-estrutura 1) – Apresenta-se um pouco destruída mas foi possível defini-la. É circunscrita por cinco blocos de xisto-grauvaque com dimensões entre 0,40m e 0,60m, com espessura superior a 0,20m. O espaço entre estes blocos é preenchido por lajes de xisto de menores dimensões. No centro desta micro-estrutura existe um grande (0,42m x 0,42m), elemento de moinho fracturado, pertencendo a um dormente.

As seguintes micro-estruturas foram apenas definidas ao nível do seu topo. Após a campanha de 2004, optou-se por não se escavar qualquer estrutura em profundidade. O objectivo prioritário como já vimos relacionava-se com a obtenção do “design” geral do sítio.

Interior “Bastião” J:

No interior desta estrutura foram identificadas duas micro-estruturas.

BJ/me1 (“Bastião” J/micro-estrutura 1) – É composta por três fragmentos de granito pertencentes a moinhos (dormentes). Tem cerca de 0,35m por 0,40m. Um dos fragmentos de moinho é bastante grande, têm uma espessura de 0,25m e uma altura visível de 0,45m. Os outros fragmentos são mais pequenos com cerca de 0,30m de altura igualmente visível e 0,10m de largura.

BJ/me2 (“Bastião” J/micro-estrutura 2) – Definida por cinco fragmentos de moinho, em granito, e um pequeno bloco de xisto. Todos os elementos de moinho parecem pertencer a dormentes. Esta micro-estrutura tem cerca de 0,60m por 0,50m.

Interior do “Bastião” L:

Foi definida à superfície uma micro-estrutura.

BL/me1 (“Bastião” L/micro-estrutura 1) – Definida por quatro lajes fincadas. Só com o avançar dos trabalhos é que se poderá descrever melhor esta micro-estrutura.

Área da Torre:

Foram definidas duas micro-estruturas.

T/me1 (Torre / micro-estrutura 1) – Definida por oito fragmentos de elementos de moinho, medindo entre 0,10m e 0,30m. O maior fragmento tem 0,35m por 0,15m. A micro-estrutura tem cerca de 1,00m no seu eixo maior e 0,45m no eixo menor. O seu interior não foi escavado.

T/me2 (Torre / micro-estrutura 2) – Esta micro-estrutura apenas está bem definida em cerca de pouco mais de metade da sua curvatura. É definida por pequenas lajes de xisto com um comprimento variável de 0,10m a 0,15m. O eixo passível de ser medido têm 0,70m e aparentemente é circular.

### **3.6.1.3.3 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise dos sistemas de contrafortagem.**

Tendo em consideração a pouca área escavada em profundidade, a descrição e análise que se irá fazer é forçosamente breve. Até 2004, ano em que se decidiu privilegiar a escavação em área, em detrimento de aprofundar algumas zonas, foram

detectados sistemas de contrafortagem bem definidos. A próxima figura localiza essas áreas.

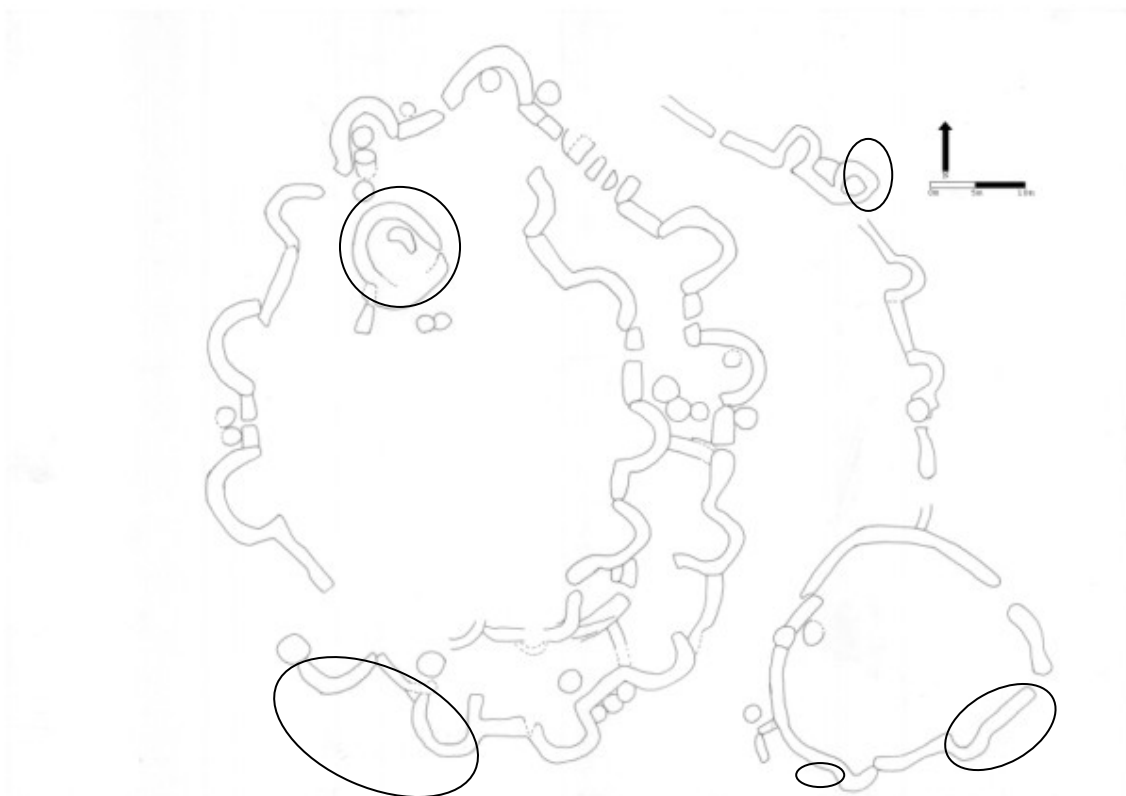


Figura 88 – Localização dos sistemas de contrafortagem referidos no texto.

### **Sistema de contrafortagem do “bastião” B.**

Esta estrutura encontra-se no topo NE do sítio arqueológico e foi implantada num pequeno declive. Como já vimos faz parte do murete 1. No decorrer da sua escavação foi detectado um impressionante sistema de contrafortagem que nos permite caracterizá-lo.



Figura 89 – Aspecto geral do sistema de contrafortagem, ao nível da base, detectado no exterior do “bastião” B.

Como podemos ver na figura anterior, o sistema de contrafortagem desta estrutura inicia-se com a colocação de lajes apoiadas directamente na linha basal do contorno exterior da estrutura.



Figura 90 – Pormenor do sistema de contrafortagem, ao nível da base, detectado no exterior do “bastião” B. Os círculos indicam as lajes directamente apoiadas na linha basal da estrutura.

Durante os trabalhos arqueológicos foram detectadas outras lajes mais pequenas (), que colocadas perpendicularmente ajudariam a suportar a eventual descarga de peso da estrutura. Este tipo de estruturação formaria uma primeira linha de configuração do sistema de contrafortagem. Outra observação importante relaciona-se com a técnica de construção empregue. Neste caso a colocação das lajes na argila, implicaria que esta estivesse fresca e que fosse utilizada como material de suporte. Na escavação do interior do “bastião” B, era visível que toda a estrutura assentava numa camada de argila compacta, que pela sua espessura e composição, não correspondia à desagregação do



substrato geológico, mas corresponderia a uma camada de formação antrópica de nivelamento da estrutura, dado que ela assenta num pequeno declive.

Estas lajes por sua vez, eram suportadas por um sistema de lajes fincadas e/ou atravessadas transversalmente, que recebiam a descarga do peso das primeiras fiadas de lajes componente da estrutura.

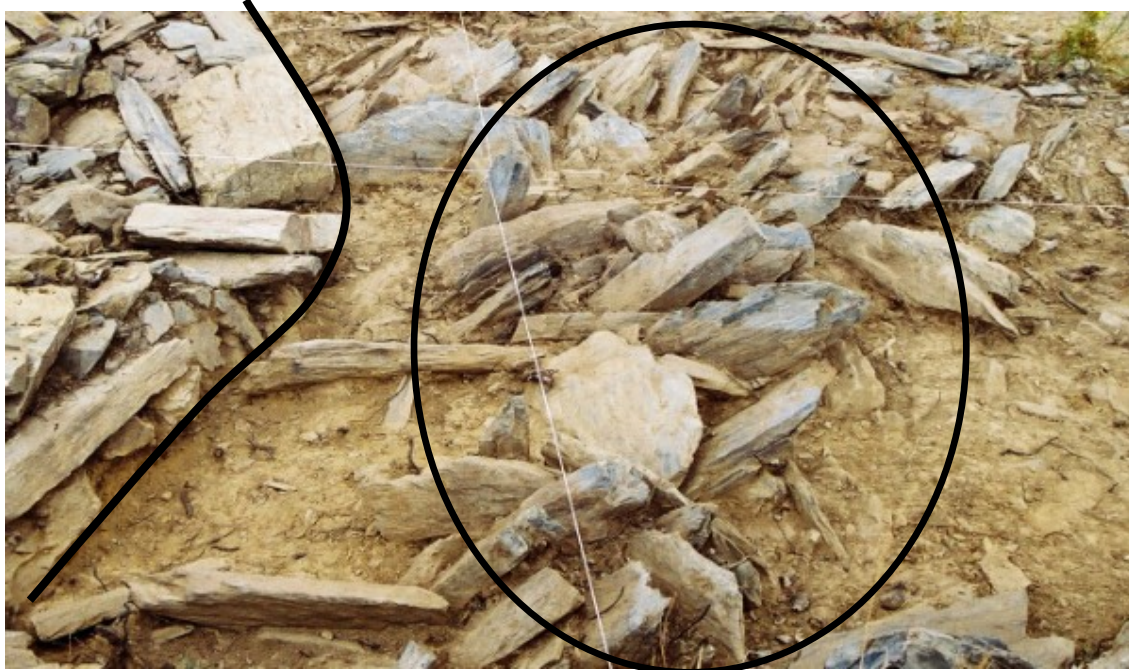


Figura 91 – Aspecto geral de uma área do sistema de contrafortagem, ao nível da base, detectado no exterior do “bastião” B. A linha escura mostra o contorno externo da estrutura ao nível da sua linha basal. O círculo identifica as lajes transversais.

Toda este sistema estava coberto por uma “carapaça” de pedras, lajes e provavelmente terra, constituindo ao mesmo tempo um suporte da estrutura e conferindo-lhe maior monumentalidade.

#### **Sistema de contrafortagem do troço de murete do recinto secundário junto ao “bastião” E.**

Este sistema de contrafortagem foi detectado ao longo de cerca de 10m, entre a passagem 5 e o “bastião” E, integrado no recinto secundário e apresentando um ligeiro declive. As lajes componentes deste sistema, na sua área Este e Sudeste não se encontram na sua posição original devido à abertura mecânica de um caminho. Estes trabalhos deslocaram parte das lajes para junto do troço de murete, amontoando-as em alguns locais, caso da área Este. No entanto é bastante visível a sua colocação intencional.

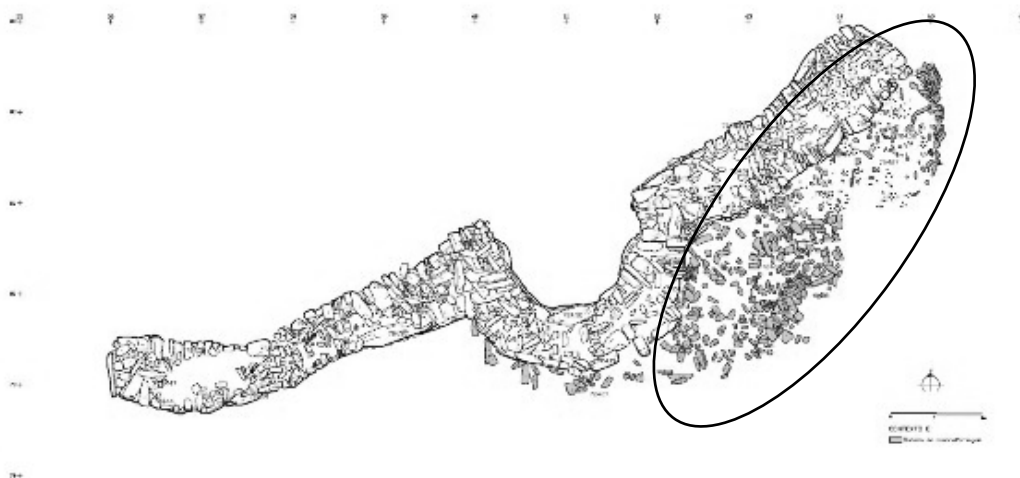


Figura 92 – Planta do “bastião” E, o sistema de contrafortagem está assinalado (desenho de campo e tratamento CAD de Bárbara Carvalho).

A configuração do sistema de contrafortagem é semelhante ao utilizado no “bastião” B, embora um pouco mais destruído. Ainda é visível a utilização das lajes apoiadas directamente na linha basal da estrutura, especialmente em redor do bastião E, mas a segunda componente do sistema encontra-se muito alterada se fosse semelhante às descritas anteriormente. No entanto a grande quantidade de lajes existentes e com a mesma orientação, sugere-nos o suporte estruturante de lajes fincadas transversalmente. Este sistema, embora também alterado, estava recoberto por pedras, lajes e terra, conferindo à estrutura uma maior estabilidade e ao mesmo tempo monumentalidade.

**Sistema de contrafortagem junto ao “bastião” F (área Oeste do recinto secundário).**

Este sistema de contrafortagem foi apenas detectado numa pequena área de cerca de 1m<sup>2</sup>, junto a um troço do recinto secundário, imediatamente ao lado do bastião F. Encontra-se numa área em declive e bastante perturbada pela construção posterior de

um muro histórico pertencente a um complexo de uma casa rural<sup>101</sup>, composto pela habitação e um cercado para guardar gado.



Figura 93 – Sistema de contrafortagem detectado junto ao “bastião” F.

Pelo que foi possível observar, ainda subsistiam os dois primeiros elementos do sistema; as lajes apoiadas directamente na face externa do troço de murete, embora não longitudinalmente, mas sim ao alto (provavelmente devido ao maior declive existente), e o suporte da descarga de peso da elevação do murete, composto por um massivo conjunto de lajes atravessadas transversalmente. Apenas se pode especular se esta área de contrafortes seria maior e estaria recoberto como as outras. Os problemas pós-deposicionais revelados eram muitos. O muro do cercado de gado e a casa histórica foram integralmente construídos com material do sítio e assentavam directamente em cima de estruturas pré-históricas, alterando por completo a leitura do local.

#### **Sistema de contrafortagem entre o “bastião” H e estrutura circular 5.**

Neste local, o sistema de contrafortagem apresentava-se ao longo de cerca de 20m, imediatamente junto ao “bastião” H, continuando para Oeste, englobando os dois troços de murete até à estrutura circular 5. Esta área apresenta um declive acentuado, cerca de 1 m vertical ao longo de 2 m de terreno. Encontra-se na área sul da estação arqueológica.

A sua escavação ofereceu um conjunto complexo de estruturas de contrafortagem, alicerçadas num impressionante sistema de plataformas. A escavação

---

<sup>101</sup> Quer o muro do cercado, quer a habitação de pastores, provavelmente de carácter sazonal, deverão ter uma cronologia medieval. Os poucos materiais encontrados apontam para esse período, mais concretamente, baixo-medieval.



arqueológica nesta área foi efectuada com o objectivo de se delimitar as principais estruturas (“bastiões”, troços de murete e estruturas circulares). Desta forma, apenas poderemos analisar uma estruturação intermédia deste sistema. Intermédia, porque a sua primeira fase<sup>102</sup> configurativa não foi escavada e a, ou, as fases finais de configuração encontravam-se alteradas por processos pós-deposicionais.

Após a delimitação das estruturas e troços de murete, retirando algumas lajes componentes dessas estruturas que se encontravam derrubadas, ficamos perante o sistema de contrafortes que se estruturava do seguinte modo: existência de um conjunto de lajes fincadas encostadas à linha definidora externa dos muretes, por vezes esse conjunto afastava-se dessa linha, como que fazendo diversas bolsas de lajes fincadas. Entre essas diversas bolsas, surgiam grandes lajes deitadas que formavam patamares de sustentação, quer dessas lajes, quer em última análise da própria estrutura (neste caso dos troços de murete). Estes patamares estavam seguros por outro conjunto de lajes, fincadas numa cota inferior. Este “jogo construtivo” repetia-se por três patamares. No final do último patamar parecia existir uma linha de lajes facetadas que marcariam o término deste sistema. Esta sugestão é apoiada também na existência de vários blocos globulosos de quartzo leitoso de média a grande dimensão (0,20 m a 0,50 m), que estavam dispostos ao longo dessa linha.

Todo este sistema estava completamente imbricado, sugerindo uma acção única de estruturação. De forma alguma seria o derrube das paredes do bastião e troços de murete, não só devido à sua complexa configuração, como à sua existência ao longo de cerca de 20 m, reproduzindo o mesmo padrão de elaboração<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> A utilização da palavra fase, neste contexto preciso, não implica a conceptualização de uma sequência de carácter cronológico. A estruturação de todo este sistema de contrafortagem terá sido executada de uma só vez. Quando são detectadas reformulações estruturais e/ou de espaço em áreas escavadas em profundidade, detecta-se igualmente uma reformulação executada até à base das várias componentes estruturais em estudo; veja-se o exemplo do “bastião” B.

<sup>103</sup> Durante a campanha de escavações de 2007, foi detectado a Norte de todo este sistema, numa área compreendida entre o “bastião H”, os troços de murete, a estrutura circular 4 e um novo “bastião” encontrado (o “V”), a mesma estruturação do sistema de contrafortagem e patamares. Esta situação é extremamente importante, pois coloca nesta área, uma complexa acção de configuração do sítio que abrange não só estruturas configurativas do murete 2, como do murete 3 e intermédias.



Figura 94 – Sistema de contrafortagem entre o Bastião H e a Estrutura circular 5. Os círculos representam o primeiro patamar de contrafortagem, as linhas a cheio o segundo, e a tracejado, o terceiro patamar (desenho de campo e tintagem de Bárbara Carvalho).

### **Sistema de contrafortagem da “Torre”.**

Esta estrutura encontra-se na área Norte do sítio arqueológico e apresenta uma complexidade elevada. Por um lado, sofreu primeiro uma violação no seu interior e em seguida foi local de colocação de lajes pelos agricultores que durante as campanhas de cereal nos anos 40 e 50 do século XX, agricultaram o local. Por outro lado encontra-se no local mais elevado do terreno e conseqüentemente sujeita a processos de erosão mais acentuados.

No entanto foi possível detectar, praticamente em todo o seu redor, um sistema de contrafortagem diferente quer entre si, quer do sistema identificado em outros locais do sítio. Em termos gerais os contrafortes existem ao longo da estrutura em semicírculos encostados à linha exterior da torre. Nuns locais observam-se de uma forma mais visível e imponente, noutros parecem estar mais dissimulados. Uma das sugestões para esta diversidade poderá estar relacionada com a acção de sugerir monumentalidade à estrutura.



Figura 95 – Pormenor do sistema de contrafortes a Norte da estrutura “Torre”.

A área de contrafortes mais visível localiza-se a Norte (figura 86), que é precisamente aquela voltada a um rebordo do sítio arqueológico e a uma extensa planura de aproximação ao sítio, numa cota inferior em cerca de 40m.

A escavação deste local objectivou apenas a definição da torre e de duas estruturas circulares a Sul e uma micro-estrutura a Este. Assim no estado actual da investigação, não é possível descrever o processo de configuração deste sistema. Podemos, no entanto, fazer algumas observações<sup>104</sup>: imediatamente a Sul da torre e da área ocupada pelo sistema de contrafortes, estão localizadas duas estruturas circulares geminadas que foram cobertas pelos contrafortes; não foram encontradas estruturas encostadas à linha delimitadora exterior da torre; a Este não foi detectado qualquer tipo de contrafortagem, o que parece coincidir com a existência d uma pequena passagem para o interior da estrutura, e no interior da torre, pode-se sugerir a existência de algumas lajes de contrafortagem, embora apenas o continuar dos trabalhos nos possam validar esta ideia.

---

<sup>104</sup> Embora a campanha de trabalhos de 2007 tenha incidido em áreas da “Torre”, não existia o objectivo de perceber a estruturação deste sistema.



Fig.96 – Planta do sistema de contrafortagem da estrutura Torre (Tintagem de Bárbara Carvalho sob desenho de campo de Bárbara Carvalho e João Muralha).

#### **3.6.1.3.4 Ponto 3 da metodologia: descrição e análise dos “marcadores espaciais”.**

Desde 2000, ano em que a intervenção arqueológica em Castanheiro do Vento se tornou mais efectiva no terreno, que um pequeno conjunto de pedras “fincadas”, lajes de xisto colocadas ao alto, ou grandes blocos de quartzo, surgiam, quer isolados, quer inseridos em estruturas ou troços de murete, e que pela sua especificidade se distinguiam de todos os outros elementos constituintes do sítio. Nos primeiros anos de trabalho, apenas os diferenciávamos, mas com o evoluir da escavação principiámos a distinguir uma acção definida na sua colocação. Foi a partir de 2003 que os denominámos de “marcadores espaciais”.

O que se entende, então por “marcadores espaciais”?

“Marcadores espaciais” são elementos pétreos que durante as diversas fases de elaboração, reformulação, e/ou alteração do conjunto da estrutura arquitectónica que é o sítio arqueológico, foram colocados/depositados/inseridos em determinados locais

específicos da estação arqueológica. Tendo em consideração a sua variabilidade morfológica e o seu posicionamento num determinado espaço podemos definir três tipos de marcadores espaciais:

Tipo 1 – Marcador espacial associado a elementos pétreos que inscrevem um sentido de carácter definidor de espaços, como alterações estruturais, individualização de um troço de murete ou de muro e marcação de espaços precisos. Podem ser de três subtipos:

Subtipo 1a – Elementos pétreos que se localizam no interior de estruturas.



Figura 97 – Exemplo de subtipo 1a. Bloco de grauaque colocado no início de um troço de murete, neste caso o murete 1 (foto de João Muralha).



Subtipo 1b – Elementos pétreos que se localizam na intersecção de estruturas e ou linhas estruturais.



Figura 98 – Exemplo de subtipo 1b. Laje de xisto fincada na intersecção do “bastião” D e a torre pequena. Esta área, incluindo a passagem 2, é uma das áreas de carácter mais monumental do murete 1 (foto de João Muralha).

Subtipo 1c – Elementos pétreos que se localizam no exterior de estruturas.



Figura 99 – Exemplo de subtipo 1c. Laje de xisto fincada na área exterior ao “bastião” G. (foto de João Muralha).

Tipo 2 – Marcador espacial associado a elementos pétreos que inscrevem um sentido de carácter elaborativo/configurativo do dispositivo arquitectónico. Podem ser de dois subtipos:

Subtipo 2a – Deposição de determinados elementos pétreos, misturados com os componentes internos de construção das estruturas.



Figura 100 – Exemplo de subtipo 2a. Laje de xisto fincada no interior do murete do recinto secundário (foto de João Muralha).



Subtipo 2b – Colocação de elementos pétreos como indicação de final e/ou início de uma estrutura.



Figura 101 – Exemplo de subtipo 2b. Laje de xisto fincada no final do troço de murete que “marca” o fim deste e o início do “bastião” F (foto de João Muralha).

Tipo 3 – Marcador espacial associado apenas a um tipo de elemento pétreo; lajes de xisto de cor azulada, tipo “estela”. Este marcador parece inscrever sentidos de múltiplos propósitos, pois a sua colocação/deposição no espaço do sítio parece ser muito abrangente, quer ao tipo de espaço/estrutura a que está associado quer à sua localização específica. Das seis ocorrências, está associado a intersecções de estruturas, sejam estruturas circulares, “bastiões”, troços de muros; está junto a linhas definidoras de grandes estruturas, caso do talude norte; encontra-se no interior de estruturas, como “bastiões” e passagens e surge misturado com componentes internos de construção das estruturas.





Figura 102 – Exemplo do tipo 3. Laje de xisto azul depositada no meio da passagem 11. (foto de João Muralha).

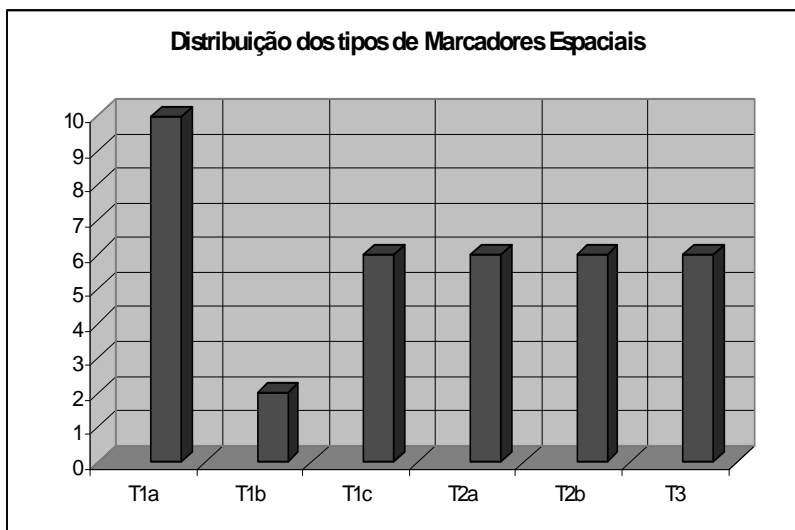


Figura 103 – Distribuição dos diversos tipos de marcadores espaciais.

Se analisarmos a distribuição dos tipos e diversos subtipos de marcadores espaciais, ressalta imediatamente o T1a, que se refere à colocação destes elementos pétreos no interior de estruturas. A colocação destes elementos na intersecção de

estruturas apenas tem duas ocorrências, enquanto a existência de marcadores espaciais associados ao exterior de estruturas insere-se na tendência geral. No entanto, a distribuição, no estado actual da investigação, é muito homogénea.

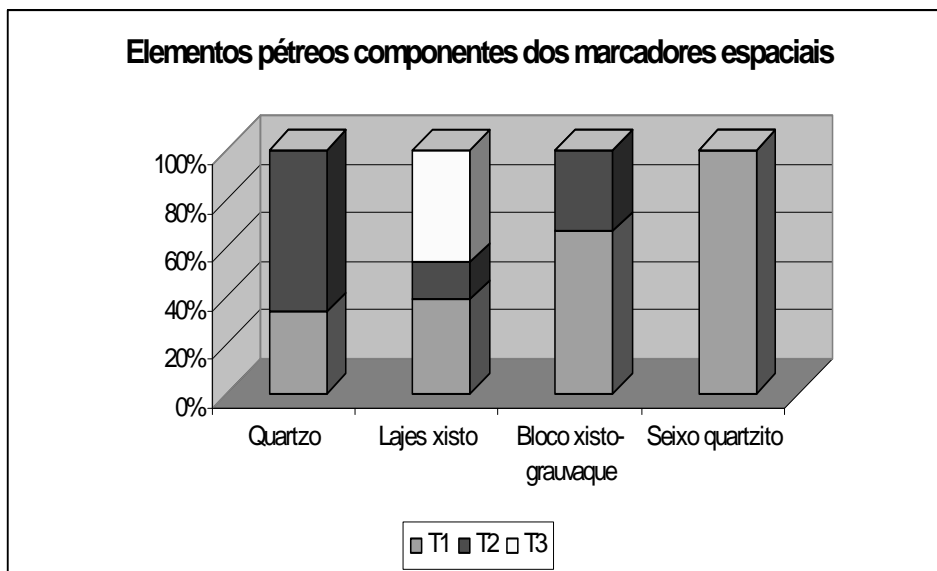


Figura 104 – Gráfico de barras dos elementos pétreos componentes dos marcadores espaciais.

Se pormenorizarmos a análise ao tipo de elemento pétreo, vemos que a laje de xisto é o elemento mais utilizado e que surge em todos os tipos de marcadores. O quartzo é maioritariamente usado no T2 e o bloco de xisto-grauvaque é utilizado no T1. Os seixos em quartzito apenas surgem no T1, com apenas duas ocorrências. Embora seja um material que aparece com alguma regularidade em Castanheiro do Vento, nem sempre o seu sentido é perceptível. Neste caso concreto os dois seixos de quartzito foram recolhidos no eixo central de um “bastião” (Q), estando um no seu interior junto à linha interna e outro no seu exterior junto à linha externa. O contexto, incluía ainda um grande dormente em granito, fracturado, inserido no alinhamento externo do bastião e no mesmo alinhamento dos dois seixos de quartzito.

Onde estão localizados os diversos tipos identificados?

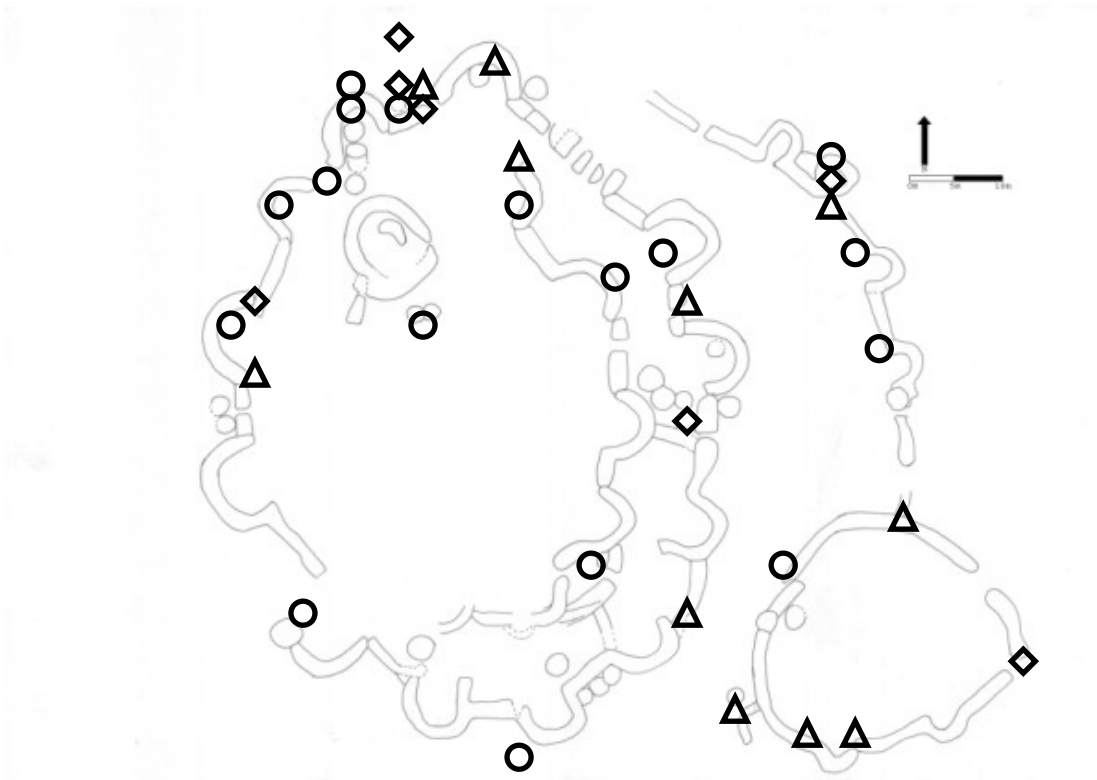


Figura 105 – Localização dos “marcadores espaciais”. Os círculos correspondem ao tipo 1, os triângulos ao tipo 2, os losangos ao tipo 3 (Tintagem de Bárbara Carvalho sobre desenho de João Muralha).

A análise da figura sugere algumas observações, no entanto, é importante não esquecer que esta situação poderá ser bastante modificada quando a escavação em profundidade for mais efectiva:

a) O tipo 1 de “marcadores espaciais” está distribuído uniformemente pela área do sítio arqueológico. Parece existir um sentido marcadamente definidor de espaços ao longo dos processos de configuração da estação.

b) O tipo 2 de “marcadores espaciais”, não está uniformemente distribuído. A área Sudoeste não possui qualquer marcador deste tipo. O carácter elaborativo do dispositivo arquitectural, assinalado através de “marcadores espaciais” é mais visível na área Norte e quase em exclusivo no recinto secundário. Nesta última grande estrutura, a utilização dos marcadores deste tipo, estão completamente integrados no interior dos vários segmentos de murete.

c) O tipo 3 de “marcadores espaciais”, existe preferencialmente na metade Norte do sítio, e com uma especial preponderância no seu topo. Ao contextualizarmos as “deposições” das lajes de xisto azul, estas existem num sistema de oclusão de uma entrada (P10), no espaço interior de uma estrutura tipo “bastião” (BB), integradas no

murete definidor de um outro “bastião” (BT), isoladas na área Norte, perto do talude identificado e num espaço arquitecturalmente complexo, definido pela passagem 6 e respectiva oclusão e pelas estruturas circulares geminadas 7, 8 e 9. Só o avançar dos trabalhos nos poderá sugerir hipóteses interpretativas acerca da sua localização e sentido. A única ocorrência a Sul acontece no Recinto Secundário na passagem 5.

d) Em termos gerais a distribuição dos “marcadores espaciais” parece privilegiar a metade Norte de Castanheiro do Vento e em menor densidade a área Sudeste. Pode-se sugerir uma relação entre a “deposição” destes elementos pétreos com as áreas mais expostas à paisagem envolvente, ou seja, com o planalto que existe a Norte da estação e com o Vale da Ribeira da Teja a Leste. Existiria assim uma relação entre os contínuos processos de elaboração do sítio e o espaço continuamente ocupado, e neste caso imediatamente visível, de áreas de cota inferior e sobranceiras à estação arqueológica. Ao admitirmos, para Castanheiro do Vento, um papel (entre outros) estruturador de uma comunidade<sup>105</sup>, teríamos aqui uma relação efectiva entre dois espaços, o topo da colina e as zonas baixas, representativas de uma unidade e de uma continuidade onde a inscrição de sentidos, representados pela “deposição” de “marcadores espaciais” conferiria aos processos de configuração do sítio, ou seja, à “arquitectura” emergente, um lugar inscrito na paisagem, em interacção constante com um território.

e) Referiu-se no ponto anterior o carácter de “deposição” que os “marcadores espaciais” podem ter. Neste caso, a definição de deposições apresentada por Susana Oliveira Jorge<sup>106</sup> poderá ser desenvolvida; deposições são “colocações” intencionais de materialidades, onde incluímos os “marcadores espaciais”, não só com o sentido de pousar/ocultar/condenar mas também com o sentido de elaborar/configurar/ordenar espaços. A escolha do tipo de “marcador espacial” e a sua deposição em determinado lugar corresponde a uma clara manipulação associada ao acto de configuração do sítio. Existe uma codificação dos gestos, dos processos de habilidade, a manipulação destes elementos pétreos adquire um valor por si, e como refere Susana Oliveira Jorge, com “ (...) sentidos contextuais muito diversos” (2003a:preâmbulo), e não um valor funcional associado à “construção” do local. O sítio existe enquanto vai sendo configurado/ordenado/reordenado numa contínua e complexa experiência de uma

---

<sup>105</sup> Cf. capítulos 4 e 5.

<sup>106</sup> Relembramos aqui essa definição já citada no ponto 1 deste trabalho, “ (...) Trata-se de “colocações” a que preside uma intencionalidade de pousar/ocultar/condenar materialidades segundo procedimentos codificados tendo em conta enquadramentos cerimoniais e sentidos contextuais muito diversos” (JORGE S. 2003a: preâmbulo).

comunidade num espaço, que ultrapassa os lugares que hoje escavamos, e se espraia para um território.

### 3.6.2. Elementos definidores/estruturadores do espaço: sua tipologia

Após todo o trabalho de análise das estruturas componentes do sítio podemos elaborar um conjunto de considerações / sugestões que podem contribuir para a construção de uma tipologia de estruturas. A metodologia de análise foi toda criada de raiz, pois a literatura arqueológica não refere estudos deste tipo. As estruturas são descritas e interpretadas, mas a sua sistematização a nível de variáveis como os materiais componentes da sua configuração, as dimensões dos seus elementos pétreos, o tipo de acabamento e mesmo o conjunto de variáveis numéricas que propusemos, não existe. A seguinte sistematização morfológica é por conseguinte uma primeira abordagem ao tema, que poderá e deverá ser melhorada.

#### 3.6.2.1. Muretes

O quadro seguinte sintetiza todas as observações efectuadas aos troços de murete postos a descoberto em Castanheiro do Vento. Os vários descritores são os mesmos que foram utilizados nas várias análises parcelares feitas em relação ao murete 1, recinto secundário, murete 2 e murete 3.

ID	Sigla	Materiais	Dimensão	Acabamento	Lajes	L.troço
16	M1a	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,4 m
68	M1b	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,4 m
69	M1d	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	2 m
70	M1c	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,2 m
71	M1e	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,15 m
72	M1f	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,2 m
73	M1g	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,3 m
74	M1h	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,2 m
41	RSa	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,3 m
75	RSb	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,6 m
76	RSc	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,55 m
77	RSd	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,45 m
78	RSe	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,3 m
79	RSf	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,3 m

17	M2a	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,5 m
80	M2b	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,5 m
81	M2c	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,7 m
82	M2d	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,7 m
83	M2e	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,65 m
84	M2f	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,8 m
85	M2g	Xisto Granito Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,1 m
86	M2h	Xisto Granito Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,5 m
87	M2i	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,7 m
88	M2j	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não	1,7 m
89	M2k	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,7 m
90	M2l	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	1,7 m
91	M2m	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8 m
92	M3a	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8 m
93	M3b	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8 m
94	M3c	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8 m
95	M3d	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,8 m
96	M3e	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,5 m
					Média	1,53 m
					Desv. Pad.	0,24
					Coef. Var.	15,50%

Figura 106 – Quadro de variáveis de todos os troços muretes.

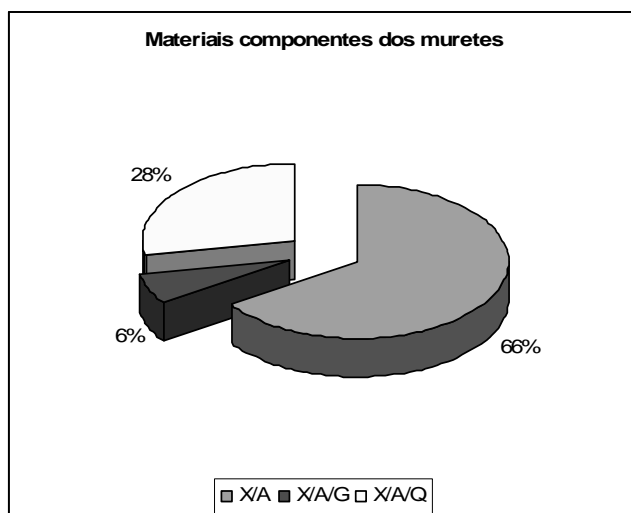


Figura 107 – Sectograma de materiais componentes dos muretes.

Os materiais componentes dos muretes não apresentam grande variabilidade, cerca de dois terços são constituídos apenas por xisto e argila, enquanto 28% apresentam o quartzo como componente. O elemento granito apenas surge em 5% dos casos até hoje observados. Embora exista pouca diversidade, este descritor será importante para a definição dos tipos de murete existentes, pois o elemento quartzo associado à terra e ao xisto parece circunscrever-se a uma área precisa.

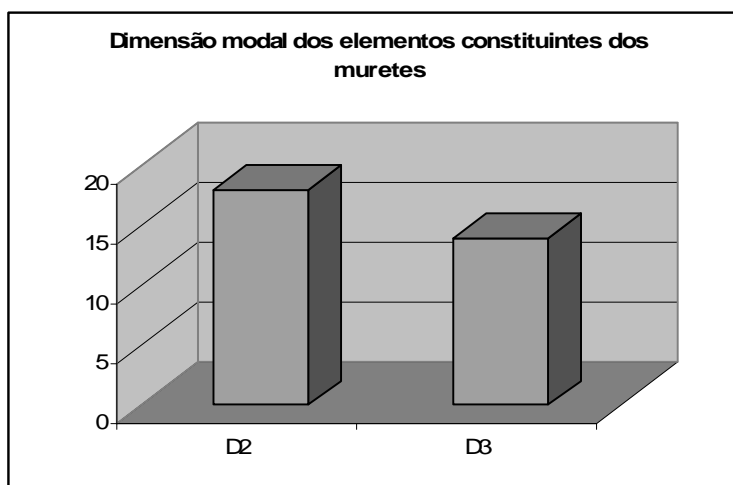


Figura 108 – Gráfico de barras da dimensão modal dos elementos constituintes da totalidade dos muretes.

Relativamente à dimensão modal dos elementos constituintes dos muretes, a variabilidade é ainda menor, pois dos quatro tipos já definidos para este descritor, apenas se detectaram dois; o D2 (medidas entre 201mm e 400mm), com 52,25% das ocorrências e o D3 (entre 401 e 600mm) com 47,75%. No entanto esta pouca diversidade contribui para a definição dos tipos. Os troços do murete 1 têm todos a mesma dimensão modal (D2), enquanto a diversidade existe em todos os outros troços, como é visível no gráfico seguinte.

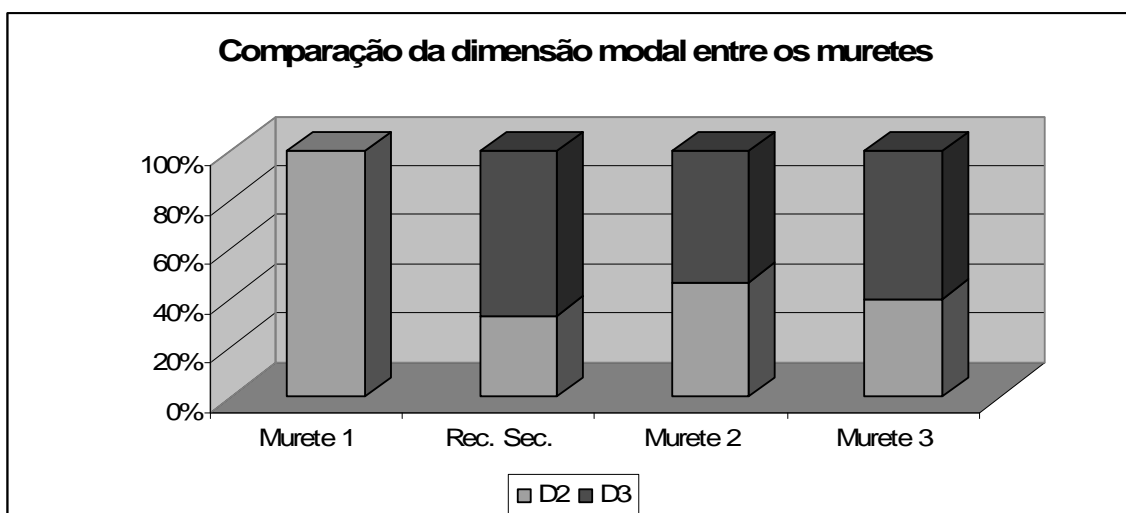


Figura 109 – Gráfico de barras que compara a dimensão modal de todos os troços de murete.

Outra observação importante relaciona-se com a maior percentagem da dimensão modal 3, em todos os outros troços componentes do sítio.

O próximo gráfico apresenta-nos a única variável numérica da análise, a largura. No gráfico de síntese podemos ver que o coeficiente de variabilidade é de 15,5%, o que não sendo elevado, também não é baixo, ou seja, podemos afirmar que dentro de um hipotético “padrão homogéneo” existe alguma variabilidade.

Como se pode constatar, o eixo das ordenadas é constituído pelos troços de murete, desde o murete 1 até ao 3, de forma a se conseguir uma leitura comparativa. Se exceptuarmos duas medidas, (a M1d e a M2g) que correspondem a dois valores excêntricos, temos uma tendência positiva, o que quer dizer que à medida que nos aproximamos de um hipotético murete mais central, a largura dos troços vai aumentando.



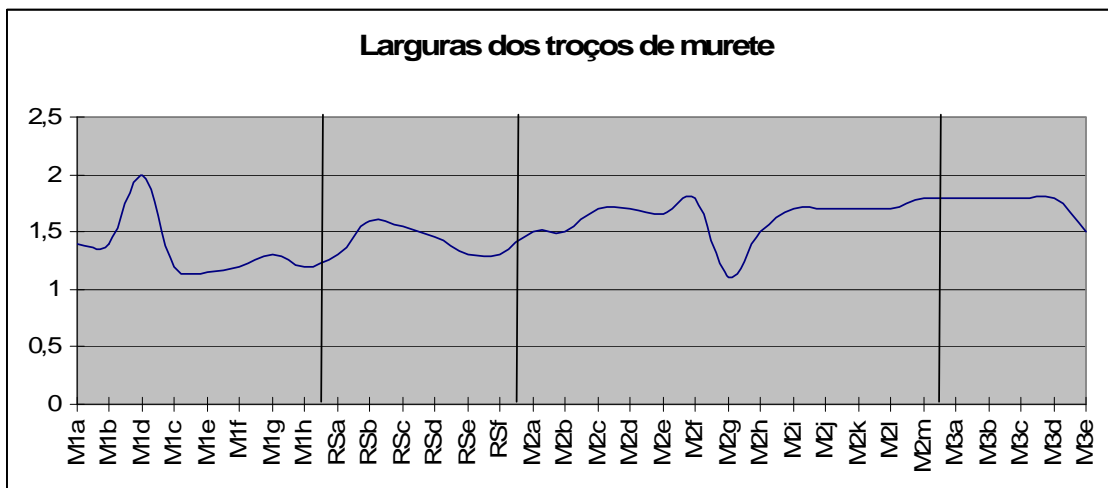


Figura 110 – Gráfico de curvas suaves com a largura dos troços de murete.

Tendo em consideração esta análise podemos sugerir os seguintes tipos de muretes existentes em Castanheiro do Vento:

Tipo I de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são apenas o xisto e a argila, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201mm e 400mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, as lajes componentes das linhas definidoras externa e interna de cada troço são maioritariamente facetadas e tem uma largura inferior a 1,30m. Este tipo de murete corresponde ao Murete 1, à excepção do troço M1d.

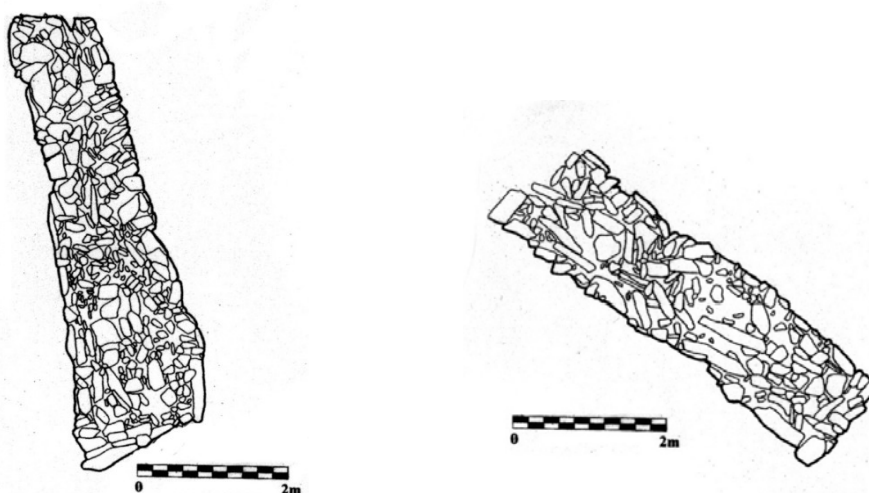


Figura 111 – Tipo I de muretes.

Tipo II de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são o xisto, a argila e o quartzo, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201mm e 600mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, as lajes componentes das linhas definidoras externa e interna são facetadas e não facetadas em todos os troços e tem uma largura mínima de 1,50m e máxima de 1,80m. Este tipo de murete corresponde ao Murete 3.

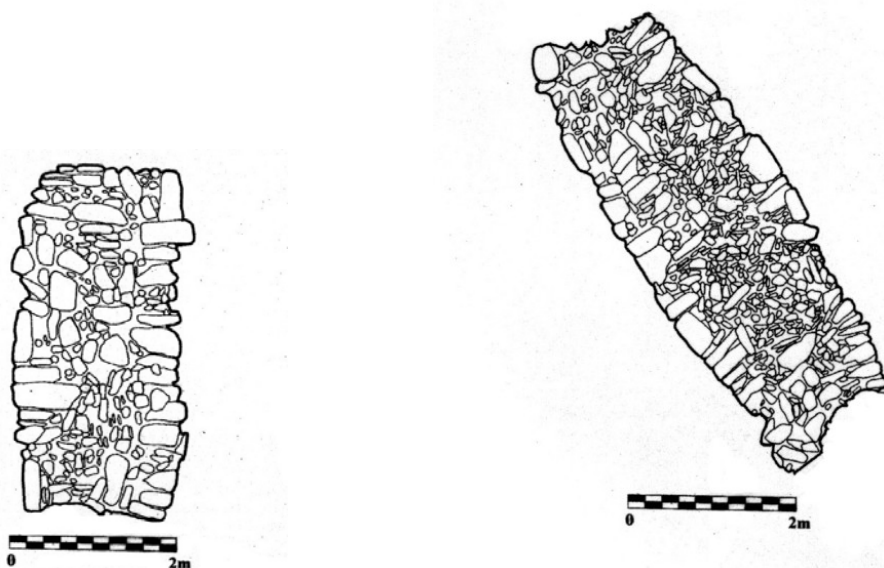


Figura 112 – Tipo II de muretes.

Tipo III de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são diversificados, constituídos pelo xisto, argila, quartzo e granito, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600mm, com um predomínio da medida 401 a 600mm (60%), não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, as lajes componentes das linhas definidoras externa e interna de cada troço são maioritariamente facetadas e tem uma largura mínima de 1,30 e máxima de 1,70m. Este tipo de murete corresponde ao murete 2, à excepção do troço M2g.

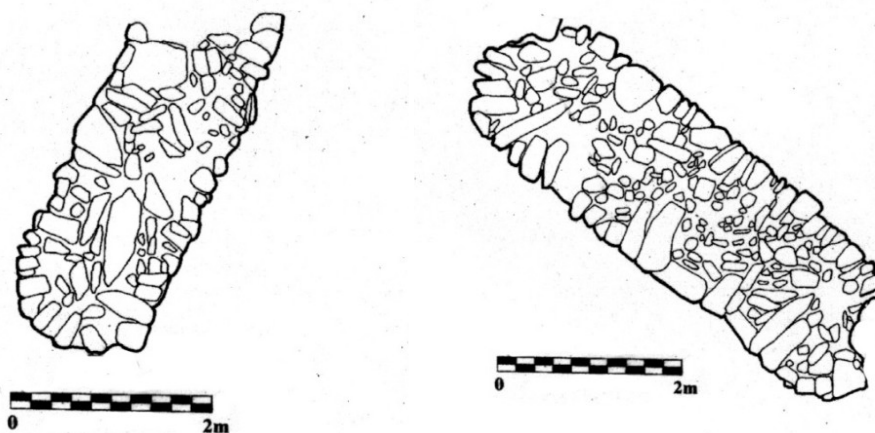


Figura 113 – Tipo III de muretes.

Tipo IV de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila e quartzo com um predomínio do xisto e argila (68%), tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600mm, com um predomínio da medida 401 a 600mm (68%), não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e tem uma largura mínima de 1,30 e máxima de 1,60m. Este tipo de murete corresponde ao recinto secundário.

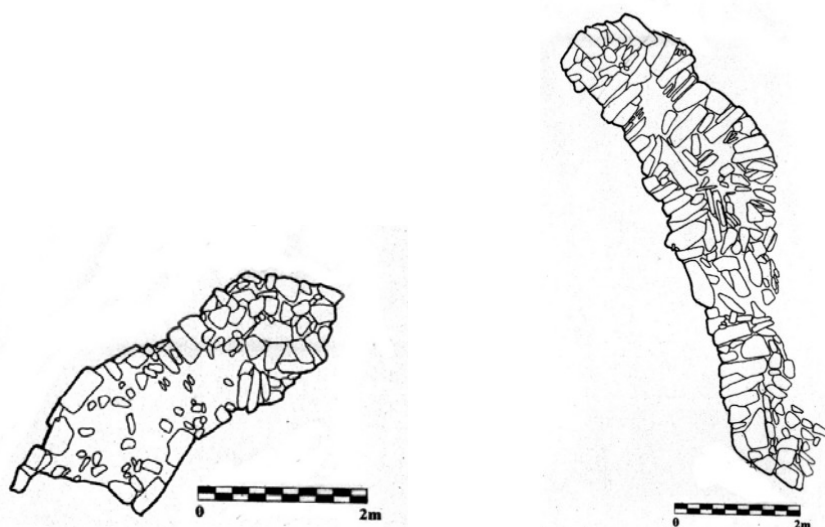


Figura 114 – Tipo IV de muretes.

Tipo V de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são constituídos apenas pelo xisto e argila, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 400mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa facetadas e outras não facetadas e tem uma largura igual ou superior a 2,00m. Este tipo corresponde ao troço de murete M1d.



Figura 115 – Tipo V de muretes.

Tipo VI de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são constituídos apenas pelo xisto, argila e granito, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 401 e 600mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa facetadas e outras não facetadas e tem uma largura igual ou inferior a 1,10m. Este tipo corresponde apenas ao troço de murete M2g.

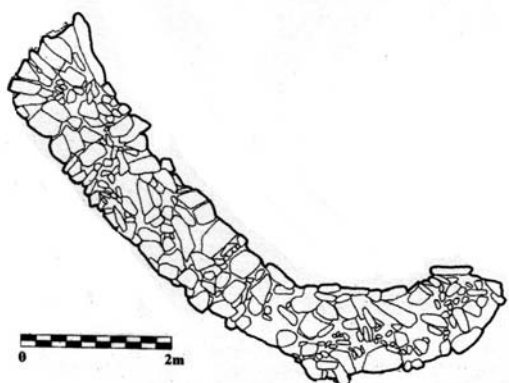


Figura 116 – Tipo VI de muretes.

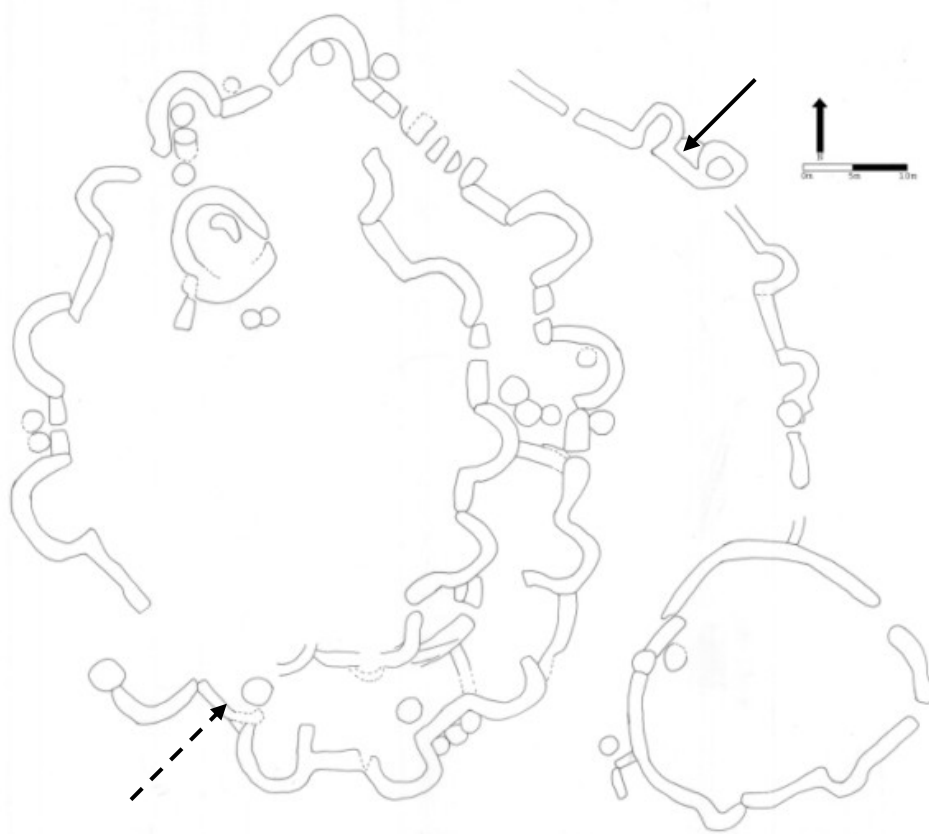


Figura 117 – Localização do tipo de murete V (seta cheia) e tipo de murete VI (seta a tracejado) (Tintagem de Bárbara Carvalho sobre desenho de João Muralha).

A distribuição dos diversos tipos de murete equivale a cada unidade específica detectada em campo, com duas excepções, marcadas na figura. O tipo I como já vimos, engloba os troços do murete 1, à excepção do assinalado (tipo V). O tipo II corresponde ao murete 3, o tipo III equivale aos troços do murete 2, igualmente com a excepção assinalada (tipo VI), e o tipo IV refere-se aos segmentos do recinto secundário.

As duas excepções correspondentes aos dois troços de murete são explicadas através de prováveis reformulações do espaço. O segmento de murete que corresponde ao tipo V entre os “bastiões” A e B foi já objecto de análise. O tipo VI localiza-se numa área do sítio arqueológico que parece ter sofrido algumas alterações. Esse troço de murete arranca do “bastião H” numa zona de difícil interpretação. Parece encostar a essa estrutura, mas sofreu uma alteração que poderá estar em relação com a estrutura circular 4. Só o avançar dos trabalhos nessa área conseguirão explicitar melhor estas alterações.

### 3.6.2.2. “Bastiões”

O quadro seguinte mostra-nos as variáveis não numéricas utilizadas para a análise do conjunto dos “bastiões” de Castanheiro do Vento.

ID	Sigla	Materiais	Medida modal	Lajes xisto	Acabamento
1	BA	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Não	Facetado/Não facetado
2	BB	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado/Não facetado
3	BC	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Não	Facetado/Não facetado
4	BD	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Não	Facetado/Não facetado
5	BE	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado/Não facetado
6	BF	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado/Não facetado
7	BG	Xisto Terra	Mais de 601mm	Não	Facetado/Não facetado
8	BH	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado/Não facetado
9	BI	Xisto Granito Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Não	Facetado/Não facetado
10	BJ	Xisto Granito Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado/Não facetado
11	BK	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Não	Facetado/Não facetado
12	BL	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Sim	Facetado/Não facetado
13	BM	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado Não Facetado
14	BN	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Não	Facetado/Não facetado
15	BO	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Não	Facetado
42	BP	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado Não Facetado
43	BQ	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Sim	Facetado/Não facetado
44	BR	Xisto Quartzo Granito Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado/Não facetado
45	BS	Xisto Granito Terra Afloramento	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado
46	BT	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Sim	Facetado/Não facetado
47	BU	Xisto Quartzo Terra	Entre 401 e 600mm	Não	Facetado/Não facetado
48	BV	Xisto Terra			Facetado

Figura 118 – Quadro de variáveis não numéricas dos “bastiões”.

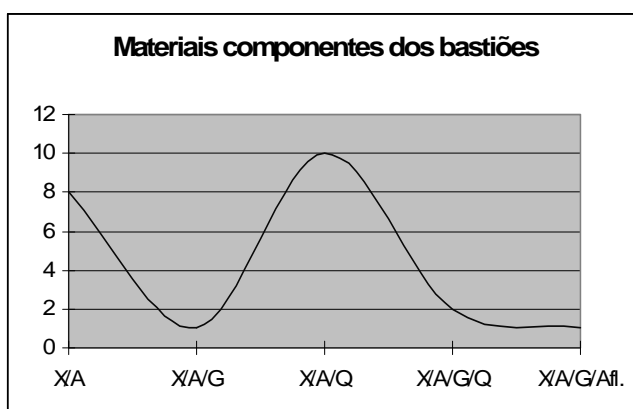


Figura 119 – Gráfico de curvas suaves representando os materiais componentes dos “bastiões”.

Na análise do gráfico seguinte detecta-se imediatamente os dois picos existentes. A associação de xisto e argila e a associação de xisto, argila e quartzo. As outras associações de materiais são pouco expressivas de um ponto de vista estatístico, mas sugerem, de um ponto de vista interpretativo, análises mais cuidadas. A existência de um único bastião onde o afloramento rochoso faz parte integrante da sua arquitectura, e a pouca representatividade do granito, com apenas três ocorrências, faz-nos reflectir sobre algumas das questões relacionadas com a intencionalidade de uso destes materiais nos diversos componentes da arquitectura do local

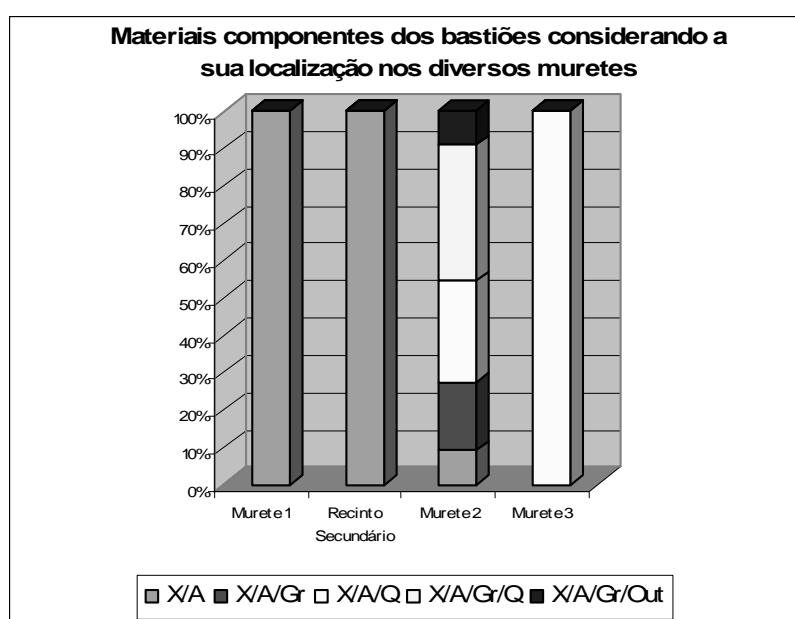


Figura 120 – Materiais componentes dos “bastiões”, tendo em consideração a sua localização nos diversos muretes.

O gráfico referente aos materiais componentes dos “bastiões”, tendo em consideração a sua localização nos diversos muretes, remete imediatamente para duas observações importantes para a constituição de uma tipologia; os “bastiões” do murete 1 e do recinto secundário são unicamente feitos em xisto e argila, enquanto os “bastiões” do murete 3 são em xisto, argila e quartzo. A diversidade de materiais construtivos apenas existe no murete 2.

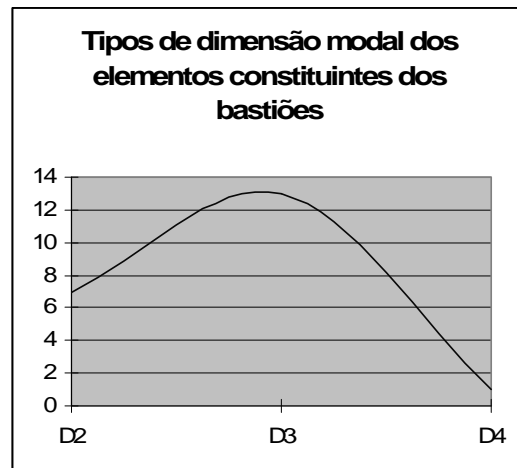


Figura 121 – Tipos de dimensão modal dos elementos constituintes dos “bastiões”.

O gráfico da dimensão modal mostra uma repartição entre o tipo D2 e o D3, com apenas uma ocorrência no D4. Esta situação dificulta a elaboração de uma tipologia onde este descritor seja um item essencial. O que podemos referir é que a dimensão modal dos elementos constituintes dos “bastiões” são tendencialmente maiores que 401mm, pois cerca de 66% dos “bastiões” estão nessa categoria. O próximo gráfico observa a dimensão modal, mas compartimentando aquelas estruturas em relação à sua localização na planta geral do sítio.

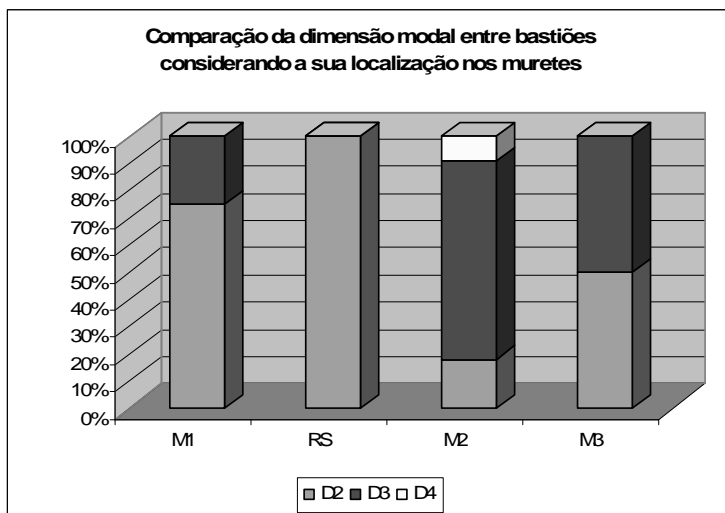


Figura 122 – Comparação da dimensão modal entre “bastiões” considerando a sua localização nos muretes.

Os “bastiões” do recinto secundário apresentam a mesma dimensão modal, enquanto todos os outros apresentam alguma variabilidade, com destaque para os “bastiões” do murete 2. No entanto para os muretes 2 e 3, a tendência da dimensão modal é mais elevada, sucedendo o contrário no murete 1 e recinto secundário. É importante não esquecer que estamos a comparar realidades numéricas muito



diferenciadas; no recinto secundário apenas existem dois “bastiões”, enquanto no muro 2 estão presentes onze daquelas estruturas. Mas por outro lado, o recinto secundário já é uma unidade completamente escavada, pelo menos ao nível da sua planta geral, por isso os seus dois bastiões correspondem aos 100% de estruturas daquele tipo.

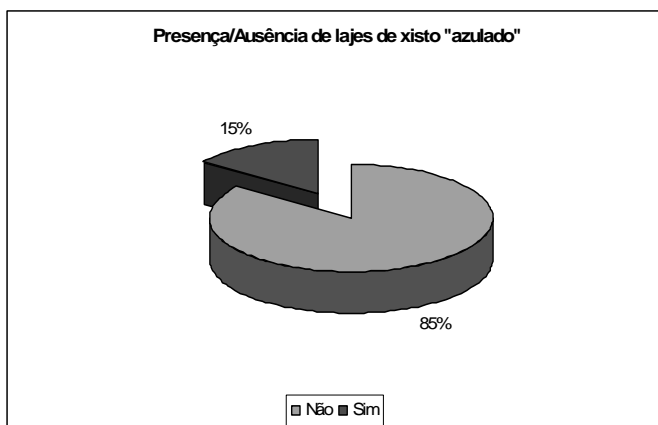


Figura 123 – Sectograma de presença/ausência de lajes de xisto “azulado”.

A presença ou ausência de lajes de xisto azul é um indicador importante para a elaboração de uma tipologia de “bastiões” dado o seu carácter extraordinário, no entanto foram apenas detectadas três dessas estruturas com a presença destas lajes (15%).

O quadro seguinte remete-nos para as variáveis numéricas e para a forma. Este último descritor não foi considerado relevante, pois todas as estruturas analisadas têm a mesma forma, à excepção do “bastião” B. O mesmo aconteceu para a medida de profundidade que apresenta uma variabilidade muito baixa (3,5%), não se tornando num factor de distinção entre as estruturas.

ID	Sigla	Entrada (m)	Prof. (m)	Área (m <sup>2</sup> )	Forma	Esp. Central (m)	Esp. Direita (m)	Esp. Esquerda (m)	Média esps (m)
1	BA	2,2	2,9	6,38	Semi-circular	1,5	1,3	1,25	1,35
2	BB	2,9	2,1	6,09	Oval	1,4	0,9	0,9	1,06
3	BC	2,8	3,2	8,96	Semi-circular	1	1	0,8	0,93
4	BD	2,9	2,5	7,25	Semi-circular	1	0,7	1,15	0,95
5	BE	3,1	1,8	5,58	Semi-circular	1,5	1,3	1,1	1,3
6	BF	2,25	1,7	3,825	Semi-circular	1,5	1,25	1,25	1,3
7	BG	4	3,5	14	Semi-circular	1,3	1,3	1,1	1,23
8	BH	4,3	5,2	22,36	Semi-circular	1,2	1,2	1,2	1,2
9	BI	5,9	2,8	16,52	Semi-circular	1,4	1,5	1,5	1,46
10	BJ	4,8	3,8	18,24	Semi-circular	1,7	1,35	1,7	1,58
11	BK	5,8	4,6	26,68	Semi-circular	1,4	1,4	1,5	1,43
12	BL	5,5	5,5	30,25	Semi-circular	1,5	1,2	1,6	1,43

13	BM	5	3	15	Semi-circular	1,5	1,5	1,3	1,43
14	BN	7,1	3	21,3	Semi-circular	1,5	1,15	1,5	1,38
15	BO	0	0	0		1,3	0	1,5	0,93
42	BP	5,5	3,2	17,6	Semi-circular	1,2	1	1,2	1,13
43	BQ	5	4	20	Semi-circular	1,5	1,5	1,5	1,5
44	BR	4,3	3,3	14,19	Semi-circular	1,4	1,2	1,3	1,3
45	BS	5,7	3,5	19,95	Semi-circular	1,5	1,5	1,5	1,5
46	BT	7,6	3,5	26,6	Semi-circular	1,3	1,6	1,6	1,5
47	BU	6,6	6	39,6	Semi-circular	1,5	1,6	1,5	1,53
48	BV	0	0	0		0	0	0	0
Média		5,9	3,1	18		1,38	1,21	1,33	1,3
Des. Padrão		1,1	0,11	3,2		0,17	0,36	0,23	0,2
Coef.									
Variabilidade		18,60%	3,50%	17,70%		12,31%	29,75%	17,29%	15,38%

Figura 124 – Quadro de variáveis numéricas da totalidade dos “bastiões”.

Os comentários mais interessantes reportam-se aos coeficientes de variabilidade. Todos eles são acima dos 15%, com apenas duas exceções, a medida profundidade, como já vimos e a medida da espessura central, o que nos indica algum grau de variação em relação a uma hipotética “modelização”.

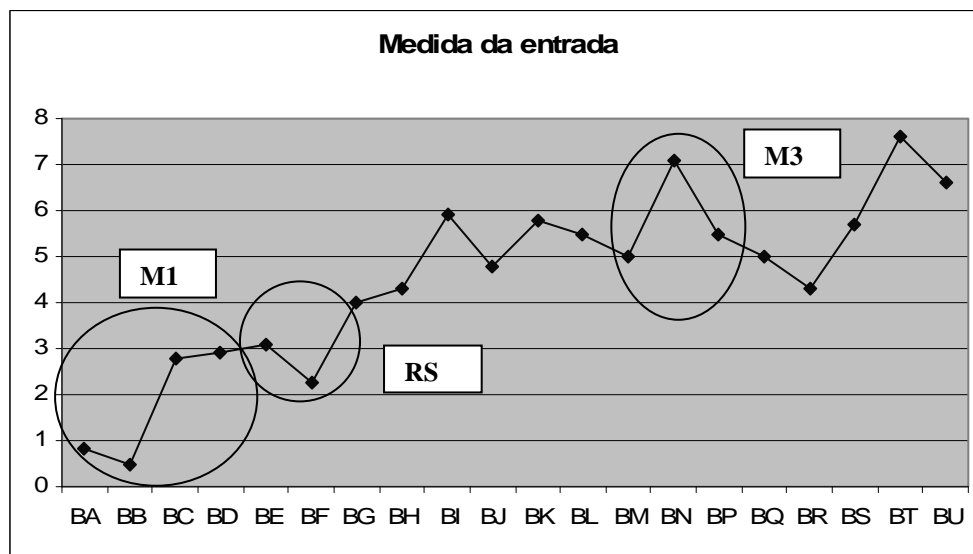


Figura 125 – Comparação da medida de entrada da totalidade dos “bastiões”.

O gráfico anterior compara as medidas do vão de entrada, isto é, a medida entre os dois pontos de início da concavidade dos bastiões. A tendência é de subida, tomando como ponto de partida os bastiões do murete 1, que juntamente com aqueles do recinto secundário parecem fazer uma unidade. As estruturas do murete 2 e 3 apresentam uma

medida sempre superior a 4m. Em termos gerais, quanto maior a medida de entrada, maior o grau de abertura ao interior do recinto, caso dos bastiões N, T e U.

O valor muito baixo dos “bastiões” A e B, relaciona-se directamente com o estreitamento do vão de acesso. São as duas únicas estruturas que parecem ter uma passagem bem definida e delimitada no espaço.

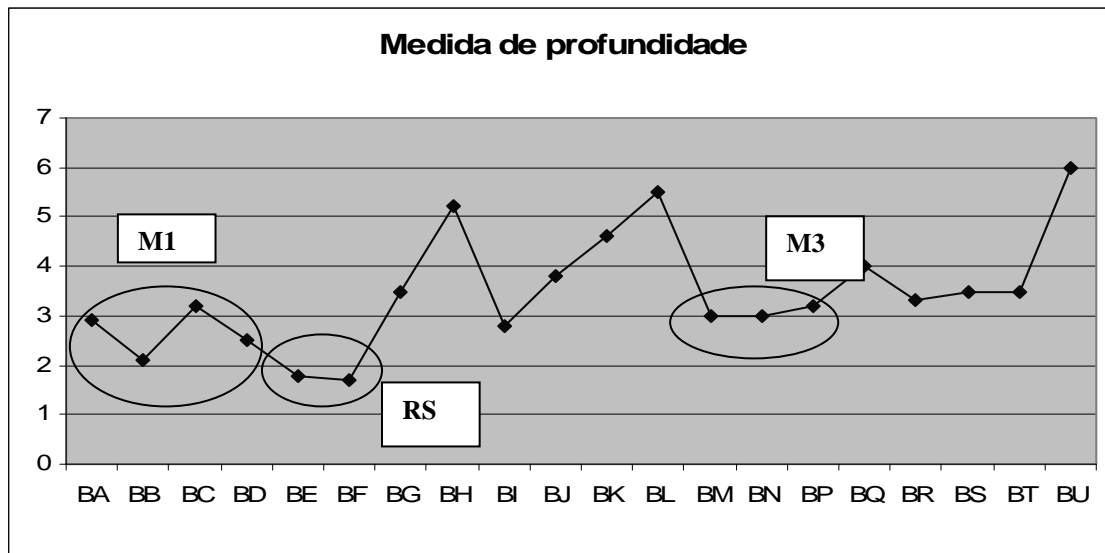


Figura 126 – Comparação da medida de profundidade da totalidade dos “bastiões”.

O gráfico anterior refere-se à medida de profundidade. Embora em termos estatísticos o desvio padrão e o coeficiente de variabilidade sejam muito baixos, respectivamente 0,11 e 3,5%, quando os comparamos num simples gráfico de linhas, ressaltam algumas diferenças; a unidade anteriormente referida entre o murete 1 e recinto secundário desaparece, ganhando, no entanto este último, uma uniformização e o murete 3 parece adquirir uma unidade entre si.

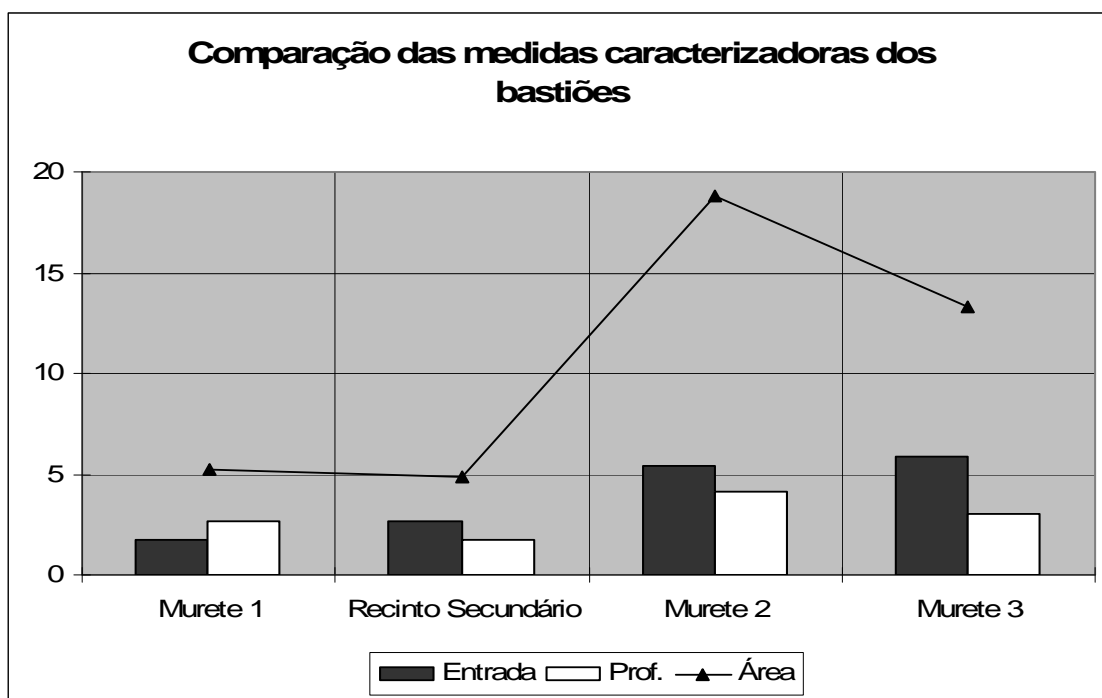


Figura 127 – Comparação das medidas de entrada, profundidade e área da totalidade dos “bastiões”.

Antes de fazermos a análise do gráfico anterior é necessária uma ressalva; este gráfico mede valores não absolutos, mas sim, médias. Isto é, são valores que não existem em campo, mas que de um ponto de vista estatístico são representativos de um valor aritmético devolvido por todos os argumentos em causa, isto é, tentou-se encontrar um valor mais ou menos representativo do todo. No entanto torna-se a lembrar que estamos a comparar conjuntos de dados heterogéneos; enquanto no recinto secundário apenas há dois “bastiões” no murete 2 existem onze, e enquanto os muretes 1 e 2 e o recinto secundário têm a sua planta completa, o murete 3 ainda se encontra em trabalhos arqueológicos. Existe, no entanto, um factor bastante positivo que se relaciona com os dados em comparação; estes não são amostras, mas sim a população total, conferindo às observações efectuadas um peso argumentativo maior.

E que observações podemos fazer?

Os “bastiões” do murete 1 apresentam uma característica diferente de todos os outros; a medida de entrada é inferior à medida de profundidade, remetendo-nos para acessos mais estreitos e/ou estruturas mais fechadas. Em termos de média, os “bastiões” do murete 1 e do recinto secundário perfazem uma unidade, assim como os do murete 2 e do murete 3. No entanto as estruturas tipo “bastião” deste último murete, apresenta uma característica interessante; a relação entre a medida de entrada e de profundidade

remete-nos para estruturas mais abertas com uma concavidade pouco acentuada, explicando a pouca área interna dos “bastiões”.

O próximo gráfico compara as diversas espessuras medidas.

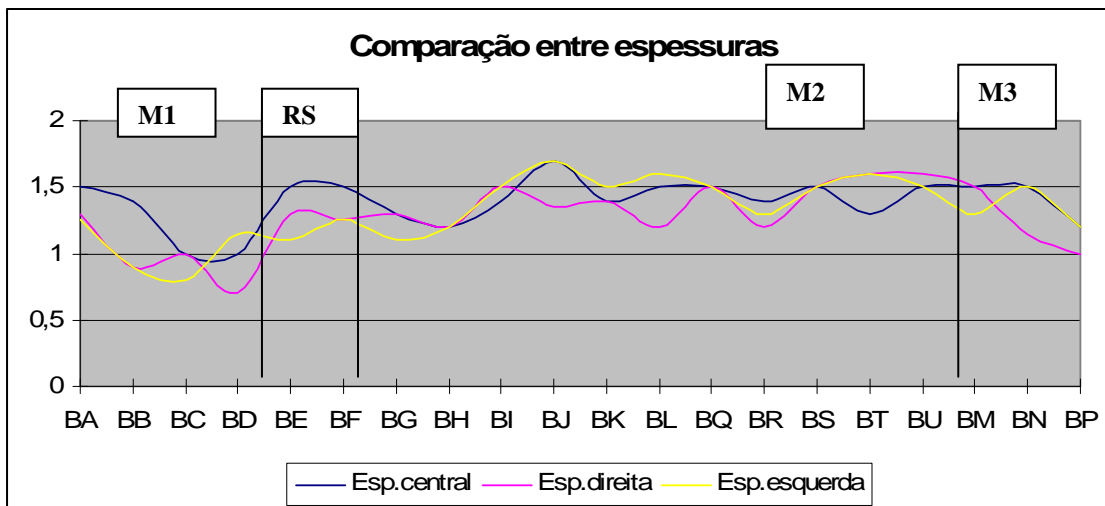


Figura 128 – Comparação entre a medida espessuras da totalidade dos “bastiões”, tendo em consideração a sua localização.

A observação imediata relaciona-se com a aparente homogeneidade dos valores, mas um olhar mais atento reflecte um conjunto de padrões diferenciados; o recinto secundário e o murete 2 e 3 apresentam valores mais padronizados entre si do que os “bastiões” do murete 1. O murete 1 e o recinto secundário apresentam as espessuras mais diferenciadas, e os bastiões do murete 2 à excepção daqueles localizados a sul da estação arqueológica, são os mais padronizados em termos das suas espessuras.

Tendo em consideração todas estas observações podemos sugerir uma tipologia de “bastiões” de Castanheiro do Vento, onde os elementos principais definidores dos tipos serão os descritores numéricos, com especial relevo para a área interna de cada um dos “bastiões”.

Tipo I de “bastiões” – “Bastião” sem lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600 mm, com um predomínio da medida 201 a 400 mm (75%), os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto e argila, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada é menor que 2,90 m a sua profundidade situa-se entre os 2,5 m e os 3,20 m, a média das espessuras é de 1,00 m e a

sua área situa-se entre os 4 m<sup>2</sup> e os 6,5 m<sup>2</sup>. Este tipo de bastião corresponde aos “bastiões” A, B, C e D, ou seja, todos aqueles localizados no murete 1.



Figura 129 – Tipo I de “bastiões”. A escala representa 2 m.

Sub-tipo Ia de “bastiões” – Apenas integra o “bastião” A, localizado no murete 1. A sua caracterização é em tudo igual ao tipo I à excepção da medida de entrada que se consubstancia em termos arquitectónicos no estreitamento do vão de acesso ao interior da estrutura.



Figura 130 – Sub-tipo Ia de “bastiões”.

Tipo II de “bastiões” – “Bastião” sem lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 401 e 600 mm (100%), os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto e argila, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada é inferior a 3,10 m a sua profundidade situa-se entre os 1,50 m e os 1,80 m, a média das espessuras é de 1,30 m e a sua área situa-se entre os 4,30 m<sup>2</sup> e os 5,30 m<sup>2</sup>.

Este tipo de “bastião” corresponde às estruturas E e F, implantadas no recinto secundário.



Figura 131 – Tipo II de “bastiões”. A escala representa 2 m.

Tipo III de “bastiões” – “Bastião” sem lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos muito abrangente entre 201 e maior que 600mm, com predomínio da dimensão D3, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, quartzo e granito, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada nunca é inferior a 4 m, indo até um máximo de 7,10 m, a sua profundidade situa-se entre os 2,80 m e os 3,50 m, a média das espessuras é de 1,32 m e a sua área situa-se entre os 10 m<sup>2</sup> e os 15 m<sup>2</sup>. Este tipo de “bastião” corresponde às estruturas G, I, M, N, P, R, correspondentes á totalidade dos “bastiões” encontrados no murete 3 e três do murete 2.

A definição deste tipo atendeu a dois aspectos específicos; a sua área situar-se no intervalo dos 10 m a 15 m<sup>2</sup>, e a medida do vão de abertura ser sempre maior à profundidade, assemelhando-se a uma figura geométrica semi-circular com um vão de acesso ao seu interior bastante amplo.

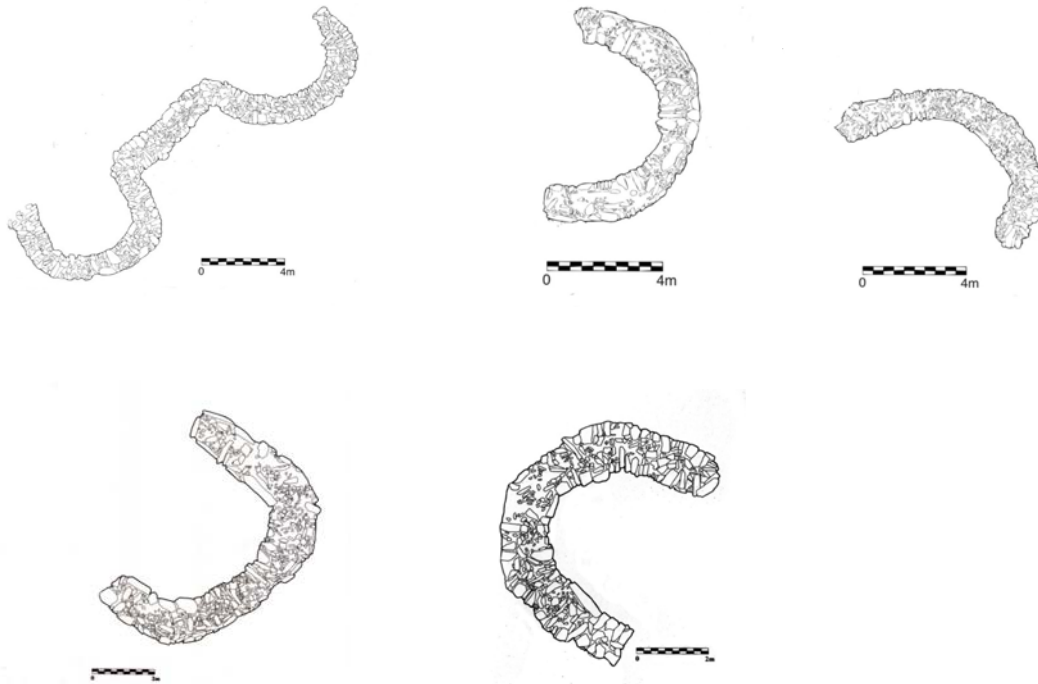


Figura 132 – Tipo III de “bastiões”.

Tipo IV de “bastiões” – “Bastião” que numa percentagem baixa (25%) pode ter lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600 mm, com predomínio da dimensão D3 (75%), os seus componentes de configuração arquitectónica são o conjunto de todos estes elementos detectados em Castanheiro do Vento, constituídos pelo xisto, argila, quartzo, granito e afloramento rochoso, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada nunca é inferior a 4,80 m, indo até um máximo de 5,80 m, a sua profundidade situa-se entre os 3,30 m e os 4,60 m, a média das espessuras é de 1,48 m e a sua área situa-se entre os 17 m<sup>2</sup> e os 20 m<sup>2</sup>. Este tipo de “bastião” corresponde às estruturas J, K, Q e S, correspondentes a” bastiões” pertencentes ao murete 2, localizados dois a Este e dois a Norte do sítio.

A definição deste tipo atendeu principalmente, a três aspectos específicos; a área dos bastiões situar-se no intervalo dos 17 m<sup>2</sup> a 20 m<sup>2</sup>, a média das espessuras ser a mais elevada de todas as estruturas em análise e a medida do vão de abertura ser sempre maior à profundidade, embora em valores comparativos mais pequenos do que o tipo descrito em cima.



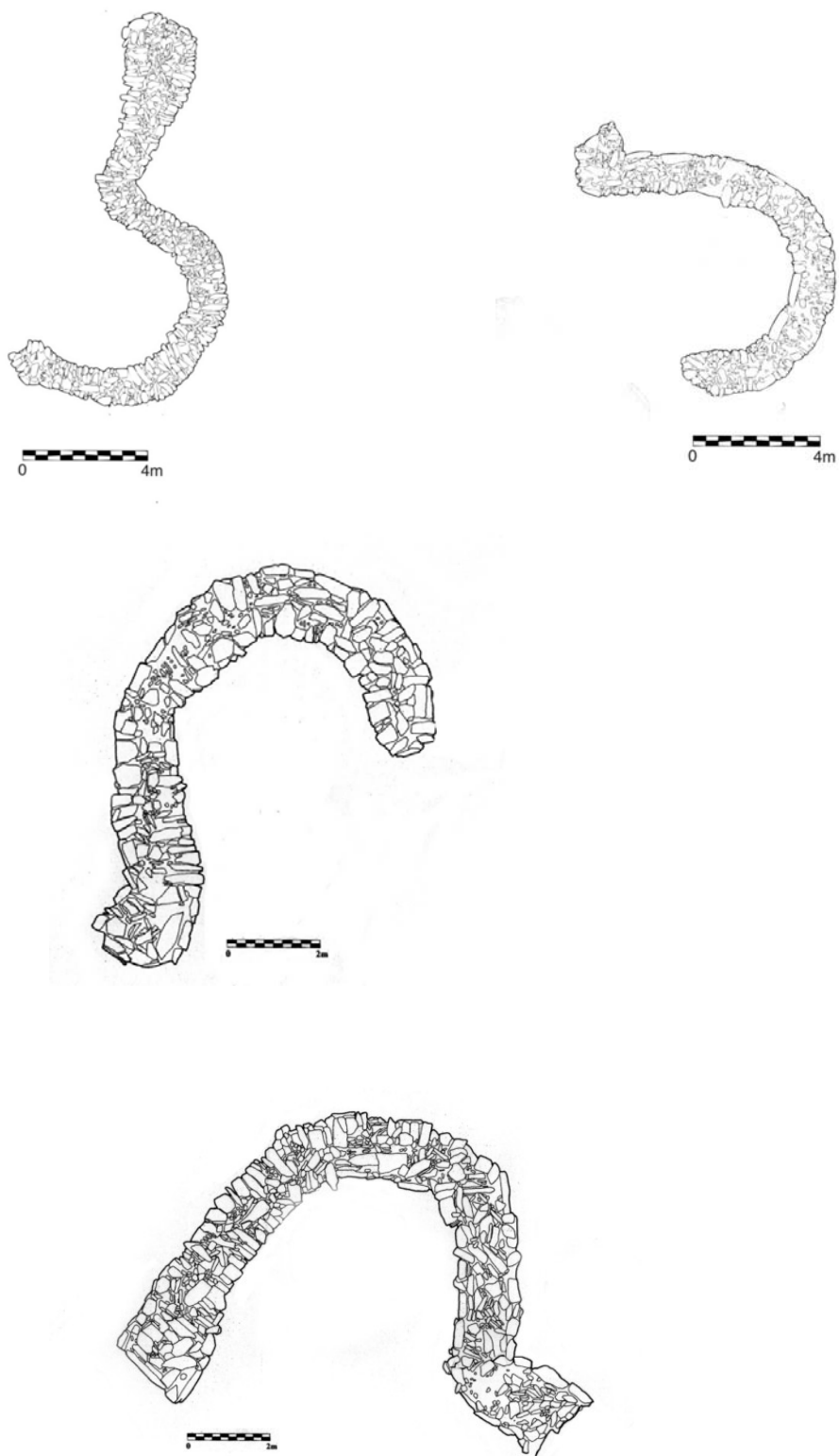


Figura 133 – Tipo IV de “bastiões”.

Tipo V de “bastiões” – “Bastião” que numa percentagem importante (50%) pode ter lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 400 mm (D3 a 100%), os seus componentes de configuração arquitectónica são a 100% constituídos pelo xisto, argila e quartzo, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada nunca é inferior a 4,30 m, indo até um máximo de 7,6 0m, a sua profundidade situa-se entre os 3,50 m e os 6,00 m, a média das espessuras é de 1,41 m e a sua área situa-se entre os 21m<sup>2</sup> e os 31m<sup>2</sup>. Este tipo de “bastião” corresponde às estruturas H, L, T e U, correspondentes a “bastiões” pertencentes ao murete 2, localizados respectivamente, um a Sul, um a Este e dois a Oeste do sítio.

A definição deste tipo atendeu principalmente, a três aspectos específicos; a área dos bastiões situar-se no intervalo dos 21 m<sup>2</sup> a 31 m<sup>2</sup>, a dimensão modal dos seus elementos inserir-se unicamente na categoria D3, e os seus elementos constitutivos serem apenas o xisto, a argila e o quartzo, este último em grandes quantidades.



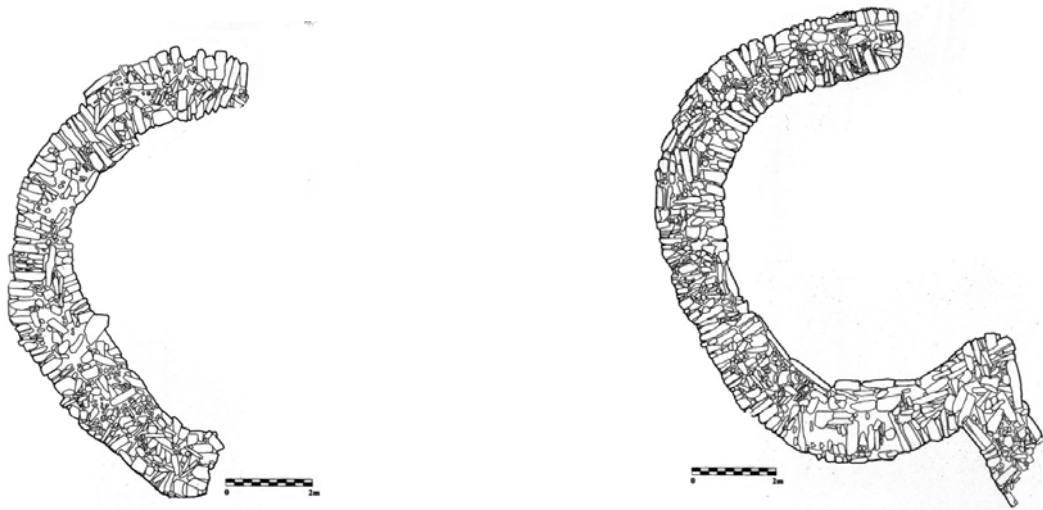


Figura 134 – Tipo V de “bastiões

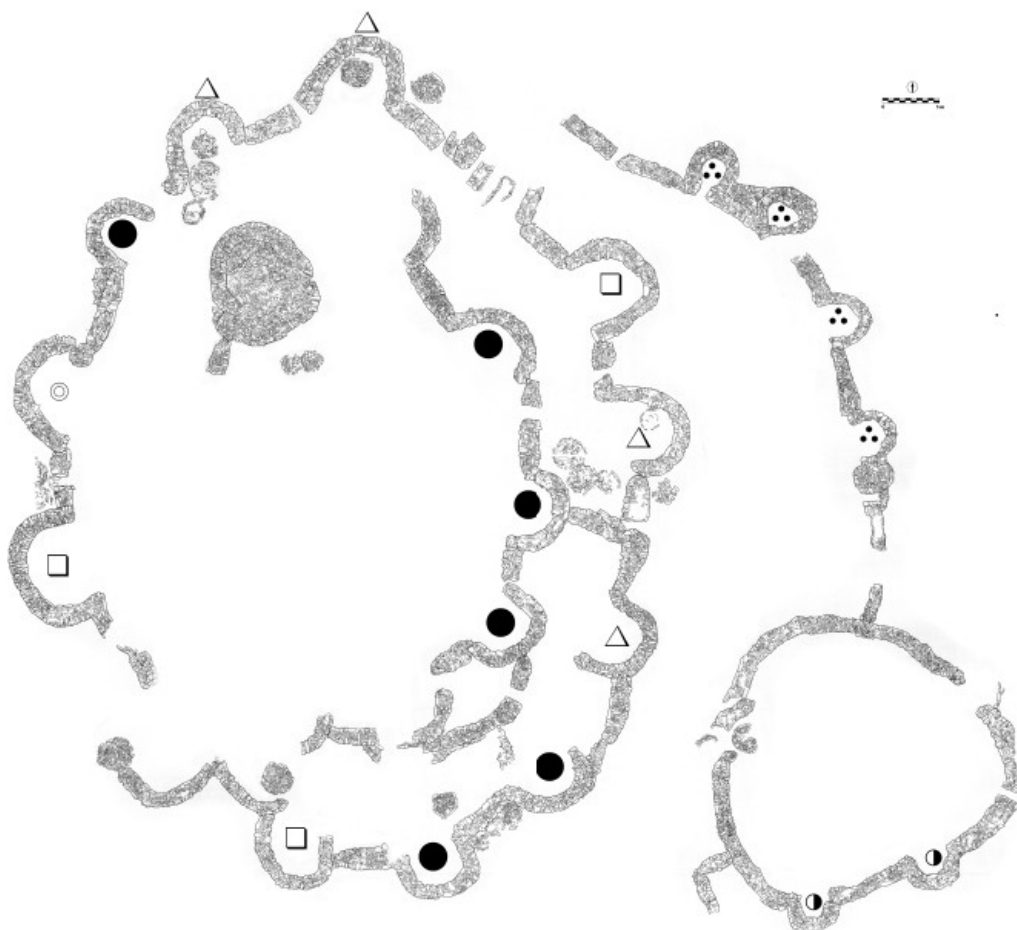


Figura 135 – Distribuição dos diversos tipos de “bastiões”: tipo I – Três pontos em triângulo; tipo II – Círculos meio cheio; tipo III – Círculos a preto; tipo IV – Triângulos e tipo V – Quadrados. O segmento de recta que representa a escala tem 5 m.

Podemos fazer algumas observações à distribuição dos diversos tipos encontrados para as estruturas de tipo “bastião”:

a) Os tipos I e II correspondem respectivamente ao murete 1 e recinto secundário. São unidades morfológicas específicas.

b) O tipo III existe a 100% no murete 3, mas a sua escavação ainda não terminou.

c) A diversidade tipológica é maior no murete 2, pois possui os tipos III, IV e V. No entanto esta tipologia só será verdadeiramente um instrumento de trabalho e análise do sítio quando se proceder à completa escavação do seu interior, não só das estruturas tipo “bastião” mas também dos espaços intermédios, quer entre os bastiões, quer entre os muretes. Só nesse momento se poderão ensaiar correlações de materialidades encontradas, de micro-estruturas detectadas e tentar encontrar sentidos para a diversidade estrutural desta estação arqueológica.

d) A existência de estruturas circulares e circulares geminadas parece estar relacionada com o tipo IV. Dos quatro “bastiões” pertencentes a este tipo, três possuem no seu interior aquelas estruturas.

### 3.6.2.3. Passagens

O quadro seguinte mostra-nos as variáveis não numéricas utilizadas para a análise do conjunto das passagens de Castanheiro do Vento.

ID	Sigla	Material	Dimensão modal	Acabamento	Lajes
19	P1	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
20	P2	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
21	P3	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado	Não
22	P4	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado	Não
23	P5	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Sim
24	P6	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
25	P7	Xisto Terra Quartzo	Até 200mm	Facetado/Não Facetado	Não
26	P8	Xisto Granito Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não
27	P9	Xisto Quartzo Terra	Até 200mm	Facetado	Não
49	P10	Xisto Granito Quartzo Terra Cerâmica	Mais de 601mm	Facetado	Sim
50	P11	Xisto Granito Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não
51	P12	Xisto Terra Cerâmica Granito	Entre 401 e 600mm	Facetado	Sim

52	P13	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado	Não
67	P14	Xisto Quartzo Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não Facetado	Não

Figura 136 – Quadro de variáveis não numéricas da totalidade de passagens.

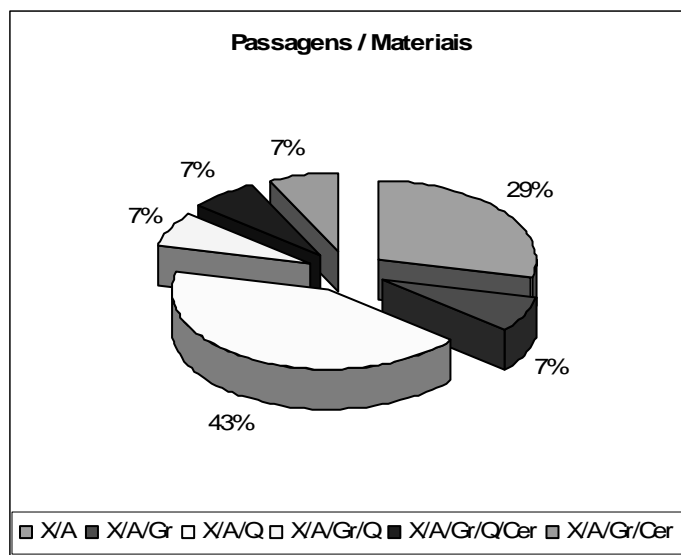


Figura 137 – Materiais constitutivos da totalidade das passagens.

A observação do gráfico relativo aos materiais constituintes das passagens revela uma variabilidade elevada. Apenas a associação xisto, argila e quartzo possui uma percentagem alta (43%), ultrapassando a associação mais comum, quer nos troços de murete, quer na análise dos “bastiões”.

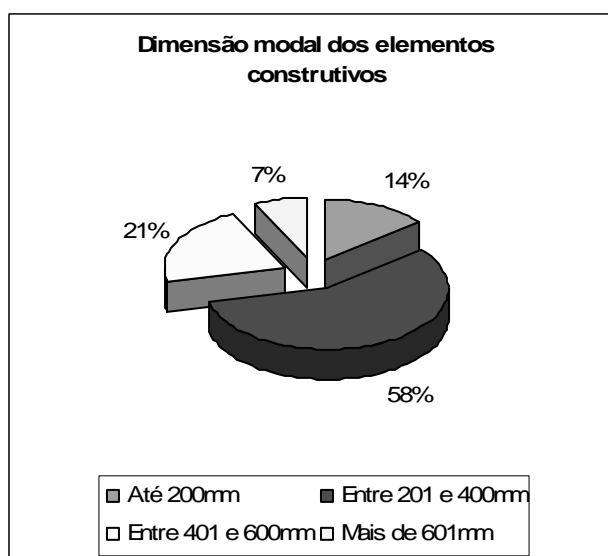


Figura 138 – Sectograma da dimensão modal dos elementos de configuração.

Relativamente à dimensão modal dos elementos construtivos, detecta-se igualmente alguma variabilidade. Todas as categorias de dimensão estão presentes,

embora a D2 (entre 201 e 400 mm), seja a que atinge um valor percentual mais elevado. Se somarmos o valor da categoria D1 (até 200 mm), à D2, temos praticamente três quartos do total com uma dimensão modal até aos 400 mm, ou seja, a medida dos elementos constitutivos das passagens não tem um padrão dimensional elevado.

O quadro seguinte analisa o conjunto das variáveis numéricas das passagens.

ID	Sigla	Larg. Entrada (m)	Larg. Intermédia (m)	Larg. Saída (m)	Comprimento (m)	Área m <sup>2</sup>	L.e.e (m)	C.e.e (m).	L.P.s.e.e (m)	Área total m <sup>2</sup>
19	P1	0,6	0,5	0,85	1,4	0,7			0,5	0,7
20	P2	0,75	0,65	0,7	1,65	1,07	0,35	1,65	1	1,65
21	P3				1,1	0				0
22	P4	3,5	2,6	2,9	5	13			2,6	13
23	P5	0,85	0,65	0,9	3,2	2,08	0,55	2,6	1,2	3,84
24	P6	1,1	0,7	0,9	2,4	1,68			0,7	1,68
25	P7	0,45	0,8	1,05	1,5	1,2			0,8	1,2
26	P8	1,2	1,2	1,1	1,7	2,04			1,2	2,04
27	P9	1,2	1	1,05	1,45	1,45			1	1,45
49	P10	0,75	0,85	1,05	2,15	1,82			0,85	1,82
50	P11	2,3	2	3,3	2	4			2	4
51	P12	0,9	0,8	0,8	1,7	1,36				1,36
52	P13	0,5	0,8	1,7	2,1	1,68	1,2	1,8	2	4,2
67	P14	1,65	1,2	1,2	1,6	1,92				1,92
Média		1,2	1,1	1,34	2,2	2,6				3,02
D.V.		0,85	0,6	0,82	1,04	3,2				3,19
Coef.										
Variab.		70,80%	54,50%	61%	47,20%	123%				105%

Figura 139 – Quadro de variáveis numéricas da totalidade de passagens.

Uma observação necessária relaciona-se com os elevados coeficientes de variabilidade dos descritores do quadro. Todos acima dos 50% e mesmo alguns acima dos 100%, o que traduz imediatamente uma ideia de diversidade muito grande, não existe qualquer padrão, qualquer ritmo configurativo das passagens, o que representa uma dificuldade real de elaborar uma tipologia baseada nestes números, podemos afirmar que cada passagem corresponderia a um tipo.

O próximo gráfico pretende sumariar três das variáveis que podemos considerar mais importantes na caracterização das passagens; a largura intermédia, o comprimento e a área.

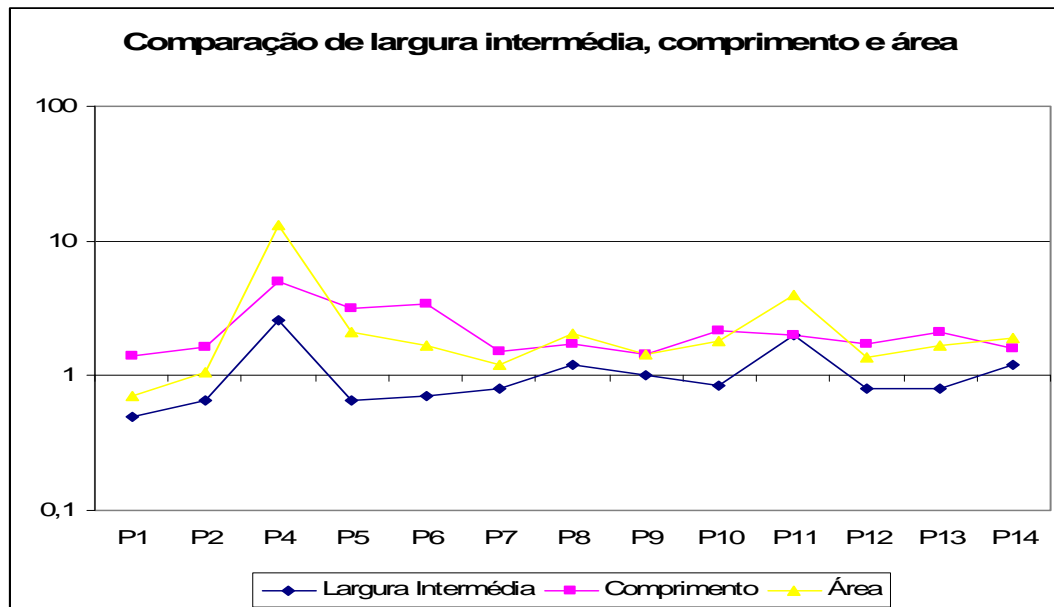


Figura 140 – Comparação das variáveis numéricas para a totalidade de passagens.

O gráfico semi-logarítmico aqui apresentado, ressalta a grande variabilidade já dada pelos coeficientes de variabilidade. As medidas da largura intermédia situam-se muito perto da unidade, com duas exceções, a P4 e a P11, que se mantêm exceções no comprimento e na área. Como já referido, a utilização destes valores para a elaboração da tipologia das passagens, terá que ser apenas ao nível do descritivo e nunca do tipificável.

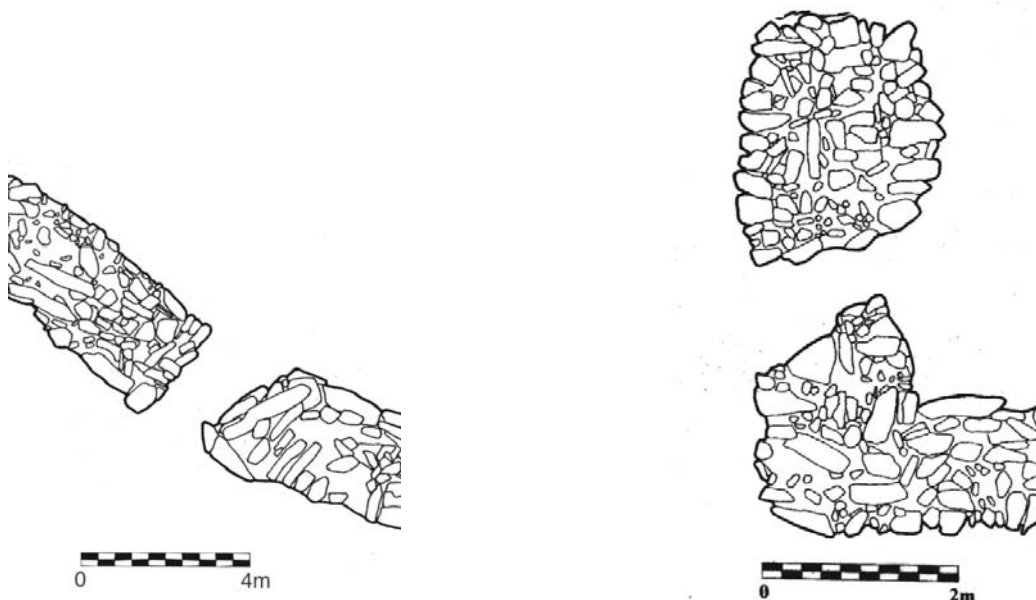
Considerando as análises elaboradas que categorias de descritores serão passíveis de serem utilizados nesta tipologia?

Olhando a variabilidade desses descritores, optou-se por definir uma tipologia através de uma análise de carácter mais qualitativo, em ordem a uma morfologia mais ou menos monumental das passagens onde se privilegiou elementos como a identificação de patamares de acesso à passagem, a existência de delimitação de um espaço de aproximação à passagem, presença de estruturas de estreitamento, a deposição de lajes de xisto azul e a colocação de grandes lajes de xisto, provavelmente ao alto, reduzindo o acesso e monumentalizando-o ao mesmo tempo.

Tendo em consideração estes factores podemos sugerir a seguinte tipologia.

Tipo I de passagens – Passagens que representam descontinuidades nos troços de murete, sem uma configuração aparente de monumentalidade. Assemelham-se a incisões com larguras intermédias entre os 0,50 m e 1,70 m. Os seus elementos constituintes são bastante diversificados, o xisto e a argila, associados quer ao quartzo

(60% as passagens), quer ao quartzo e granito (20%), assim como a dimensão modal desses elementos, que abrangem as categorias, desde o D1 (menos que 200 mm) até ao D3 (entre 400 mm e 601 mm). As lajes utilizadas na sua configuração encontram-se completamente facetadas numa percentagem de 60% e as restantes encontram-se facetadas e não facetadas. Não existem lajes de xisto azul na sua configuração. As larguras intermédias deste tipo de passagem, como já vimos, situam-se entre os 0,50m e 1,70 m com um coeficiente de variabilidade de 43%, o comprimento situa-se entre o 1,10 m e 1,60 m com um coeficiente de variabilidade de 12,7% e a área entre 0,70 m<sup>2</sup> e 2,40 m<sup>2</sup> com um coeficiente de variabilidade de 37%<sup>107</sup>. Este tipo corresponde às passagens 1, 7, 8, 9, e 14.



<sup>107</sup> O coeficiente de variabilidade embora ainda elevado na largura intermédia e na área, desceu bastante se compararmos com os valores para o total de passagens que eram respectivamente 54,5%, 47,2% e 123%.



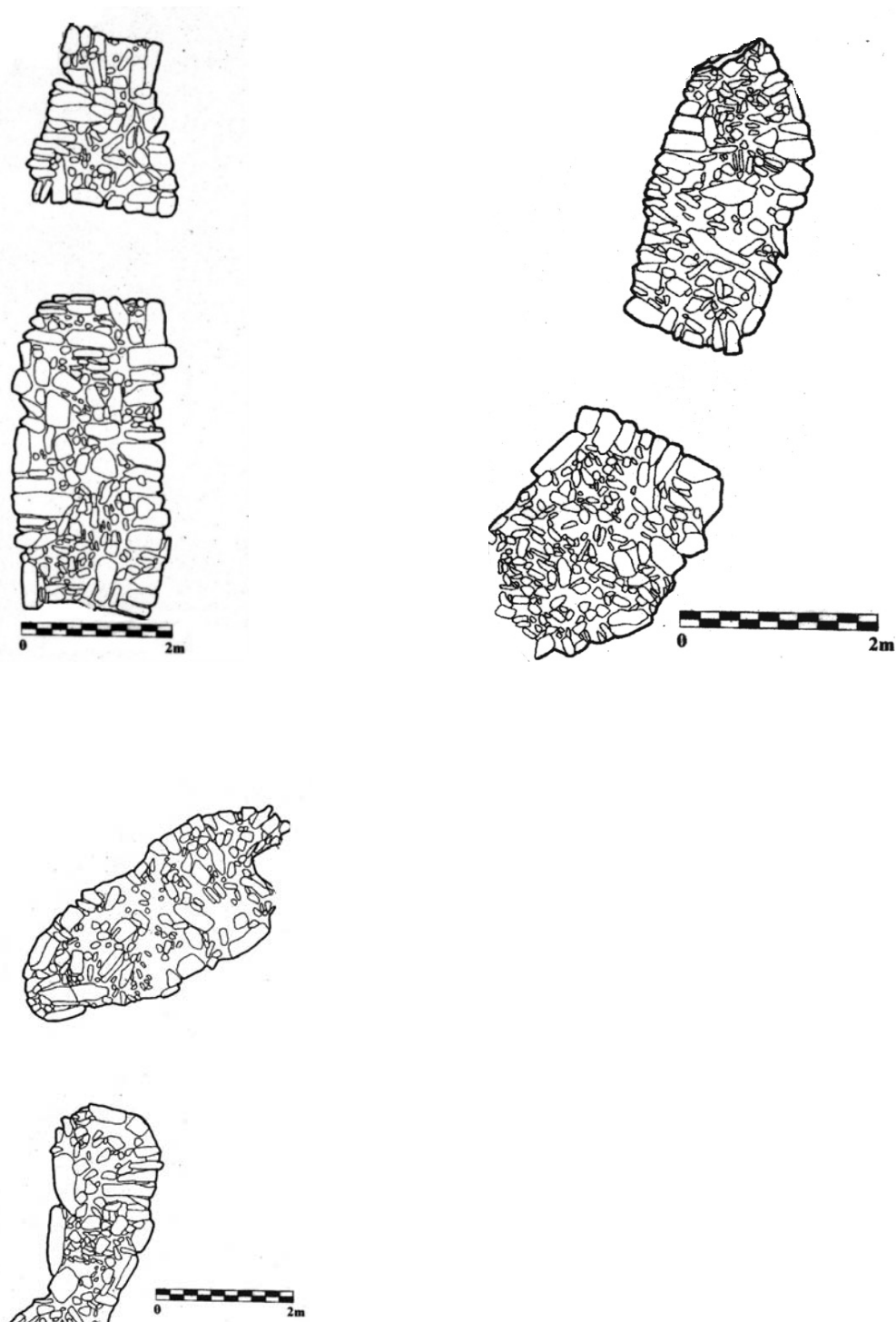


Figura 141 – Tipo I de passagens.

Este tipo de passagem possui um subtipo.

Subtipo de passagem Ia – Define-se pela grande variabilidade de elementos constituintes; xisto, argila, quartzo, granito e cerâmica. Estão agrupados na categoria D4 que corresponde a mais de 601 mm, as suas lajes definidoras da configuração estão

completamente facetadas, encontra-se colmatada por uma estrutura de oclusão com duas lajes de xisto azul e o seu comprimento é relativamente maior que as outras passagens deste tipo; 2,15 m. Corresponde à passagem 10 no murete 2, localizada na área Norte do sítio.

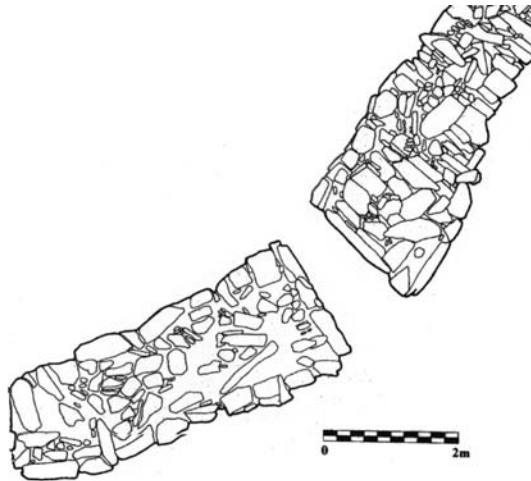


Figura 142 – Sub-tipo Ia de passagens.

Tipo II de passagens – Passagens que têm estruturas de estreitamento que representam uma diminuição da área interna e uma constrição à passagem. Os seus elementos constituintes são, o xisto, a argila e o quartzo (100% das passagens). A dimensão modal dos elementos corresponde à categoria D2 (entre 201 mm e 400 mm). As lajes utilizadas na sua configuração encontram-se completamente facetadas numa percentagem de 100%. Existe uma laje de xisto azul na configuração do corredor de acesso de uma passagem. As larguras intermédias deste tipo de passagem, são de 0,65 m, o comprimento situa-se entre o 1,65 m e 3,20 m e a área entre 1,07 m e 2,08 m. Este tipo corresponde às passagens 2 e 5.

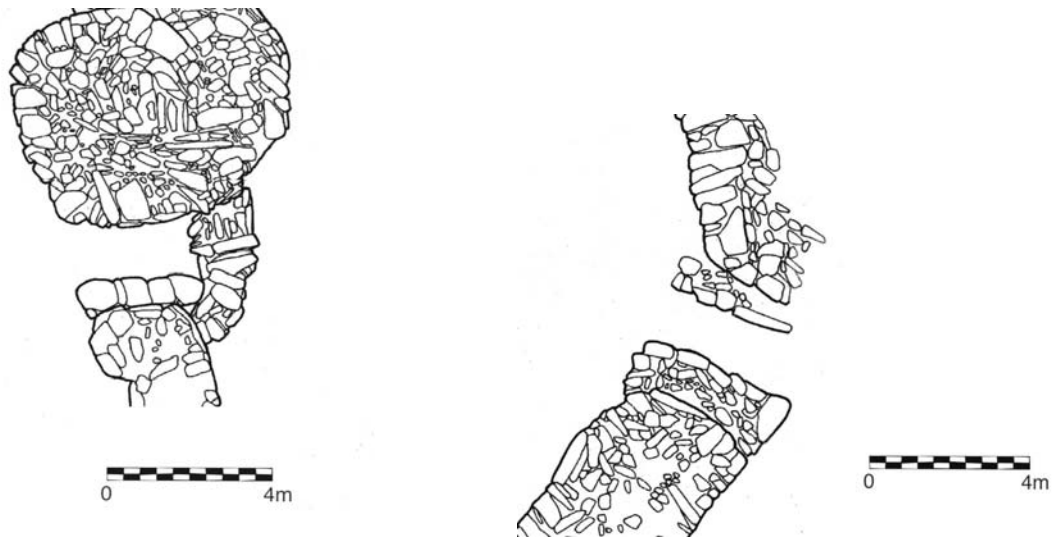


Figura 143 – Tipo II de passagens.

Subtipo de passagem IIa – Define-se pelos elementos constituintes serem apenas o xisto e a argila, estando agrupados na categoria D3 que corresponde a elementos entre 401 mm e 600 mm, as suas lajes definidoras da configuração estão completamente facetadas, e a sua morfologia construtiva ser bastante diferente de todas as outras passagens. Predomina a colocação de lajes definidoras das faces, na horizontal com grandes quantidades de argila entre elas. Uma outra divergência relaciona-se com a diferente orientação de uma das faces da passagem. Corresponde à passagem 13 no murete 2, localizada na área Norte do sítio.

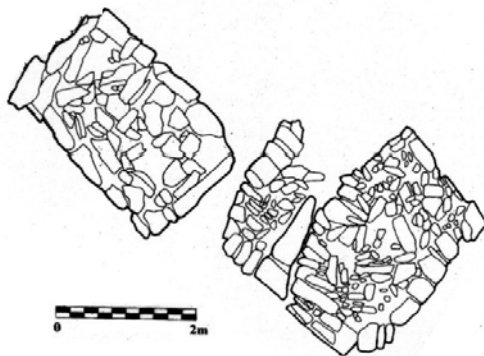


Figura 144 – Sub-tipo IIa de passagens.

Tipo III de passagens – Passagens onde foram identificados possíveis “patamares” de acesso”. Estes “patamares” seriam estruturas de base pétrea para

vencer pequenas pendentes. São constituídos por lajes de xisto afeiçãoadas, dispostas em semicírculo, em torno do vão da “passagem”. Os seus elementos constituintes dividem-se pela associação xisto, argila e o quartzo e xisto, argila e granito. A dimensão modal dos elementos também se divide pela categoria D2 (entre 201 mm e 400 mm) e D3 (entre 401 mm e 600 mm). As lajes utilizadas na sua configuração encontram-se repartidas por um facetamento completo e por lajes facetadas e não facetadas. Não existem lajes de xisto azul na sua configuração. As larguras intermédias deste tipo de passagem, situam-se entre 2,00 m e 2,60 m, o comprimento situa-se entre o 2,00 m e 5,00 m e a área entre 4,00 m e 13,00 m. Este tipo corresponde às passagens 4 e 11.

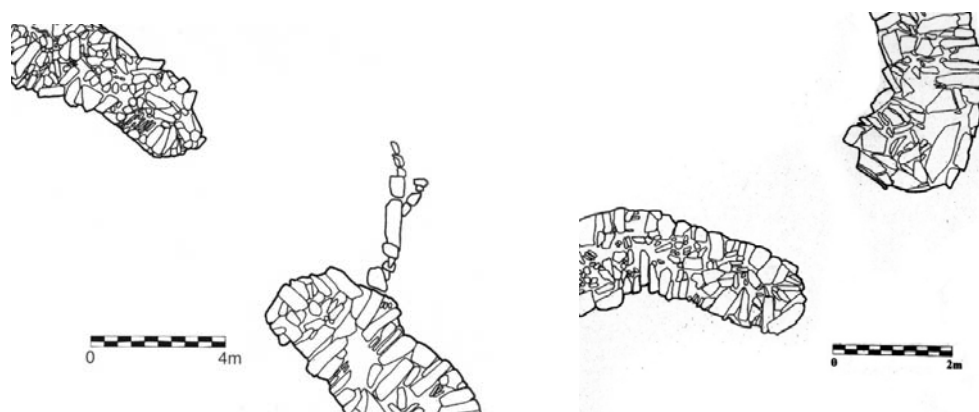


Figura 145 – Tipo III de passagens.

Tipo de passagem IV – Passagem onde foi identificada uma área bem delimitada de acesso à passagem, não com “patamares”, mas sim com uma delimitação do espaço através de um “corredor” formado por lajes e blocos de xisto. Define-se pelos elementos constituintes serem apenas o xisto e a argila, estando agrupados na categoria D2 que corresponde a elementos entre 201 mm e 400 mm, as suas lajes definidoras da configuração estão completamente facetadas, e não possuir na sua configuração qualquer laje de xisto azul. Corresponde à passagem 6 no murete 2, localizada na área Este do sítio.

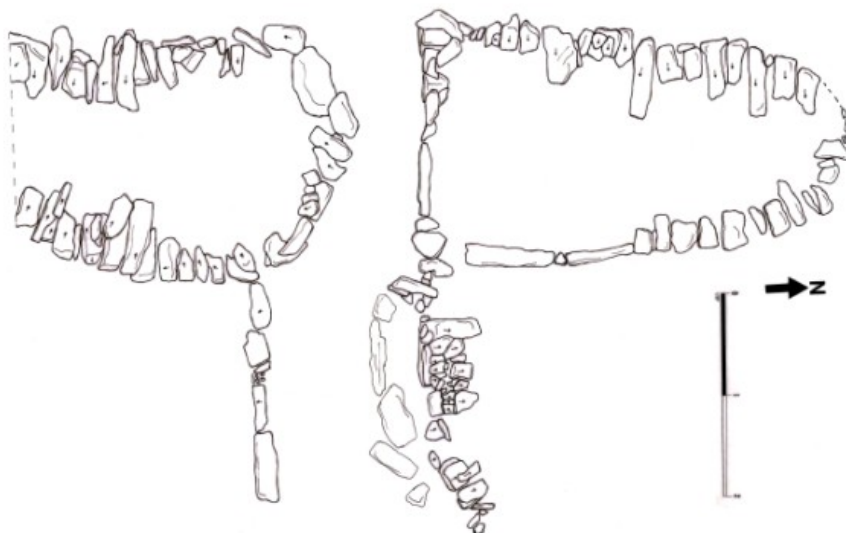


Figura 146 – Tipo IV de passagens.

Tipo de passagem V – Passagem onde na sua configuração parece existir uma forma de marcação espacial através da colocação de grandes lajes de xisto, provavelmente erguidas. Define-se pelos elementos constituintes serem o xisto, a argila, o granito e a cerâmica, estando agrupados na categoria D2 que corresponde a elementos entre 201 mm e 400 mm e as suas lajes definidoras da configuração não estão completamente facetadas. Corresponde à passagem 12 no murete 2, localizada na área Oeste do sítio.

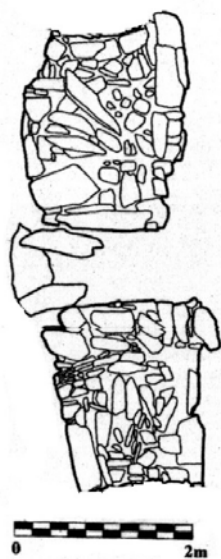


Figura 147 – Tipo V de passagens.

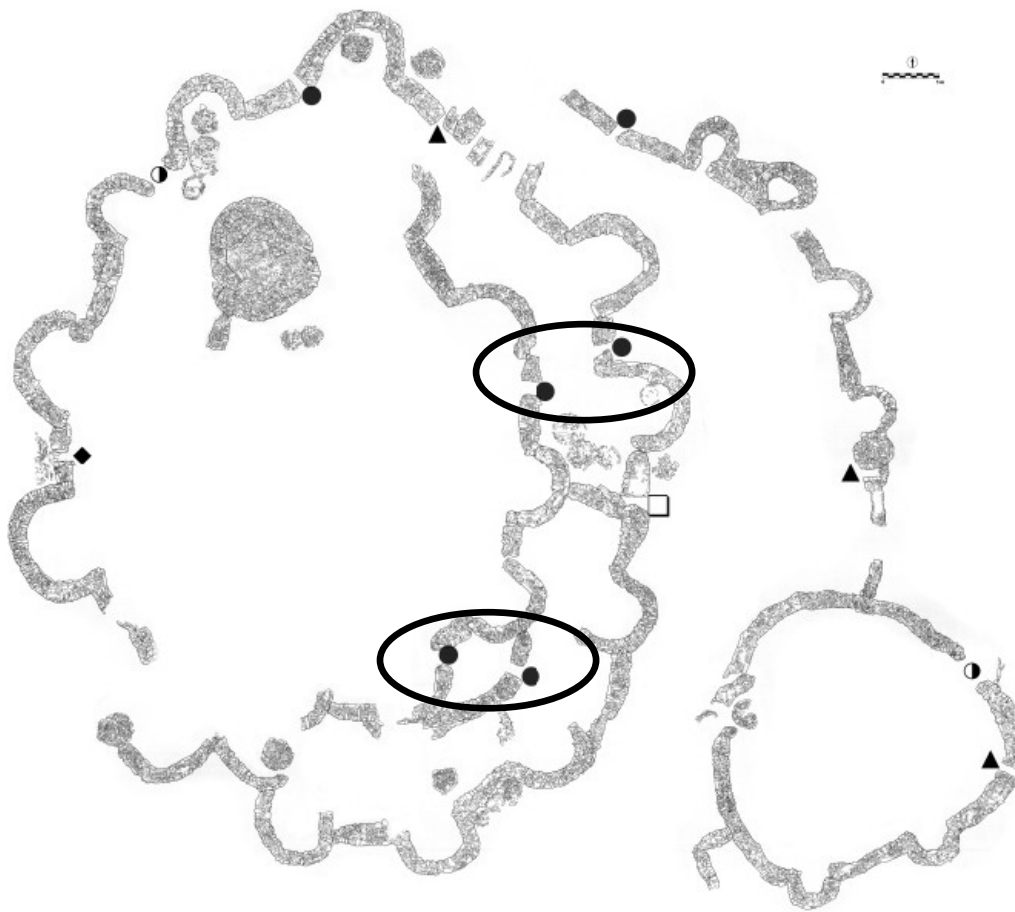


Figura 148 – Distribuição dos diversos tipos de passagens: tipo I – Círculos a cheio; tipo II – Triângulos; tipo III – Círculo meio cheio; tipo IV – Quadrado e tipo V – Losango. O segmento de recta que representa a escala tem 5 m.

Embora a diversidade pareça ser a nota dominante, podemos enunciar um pequeno conjunto de observações:

1 – Das seis passagens de tipo I (assinaladas no *croqui* com círculos), quatro parecem estar relacionadas, duas a duas. Situam-se a pouca distância e apresentam uma certa simetria. Na figura estão englobadas por uma elipse.

2 – As duas passagens de tipo III estão localizadas em sítios opostos; uma no Recinto Secundário a SE, outra no murete 2 a NO. Seriam estruturas com um grau elevado de monumentalização, pois parecem apresentar patamares de acesso, a quem se aproxima do exterior, e dariam acesso a espaços bem definidos; a passagem 4 (a SE) permitia a entrada/saída para o Recinto Secundário, um espaço bem delimitado e a

passagem 11, localizada entre bastiões, oferece a provável Torre no seu espaço imediato.

3 – O murete 3, no estado actual das investigações, parece ter apenas um único tipo de passagens (tipo I).

#### **3.6.2.4. Estruturas circulares e estruturas circulares geminadas**

Para a elaboração de uma tipologia destas estruturas, atendeu-se a dois critérios muito específicos; estruturas circulares isoladas, e estruturas geminadas. Como foram identificadas geminações a duas estruturas e a três estruturas optou-se por separá-las, individualizando-as em dois tipos.

Considerando estes aspectos podemos sugerir a seguinte tipologia:

Tipo I – Estruturas circulares. Definem-se pela sua forma circular ou sub-circular. Podem ser de três subtipos:

Subtipo Ia – Os seus elementos têm uma dimensão modal entre os 201mm e os 600mm, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, e granito, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas (a 40%) e não facetadas (a 60%). A forma oscila igualmente pela circular (40%) e sub-circular (60%). A área destas estruturas situa-se entre o 1,92 m<sup>2</sup> e 3,96 m<sup>2</sup>. Este foi o principal critério definidor deste subtipo, a área destas estruturas é sempre inferior a 4 m<sup>2</sup>. Este subtipo corresponde às estruturas circulares Ec3, Ec10, Ec12 e Ec25.



Figura 149 – Tipo Ia de estruturas circulares e circulares geminadas.

Subtipo Ib – Os seus elementos têm uma dimensão modal entre os 201mm e os 600mm, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, e granito, e quartzito, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas (a 33%) e não facetadas (a 66%). A forma oscila igualmente pela circular (66%) e sub-circular (33%). A área destas estruturas situa-se entre o 4,83 m<sup>2</sup> e 5,29 m<sup>2</sup>. Este foi o principal critério definidor deste subtipo, a área destas estruturas situa-se entre os 4 m<sup>2</sup> e os 6 m<sup>2</sup>. Este subtipo corresponde às estruturas Ec4, Ec14 e Ec20.



Figura 150 – Tipo Ib de estruturas circulares e circulares geminadas.

Subtipo Ic – Os seus elementos têm uma dimensão modal muito variável, entre os 201mm e maior que os 600mm, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, e granito a 100%, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas (a 66%) e não facetadas (a 33%). A forma oscila igualmente pela circular (66%) e sub-circular (33%). A área destas estruturas situa-se entre o 6,37m<sup>2</sup> e 9,9m<sup>2</sup>. Este foi o principal critério definidor deste subtipo, a área destas estruturas ser superior aos 6m<sup>2</sup>. Este subtipo corresponde às estruturas Ec5, Ec15 e Ec21.





Figura 151 – Tipo Ic de estruturas circulares e circulares geminadas.

Tipo II – Conjunto de duas estruturas circulares geminadas. Definem-se pela sua forma circular e por uma elevada padronização. Podem ser de dois subtipos consoante a sua área interna.

Subtipo IIa – Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto e a argila, os seus elementos têm uma dimensão modal, entre os 201 mm e os 400 mm, as lajes são todas facetadas e a área não excede os 3,00 m<sup>2</sup>. Este subtipo corresponde às estruturas geminadas 11 e 13.



Figura 152 – Tipo IIa de estruturas circulares e circulares geminadas.

Subtipo IIb – Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto, a argila e o granito, os seus elementos têm uma dimensão modal, entre os 401 mm e os 600 mm, as lajes são todas facetadas e a área não situa-se entre os 4,0 m<sup>2</sup> e os 5,5 m<sup>2</sup>. Este subtipo muito padronizado corresponde às estruturas geminadas 23 e 24.

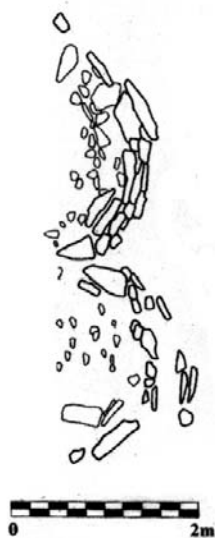


Figura 153 – Tipo IIb de estruturas circulares e circulares geminadas.

Tipo III – Conjunto de três estruturas circulares geminadas. Definem-se pela sua área interna, pois os dois subtipos encontrados mostram alguma variabilidade.

Subtipo IIIa – Este subtipo apresenta alguma variabilidade entre os dois conjuntos de estruturas geminadas. Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto, argila, granito, quartzo e afloramento rochoso. Os seus elementos têm uma dimensão modal, entre uma medida menor que os 201 mm e os 600 mm, as lajes são todas facetadas a 64% e não facetadas a 38%, A área não excede os 4,00 m<sup>2</sup>, existindo apenas uma excepção, a estrutura 17, de forma oval que apresenta uma área de 8,64 m<sup>2</sup>. Este subtipo corresponde às estruturas geminadas 1, 2 e 6 e 17, 18 e 19.



Figura 154 – Tipo IIIa de estruturas circulares e circulares geminadas.

Subtipo IIIb – Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto, a argila e o granito. Os seus elementos têm uma dimensão modal, medida menor que os 201 mm, as lajes são todas não facetadas. A área situa-se entre os 5,0 m<sup>2</sup> e os 7 m<sup>2</sup>. Este subtipo corresponde às estruturas geminadas 7, 8 e 9.



Figura 155 – Tipo IIIa de estruturas circulares e circulares geminadas.

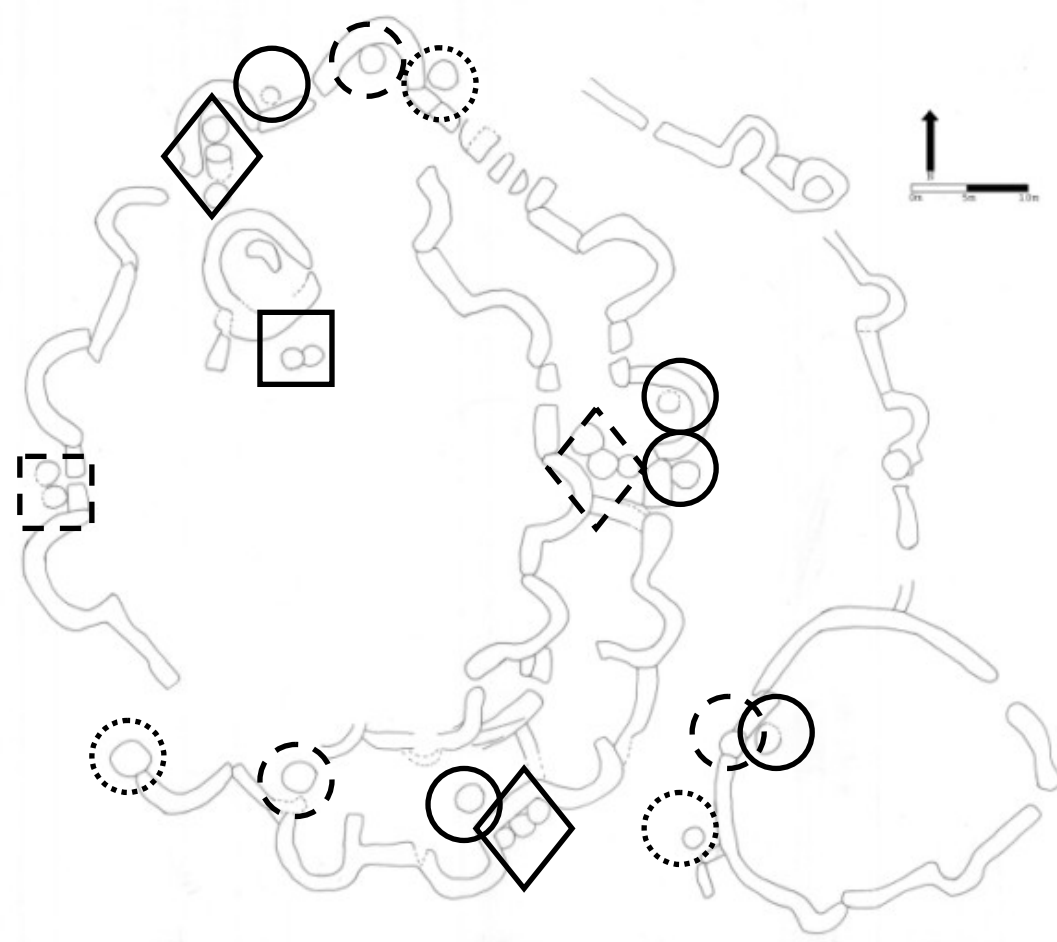


Figura 156 – Localização dos diversos tipos de estruturas circulares e circulares geminadas. Tipo Ia- círculos a cheio, Ib- círculos a tracejado, tipo Ic círculos a ponteados, tipo IIa- quadrados a cheio, IIb- quadrados a tracejado, tipo IIIa- losangos a cheio, IIIb- losangos a tracejado (tintagem de Bárbara Carvalho sobre desenho de João Muralha).

Tendo em consideração os critérios definidores da tipologia (estruturas circulares isoladas, geminadas a duas estruturas e geminadas a três e a respectiva área), e a sua distribuição no sítio suscita-nos apenas dois comentários:

a) A aparente distribuição aleatória deste tipo de estruturas. Não parece existir qualquer padrão na sua localização. O facto de todas elas estarem associadas a troços de muretes, “bastiões” ou muros apenas reflecte o facto de a escavação ter privilegiado até ao momento as grandes linhas estruturais do sítio.

b) A não existência de qualquer estrutura deste tipo associada ao murete 1, no entanto é importante referir que a área entre o murete 1 e o murete 2, não se encontra completamente escavada.

### 3.6.2.5. Estruturas de colmatação/oclusão<sup>108</sup>

As estruturas de colmatação/oclusão são elementos configurativos de obstrução a um determinado espaço ou à circulação de pessoas. Foram detectados em Castanheiro do Vento vários tipos que a seguir se descrevem.

Tipo I – Petrificação (enchimento) quer de espaços outrora aberto, quer de estruturas massivas. Esta acção consiste na colocação/”deposição” de várias lajes, em algum dos casos de tipo diferente das utilizadas na construção das estruturas. A diferença ocorre a nível da dimensão e a nível do tipo de elementos pétreos escolhidos. Podemos definir dois subtipos:

Subtipo Ia- Petrificação de um espaço aberto. Este subtipo ocorre na colmatação dos “bastiões” do murete 1, à excepção do “bastião” D. Os “bastiões” dos outros muretes que foram escavados até esse nível, não apresentaram colmatações deste tipo. São lajes de grandes dimensões, entre 0,60 m e 1,20 m, de xisto azulado não existente no local. Outra característica única é a sua não utilização na concepção dos muretes. Esta constatação torna-se muito importante pois reveste esse acto de significado. É também importante notar que essa colocação de lajes obedece a uma acção estruturada/pensada, ou, se quisermos, intencional, pois as lajes delimitam em muitos casos pequenos espaços.

---

<sup>108</sup> O estudo e a tipologia deste tipo de estrutura foram já objecto de um trabalho da equipa de coordenação de Castanheiro do Vento, JORGE, Vítor Oliveira, MURALHA, João, PEREIRA, Leonor Sousa, VALE, Ana e COIXÃO, António Sá (2005a), “Morfologia Construtiva do Recinto pré-histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas “estruturas de condenação”, *Almadan*, II série, nº13, pp. 25-35. As alterações aqui propostas são ao nível da sistematização desse tipo de estruturas, da terminologia utilizada e têm em conta a experiência dos cinco meses de campanha de escavações de 2005 e 2006.



Figura 157 – Sub-tipo Ia de estruturas de oclusão. Os círculos indicam a delimitação de pequenos espaços no interior da estrutura, neste caso “bastião” C.

Podemos colocar aqui o problema de essas lajes pertencerem a derrubes dos bastiões. Essa hipótese é recusada por duas observações; primeiro a extrema diferença existente a nível desses elementos. As lajes constituintes da estrutura definidora dos bastiões e dos muretes são compostas por xisto local, alguns blocos de grauvaque e de dimensões médias menores. Segundo, colocação/”deposição” dessas lajes obedece a um esquema predefinido. A análise da estruturação espacial no interior dos “bastiões” oferece-nos uma colocação efectiva, deliberada, intencional. O espaço interno das estruturas é reordenado, impedindo uma circulação no seu interior. E a existir, essa circulação seria feita por cima das lajes, ou entre os pequenos espaços em aberto, deixados por essa reorganização espacial.

Esta situação, já detectada igualmente em Castelo Velho de Freixo de Numão<sup>109</sup>, remete-nos, obviamente, para outras explicações que não a simples existência de derrubes, mas sim para uma ideia efectiva, deliberada, de protecções/fechos/occlusões

---

<sup>109</sup> JORGE, Susana O., 2002:153. Esta autora refere: “Em dois outros casos (estruturas 4 e 9), as estruturas foram “limpas” e posteriormente “condenadas” com lajes de xisto azul. Aqui não se trata de proteger o conteúdo, mas tão só, de impedir (por motivações sociais obviamente ocultas) a sua reutilização.” Ver igualmente JORGE, S.O., OLIVEIRA, M.L. OLIVEIRA, S.A. e GOMES, S, (1998/99), pp.29-70.

propositadas, para uma intencionalidade arquitectónica de manifestar uma ruptura, uma modificação material e conceptual do espaço.

Subtipo Ib – Colocação de grandes lajes de xisto local nas áreas centrais de estruturas maciças. Estas lajes possuem dimensões superiores a 0,80 m e maioritariamente aparecem colocadas de lado, ou seja, não são postas na sua superfície maior e mais plana, mas sim de lado, e encaixadas entre outras. É o caso da pequena torre do murete 1. Neste caso não se pode falar em derrubes, pois as estruturas são maciças e as lajes encontram-se no seu interior.



Figura 158 – Sub-tipo Ib de estruturas de oclusão.

Tipo II – Dissimulação intencional do vão interno em discontinuidades do murete.

Estruturação de um alinhamento pétreo, constituído por lajes e blocos de grauvaque de dimensões menores do que os elementos constituintes do murete, unindo os vãos das “passagens”, dissimulando o seu fecho intencional. Este tipo de colmatção foi observado na passagem 4. É interessante notar que esta dissimulação construtiva existia apenas na área interna do recinto anexo. Para o seu exterior, a colmatção do vão, foi efectuada através de um enchimento de lajes e grandes blocos de xisto e grauvaque e uma grande quantidade de pedras e lajes de pequena dimensão, delimitados por uma laje fincada.



Figura 159 – Tipo II de sistemas de oclusão. O exemplo é da passagem 4. as linhas pretas representam a linha interna do murete, a branco a linha de dissimulação intencional.

Tipo III – Colocação de lajes de xisto dispostas oblíqua e paralelamente.

Este tipo de colmatação apenas foi detectado duas vezes; no “bastião” D e na área Norte do recinto secundário. É constituído por lajes de xisto azulado (na sua grande maioria), e estreita, no primeiro caso, o acesso ao interior do bastião e no segundo caso, colmata uma pequena descontinuidade do murete do recinto anexo.

As lajes são de dimensões médias, entre 0,40 m e 0,60 m e são colocadas oblíqua e paralelamente, impedindo o acesso a um determinado espaço, ou preenchendo-o. Estas lajes são preferencialmente afeixoadas em apenas um dos lados (ou seja, na área que ficava voltada ao interior da estrutura).

Especificamente o “bastião” D apresentava um conjunto de lajes inclinadas, dispostas em “escama”, que encostavam a uma grande laje fincada (de tipo “estela”). As lajes constituintes desta estrutura de colmatação, eram em xisto azulado, afeixoadas nas extremidades. Mais uma vez se observa uma situação diferenciada entre o material de construção do murete e o material utilizado nestas estruturas de colmatação. Novamente a hipótese de derrube tem de ser afastada. Os argumentos são em tudo idênticos aos descritos em cima.



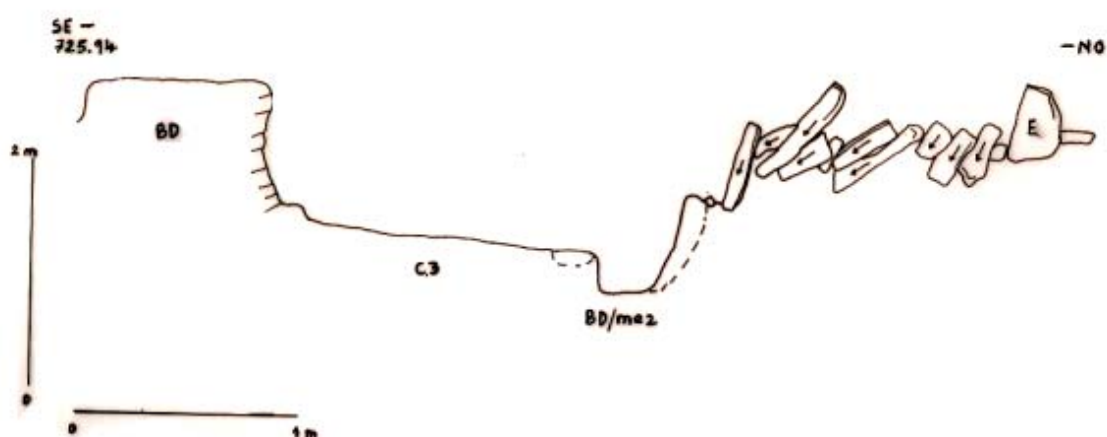


Figura 160 – Tipo III de estruturas de oclusão. BD - “bastião” D, C3 – Camada 3, E – Estela, BD/me2 – “bastião” D/micro—estrutura 2 (tintagem de Bárbara Carvalho sob desenho de campo de João Muralha).



Figura 161 – Tipo III de estruturas de oclusão. No interior do círculo são visíveis as lajes inclinadas.

Subtipo IIIa – Deposição de lajes tipo “estela” de um xisto azulado e brilhante num contexto organizado de forma a ocluir a passagem.

Este subtipo foi detectado na passagem 10. Esta foi colmatada por um pequeno arco interno constituído por pequenas lajes de xisto local, na área mais próxima ao interior do recinto, e a deposição de duas lajes azuis tipo “estela”, no acesso a essa área. Juntamente com as lajes foram depositados fragmentos cerâmicos num pequeno nicho.



Figura 162 – Subtipo IIIa de estruturas de oclusão. Neste momento da escavação, detecta-se apenas o pequeno arco interno (linha branca) ocluindo a passagem para o interior do recinto e uma das lajes de xisto (círculo branco) (foto de João Muralha).





Figura 163 – Subtipo IIIa de estruturas de oclusão. Neste momento da escavação, já são visíveis as duas lajes de xisto azul (círculos a branco) e a “construção” de um alinhamento de pequenos blocos de xisto que oclui completamente a passagem e encosta à linha exterior do murete (linha preta). O tracejado branco indica as linhas do murete (foto de João Muralha).

Tipo IV – Elaboração de um dispositivo em arco colmatando exteriormente uma passagem.

Este tipo de colmatção foi detectado apenas na passagem 2 e consiste na configuração de uma estrutura em arco que colmata completamente o acesso ao interior da área definida pelo murete 1. É composta por lajes de grande tamanho (0,50 m a 0,80 m) de formato sub-retangular, completamente diferentes das lajes que estruturam o murete e que estreitavam a “passagem.” Junto ao murete, imbricava num conjunto de pedras muito bem estruturado.



Figura 164 – Tipo IV de estruturas de oclusão. A estrutura em arco que oclui a passagem está definida com uma linha preta.

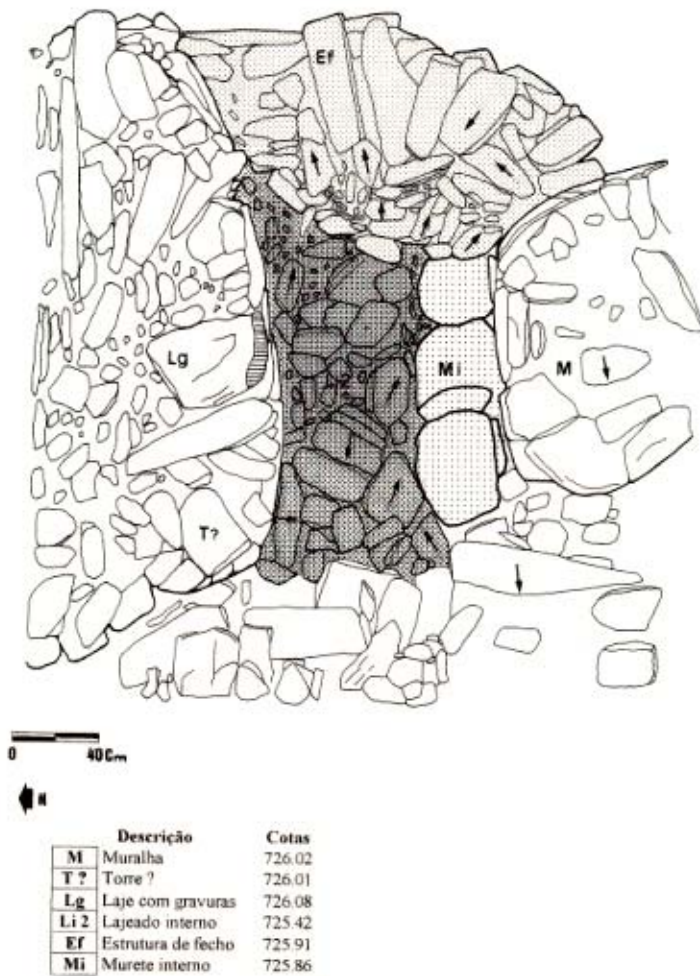


Figura 165 – Tipo IV de estruturas de oclusão.

Tipo V – Elaboração de um muro de ligação entre dois troços do murete ocluindo a passagem.

Este tipo de colmatção foi detectado apenas na passagem 6 e consiste na estruturação de um muro que através do seu posicionamento impede a passagem. É composta por lajes de tamanho médio a grande (0,40 m a 0,60 m) e é uma pequena estrutura murária adossada ao muro que provoca a oclusão da passagem.

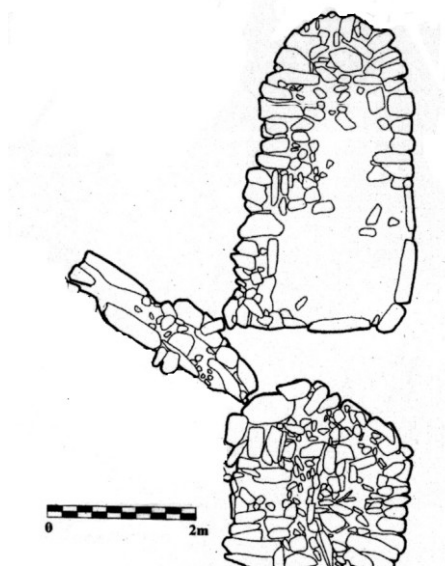


Figura 166 – Tipo V de estruturas de oclusão.

Tipo VI – Elaboração de uma ou várias estruturas circulares, geminadas ou não, que posicionadas em frente às passagens, as colmatam.

Este tipo de oclusão foi detectado apenas na passagem 12 e consiste na “construção” de duas estruturas circulares, neste caso geminadas, que dificultam, ou mesmo impedem o acesso à passagem. Este tipo foi igualmente detectado em Castelo Velho de Freixo de Numão nas passagens L1 e L2. (JORGE 2003:44)

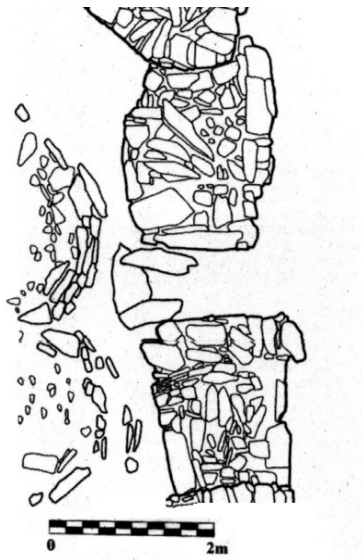


Figura 167 – Tipo VI de estruturas de oclusão.

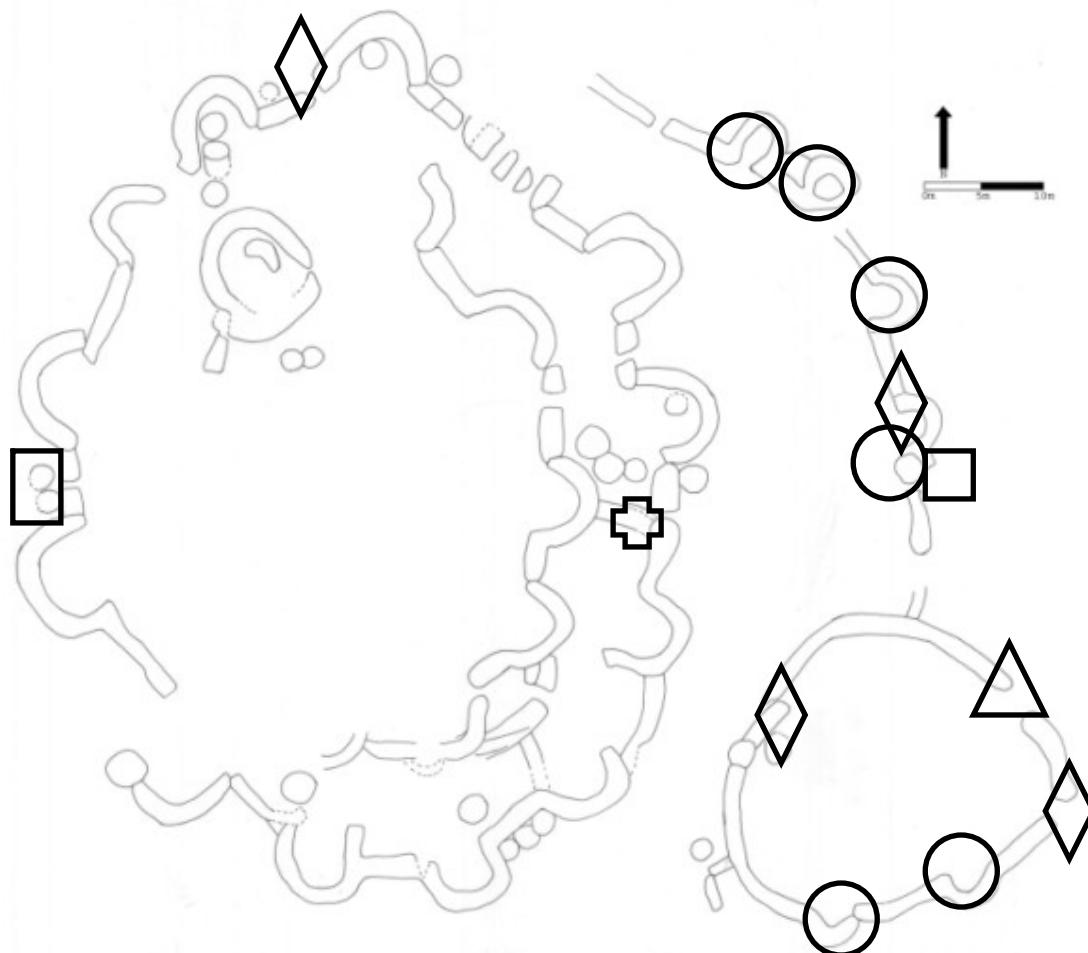


Figura 168 – Localização dos diversos tipos de estruturas de oclusão. Tipo I- círculos, tipo II- triângulos, tipo III- losangos, tipo IV- quadrados, tipo V- cruzes e tipo VI- rectângulos.



A observação da figura 49 remete-nos para um conjunto de observações:

a) Em termos gerais ressalta imediatamente a concentração de estruturas de oclusão no murete 1 e recinto secundário. Por um lado, esta situação poderá estar relacionada com a metodologia de escavação seguida até 2003. As estruturas de tipo “bastião” e as passagens foram escavadas em profundidade sendo possível identificar algumas destas estruturas. No entanto existem alguns factores que contradizem esta ideia; a escavação de outras estruturas de tipo “bastião” no murete 2 e 3, embora não em profundidade, mas o suficiente para se atingir o nível de oclusão, caso das estruturas BH, BI, BJ, BM, BP, BQ, BR e BS e das passagens P7, P8, P9, P11, P13 e P14. Aqui não se detectaram estruturas de oclusão/colmatação. Em muitas de estas estruturas de tipo “bastião”, escavaram-se níveis antrópicos com micro-estruturas.

b) As estruturas de oclusão de tipo I, petrificação de um espaço delimitado, foram identificadas em todos os “bastiões” do murete 1 e recinto secundário. É importante colocar a hipótese de a localização espacial destas duas grandes linhas (M1 e RS) condicionar a existência de este tipo de estruturas.

c) Um dos conjuntos estruturais mais complexos até hoje detectados, o “bastião” D, a torre pequena e a passagem 2, é igualmente o conjunto onde se localizam três tipos diferentes de colmatação. No interior do “bastião” D o espaço de circulação é restringido, a torre pequena é objecto de “petrificação” e a passagem 2 ao mesmo tempo que é ocluída, é monumentalizada por essa estrutura.

d) O tipo III, embora não possua qualquer tipo de padrão na sua distribuição, apresenta algumas características interessantes que o afastam de uma única interpretação relacionada com estruturas de oclusão. As lajes de xisto azulado componentes deste tipo são diferentes; no “bastião” D e no troço Norte do murete do recinto secundário são mais espessas (0,05 m a 0,70 m) e mais compridas (cerca de 0,50 m a 0,70 m), enquanto nas passagens são afeiçoadas em forma de “estela”, menos espessas (0,02m a 0,05m) e mais pequenas (0,40m) o que corresponde à variante IIIa. No primeiro caso como já vimos, restringem ou impedem a circulação num espaço, no segundo caso poderão ser vistas como “ (...) significados, mensagens, memórias, que numa sociedade sem escrita se inscreveriam metonimicamente em formas materiais” (VALE, CARDOSO e JORGE, V. 2006:99), são “deposições” portadoras de múltiplos sentidos contextuais.

e) A grande diversidade existente e arqueologicamente visível na alteração de espaços, na dinâmica constante de fechar espaços, delimitar circulações, remete-nos novamente para uma manipulação (re)-configuradora do sítio enquanto processo estruturador de uma comunidade num espaço<sup>110</sup>.

### 3.6.3. Outros elementos: sua tipologia

Este sub-ponto pretende tratar a informação retirada dos muros de ligação entre muretes ou muros anexos a bastiões ou troços de muretes.

O próximo quadro sintetiza essa informação.

ID	Sigla	Materiais	Dimensões	Acabamentos	Lajes	Larg. Muro (m)	Comp. Muro (m)	
18	Mr1	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,3	2,3	
97	Mr2	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado	Não	0,6	3,5	
98	Mr3	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,7	2,5	
99	Mr4	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,7	1,9	
100	Mr5	Xisto Terra	Entre 401 e 600mm	Facetado/Não facetado	Não	1,2	2,5	
101	Mr6	Xisto Granito Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	1,55	3	
102	Mr7	Xisto Terra	Entre 201 e 400mm	Facetado/Não facetado	Não	0,9	3	
						Média	1,27	2,67
						Des.		
						Pad.	0,4	0,5
						Coef.		
						Var.	32%	20%

Figura 169 – Quadro de variáveis das estruturas tipo muro.

Nas variáveis não numéricas a homogeneidade é um factor visível nestes troços de muro. À excepção do muro Mr6, que tem na sua constituição granito, todos os outros são constituídos apenas por xisto e argila. As dimensões modais dos seus elementos repartem-se entre a D2 (entre 201 e 400 mm) e D3 (entre 401 e 600 mm) e apenas o muro Mr2 é elaborado com lajes de xisto sempre facetadas.

<sup>110</sup> Voltaremos a estas ideias no sub-ponto seguinte.



As variáveis numéricas apesar de não apresentarem valores que nos indicam um alto coeficiente de variabilidade, também não exibem qualquer tipo de padrão.

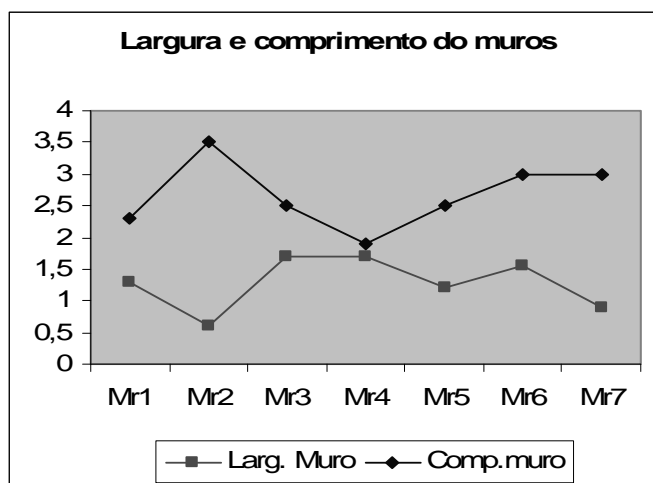


Figura 170 – Gráfico de largura e comprimento dos muros.

É interessante fazer duas pequenas observações ao gráfico:

a) A forma dos muros é rectangular, embora as medidas do Mr4 façam-no parecer quase quadrangular, esta estrutura não se encontra completamente escavada, e provavelmente, após escavação, ligar-se-á ao canto sudoeste do bastião I;

b) A não existência de qualquer tipo de relação entre largura e comprimento quer entre os diversos muros, quer entre os muros enquanto unidade.

Tendo em consideração a pouca quantidade deste tipo de estruturas detectadas, optou-se por não se elaborar qualquer tentativa de tipologia. Podemos apenas dividi-los entre muros que perfazem ligações entre muretes e muros associados a muretes.

No primeiro caso estão apenas os muros Mr3 e Mr4. São semelhantes em tudo, desde a composição dos seus elementos de configuração até à largura. Diferem apenas no comprimento. Fazem ligação entre o murete 2 e o murete 3.

No segundo caso estão os restantes muros, onde domina alguma diversidade, especialmente, como já vimos, nos descritores numéricos. Dois dos muros estão associados ao recinto secundário e todos os outros ao murete 2.

### **3.7 Algumas notas às técnicas de configuração do sítio arqueológico**

Ao longo deste capítulo, temos tentado sistematizar os elementos constitutivos de um aparelho arquitectónico que desde 1998 têm vindo a ser objecto de estudo. A análise tem sido parcelar e descontextualizada e não será ainda neste sub-ponto que iremos proceder à sua contextualização e síntese. No entanto, gostaríamos aqui de sistematizar um dos aspectos importantes que a escavação de Castanheiro do Vento nos tem oferecido: os materiais componentes da sua estruturação e a descrição das técnicas de configuração do sítio arqueológico detectadas em escavação.

Como vimos nos quadros dos sub-pontos anteriores, os materiais utilizados repartem-se pelos elementos pétreos (xisto, granito, quartzo, quartzito) e a terra. A separação que agora fazemos entre pedra e terra é meramente utilizada enquanto opção metodológica para uma descrição e análise das técnicas de configuração do sítio. Uma não existe sem a outra, e as duas não existem sem a água e a madeira, quer seja em troncos de árvores, quer em ramos arbóreos e/ou arbustivos. As técnicas de configuração de Castanheiro do Vento incluem todos estes materiais num processo de interligação, de coexistência, moldando continuamente o sítio.

E o sítio não se reporta exclusivamente ao topo da colina. O sítio abrangeria toda a colina, num “todo significativo”, porque provavelmente as estruturas de carácter monumental continuariam pelas encostas e os afloramentos rochosos que serviriam de pedreira, e aqueles deixados intactos constituiriam “marcos” espaciais importantes no acesso ao topo da colina.

Prospecções sistemáticas realizadas em toda a colina apontam-nos alguns locais, onde a destruição efectuada pela plantação de eucaliptos e pelo cerejal<sup>111</sup>, não aconteceu. Esses pontos da colina estão junto a grandes afloramentos rochosos onde ainda é possível recolher materiais não perturbados por acção mecânica. Se esta perturbação/destruição não tivesse acontecido, poderíamos estar perante um conjunto de plataformas e rampas, como se detectou em Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE S. 2005:95-97 e 127-139) e mesmo em outras áreas de Castanheiro do Vento,

---

<sup>111</sup> Nesta zona de cerejal, aparecem inúmeros artefactos à superfície, como fragmentos cerâmicos com decoração impressa (penteada) ou elementos de moinhos.

nomeadamente na área Este do sítio, no exterior do murete 1. Aqui detectaram-se vestígios de uma rampa que encostaria aos “bastiões” C e D, e de um talude muito bem estruturado na área Norte. Ainda outro exemplo, a Este da área intervencionada. A meia encosta, foram detectados, como já referimos anteriormente, dois enormes blocos alongados de xisto, um deles com “covinhas”, que estando erectos, poderiam pertencer a uma estrutura monumental de acesso ao topo da colina. Embora não estando na sua posição original, pelo seu peso e envergadura e pelas marcas deixadas pelas máquinas que os arrastaram não estão muito longe do local onde inicialmente teriam sido colocados.

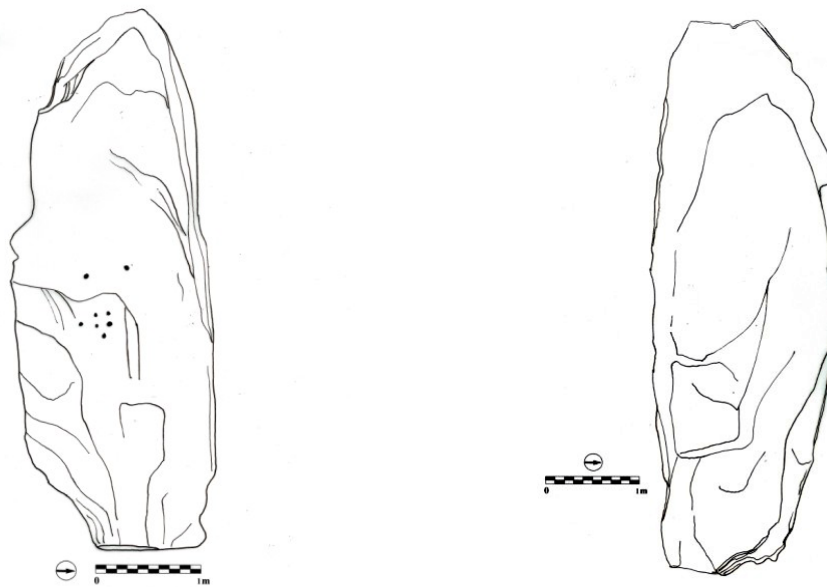


Figura 171 – Grandes blocos de xisto alongado de tipo meniróide. A escala representa 1 m. Apenas se desenhou o plano pois sem o auxílio de maquinaria pesada é impossível mover os blocos (desenho de Bárbara Carvalho e tintagem de João Muralha).

Mesmo que estas estruturas monumentais não fossem abrangentes em toda a colina, não podemos “ler” a estação arqueológica apenas no seu topo, dissociando-a do seu espaço imediato e mesmo do território onde está inserida<sup>112</sup>.

---

<sup>112</sup> Ver capítulo 4.



Figura 172 – Implantação de um dos blocos de xisto, embora deslocado da sua posição original.



Figura 173 – Os dois blocos de xisto (fotografia de João Muralha).

Aparece-nos aqui o conceito de escala. O sítio é constantemente olhado a diversas escalas. A escala dos materiais recolhidos, das micro-estruturas, das estruturas, do conjunto de estruturas, a escala do sítio definido por quem nele trabalha, a escala da região onde ele está. Ao longo deste capítulo temos vindo a elaborar uma análise apenas

à escala do sítio. À escala das suas estruturas, à sistematização dos seus elementos constituintes. E estes elementos constituintes e configuradores do sítio têm de ser considerados num âmbito mais alargado do que simples materiais, que unidos de determinada forma, produzem aquele local específico. A pedra, a argila, a madeira, a água são artefactos, como os fragmentos cerâmicos e materiais líticos, igualmente usados na acção configurativa do local e as próprias estruturas que ao existirem em determinado ponto da estação arqueológica, também a configuram, a moldam, num diálogo intensivo, constitutivo de uma vivência comunitária, à escala de um território povoado por comunidades em permanente mobilidade, negociação, estruturação.

Se aceitarmos que a estruturação de um sítio arqueológico como Castanheiro do Vento nunca terá sido um projecto terminado, mas sempre um processo de configuração, teremos que atentar a três aspectos interligados e específicos desse processo:

1- O conceito de “técnicas de configuração” não como sinónimo de técnicas de construção mas sim como noção operatória diferente.

2- O conceito de “habilidade técnica” vinculado a uma matriz social enquanto rede de ligações sociais entre uma comunidade.

3- O conceito de “tecer” como paradigma de todo o fazer.

Estes três conceitos tornam-se importantes no seu estudo integrado, e integrando a estação arqueológica de Castanheiro do Vento.

Os dois primeiros conceitos podem-se explicitar conjuntamente.

As técnicas de configuração/elaboração, não podem ser observadas como uma “técnica” de edificar algo no sentido moderno do termo (JORGE, V. 2006:260). Não é uma realidade isolada, é uma acção contextualizada e fortemente embebida num devir histórico. O acto de “construir”, estruturar, configurar um espaço está inserido num sistema de relações de sociabilidade que ao mesmo tempo solidifica ou liquefaz esse sistema.

É importante, na linha do antropólogo Tim Ingold, repensar a técnica (2000:289:319) não de uma forma dualista, como oposição entre pensamento intelectual e execução mecânica, pois este é um fenómeno da modernidade ocidental. Em vez de pensarmos que as operações técnicas, como o acto de construir, são pela sua natureza, mecânicas, Ingold argumenta que a máquina é um desenvolvimento das forças de produção acompanhando o desenvolvimento do capitalismo industrial. Neste processo as relações entre trabalhadores, ferramentas e matérias-primas foram alteradas.

Substitui-se a habilidade por uma função mecânica (INGOLD 2000:289). A emergência deste conceito está associado ao aparecimento e desenvolvimento de uma cosmologia mecanicista que supera o “design” da construção e reduz a habilidade de fazer a uma execução meramente técnica. O artesão guia-se pelos movimentos da sua percepção enquanto os movimentos da máquina são predeterminados. Ingold observa ainda que a transição das “*hand-tool*” para a máquina não é uma história de complexificação, do simples para o complexo, mas sim de externalização, a deslocação daquele que faz, do centro do processo, para a sua periferia, não num sentido geográfico mas sim intrínseco ao seu papel enquanto artesão (INGOLD 2000:289/311).

Esta conclusão enforma as observações que se poderão fazer em relação às sociedades pré-industriais e mais especificamente às capacidades técnicas das respectivas comunidades. O conceito de tecnologia é um produto da moderna cosmologia máquina-técnica do pensamento ocidental. Essas sociedades “primitivas”, ou melhor essas “comunidades outras”<sup>113</sup> (JORGE V. 2006a:106) aparecem aos nossos olhos como comunidades portadoras de uma tecnologia simples, alicerçada num pensamento determinado pela sua falta de complexificação técnica. Desta forma, dois eixos do moderno pensamento ocidental, estreitamente conectados ao progresso e à razão iluminista, empurram todas as observações referentes a estas comunidades para um sistema de pensamento determinista, “ (...) as technology determines practice, so culture determines thought” (INGOLD 2000:321).

Nas “comunidades outras”, o sucesso do seu modo de vida provavelmente dependeria da existência de habilidades sensitivas de percepção e acção. Num contexto de compromisso entre pessoas e o “meio-ambiente”, as habilidades técnicas são elas próprias constituídas dentro de uma matriz de relações sociais.

Mas como?

Ingold responde-nos:

“ (...) as they involve the use of tools, these must be understood as links in chains of personal rather than mechanical causation, serving to draw components of the environment into the sphere of social relations rather than to emancipate human society from the constraints of nature. Their purpose, in short, is not to control but to reveal” (2000:289/290).

---

<sup>113</sup> Este conceito é definido por Vítor Oliveira Jorge como “ (...) comunidades outras, que viviam na oralidade, baseadas na memória e numa certa estabilidade (mais aparente que real, mas de qualquer modo com ritmos de mudança muito diferentes dos nossos) escorada na atribuição de papéis sociais conforme o parentesco, o sexo, a idade, as relações de proximidade/vizinhança, e nas quais não havia um centro emissor de poder, formal, estabilizado ou mesmo hereditário” (JORGE, V. 2006a:106).

Ou seja, nessas “comunidades outras”, as pessoas não estão ligadas a um sistema de requisitos técnico-ambientais, mas sim como já vimos a um sentido apurado de habilidades sensitivas de percepção e acção. O seu contínuo envolvimento dentro da comunidade e dentro de um “meio-ambiente” faz aparecer a sua acção, não pré-determinada, mas sim revelatória.

O terceiro refere-se a um outro conceito discutido por Tim Ingold; tecer como paradigma de todo o fazer. Para explicitar esta ideia, o autor, recorre ao exemplo da tecitura de um cesto. O homem ao tecer um cesto não possui uma concepção precisa acerca da forma final, a forma emerge da simbiose entre o artesão e o material (INGOLD 2000:341). Segundo uma perspectiva cartesiana, o espírito humano inscreve o seu design numa superfície através da sua força. Ingold sugere o contrário. A força dos objectos não é imposta sobre eles, mas cresce através de um mútuo envolvimento entre o artesão e o material, num determinado meio. A superfície na natureza é pois uma ilusão, qualquer artesão trabalha dentro do mundo, não sobre ele. Claro que existem superfícies, mas estas dividem estados de matéria, não matéria, de espírito.

Para finalizar Ingold, refere que esta mesma ideia está presente em Heidegger quando este filósofo trata das noções de construir e habitar. Opondo a ideia moderna que habitar é uma actividade estruturada que está sobre, e é suportada por um meio-ambiente já construído, Heidegger argumenta que não podemos entrar num processo de actividades construtivas sem estarmos “habitados” dentro daquilo que nos rodeia.

“We do not dwell because we have built, but we built and have built because we are dwellers” (HEIDEGGER 1997:102)

Ou,

“Only if we are capable of dwelling, only then can we build” (HEIDEGGER 1997:109)

Para Heidegger, habitar é construir. Para Ingold, tecer é fazer. E Ingold especifica: Onde fazer (como construir), chega ao fim com a obra completa, na sua forma final. Onde tecer (como habitar) continua enquanto a vida continua, pontuada, mas não terminada pela aparência dos artefactos que massivamente trazemos à vida (*brings into being*) (INGOLD 2000:348).

Habitar no mundo é uma constante relação, um tecer temporal das nossas vidas, uns com os outros e com o meio ambiente

“The world of our experience is, indeed, continually and endlessly coming into being around us as we weave. If it has a surface, it is like the surface of the basket: it has no

“inside” or “outside”. Mind is not above, nor nature below; rather, if we ask where mind is, it is in the weave of the surface itself. And it is within this weave that our projects of making, whatever they may be, are formulated and come to fruition. Only if we are capable of weaving, only then can we make” (INGOLD 2000:348)

Na sua vida diária, as pessoas, ao fazerem tarefas, envolvem-se num processo entre si e os lugares que habitam. Essas tarefas são projectos levados a cabo sobre um conjunto particular de condições materiais e históricas, devendo ser distinguidas de uma força de trabalho quantificável. Nasce assim o termo *taskscape* (INGOLD 2000:195).

A *taskscape* é composta por múltiplos “entrelaçamentos”, de ritmos e ciclos da actividade habitual que acontece num espaço. Estes ritmos e ciclos têm uma temporalidade mais social do que cronológica. A elaboração e contínua re-elaboração do sítio arqueológico de Castanheiro do Vento terá sido um processo intenso e de intensidades, de contínuas negociações e renegociações acontecidas dentro de uma matriz de relações de sociabilidade, impregnadas de processos de habilidade, de *taskscape*s.

Tendo em consideração as ideias expostas em cima, podemos retomar a análise dos elementos configuradores do sítio, inseridos num processo de *taskscape*s:

A pedra surge sempre como o primeiro material definidor do espaço na:

- a) Demarcação e enchimento de embasamentos.
- b) Delineação de estruturas.
- c) Armação dos contrafortes.
- d) Estruturação dos taludes.

Enquanto a terra surge, não definindo propriamente um espaço, mas sim completando-o, enchendo-o:

- a) Nivelando.
- b) Colmatando fissuras do substrato geológico.
- c) Enchendo estruturas.
- d) Ligando os elementos constituintes dos muros, muretes, “bastiões”, estruturas circulares.
- e) Revestindo as estruturas.
- f) Moldando, quando utilizada fresca.
- g) Elevando super estruturas.

A utilização diferenciada e interligada destes dois elementos; a pedra e a terra produzem um conjunto de técnicas de configuração do sítio que iremos tentar descrever.



Embora a intervenção, como já referimos várias vezes, tenha privilegiado a escavação em área, em determinados momentos tem sido possível observar o gesto de habilidade inerente à execução do sítio.

**“Bastião” A, “Bastião” B e muretes de ligação.**



Figura 174 – Planta dos “bastiões A e B” e dos troços de murete que os unem. (Tintagem de Leonor Pereira, sob desenhos de campo de Bárbara Carvalho, Carlos Lemos e Vítor Fonseca).

O “Bastião” A possuía um nível de terra argilosa muito compacta, que nivelava o terreno onde assentava o seu embasamento pétreo. A inclinação é acentuada e esta terra argilosa colmatava não só uma área de grandes fissuras no substrato geológico, como nivelava o terreno. Tinha como componentes não apenas terra, mas também pequenos fragmentos de cerâmica, muito rolados e pedras de pequeno calibre, quer em xisto, quer em quartzo, que terão funcionado como desengordurantes.

O embasamento era constituído por lajes de xisto de dimensão média<sup>114</sup>, preferencialmente facetadas no interior da estrutura. As pedras do interior do murete são

<sup>114</sup> Pertencentes à categoria D2, cujas lajes variam entre os 201mm e os 400 mm.

em média mais pequenas e estavam ligadas por terra argilosa<sup>115</sup>. A morfologia em planta desta estrutura, quando comparada com as outras estruturas tipo “bastião”, surge diferente, ao contrário de um dos muretes (M1c) de ligação ao “bastião” B. Este troço de ligação, já apresenta uma cadênciã de grandes lajes colocadas transversalmente, facetando os limites do murete, sobrepondo-se lajes colocadas sob o seu eixo menor, grande parte delas facetadas. O enchimento é feito com lajes de dimensão média. Por outro lado, o troço de murete que também une estas duas estruturas, mas localizado a Norte (M1d), tem uma morfologia diferente, consistindo em grandes lajes colocadas transversalmente formando a face, sendo o enchimento composto por pedra mais miúda. Nestes dois muretes o ligante é sempre composto por terra argilosa.

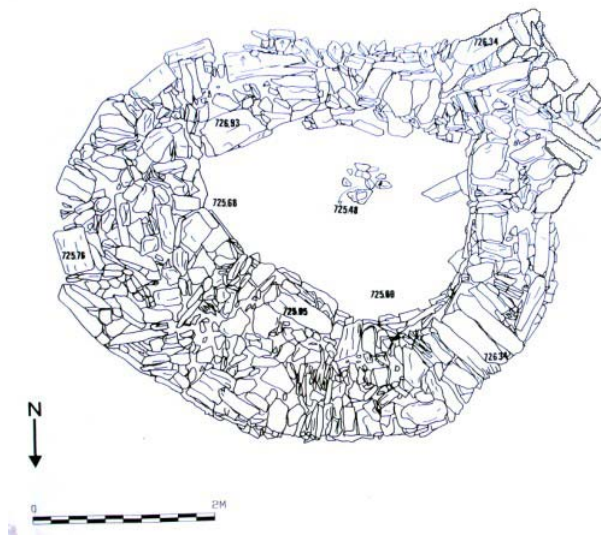


Figura 175 – Planta do “bastião” B no final da sua escavação (Tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Vítor Fonseca).

O “bastião” B, como já vimos anteriormente é uma estrutura que sofreu um conjunto de modificações desde a sua base. A sua morfologia apresenta alternadamente lajes transversais e lajes colocadas horizontalmente. Novamente a terra argilosa serve como ligante. Como a estrutura anterior, assenta num nível compacto de terra argilosa, possuindo no entanto, uma diferença; foram detectados pequenos níveis de terra argilosa acinzentada no interior dessa camada. No estado actual dos trabalhos, sugerir que esses pequenos níveis pertencem a momentos diferenciados de ocupação do sítio, ou sugerir que pertencem a momentos de execução do nível compacto de terra argilosa, não é possível dizer. Só com o avançar dos trabalhos para o interior do murete 1 e detectar

<sup>115</sup> A terra enquanto elemento ligante foi detectada em sítios arqueológicos coetâneos a Castanheiro do Vento, casos de Leceia em Oeiras (CARDOSO 1994:34) e Monte da Tumba em Alcácer do Sal (SILVA e SOARES 1987:34-35)

esse nível em maior extensão, nos poderá ajudar a completar estas afirmações. Foi ainda escavado no seu interior um buraco de poste, embora descentrado. É impossível afirmar que essa micro-estrutura esteja relacionada com o bastião, ou com algum momento anterior à configuração da estrutura.

### O “Bastião” E.

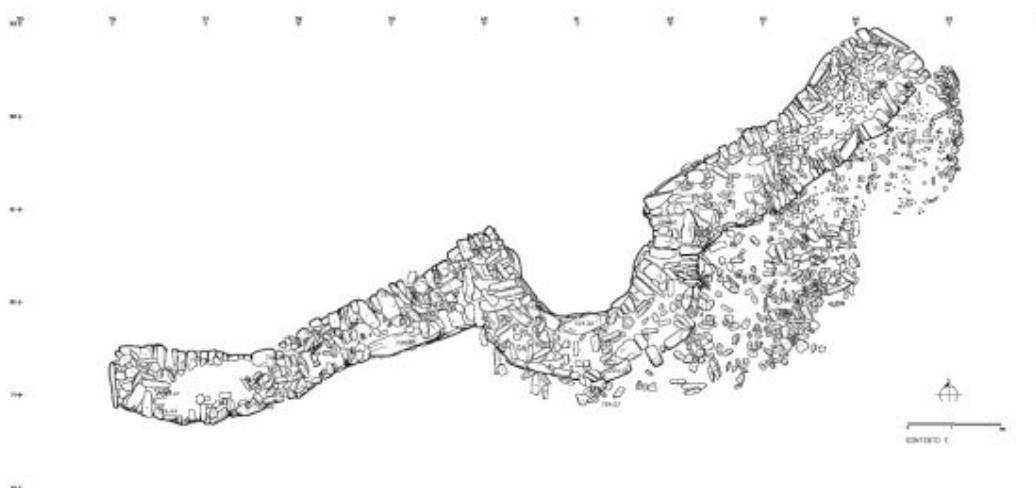


Figura 176 – Planta do Bastião E (Desenho de campo e tratamento CAD de Bárbara Carvalho).

Esta estrutura foi escavada até ao substrato geológico e já foi referida neste trabalho relativamente à sua estrutura de contrafortagem. O seu embasamento assentava directamente no substrato, sendo a terra argilosa utilizada como colmatação das fissuras lamelares do xisto. As lajes componentes desta estrutura são completamente facetadas na parede interior e de dimensão média grande<sup>116</sup> enquanto na parede externa o facetamento não é completo. O enchimento é feito com lajes de dimensão média a pequena. A colocação das lajes de facetamento é segundo o seu eixo maior sobrepondo-se em fiadas segundo o seu eixo menor. Novamente o ligante é a terra. O gesto é muito

<sup>116</sup> Pertencentes à categoria D3, cujas lajes variam entre os 401 mm e os 600 mm.

cuidado, pois o aparelho encontra-se perfeitamente colocado, como se pode observar na figura 159.



Figura 177 – Pormenor do facetamento interno do Bastião E (Foto de João Muralha).

À semelhança do “bastião” B possuía um buraco de poste descentrado. A morfologia em planta é sub-circular. Esta estrutura foi em determinado momento, coberta por uma estrutura massiva de pedras e terra, detectável em escavação e registada em corte. Este sistema, um talude, foi construído por cima da estrutura de oclusão interna do bastião. O interessante neste facto é a existência de duas atitudes relacionadas com momentos de oclusão. Primeiro o espaço interno do bastião, depois o espaço de acesso ao interior do bastião. Novamente descartamos a hipótese de derrube associado ao aglomerado de lajes do último momento. Apesar de as lajes serem semelhantes, a estrutura E utiliza muitos blocos de xisto-grauvaque, o que não acontece nas lajes componentes desse último momento, por outro lado, a oclusão acontece até cerca de metade da área do bastião, e este localiza-se numa pendente, embora suave, o escorrimento das lajes teria acontecido até à face interna do bastião, o que não se verifica. As próximas figuras são elucidativas destas observações.

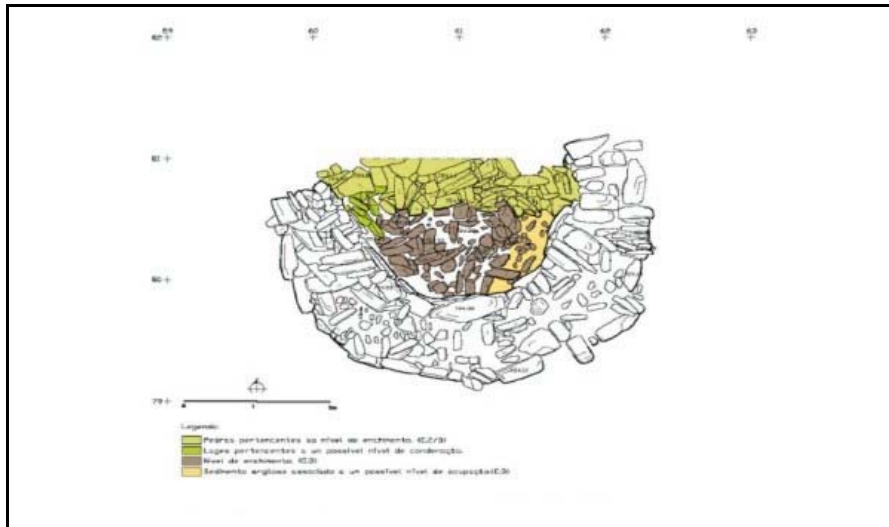


Figura 178 – Planta do “bastião” E, com indicação dos diversos momentos de oclusão. (Desenho de campo e tratamento CAD de Bárbara Carvalho).

As lajes cinzentas correspondem à oclusão da estrutura, à semelhança do que tem sido observado nas outras estruturas tipo “bastião”. As lajes pintadas de verde pertencem ao talude que cobriu a passagem para o interior da estrutura. Este talude é bem visível no corte apresentado (representado igualmente a verde). É importante referir que o corte foi efectuado numa área que não abrange o seu interior. Desta forma não está patente a oclusão do espaço interno da estrutura. Mas por outro lado, reforça o facto de que essa oclusão apenas acontece no espaço interior. A elaboração do talude impede o acesso ao interior do “bastião”, inclusive, podemos sugerir que transforma completamente o espaço onde os troços de murete e as estruturas tipo bastião se transformam numa outra barreira espacial; passam de linhas definidoras e configurativas de um espaço, constituídas pelas linhas do murete e dos “bastiões” (E e F), para um volume de massa pétreo e terra que oclui não só as linhas de murete como o espaço interno dos “bastiões”.

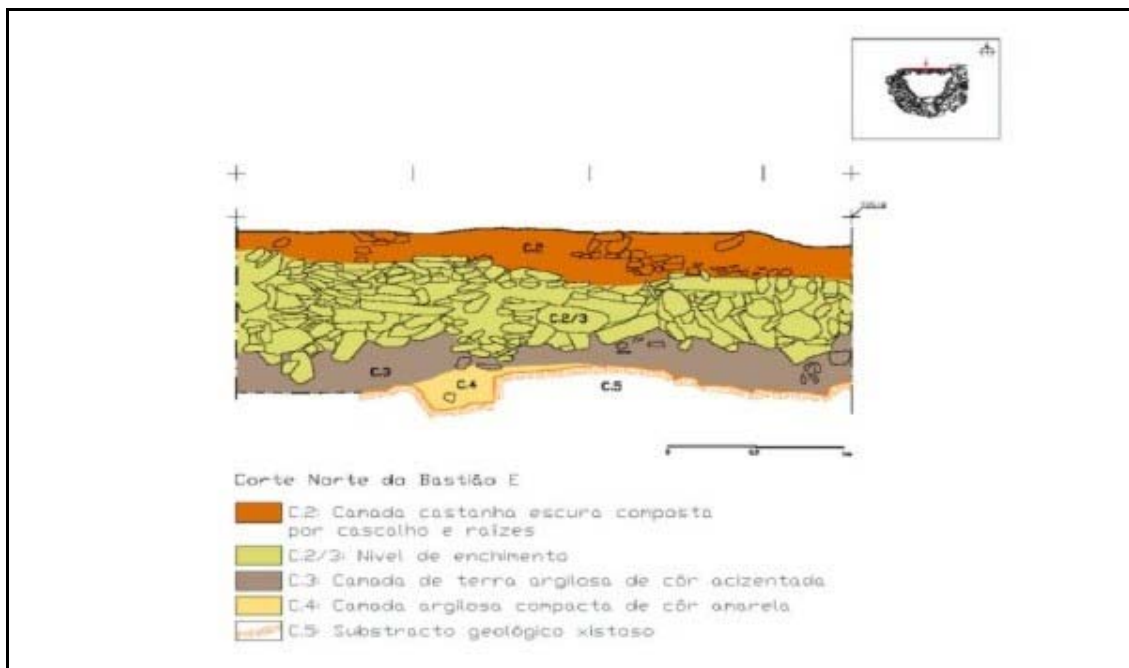


Figura 179 – Corte Norte do bastião E, com indicação dos diversos momentos de oclusão. (Desenho de campo de João Muralha e tratamento CAD de Bárbara Carvalho).

Outro aspecto que não nos leva a falar sobre derrubes, nesta área, relaciona-se com a existência de um conjunto de lajes de xisto colocadas a 45° sobre a linha interna do murete que define o espaço do recinto secundário. Estas lajes foram colocadas deliberadamente, como é visível na próxima figura. Este padrão surge muitas vezes em escavação, nesta área do recinto secundário. Para ser vestígios de um derrube, teria que se repetir sistematicamente ao longo da estação arqueológica, o que não acontece. Por outro lado um derrube de uma estrutura pétreo em altura oferece um padrão em plano de lajes caóticas. Neste caso o padrão são lajes encostadas e em muitos casos sobrepostas à linha. A oclusão relaciona-se com a estrutura existente (o murete e os bastiões), e provavelmente relaciona-se com o encerramento do embasamento pétreo e não da estrutura em altura.



Figura 180 – Exemplo da estruturação do talude no recinto secundário. É visível a linha do murete a preto e o sistema descrito em texto (foto de João Muralha).

### **O “bastião” F.**

Esta estrutura não foi escavada até ao substrato geológico. Provavelmente o seu embasamento assentará directamente no substrato à semelhança do bastião E, pois encontra-se na mesma plataforma e à mesma cota. A terra argilosa é utilizada como niveladora do espaço interno. As lajes componentes desta estrutura são completamente facetadas na parede interior e de dimensão média grande<sup>117</sup> enquanto na parede externa a escolha de lajes facetadas não é total. O enchimento é feito com lajes de dimensão média a pequena. A colocação das lajes de facetamento é segundo o seu eixo maior sobrepondo-se em fiadas segundo o seu eixo menor. Novamente o ligante é a terra. A observação atenta desta estrutura e a configuração dos seus elementos constituintes leva-nos a colocar a hipótese de ter sido alvo de reformulações, à semelhança do “bastião” B. No seu lado Este é perfeitamente visível o seu adossamento ao troço de murete que vem do bastião E, enquanto do seu lado Oeste esse adossamento não existe. Nota-se no entanto um gesto elaborativo completamente diferente dos detectados no recinto secundário. As linhas definidoras da estrutura ao se encontrarem com o murete apresentam uma descontinuidade e o interior do murete reflecte uma colocação de lajes horizontais que não se encontram em mais nenhum local do recinto secundário. A figura seguinte pretende mostrar essa diferença.

---

<sup>117</sup> Pertencentes à categoria D3, cujas lajes variam entre os 401mm e os 600mm.

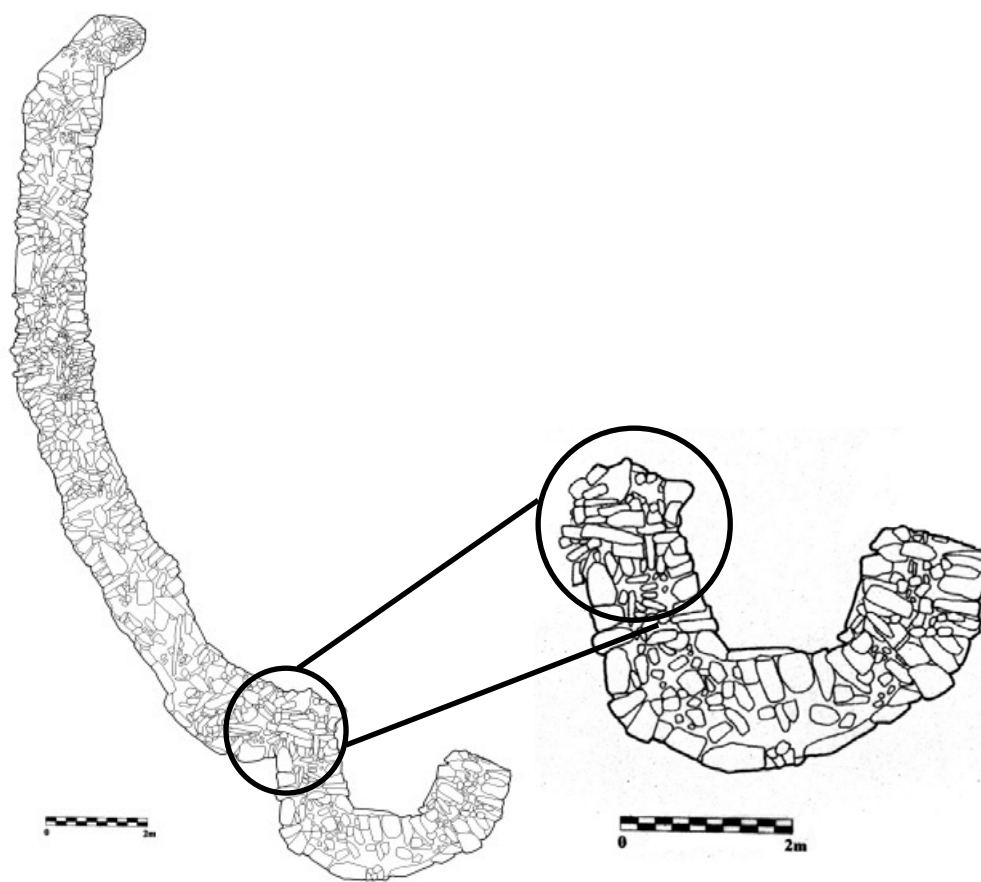


Figura 181 – Planta do “bastião” F e troço de murete do recinto secundário. (Tintagem de Leonor Pereira, sob desenhos de campo de Bárbara Carvalho, Carlos Lemos e Vítor Fonseca).

Uma das hipóteses que se podem colocar relaciona-se com a oclusão de uma provável passagem, tendo sido elaborada posteriormente uma estrutura de tipo “bastião”.



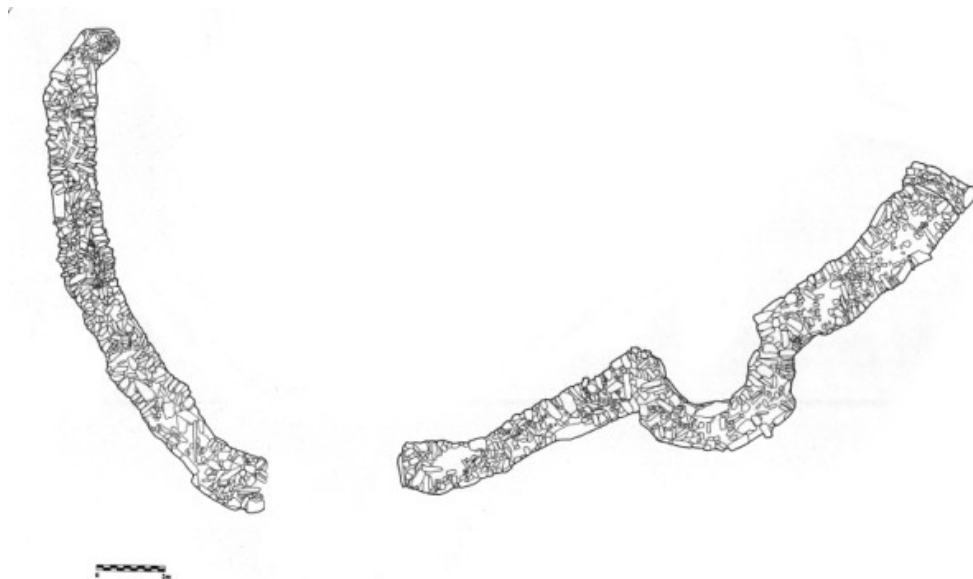


Figura 182 – Planta da área Sul do recinto secundário com a hipótese de uma passagem. O segmento de recta que representa a escala tem 2 m. (Tintagem de Leonor Pereira, sob desenhos de campo de Bárbara Carvalho e Lúcia Azevedo).

#### **Exemplos mais parcelares:**

A morfologia elaborativa dos muretes e dos bastiões é muito semelhante. A demarcação no espaço é feita com alinhamentos pétreos, o enchimento com pedras/lajes de diversos tamanhos, mas sempre menores do que as lajes que definem o espaço/estrutura. A largura dos muros, muretes e bastiões condiciona em certa medida o gesto elaborativo. No murete 1, os troços analisados e os bastiões apresentam uma solução em planta diferente do murete 2 e 3. Na figura seguinte temos um exemplo de um troço do murete 1.



Figura 183 – Troço de murete 1 (Tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Bárbara Carvalho).

Como se pode observar as lajes são de pequena dimensão e o interior parece ter sido cheio por pequena lajes sem estruturação aparente. Em muitos casos são essas pequenas lajetas que delimitam as faces do murete. A utilização da terra é pouco visível nos troços do murete 1, enquanto aglutinante.

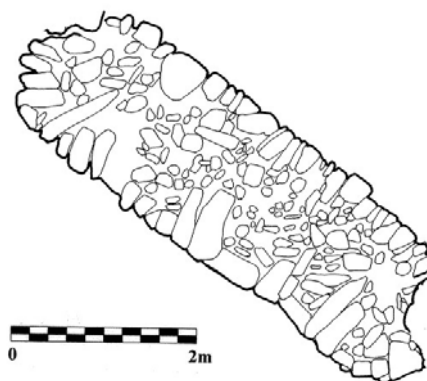


Figura 184 – Troço de murete 2 (Tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Bárbara Carvalho).

No caso do troço do murete 2, a delimitação é feita com lajes de maiores dimensões e preferencialmente colocadas segundo o seu eixo menor. O interior possui lajes de pequena dimensão com a terra a ser um elemento importante na sua aglutinação.



Figura 185 – Troço de murete 3 (Tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Bárbara Carvalho).

No exemplo do murete 3, o troço anterior mostra uma realidade semelhante ao murete 2 mas com algumas diferenças. As lajes são, em percentagem, de maior

dimensão. A delimitação das faces é feita essencialmente com lajes colocada segundo o eixo maior e o interior possui um conjunto de elementos pétreos maiores do que os outros dois muretes. A terra é um elemento importante de aglutinação.

No entanto, a variabilidade do gesto de configuração do sítio é detectável apenas a um nível mais pormenorizado; quer seja na utilização de lajes mais pequenas, como no murete 1, quer na procura de blocos de grauvaque, como no bastião E, quer na existência de uma fiada de grandes lajes oblongas colocadas no meio do murete 2, mas apenas em certos troços, quer seja na colocação de blocos de quartzo no interior do murete 3.



Figura 186: Murete 2, fiada de grandes lajes oblongas colocadas no meio (Foto de João Muralha).



Figura 187 – Murete 3 com inclusões de blocos de quartzo no seu interior (Foto de João Muralha).

Como temos estado a observar, as grandes linhas configurativas do sítio são muito semelhantes, existindo um conjunto de pormenores que as tornam diferentes entre si. Mas o sistema de estruturação configurativa de Castanheiro do Vento possui ainda um conjunto de pequenos elementos constituintes; colocação de pequenas lajetas em cunha entre os pequenos vãos existentes entre as lajes, quer na sua estruturação vertical, quer horizontal, o emprego de fragmentos cerâmicos, muito deles “talhados”, inseridos nos embasamentos dos muretes e bastiões, a inclusão de percutores em quartzo nas frestas entre lajes do embasamento. Estes elementos são sistematicamente reconhecidos ao longo da escavação. E, se em relação às cunhas, as podemos inserir num contexto de configuração prática<sup>118</sup> do sítio, os fragmentos cerâmicos talhados e os percutores parecem ter um conjunto de significados que vão além da sua simples colocação/deposição. Quer os fragmentos, quer os percutores são artefactos manipulados deliberadamente. Provavelmente teriam significados contextuais muito diversos, mas um deles parece sobressair; a ideia de permanentemente modelar e remodelar os espaços e assinalar sentidos. E não só os espaços como as próprias materialidades constituintes do sítio; esses materiais aparecem em “posição secundária”, os fragmentos estão talhados, os percutores estão inutilizados, colocados no interior do murete, ou junto às paredes. Qual o seu significado, ou significados?



---

<sup>118</sup> O conceito de configuração prática aparece aqui não numa perspectiva de elaboração do sítio para o ver terminado, mas numa perspectiva de gesto de habilidade da sua realização. A colocação das cunhas é um acto “elaborativo”, e igualmente um acto significante, pois nem sempre este processo foi detectado/existe ao longo do sítio.



Figura 188 – Fragmento cerâmico talhado (Fotos de Bárbara Carvalho).

Ao sugerirmos uma ou várias respostas é necessário voltar ao conceito de *taskscape* (INGOLD 2000) inserido no contexto elaborativo de um espaço arquitectónico (MCFADYEN 2006 e GARROW, BEADSMOORE e KNIGHT 2005). Ao pensarmos um sítio como Castanheiro do Vento, é importante olhar a sua arquitectura como uma rede de acções processadas em diversos tempos, ou seja, com uma dimensão temporal. A temporalidade da prática de constantemente elaborar e re-elaborar os espaços constitutivos do sítio, será um dos aspectos mais importantes na compreensão da sua dinâmica de estruturação. Não na sua dinâmica “construtiva” como objectivo final, mas inserida num processo contínuo de vivências no local, de intersecção de tarefas, de acções ao longo do tempo, que criam as *taskscape*s.

Para tentarmos dar algum significado aos diversos pormenores elaborativos detectados em Castanheiro do Vento, temos de deixar de pensar o sítio como um objecto arquitectural cuja construção era o objectivo em si. O processo não era construir, a acção não era edificar, as redes de encontros no local não eram de carácter técnico-construtiva. O processo, ou melhor, os processos espaciais e temporais acontecidos no sítio, as diversas actividades interligadas, sobrepostas ou individualizadas, faziam parte da vida das comunidades, faziam parte da sua estruturação. Ao participarem activamente na configuração e constituição do sítio, estas comunidades estavam elas próprias a constituírem-se; rede de ligações sociais, partilha de tarefas, negociação de papéis, mediação de conflitos e eventualmente a emergência de elites que fossem importantes como operadoras de um diálogo intra-comunitário e mesmo extra-comunitário.

É neste processo que será importante equacionar aquelas materialidades. A colocação de um fragmento cerâmico talhado, encostado a uma linha definidora de uma

estrutura, ou a colocação de um percutor num pequeno vão entre lajes, são acções que traduzem uma forma de viver o sítio, não são apenas a sua localização final. São uma atitude imbuída de estar no mundo e que provavelmente envolveria uma negociação com o temporal e o material.

Neste caso, estes elementos materiais, são eles próprios constitutivos do sítio, são “arquitectura”.

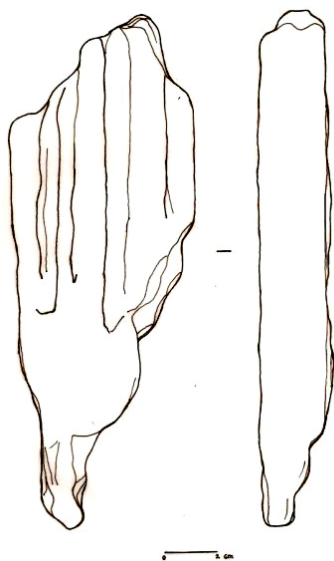


Figura 189 – “Cunhas” em xisto, identificadas no murete 2. O segmento de recta que representa a escala tem 1 cm (Tintagem de Bárbara Carvalho sobre desenho de João Muralha).

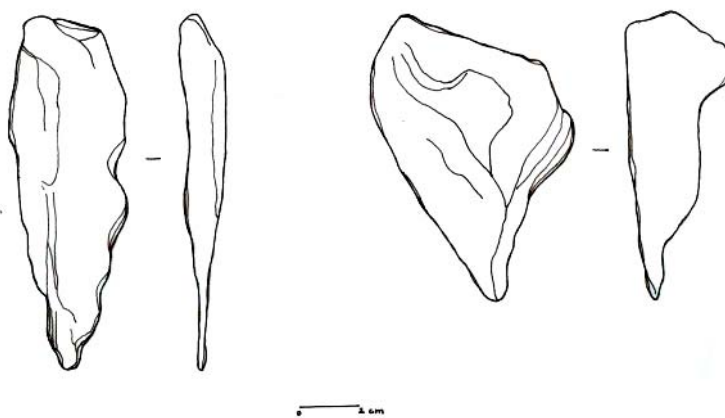


Figura 190 – “Cunhas” em xisto, identificadas no murete 2. O segmento de recta que representa a escala tem 1 cm (Tintagem de Bárbara Carvalho sobre desenho de João Muralha).



Existe no entanto, uma variável comum a todo o sítio, a utilização da pedra e da terra. Em termos gerais a pedra é utilizada como material delimitador de espaços, quer através de alinhamentos como o corredor existente diante da passagem 6, quer através de lajes colocadas ao alto em terra argilosa fresca, caso das estruturas circulares e circulares geminadas, quer dos elementos pétreos componentes das estruturas de contrafortagem. A pedra é ainda um componente essencial na estruturação dos taludes até agora detectados em Castanheiro do Vento.

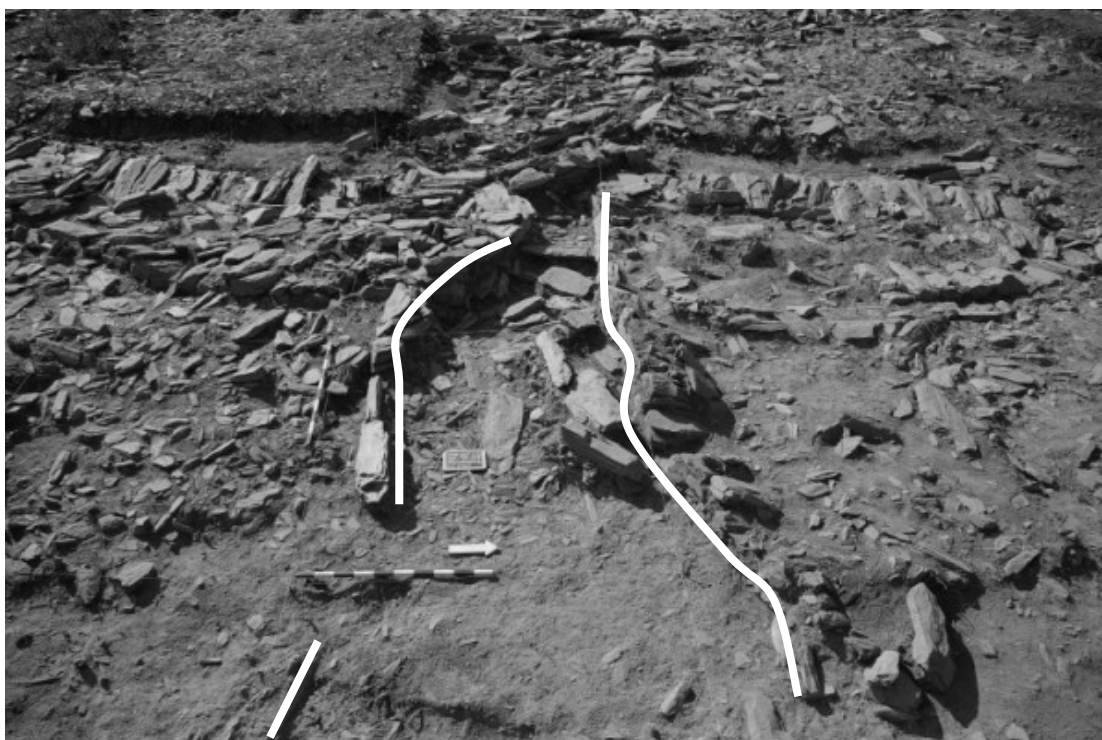


Figura 191 – Passagem 6 e provável corredor.

Os taludes são estruturas definidas em pendente que se organizam em rampas com sucessivos alinhamentos, contínuos ou descontínuos, ou mesmo muretes, embalados em argila. Provavelmente circundavam as encostas sobranceiras ao sítio arqueológico. Pode ser que estivessem articuladas com outro tipo de estruturas (plataformas e/ou estruturas de tipo sub-circular). No estado actual da intervenção, apenas se detectaram quatro áreas com este tipo de estruturas, que apenas se conhece bem em Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE S. 2005).

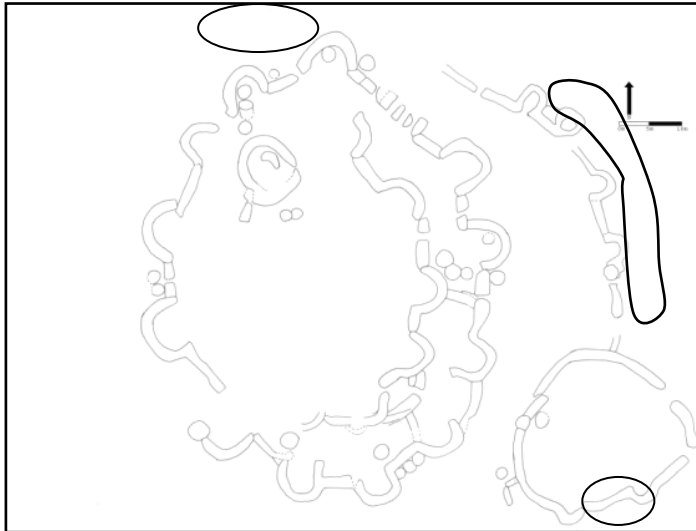


Figura 192 – Localização das áreas onde foram detectados troços de talude (Tintagem de Bárbara Carvalho sob desenho de João Muralha).

Uma primeira área foi detectada ao longo do murete 1, entre o “bastião” B e a passagem 3. Apesar de bastante longa, a estrutura encontrava-se muito destruída, principalmente na zona virada a Leste. Na área do “bastião” B, a sua destruição atingia apenas o topo do talude, sendo possível registar e perceber a sua sistematização que coincidia com a estruturação do sistema de contrafortagem já descrito no ponto 3.6.1.3.3.

A segunda área localiza-se entre o “bastião” E e F. Apesar de neste local ter sido igualmente detectado um troço do sistema de contrafortagem, o talude não se sobrepunha a esse sistema, no entanto a proximidade desta área ao caminho aberto pelas máquinas que plantaram os eucaliptos, poderá ter destruído o talude. Um factor importante que oferece alguma consistência a esta ideia relaciona-se com a disposição das lajes do sistema de contrafortagem, estas parecem ter sido empurradas em bloco, alterando a sua posição inicial, mas não a sua forma configurativa. No entanto o que observamos é, a oclusão do talude em relação aos troços de murete e às estruturas. Apenas se escavou uma pequena parte que coincidia com a definição das linhas de murete e das faces das estruturas. Desta forma, torna-se bastante difícil descrever a sua estruturação.



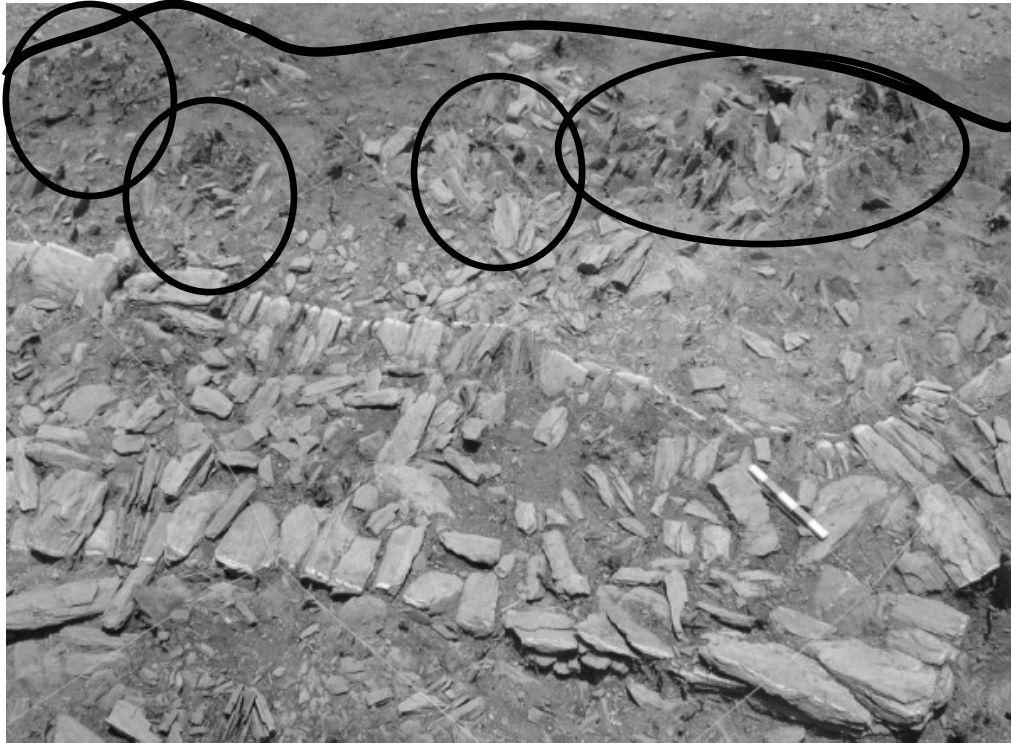


Figura 193 – Área de talude entre o “bastião” E e F. Perspectiva geral das lajes de contrafortagem, vistas de Norte. A linha preta, corresponde à actual berma do caminho, nos círculos e oval, estão representadas as lajes.

A terceira área foi detectada durante a campanha de 2006 e localiza-se na zona Norte do sítio apresentando uma forte pendente.

Na figura seguinte é perceptível a estruturação em rampa deste talude Norte que encosta a um troço de murete. É interessante notar que este troço de murete segue o alinhamento do murete 1. Um dos problemas que se coloca neste caso é a sua interpretação como derrube da estrutura murete. No entanto, e analisando a figura, detecta-se a diferença de lajes e blocos que constituem o murete e o talude. As lajes constituintes do murete são maiores e grande parte facetadas, enquanto o talude é constituído por lajes rugosas, mais pequenas e por um considerável número de pequenos blocos de grauvaque. Por outro lado, a forte pendente existente, faria com que os elementos constituintes do murete (se fosse derrube) resvassem pela encosta. Esta situação não se verifica devido à estruturação que o talude apresenta e detectada durante os trabalhos de escavação. O talude encontrava-se organizado em duas rampas, cujas lajes imbricadas constituíam pequenos patamares que se suportavam entre si, e ao mesmo tempo constituíam uma contrafortagem à estrutura que se encontrava no topo da pendente, seja ela um murete, seja apenas um alinhamento definidor do espaço interno

do recinto. Infelizmente, neste troço de talude, apenas se conservaram dois patamares em rampa, devido à proximidade dos sulcos provocados pela plantação de eucaliptos. O avançar dos trabalhos na área Oeste do sítio poderá corroborar este tipo de estruturação do talude, pois nessa área a pendente igualmente acentuada, encontra-se acerca de 12 m dos terrenos de cultura arvense.



Figura 194 – Estruturação em rampa do talude detectado a Norte do sítio. (Desenho e tintagem de Bárbara Carvalho).

A terra, como já vimos é um elemento essencial na estruturação do sítio. Temos vindo a referir a sua utilização como ligante, nivelamento e enchimento de estruturas e ainda empregue fresca, mas pode possuir outras utilizações: no revestimento das estruturas e na elevação dos muretes, muros e estruturas circulares e circulares geminadas. E como?

A razão principal prende-se com a observação efectuada durante os trabalhos de escavação. É importante referir que o que hoje escavamos são essencialmente vestígios

pétreos, são muretes, muros e estruturas onde a pedra é o elemento imediatamente observável e aquele que nos define toda uma estruturação do espaço.

A excessiva importância dada à pedra tem inibido os arqueólogos de pensar a/ná terra. Pensamos, que um dos factores principais que têm contribuído para perpetuar este modelo se relacione com os processos interpretativos subjacentes a enquadramentos teóricos das investigações conduzidas neste tipo de sítios, especialmente relacionada com a teoria dos “povoados fortificados”.

A linha interpretativa relativa aos recintos murados tem sido dominada pela ideia de povoado fortificado (PAÇO e JALHAY 1945; SCHUBART e SANGMEISTER 1974/77; GONÇALVES 1987; GONÇALVES 1989; CARDOSO 1994, 1997 e 1999; SILVA, SOARES e CARDOSO 1995; KALB e HOCK 1997; VALERA 2003 e 2006; SOUSA 2003 entre muitos outros). São sítios equipados com uma estrutura arquitectónica que dá a primazia a uma lógica militarista; os muretes que delimitam o recinto são muralhas, os bastiões são interpretados numa vertente bélica, as entradas monumentais, de “barbacãs”, as estruturas circulares, geralmente maciças, de “torres” e o recinto mais interior de “cidadela”. Esta forma de interpretar, considera assim, que o elemento pétreo seria modelar na sua construção.

O processo teórico-interpretativo subjacente referia a génese destes “povoados fortificados” na crescente intensificação económica e na especialização das produções, a par de um aumento demográfico que determinou a competição entre grupos/comunidades e a consequente necessidade de fortificação. A teoria da Revolução dos Produtos Secundários fortalecia esta ideia, pois ela teria decorrido ao longo do 3º milénio a.C. (SHERRAT 1981 e 1995).

Embora os modelos de cariz difusionista e orientalista, vigente em Portugal entre os anos 40 e 70 do século XX (PAÇO e JALHAY 1945; SAVORY 1968; SCHUBART e SANGMEISTER 1974/77) tenham sido sistematicamente postos em causa, primeiro pelo modelo indigenista dos anos 80 (SILVA 1976-77) e depois pelas variantes difusionistas de expressão regional, de finais da década de 80 (GONÇALVES 1989) e dos anos 90 (PARREIRA 1990) a ideia de povoado fortificado continua a ser amplamente defendida por diversos arqueólogos portugueses. E a par dessa interpretação, a pedra, a construção em pedra adquire um significado importante enquanto elemento construtivo perene.

Um outro factor importante pode-se relacionar com o simbolismo que durante o século XX foi dado à pedra, como elemento estável e durável, em detrimento da terra como elemento associado à pobreza.

A investigação relativamente à utilização da terra crua na arquitectura é escassa. É apenas em 1961 com a publicação do livro de Orlando Ribeiro<sup>119</sup> que esta temática encontra campo de desenvolvimento. Até então, e segundo Pedro Prista (2005), apenas existem referências dispersas e algumas dessas menções já apontam o emprego da terra como “ (...) recurso da miséria verdadeira.” (FURTADO 1958, citado por PRISTA 2005:110), ou ainda “ (...) por dificuldades de outros materiais, e ainda por causa económica, as casas são construídas de taipa ou adobe” (REDOL 1938, citado por PRISTA 2005:110). Assim e como conclui Pedro Prista

“ (...) a taipa e o adobe associam-se a memórias recentes de pobreza. Mesmo as vantagens que se lhe reconhecem surgem apenas como consolo de insuficiências estruturais que se lhe associam, e o abandono a que foram votadas removeu-as do presente etnográfico a que se poderia ter imposto” (PRISTA 2005: 113).

Provavelmente estas memórias do presente, associadas à

“ (...) dificuldade de reconhecimento das construções em terra no registo arqueológico, devido ao seu próprio processo de ruína, podem desviar a atenção do arqueólogo para a pedra, para o elemento mais resistente que continua a definir espaços físicos e trajectos mentais do investigador” (VALE, CARDOSO e JORGE, V. 2006:104).

No entanto, a terra como componente estrutural de sítios arqueológicos tem sido referida por um conjunto de arqueólogos, não só para épocas mais recentes (GOMES 2005 e 2006; MACIAS 2005 e 2006; CATARINO 2005), como para a Pré e Proto-História (SILVA e SOARES 1987; CARDOSO 1994; SOUSA 2006; SANCHES e PINTO 2006; VELHO 2006 e VALE, CARDOSO e JORGE, V. 2006).

A utilização mais comum refere-se à terra como ligante. Por exemplo João Luís Cardoso ao referir-se às “casas” e às “muralhas” do sítio arqueológico de Leceia;

“ As casas denotam, sempre, planta circular, sendo construídas de blocos calcários não aparelhados, tal como as muralhas, cimentados por ligante argiloso” (CARDOSO 1994:34).

O uso da terra enquanto revestimento dos elementos pétreos também é focado:

---

<sup>119</sup> RIBEIRO, Orlando (1961), *Geografia e Civilização*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

“ É de aceitar, com efeito, que as estruturas pétreas, do Calcolítico inicial de Leceia, tanto habitacionais, como defensivas, pudessem ser revestidas exteriormente de argila argamassada” (CARDOSO 1994:34).

Ou,

“ Esta muralha com 1,20 – 1,50m de espessura, era construída a partir de blocos de rocha eruptiva ligados por argila; (...)” (SILVA e SOARES 1987:34-35)

Em relação à elevação das estruturas, os autores que têm vindo a ser citados, sugerem igualmente a utilização da terra como componente principal na elevação das superestruturas.

“ (...) a parte superior das estruturas defensivas – actualmente reduzidas ao embasamento ou pouco mais - poderia ser de adobe (...). Desconhecemos como seria a cobertura das casas circulares ou das adossadas às muralhas, do Calcolítico inicial de Leceia. Além da provável cobertura por materiais vegetais, pelo menos nalguns casos, é de aceitar a hipótese de corresponderem a falsas cúpulas, de adobe, como se documentou em estrutura análoga do Monte da Tumba – Alcácer do Sal (SILVA e SOARES 1987), hipótese justificada, no caso em apreço, também, pela abundância local de materiais argilosos” (CARDOSO 1994:34-35).

Em Castanheiro do Vento tem sido possível identificar a presença da terra argilosa, como nivelando áreas, colmatando fissuras do substrato geológico, enchendo estruturas e funcionando como ligante, situações estas, já observadas no ponto 3.6.4.

No entanto falta ainda focar três tipos de uso que a terra poderá ter tido; como revestimento parietal das lajes/blocos constituintes das estruturas, moldando espaços, quando utilizada fresca e como componente principal na elevação de superestruturas.

O uso como revestimento parietal das lajes/blocos é sugerido pela observação em campo. Quando as estruturas são deixadas a descoberto, ao fim de um a dois anos, apresentam certas patologias, como o lascamento e estalamento. Por outro lado, em determinadas áreas do sítio arqueológico, são detectadas manchas de terra argilosa, junto às estruturas, que deverão corresponder ao desmoronamento desse revestimento.



Figura 195 – Pormenor do estalamento de lajes do bastião B (Foto de João Muralha).



Figura 196 – Pormenor do estalamento de lajes constitutivas do “bastião” C (Foto de João Muralha).

No entanto, uma das utilizações que nos parece mais importante é o uso da terra utilizada fresca e ajudando a moldar espaços. Esta aplicação torna-se efectivamente uma forma de moldar/tecer espaços, permitindo um conjunto de aplicações muito grande e uma interacção efectiva entre o uso da pedra e o uso da terra.



Figura 197 – Estrutura circular geminada 1. Pormenor da colocação de lajes de xisto na perpendicular. (Foto de João Muralha).

Nesta figura é bem visível a importância do uso da terra argilosa na estruturação configurativa daquela estrutura. A colocação das lajes de xisto e dos dois blocos de grauvaque seria impossível, se o espaço não tivesse sido preparado com uma camada de terra argilosa fresca, que permitisse o assentamento a cerca de 45° dos elementos pétreos. As figuras seguintes são outros dois exemplos do uso da terra argilosa fresca, ou seja, da terra misturada com água, permitindo moldar o terreno e delinear espaços ou estruturas (neste caso a estrutura de contrafortagem do “bastião” B, já descrita no ponto 3.6.1.3.3. O padrão da colocação das pequenas lajes de xisto de forma a sustentarem a laje maior só é possível se a terra estiver húmida, ou melhor, se a terra estiver apta a ser moldada, permitindo a colocação de lajes e lajetas em posições que o terreno seco não permite.



Figura 198 – Exterior do “bastião” B. Pormenor da colocação de lajes de xisto pertencentes ao sistema de contrafortagem (Foto de João Muralha).



Figura 199 – Exterior do “bastião” B. Pormenor da colocação de lajes de xisto pertencentes ao sistema de contrafortagem (Foto de João Muralha).

Por último, colocamos a hipótese de a terra ser um elemento constituinte da superestrutura. O primeiro facto de carácter arqueológico relaciona-se com as grandes quantidades de terra argilosa detectada em vários locais da estação arqueológica, especialmente junto às grandes estruturas de tipo “bastião” e muretes, e estruturas circulares e circulares geminadas e ainda no seu interior.





Figura 200 – Interior do “bastião” J. As áreas assinaladas por círculos, indicam áreas com grande quantidade de terra argilosa (Foto de João Muralha).

Outra situação relaciona-se com a existência de níveis de terra argilosa onde assentam algumas das estruturas. É importante referir que esta constatação não pode ser aplicada a toda a estação arqueológica pois foram poucos os locais onde, como já referimos, se chegou ao substrato geológico. Também é necessário dizer que existem um conjunto de análises e experiências que têm de ser feitas a esses sedimentos para se aferir da sua resistência mecânica à compressão; qual o peso de cargas que o a parede pode exercer sem colapsar e a sua resistência ao desgaste, sobretudo aos agentes climáticos (vento, chuva, amplitude térmica). Pode-se sempre colocar a hipótese como ponto de partida, de que as estruturas que agora se nos apresentam apenas como pétreas assentes em terra, teriam uma resistência à compressão, muito fraca, pondo em causa a existência de uma estrutura murária, alta e em pedra (CASELLA 2003).



Figura 201 – Exemplo do assentamento de uma estrutura num nível de terra argilosa, neste caso o “bastião” B.

O esqueleto pétreo que hoje se nos apresenta possui todas as condições de um embasamento de uma estrutura em terra, mas também é verdade, que em alguns locais já escavados, surgem estruturas murárias com cerca de 1,00/1,20 m de altura, o que se torna difícil de sustentar apenas como embasamento (HOUBEN e GUILLAUD 1995), embora, em termos técnicos, seja a base ideal para uma construção em terra. O mais provável seria o uso da terra argilosa não seguir uma regra precisa, funcional, uma regra construtiva objectiva, numa acepção actual de engenharia. A utilização da terra argilosa teria múltiplos papéis, múltiplas utilizações, conferindo uma grande plasticidade ao sítio, um cromatismo intenso (que a pedra também possui), e permitindo constantes modificações / alterações / reestruturações.

É interessante referir ainda, sem qualquer atitude de carácter estruturalista, de que ainda hoje, nas aldeias circundantes a Castanheiro do Vento, se encontram exemplos de arquitecturas em terra, especialmente o tabique. Igualmente nas pequenas “estórias” contadas na aldeia da Horta do Douro, sobranceira ao sítio arqueológico, o elemento terra/argila está presente<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> “Sabe, amigo, naquele Inverno a chuva caía como se o Douro estivesse no céu. O povo andava preocupado e tinha razão... sabe, isto passou-se há muitos anos. Uma manhã ouviu-se um estrondo maior que os foguetes da festa e de repente um mar de argila desce do Campelo [um dos nomes pelo qual é conhecida a encosta de Castanheiro do Vento, virada à povoação da Horta do Douro] e inunda as ruas, as

Mas o estudo deste tipo de arquitectura terá que ter uma componente técnica e experimental que hoje a intervenção arqueológica em Castanheiro do Vento ainda não possui. A análise aos barreiros, a experimentação no restauro de estruturas, muretes e muros, estudos de conservação e análise de materiais, terão que ser vectores comuns num futuro projecto de conservação e restauro, onde a terra como elemento constituinte do sítio arqueológico terá o seu papel a par da pedra, da água, da madeira e dos elementos arbustivos.

### 3.8 Análise contextual

“ A arqueologia estuda todas as mudanças do mundo material que são devidas à acção humana – naturalmente, apenas quando sobrevivem. O registo arqueológico é constituído pelos resultados fossilizados da acção humana, cabendo ao arqueólogo reconstituir essa acção e indo tão longe quanto possível para recuperar os pensamentos que ela expressa” (CHILDE 1976:29)

“(…) archaeological evidence has an “objective” materiality which limits and confronts what can be said about it and which contributes to the experiences of subjective observers. At the same time, the “subjective” interpreter of the evidence constructs the “objective” data from a particular perspective” (HODDER 2002:200)

“Context has been defined by Hodder as the totality of the relevant environment in which entities such as attributes, artefacts and assemblages are found (1991:143). This “relevant environment” refers to a significant relationship that will help unpick an object’s meaning” (GAMBLE 2004:126/127).

“(…) *contexts*. This term can mean different things to different archaeologists” (GAMBLE 2004:124)

“The questions being asked by the archaeologist will also shape that context” (GAMBLE 2004:127).

As citações que abrem este sub-ponto remetem-nos para dois conceitos que é importante clarificar: o que é um contexto e aquilo que o constitui.

Segundo Ian Hodder, citado por Clive Gamble, um contexto é a totalidade relevante de um meio no qual determinadas entidades como atributos, artefactos e associações são encontrados. E esse “meio” corresponde a relações significativas que auxiliam o arqueólogo a dar um significado aos objectos.

---

casas, tudo, olhe, tudo. Era um mar de argila que demorou muitos dias a limpar”. Contado pelo senhor José Pinto, actual presidente da Junta de Freguesia da Horta do Douro.

Pela definição apresentada, detecta-se imediatamente uma associação de contexto a artefactos e à forma como eles são encontrados. Desta forma podemos afirmar que um contexto corresponde a um conjunto de artefactos associados entre si num determinado “meio” de relações significativas, e estas relações definem espacialmente um contexto.

É importante chamar a atenção de que a definição proposta por Hodder reflecte uma forma de pensar em arqueologia vigente nos anos 80 e 90 do século XX. Hoje, e como reflecte Gamble, as próprias questões colocadas pelo arqueólogo ajudam a modelar o próprio contexto, e mesmo a palavra contexto significa coisas diferentes para diferentes arqueólogos. Podemos, então, perguntar; O que significa contexto no âmbito deste trabalho?

Contexto, no âmbito deste trabalho, é um conceito que terá sempre que ser explicado a várias escalas e definido em relação a um espaço, seja o interior de uma estrutura circular, seja um bastião ou uma passagem, seja um buraco de poste. A noção de diferentes níveis contextuais tem que estar sempre presente. Todos os contextos são definidos em campo e um contexto poderá englobar vários outros contextos, desde o interior de um “bastião” que possui no seu interior um buraco de poste, uma estrutura de combustão ou uma mancha de sedimentos de coloração diferente. A sua definição passa sempre por uma espacialidade bem assente. As linhas definidoras do interior desse “bastião”, as pedras que delimitam o buraco de poste, os sedimentos que criam uma diferença em relação à envolvente. No entanto a sua inteligibilidade estaria sempre coarctada se apenas se estudasse um contexto *per si*. Apesar de a identificação de um contexto ser ela própria um acto de interpretação, é sempre necessário a integração e/ou associação de determinadas áreas contextuais para a interpretação global e mesmo, por vezes parcelar, de um sítio arqueológico.

Definindo desta forma contexto, temos de nos questionar acerca do que o constitui?

Voltando à definição proposta por Hodder, um contexto é essencialmente constituído por artefactos, pelos seus atributos e pelas suas relações/associações detectadas num determinado “meio”. Podemos então afirmar, que o estudo de um contexto, a análise contextual é a investigação dos diversos tipos de materiais, ou seja da “cultura material” que o compõe. Torna-se importante abrir um pequeno parêntesis e reflectir sobre este conceito; “cultura material”.

A noção de “cultura material”, a formulação da sua conceptualização, não tem sido uma temática que a literatura arqueológica tenha problematizado, até recentemente (KOPYTOFF 1986; TYLLEY 1989; SHANKS & TILLEY 1992; MILLER 1994; BUCHLI 1995; THOMAS 2000, 2004, 2006; JORGE & THOMAS 2006; LUCAS 2006; TRONCOSO 2006; JORGE 2006, entre muitos outros)<sup>121</sup>.

Existe um período de maturação do conceito, em que não aparece especificamente exposto, mas que determinadas condições epistemológicas despontadas durante a segunda metade do século XIX, especialmente a afirmação da sociologia como Durkheim a postulava e a evolução do pensamento marxista contribuem decisivamente para o aparecimento deste conceito. É interessante notar que a expressão particular “cultura material” surge num decreto de Lenine ao criar a “Academia de História da Cultura Material” (BUCAILLE & PESEZ 1989:15). É no campo do desenvolvimento político do marxismo que a ideia de “cultura material” aparece como instrumento intelectual da história. Este instituto procurava dotar a União Soviética de um organismo que contasse a história das condições de vida das massas rurais e das lutas empreendidas para a melhorar. Pretendia estudar o dinamismo histórico de uma população através do estudo da sua “cultura material”. Procurava as condições técnicas, económicas, culturais e sociais que provocavam e modificavam acontecimentos, estamos assim no centro de uma visão marxista da história. (BUCAILLE & PESEZ 1989:22)

Até à segunda guerra mundial o conceito implanta-se nas ciências humanas, e especialmente no campo da história. A reacção a uma história baseada nos acontecimentos régios, nas grandes batalhas e revoluções, cuja acção desses “heróis” legitimava no plano ideológico, um estado, uma nação, era uma história de alguns, poucos, indivíduos. Tornava-se necessário uma outra visão, outra perspectiva que é formulada pelo grupo dos “Annales”, em França. Marc Bloch e Lucien Febvre, questionam a antiga historiografia em relação aos factos económicos, aos sistemas de produção, de consumo, em relação à vida rural, chegando à constatação de que são ignorados. E é através da resposta a estas questões que o estudo da “cultura material” se torna importante. A arqueologia, após a segunda guerra mundial, começa a utilizar o conceito, embora a uma outra escala; a dos materiais, encontrados em sítios arqueológicos ou depositados em museus. Muitas vezes são estes, exclusivamente o

---

<sup>121</sup> Cf. Journal of Material Culture, que desde os inícios dos anos 90 do século XX tem contribuído para este debate.

objectivo da investigação arqueológica. A arqueologia torna-se o caminho para aceder aos materiais e estes tornam-se o seu objectivo. O conceito une-se a uma arqueologia de cariz histórico-culturalista e marxista. Depois de se substituir o material arqueológico como objecto de arte de carácter excepcional, pelo artefacto comum, representativo da “cultura” que o produziu, a arqueologia agora, parte do estudo do material para chegar ao “não-material”. Para Gordon Childe (1976: 55 e segs), a “cultura material” só é reconhecida como material arqueológico se estiver inserida em determinado contexto, e posteriormente deve ser ordenada e classificada. O arqueólogo através dos seus métodos tipológicos reconstitui uma concepção do registo arqueológico. Só assim, segundo Childe, poderemos dizer algo sobre o passado. A “cultura material” era vista como uma tradição interna, algo que passava de geração em geração. As alterações na forma e decoração dos artefactos eram fruto de contactos entre populações ou de migrações populacionais.

Durante os anos 60 do século XX, esta visão excessivamente normativa é posta em causa pelo aparecimento da Nova Arqueologia. A “cultura material” passa a ser vista como um interface entre as populações que a criavam e o meio ambiente onde estavam inseridas. Se as condições ecológicas se alteravam, os artefactos adaptavam-se a essas novas condições; como refere Lewis Binford, a “cultura material” reflecte “(...) an extrasomatic means of adaptation” (BINFORD 1965:205).

Já nos finais dos anos 80 do século XX, Christopher Tilley refere que a cultura material providencia o contexto para a interacção humana, um meio de criar e codificar significados e um meio para a interacção social (1989). Tilley observa que o significado não está latente no objecto como qualidade. Existe, sim, no seu uso e na sua “leitura”. Desta forma torna-se difícil encontrar uma “leitura” definitiva de um objecto. Estas ideias marcam a discussão dos anos subsequentes. É importante referir que esta abordagem parte do impacto que as reflexões estruturalistas, semióticas e pós-estruturalistas têm na arqueologia. E torna-se igualmente importante mencionar o facto de estas correntes serem as principais carreadoras do pressuposto de que a “cultura material” podia exprimir e conter ideias como uma linguagem e podia ser lida como um texto<sup>122</sup>. Henrieta Moore<sup>123</sup> (1986) considera que esta linha de pensamento pode

---

<sup>122</sup> No entanto o problema relaciona-se com a definição de “texto”. O que é que os autores querem dizer ao falar em “texto”; será um sistema semiótico (de Saussure), ou um sistema estruturalista (de Lévi-Strauss), ou um sistema hermenêutico-interpretativo (de Gadamer e Ricoeur), ou ainda, um outro sistema?

produzir múltiplos olhares para a forma como o ser humano habita um mundo de significados. Victor Buchli em 1995, não contradiz esta ideia, mas chama a atenção para as qualidades específicas que os materiais possuem através da sua materialidade. Não são apenas contentores de significados, são também possuidores da qualidade de articularem relações sociais, dando o exemplo de certas sociedades não ocidentais, a oferenda de objectos ser um símbolo de estabelecimento de alianças, de prestígio ou mesmo de criarem laços de dívida.

Um problema que se detecta nesta discussão relaciona-se com a constante separação entre o mundo material dos artefactos e o homem que os produziu. A própria conceptualização de “cultura material” está embebida nessa divisão, nessa separação; “cultura” como acção humana, “material” como acto de produção final.

Recentemente um conjunto de textos publicados (JORGE, V. e THOMAS 2006 e INGOLD 2006, 2007) rebatem a ideia de “cultura material” como ela tem sido enunciada. Os primeiros autores chamam a atenção para o conceito “cultura” que ao ser identificado como uma entidade oposta a “natureza”, é meramente um produto do pensamento ocidental, que oclui a experiência humana e funciona como um ecrã que fractura a nossa habilidade de apreender a riqueza e complexidade das realidades passadas e presentes que procuramos perceber (JORGE, V. e THOMAS 2006:7). É necessário, segundo os autores, um longo processo de “*un-thinking*” para dissolver as fronteiras conceptuais e pensar que esta dicotomia não deverá ser aplicada mas sim ultrapassada. A arqueologia,

“(…) needs to get as close as possible to be (sic) people who were very different from ourselves, by releasing itself from divisions between thought and action, substance and spirit, past and present. This would be an archaeology transformed into the study of “the formation of the environment of our living-in (….) in all its complexity” (JORGE, V. e THOMAS 2007:9).

No mesmo volume, Ingold (2007:311-317) avança com um conjunto de ideias muito interessantes. Em vez de focar a “objectualidade” dos artefactos, o importante é “seguir os materiais”, isto é, entrar num mundo em formação, no qual cada coisa não existe contra o seu meio, mas é uma confluência particular de materiais misturados e combinados em formas mais ou menos efémeras (2007:311). Esta aproximação marca

---

<sup>123</sup> Esta autora, na linha de Ian Hodder, relaciona o registo arqueológico (e consequentemente a “cultura material”), a uma analogia directa com um texto e uma narrativa que tem de ser decodificada e manipulada por vários agentes históricos entre eles o arqueólogo como intérprete.

uma alteração do foco num objecto terminado (o objecto) para o processo no qual as coisas (os objectos) são gerados e dissolvidos. Não é incorporar os objectos numa rede de relações, mas sim reconhecer que as coisas são elas próprias constituintes de um entrelaçamento de relações. Essas relações são caminhos nos quais os objectos fluem. As relações não são entre um objecto e outro mas são uma linha de vivência:

“It’s a trail of movement or growth: one strand in a tissue of trails that together make up the texture of the lifeworld. That texture is made up not of interconnected points but of interwoven lines: it is not a network but a meshwork” (INGOLD 2007:315).

Em vez de reduzir os materiais a matéria, é necessário reconhecer que os materiais são eles próprios activos. Em suma, existe um mundo de materiais que ocorrem e não se deve converter as suas propriedades na materialidade das coisas; as propriedades dos materiais não são atributos, são histórias.

Tendo estas ideias presentes, a análise contextual que no ponto seguinte se apresenta, surge naturalmente pobre, mas não queremos deixar de a explicitar, pois poderá ser entendida como base de trabalho para futuros projectos de investigação, abordando contextos específicos. Por outro lado, esta análise não nos remete para uma re-construção do passado ou para a “recriação” de uma acção que em determinado contexto se terá passado, nem tão pouco, pretende apenas inventariar/descrever esse contexto. Apenas se ambiciona sugerir a diversidade contextual que tem vindo a ser detectada ao longo das campanhas de escavação arqueológica e lançar as bases de trabalho, para futuramente olharmos estas estruturas à sua escala de implantação local procurando diferenças e semelhanças, sugerir “padrões” caracterizadores de determinadas áreas e propor interpretações de sentido contextual.

Sabemos igualmente que esta análise exaustiva só será possível quando o sítio estiver escavado quer em profundidade, quer em área, e é por isso que nos remetemos a uma análise parcelar da intervenção, a um estudo incompleto, pois apenas 12 contextos foram escavados mais intensamente e apenas 3 até ao substrato geológico. Desta forma este ponto pretende ser acima de tudo um projecto de intenções sobre que tipo de investigação (entre outras), se poderá continuar a fazer<sup>124</sup>.

---

<sup>124</sup> Este ponto tem como suporte o sistema de gestão de informação arqueológica “Castanheiros”. Ver anexo 2.



### **3.8.1 Contextos identificados**

Tendo em consideração o que foi dito anteriormente, um contexto poderá ser considerado uma unidade de estudo, espacialmente definida, e definida por todos os elementos de estudo que lhe estão subjacentes. É objectivamente parcelar, tendo em consideração a totalidade da estação arqueológica. Entendemos por elementos de estudo, todos os seus materiais, a sua tipologia estrutural, os elementos configurativos dessa tipologia, a própria metodologia de escavação e todas as acções laboratoriais posteriores relacionadas com a análise do contexto; datações absolutas, sedimentologia, antracologia e todo um outro conjunto de observações que durante o processo de escavação possa ser entendido como útil.

Em Castanheiro do Vento, nenhum dos contextos até agora identificados foi objecto de estudo utilizando aquela metodologia<sup>125</sup>. No entanto, futuramente e como proposta metodológica o estudo contextual deveria abarcar todas aquelas áreas.

#### **3.8.1.1 Contextos integralmente escavados**

##### **“Bastião” A.**

Contexto escavado na sua totalidade e objecto de uma dissertação de mestrado (VALE 2003).

O “bastião” A com uma área de 6,38 m<sup>2</sup> pertence ao tipo I de estruturas tipo bastião. Este tipo apenas se localiza no murete 1. Os seus elementos de configuração pertencem à categoria de dimensão modal D2 (entre 201 e 400 mm), não possui na sua configuração qualquer laje de xisto azul e as lajes definidoras das faces interna e externa encontram-se facetadas e não facetadas.

---

<sup>125</sup> Esta metodologia exige um conjunto de meios que Castanheiro do Vento não possui, no entanto será desejável que no futuro se consiga implementar, nem que seja parcelarmente esta abordagem.

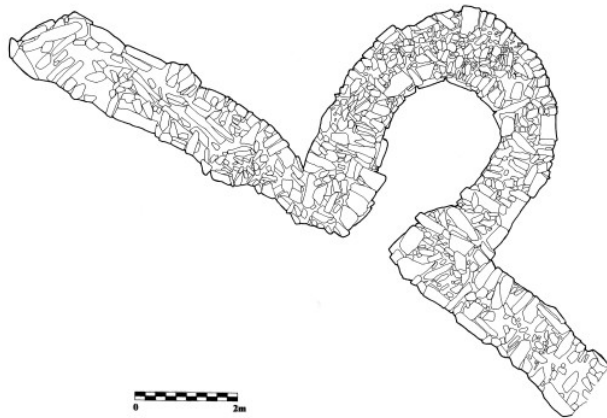


Figura 202 – “Bastião” A orientado a Norte, (tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Vítor Fonseca).



Figura 203 – “Bastião” A. Imagem obtida no final da escavação do interior da estrutura. A seta indica o Norte (foto de João Muralha).

No ponto 3.6.1.3.2 procedeu-se à descrição detalhada das micro-estruturas existentes. Queremos aqui salientar que foram detectadas apenas três destas estruturas. Duas delas identificadas no primeiro momento de decapagem relacionado com a petrificação deste espaço. Esta petrificação associa-se ao subtipo Ia dos tipos de estruturas de oclusão/colmatação. É uma petrificação de um espaço aberto, que até ao momento só foi identificada nos bastiões do murete 1. Aquelas micro-estruturas são constituídas por lajes de grandes dimensões, entre 0,60 m e 1,20 m, de xisto azulado não existente no local. Como já referimos este tipo de lajes não está presente na concepção do murete. É igualmente importante notar que esta colocação de lajes obedece a uma acção estruturada. A petrificação deste espaço, não é pensada de uma forma aleatória, é intencional a formação de pequenas micro-estruturas, embebidas no momento da petrificação.

A este nível de petrificação, foi recolhido um conjunto de materiais; 487 fragmentos cerâmicos, sendo 18,5% decorados com a técnica de impressão penteada, dois pesos de tear e 10 percutores, com vestígios de utilização (VALE 2003:136). As colagens efectuadas entre os elementos cerâmicos aconteceram entre áreas espacialmente afastadas, podendo corresponder a problemas pós-deposicionais, pois apenas se detectaram 4 colagens. Por outro lado será interessante, futuramente, observar esse material cerâmico, não apenas de um ponto de formal e tipológico, mas também ao nível de pequenas particularidades que possam possuir, caso das arestas muito boleadas, fruto de acção humana ou arestas talhadas, como referimos no sub-ponto anterior.

A terceira micro-estrutura foi detectada no terceiro momento de decapagem desta estrutura. Este momento corresponderá a um nível mais intenso de utilização. As datações obtidas apontam para um palimpsesto. Este nível teria sido constantemente limpo e reutilizado. Foram recolhidos 32 fragmentos cerâmicos dos quais apenas dois são decorados. Esta micro-estrutura estava delimitada por duas lajes de xisto azul (0,50 m e 0,30 m) e por quatro elementos de moinho, três com 0,15 m de largura maior e um com 0,20 m. Não foi possível obter qualquer colagem. Os elementos líticos também não pressupõem qualquer inteligibilidade de “carácter funcional”, a cadeia operatória não está presente e o único artefacto de pedra polida, uma enxó, estava colocada no centro da estrutura, a par de uma placa de xisto circular.

Abordar esta estrutura numa perspectiva histórico-culturalista, parece-nos enganadora. A estratigrafia não oferece fases de ocupação bem definidas. Detecta-se

dois momentos de utilização/colmatação de um espaço e um momento de uso que possui uma abrangência temporal muito lata.

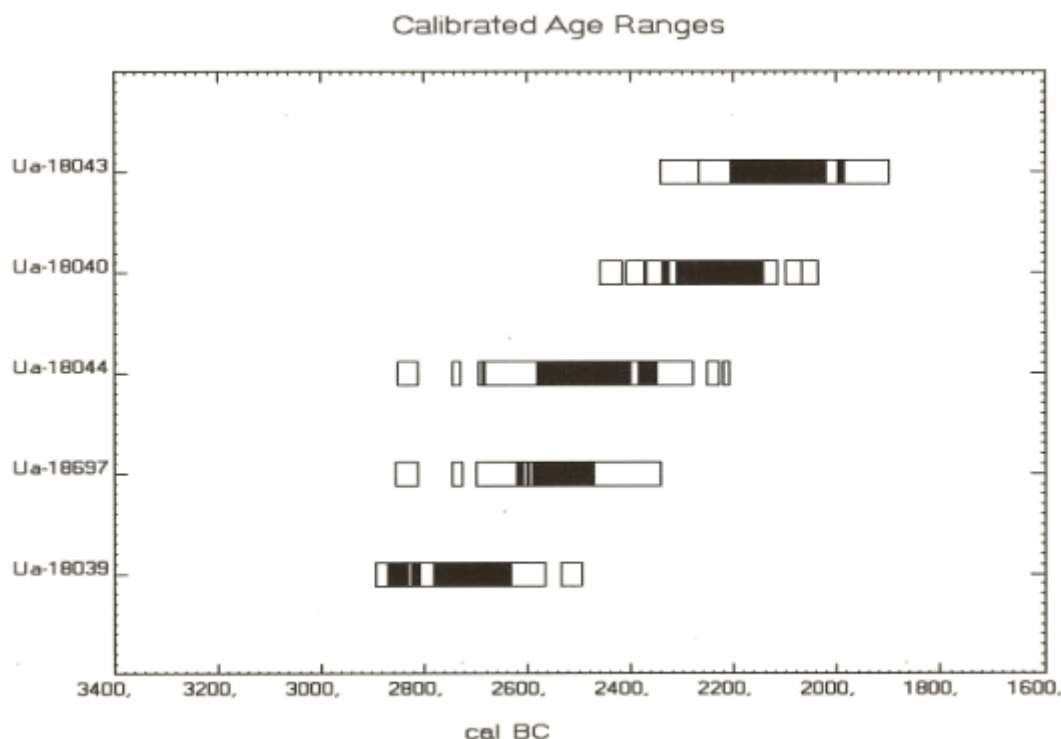


Figura 204 – Conjunto de datações do “bastião” A.

A observação do gráfico de blocos e a sua comparação com as localizações<sup>126</sup> tridimensionais das amostras de carvão ressalta imediatamente uma não associação entre “prováveis fases de ocupação” do espaço interno desta estrutura e as datas obtidas. Desta forma sugere-se uma constante ocupação daquele espaço, que seria sistematicamente “limpo”. O facto de existirem cinco datas reforça esta ideia.

Os materiais arqueológicos recolhidos e estudados, não apresentam variabilidade, existindo esta, apenas, na ocupação do espaço interno da estrutura.

Se olharmos para este espaço, com uma atitude interpretativa baseada apenas em explicações de cariz funcionalista, também não encontramos áreas de talhe, zonas de armazenamento, espaços de vivência quotidiana. Encontramos sim, um espaço utilizado re-utilizado constantemente e um espaço ordenado e re-ordenado frequentemente.

<sup>126</sup> Toda a informação relativa às amostras datadas está no anexo 1.

Os próprios fragmentos cerâmicos sugerem uma interpretação diferente. São fragmentos que remetem para recipientes diferentes. Pode-se sugerir a hipótese de serem uma unidade autónoma, que eventualmente poderiam remeter para o vaso a que pertenciam ou assumirem um estatuto próprio enquanto fragmento. Esta ideia não é nova, diversos autores têm referido a fragmentação intencional de vasos cerâmicos, SHANKS E TILLEY 1992:155/166 e SUSANA JORGE 2005:133/134 em contextos arqueológicos e BARLEY 1994:76 em contextos etnográficos.

“No complete vessels were recovered, either complete or crushed, *in situ*. In view of the total lack of plough disturbance this strongly suggests deliberate vessel crushing which has been documented at other tombs in Scania (e.g., Stromberg 1971, p. 351)” (SHANKS E TILLEY 1992:166)

“ (...) somos confrontados com um conteúdo constituído por vasos fragmentados, associados maioritariamente a milhares de sementes de cereal. Foram identificados pelo menos seis vasos. Contudo, a colocação dos fragmentos de vasos cerâmicos e das sementes obedece a regras que inviabilizam a interpretação linear de “vasos que continham sementes”. Pelo contrário, o que se denota é uma con(fusão) deliberada de sementes carbonizadas e de fragmentos de recipientes cerâmicos, transformados estes, isoladamente, em artefactos (...)” (JORGE 2005:133/134).

“In her (1989) discussion of Sirak (Cameroon) pots, Sterner remarks that the careers of vessels often make them end up in contexts that would be puzzling to archaeologists. (...) Potsherds are left with offerings on trails. Cooking pots, water-jars and other domestic pots can be used to trap disease spirits and so end up hidden in rocks or buried (BARLEY 1994:76).

Estas citações têm subjacente a ideia da variabilidade de olhares sobre a cerâmica, e especificamente sobre fragmentos cerâmicos. Os dois primeiros exemplos referem-se a contextos arqueológicos, onde foi detectado não só a quebra intencional de recipientes, como uma escolha deliberada na sua colocação. Nestes casos, uma abordagem metodológica que procure o vaso, em detrimento do fragmento, deixará escapar um conjunto de questões que poderão ser importantes quando estudadas no seu conjunto. Não são apenas os atributos dos materiais, ou as suas características técnicas que permitem o seu estudo, é também, pensamos, a multiplicidade de vectores de análise que eles nos oferecem, não só como metáfora da vida social, mas também como objectos possuidores de uma biografia, de uma história, em muitos pontos inacessível ao arqueólogo, mas passível de ser problematizada e sugerida. A citação de Nigel Barley, reflecte sobre esta ideia, e mesmo tendo em conta o valor que os trabalhos de

etnografia, podem ter quando transpostos para uma outra realidade, o facto permanece; a mistura de sentidos e confluências de interpretações que os materiais podem ter.

### “Bastião” B.

Esta estrutura localiza-se no murete 1, voltada a Este ao vale da Ribeira da Teja. Foi detectada em 1999 e escavada em 2000 e 2001. Encontra-se numa pendente não muito acentuada e a escavação efectuada em seu redor revelou um importante sistema de contrafortagem já descrito no ponto 3.6.1.3.3.



Figura 205 – Bastião B orientado a Norte, (tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Vítor Fonseca).

O “bastião” B tem uma área de 6,09 m<sup>2</sup> pertence ao tipo I de estruturas tipo “bastião”. Este tipo apenas se localiza no murete 1. Os seus elementos de configuração pertencem à categoria de dimensão modal D3 (entre 401 e 600 mm), não possui na sua configuração qualquer laje de xisto azul e as lajes definidoras das faces interna e externa encontram-se facetadas e não facetadas. A sua forma é oval, tendo sido o único bastião identificado que apresenta essa morfologia. Durante o processo de escavação foi possível reconhecer um conjunto de alterações que se processaram desde o nível do seu embasamento. A sua parede Norte parece ter sido reconfigurada e espessada, desde a base, e a sua parede Sul foi estreitada, detectando-se uma pequena passagem, muito destruída por uma provável estrutura de combustão datada de meados do 1º milénio Cal b.C. As linhas definidoras do exterior desta estrutura, formam uma oval, enquanto o espaço interno, é sub-triangular.



O “bastião” B foi a única estrutura completamente escavada, quer no seu interior, quer na sua área envolvente. Neste caso podemos afirmar que foram escavados dois contextos independentes, mas cuja interpretação têm que se realizar conjuntamente.

Os trabalhos arqueológicos na sua área interna, num primeiro momento de escavação, revelaram um espaço diferenciado; foi registado um troço de muro que a Oeste tornava esta estrutura triangular. Junto a esse muro foram registadas duas lajes de xisto azul, afeiçãoadas num dos topos e uma terceira fragmentada.



Figura 206 – “Bastião” B visto de NE. Em segundo plano são visíveis as três lajes de xisto afeiçãoadas, estando a do meio, fragmentada (foto de João Muralha).

As lajes de xisto assentavam num nível de grandes lajes, formando um plano regular e com pequenos nichos entre as lajes. Os materiais encontrados neste nível são escassos. Foi apenas quando se desmontou este nível que os materiais líticos e cerâmicos surgem em abundância (camada 3); 1112 fragmentos sendo 270 (24,3%) decorados. Este nível, constituído por um sedimento muito argiloso e amarelo ofereceu 1054 fragmentos de barro de revestimento (8,5kgs), onde foi possível registar negativos de ramos em 54. O conjunto de material lítico é igualmente numeroso; a matéria-prima é maioritariamente o quartzo, presente em lascas, duas raspadeiras e um núcleo. Apesar da existência de 50 percutores, 3 esquirolas e algumas lascas residuais, não se detecta qualquer tipo de cadeia operatória. Mais uma vez se reflecte sobre uma abordagem de carácter funcionalista aos materiais deste contexto e mesmo do contexto anteriormente analisado. Os elementos de moinho presentes, 9 dormentes e 6 moventes, encontravam-

se fragmentados e em posição secundária (a uma hipotética utilização funcional – moinhos que moem em determinado local). Foi ainda identificada uma alteração à cor e compactação dos sedimentos argilosos, ao qual foi atribuída uma designação diferente (camada 3b). Os materiais embalados nestes sedimentos, em menor quantidade, são semelhantes morfologicamente aos recolhidos na camada anterior.

Após a escavação deste nível, é detectada uma fossa aberta no substrato geológico, de planta sub-circular com cerca de 0,60 m por 0,70 m, no seu eixo central, com material cerâmico abundante e formalmente semelhante ao material encontrado, predomínio de materiais cerâmicos não decorados e os que apresentam decoração, possuem a técnica de impressão penteada na sua maioria.

No substrato geológico é identificado um buraco de poste de planta circular com 0,15 m por 0,15 m no seu eixo central e excêntrico à estrutura.

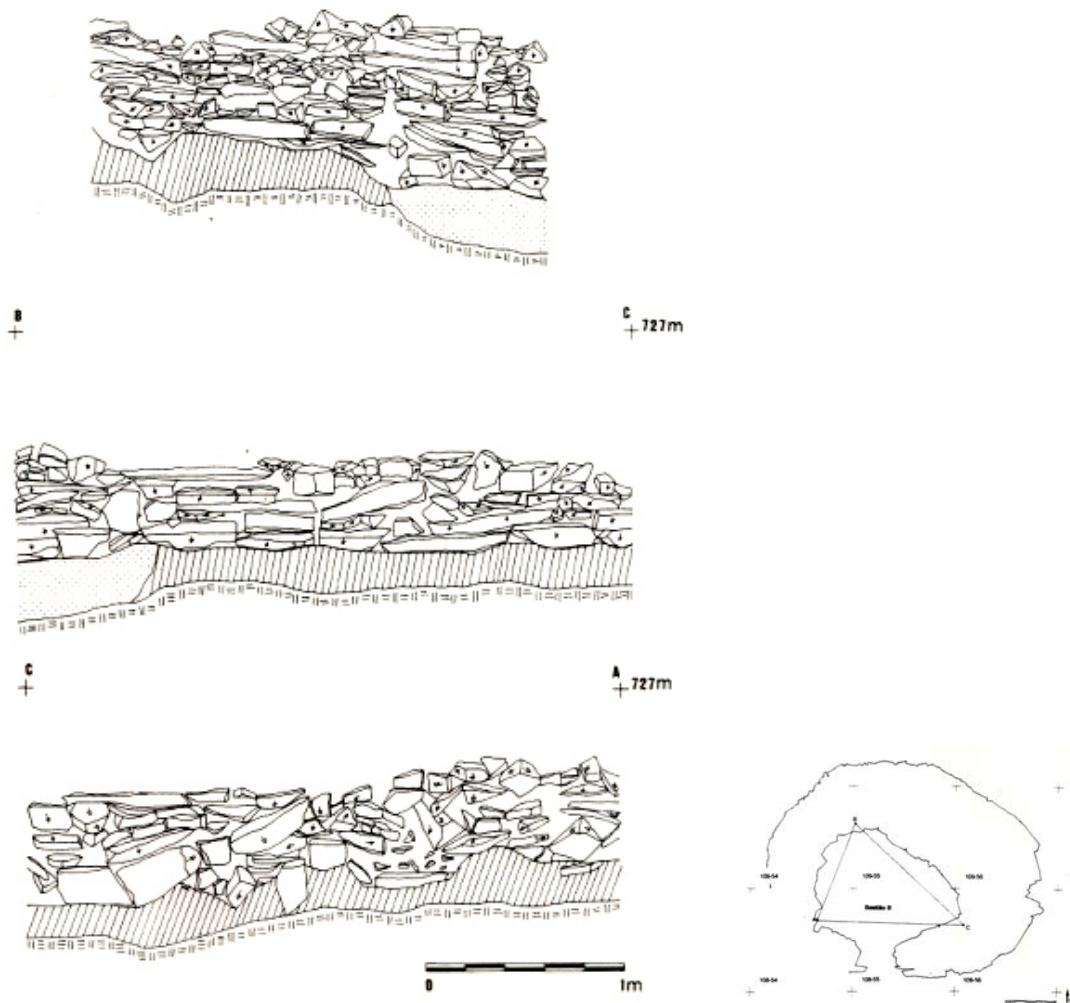




Figura 207 – Cortes internos do “bastião” B, (tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Vítor Fonseca).

As datações efectuadas para esta estrutura estão representadas no próximo gráfico.

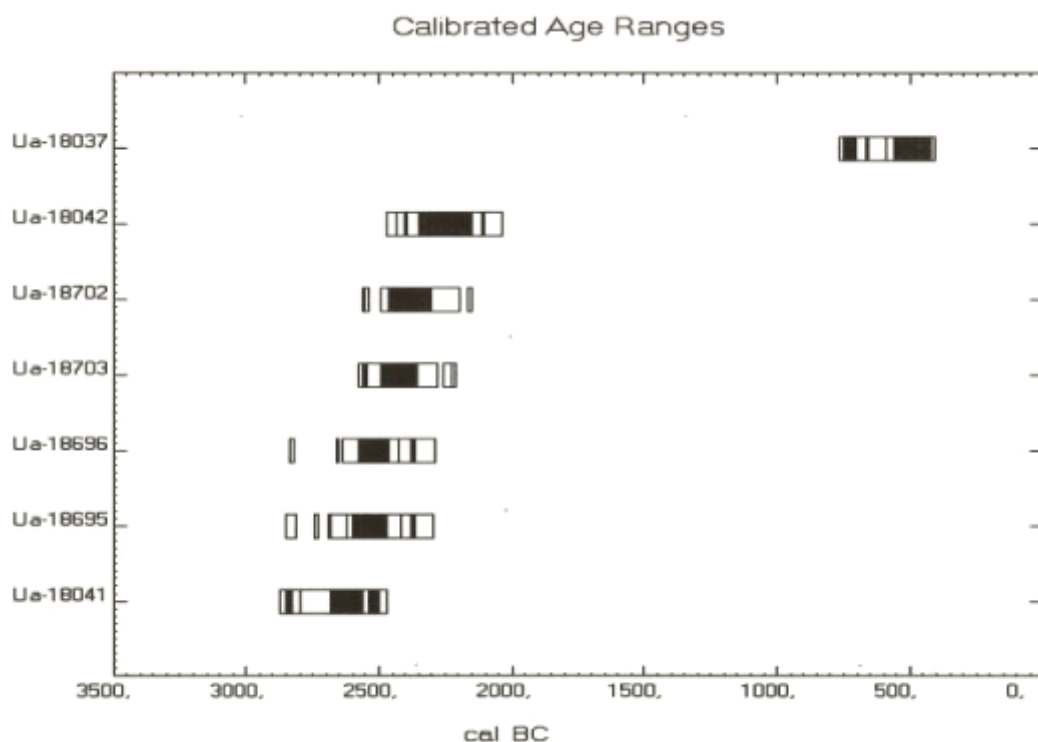


Figura 208 – Datações de rádio carbono relativas ao interior do “bastião” B.

A observação do gráfico remete-nos para uma clara ocupação deste espaço, que parece já configurado, durante a segunda metade do 3º milénio a. C. No entanto a datação que remete para uma maior antiguidade (Ua-18041) é aquela que em termos de cota, surge mais perto do topo<sup>127</sup>. O que nos faz levantar novamente a hipótese de que este espaço, é sistematicamente “limpo”, utilizado e reutilizado.

### “Bastião” E

Esta estrutura localiza-se no recinto secundário. Este recinto possui dois “bastiões” e duas passagens. Implanta-se numa zona relativamente plana, à excepção da sua área Sul onde existe um pequeno declive, precisamente o sítio onde se encontram as

<sup>127</sup> Cf. anexo 1.

duas estruturas tipo “bastião”. Foi identificado e escavado durante as campanhas de 2003 e 2004.

Como já vimos, esta estrutura pertence ao tipo II da tipologia de “bastiões”, e caracteriza-se por não possuir elementos/lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 401 e 600 mm, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto e argila, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas, o vão de entrada é de 3,10 m a sua profundidade é de 1,80 m e a média das espessuras é de 1,30 m. A sua área é de 5,30 m<sup>2</sup>.



Figura 209 – “Bastião” E. Imagem obtida no final da escavação do interior da estrutura (foto de João Muralha).

Foram detectadas no seu interior duas micro-estruturas (BE/me1 e BE/me2) assentes no substrato geológico e definidas por uma alteração de coloração no sedimento. Apenas uma delas continha pequenos blocos de xisto no seu interior (BE/me2). Foi ainda identificado um buraco de poste, aparentemente no eixo central da estrutura.

A estratigrafia detectada apresenta diferenças em relação à estratigrafia geral do sítio. Primeiro, a existência de uma camada 2/3, pertencendo a uma grande plataforma e não como mera camada de transição e segundo, a composição e coloração da camada 3

é diferente das anteriores, no entanto como veremos, quer os materiais arqueológicos encontrados, quer as datações obtidas, remetem para um conjunto coetâneo às restantes camadas 3 detectadas.

O conjunto faunístico desta estrutura é o mais importante até hoje recolhido em Castanheiro do Vento (COSTA 2007). O trabalho desta autora revela que foram identificados nesta estrutura o maior número de espécies; coelho, bovino, equinos, suínos e ovino/caprinos. Para fugirmos a uma enumeração de listagens taxonómicas e integrações de carácter economicistas, outros contextos terão que ser escavados mais profundamente. Neste momento a ideia principal prende-se com as intensas marcas de manipulação térmica, especialmente a calcinação extrema, impedindo interpretações do conjunto osteológico, de outra natureza (COSTA 2007:146).

Esta estrutura já foi objecto de análise, quer relativamente às técnicas de configuração do sítio arqueológico (sub-ponto 3.6.4), quer relativamente à descrição e análise dos sistemas de contrafortagem (sub-ponto 3.6.1.3.3).

Foi datado um carvão proveniente da camada 3, correspondendo a sedimentos cinzentos. A observação do próximo gráfico remete-nos para uma data referente a meados do 3º milénio a.C. compatível com o quadro geral cronológico do sítio.

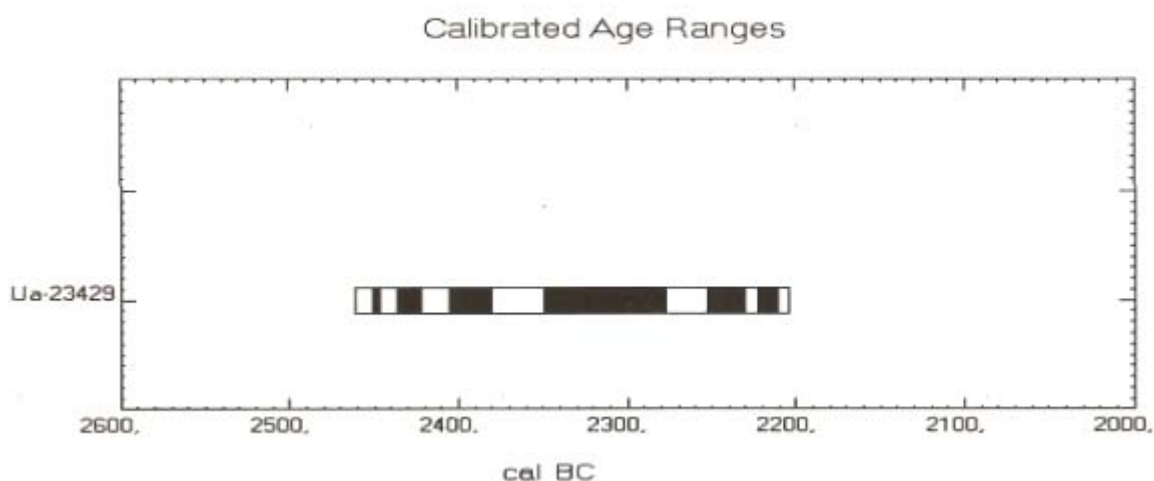


Figura 210 – Visualização gráfica da data Ua-23329, referente a carvões da camada 3 do interior da estrutura tipo “bastião” E.

### **Estrutura circular 3.**

A estrutura circular 3 foi identificada e escavada durante a campanha de escavações de 2005. Foi objecto de um seminário de projecto da licenciatura em Arqueologia (QUEIRÓS 2006).



Figura 211 – Estrutura circular 3 (desenho de campo de Bárbara Carvalho e tintagem de Leonor Pereira).

Localiza-se na área Sul do sítio arqueológico, junto ao murete 2 e bastante perto do murete 3. Os seus elementos definidores são constituídos pelo xisto, terra e granito. Pertence à categoria de dimensão modal D3 (401 mm a 600 mm) e as lajes configuradoras apresentam-se todas facetadas, sendo uma delas de xisto azul. Tem uma área de 3,96 m<sup>2</sup>, sendo o seu eixo N/S de 2,20m e o eixo E/O de 1,80 m. Pertence ao tipo Ia da sistematização das estruturas circulares e circulares geminadas.



Figura 212 – Estrutura circular 3 (foto de João Muralha).

Os materiais cerâmicos recolhidos apresentavam-se maioritariamente preservados. Foram recolhidos 159 fragmentos cerâmicos, sendo apenas quatro, bordos. A decoração, maioritariamente impressão penteada, existia apenas em 17% dos fragmentos. Foi igualmente recolhido barro de revestimento.

Os sedimentos desta estrutura apresentavam-se muito semelhantes na sua composição, textura e inclusões; constituídos na sua totalidade por terra muito argilosa e amarela.

Recolheram-se igualmente alguns carvões numa mancha de argila queimada que após envio para datação, forneceu a data de 2480-2200 cal BC. A localização da mancha e a correspondente amostra datada, sugere uma correspondência ao momento elaborativo da estrutura.

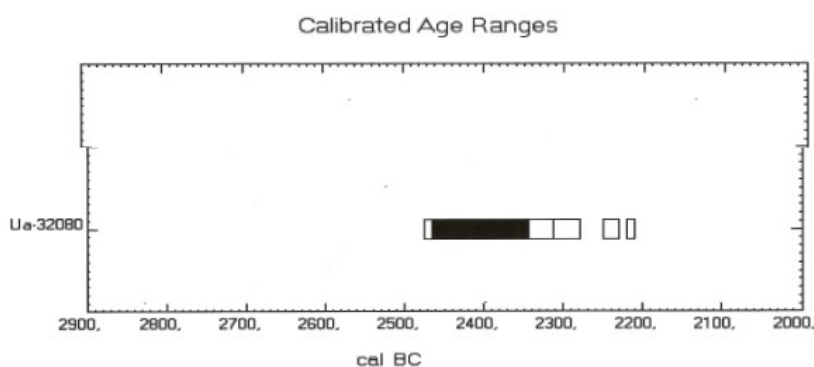


Figura 213 – Visualização gráfica da data Ua-32080, referente a carvões do interior da estrutura circular 3.

Uma interpretação mais global desta estrutura terá que ter sempre em consideração o seu contexto; neste caso, parece existir uma clara associação em termos de implantação aos muretes 2 e 3 e ao “bastião” G. Por outro lado, as poucas materialidades recolhidas impedem um estudo mais circunstanciado daquele que já foi produzido (cf. QUEIRÓS 2007) e remetem para a necessidade de escavar outras estruturas deste tipo, assim como as estruturas circulares geminadas, para se obter um universo informativo maior que permita sugestões mais completas, quer descritivas quer interpretativas.

### 3.8.1.2 Contextos escavados apenas até à linha basal das estruturas

Embora existam seis estruturas escavadas até à sua linha basal, neste pequeno sub-ponto optámos por apenas escolher três, e apresentá-las sob a forma de casos de estudo. As razões foram várias, mas as mais importantes relacionam-se com o estado avançado do estudo das materialidades recolhidas nesses contextos e com a aparente diversidade estrutural e contextual que apresentam.

#### “Bastião” D<sup>128</sup>

Contexto escavado até à linha basal que delimita a estrutura e objecto de um seminário de projecto dissertação da licenciatura em Arqueologia (GASPASR 2004).

Está localizada numa área com uma pequena pendente e completamente voltada ao Vale da Ribeira da Teja, (ou seja, a Este do sítio). Faz parte, de um contexto de carácter monumental, todo ele assente à mesma cota, do qual fazem parte, além desta estrutura, uma estrutura circular maciça (pequena torre) e uma passagem (P2) com uma “estrutura de oclusão” de tipo Ia. Possui uma forma sub-circular, tendo o seu eixo de entrada 2,90 m, o seu eixo de profundidade 2,50 m e uma área de 7,25 m<sup>2</sup>. O embasamento do murete delimitante é constituído por lajes de xisto, afeixoadas e não afeixoadas de dimensão D2, o que corresponde ao tipo I de estruturas tipo bastião. Nos seus extremos apresentava duas lajes fincadas (de tipo “estela”) parecendo demarcar o espaço interno da estrutura. Ao mesmo tempo, a laje situada a sul poderia relacionar-se espacialmente com a estrutura circular (“pequena torre”) anexa.

---

<sup>128</sup> A análise desta estrutura e da passagem 4, segue de perto JORGE, Vítor Oliveira, MURALHA, João, PEREIRA, Leonor Sousa, VALE, Ana e COIXÃO, António Sá (2005a), “Morfologia Construtiva do Recinto pré-histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas “estruturas de condenação”, *Almadan*, II série, nº13, pp. 25-35, onde se discutem ideias já sugeridas pelo autor e pelos restantes coordenadores da intervenção arqueológica.





Figura 214 – Bastião D, pequena torre e passagem 2 (tintagem de Leonor Pereira sobre desenho de campo de Bárbara Carvalho).

A escavação do interior foi efectuada até à sua linha basal. Foi possível detectar um primeiro nível de lajes fincadas obliquamente e dispostas paralelamente umas às outras. Estas lajes encontravam-se ligadas e revestidas por argila. Junto à laje norte (“de tipo estela”), foi exumado um pequeno vaso de fundo plano, quase inteiro. Estava embalado na argila que servia de ligante às lajes da estrutura de oclusão, não tendo sido objecto de alterações de carácter pós-deposicional. Este conjunto de lajes parece corresponder a um sistema de oclusão/colmatação do interior da estrutura. Abarcava apenas parte da sua área interna, não impedindo o acesso ao interior da estrutura, mas estreitando-o.

A desmontagem e escavação deste conjunto permitiram, além do pequeno vaso, apenas a exumação de 20 fragmentos cerâmicos, duas contas de colar e de um “disco” em xisto encostado à parede interna da estrutura.



Figura 215 – Vaso hemisférico com bordo ligeiramente reentrante e fundo plano (GASPAR 2004:29) (desenho e tintagem de Clara Gaspar e Rui Barbosa).

A recolha do pequeno vaso de fundo plano remete-nos novamente, para a ideia de deposições de materialidades. Neste caso concreto, podemos sugerir uma deposição inerente à arquitectura do sítio, inseparável da configuração da estrutura de colmatação que delimita a passagem para o interior do “bastião”.

Após a desmontagem da estrutura de colmatação, foi detectado um nível de terra muito argilosa, compacta, com cerca de 20/25cm de espessura, onde se concentrava a maior parte do material recolhido. Foi igualmente neste nível que se encontrava todo o material arqueozoológico, publicado por Cardoso e Costa (2004), tendo sido discutido sob um ponto de vista estritamente funcionalista, o que deixou em aberto um outro conjunto de interrogações<sup>129</sup>.

Parte deste material (acima dos 90%), apresenta-se queimado e com um elevado grau de fragmentação, correspondendo a vestígios das patas, caso das espécies *Sus sp.*, *Oryctolagus cuniculus*, *Cervus elaphus* e *Ovis/Capra*, o que segundo os autores parece sugerir uma selecção deliberada dos segmentos anatómicos atirados ao fogo<sup>130</sup>, por outro lado os vestígios sem sinais de fogo, correspondem a dentes e crânio e ossos longos. Os autores referem a probabilidade de estes vestígios serem mais difíceis de manusear, não sendo atirados ao fogo (CARDOSO E COSTA 2004:88). Foram ainda exumados dois segmentos anatómicos correspondentes a dois carpais de *Bos Taurus* juvenil, que provinham de uma espécie de “nicho” do interior do murete (tendo tido que se proceder à sua desmontagem para os recolher).

Com a apresentação da dissertação para a obtenção do grau de mestre em arqueozoologia do segundo autor, a visão excessivamente truncada por uma abordagem economicista, foi ultrapassada (COSTA 2007). O conjunto, acima descrito, apresenta de

<sup>129</sup> O enfoque deste trabalho possuía um forte pendor taxonómico e economicista.

<sup>130</sup> É importante não deixar de colocar a hipótese de estes fragmentos se terem conservado melhor.



uma forma geral, as mesmas características do universo global; intensas marcas de manipulação térmica e elevados níveis de fragmentação, superando respectivamente os 95% e 90% do total da amostra. Uma das observações mais interessantes que C. Costa faz relaciona-se com as numerosas marcas de manipulação térmica, bem como do padrão de representação óssea.

“ (...) apontam para a intensa manipulação antrópica dos restos ósseos de animais, muito para além das simples práticas de consumo alimentar. As características que o conjunto arqueofaunístico recuperado em Castanheiro do Vento, apresenta, parece constituir o produto final de uma “cadeia operatório complexa”, na medida em que corresponde ao resultado último de um conjunto de modificações/manipulações/transformações por parte do homem, que se iniciaram na escolha prévia de determinadas partes esqueléticas que deveriam ser transportadas para o sítio e, posteriormente (...) seriam usadas/modificadas/manipuladas” (COSTA 2007:153-154)

Esta estrutura continha, ao centro, uma micro-estrutura composta por elementos de dormentes fracturados (em granito), e no seu interior uma concentração de 32 fragmentos de cerâmica e 27 fragmentos ósseos. Ao seu lado encontravam-se dois grandes dormentes sobrepostos. Todos os elementos recolhidos de moinho manual encontravam-se fragmentados, inclusive os constituintes do nicho. A cerâmica apresenta uma grande uniformidade, tanto ao nível das pastas como das decorações (prevalece a decoração impressa penteadada curvilínea), existe um predomínio das formas fechadas, onde preponderam os fragmentos cerâmicos lisos. Os materiais líticos, maioritariamente em quartzo, apresentam uma grande monotonia formal e parecem exibir uma certa variabilidade na sua utilização aliada a um conhecimento importante, do ponto de vista técnico, da matéria-prima. Uma observação importante prende-se com a não existência de vasos completos, situação semelhante à detectada no “bastião” A.

Os elementos de moinho constituintes do nicho central e os dois grandes dormentes fracturados colocados junto ao pequeno nicho merecem um pequeno conjunto de observações. A sua matéria-prima é o granito, não existente no local. Por outro lado, em muitas das estruturas até hoje escavadas, ou postas a descoberto em Castanheiro do Vento surge sempre um ou vários elementos de moinho, caso das estruturas circulares e estruturas circulares geminadas, feitas de xisto e granito. Algumas delas, como esta do “bastião” D, é integralmente executada com moinhos. O que nos merece observação não é a utilização do granito em vez do xisto, nos elementos de moinho. O granito com a sua textura rugosa e facilmente picotável adapta-se melhor

à função de moer. Mas o importante é o contexto diferente em que estes aparecem; integrados em estruturas, ou formando micro-estruturas

“(…) quase que fazendo um apelo à sua interpretação baseada no próprio acto da sua especificidade. Neste contexto, estes moinhos não estão ali para moer, mas sim fazem uma referência metonímica ao acto de moer, de transformar o grão em farinha, e esta em pão. Podemos pensar em representações, neste contexto específico, do acto de transformar. Transformar o grão, proveniente do espaço envolvente, em alimento. Incorporando, desta forma, activamente os espaços habitados por esta comunidade” (JORGE, V., MURALHA, PEREIRA e VALE 2005a:30).

Foram datadas seis amostras desta estrutura, observadas na próxima figura.

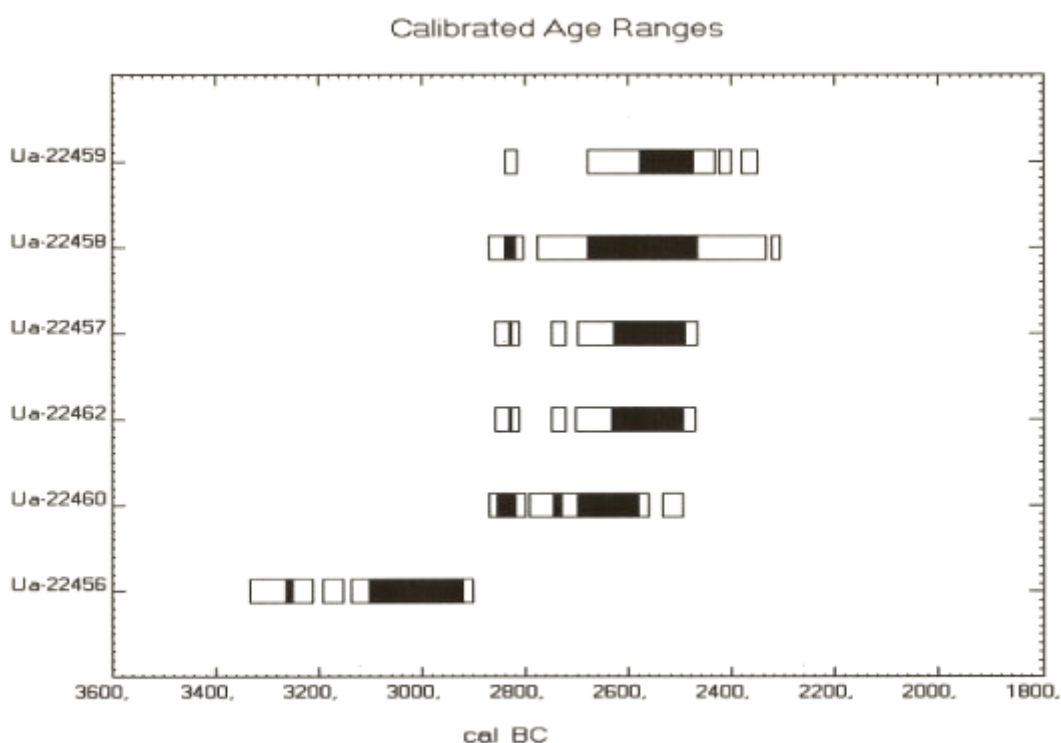


Figura 216 – Representação gráfica do conjunto de datas obtidas para a estrutura tipo “bastião” D.

À excepção da data Ua-22456, claramente anterior à cronologia sugerida para os inícios da configuração das arquitecturas de Castanheiro do Vento, o restante conjunto aponta para uma homogeneidade situada entre meados e primeira metade do 3º milénio cal BC.

## Passagem 2

Como vimos anteriormente, a passagem 2 é componente de um grande contexto de carácter monumental, constituído também pelo bastião D e torre pequena. Neste pequeno apontamento iremos fazer algumas observações ao contexto definido exclusivamente como passagem 2.

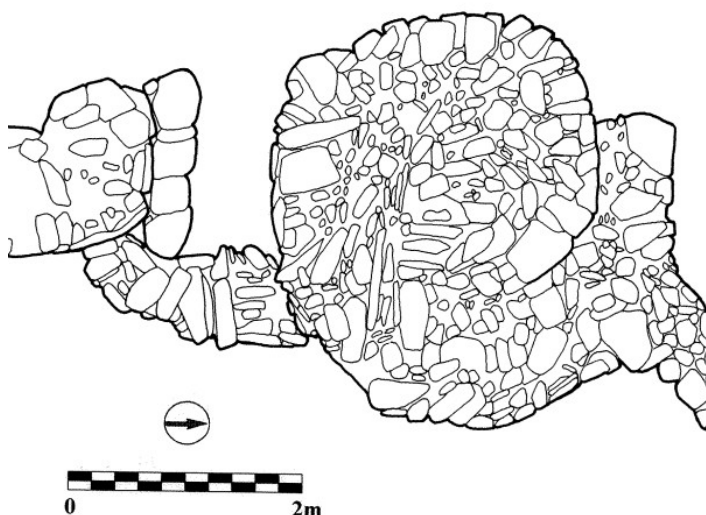
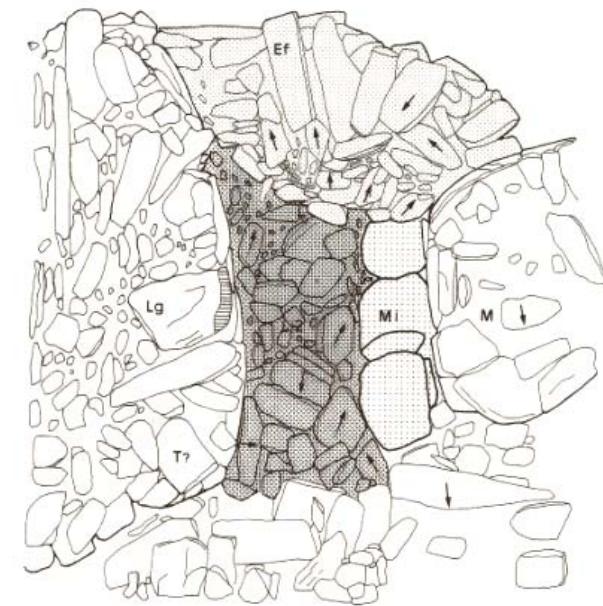


Figura 217 – Passagem 2, torre pequena e arranque Sul do bastião D (desenho de campo de Bárbara Carvalho e tintagem de Leonor Pereira).

Está localizada numa área com uma pequena pendente e completamente voltada ao Vale da Ribeira da Teja, (ou seja, a Este do sítio). Não foi escavada até ao substrato geológico, tendo terminado a sua escavação num nível de lajes de dimensão média (entre 0,20 e 0,40 m). A metodologia utilizada seguiu níveis artificiais de decapagem.

Pertence ao tipo II de passagens, sendo constituída por xisto, terra e quartzo. As lajes constituintes da passagem pertencem à dimensão modal D2 (entre 201 e 400 mm), e apresentam-se todas facetadas. Tem 0,65 m de vão intermédio de passagem, um comprimento de 1,65 m e uma área de 1,07 m<sup>2</sup>. A estrutura de estreitamento tem uma largura de 0,35 m e existe apenas adossada ao troço Sul.

As lajes componentes da estrutura de estreitamento são mais largas e assemelhavam-se a um muro muito bem estruturado, encostado ao murete.



0 40cm



	Descrição	Cotas
M	Muralha	726.02
T ?	Torre ?	726.01
Lg	Laje com gravuras	726.08
Li 2	Lajeado interno	725.42
Ef	Estrutura de fecho	725.91
Mi	Murete interno	725.86

Figura 218 – Passagem 2, último nível escavado (desenho de campo de Bárbara Carvalho e tintagem de Leonor Pereira).

Do lado Norte da passagem, encontravam-se duas lajes contendo faces com gravuras viradas ao vão; uma das lajes tinha uma série de fusiformes predominantemente verticais; a outra, um pouco mais abaixo apresentava várias “covichas” não muito profundas.



Figura 219 – Passagem 2, laje com “fusiformes” (foto de Vítor Oliveira Jorge).

A estrutura de oclusão é de tipo IV, que consiste na elaboração de um dispositivo em arco colmatando exteriormente a passagem. Esta estrutura adossa à face Sul da torre pequena e à linha exterior do troço de murete que define a passagem a Norte, assim como à estrutura de estreitamento. A estrutura de oclusão apresenta-se com um sistema de “fecho” monumental, do lado exterior, através de um conjunto de lajes horizontais dispostas em arco. Toda esta organização espacial poderá demonstrar que

“ (...) ao fecho da porta se concedeu uma importância semelhante à de qualquer outro aspecto da construção, ou à “condenação” pétreo dos “bastiões”. (...) abertura e fechamento de “vãos” eram duas actividades igualmente prezadas e cuidadosamente estruturadas, como se fossem simétricas uma da outra, ou como se o momento de “condenação” fosse um acto tão importante como o da erecção de uma estrutura.” (JORGE V., CARDOSO, PEREIRA e COIXÃO 2003a:11)

O material recolhido, aparentemente, denota as mesmas características daquele que tem sido recolhido nas outras estruturas constitutivas do murete 1.

Não foram obtidas datações para esta estrutura.

#### **Passagem 4**

Esta “passagem” foi detectada e escavada durante os trabalhos arqueológicos de 2003, não tendo sido no entanto, completamente escavada até ao substrato arqueológico. Encontra-se no recinto secundário, voltada a Nordeste, e assenta numa pente muito suave. Infelizmente parte da sua área NE encontra-se muito destruída pela abertura de um caminho vicinal<sup>131</sup>.

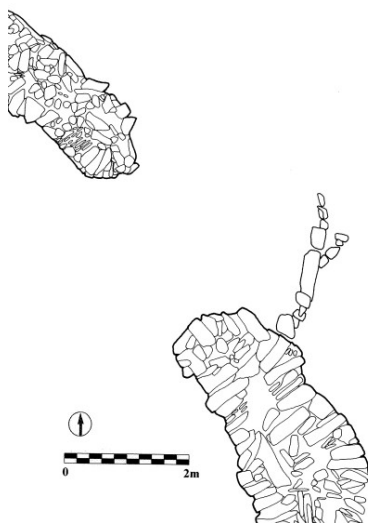


Figura 220 – Passagem 4 (desenho de campo de Bárbara Carvalho e tintagem de Leonor Pereira).

<sup>131</sup> Este caminho foi aberto em 1989, para a passagem de grandes máquinas que trabalharam o terreno e plantaram os eucaliptos.

Pertence ao tipo III de passagens, sendo constituída por xisto, terra e quartzo. As lajes constituintes da passagem pertencem à dimensão modal D2 (entre 201 e 400 mm), e apresentam-se facetadas e não facetadas. Tem 2,60 m de vão intermédio de passagem, um comprimento de 5 m e uma área de 13 m<sup>2</sup>. O tipo de estrutura de oclusão detectada pertence ao tipo II, caracterizando-se por uma dissimulação intencional do vão interno em descontinuidade do murete.

Como já foi referido (JORGE, MURALHA, PEREIRA, VALE e COIXÃO 2005), durante a escavação desta área detectaram-se um pequeno conjunto de situações:

a) O enchimento do interior do recinto era composto por lajes de xisto nem sempre afeiçoadas e blocos de grauvaque de dimensões médias a grandes.

b) A estrutura de oclusão era composta por lajes semelhantes às utilizadas na construção do murete, dispostas ao longo da sua face interna, dissimulando aí o vão da passagem. Para o exterior deste alinhamento a passagem encontrava-se obstruída com grandes blocos de morfologia variada, em xisto e grauvaque, diferentes quer do enchimento do interior do recinto nesta área, quer das lajes constituintes do próprio murete, inviabilizando a sua explicação através do derrube das paredes desse mesmo murete. A sua desmontagem revelou um sedimento argiloso que envolvia as lajes, sugerindo uma acção antrópica de configuração na colmatação do espaço da passagem.

c) A identificação de “patamares de acesso” à passagem:

“Patamares”. Chamamos convencionalmente “patamares” a um conjunto de alinhamentos de lajes de média dimensão, dispostas em semi-círculo, concentricamente, em redor da passagem. Foram identificados três alinhamentos e um provável quarto. Estas estruturas poderiam efectivamente ser um dispositivo construtivo de acesso à “passagem”, vencendo o pequeno desnível e monumentalizando a própria entrada, como poderiam ser parte da própria “estrutura de condenação”, que desta forma não seria apenas constituída por um amontoado de pedras e pela construção de um alinhamento interno “de disfarce” (como que a querer imitar a continuação do murete do recinto), mas seria igualmente composta por um encerramento exterior, em semi-círculo, aproximando tipologicamente a condenação desta “passagem” à “passagem” 2, embora mais complexa e monumental” (JORGE, MURALHA, PEREIRA, VALE e COIXÃO 2005:31)

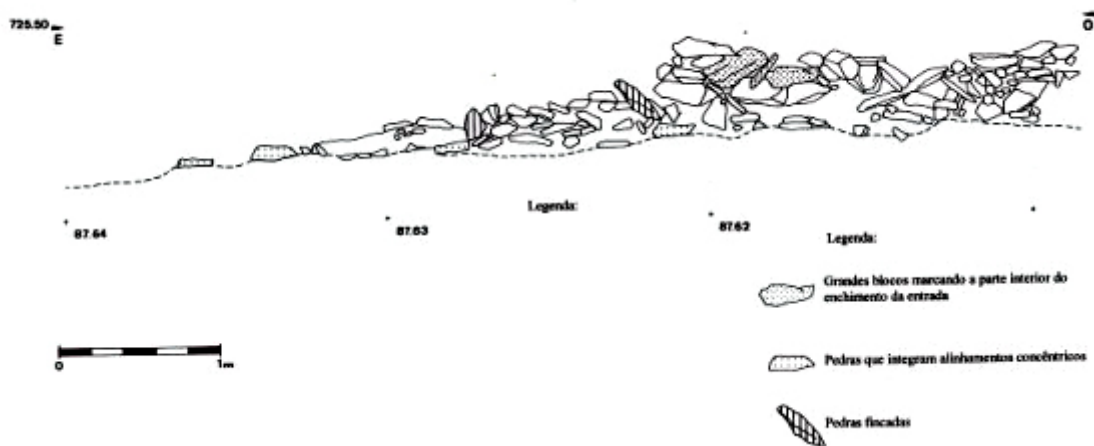


Figura 221 – Corte central da passagem 4.

Os materiais exumados nesta área da passagem 4 consistem em 75 fragmentos cerâmicos, sem a obtenção de qualquer forma.

O conjunto de fragmentos é constituído essencialmente por fragmentos lisos. Nos decorados predomina a decoração penteada (existindo apenas dois fragmentos com decoração diferente; um deles com puncionamento, e outro associando o espatulamento com o puncionamento junto ao bordo). Dos restantes materiais, recolheram-se 101 peças líticas, maioritariamente em quartzo, predominando igualmente o seu carácter fragmentário. Destacamos apenas duas raspadeiras. Os percutores estão representados a 12% e os elementos de moinho a 10%. Apenas um elemento interessante relacionado com o nível onde foram registados os assentamentos dos possíveis “patamares”; a existência de dois termoclastos e fragmentos de xisto completamente queimados. Não sabemos se teriam resultado de produção de calor no local ou se teriam sido já transportados para essa área em tal estado. A escavação da passagem 4 ainda não terminou e só futuros trabalhos nos ajudarão a esclarecer esta dúvida.

Os dados relativos à fauna identificada neste local reportam apenas um molar superior de *Bos Sp*, um fragmento também de molar superior igualmente de *Bos Sp* e uma pequena esquírola com menos de 1cm.

Para esta área não se possui qualquer datação cronométrica.





Figura 222 – Aspecto geral da passagem 4. As linhas assinalam os prováveis patamares de acesso à passagem (foto de João Muralha).

### **3.9 Observações à diversidade estrutural do sítio**

Ao longo deste capítulo 3, temos vindo a analisar o sítio arqueológico de Castanheiro do Vento de uma forma parcelar. Tentamos pensar sobre os diversos tipos de materialidades que o compõem e reflectimos sobre as suas técnicas de configuração. Seria conveniente, neste momento, uma análise conjunta de todos os elementos referidos, mas não numa acepção de síntese do que dissemos, mas sim contemplando vectores problematizantes e considerando o sítio nas suas diversas especificidades e diversidades.

Desde logo se impõe o imponente dispositivo arquitectónico, ou melhor, a arquitectura que ao longo dos últimos nove anos temos vindo a pôr a descoberto. E é precisamente este conceito, “arquitectura”, que terá de ser explicitado no âmbito deste trabalho, pois a sua conceptualização é hoje caracterizada por grande variedade de significados e multiplicidade de conteúdos. A tarefa de dissecar este conceito e propor qualquer definição estaria à partida condenada, não só pela imensidão do trabalho como pelo não existência de uma definição, ou melhor, a definição. O que se pretende é, dentro da nossa escala de trabalho, operacionalizar conteúdos que nos permitam uma reflexão de um determinado espaço arquitectónico, neste caso Castanheiro do Vento.

Desta forma, o que entendemos por “arquitectura”?



Mais uma vez as ideias de Tim Ingold (2000) se tornam essenciais<sup>132</sup>. Este autor, como já vimos, refere arquitectura como habitar (*architecture as dwelling*), opondo esta perspectiva a uma outra, *architecture as building*.

“ (...) the *dwelling perspective*. By this I mean a perspective that treats the immersion of the organism-person in an environment or lifeworld as an inescapable condition of existence. From this perspective, the world continually comes into being around inhabitant, and its manifold constituents take on significance through their incorporation into a regular pattern of life activity. It has been rather usual, in social and cultural anthropology, to suppose that people inhabit a world – of culture or society – to which form and meaning have already been attached. It is assumed, in other words, that they must perforce “construct” the world, in consciousness, before they can act in it. I refer to this view as the *building perspective* (INGOLD 2000:153). (Os itálicos são do autor).

Esta longa citação resume as ideias de Ingold relativamente a duas perspectivas. A perspectiva de habitar (*dwelling*) pretende dissolver a distinção entre natureza e cultura, entre acção humana e um mundo físico, passivo e tentar compreender os processos contínuos, conjuntos e constantes dos agentes no seu ambiente, e não como indivíduos actuando “lá fora”, no mundo, privilegiando uma forma em vez desse processo. A perspectiva de construção (*building*) vê a arquitectura como uma imposição de formas pré-concebidas sobre um mundo “natural”, externo, onde o construtor actua, separado desse mundo. Desta forma Ingold questiona:

“(...) by what right do we conventionally identify the artificial with the “man-made”? And where, in an environment that bears the imprint of human activity, can we draw the line between what is, and is not, a house, or a building, or an instance of architecture? (INGOLD 2000:174).

A resposta parece simples se considerarmos que arquitectura é definida por um plano pré-formado e posteriormente uma forma construída. Definição partilhada por muitos arquitectos no mundo ocidental actual, mas se considerarmos as comunidades pré-modernas e mesmo, actualmente, algumas não ocidentais, a definição desvanece-se. O plano não precede o habitar, e provavelmente essas comunidades não impunham a forma através da implementação de um plano pré-concebido. O discurso arquitectónico é gerado através de um envolvimento prático com o ambiente e funciona através de uma rede complexa de acções. A reflexão de Ingold enfatiza a ideia de que as pessoas e outros componentes do ambiente estão completamente envolvidos em redes

---

<sup>132</sup> Cf. ponto 3.7 deste trabalho.

heterogéneas que se constituem em processos “revelatórios” através da acção de uma multiplicidade de agentes.

Acção humana terá então de ser compreendida como um elemento numa rede distributiva de acções, com objectos, animais, plantas, em vez de uma força privilegiada operando num mundo externo e passivo (POLLARD, 2005:45).

Assim, ao passar de uma perspectiva de construção para uma perspectiva de habitação, o conceito e significado de arquitectura alteram-se.

Reflectindo além da dicotomia natural/cultural será possível olhar a arquitectura de Castanheiro do Vento como um processo fluído de habitar um espaço, um processo entretecido de acções complexas entre esse espaço, as suas disponibilidades, as suas condições, a sua topografia e os próprios agentes humanos. Desta forma, a preparação do terreno ao configurá-lo com uma base de terra/argila batida, ao utilizar os afloramentos como pedreira, deixando outros intactos, o abate de árvores, a procura de arbustos e de certas materialidades constitutivas do sítio, tornam-se tanto arquitectura como a elaboração dos muretes, a colocação de postes, a utilização da terra como infraestrutura e ligante. São criadas estruturas, são criados espaços, ao mesmo tempo que são criados ritmos temporais, não só no processo de elaboração, como no próprio processo de espacialização do sítio. Os sentidos, provavelmente alteram-se, continuamente, enquanto os diversos ritmos de habitar aquele espaço, são processo integrante da socialização daquela(s) comunidade(s). O acto de elaborar/configurar/manter um espaço torna-se uma actividade recorrente num processo de socialização constante.

Assim, de que forma é que este conceito de arquitectura afecta o nosso “olhar” sobre Castanheiro do Vento?

Afecta no sentido em que uma definição normativa de arquitectura não é considerada, ou seja, uma definição arquitectural que refere construções planeadas e executadas por seres humanos, estáticas e perenes. É considerada uma arquitectura mais orgânica, mais acumulativa, que envolva uma comunidade inserida e imbuída no seu mundo, onde o acto de “construir” seja um acto de “habitar”. Habitar transformando a colina com elementos pétreos, arbustivos, árvores e água, habitar como estruturação espacial de uma comunidade, unindo-se naquele espaço, habitar como actividade colectiva, habitar como elaborar, configurar, re-configurar espaços onde o sentido colectivo se estabilizasse e socialmente se reproduzisse.

Afecta ainda, no sentido em que todos os actos, ou melhor, as acções que conseguimos detectar durante a escavação do sítio, se tornam arquitectura: a utilização diversa de elementos constitutivos, a utilização de certos elementos que marcam espaços, “os marcadores espaciais”, a abertura e encerramento de passagens, que abrem ou condicionam percursos dentro do sítio, que delimitam espaços abertos ou fechados em conjunto com os muros, muretes, “bastiões” e estruturas de oclusão, as próprias “deposições” são consideradas aqui, como fazendo parte do discurso arquitectónico de Castanheiro do Vento.

É claro que no estado actual dos trabalhos de escavação, torna-se difícil encontrar exemplos demonstrativos desta ideia. A análise de pequena escala a contextos específicos e depois a sua comparação poderá fornecer vectores de investigação que nos permitam, também, tentar ultrapassar dicotomias como aquelas existentes entre materialidades que podemos designar de “móveis”, como por exemplo as cerâmicas, os materiais líticos, o espólio osteológico e o grande objecto arquitectural onde essas materialidades são encontradas. Ele próprio, o sítio, uma materialidade. O conceito de arquitectura, o processo elaborativo de um sítio poderá incorporar essas materialidades em situações concretas, percebidas em campo (McFADYEN 2005 e WHITTLE, BARCLAY, McFADYEN, BENSON e GALER 2007).

Em Castanheiro do Vento podemos referir três exemplos:

1- A variabilidade de materiais constituintes dos três muretes detectados e do recinto secundário.

O murete 1 é elaborado com lajes de xisto e terra (argila), o murete 2 com lajes de xisto, terra (argila) quartzo e granito, o murete 3 com lajes de xisto, terra (argila) e quartzo (percutores e blocos informes) e o recinto secundário com lajes de xisto, terra (argila) e quartzo. Embora todos os materiais constituintes dos muretes, sejam elementos configurativos do sítio na sua totalidade, existem, como vimos, diversas acções específicas. O xisto e a terra são os grandes denominadores comuns à configuração, enquanto o granito e o quartzo parecem ter um “papel” mais específico. No murete 2, estes dois elementos surgem em proporções iguais, mas o granito, surge na área Sul do murete em grande quantidade, culminando a sua utilização na estrutura circular 5, integralmente constituída por aquele elemento. O quartzo aparece em blocos informes, quer num troço de murete a Noroeste no seu interior, quer noutra troço a Sudeste, como elemento delimitador da face externa. No murete 3, a utilização deste

último elemento é particular<sup>133</sup>, é empregue apenas no interior do murete e constituída por blocos informes, mas também por percutores, enquanto no recinto secundário torna a ser usado como no murete 2, como elemento de enchimento. A variabilidade estrutural do sítio é identificada nestes pormenores de configuração.

A conformação de Castanheiro do Vento é apenas homogénea nas suas grandes linhas estruturais, mas muito diversa nos pormenores relativos à utilização dos seus elementos elaborativos. Estas constatações remetem-nos para duas situações: a diversidade de elementos identificados, tanto num sentido extractivo – as lajes de xisto extraídas dos afloramentos, a terra enquanto argila local, o quartzo existente em afloramentos que atravessam o sítio – como num sentido adicional; o granito trazido de fora, quer do maciço de Numão, quer do de Freixo de Numão e mesmo dos blocos existentes ao longo da Ribeira da Teja, a argila de Barreiros próximos, os materiais vegetais e mesmo a água, elemento essencial na preparação da terra. Estas acções, e mesmo a decisão de manter alguns afloramentos intactos, como na área Norte e Este de Castanheiro do Vento, e em diversos locais de Castelo Velho de Freixo de Numão, transportam-nos para diversas significações do sítio, para actos de inscrição, mais ou menos perduráveis, enquanto inseridos em processos de configurações e remodelações do sítio, tendo também em conta a plasticidade que a utilização da terra poderia ter dado ao local, capazes de movimentar a comunidade criando sociabilidades, fomentando a coesão social entre os seus elementos, partilhando sentidos comuns, como o acto de “construir” em grupo e mesmo executando gestos técnicos ancestrais.

2- A identificação de fragmentos cerâmicos talhados e não talhados e percutores de quartzo e quartzito ao longo das linhas internas dos diversos muretes.

Já referimos no ponto 3.7 algumas das questões que este tipo de materialidades levantava. Vimos que eram artefactos manipulados deliberadamente, os fragmentos cerâmicos estão talhados e muitos percutores estão inseridos no interior de muretes. Observámos a importância de olhar estas acções como uma rede temporal de práticas de elaborar e re-elaborar os espaços constitutivos do sítio, contribuindo para a dinâmica da sua estruturação inserida num processo contínuo de vivências no local. Notámos ainda,

---

<sup>133</sup> Durante a campanha de escavações arqueológicas de 2007, estas observações não se alteraram. Os dois segmentos de murete identificados eram constituídos por lajes de xisto, terra (argila) e quartzo. No entanto, este último também foi identificado como elemento componente das linhas interna e externa definidoras do murete.

que uma das formas de equacionar este processo teria que ser num contexto de participação activa na configuração e constituição do sítio.

E este processo, além da sua dimensão técnica e temporal possui uma dimensão social; a necessidade implícita de transformar um sítio num lugar. Um sítio onde se processam actividades interligadas, sobrepostas ou individualizadas, para um lugar onde essas actividades existem como estruturação identitária e social dessa comunidade. Não numa acepção dicotómica de que primeiro existe um sítio e depois através da acção humana, surge um “lugar”, mas sim, que através da contínua elaboração de um sítio, até no sentido de remodelações e de actos de manutenção, existe um “lugar”, na medida em que espaços existenciais são sempre lugares<sup>134</sup>.

3- O “bastião” D. Recolha de espólio arqueozoológico no interior do murete delimitativo da estrutura e identificação do sistema de oclusão.

Esta estrutura já foi abordada, quer isoladamente (sub-pontos 3.6.1.2.1, 3.6.2.2 e 3.6.2.5), quer em contexto (sub-ponto 3.8.1.2). O que nos interessa aqui referir são duas especificidades identificadas; a recolha de espólio arqueozoológico no interior do murete e o sistema de oclusão que em determinado momento truncava parte do acesso ao interior da estrutura. No primeiro caso estamos perante aquilo que à partida podemos referir como uma “deposição”. As materialidades constituintes desta “deposição” consistiam num pequeno fragmento de cerâmica não decorada, num fragmento de granito, pertencente a um elemento de moinho e dois restos de *Bos* sp. pertencentes a um animal juvenil.

Que tipo de questões podem ser colocadas? Ou melhor, como abordar estas materialidades?

Não numa abordagem que estude as deposições como “acções rituais”. Se pensarmos que a conceptualização de “ritual” é um produto do pós-racionalismo onde é geralmente descrito como não funcional e contrastante a uma racionalidade dita “moderna” (BRUCK 1999), estamos a enformar o nosso pensamento e a transpô-lo para a análise de comunidades-outras.

A literatura antropológica refere muitas sociedades que não distinguem “acção ritual” de “acção funcional” (GOODY 1977:28 citado por BRUCK 1999:315). De facto aquilo que muitas vezes se considera como ritual poderá (em termos arqueológicos), e é

---

<sup>134</sup> Voltaremos a estas ideias no capítulo 4.

(em termos antropológicos) considerado uma acção integrante de um todo social e provavelmente os actores dessa “acção ritual” não diferenciariam esses dois conceitos<sup>135</sup>.

É importante ultrapassar a ideia de que o ritual é aquilo que não contempla uma explicação de carácter lógico-funcional. Geralmente definimos ritual em oposição a racional (BELL 1992:71 e GOODY 1977:25 citados por BRUCK 199:319). Se ao mesmo tempo deixarmos de interpretar certas materialidades como “deposições/rituais” imbuídas de um carácter simbólico – porque não entram em categorias racionais/positivistas impostas por um pensamento moderno ocidental – e “olharmos” para elas como algo que determinadas comunidades utilizam para “estar no mundo” e conceptualizar o seu lugar nesse mesmo mundo, um amplo campo interpretativo e diverso poderá surgir.

A sugestão não é ser radicalmente oposto, ou seja, dizer que não existem deposições/rituais, mas sim tentar identificar em campo os diversos registos em que uma deposição surge. Mas uma deposição não de carácter “simbólico” porque oposta a uma atitude “racional”, mas sim uma deposição/acção integrante de um todo social, de uma comunidade.

No caso do “bastião D”, a deposição dos restos arqueozoológicos, dos fragmentos cerâmico e de granito, deverá ser entendida como uma acção construtiva prática (se conseguirmos afastar a noção lógico-funcional do nosso pensamento). A elaboração daquela estrutura necessitava daqueles elementos para se constituir como estrutura, como delimitadora de um espaço, como contexto onde se praticavam acções, cujos significados até poderiam estar relacionados com aquela “deposição”.

No segundo caso estamos perante um tipo de sistema de oclusão; lajes de um xisto diferente daquele utilizado na elaboração da estrutura, dispostas a 45° e cravadas em terra/argila. Estavam afeiçoadas na extremidade superior, ou seja, na extremidade não oculta e estreitavam o acesso ao interior da estrutura. O que está aqui em causa é a oclusão de parte do acesso ao interior da estrutura, oclusão física mas aparentemente não visual, pois não foi detectado em escavação qualquer tipo de vestígios que nos orientasse para uma estrutura elevada. Só estas constatações nos remetem para uma complexidade da organização do espaço, e para uma diversidade do gesto técnico e da acção que o corporizou. Novamente a ideia de que estamos diante de comunidades que

---

<sup>135</sup> Joanna Bruck dá vários exemplos de comunidade onde a distinção entre sagrado e profano não existe; como por exemplo os Atoni de Timor e os LoDagaa do Burkina Faso e Gana (BRUCK 1999:319).

operavam um complexo discurso social, cheio de tensões dinâmicas, nos aparece como uma das mais sugestivas na interpretação destes espaços.

Podemos dizer que não estamos perante uma ocupação funcional de espaços, estamos perante áreas complexas, provavelmente relacionadas com uma qualquer encenação de acções, de percursos relacionados com o espaço existente entre o murete 1 e o 2 e com o próprio acesso ao interior do “bastião” D. Só quando esse trabalho estiver feito, o que implica escavar toda essa área, o que ainda não aconteceu, poderemos avançar sugestões de percursos, de espaços específicos re-contextualizados em hipóteses interpretativas. Estas materialidades têm que ser vistas como “ (...) parte de formações sociais agora extintas e que têm um significado no presente” (THOMAS 1999:18).

Os exemplos agora descritos poderiam ser observados apenas como uma prática técnica relacionada com o discurso arquitectural, ou mesmo apenas com um discurso associado a deposições significantes. No entanto propomos uma visão mais integradora destas situações, olhadas sim, como materialidades específicas, como deposições, mas também como elementos dinâmicos e estruturadores de uma comunidade. O processo configurativo deste lugar é constituído pelo xisto, terra/argila, granito, quartzo, sistemas de oclusão, delimitação de espaços, estruturas circulares e circulares geminadas, vãos abertos e fechados, muretes e muros, materialidades como a cerâmica e os líticos e especialmente as acções manipuladoras de todos esses materiais e delineadoras de espaços que continuamente o habitam e conseqüentemente o “constroem”.

A arquitectura de um sítio como Castanheiro do Vento tem que ser entendida como uma forma de tecitura de um espaço e não como uma forma de construção sobre um espaço (INGOLD 2000), onde “construir” define uma actividade em termos da sua capacidade de terminá-la e onde “tecer”<sup>136</sup> focaliza-se num processo de habilidade, no qual essa arquitectura se torna existente.

A “tecitura” de um sítio como Castanheiro do Vento tem que ser compreendida como um conjunto de acções frequentes (não necessariamente contínuas no tempo e espaço), onde exista um diálogo entre a comunidade e a superfície<sup>137</sup>. Não existiu uma superfície prévia (igual a natureza) à qual o homem se adapta ou transforma. Existe sim, sugerimos, uma modelação do espaço. A arquitectura que Castanheiro do Vento vai sucessivamente exibindo é uma arquitectura habitada, em constante relação com ela

---

<sup>136</sup> Cf. sub-ponto 3.7.

<sup>137</sup> Superfície entendida na acepção de James Gibson (1986).

própria, com a(s) comunidade(s), com o lugar. É um tecer, quer espacial, quer temporal impregnado numa matrix de relações sociais que constantemente se alteram, elaborando e re-configurando por sua vez o lugar.

Castanheiro do Vento terá sido um palco de acções onde aconteceram processos de crescimento de uma comunidade, inserida em campos de relações de sociabilidade. Se tivermos como objectivo percebermos as mudanças arquitecturais, não só é necessário escavar todo o sítio, como temos de o tentar perceber, à medida que o escavamos, como é que esse campo de relações de sociabilidade e todo o seu potencial de acção é constituído e transformado através do tempo. É claro que as respostas serão difíceis, senão mesmo impossíveis, mas a prossecução dos objectivos é causa importante de estudo, e mesmo de formulação e re-formulação constante dos próprios objectivos.

Os vestígios arquitecturais que chegaram até nós provavelmente não serão os mais significativos, em relação ao que ali terá existido. Mas hoje, possuímos uma realidade inscrita na paisagem, não, como já vimos, numa acepção construtiva, de edificação de um plano pré-formado ou projecto mental, mas sim em termos de uma arquitectura em interacção constante com um mundo onde ser humano, matéria e acção formam uma continuidade, constituem uma unidade.

Tornamos a dizer, uma comunidade constrói-se sedimenta-se, cria coesão entre os seus elementos, tecendo espaços, fazendo arquitectura. Tecendo não apenas a arquitectura, mas sim todo um território, construindo, estas comunidades construíam-se. O que será o tema do próximo capítulo.



## 4. OS OUTROS SÍTIOS

---

### 4.1. Introdução

“(…) our environment exists in terms of our actions and meanings; it is an existential **space** which is neither external object nor internal experience. **Architectural space** may be defined as a concretization of this existential space (Norberg-Schulz 1971:12). **Space** is perceived only as **places**” (PEARSON and RICHARDS 1994:3-4)

“My alternative conception of **landscapes** is thus a network of related places, which have gradually been revealed through people’s habitual activities and interactions through the closeness and affinity that they have developed for some locations, and through the important events, festivals, calamities, and surprises (…)” (THOMAS 2001:173)

Let me begin by explaining what the **landscape** is *not*. It is not “land”, it is not “nature”, and it is not “**space**” (INGOLD 2000:190).

“ It is clear from the history and origins of the term “**landscape**” that we are dealing with a slippery and somewhat elusive concept. (...) we wish to retain this sense of variability and layered ambiguity” (CUMMINGS and WHITTLE 2004:10)

“Currently reference to **visibility** remains quite strong, thought in a more nuanced way. It can be found embedded in most, if not all, “interpretative” approaches to **archaeological landscapes**. Investigators who have adopted this perspective rely heavily on observations in the field to explore possible links between different landscapes features and monuments. (...) Questions about the sequence of views, their character, rhythm and changes in content, have become central to these narratives” (LLOBERA 2007:52).

“The line of the **horizon** in the technology of pictorial perspective is said to be the locus of vanishing points for the size of the earth-forms and for the convergence of parallel edges on the earth. (...) The horizon is therefore analogous to an **occluding edge** in being one of the loci at which things go out of and come into sight” (GIBSON 1986:84-85).

“An alley in a maze, a room in a house, a street in a town, and a valley in a countryside each constitutes a place, and a place often constitutes a **vista** (GIBSON 1966:206), a semienclosure, a set of unhidden surfaces” (GIBSON 1986:198) Todos os negritos são nossos.

As citações que abrem este capítulo remetem-nos para um conjunto de conceitos, alguns muito utilizados em estudos sobre o que geralmente se designa por “arqueologia da paisagem”, e outros, pouco referidos, mas muitas vezes implícitos numa análise sobre um determinado território. Ao longo do trabalho efectuado em campo, sentimos a necessidade de nos munirmos com um conjunto de conceitos que nos permitisse operacionalizar uma determinada abordagem sem cair em descrições simples e óbvias daquilo que percebíamos no terreno.

Ao longo deste capítulo iremos tentar definir cada um daqueles conceitos, a maior parte das vezes utilizando enunciações de autores que nos influenciaram ao longo deste trabalho.

O primeiro conceito, aquele que à partida poderia parecer mais abrangente é o “espaço”. Este tema, nas últimas três décadas, tem sido abordado de uma forma consistente pela literatura arqueológica. As aproximações teóricas, no entanto, têm sido diversas. A mais difundida e aquela que mais literatura produziu, aborda o tema de um ponto de vista euclidiano e cartesiano.

Esta perspectiva do espaço define-o como um absoluto, percebido através de um sistema organizativo, geométrico, que funciona como uma espécie de grelha onde os objectos e os sítios se localizam a três dimensões (o  $X$ ,  $Y$  e  $Z$ ). Aqui o espaço é reduzido à essência da geometria, o espaço é percebido como algo natural e dado ao homem. Esta concepção de espaço está presente em muitos trabalhos de pendor positivista e quantitativo; procura-se encontrar leis gerais do espaço que explicam as relações entre pessoas e espaço(s)/lugares em ordem a determinar/identificar padrões do povoamento humano e respectivos comportamentos espaciais. De uma forma simples, o espaço é homogéneo e mensurável, apresenta-se como um palco para as actividades humanas. Esta concepção de espaço, como absoluto e essencialista, parece bastante limitadora ao reduzir o mundo a uma abstracção espacial.

Uma das alternativas colocadas a esta noção refuta formalmente a ideia de neutralidade e passividade geométrica, avançando o conceito de espaço enquanto continuamente produzido através de relações sócio-espaciais. As conexões entre o espaço, as formas/padrões espaciais e um certo “comportamento espacial” não obedece a leis, sendo um produto de relações culturais, sociais, políticas e económicas. O espaço não é essencial à natureza, mas sim construído e produzido (LEFEBVRE 1986). O espaço não é uma estrutura objectiva mas sim uma experiência social (HUBBARD, KITCHIN, BARTLEY e FULLER 2002:13-15).

Embora a literatura na área da Antropologia e da Geografia, tenha produzido um conjunto de ideias muito estimulantes acerca do conceito espaço, a Arqueologia portuguesa não tem conseguido acompanhar esse debate. A perspectiva usual observa o espaço como sendo constituído, por um lado pela natureza preexistente ao ser humano e por outro, este último agindo, actuando sobre ela. O conceito espaço, é pois geralmente, um conceito de definição dicotómica, que se encontra nos trabalhos da chamada “arqueologia do povoamento”, com todas as suas técnicas de análise, como por exemplo o *site catchment analysis*.

Nos últimos quinze anos, o estudo do espaço adquiriu novas técnicas associadas aos Sistemas de Informação Geográfica (EXON, GAFFNEY, WOODWARD, YORSTON 2000 e LLOBERA 1996, 2001 e 2007), que no entanto não alterou a abordagem essencialmente cartesiana que tem caracterizado aqueles estudos. A par da aplicação destas novas técnicas, surgem um conjunto de estudos mais ou menos inspirados numa perspectiva fenomenológica (BENDER, HAMILTON, TILLEY 1997 e TILLEY 1994) e trabalhos tendo por base o conceito “paisagem” e não propriamente o conceito “espaço”, particularmente na análise de monumentos megalíticos (BRADLEY 1998, CUMMINGS e WHITTLE 2004).

No entanto o conceito “espaço” nunca aparece definido. Surge sempre como sinónimo de paisagem, ou associado às questões de visibilidade e intervisibilidade. Demonstrativo desta ideia é o recente volume da colecção *World Archaeology*<sup>138</sup>, dedicado ao “espaço”. As várias contribuições que se referem à Pré-história recente discutem conceitos de visibilidade e percepções (FRIEMAN e GILLINGS 2007, FONTJIN 2007 e BRIAULT 2007), ou debatem novos métodos de análise baseados em Sistemas de Informação Geográfica (LLOBERA 2007 e FITZJOHN 2007). Em última análise, o “espaço” continua a ser visto em termos da sua essência formal, como homogéneo, isotrópico, isométrico e infinito, ou pelo menos indefinível na sua extensão. A tradição do pensamento ocidental moderno continua presente, quer numa abordagem histórico-culturalista, quer processual-funcionalista. Como já referido, é na literatura antropológica que se encontram actualmente as reflexões mais interessantes e proíficas ao estudo do “espaço”.

---

<sup>138</sup> LAKE, Mark, (2007), *Viewing space*, *World Archaeology*, vol.39, edited by Mark Lake, London, Routledge.

Desde os anos sessenta que o espaço se autonomiza enquanto objecto de estudo das ciências sociais (SILVANO 2001). Os trabalhos de Edward Hall<sup>139</sup>, Henry Lefebvre<sup>140</sup>, Raymond Ledrut<sup>141</sup> e especialmente Françoise Paul-Lévy e Marion Segaud<sup>142</sup> autonomizam o objecto “espaço” constituindo o campo disciplinar da antropologia do espaço. A partir dos anos oitenta do século passado, as visões e propostas teórico-metodológicas sobre o “espaço” diversificam-se e autores como Michel Foucault (1984), Marc Augé (1994) e Arjun Appadurai (1988) influenciam e inspiram toda uma geração de cientistas sociais entre os quais alguns arqueólogos, especialmente anglo-saxónicos.

Como definir então “espaço”, O que é o objecto “espaço”?

Segundo Ingold, o espaço é o mundo como é imaginado de determinados pontos de vista no terreno, mas independente desses pontos de observação (2000:191;227). É uma representação. O espaço não é “paisagem”, não é o habitar o mundo, mas sim representá-lo. O espaço é o quadro no qual todos os potenciais caminhos, todas as potenciais mobilidades, podem ser marcadas/cartografadas.

Desta forma o conceito de “espaço” é utilizado neste trabalho como representação de uma área na qual esta investigação se move. O espaço é aqui assumidamente entendido, como uma visão cartográfica dos diversos sentidos de lugar(es) percebidos. Os mapas, os diagramas que iremos utilizar são representações do “nosso espaço de trabalho”.

Associado a este conceito de “espaço”, surge a ideia de lugar.

Tal como “espaço”, a ideia de lugar, de um ponto de vista meramente teórico, era vista em termos absolutos. O lugar era entendido como uma porção de “espaço” geográfico. A aceção de Newton domina ainda hoje muitos trabalhos, os lugares são porções de um “espaço” onde toda a acção se passa, onde no “espaço” absoluto, os lugares são pedaços, porções, que podem ser cartografadas (CASEY 1996:20). O poder desta ideia, residia no “espaço” mensurável e absoluto.

---

<sup>139</sup> HALL, Edward, (1986) *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio de Água.

<sup>140</sup> LEFEBVRE, Henry, (1986), *La production de l'Espace*, Paris, Anthropos. A primeira edição desta obra é de 1974.

<sup>141</sup> LEDRUT, Raymond, (1980), “Espace et sociétés”, *Espaces et Sociétés*, vol.34-35, pp. 3-12, e LEDRUT, Raymond, (1990), “L'Homme et l'Espace”, *Encyclopédie de la Pléiade/histoire des Mœurs*, vol. I, Paris, Gallimard, pp. 59-114.

<sup>142</sup> PAUL-LÉVY, Françoise e SEGAUD, Marion, (1983), *L'Anthropologie de l'Espace*, Paris Centre Georges Pompidou.

Em arqueologia, o lugar era entendido, e continua em muitos trabalhos, a ser, quase sinónimo de sítio arqueológico; local preciso de um território mais vasto, onde relações sociais se constituíam/aconteciam.

É novamente no campo da antropologia que surgem novas propostas de concepção de lugar. Como refere Filomena Silvano;

“Procurando aproximar a antropologia de um mundo sujeito a transformações significativas, essa crítica, levou a cabo uma progressiva e minuciosa desmontagem dos contextos de produção do pensamento antropológico que atingiu os fundamentos mais clássicos da antropologia do espaço. *A discussão em torno da constituição da ideia de lugar* foi assim trazida para um plano central” (SILVANO 2001:2-3). Os itálicos são nossos.

E segundo Tim Ingold;

“A place owes its character to the experiences it affords to those who spend time there – to the sights, sounds and indeed smells that constitute its specific ambience. And these, in turn, depend on the kinds of activities in which its inhabitants engage” (INGOLD 2000:192).

É neste contexto relacional entre pessoas e o mundo que os lugares adquirem a sua especificidade. É neste processo de habitar que cada lugar obtém o seu significado. Os lugares são centros sem fronteiras (GIBSON 1986:240). Os lugares são inerentes ao processo de habitar, e assim sendo, existem lugares dentro de lugares maiores. O processo de habitar de um determinado ser vivo, contém e existe em lugares. O lugar onde habitualmente se encontra comida e o lugar onde ela não existe; o lugar perigoso, como um troço particular de um rio ou um penhasco, um lugar seguro, um lugar onde os outros estão.

Lugar é onde nos encontramos nesse processo de habitar. É o local onde estamos sempre, é o local onde o nosso corpo está<sup>143</sup>. É o corpo que habita o mundo e que permanentemente o percebe.

A percepção é o envolvimento directo com os lugares e esse envolvimento toma a forma de um “compromisso” contínuo e continuado com esses locais. Como refere Merleau-Ponty,

---

<sup>143</sup> “ (...) Men and animals are *spatially localized*; and even what is psychic about them, at least in virtue of its essential foundedness in what is bodily, partakes of the spatial order” (HUSSERL, citado por CASEY 1996:21)<sup>143</sup>, os itálicos são de Husserl.

“Le corps est notre moyen général d’avoir un monde”

(MERLEAU-PONTY 1945: 171).

Ou como refere Tim Ingold, citando Merleau-Ponty,

“(…) is the vehicle of being in the world, and having a body is, for a living creature, to be involved in a definitive environment, to identify oneself with certain projects and be continually committed to them” (INGOLD 2000:169).

Ao mesmo tempo o corpo não é um mero objecto identificado num “espaço” como uma substância material separada do pensamento como substância imaterial, como para o dualismo cartesiano e mesmo para os materialistas mais tradicionais, mas é algo vivido, algo habitado, algo experienciado; aquele que percebe está imerso no mundo. As pessoas não importam as suas ideias, os seus planos, as suas representações mentais para o mundo, já que esse mundo é inerente aos seus pensamentos;

“(…) a consciência do lugar é sempre uma consciência posicional”

(MERLEAU-PONTY, citado por MONTANER 2001:37).

A ideia de lugar distingue-se da ideia de espaço pela experiência. O lugar é produto de um processo fenomenológico da percepção e da experiência do mundo por parte do corpo. O lugar é uma experiência corporal.

A ideia de que estamos imersos em lugares, no mundo, que o habitamos e experienciamos, transporta-nos novamente para a perspectiva de “*dwelling*”. É através do viver imerso em, e experienciar que somos capazes de habitar/tecer. É um processo contínuo, enquanto uma comunidade habitar lugares. Não começa com um plano pré-formado e termina com um objecto executado, ou com uma forma de arquitectura terminada. É no próprio processo de habitar que “construímos”.

“Only because they already dwell therein can they think the thoughts they do”  
(INGOLD 2000:186).

## **4.2. Metodologia(s) e definição de conceitos**

O trabalho de campo efectuado nesta área geográfica partiu de uma base já existente. Como já referido no capítulo 1 deste trabalho a carta arqueológica do concelho de Foz Côa já se encontra publicada e prospecções efectuadas na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa contribuíram para um conhecimento abrangente do tipo de estações arqueológicas existentes na nossa área de estudo.

### **4.2.1 Listagem e cartografia de sítios arqueológicos já identificados.**

Esta listagem forneceu um total de 78 locais a serem revisitados.

A selecção de sítios teve por base um critério cronológico; apenas foram considerados os locais que segundo os seus prospectores, possuíam materialidades que apontavam para a Pré-História Recente.

### **4.2.2 Elaboração de uma base de dados de sítios arqueológicos.**

Este trabalho teve por base alguns conceitos relacionados com a “visão” e “paisagem” (este último discutido na próxima alínea). A suposta primazia, dada neste estudo à “visão”, é, antes de tudo, um dado impregnado da nossa cultura ocidental que pressupõe o facto de que é através deste sentido que observamos e descrevemos a paisagem. O domínio da “visão” no mundo ocidental surge no século XVI, a par do crescimento de uma visão empírica da humanidade (THOMAS 2001:169 e CUMMINGS e WHITTLE 2004: 9), como a forma mais segura de representação (através da pintura paisagística, da palavra impressa, da elaboração cartográfica). Desde então a nossa cultura é dominada por esse sentido, condicionando a nossa experiência visual ao acto de usar os olhos e interpretar.

Este domínio é evidente em trabalhos sobre “paisagem” (TILLEY 1994, BENDER 1999 e 2002, EDMONDS 1999 e 2004, entre outros). Pode levar-nos a uma posição de observadores separados daquilo que observamos e/ou a uma marginalização da experiência sensorial do corpo separados do mundo observado (THOMAS 2001:169 e CUMMINGS e WHITTLE 2004: 9).

Como os autores que têm vindo a ser citados o fizeram, é necessário reflectir um pouco sobre este domínio, para se melhor entender e explicitar, a nossa própria posição. Como não enformar o nosso pensamento nesta ontologia dualista e cartesiana?

É certo que a visão, nos dá acesso às superfícies<sup>144</sup>, mas todos os outros sentidos são importantes na experienciação do mundo (FELD 1996:91-136, CUMMINGS e WHITTLE 2004:8-9 e HAMILTON e WHITEHOUSE 2006:166-167). As paisagens não são apenas campos visuais, adquirem um sentido imbuído do mundo, quando as habitamos com todos os nossos sentidos. Por exemplo, em Castanheiro do Vento a escolha dos elementos pétreos parece ser objectiva e relacionada com a sua textura, ou seja, ao seu toque: o xisto laminar, o granito rugoso, o quartzito esférico e o quartzo maleável. O som também poderá ter tido um sentido deliberado na escolha de alguns locais, como o som do vento e da água e especialmente dos rios e ribeiras. (HAMILTON e WHITEHOUSE 2006:167-169).

No entanto, assume-se na elaboração desta base de dados, uma preocupação maior em relação à visão, e mais especificamente à multiplicidade dos campos de visão e a sua possível relação entre pontos de paisagem (este conceito irá ser definido na alínea e) deste sub-ponto) e entre especificidades geomorfológicas, ou seja, pontos específicos das superfícies. É importante referir igualmente que esta sobrevalorização do “ver” é apenas aparente. Ao relacionarmos sítios arqueológicos, estamos a colocar na paisagem caminhos, passagens, linhas que forçosamente não colocam a visão como experiência central. A um nível hipotético, os sons, as texturas, os cheiros e mesmo os sabores, poderiam ser determinantes para habitar uma paisagem, para a percorrer.

Já vimos no capítulo 2, que James Gibson define meio através de seis itens que por sua vez, permitem a livre existência dos cinco sentidos. Neste sentido, a literatura etnológica<sup>145</sup> refere muitas “sociedades pré-escrita” onde, por exemplo, os ambientes acústicos são tão ou mais importantes que a visão, o som propaga-se, quer de noite quer de dia, permitindo aos Umeda da Papua Nova Guiné, que vivem em florestas densas, utilizá-lo constantemente em vez da visão (GELL 1995 citado por CUMMINGS e WHITTLE 2004:8).

Seria um erro reduzir a experiência do mundo a uma única dimensão sensitiva, como forma de, não o apreender, mas sim de o habitar<sup>146</sup>. Ver, ouvir e tocar não são

---

<sup>144</sup> A palavra “superfícies” é aqui entendida na acepção de James Gibson (1986:16-32), ver ainda capítulo 2 deste trabalho.

<sup>145</sup> A literatura de carácter antropológico e etnológico refere muitos exemplos onde os cinco sentidos humanos são amplamente discutidos e valorizados, quer individual, isoladamente, quer ainda analisados em sociabilidades da história recente e actual. Ver por exemplo A. Gell (1995) e P. Rodaway (1994), citados por V. Cummings e A. Whittle (2004), P. Howell (2000), J. Bale (2000) e T. Ingold (2000).

<sup>146</sup> Embora seguindo de perto algumas das reflexões de Vicki Cummings e Alasdair Whittle, afastamo-nos destes autores ao afirmarmos que a apreensão da experiência do mundo se faz ao habitá-lo e não apenas a apreendê-lo. Será apenas um pormenor, mas coloca aqueles autores numa ontologia dualista.



actividades separadas, são apenas facetas diferentes de uma mesma actividade; aquela de um organismo no mundo (INGOLD 2000:261).

Por outro lado, não é menos verdade, que se pensarmos nas formas de organização do “espaço” após os inícios do 3º milénio a.C., parece detectar-se uma certa importância dada à visão. Em artigo recente, Susana Jorge e colaboradores, chamaram a atenção para as diferenças existentes ao nível espacial, entre os chamados monumentos megalíticos e os recintos do 3º e 2º milénio a.C. Um dos vectores desse trabalho discutia a localização dos monumentos megalíticos em sítios quase incorporados na paisagem, enquanto os recintos concentravam-se em áreas de topo, abrangendo as colinas e monumentalizando-as (JORGE, S., JORGE, V., CARDOSO, J.M., PEREIRA, L., e COIXÃO, A. 2005:112). Os recintos, abrangendo as colinas, seriam visíveis, não só de um plano próximo, como mais longínquo. Poderia ser um olhar referencial, parcial, ou mesmo sazonal, mas o local, a escolha desse sítio, poderia ter obedecido, entre outras, a razões de ordem do visível. A constatação deste facto, esta alteração, pode sugerir uma crescente importância da visão, mesmo assumindo que o “ver”, para nós, dessas comunidades-outras, será sempre um conceito inatingível.

No entanto, a ideia que gostaríamos de reter é que os sentidos existem como aspectos de funcionamento de um corpo na sua totalidade e em movimento, funcionando em conjunto na acção do seu envolvimento com o mundo, e não como registos distintos combinados a um grau simples ou elevado de um processamento cognitivo (MERLEAU-PONTY 1945:240-280, GIBSON 1986 e INGOLD 2000:243-268).

Desta forma, ao pensarmos os descritores da base de dados<sup>147</sup> sobre um determinado “espaço”, organizámo-la em 8 campos que tentam abranger todos os vectores de análise percebidos no/do sítio. Assim, torna-se necessário reflectir aqui sobre o conceito “paisagem”, tendo também em conta, tudo o que foi escrito anteriormente, não só sobre a “visão”, como sobre “espaço” e “lugares”. Aliás, estes conceitos são inseparáveis na sua análise.

---

Referem que é necessário utilizar todos os sentidos para percebermos o mundo. Embora coloquem o ser humano imbuído de um estar no mundo (*lived-in*), colocam-no numa perspectiva de utilização da visão para o perceber. Sobre este assunto, ver as notáveis considerações de Merleau-Ponty sobre a Dióptrica de René Descartes e as suas [de Merleau-Ponty] reflexões sobre a visão “ (...) aquele que vê não se apropria daquilo que vê: apenas se abeira com o olhar, acede ao mundo, e por outro lado, esse mundo, do qual faz parte, não é em si ou matéria” (MERLEAU-PONTY 2002:20).

<sup>147</sup> A construção desta base de dados está assente no programa File Maker 5.

Durante muito tempo o termo “paisagem” foi visto como uma espécie de palco natural onde a actividade humana se processava. A literatura arqueológica está cheia de exemplos de trabalhos, especialmente após o advento da Nova Arqueologia<sup>148</sup>, onde paisagem é encarada numa perspectiva do impacte que o homem pode produzir nela. Embora os arqueólogos tenham pensado acerca da paisagem de inúmeras formas, ao longo da história do pensamento arqueológico, podemos sintetizá-las em três pontos (JOHNSON 2005:156-159):

1- Paisagem como um conjunto de recursos económicos, analisável entre outros métodos, através de “*site catchment/territorial analysis*”. De um ponto de vista muito simples, estes métodos analisam a localização dos sítios arqueológicos em função dos recursos disponíveis dentro de uma dada distância. Esta forma de olhar a paisagem é recorrente ainda hoje, mas desenvolveu-se dentro do quadro da Nova Arqueologia (VITTA-FINZI e AMMERMAN 1971 e SNEAD e PREUCCEL 2000).

2- Paisagem como reflexo da sociedade e relacionável às teorias de formação do estado e sociedades complexas. Os sítios eram hierarquizados tendo por base o seu tamanho, a sua monumentalidade arquitectónica e a capacidade de produzirem grandes alterações de/na paisagem. Era igualmente o tempo da classificação das sociedades em bandos, tribos, chefados e estados<sup>149</sup> (SERVICE, 1971; SHALINS 1963 e FRIED 1967).

3- Paisagem como a expressão significativa de um sistema cultural. As perspectivas da arqueologia pós-processual e da arqueologia cognitiva assumem a interpretação da paisagem como a expressão de uma comunidade que pensa e actua sobre o mundo (BRADLEY 1998).

Esta síntese, como outra qualquer, é sempre redutora, hoje a pluralidade de abordagens à “paisagem” é muito grande; esta tem significado ao ser alterada pelas pessoas (GRAMSCH 1996:13); paisagem é o meio sobre o qual a vida social é conduzida (DARVILL 1997:78); paisagem é o contexto para a acção social, sendo portanto socialmente construída (BARKER E DARVILL 1997:5); a paisagem como memória (KNAPP e ASHMORE 2000:13-14); a paisagem como mito(s) (COSGROVE

---

<sup>148</sup> No entanto, antes da Nova Arqueologia existiram um conjunto de autores que se debruçaram sobre esta temática. Ver por exemplo o clássico livro de G. Clark (1952), *Prehistoric Europe, the economic basis*. Esta obra aborda conceitos relacionáveis ao estudo da paisagem, como bioma, habitat, cultura.

<sup>149</sup> Clive Gamble (2004:175/176), faz uma síntese crítica a estas tipologias neo-evolucionistas, distinguindo as opções tipológicas de Elman Service (bando, tribo, chefado e estado), das de Marshal Shalins (“Head man, Big man, simple civilisation, complex civilisation and state”) e de Fried (Egalitarian society, Ranked society, stratified society and state).

1993:281); a paisagem e as metáforas (TILLEY 1994:30); a paisagem como narrativa (TILLEY 1994:33 e 2004:31, BASSO 1996:66); a paisagem como incorporadora da vida quotidiana e das acções políticas contemporâneas (BENDER 1999:5), paisagem como provocação [humana/natural/política] (MASSEY 2006), entre muitas outras aceções demonstrativas da variabilidade deste termo.

A multiplicidade e mutabilidade de abordagens ao conceito de paisagem, expressa nos parágrafos anteriores, terá contribuído, pelo menos em parte, e através de certos autores, para um certo esbatimento da grande dicotomia existente entre paisagem natural e paisagem cultural. A paisagem tende a ser vista como:

“(...) an entity that exists by virtue of its being perceived, experienced, and contextualized by people” (KNAPP e ASHMORE 2000:1),

Ou, ainda como refere Peter van Dommelen, discutindo ideias de Johnston (1998:61-64):

“As opposed to the “explicit” approach, this view has been termed “inherent”, because the people inhabiting and experiencing the landscape no longer stand outside it, exploiting it more or less efficiently; on the contrary, they are just as much part of the landscape they live in as are the so-called “natural features” (...) the novelty of some recent landscape studies stems not so much from a emphasis on the social and symbolic dimensions of landscape but rather from a radical reconceptualisation of landscape in and of itself” (van DOMMELEN 2000:277-278).

A paisagem é um lugar de experiência, de representação, de percepção. É inseparável de quem nele habita, das suas intenções e intensidades, como afirma Vítor Oliveira Jorge:

“(...) as pessoas não a experienciam nem a conceptualizam de um modo funcionalista – estão embebidas nela, e con-fundidas com ela. Só o racionalismo moderno europeu coloca a “natureza” como um objecto de observação e, portanto, como uma realidade objectivável, e perfeitamente distinguível do sujeito observador, incluindo a parte que, nele, pertence a essa extensividade física, a alma, o espírito, a mente, como se queira” (JORGE V. 2005:248).

É nesta linha que se situa o pensamento de alguns autores, nos quais nos influenciámos, não só, para pessoalmente estruturarmos uma conceptualização de paisagem, como também, para o “habitar” a paisagem.

O processo de “habitar/estar” na paisagem é um processo igualmente temporal. Este ponto é discutido por Ingold (2000:189-208), acentuando a importância do tempo e

as suas relações com a paisagem e com as pessoas que estão imersas nela. A paisagem é portanto acção e tempo permanentemente vivo. Neste sentido a paisagem está sempre em alteração e mudança e porque não podemos voltar atrás e observar a passagem do tempo, estamos sempre envolvidos numa *taskscape*<sup>150</sup>. Paisagem como “habitar” [*dwelling*] envolve a relação entre o espaço habitado e o estar no mundo impregnado de ligações entre as pessoas e as coisas desse mesmo mundo. Esta aproximação baseada na obra de Martin Heidegger, sugere que o espaço emana através dos constantes processos de habitar das pessoas. Permite um contínuo modo activo e temporal de estar imerso no mundo;

“(…) as I have shown, the process of dwelling is fundamentally temporal, the apprehension of the landscape in the dwelling perspective must begin from recognition of its temporality. Only through such recognition, by temporalising the landscape, can we move beyond the division that has afflicted most inquiries up to now, between the scientific study of an atemporalised nature, and the humanistic study of a dematerialised history” (INGOLD 2000:208)

Se o conceito paisagem tem um conjunto tão variado de acepções/definições, muitos deles opostos, outros contraditórios, como é que a utilizamos neste ponto do nosso trabalho?

O nosso primeiro objectivo relaciona-se com uma “forma primária” de paisagem, com as superfícies de James Gibson, não na vertente geológica, mas sim na vertente da percepção (1986); vales, rios, montanhas, vertentes, planaltos. Aqui a percepção é uma actividade de todos os sentidos, de todo o nosso organismo inserido/imbuído na paisagem. Assim, ela não é natureza, nem é um dado culturalmente construído.

A paisagem é entendida como o local onde habitamos, está connosco, não contra nós. E é através da vivência nesse local que a paisagem se torna parte de nós, como nós somos parte dela.

“In a world construed as nature, every object is a self-contained entity, interacting with others through some kind of external contact. But in a landscape, each component enfolds within its essence the totality of its relations with each and every other. In short, whereas the order of nature is explicate, the order of the landscape is implicate (BOHM 1980:172)” (citado em INGOLD 2001:191).

---

<sup>150</sup> Este conceito foi já discutido no sub-ponto 3.7

A paisagem é experimentada diária e continuamente. É percebida, regularmente experimentada, evocada em histórias. A paisagem está implicada em cada um de nós, em cada um daqueles que a habitam, percorrem, a contam.

Um segundo ponto a ter em conta, relaciona-se com o conceito de *taskscape* já discutido anteriormente, e com a sua temporalidade. A temporalidade da *taskscape* é social, porque uma comunidade ao efectuar as suas tarefas executa-as em relação aos outros, existindo um envolvimento mútuo (INGOLD 2001:196).

E porque é que a temporalidade das *taskscape* é social?

1- A vida social, ou melhor, as sociabilidades nunca terminam nem têm pausas. Existe um contínuo fluxo de actividade pela qual essas sociabilidades parecem “respirar”.

2- As sociabilidades não possuem um ritmo próprio, mas sim um complexo entretocado de ciclos, sejam concorrentes, contraditórios, opostos, relacionados, mas sempre conectados, porque estão interligados. Desta forma a temporalidade da *taskscape* é intrínseca e assenta numa mistura imbricada de inter-relações entre esses ciclos nos quais elas se constituem.

3- A *taskscape* existe através do movimento. Só subsiste enquanto as pessoas se encontram incorporadas em actividades de habitar (INGOLD 2001:197).

Mas que relação existe entre *taskscape* e paisagem?

A paisagem, como já vimos, não é algo para o qual possamos olhar e actuar, mas é sim, um processo do qual fazemos parte, encontrando-se permanentemente em alteração, em mudança<sup>151</sup>.

As tarefas constantemente elaboradas, imbuídas/imbricadas na paisagem (ou seja as *taskscape*s) fazem parte do processo de estar no mundo como um todo, tornam-se assim, parte do mesmo processo. Tornam-se assim constitutivas da temporalidade da paisagem.

---

<sup>151</sup> “Landscapes change: and change is itself an intrinsic aspect of our experience of landscape. The landscape is a polyrhythmic composition of processes whose pulse varies from the erratic flutter of leaves to the measured drift and clash of tectonic plates. Relative to the human span, the view before us seems composed of fleeting, ephemeral effects which create a patina of transience on apparently stable forms” (REASON, David 1987:40, citado por INGOLD 2001:201)

### 4.2.3 O registo dos sítios arqueológicos.

O registo dos sítios arqueológicos foi feito manualmente. A utilização de tecnologia SIG (Sistema de Informação Geográfica) teria sido desejável, mas apenas numa perspectiva complementar. Privilegiou-se a observação no local e a percepção de estar na “paisagem”. Sabemos que os SIG partem de uma noção cartesiana do espaço, abstracta, atemporal e passiva. A experiência do mundo é reduzida a informação (CURRY 1998:56, citado por CUMMINGS 2004:21). Por outro lado, os SIG relacionam-se apenas com a visão e não com a percepção. São pontos ou áreas visíveis e inter visíveis num mapa que poderão determinar apenas uma análise funcional e tecnológica. Uma das ferramentas, hoje em dia, mais utilizada em SIG é a formação de “*viewshed*” (CUMMINGS e WHITTLE 2004), áreas da paisagem que são visíveis de determinados locais (GILLINGS 1998:118). Todavia, esta ferramenta apresenta ainda alguns problemas discutidos por Vicki Cummings (2004:21-22), como a utilização de curvas de nível de 10 em 10 m, excessivamente abrangentes para variabilidades de pequena escala, a necessidade de o utilizador definir o raio de visão, não tendo em conta a curvatura da terra em distâncias superiores a 10 km, e a indispensabilidade de ter que se partir de um ponto central, esquecendo que determinados sítios, podem ter visibilidades diferentes ao longo da sua área.

Tendo em consideração o que foi explicitado atrás, efectuaram-se saídas de campo aos sítios listados, mais de uma vez e em várias épocas do ano. Os objectivos deste trabalho relacionavam-se, por um lado, com a localização correcta dos locais e o preenchimento da folha de recolha de dados. Após este trabalho, houve uma reavaliação de determinados sítios arqueológicos e seleccionaram-se apenas aqueles que possuíam elementos de prospecção que apontavam para uma cronologia do 3º e primeira metade do 2º milénio Cal BC<sup>152</sup>.

Os locais foram cartografados em campo à escala 1/25.000 e depois transferidos para as escalas 1/50.000 e 1/100.000. Foram efectuados registos fotográficos no topo dos sítios em 360 graus e de aproximação ao local. O território foi objecto de um registo descritivo em relação ao horizonte visível e aos diversos planos observados e por último foi efectuado um diagrama esquemático da paisagem. Este diagrama tinha como

---

<sup>152</sup> É importante não esquecer que é através da experiência do trabalho de escavação em Castelo Velho de Freixo de Numão e em Castanheiro do Vento, que muitos destes elementos foram escolhidos; a existência de cerâmicas com decorações já conhecidas em contexto de escavação, a presença de material lítico talhado e/ou polido e um conjunto de observações do terreno que permite a identificação de estruturas e/ou alinhamentos

finalidade registrar regularidades e rupturas, especificidades geomorfológicas, orientações dos rios, montanhas, planaltos e vales e o registo de outros sítios arqueológicos e o seu posicionamento, quer em relação a si próprio, quer em relação aos vários pontos de observação.

#### **4.2.4 A apresentação da paisagem.**

A apresentação de estudos sobre a “paisagem” representa um problema central em arqueologia. Tradicionalmente é feita de um modo descritivo, em texto corrente, com o auxílio de mapas e fotografias. Recentemente, com a utilização dos SIG, é produzida alguma cartografia de qualidade, mas enformando de alguns problemas, já discutidos em cima. Alguns autores, maioritariamente de origem anglo-saxónica, têm ensaiado formas diferentes de apresentação. Fotografias a preto e branco de Christopher Tilley (1994), colagens fotográficas de Michael Shanks (1992), fotografias pormenorizadas e executadas por fotógrafos profissionais – Tim Seaborne – trabalhando com arqueólogos – Mark Edmonds (2005).

Além do registo fotográfico, têm igualmente sido utilizados diagramas que, apesar de esquemáticos e bidimensionais, oferecem uma representação da paisagem que a fotografia a longa distância não consegue dar.

Neste trabalho, utilizou-se quer a fotografia, quer os diagramas. O registo fotográfico mais relevante apresenta-se neste trabalho e todos os diagramas constituem parte integrante do texto.

#### **4.2.5 Outros conceitos inerentes à “paisagem”**

Até este momento reflectimos sobre “espaço”, “lugar”, “paisagem” e “visão”. Resta-nos pensar um pouco sobre outras noções que irão ser sistematicamente utilizadas na continuação deste trabalho.

##### **4.2.5.1 Horizonte/linha de horizonte.**

Geralmente a noção de horizonte não tem sido utilizada de uma forma constante e consistente pela literatura arqueológica. Frequentemente é usada como sinónimo de visibilidade longínqua; aquilo que se vê ao longe. Neste trabalho, o conceito horizonte refere-se à linha que separa as colinas, as montanhas, os vales, os rios, do céu. O ponto mais importante deste conceito relaciona-se com a ideia de oclusão: é a linha onde as coisas (neste caso as superfícies) deixam de ser vistas, o que é diferente de as coisas não

serem vistas. O ponto de observação condiciona a percepção do horizonte. Para alterar a linha do horizonte, basta mudar de local, ao subir uma colina, a percepção da linha de horizonte altera-se (GIBSON 1986:164). A percepção do aqui, e a percepção do distante, assim como do distante daqui, está relacionada. O horizonte não é uma linha estática, nem definida, é um conjunto de pontos observados, que se altera constantemente, não só através da mudança de local de observação, como através das condições meteorológicas nesse momento; a chuva, o nevoeiro, o sol forte condicionam a observação da linha de horizonte.

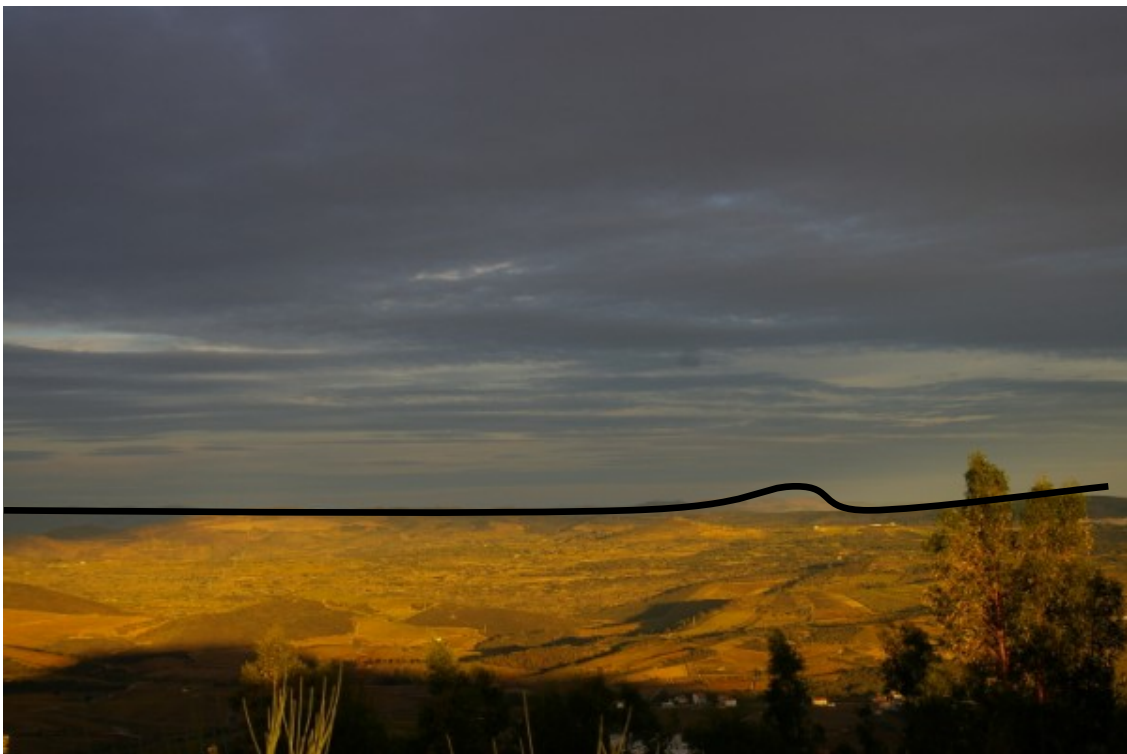


Figura 223 – Exemplo de linha de horizonte longínqua. Linha de horizonte de Castanheiro do Vento para Este (foto de João Muralha).





Figura 224 – Exemplo de linha de horizonte próxima e longínqua. Imagem tirada para Norte de Castanheiro do Vento (foto de João Muralha).

#### 4.2.5.2 Proximidades visuais.

A ideia de proximidades visuais, enquanto conceito separado de visibilidade, raras vezes tem sido abordada quer em arqueologia, quer em outras áreas. Apenas a obra de Higuchi<sup>153</sup> (1983), citada por Marcos Llobera (2007:58), tentou encontrar padrões de definição associados a distâncias. Utiliza a árvore para definir campos próximos, médios e longínquos, conseguindo visualizar as folhas da árvore, os seus contornos, ou um padrão indefinido. Embora estes padrões possam ser aplicados neste caso concreto, optámos por não os seguir, devido à sua excessiva parametrização e ao facto de o primeiro plano de paisagem se restringir praticamente ao local de observação.

As proximidades visuais são observações produzidas de um determinado ponto para a paisagem e que são visualizáveis de uma forma clara. Esta definição está associada a outro conceito; os “planos de paisagem”. Os planos de paisagem são vistas conectadas num determinado espaço até à linha de horizonte. Estas vistas são mais claras no centro e vagas na periferia. As proximidades visuais são, portanto, o primeiro plano de paisagem, aquele que é perfeitamente observável.

---

<sup>153</sup> HIGUCHI, T., (1983), *The Visual and Spatial Structure of Landscapes*, Cambridge, MIT Press.



Figura 225 – Exemplo de proximidades visuais. Exemplo do Cerro do Bastião e a proximidade visual em relação à ribeira com o mesmo nome (foto de João Muralha).

#### **4.2.5.3 Linhas de mobilidade e pontos de observação.**

A primeira ideia que surge em relação a linhas de mobilidade é um conceito funcionalista e determinista de um ponto de vista geográfico: linhas de mobilidade são “vias naturais” de circulação. A mobilidade processar-se-ia através de áreas de fácil acesso e penetração natural. No entanto a teoria geográfica da mobilidade refere que esta atitude é própria do modernismo e de uma visão economicista e capitalista do espaço. A aplicação desta teoria à arqueologia sem uma crítica interna, poderá levar a análise, a uma transposição linear de conceitos socio-económicos actuais para o estudo destas comunidades-outras. As teorias da mobilidade chamam a atenção para a importância das vias de trânsito na organização do espaço e da vivência humana, salientando que a paisagem é constituída por lugares e por redes de circulação entre eles.

Como poderemos definir linhas de mobilidade sem colidir com um conceito de contornos actuais?

Linhas de mobilidade são dinâmicas e interligam-se a outras espacialidades; um vale aberto, um troço de rio que permite a passagem a vau, o estreitamento de um vale,

o acesso a uma colina. Não poderemos defini-las sem atentarmos ao terreno. E mesmo nesta circunstância, uma linha de mobilidade não se transforma num percurso, isto é, e como exemplo, um percurso entre dois recintos, não é uma linha de mobilidade, são várias. Se aceitarmos que as linhas de mobilidade acontecem num “espaço”, tantas vezes quantas alguém o percorrer, deixamos de ter redes de circulação entre lugares e passamos a ter um fluído contínuo de mobilidades. Cada percurso é uma confluência particular, quer de relações vivenciais que o homem mantém com os lugares, quer como parte integrante desses lugares.

Chegamos assim ao conceito de pontos de observação. Esta noção não pressupõe apenas um ponto/local estático, mas também um ponto dinâmico ou móvel. Agregamos a definição de linhas de mobilidade a pontos de observação porque sendo uma linha, uma sucessão de pontos, uma linha de mobilidade é uma sucessão de pontos de observação. Geometricamente um ponto existe num espaço abstracto, um ponto de observação existe num espaço ecológico, isto é, existe num meio e não num vazio (GIBSON 1986:65), consistindo em localizações e posições sucessivas.

Uma linha de mobilidade envolve pontos de observação sucessivos, implicando assim um caminho de observação, que não é meramente um percurso, mas sim um sistema de visibilidades, oclusões, cheiros, sons, texturas constantemente diferentes, alteradas, imbricadas e efémeras.

#### **4.2.5.4 Visibilidades e intervisibilidades**

Apesar de o conceito “visão” ter sido já abordado anteriormente, cremos que é importante definir igualmente aquilo que entendemos por visibilidade e intervisibilidade. Convém reter a ideia de que a “visão” e visibilidade, não só, fazem parte de um conjunto de sentidos que existem apenas enquanto juntos e actuam integrados no mundo, como são uma faceta de uma mesma actividade; a de estar/habitar o mundo.

E é por esta razão que os conceitos de visibilidade e intervisibilidades têm de ser encarados com alguma prudência. O que geralmente acontece em arqueologia é uma mera transposição da actual forma de “olhar”, projectando-a no passado. Não queremos com isto dizer que iremos fugir a esta forma de “olhar”, o que em termos absolutos é impossível, mas ao identificarmos visibilidades e intervisibilidades, estamos conscientes de que aquilo que “vemos” reporta-se ao nosso “olhar”, e alude ao nosso sistema de representações daquilo que vemos na paisagem. O estar num sítio arqueológico e

“olhar” a paisagem, tirar fotografias, desenhar diagramas, é uma forma de interrogação própria e de questionar a própria paisagem, o próprio sítio. E se interrogarmos não de uma forma unívoca, procurando um universal a-histórico, mas sim conscientes da multiplicidade de sentidos e significados que a paisagem possui, conscientes do palimpsesto que ela representa e da nossa própria perspectiva panóptica, talvez se consiga sugerir linhas de investigação, debater problemas e pensar em formas alternativas de interpretar.

Desta forma como definir estes dois conceitos?

Visibilidade refere-se aquilo que se vê de um determinado ponto de observação. Distingue-se do conceito de proximidades visuais, pois é tudo o que se vê, quer de uma forma definida, quer indefinida. De certo modo é um conceito estático, pois não implica um movimento do corpo para se obter uma visibilidade. No entanto, apesar de estático, transmite a ideia de relação; o que se vê daqui, o que está para lá daquele vale, atrás do rio, após a curva daquele meandro.

Intervisibilidades é um conceito dinâmico. Implica movimento, implica a ideia de “olhar” para, e ser “olhado” de. Acarreta igualmente o sentido de percepção de lugares. Ao considerarmos que o conhecimento do mundo é obtido através do movimento, explorando-o, sentindo-o, as intervisibilidades são uma maneira de adquirir capacidades de percepção desse próprio mundo.

### **4.3. A análise geral dos sítios; implantações, descrição e comparação**

Os próximos gráficos e mapas tentam oferecer uma panorâmica geral sobre a implantação dos sítios arqueológicos identificados na área em estudo. Este exercício não pretende encontrar padrões de localização numa “paisagem física” quer em termos de implantação geológica, quer geomorfológica. A aproximação estatística que a seguir se consagra não pretende ser exclusivamente uma ferramenta analítica objectiva. O que representa a simples distribuição de sítios num mapa? Podemos responder à maneira positivista, dizendo que são “os dados que temos, que representam a nossa informação, e que devem ser valorizados”, ou podemos responder, dizendo que “a distribuição de sítios num mapa, representa... a distribuição de sítios num mapa”. Tentando evitar o simplismo evidente desta última afirmação e o encobrimento “positivista” da primeira,



o nosso objectivo ao colocar pontos em mapas (*dots in maps*), surge como ferramentas de análise que nos permitam pensar, reflectir e mesmo comparar e sugerir.

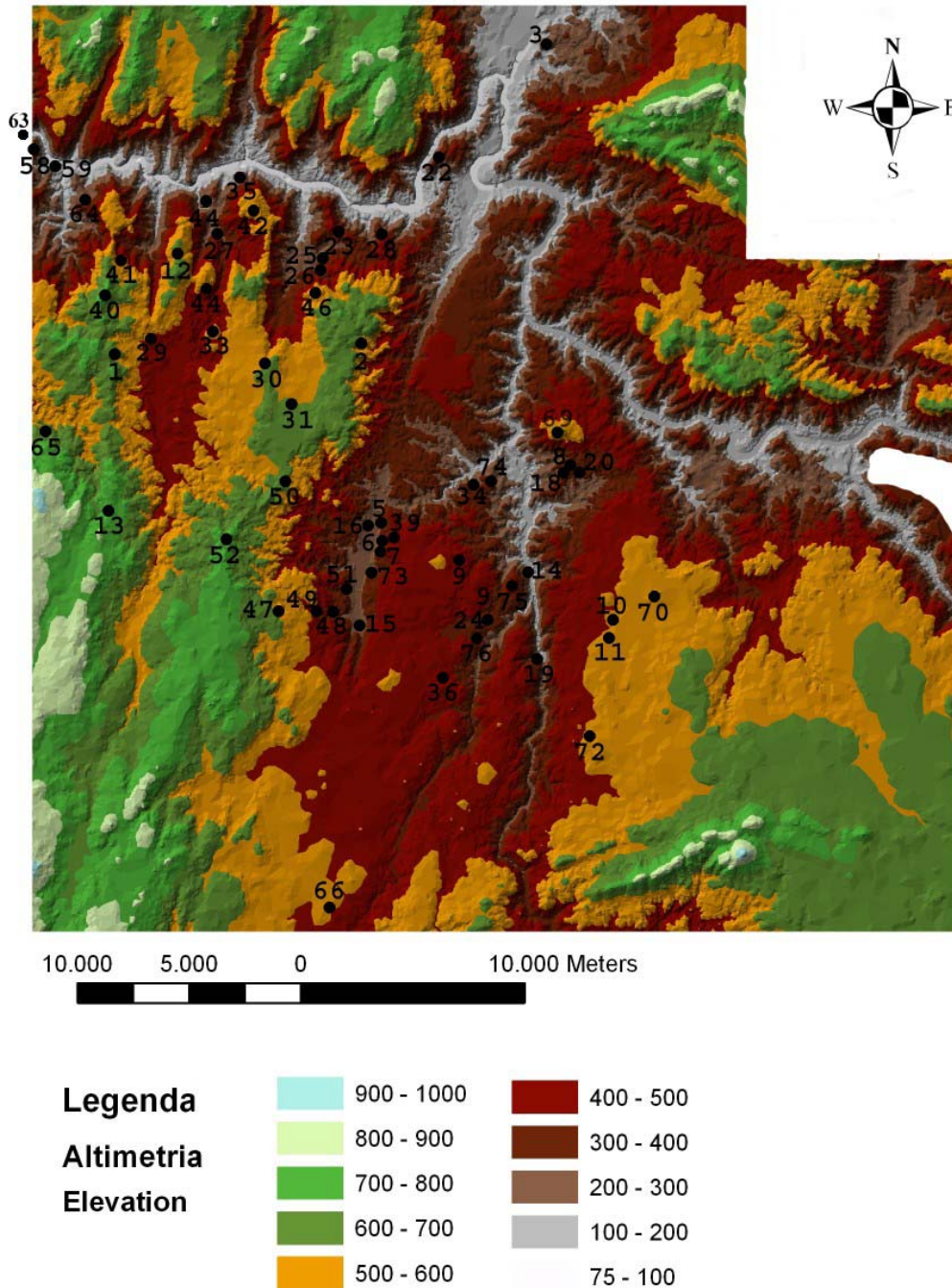


Fig. 226 – Implantação de todos os sítios arqueológicos inicialmente considerados<sup>154</sup>.  
 1-Castanheiro do Vento; 2-Castelo Velho de Freixo de Numão; 3-Quinta de Alfarela; 5-Vale da Veiga II; 6-Curral da Pedra; 7-Curva da Ferradura; 8-Vale Mateus; 9-Quinta da Torrinha; 10-

<sup>154</sup> A base cartográfica sobre a qual trabalhamos foi-nos cedida por Gonçalo Leite Velho, a quem agradecemos. O tratamento vectorial teve por base a carta 1/50.000 e foi igualmente feito pelo autor acima mencionado.

Castelo de Algodres; 11-Barrocal Tenreiro; 12-Castelo de Numão; 13-Castro de São Jorges; 14-Salto do Boi; 15-Quinta dos Gamoais de Baixo; 16-Vale da Veiga I; 18-Fumo; 19-Mouchão da Faia; 20-Gamoal; 22- Castelo Velho de Monte Meão; 23- Castelo Velho das Mós do Douro; 24-Castelo Velho de Santa Comba; 25-Abrigos do Vale Ferreiro; 26-Abrigos do Pai Nova; 27-Citânia da Teja; 28-Campanas; 29-Raza I; 30-Alto de Santa Eufémia; 31-Vale Minhoto; 33-Zaralhôa; 34-Alto do Castelo ou Tapadão; 35-Castelos (Seixas); 36-Castelos (Santa Comba); 39-Lapas; 40-Senhora do Viso; 41-Cadabulhos; 42-São Martinho; 43-Pitanceira; 44-Raza II; 46-Almoinhas I; 47- Castelo Velho da Meda; 48-Castelo de Longroiva; 49-Alto da Forca; 50-Montes; 51-Fieiteira; 52-Santa Columba; 58-São Salvador do Mundo; 59-Quinta da Abelheira; 63-Cerro do Bastião; 64-Santa Bárbara; 65- Castelo Velho de Souto; 66-Quinta do Campo; 69-São Gabriel; 70-Seixo I e II; 72-Monteira; 73-Alto da Lamigueira; 74-Perdigueiros; 75-Currais das Mós/Tomadias; 76-Cabeçinho da Perdiz.

Hoje sabemos que o território não deve ser tratado como “pano de fundo” para a actividade humana. Esta concepção de análise poderá esconder um conjunto de observações muito importantes para a compreensão de um espaço e para a forma como o homem se movimentaria inserido/imbuído nesses lugares (TILLEY 1994:23, THOMAS 1996:83-91, CASEY 1996:13-52, INGOLD 2000 e JORGE, V. 2005:247-281). As sociedades, ou melhor, as sociabilidades entre indivíduos não se orientam por normas estritamente rígidas, a variabilidade de comportamentos é imensa, mesmo dentro de um conjunto de condicionantes.

Os conceitos actuais de paisagem e a sua variabilidade interpretativa, em última análise, dificilmente se poderão transpor para a(s) comunidades que terão percorrido o espaço agora em análise. Os conceitos que iremos utilizar; visibilidades, intervisibilidades, linhas de horizonte, são aqui empregues tendo em consideração as definições anteriormente propostas. Como já referimos é impossível fugir ao “olhar” moderno, mas por outro lado, é possível “olhar”, com essa consciência de que é impossível fugir, e tentar utilizar essa impossibilidade, no sentido em que hoje “vimos/olhamos” através de cartografia, de lentes de máquinas fotográficas, de transportes rápidos e mesmo através de fotografias aéreas, como possibilidade de estudo. Transformar essa impossibilidade em linhas de investigação, vectores de reflexão, que nos permitam continuamente pensar.

De facto, apenas se pode sugerir, através da observação dos gráficos, um “certo sentido de espaço” que essas comunidades possuiriam. A importância da implantação em topos de colinas, no fundo dos vales, a sua aparente associação aos rios, aos meandros, a grandes vales depressionários, ou vales fechados. Por outro lado, a pouca importância atribuída a um valor estatístico bastante baixo, poderá revestir-se no terreno, no espaço estudado, de grande significado. As categorias utilizadas em baixo

não pretendem pois, impor qualquer tipo de classificação tipológica, mas sim chamar a atenção para aquilo que parecem ser semelhanças e diferenças, continuidades e descontinuidades, vazios e cheios e que nos podem auxiliar a encontrar linhas de investigação futuras.

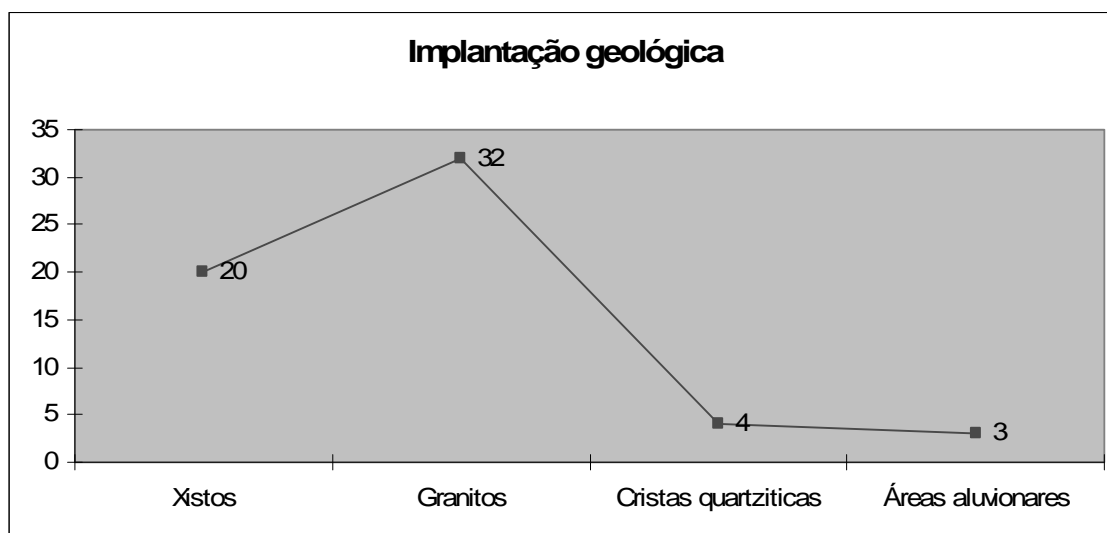


Figura 227 – Implantação geológica dos sítios identificados.

A área estudada abarca duas grandes unidades litológicas; o complexo xisto-grauváquico e um extenso manto granítico. Existem ainda dois grandes maciços intrusivos no complexo xisto-grauváquico; o maciço de Numão e o de Freixo de Numão. Estas duas unidades representam 88% do local de implantação dos sítios detectados, respectivamente 34% para os xistos e 54% para os granitos. Estes números não são de forma alguma excepcionais, pois exibem genericamente a mesma relação litológica, o que acontece igualmente para os sítios implantados em cristas quartzíticas e em áreas aluvionares.





Figura 228 – Castelo Velho de Freixo de Numão. Exemplo de uma implantação em xistos; complexo xisto grauváquico, formação da Desejosa (Foto de Vítor Oliveira Jorge).



Figura 229 – Castelo Velho da Meda. Exemplo de uma implantação em granitos; antiforma Lamego-Penedono-Escalhão, granito da Meda (Foto de João Muralha).





Figura 230 – Vale da Veiga I. Exemplo de uma implantação em várzea; terrenos de aluvião (Foto de João Muralha).

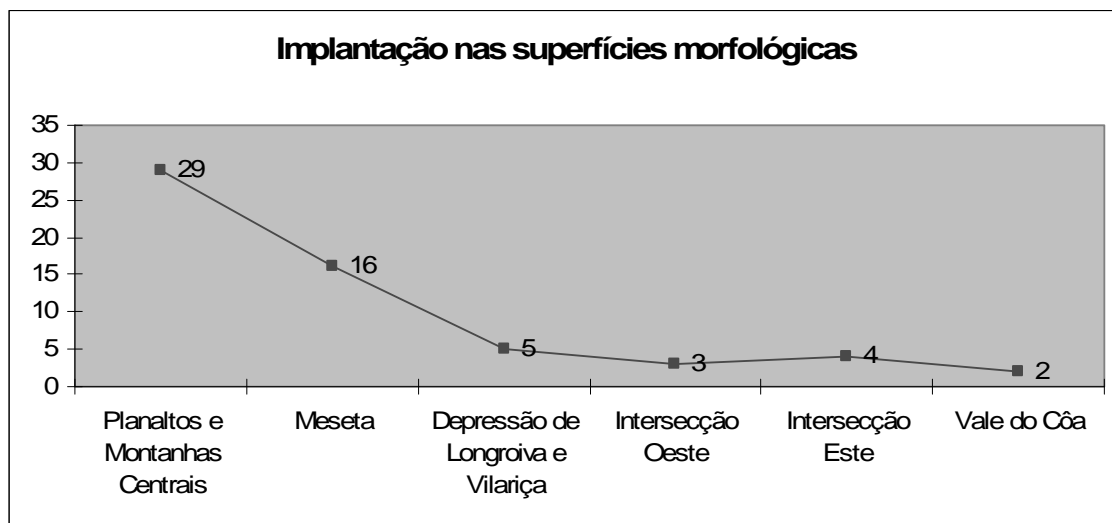


Figura 231 – Implantação nas superfícies morfológicas dos sítios identificados.

Os números referentes à implantação nas superfícies morfológicas acentuam um claro predomínio de sítios arqueológicos nos Planaltos Centrais (49%) e na Meseta (27%). Apesar de ser um dado importante, é importante reter a ideia de, que no momento em que este trabalho é escrito, o número de sítios a identificar, caracterizar e estudar na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa, abrangendo as superfícies morfológicas da Meseta, das intersecções Oeste e Este entre os Planaltos Centrais e a

própria Meseta e o Vale do Côa, cresceu quase exponencialmente. Por outro lado, as prospecções arqueológicas dos anos 90 do século passado incidiram, preferencialmente, no Planalto das Chãs (Meseta) e em áreas junto aos rios Teja e Torto (Planaltos e Montanhas Centrais). Desta forma, estes números apenas representam o universo de sítios observados para este trabalho. Qualquer tipo de conclusão seria precipitada e constante de erros, que nesta fase de trabalho de prospecção e identificação de sítios, queremos evitar.



Figura 232 – Exemplo da superfície dos Planaltos e Montanhas Centrais Meseta. Foto tirada para Sul do Alto da Senhora do Viso (foto de João Muralha).



Figura 233 – Exemplo da Intersecção Este entre as superfícies da Meseta e da Depressão de Longroiva (foto de João Muralha).

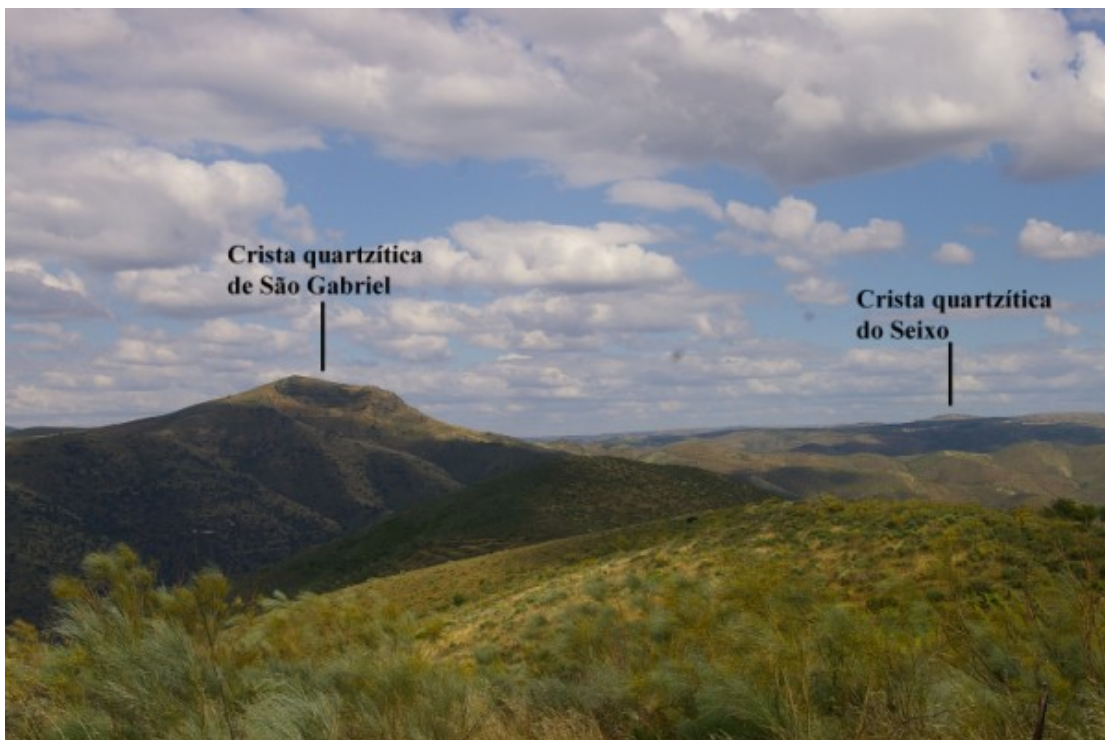


Figura 234 – Exemplo da superfície da Meseta. Os picos quartzíticos sobressaem na planura (Foto de João Muralha).





Figura 235 – Exemplo da superfície da Depressão de Longroiva e da Intersecção Oeste entre esta superfície e os Planaltos e Montanhas Centrais (foto de João Muralha).



Figura 236 – Exemplo da superfície do Vale do Côa perto das pedreiras do Poio (foto de João Muralha).

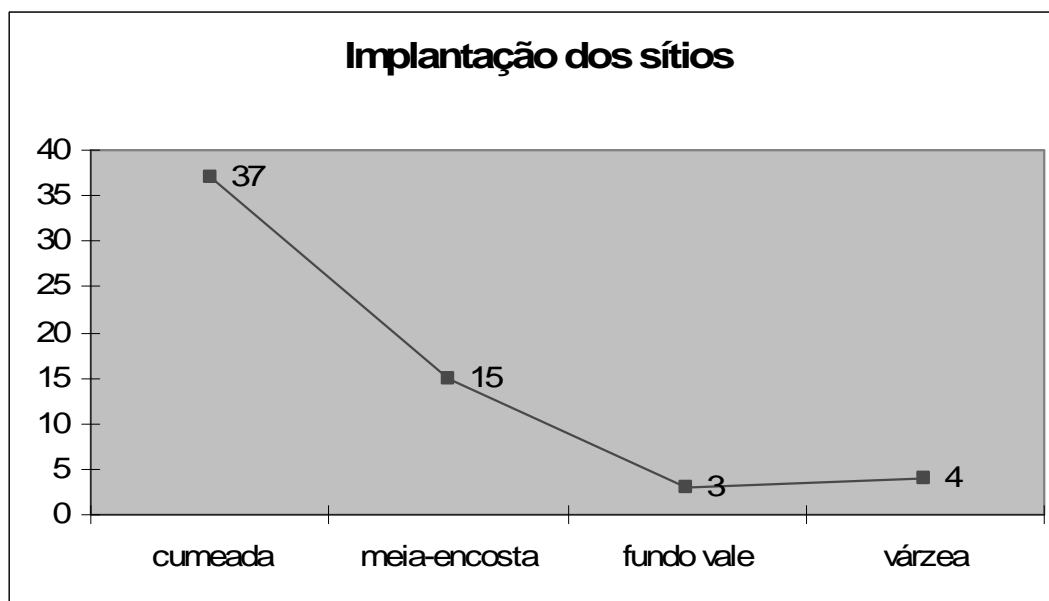


Figura 237 – Implantação dos sítios identificados nas unidades geomorfológicas específicas.

Este gráfico pretende ilustrar a implantação dos sítios arqueológicos, numa aceção geomorfológica abrangente. Os sítios de cumeada são definidos por se encontrarem em topos de elevações ou em esporões isolados. Em termos numéricos representam a maioria (63%). Os sítios implantados a meia-encosta, por vezes em pequenos topos, perfazem 25% do total. Os sítios localizados em fundos de vale ou em várzeas, no seu conjunto, não excedem os 12%. Os 5% dos locais implantados no fundo dos vales deverá aumentar, tendo em consideração os locais recentemente descobertos em trabalhos de prospecção do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

A leitura deste gráfico terá que ter em consideração situações como as alterações pós-deposicionais naturais e alterações antrópicas. Os sítios localizados no topo de colinas só nos últimos anos foram objectos de destruições/alterações provocadas pelo homem; o plantio de vinhos e de eucaliptos. Os locais de fundo de vale e de várzea, estão sujeitos não só à acção do homem, como a processos pós-deposicionais intensos.

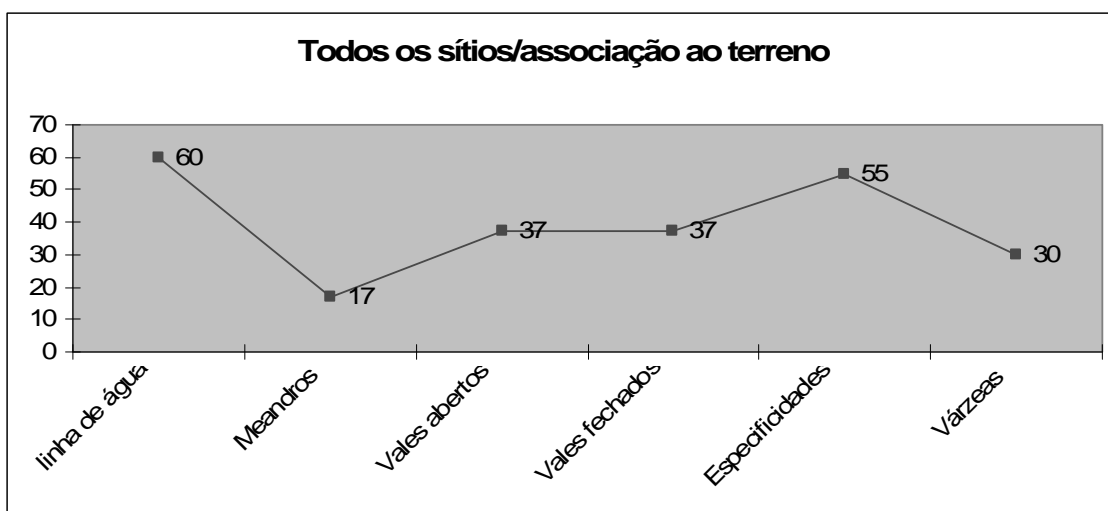


Figura 238 – Sítios identificados associados à sua implantação no terreno.

O gráfico anterior tem como finalidade relacionar os sítios identificados com características significativas presentes na superfície morfológica. Parte-se do número total de sítios, que equivale a 100%. As linhas de água são uma constante, todos os locais identificados estão associados a uma, ou mais linhas de água. Por sua vez os meandros dos rios apenas aparecem relacionados com cerca de 28% dos sítios. Os vales, quer abertos, quer fechados distribuem-se por 62% dos locais, enquanto as especificidades geomorfológicas parecem estar em conexão com 92% das estações arqueológicas. Por fim, as várzeas associam-se a 50% dos locais.

Em termos gerais, e se exceptuarmos o baixo valor dos meandros, todos os locais identificados parecem ter uma relação globalizante com a paisagem que os envolve. Descriminemos por implantação geomorfológica os locais, para tentarmos encontrar outro tipo de relações.

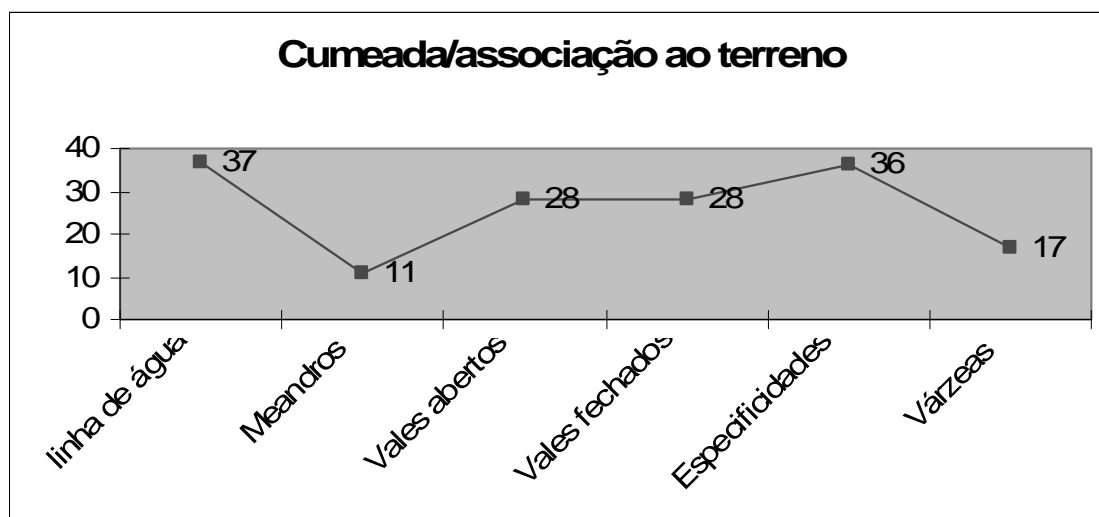


Figura 239 – Sítios identificados em cumeadas e sua associação ao terreno.

O gráfico anterior analisa os sítios de cumeada em relação a superfícies caracterizadoras de um espaço. Além das linhas de água que, como já vimos, estão associadas a todos os sítios identificados, as especificidades geomorfológicas relacionam-se com estes locais de cume a 97%<sup>155</sup>. Os vales abertos e fechados articulam-se a 76% com os sítios de cumeada. É importante ressaltar que este número pode ser enganador, pois todos os sítios à excepção de um<sup>156</sup> estão relacionados ou com vales abertos ou fechados, ou ainda com estes dois tipos de superfície morfológica. A associação directa às várzeas atinge os 46%, enquanto em relação aos meandros provocados pelas linhas de água apenas atinge os 30%.

<sup>155</sup> O sítio “Campanas” é o único que não está relacionado com nenhuma especificidade geomorfológica definida neste trabalho. No entanto, e como este local se localiza junto ao Rio Douro, observando toda a margem Norte deste curso de água, podemos visualizar um cerro de topografia oblonga que constitui uma crista quartzítica. Desta forma de um ponto de vista mais objectivo, esquecendo os limites corográficos deste trabalho, podemos afirmar que todos os sítios de cumeada estão relacionados com especificidades geomorfológicas.

<sup>156</sup> O sítio “Castelo de Algodres” é o único local não associado a vales, pois fica localizado num extenso planalto entre a Ribeira de Aguiar e o Rio Côa.

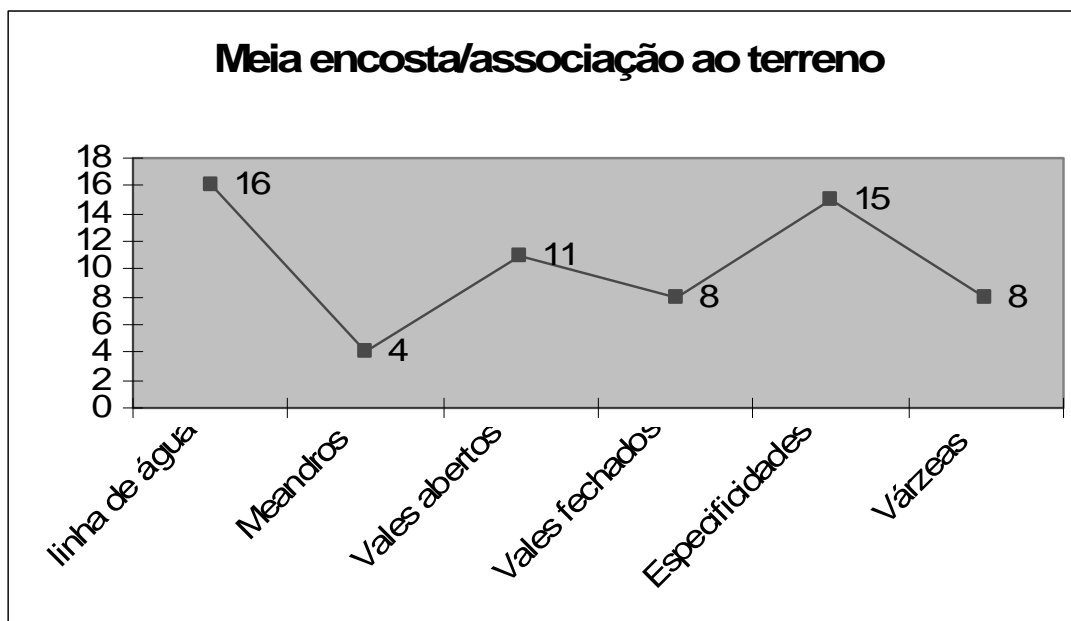


Figura 240 – Sítios implantados em meia-encosta e sua associação ao terreno.

Os sítios identificados como sendo de meia encosta, apresentam percentagens muito semelhantes aos sítios de cumeada, à exceção da sua relação com os vales fechados, apenas 50% destes sítios se relacionam com este tipo de superfície. As linhas de água estão presentes a 100%, os meandros a 25%, os vales abertos a 69%, as especificidades geomorfológicas a 94% e as várzeas a 50%.

Tendo em consideração o número diminuto de sítios de fundo de vale e de várzea, optou-se por não se mostrar qualquer gráfico, pois de um ponto de vista estatístico a sua representatividade é muito baixa; como vimos é de 5% para os sítios de fundo de vale e 7% para os de várzea.

#### 4.4. A “Categorização” dos sítios

O último item da base de dados de sítios arqueológicos do Alto Douro tentava categorizar os locais identificados e analisados. Tornava-se evidente que a simples indexação a uma implantação topográfica destes locais, tornava a análise redutora e limitada. Assim, e tendo em consideração todos os elementos do terreno e o preenchimento da própria ficha, assim como a bibliografia consultada, tentou-se ordenar todos os sítios em “categorias” previamente estabelecidas; recintos, prováveis recintos, especificidades geomorfológicas, locais com provável ocupação mais permanente,



locais com provável ocupação menos permanente, abrigos e locais impossíveis de determinar.

O próximo gráfico reflecte a distribuição de “categorias” nos sítios identificados. É importante não esquecer que deste universo de 59 sítios apenas 7 sítios foram objecto de intervenções arqueológicas.

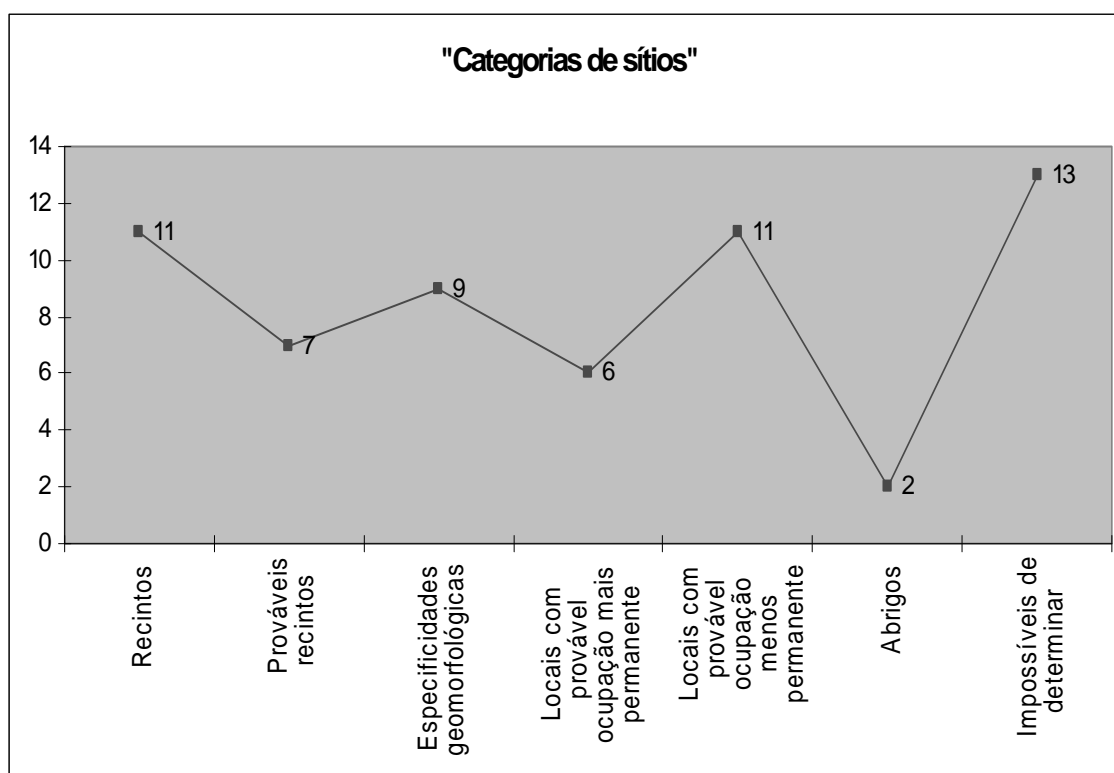


Figura 241 – Distribuição dos sítios identificados pelas “categorias” propostas.

Numa primeira observação ao gráfico, e se nos distanciarmos da “categoria” abrigos, ressalta a aparente homogeneidade de distribuição dos locais arqueológicos. Os recintos e os locais com uma provável ocupação menos permanente detêm a mesma percentagem (19%). As especificidades geomorfológicas possuem uma percentagem de 15%, enquanto os locais que aparentemente têm uma ocupação mais permanente correspondem a 10% do total de observações. Os prováveis recintos somam 12%, a contabilização dos abrigos, atinge apenas os 3%.

Estes números só por si pouco nos dizem, mas antes de avançarmos na nossa análise, é importante referir que para esta observação os sítios impossíveis de determinar não foram tidos em consideração, representando 22% do total, ou seja, mais de um quinto dos locais identificados.

Uma segunda observação remete-nos para os parâmetros de definição de cada uma destas “categorias”. O que é que consideramos um recinto? O que é uma especificidade geomorfológica? Qual a diferença entre um sítio de provável ocupação mais permanente e um outro menos permanente?

Tendo em consideração, como já vimos, que apenas sete locais foram objecto de escavação<sup>157</sup>, quer através de um estudo mais circunstanciado e prolongado no tempo, como Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, quer através de sondagens caracterizadoras de uma ocupação (Fumo, Tourão da Ramila, Quinta da Torrinha, Barrocal Tenreiro e Castelo de Algodres)<sup>158</sup>, a indexação a determinada “categoria” apoia-se essencialmente nos trabalhos de prospecção de identificação dos sítios. Os autores que têm publicado os resultados dos seus trabalhos de campo apenas têm considerado dois tipos de locais; “povoados fortificados”, ou simplesmente “povoados”.

As seguintes definições conceptuais não pretendem ser definitivas nem sequer conclusivas. São propositadamente sintéticas e simples. Possuem apenas um significado seguido ao longo deste trabalho. Serão, forçosamente alteradas, criticadas e desenvolvidas, a partir do momento em que mais trabalhos de prospecção e especialmente de escavação, for efectuado e publicado. No entanto, voltaremos a elas um pouco mais abaixo.

Entendemos por recintos, aqueles locais geralmente situados no topo de colinas, caso de Castanheiro do Vento, Castelo Velho de Monte Meão, Montes ou Castelo Velho do Souto, ou implantados em situações predominantes na paisagem, como esporões, caso do Castelo Velho de Freixo de Numão e o Alto da Lamigueira, e colinas de formato circular e/ou sub-circular, como Zaralhôa, Quinta de Alfarela, Pitanceira e Cerro do Bastião. Apresentam um espaço circular, sub-circular ou ovalado, delimitado por uma ou mais linhas de muretes. Estas linhas definidoras de espaços, apresentam interrupções, passagens e estruturas sub-circulares incorporadas (tipo “bastião”). Pelo menos em quatro casos (entre onze), os recintos parecem não se confinar ao topo das elevações, como Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento, Castelo

---

<sup>157</sup> Os locais objecto de escavação são: Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE, S. 1993 e 2005 entre outros), Castanheiro do Vento (JORGE, V., MURALHA, PEREIRA, VALE e COIXÃO 2005a e b; JORGE, V., MURALHA e VALE 2006) Fumo, Tourão da Ramila, Quinta da Torrinha, Barrocal Tenreiro e Castelo de Algodres (CARVALHO 2003).

<sup>158</sup> É importante referir aqui outros locais que já foram objecto de sondagens arqueológicas, mas que não visavam especificamente uma ocupação da pré-história recente, caso de Salto do Boi – Cardina I e Quinta da Barca (VV AA 1997).

Velho do Souto e Cerro do Bastião. Existem vestígios estruturais ao longo das colinas, pelo menos na área mais próxima ao topo.



Figura 242 – Recinto de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa). Os vestígios de estruturas encontram-se no topo da colina, no entanto, existem alguns indícios que apontam para uma monumentalização de toda a área de acesso ao topo (foto de João Muralha).



Figura 243 – Recinto de Montes (Vila Nova de Foz Côa). Os vestígios de estruturas encontram-se, neste caso, apenas no topo da colina (foto de João Muralha).



Figura 244 – Recinto de Castelo Velho de Monte Meão (Vila Nova de Foz Côa). Os vestígios de estruturas encontram-se apenas no topo da colina. As encostas, se estivessem monumentalizadas, hoje encontram-se destruídas (foto de João Muralha).



Figura 245 – Recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), implantado num esporão. Os vestígios de estruturas existiriam pelo menos, ao longo da encosta Sul (foto de João Muralha).



Figura 246 – Recinto do Alto da Lamigueira (Meda), implantado num esporão (foto de João Muralha).



Figura 247 – Recinto da Quinta de Alfarela (Torre de Moncorvo), implantado numa colina de formato circular (foto de João Muralha).





Figura 248 – Recinto do Cerro do Bastião (São João da Pesqueira), implantado numa colina de formato circular (foto de João Muralha).

Os locais com provável ocupação mais permanente, não apresentam delimitações estruturais visíveis de tipo murete, valados ou fossos. Localizam-se maioritariamente em áreas abertas, como os sítios do Barrocal Tenreiro, Castelos (Santa Comba) e Quinta do Campo, e estão próximos a linhas de água e/ou nascentes. A prospecção e no caso de escavação arqueológica, ofereceram um conjunto numeroso de materiais. Gostaríamos de esclarecer que o facto de ao designarmos estes locais como tendo uma provável ocupação mais permanente, não pressupõe qualquer relação directa a sítios tipo “aldeia”, mas sim a áreas cujo espaço poderá ter sido utilizado de uma forma mais contínua.



Figura 249 – Quinta do Campo (Meda). Exemplo de um local implantado numa área aberta (foto de João Muralha).

Os locais com uma provável ocupação menos permanente, não apresentam igualmente estruturas delimitadoras de um espaço circunscrito. A prospeção ofereceu pequenos conjuntos de materiais e no caso de locais já escavados como a Quinta da Torrinhã, não permitiu a sua associação a outro tipo de “categoria”. Alguns destes locais estão em fundos de vales, caso de Salto do Boi ou em várzeas e mesmo sobre elas, caso de Vale da Veiga I e II e Quinta dos Gamoais de Baixo.



Figura 250 – Quinta dos Gamoais de Baixo (Meda). Exemplo de um local que provavelmente terá tido uma “ocupação” menos permanente (foto de João Muralha).

A definição a seguir proposta para a “categoria” especificidades geomorfológicas apresenta já uma relação entre dois factores; por um lado são locais com vestígios de antropização e por outro são locais proeminentes numa paisagem. Sem querer entrar num campo dicotómico – cultural/natural – que verdadeiramente não existe, como temos vindo a ver, podemos referir que estes locais são essencialmente constituídos por cristas quartzíticas como Santa Eufémia, São Martinho, São Gabriel e Seixo I e II, por formações graníticas, tipo tor, caso da Quinta de Abelheira e Senhora de Lourdes, ou colinas proeminentes de formato cónico como São Salvador do Mundo e Senhora do Viso, ou apenas grandes elevações oblongas destacadas da paisagem onde se inserem como Santa Columba.



Figura 251 – Crista quartzítica de São Gabriel, vista da área central do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (foto de João Muralha).



Figura 252 – Alto da Senhora do Viso vista de Sul (foto de João Muralha).



#### 4.4.1 Recintos

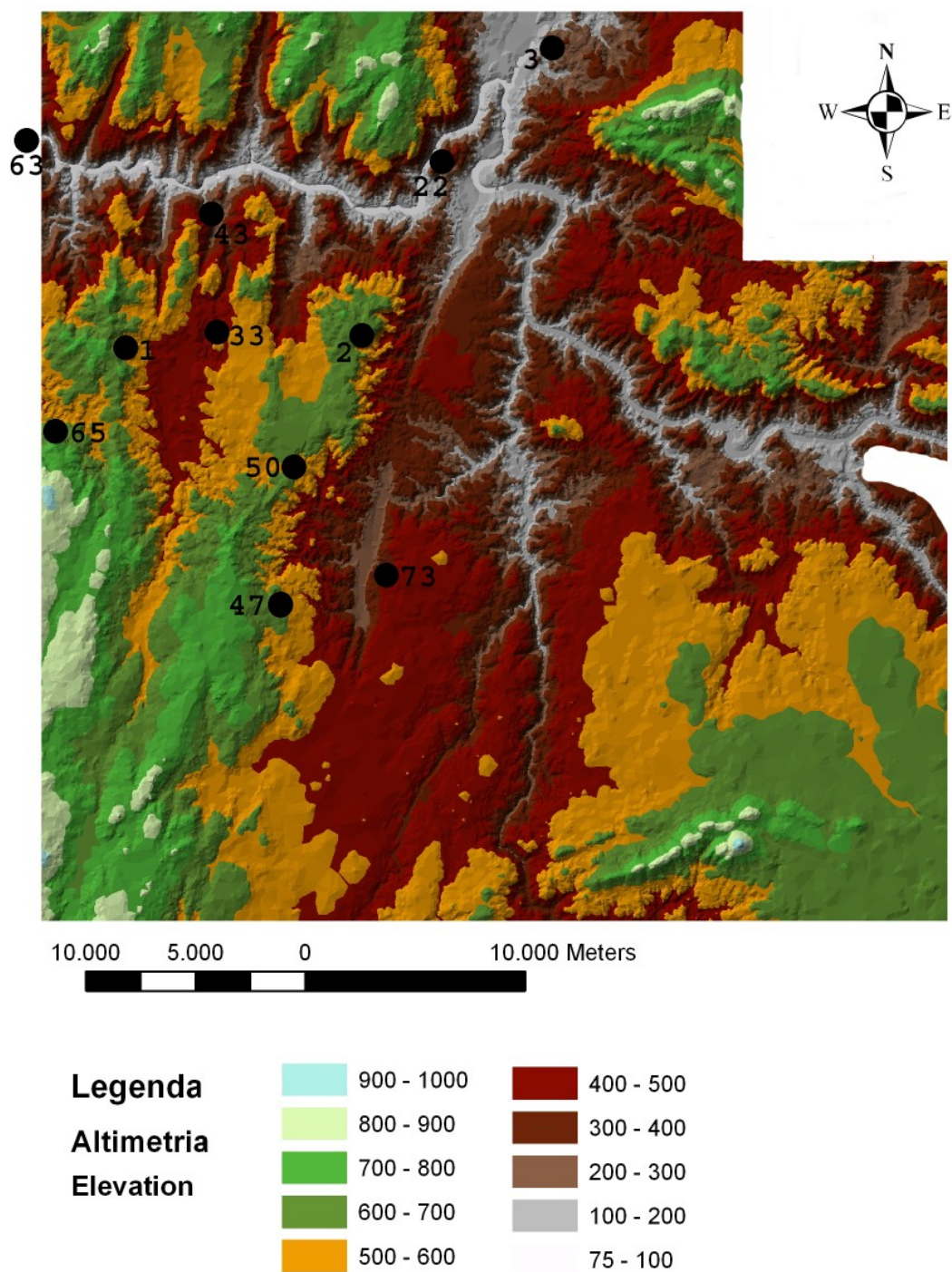


Figura 253 – Implantação dos Recintos. 1- Castanheiro do Vento; 2-Castelo Velho de Freixo de Numão; 3-Quinta de Alfarela; 22- Castelo Velho de Monte Meão; 33-Zaralhôa; 43-Pitanceira; 47-Castelo Velho da Meda; 50-Montes; 63-Cerro do Bastião; 65-Castelo Velho do Souto; 73-Alto da Lamigueira.

O mapa e os quadros constantes do anexo 4, assim como a consulta da base de dados de Sítios Arqueológicos no Alto Douro, sugerem-nos um pequeno conjunto de observações<sup>159</sup>:

a) Parece existir uma relação quase directa entre o posicionamento dos recintos e linhas de água com alguma importância, quer em termos de caudal, quer de relevo impositivo na paisagem. Mesmo quando o rio mais próximo ou o segundo rio não é o Rio Douro, os cursos de água são marcantes, caso do Rio Torto, da Ribeira da Concelha, da Ribeira de Piscos e da Ribeira do Cerro do Bastião. A única excepção parece ser o sítio de Montes.

b) Os recintos associados mais directamente ao Rio Douro (Cerro do Bastião, Pitanceira e Castelo Velho do Monte Meão) localizam-se muito próximo deste rio. Se acrescentarmos a esta pequena lista, os locais que poderão corresponder a prováveis recintos, a lista duplica; Castelos (Seixas), Campanas e Citânia da Teja ou Sobreiral.

c) O vazio a Este do Rio Côa é apenas aparente, pois poderão existir dois recintos naquela zona; o Cabeçinho da Perdiz e o Alto do Castelo ou Tapadão. Apenas com escavações arqueológicas poderemos aferir esta afirmação.

d) Em termos geomorfológicos, parece existir um vazio de recintos nas áreas de colinas mais elevadas que delimitam o Vale do Douro. Provavelmente a intensa antropização desta área, terá contribuído para que os trabalhos de prospecção não detectassem qualquer vestígio.

e) A distância média aos rios ou ribeiras mais próximas é em média 355m. A observação de confluência de rios está repartida; seis recintos não a observam e apenas quatro recintos estão localizados perto de nascentes de água.

f) A média da relação cota do sítio e cota do rio mais próximo é de 161, sendo o índice 100 equivalente à mesma cota (sítio e rio), portanto um pouco elevada.

g) Como já foi descrito no ponto 4.2 relativamente à metodologia utilizada na análise dos sítios arqueológicos, prestou-se alguma atenção às questões de visibilidade, não só através duma leitura de planos de paisagem e intervisibilidades, como através da elaboração de diagramas de paisagem. A linha de horizonte visual dos recintos permite

---

<sup>159</sup> Tendo em consideração a pouca leitura do mapa, essencialmente devido à sua escala, optou-se por não o sobrecarregar com a categoria de “Prováveis Recintos”. A sua listagem poderá ser consultada na Base de Dados “Sítios Arqueológicos do Alto Douro” e no anexo 5. No entanto para uma maior comodidade de consulta, listam-se aqui os locais: Castro de São Jorges (Ranhados, Meda), Citânia da Teja ou Sobreiral (Numão, Vila Nova de Foz Côa), Campanas (Mós do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Alto do Castelo ou Tapadão (Chãs, Vila Nova de Foz Côa), Castelos (Seixas do Douro, Vila Nova de Foz Côa) e Cabeçinho da Perdiz (Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa).

sempre observar grandes especificidades geomorfológicas quer em “positivo” (cerros e montes elevados), quer em “negativo” (várzeas, vales abertos); Serra da Marofa, Serra do Reboredo, Linha de cerros da Senhora do Viso, de Santa Columba e de São Martinho, a depressão de Longroiva e da Vilarica e os grandes planaltos de Vila Nova de Foz Côa, das Chãs, da Meda e de São João da Pesqueira.

h) Seis dos recintos analisados permitem uma leitura de três planos de paisagem (Castanheiro do Vento, Castelo Velho de Freixo de Numão, Quinta de Alfarela, Castelo Velho de Monte Meão, Castelo Velho do Souto e Alto da Lamigueira), enquanto os outros cinco apenas permitem a leitura de dois planos. Para dois desses recintos a dificuldade não está relacionada com qualquer tipo de impedimento visual, mas sim precisamente com o oposto. A sua imponência visual sobre o espaço geográfico é tão ampla, que os planos não próximos se tornam indistintos, inviabilizando a sua percepção, caso de Montes e Zaralhôa. Os três restantes, apesar de possuírem em determinadas áreas, horizontes largos mas indefinidos, localizam-se em áreas de vales mais fechados e circunscritos ao olhar, são eles, Pitanceira, Castelo Velho da Meda e Cerro do Bastião.

i) A intervisibilidade entre os recintos existe e por vezes em relação a mais do que um recinto. Há no entanto duas exceções; a Pitanceira e o Cerro do Bastião. Vejamos então como os recintos são visíveis entre si. 53% são-no apenas na linha de horizonte, muitas vezes não imediatamente perceptíveis, mas se existissem muretes elevados seriam sempre distinguidos. 20% são observáveis em campo aberto, ou seja são facilmente reconhecidos na paisagem, e outros 20% são vistos de uma forma destacada na paisagem. Apenas 7% se avistam entre duas colinas. É importante referir que o universo de observações atinge o total de 15, correspondendo portanto, a 100%.

j) A intervisibilidade entre recintos e outras “categorias” de sítios arqueológicos, também existe. Em relação à intervisibilidade com as especificidades arqueológicas e para um total de 23 observações temos os seguintes números; apenas 4% são visíveis em campo aberto, enquanto 57% são observáveis de uma forma destacada na paisagem e 39% são perceptíveis no horizonte. Não existem ocorrências de intervisibilidade de recintos e especificidades geomorfológicas entre colinas.

k) Em relação à intervisibilidade entre os recintos e os locais com uma provável ocupação mais permanente, não existe qualquer ocorrência. Isto é, de um qualquer recinto não se distingue qualquer destes locais.

Se aplicarmos esta ideia aos locais com uma provável ocupação menos permanente, obtemos as seguintes percentagens para um total de apenas 7 observações; 57% são visíveis no horizonte, portanto de uma forma muito esbatida no terreno, 29% estão destacados na paisagem e 14% são vistos em campo aberto.

Dentro deste quadro de intervisibilidades parece ressaltar a ideia de que as especificidades geomorfológicas adquirem um significado especial dentro deste território. Não só obtêm mais ocorrências, como existe uma percentagem maioritária de visibilidades destacadas na paisagem.

### **Diagramas.**

Se examinarmos os diversos diagramas de paisagem elaborados no terreno, podemos reter mais algumas ideias acerca do posicionamento espacial dos recintos e da sua relação com a paisagem onde estão inseridos.

Os diagramas foram “pensados” tendo como premissa a consciência de que o que se observa *daqui* e o que está *ali*, são complementares. A fronteira de oclusão do campo de visão constitui o horizonte. O conteúdo de pormenores do campo de visão constitui o *ali*, e quanto mais pequeno o detalhe, mais longe está. Assume-se assim, deliberadamente, um diagrama de percepção de superfícies, onde o carácter perceptual é marcadamente pessoal.

Apenas mais uma chamada de atenção para o tipo de codificação utilizada nestes diagramas; as linhas rectas que partem do sítio arqueológico são linhas de visibilidade para outras estações arqueológicas, as áreas definidas a tracejado representam especificidades geomorfológicas e a linha a cheio que delimita o diagrama é uma representação do campo de visão relacionado com a linha de horizonte. Depois de alguma ponderação, resolvemos não utilizar qualquer tipo de escala, pois aquilo que se pretendeu representar foi a percepção de quem observa o espaço envolvente e não as distâncias entre locais. Todos os diagramas estão orientados a Norte.

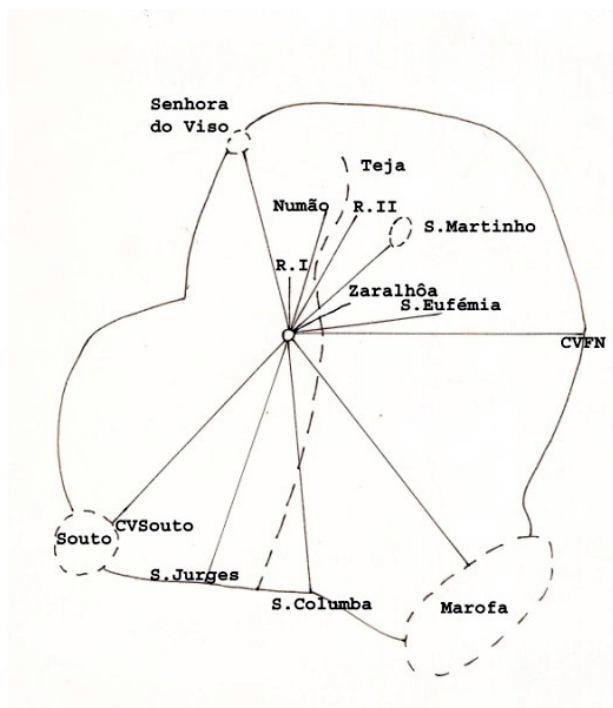


Fig. 254 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa). R.I – Raza I, R.II – Raza II e CVFN – Castelo Velho de Freixo de Numão e CVSouto – Castelo Velho de Souto.



Figura 255 – Área de paisagem visível de Castanheiro do Vento para NE (foto de João Muralha).

A primeira ideia observável consiste na grande área de visibilidade existente do sítio para a paisagem; 360<sup>0</sup>. Apesar de existir uma zona truncada a NO, a área de visão continua a ser grande.

A segunda ideia que ressalta deste diagrama relaciona-se com a excelente intervisibilidade existente entre Castanheiro do Vento e outros locais. No entanto essa intervisibilidade processa-se a duas escalas de observação, ou melhor, a dois níveis. Um primeiro nível de percepção imediata onde existem sítios arqueológicos que se observam nos planos de paisagem imediatos e um segundo nível, em que os sítios existem num horizonte quase imperceptível. O primeiro nível localiza-se exclusivamente no grande vale aberto da Ribeira da Teja, o que nos adverte para a possibilidade de podermos sugerir uma relação directa entre o sítio arqueológico e esta ribeira. O mesmo acontece em relação às especificidades geomorfológicas; observam-se dois desses locais num plano de paisagem próximo e outros dois no horizonte. Aqueles que melhor se observam – Senhora do Viso e São Martinho – parecem ser elementos polarizadores, especialmente o primeiro, da implantação do sítio. Enquanto a Senhora do Viso é a elevação mais alta próxima ao sítio, e é aquela que restringe a visibilidade para NO, São Martinho encontra-se visível entre dois cerros, sem qualquer tipo de restrição à visão. Torna-se no entanto um elemento geomorfológico que se impõe na paisagem e congrega em seu redor um conjunto de sítios arqueológicos, partilhados em termos de espaço com Castanheiro do Vento.

Outra observação importante relaciona-se com a intervisibilidade existente entre recintos próximos, ou seja Castanheiro do Vento e Zaralhôa, todos os outros recintos são perceptíveis apenas no horizonte, como Castelo Velho do Souto e Castelo Velho de Freixo de Numão.

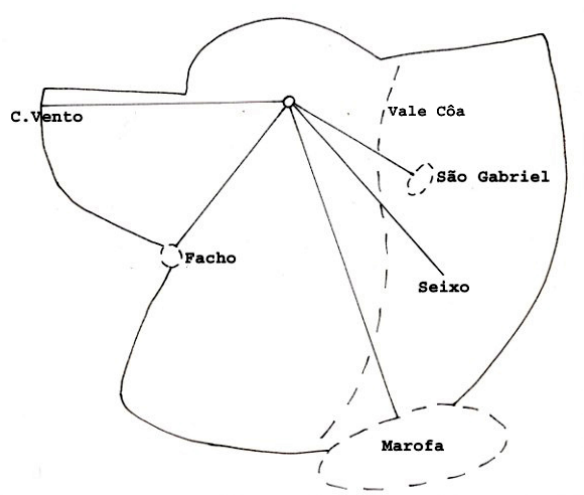


Fig. 256 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Cõa).



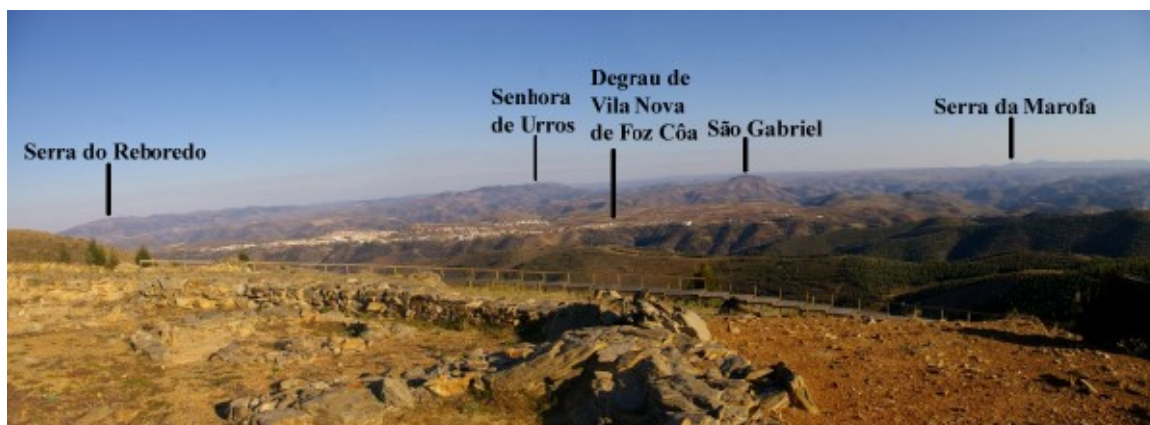


Fig. 257 – Área de paisagem visível de Castelo Velho de Freixo de Numão entre os pontos cardeais Este e Sul (foto de João Muralha).

Ao contrário do diagrama anterior, o diagrama de Castelo Velho de Freixo de Numão, evidencia imediatamente um ângulo de visão delimitado. Toda a área Norte está truncada por um conjunto de elevações mais altas. O local, para Sul, Este e Oeste domina uma vasta área, onde dominam especificidades geomorfológicas; São Gabriel, Seixo, a Serra da Marofa e o Facho. À exceção do Facho, um monte cónico xistoso, todas as outras especificidades são cristas quartzíticas, impositivas na paisagem. Por outro lado, neste cenário visual de Castelo Velho de Freixo de Numão, São Gabriel possui um papel preponderante, já referido por Susana Oliveira Jorge:

“Esta elevação [São Gabriel] de 652 m de altitude absoluta, encontra-se precisamente no eixo médio do referido ângulo de visão, [entre os montes localizados a nordeste e o Facho localizado a sudoeste] tornando-se, devido à topografia envolvente, no elemento polarizador desta cenografia natural, Castelo Velho “olha” o Monte de São Gabriel, elemento físico incontornável do alto do “monumento”. Olha-o, diga-se, de uma altitude ligeiramente superior” (JORGE, S. 2005:144).

A intervisibilidade com outros locais não existe, além de Castanheiro do Vento, que no entanto apresenta essa intervisibilidade muito diminuta. No entanto é importante referir que, e novamente à exceção do Monte do Facho, todos os outros sítios possuem algum tipo de antropização, neste caso, cerâmicas pré-históricas com decoração impressa penteada.

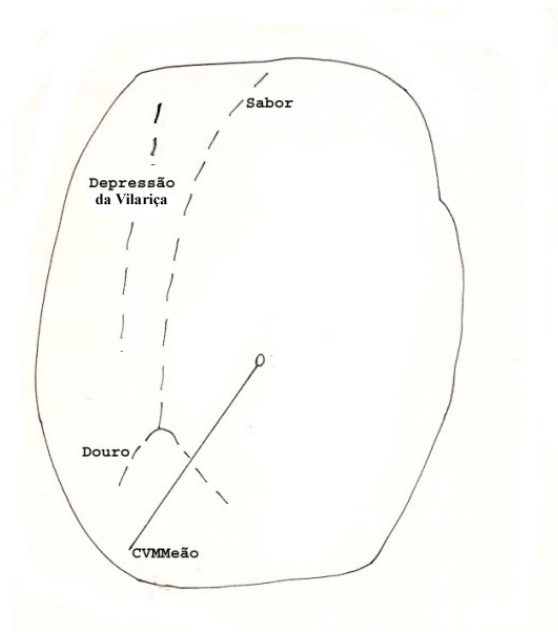


Figura 258 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Quinta de Alfarela (Torre de Moncorvo). CVMMeão – Castelo Velho de Monte Meão.



Figura 259 – Área de paisagem visível da Quinta de Alfarela (foto de João Muralha)

Antes de proceder à análise sumária do diagrama, é importante referir dois aspectos; a Quinta da Alfarela é o único local cartografado a Norte do Rio Douro, e apresenta-se fora da área geográfica de análise definida no capítulo 2.

Porque o consideramos?



Primeiro, este local arqueológico é um recinto razoavelmente bem conservado e que forneceu um conjunto interessante de materialidades, segundo, ao cartografarmos e analisarmos o sítio estaremos a testar este tipo de análise e observação para outras áreas, neste caso o vale da Vilariça e o vale do Baixo Sabor, e terceiro, este local possui um conjunto de intervisibilidades interessante, não só com estações arqueológicas aqui analisadas, como com outras áreas de potencial interesse, já estudadas e publicadas por outros investigadores (RODRIGUES e REBANDA 1997/98). Tendo em conta esta última observação, este diagrama não está completo, pois apenas tem em conta os locais analisados neste trabalho.

O que ressalta na figura é a visibilidade a 360°. Domina visualmente uma grande área do vale da Vilariça e parte do vale do baixo Sabor. Domina igualmente o grande meandro do Rio Douro, a foz do Rio Sabor e a grande várzea da zona Sul da depressão da Vilariça, onde está implantado um outro sítio de cronologia idêntica (Barral dos Passadouros).

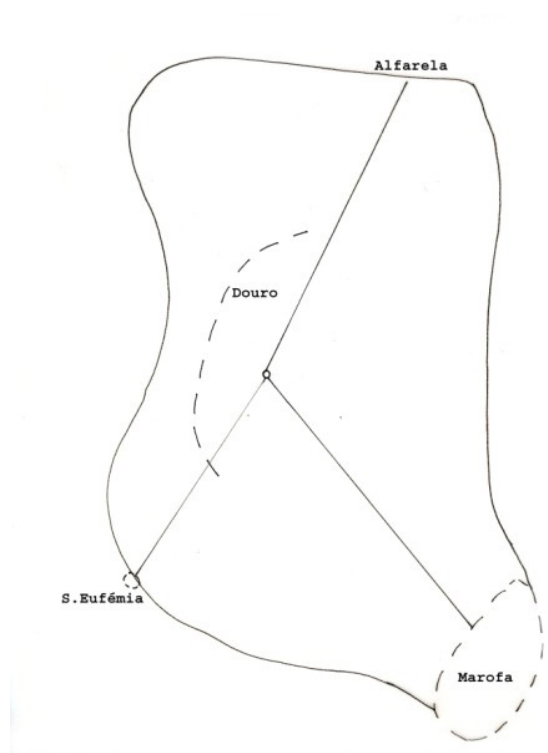


Fig. 260 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Castelo Velho de Monte Meão (Vila Nova de Foz Côa).

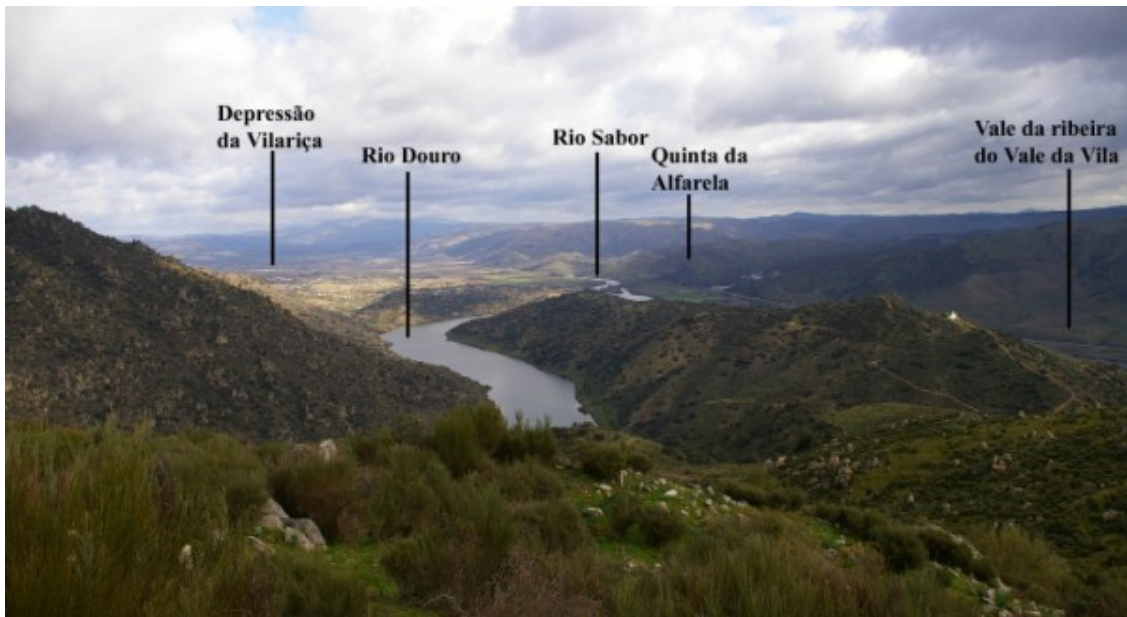


Fig. 261 – Paisagem visível para Nordeste do Castelo Velho de Monte Meão (foto de João Muralha).

Se exceptuarmos a área de visão truncada a Oeste, este local apresenta uma superfície de visão muito ampla, particularmente para Norte, Este e Sudeste, dominando, embora em termos pouco perceptíveis o baixo Sabor. A única intervisibilidade que possui é com a Quinta de Alfarela e com a serra da Marofa, embora do alto desta serra, seja completamente impossível individualizar os locais arqueológicos. O que se percebe são zonas geográficas onde esses locais estão implantados.

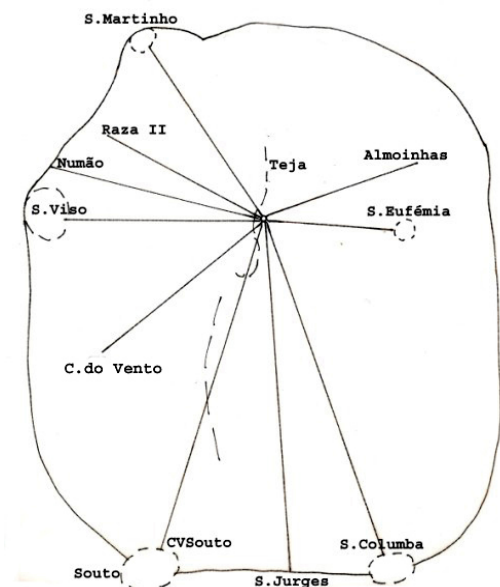


Fig. 262 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Zaralhôa (Vila Nova de Foz Côa). C. do Vento – Castanheiro do Vento e CVSouto – Castelo Velho do Souto.

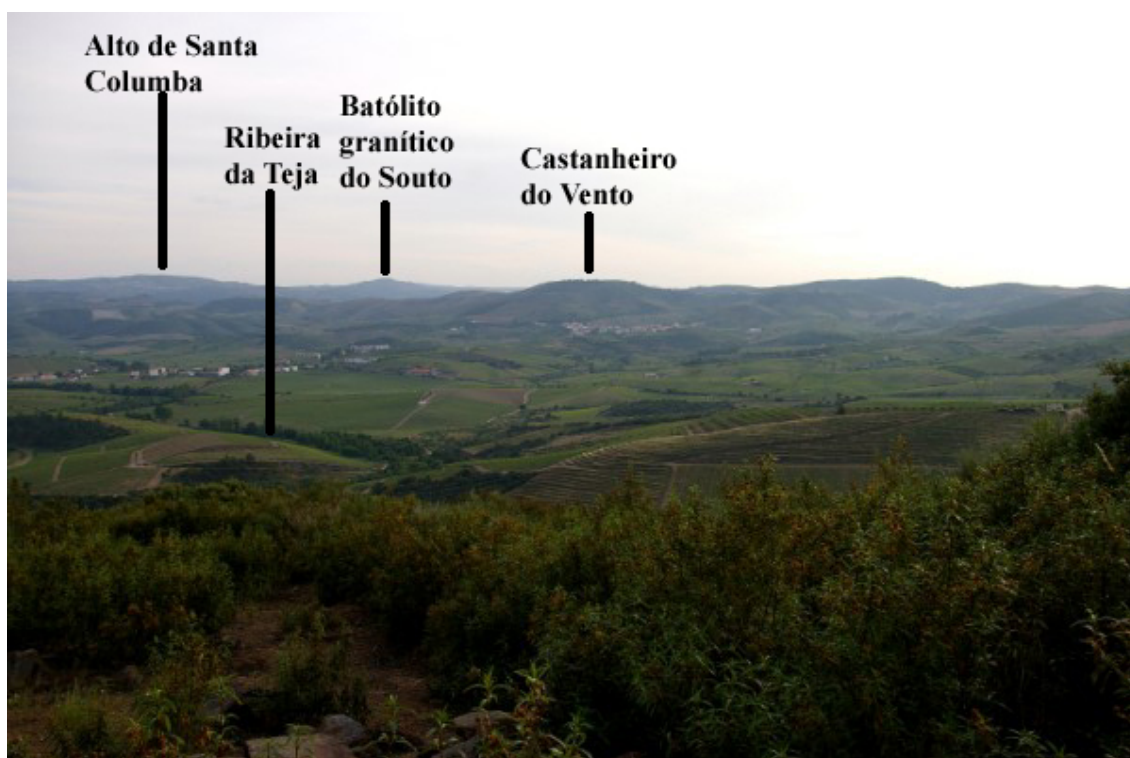


Figura 263 – Área de paisagem visível para Sul do recinto da Zaralhôa (foto de João Muralha).

A primeira observação relaciona-se com a grande amplitude visual que detém; 360<sup>0</sup> graus. A intervisibilidade é igualmente grande, e como Castanheiro do Vento, processa-se a dois níveis; um situado no horizonte e outro nos planos de paisagem mais próximos que permite uma percepção desses locais quase imediata. Este recinto, pela sua implantação, parece ser polarizado pela ribeira da Teja que passa no sopé da estação arqueológica, pelas especificidades geomorfológicas, Senhora do Viso e São Martinho, localizadas a Oeste e Noroeste e por Castanheiro do Vento que se destaca na paisagem a Sudoeste. O horizonte Sul é muito amplo e marcado pelo grande batólito granítico do Souto, onde se implanta o Castelo Velho de Souto, mas que não é perceptível e o Alto de Santa Columba. O vale que separa estas duas realidades geomorfológicas é o vale do rio Torto e é igualmente o local de implantação do sítio arqueológico de São Jorges, imperceptível para quem está na Zaralhôa.

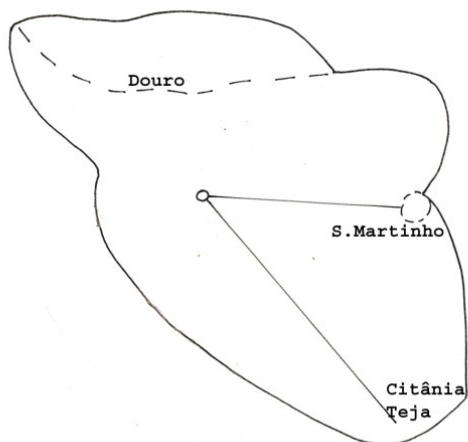


Figura 264 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Pitanceira (Vila Nova de Foz Côa).



Figura 265 – Área de paisagem visível para Sul do sítio arqueológico da Pitanceira (foto de João Muralha).

A Pitanceira é o único de todos os recintos que se encontra completamente voltado ao rio Douro, embora não o observe. A sua linha de horizonte está truncada a Oeste e a Norte, mas a Sul e a Este, é bastante limitada pela linha de cumes que definem



o vale da ribeira da Teja, no seu encontro com o rio Douro. A especificidade geomorfológica que é observada da Pitanceira, São Martinho, é olhada entre dois cerros, polarizando o olhar na linha de horizonte. Resta dizer que este local encontra-se parcialmente destruído pela plantação de vinha.

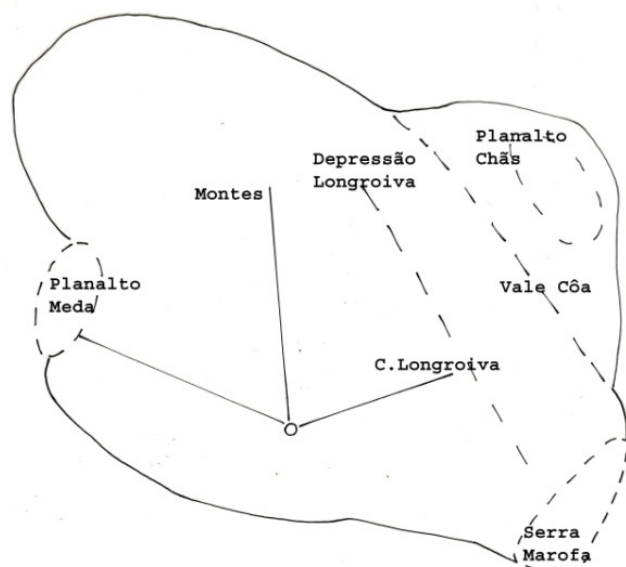


Fig. 266 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Castelo Velho da Meda (Meda).



Fig. 267 – Área de paisagem visível para Oeste do sítio arqueológico do Castelo Velho da Meda (foto de João Muralha).

O Castelo Velho da Meda apresenta a sua área Sul truncada ao olhar, enquanto para Oeste, Norte e Este oferece uma vasta paisagem dominada por especificidades geomorfológicas que não são cerros e topos de colinas, mas sim planaltos e vales. A sua intervisibilidade surge apenas com Montes, outro recinto, e o actual Castelo de Longroiva, que está implantado num área onde têm sido recolhidos alguns materiais cerâmicos e de pedra polida que terão sido coetâneos ao sítio arqueológico.

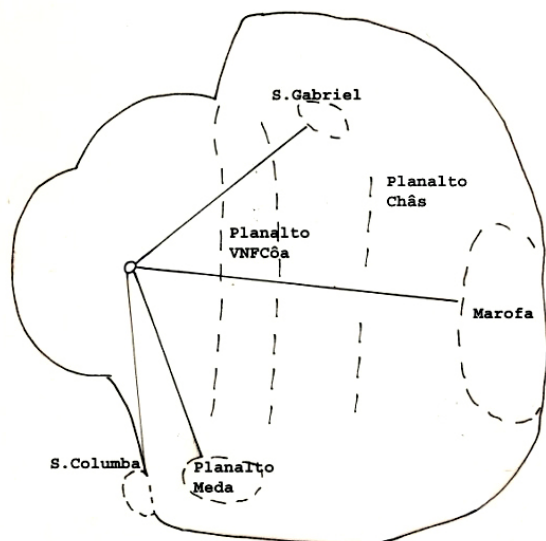


Fig. 268 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico de Montes (Meda).



Figura 269 – Paisagem visível para Este e Sudeste do sítio arqueológico de Montes (foto de João Muralha).

O diagrama deste local é um pouco semelhante ao diagrama de Castelo Velho de Freixo de Numão. Possui uma área truncada, neste caso a Oeste, e uma paisagem escalonada em patamares visuais. O sítio domina imediatamente o planalto de Vila Nova de Foz Côa e mais a Este, a área amesetada do planalto das Chãs. Para Sul observa-se o planalto da Meda e Santa Columba. O monte de São Gabriel é uma especificidade geomorfológica que se impõe na paisagem, mas não de uma forma tão impositiva e polarizadora como em Castelo Velho de Freixo de Numão. Na linha de horizonte destaca-se a Serra da Marofa.

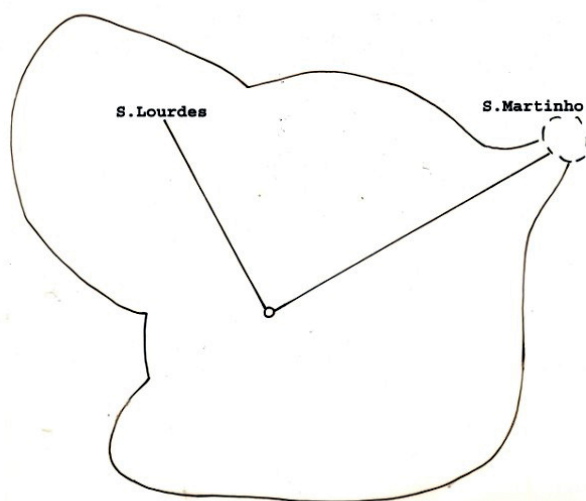


Figura 270 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Cerro do Bastião (São João da Pesqueira).

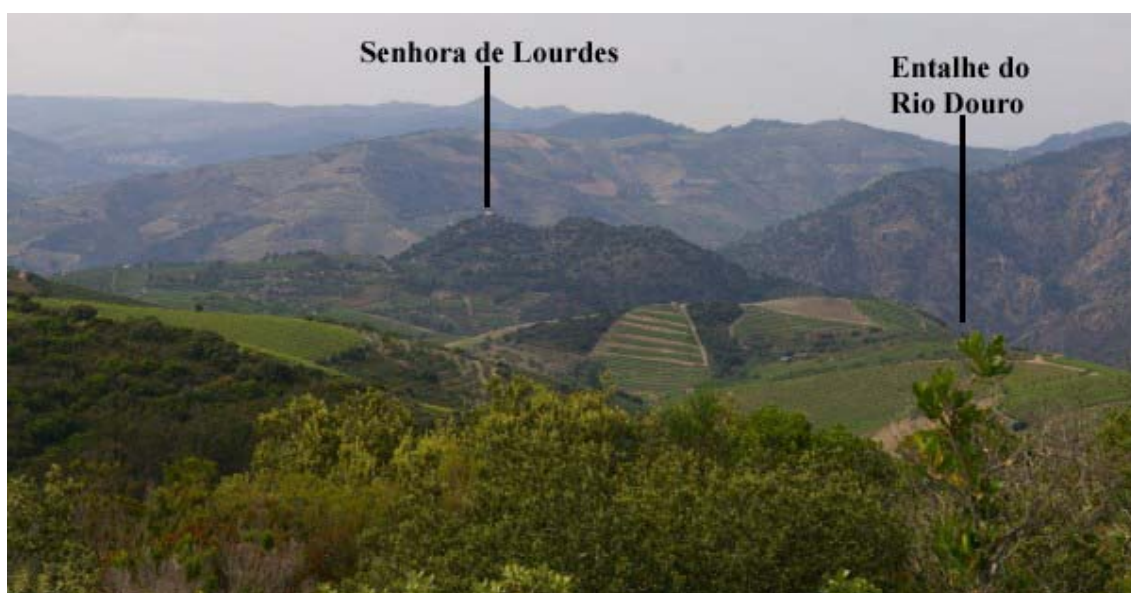


Figura 271 – Área de paisagem visível do Cerro do Bastião para Noroeste (foto de João Muralha).

O recinto do Cerro do Bastião encontra-se numa área muito próxima ao rio Douro, embora este não seja visível do sítio. Domina um grande vale aberto, toda a área Noroeste do diagrama, até à colina onde está implantado o sítio da Senhora de Lourdes. A sua visibilidade encontra-se fechada a Sul, por um cerro de cota superior que o domina. A Este, a linha de horizonte é polarizada por São Martinho, visível entre cerros. A intervisibilidade que possui é precisamente entre essas duas especificidades geomorfológicas, no entanto o sítio da Senhora de Lourdes, em termos de materiais arqueológicos, é mais abundante. Será uma especificidade geomorfológica com uma ocupação mais intensa e provavelmente mais prolongada no tempo<sup>160</sup> do que São Martinho.

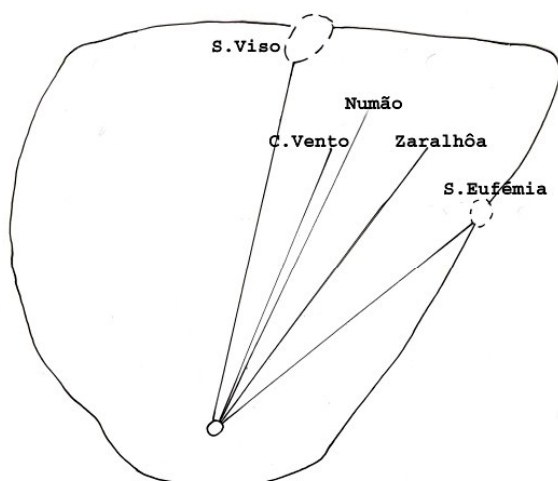


Fig. 272 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Castelo Velho do Souto (Penedono).

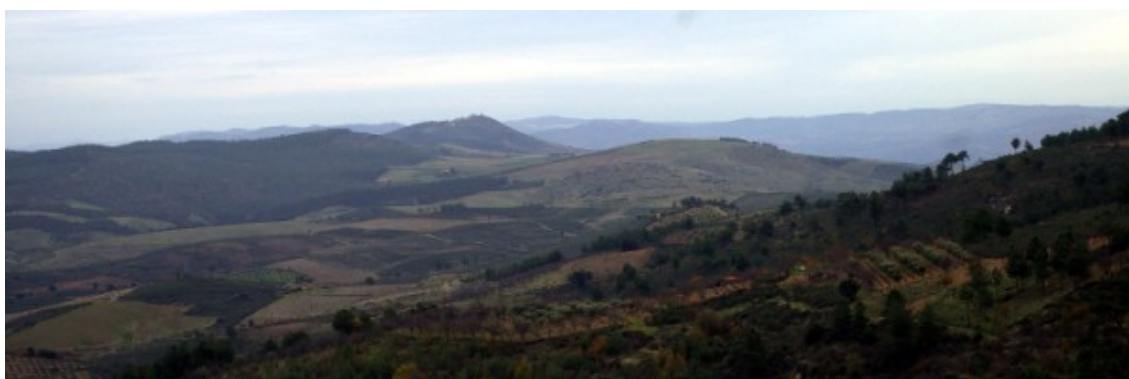


Figura 273 – Vista para Norte do recinto de Castelo Velho do Souto. Destaca-se no horizonte o Alto da Senhora do Viso (foto de João Muralha).

<sup>160</sup> Cf Carvalho e Gomes 2002/2003.



O sítio de Castelo Velho do Souto apresenta uma visibilidade fechada a Sul, está completamente cercado por elevações de cota mais elevada e bastante próximas. Apenas um vale aberto separa o sítio dessas colinas. Uma pequena prospecção neste vale, permitiu a recolha de um grande conjunto de materialidades. Por outro lado, esta situação, faz-nos colocar a hipótese, corroborada pela existência de estruturas ao longo da encosta, de que estas continuariam até ao vale. Por outro lado, a sua implantação no extremo Norte do grande batólito granítico, esconde este local, mas ao mesmo tempo, localiza-o perfeitamente numa paisagem longínqua. A visibilidade que tem sobre a Senhora do Viso, Castanheiro do Vento, Zaralhôa e Santa Eufémia é perfeitamente perceptível, o mesmo não acontecendo ao contrário. Este local domina visualmente parte do vale do Rio Torto e parte da várzea da Ribeira da Teja.

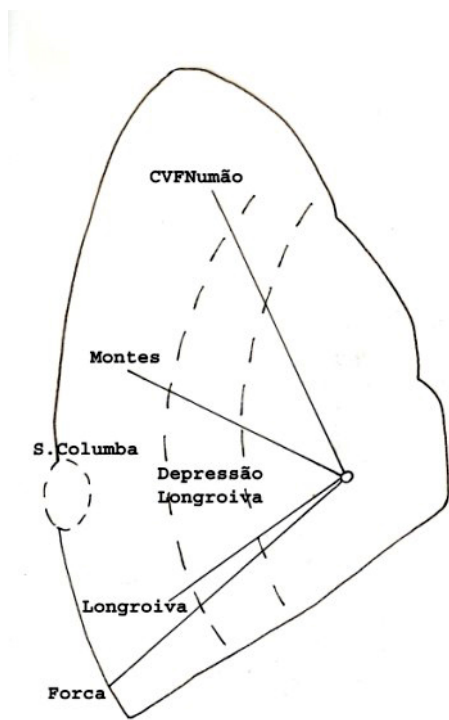


Figura 274 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Alto da Lamigueira (Vila Nova de Foz Côa).



Figura 275 – Área de paisagem visível para Noroeste do Alto da Lamigueira (foto de João Muralha).

O horizonte visual e os diversos planos de paisagem do recinto do Alto da Lamigueira são polarizados pela depressão de Longroiva. Esta estação arqueológica domina completamente parte deste grande vale depressionário. Situa-se no seu rebordo Este e o seu horizonte a Oeste é precisamente o rebordo da depressão. Para Norte o recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão é visível quase no horizonte, enquanto Montes, a Noroeste, encontra-se igualmente diluído na paisagem.

Após a análise dos diagramas dos recintos, é importante encontrar formas de os “ler”, tentando levantar questões, ou sugerir ideias relacionadas com a sua implantação nesta área de trabalho. Utilizámos cinco grandes áreas de análise: a visibilidade geral, a intervisibilidade, os horizontes, as proximidades visuais e as prováveis linhas de mobilidade.

### **A visibilidade geral.**

Em termos gerais, os recintos, através dos respectivos diagramas, apresentam dois grandes tipos de visibilidade; uma visibilidade aberta e uma outra truncada.

Castanheiro do Vento, Quinta de Alfarela, Castelo Velho de Monte Meão, Zaralhôa e Cerro do Bastião apresentam uma visibilidade aberta, ou seja, o seu campo de visão abre-se a 360 graus. Por vezes em determinada área, este campo visual torna-se um pouco mais restrito, mas a tendência é aberta, de horizontes largos.

Os sítios de Castelo Velho de Freixo de Numão, Castelo Velho da Meda, Pitanceira, Castelo Velho do Souto, Montes e Lamigueira, exibem uma visibilidade truncada. A maior parte das vezes o campo de visão restringe-se a cerca de 180 graus, e pelo menos em cinco casos essa truncatura surge em colinas muito próximas ao sítio que o fecham em forma de anfiteatro, como se pode ver nos diagramas de Castelo Velho de Freixo de Numão, Castelo Velho da Meda, Castelo Velho do Souto, Montes e Lamigueira. Todos eles, por sua vez, se encontram completamente expostos a uma visão direccionada de cima, de colinas próximas. Por outro lado, a sua visibilidade incide em áreas específicas; o vale depressionário de Longroiva e os vales da Ribeira de Teja e do Rio Torto, no caso específico do Castelo Velho de Souto.

### **Intervisibilidades.**

Em termos globais todos os diagramas mostram uma intervisibilidade, ou entre si, como já vimos, ou com outros sítios e especificidades geomorfológicas. No entanto existem uns com uma amplitude de intervisibilidades maior que outros, como Castanheiro do Vento e Zaralhôa (com cinco ou mais sítios visíveis), que dominam o vale da Ribeira da Teja, mas enquanto o primeiro se localiza no rebordo do vale, o segundo implantasse no próprio vale.

Castelo Velho da Meda e Alto da Lamigueira, também possuem um certo grau de intervisibilidade, embora menor do que os anteriores, mas detêm uma implantação semelhante; dominam parte do vale depressionário de Longroiva. Enquanto o primeiro está localizado no rebordo Oeste deste vale, o segundo está implantado no seu interior.

Numa terceira escala temos os sítios de Castelo Velho de Freixo de Numão, Montes e Castelo Velho do Souto, todos têm uma paisagem truncada, mas dominam um horizonte muito amplo, onde os outros sítios arqueológicos presentes e intervisíveis se esbatem. Os restantes locais possuem uma intervisibilidade mais reduzida, e estão implantados em locais directamente conectados ao Rio Douro, ou seja estão situados precisamente no vale do Douro.

### **Os horizontes.**

Tanto os recintos com uma visibilidade ampla como aqueles com um dos seus campos de visão truncados apresentam uma leitura do horizonte muito longínqua. Embora a maior parte das vezes esse horizonte seja imperceptível, existem determinadas especificidades geomorfológicas que permitem uma localização de lugares mais precisa,

e por vezes esses locais situam-se a mais de 30km. O horizonte da Meseta é observado e situasse, em alguns casos, a mais de 50km.

### **As proximidades visuais.**

Em todos os recintos existe uma proximidade ao olhar a paisagens não impositivas como as especificidades geomorfológicas, mas sim a grandes vales abertos, a linhas de água e áreas de várzea.

### **As linhas de mobilidade.**

Este item de análise, como já vimos, baseia-se na ideia de que os percursos são confluências particulares, quer de relações vivenciais que o homem mantém com os lugares, quer como parte integrante desses lugares. Desta forma as linhas de mobilidade terão sido um factor importante na estruturação dos diversos lugares percorridos por uma comunidade. A paisagem não é formada apenas pelos sítios, mas também por percursos entre esses sítios que por sua vez (quer os sítios, quer os percursos), se tornam parte integrante da paisagem.

“If the body is the form in which a creature is present as a being-in-the-world, then the world of it’s being-in presents itself in the form of the landscape” (INGOLD 2000:193).

O vale da Ribeira da Teja, através de Castanheiro do Vento, Zaralhôa e Pitanceira, a Ribeira da Concelha através de Castelo Velho da Meda, e o vale depressionário de Longroiva através do Alto da Lamigueira e a sua continuação a Norte do rio Douro, o vale da Vilariça, através da Quinta da Alfarela e Castelo Velho do Monte Meão, apresentam-se como lugares que parecem ter desempenhado um papel importante na estruturação da(s) comunidade(s).

Outros três recintos não parecem localizar-se num plano específico em relação a linhas de mobilidade. Olham um vasto território, onde provavelmente esses percursos existiriam, mas através de pontos de observação que tornam esse território difuso, caso de Castelo Velho de Freixo de Numão, Montes e Castelo Velho de Souto.

#### 4.4.2 Especificidades geomorfológicas

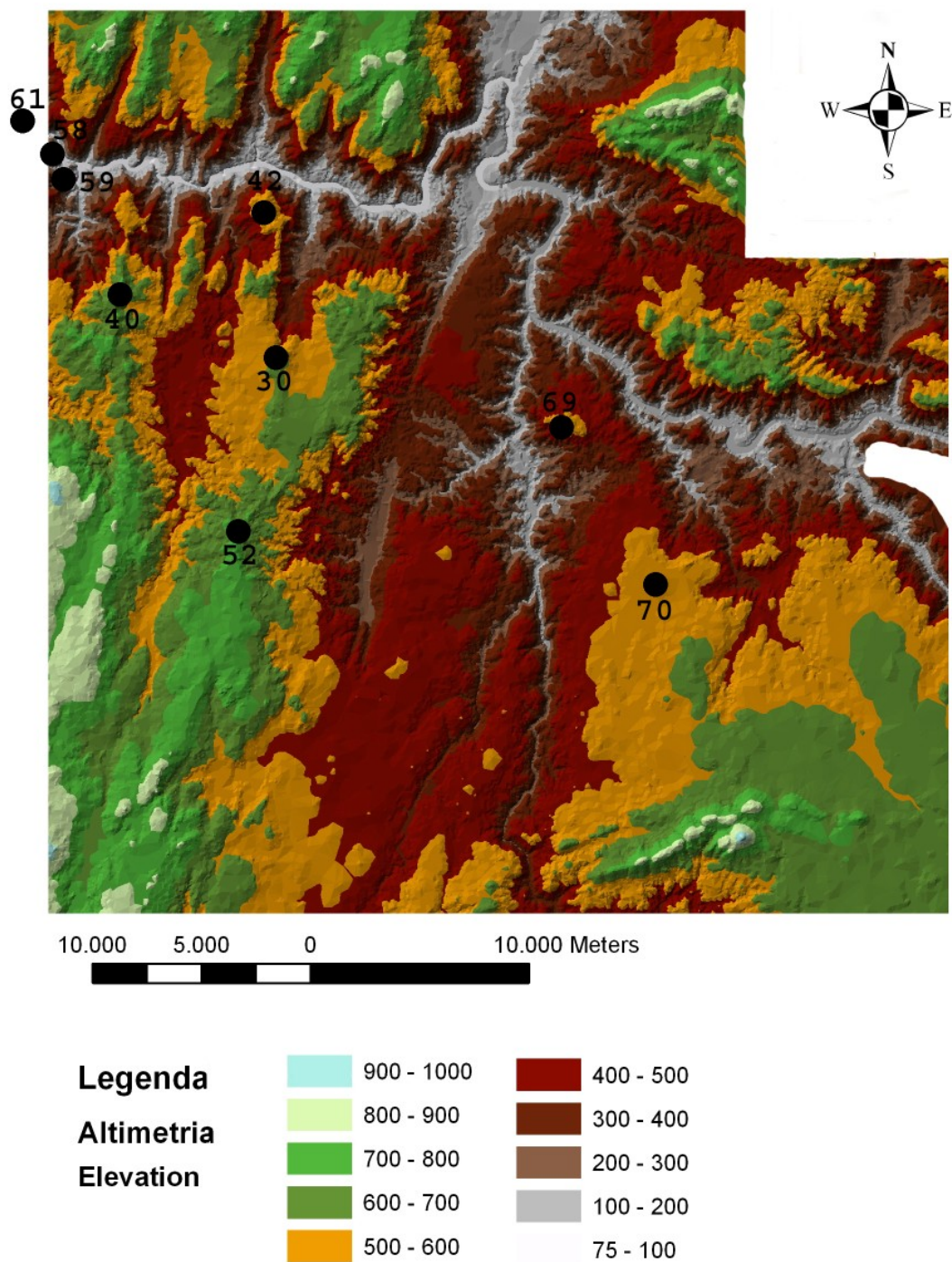


Fig. 276- Mapa de implantação das especificidades geomorfológicas. 30-Alto de Santa Eufémia; 40-Senhora do Viso; 42-São Martinho; 52-Santa Columba; 58-São Salvador do Mundo; 59-Quinta da Abelheira; 61-Senhora de Lourdes; 69-São Gabriel; 70-Seixo I e II.

O mapa, em conjugação com os quadros presentes no anexo 4 e a consulta à base de dados de Sítios Arqueológicos do Alto Douro, permite-nos elaborar um conjunto de observações:

a) Todas as especificidades geomorfológicas estão relacionadas com o Rio Douro, como rio mais próximo, ou como segundo rio. As únicas excepções são o Alto de Santa Eufémia e o Alto de Santa Columba. No entanto, apesar desta relação, a sua distância em relação aos rios é sempre elevada, à excepção da Quinta de Abelheira que se localiza mesmo em frente ao Rio Douro.

b) A sua cota média é de 584m. Se retirarmos as duas especificidades de cota mais baixa, Quinta da Abelheira com 230m e Senhora de Lourdes com 400m, a média sobe para os 661m. São todos sítios altos e proeminentes na paisagem.

c) Não observam confluências de rios e apenas dois destes sítios estão localizados perto de nascentes (Alto de Santa Columba e Senhora de Lourdes).

d) A relação cota de implantação/cota do rio ao ponto mais próximo é sempre elevada. A média é de 313, sendo que o valor 100, como já vimos, equivale a uma cota semelhante de implantação do sítio e do rio. A excepção é novamente o Alto de Santa Eufémia (110).

e) A distância aos vales abertos e vales fechados é elevada, sendo a média de 957m. A implantação destes sítios não parece ter sido condicionada por este factor.

f) Em termos de distribuição na paisagem, as especificidades geomorfológicas com ocupação, parecem estar uniformemente distribuídas. Existe uma concentração junto ao Rio Douro, mas ao longo do Vale da Ribeira da Teja, da depressão de Longroiva e do planalto entre a Ribeira de Aguiar e o Rio Côa, estão presentes. É importante referir que existem no terreno, superfícies que são igualmente especificidades geomorfológicas, mas que não foram objecto de ocupação, caso do Facho, da Serra da Touça e do grande batólito granítico do Souto.

g) A linha de horizonte é sempre indistinta, à excepção da Quinta de Abelheira, que tem um horizonte perceptível.

h) Quase todos os sítios possuem uma visão perceptível para dois e três planos de paisagem. Devido à sua configuração geomorfológica, o primeiro plano de paisagem é quase sempre as encostas, ou os encaixes dos vales que os delimitam. A excepção é São Salvador do Mundo, que domina apenas um plano de paisagem.

i) Como é natural, tendo em consideração a sua própria implantação no terreno, todas as especificidades geomorfológicas têm intervisibilidade. Outra característica importante é a forma como olham entre si; para um total de 23 observações, 87% correspondem a pontos destacados na paisagem, enquanto as restantes observações se repartem entre o horizonte (9%) e em campo aberto (4%).

j) Todas as especificidades geomorfológicas têm intervisibilidades com mais do que um sítio. As duas exceções correspondem a São Martinho e Seixo. No entanto estes locais observam outras especificidades que não têm ocupação mas são uma presença impositiva na paisagem, caso da Serra da Marofa para o Seixo e o grande batólito granítico do Souto para São Martinho.

k) Estas superfícies possuem igualmente intervisibilidade com outros sítios, mas de uma forma indistinta. A implantação desses locais é observada mas não perceptível. A intervisibilidade com os recintos já foi analisada no ponto anterior, na alínea j).

O próximo passo será a análise dos diagramas de paisagem. A codificação mantém-se.

### Diagramas.

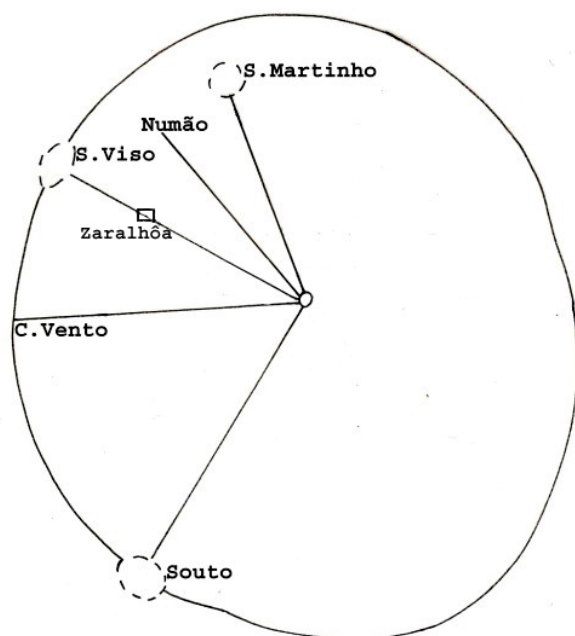


Fig. 277 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Alto de Santa Eufémia (Vila Nova de Foz Côa).





Fig. 278 - Paisagem para Noroeste, visível do sítio arqueológico do Alto de Santa Eufémia (Vila Nova de Foz Côa).

O Alto de Santa Eufémia é um monte cónico que sobressai no manto granítico de Freixo de Numão. É atravessado por um filão de quartzo e domina visualmente uma vasta área de planalto. O seu horizonte a Norte apenas é cortado pelos montes que a Sul antecedem o vale do rio Douro. Enquanto local arqueológico, o Alto de Santa Eufémia, actualmente encontra-se destruído, não só devido a ter funcionado como “pedreira”, como pela instalação de uma antena de telecomunicações. Os fragmentos cerâmicos recolhidos (COIXÃO 1999:200-206) parecem indicar um período cronológico de inícios e meados do 2º milénio a.C. 360<sup>161</sup>. Não existe a certeza de esta especificidade geomorfológica ter sido ocupada durante o 3º milénio a.C.

O diagrama mostra-nos uma visibilidade de 360º, mas uma intervisibilidade completamente voltada a Oeste, ou seja, voltada ao planalto da Pedra Escrita, que termina junto à Ribeira da Teja. O horizonte é dominado por outras especificidades, a Sul o batólito granítico do Souto, a Noroeste a Senhora do Viso e a Norte, São Martinho. A intervisibilidade existe a nível de dois recintos, estando um deles (Castanheiro do Vento), destacado no horizonte, enquanto o outro está na mesma linha de visibilidade que a Senhora do Viso.

---

<sup>161</sup> Foi recolhido um conjunto pequeno de cerâmica manual não decorada, e um vaso “Cogeces”.



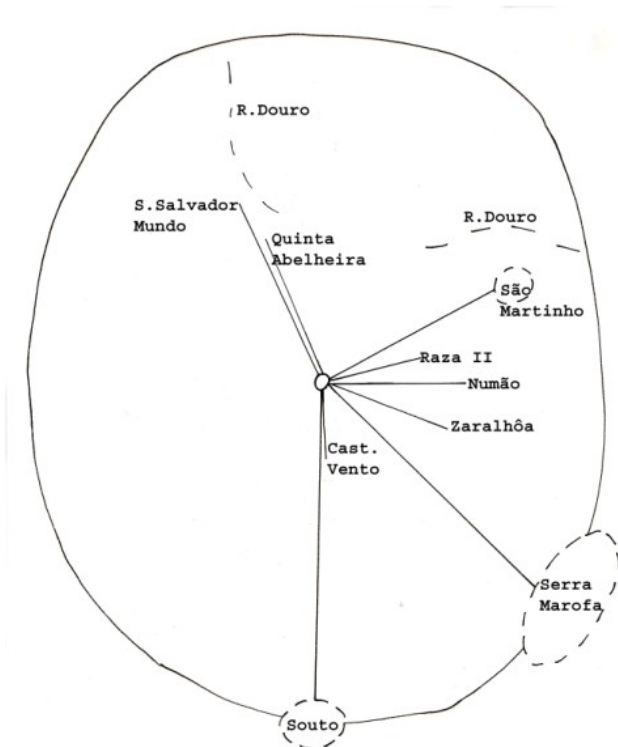


Fig. 279 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Alto da Senhora do Viso (Vila Nova de Foz Côa).



Fig. 280 - Área de paisagem visível para Sul, do sítio arqueológico do Alto da Senhora do Viso (foto de João Muralha).

O Alto da Senhora do Viso é um dos locais analisados com uma maior amplitude visual. O horizonte é vasto mas ao mesmo tempo muito difuso. Apenas outras especificidades geomorfológicas são imediatamente percebidas e algumas estações arqueológicas que se localizam num plano de paisagem próximo. O seu domínio visual próximo parece estar no vale da Ribeira da Teja e nos recintos de Castanheiro do Vento e Zarahôa. Através de um vale aberto a Noroeste, avista o *tor* granítico da Quinta de Abelheira, e a Nordeste São Martinho. No seu enfiamento Sul, no horizonte, a presença do batólito granítico do Souto sobressai na paisagem. É o único local dos 59 analisados

que tem visibilidade quer para o Rio Douro, quer para a Serra da Marofa. Parece ser mais um lugar estruturante de uma paisagem, para ser “olhado”, e não tanto um lugar de onde se pode obter pontos de observação, para “olhar” a paisagem.

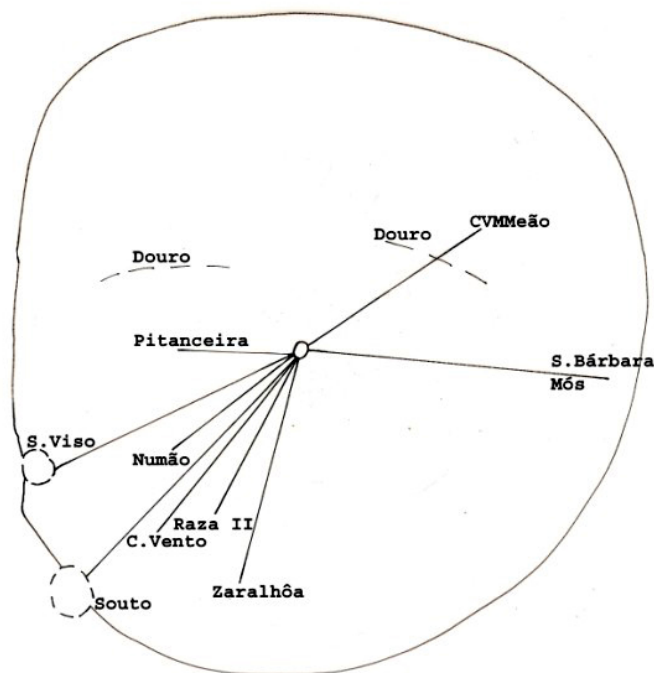


Fig. 281 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Alto São Martinho (Vila Nova de Foz Côa).

A par do sítio anterior, São Martinho é um dos locais mais impositivos na paisagem. É uma grande crista quartzítica, sobranceira ao Rio Douro, mas com um pequeno planalto a Norte, o que impede a visibilidade total para este rio. As linhas de horizonte são difusas, mas a intervisibilidade para os vários sítios arqueológicos é marcante. Estão todos destacados na paisagem, à excepção de Santa Bárbara de Mós e Pitanceira. Detém um vasto domínio visual<sup>162</sup>, onde sobressai o grande batólito granítico do Souto e a Senhora do Viso.

<sup>162</sup> Esta expressão – “domínio visual” – não subjaz qualquer ideia de controlo sobre um território. É utilizada apenas no sentido de observar uma vasta paisagem.



Fig. 282 - Paisagem visível do sítio arqueológico do Alto São Martinho, tirada para Sul (foto de João Muralha).

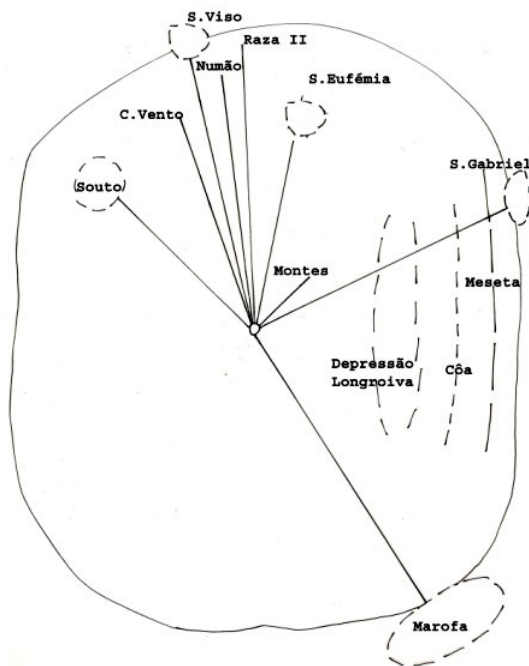


Fig. 283 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Alto de Santa Columba (Meda).

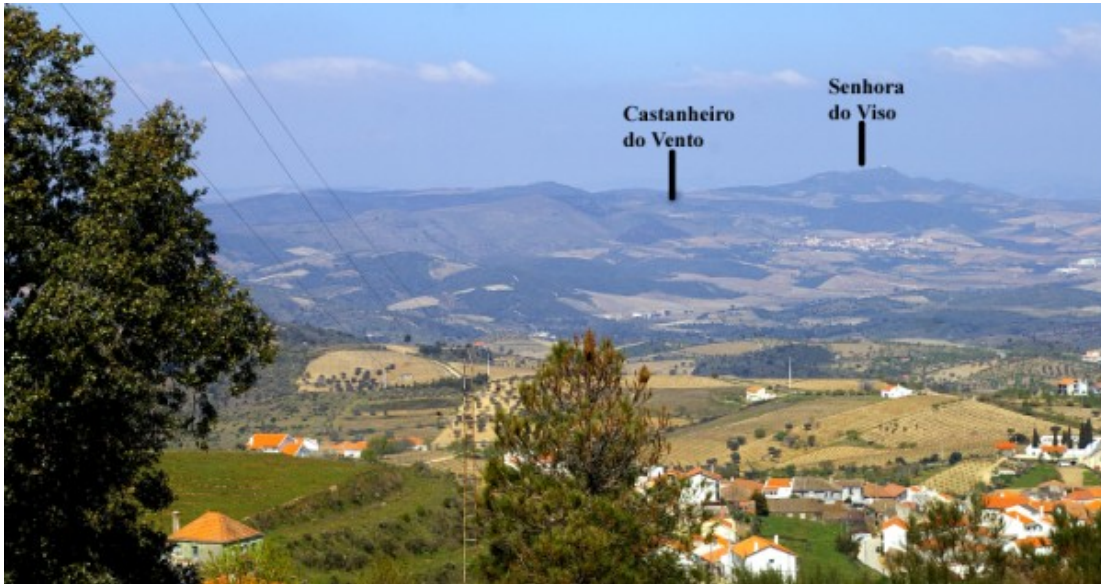


Fig. 284 – Paisagem visível do sítio arqueológico do Alto de Santa Columba, para Norte (João Muralha).

O Alto de Santa Columba é um grande cerro oblongo localizado no ponto mais alto da intersecção geográfica entre a depressão de Longroiva e o início do grande vale aberto da Ribeira da Teja. Possui uma visibilidade de 360°, e tem intervisibilidade com algumas das especificidades geomorfológicas mais marcantes na paisagem, como a Serra da Marofa, batólito granítico do Souto, São Gabriel e a Senhora do Viso. Além destas especificidades, possui um grande domínio visual sobre a depressão de Longroiva, o vale do rio Côa e parte do planalto amesetado das Chãs e o seu prolongamento Este. O seu eixo de visão é Noroeste/Sudeste e a paisagem deste eixo está como que organizada em patamares sucessivos de colinas que não deixam perceber corretamente determinados pontos dessa paisagem. A intervisibilidade para o recinto de Castanheiro do Vento é um pouco difusa.

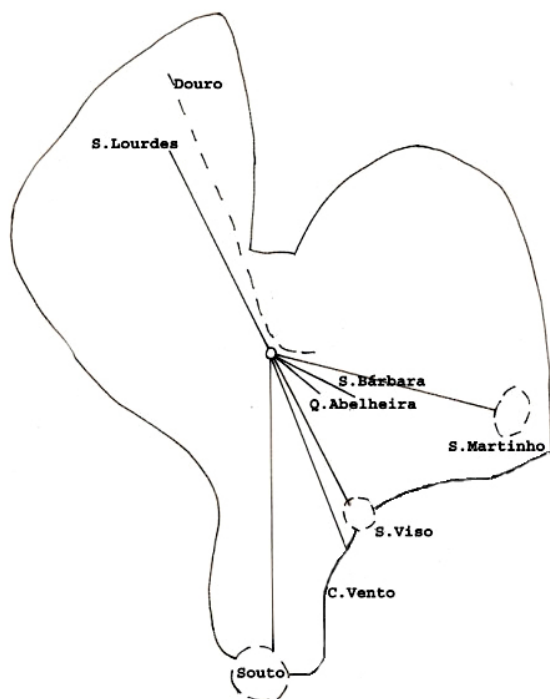


Fig. 285 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico de São Salvador do Mundo (São João da Pesqueira).



Fig. 286 – Paisagem visível do sítio arqueológico de São Salvador do Mundo, para Sul (foto de João Muralha).

São Salvador do Mundo é um cerro cónico, sobranceiro ao Rio Douro e perfeitamente destacado das superfícies envolventes. A sua cota relativamente baixa, faz com que as suas linhas de horizonte não sejam todas longínquas. A sua visibilidade não perfaz os 360° devido às montanhas que se localizam imediatamente a Norte do rio Douro e a alguns cerros que se localizam a Sudoeste do sítio. No entanto apresenta algumas intervisibilidade com um conjunto de sítios, na sua maior parte correspondendo



a outras especificidades geomorfológicas. O único recinto deste diagrama é Castanheiro do Vento. O seu elemento polarizador imediato é o rio Douro e a área onde se localiza o sítio arqueológico da Quinta da Abelheira.

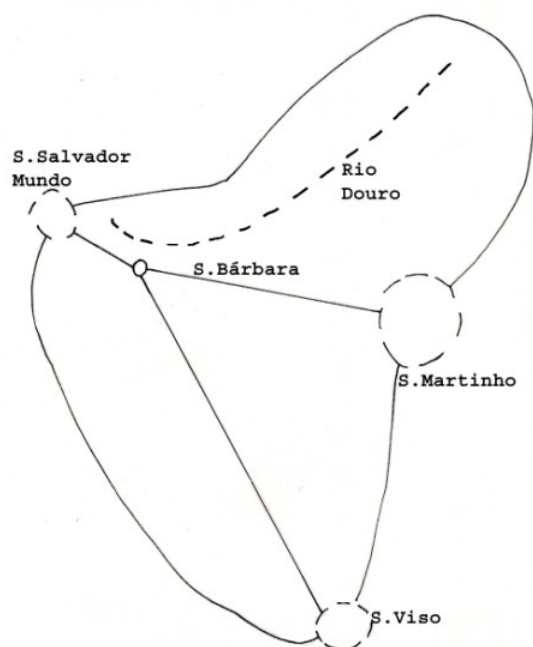


Fig. 287 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Quinta de Abelheira (São João da Pesqueira).



Fig. 288 - Paisagem visível do sítio arqueológico da Quinta de Abelheira, vista para Sul (foto de João Muralha).

A Quinta de Abelheira é um tor granítico, completamente voltado ao rio Douro, e a um pequeno vale da Quinta da Camaneira. A sua cota bastante baixa e a sua implantação tornam-no apenas visível de São Salvador do Mundo, São Martinho e Senhora do Viso. O seu horizonte visual está truncado a Norte. Apesar deste facto, podemos dizer que tem praticamente uma amplitude visual de cerca de 250°. No entanto, as linhas de horizonte, não se apresentam muito difusas, porque não estão distantes. Abarca visualmente um troço importante do rio Douro e parte do grande vale da Ferradosa, a Norte daquele rio.

Se não fosse a intervisibilidade que possui com aquelas especificidades geomorfológicas, poderíamos sugerir que este lugar parece fechar-se sobre si próprio e à paisagem. O elemento polarizador é o rio Douro<sup>163</sup>.

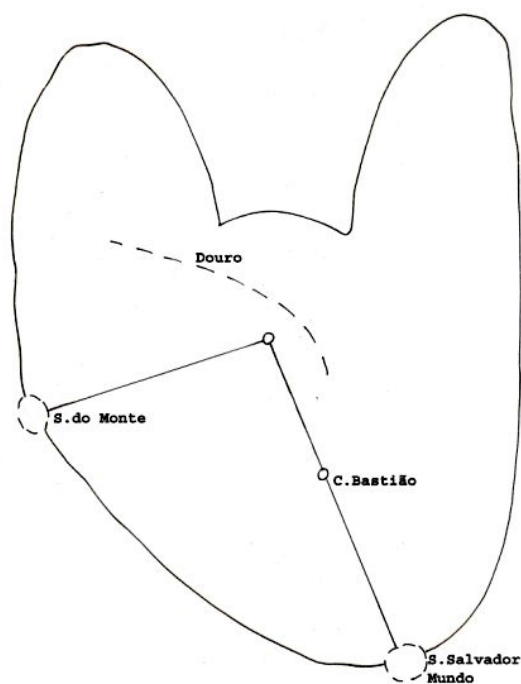


Fig. 289 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Senhora de Lourdes (São João da Pesqueira).

<sup>163</sup> Visitas recentes a este lugar, fazem-nos colocar a hipótese de corresponder a um local com taludes/estruturas, ou mesmo um murete, em redor do tor. Se por um lado, este local continua a ser uma especificidade geomorfológica, poderá igualmente ser um recinto.



Fig. 290 - Paisagem visível do sítio arqueológico da Senhora de Lourdes, para Noroeste (foto de João Muralha).

A Senhora de Lourdes é um grande morro granítico, destacado na paisagem, com vestígios de ocupação intensos e com uma cronologia extensa; calcolítico e finais da Idade do Bronze e Idade do Ferro (CARVALHO e GOMES 2002-2003:227) Uma pequena estrutura de tipo cistóide foi escavada no interior do sítio, devido à sua localização na periferia de um caminho e à aparente fragilidade das lajes componentes (CARVALHO e GOMES 2002-2003). Temos aqui, à semelhança de Castelo Velho de Freixo de Numão, um lugar de vivência e com “tumulações”. Resta aferir, o que só será possível através de escavações, qual a verdadeira dimensão de uma “ocupação” do 3º e 2º milénio a.C.

A sua linha de horizonte é cortada pelas montanhas existentes a Norte do rio Douro e a Oeste pelo conjunto de cerros da Senhora do Monte, outra especificidade geomorfológica, mas que se encontra fora do âmbito geográfico deste trabalho. A particularidade interessante deste sítio relaciona-se com a linha de intervisibilidade existente entre ele e São Salvador do Mundo, que intersecta o recinto do Cerro do Bastião. O seu elemento polarizador é o rio Douro e um extenso vale aberto povoado por colinas suaves, onde se implanta aquele lugar.



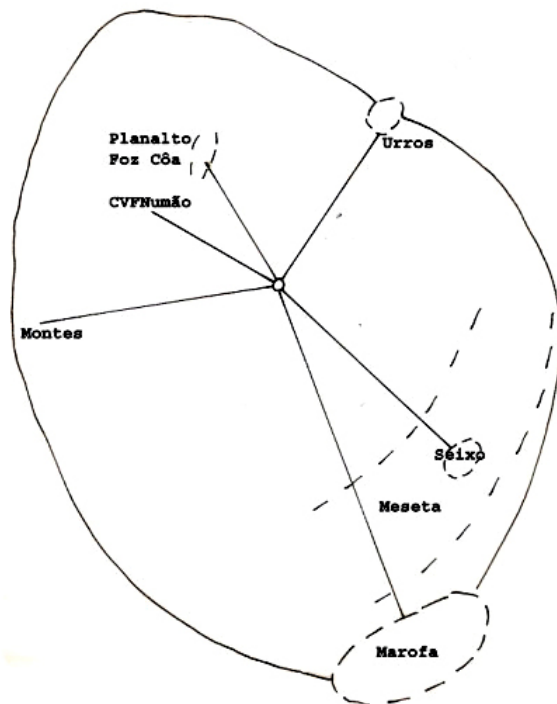


Fig. 291 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico de São Gabriel (Vila Nova de Foz Côa).



Fig. 292 - Paisagem visível do sítio arqueológico de São Gabriel, para Sul. É nítida a Serra da Marofa ao longe e num plano intermédio a meseta (foto de João Muralha).

São Gabriel é uma grande colina quartzítica onde foram recolhidas algumas cerâmicas manuais com decoração impressa penteada, percutores, elementos de moinho e lascas de quartzito<sup>164</sup>. É uma especificidade geomorfológica com ocupação, embora a avaliar pela pouca quantidade de artefactos recolhidos e pela ausência, embora apenas aparente, de estruturas, este local deverá ter sido objecto de visitas periódicas. Um factor que oferece a este local um significado “especial”, relaciona-se com a existência de pinturas atribuíveis ao 3º milénio a.C. na vertente voltada a Sudoeste<sup>165</sup>.

A visibilidade é de 360º e a linha de horizonte é marcada pela Serra da Marofa a Sudeste, pela grande crista, também quartzítica, da Senhora de Urros a Nordeste e por um horizonte difuso a Norte e Oeste. As intervisibilidades mais marcantes acontecem com Castelo Velho de Freixo de Numão, Montes e Seixo (outra crista quartzítica). De um ponto de vista visual domina essencialmente parte do vale do Côa.

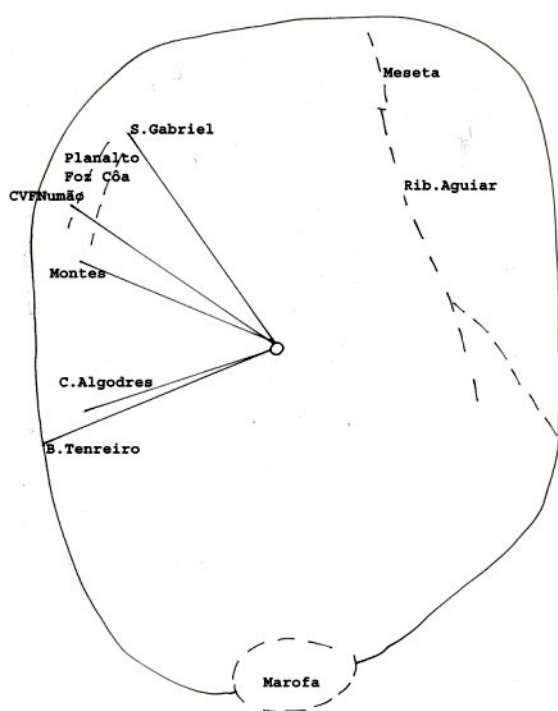


Fig. 293 - Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Seixo I e II (Vila Nova de Foz Côa).

<sup>164</sup> Os materiais arqueológicos foram recolhidos por uma equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa, a quem agradecemos as facilidades concedidas na consulta da sua Base de Dados e todas as informações prestadas.

<sup>165</sup> Informação pessoal cedida por Mário Reis, que as descobriu e identificou.

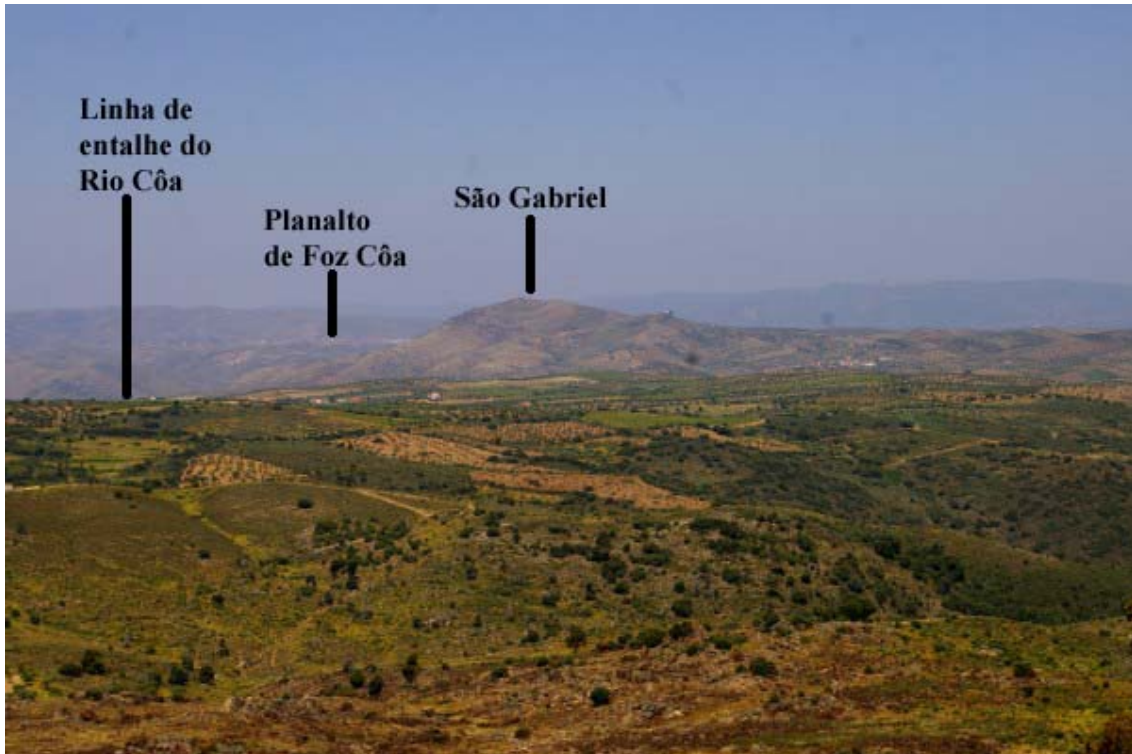


Fig. 294 - Paisagem visível do sítio arqueológico do Seixo I e II (Vila Nova de Foz Côa).

Localizado num vasto planalto, esta crista quartzítica apresentou um conjunto de materiais no seu sopé e em parte das encostas<sup>166</sup>, onde parecem existir igualmente estruturas arqueológicas.

A visibilidade deste local é de 360° e a linha de horizonte é marcada a Sul pela Serra da Marofa. O diagrama mostra um vazio a Este que não representa uma verdadeira área sem sítios arqueológicos. Eles existem, particularmente a Este da Ribeira de Aguiar, que corresponde ao limite Este deste trabalho. Os recentes trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa identificaram um apreciável conjunto de locais. Os planos da paisagem vão-se tornando sucessivamente mais difusos e opacos, tendo em consideração a grande planura onde este sítio se encontra. A intervisibilidade mais perceptível existe apenas com Castelo de Algodres e São Gabriel. Os outros locais arqueológicos não são directamente visíveis, mas a área onde estão implantados, são perceptíveis.

---

<sup>166</sup> Os materiais arqueológicos foram recolhidos por uma equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa, a quem agradecemos as facilidades concedidas na consulta da sua Base de Dados e todas as informações prestadas

Iremos utilizar novamente cinco grandes áreas de análise: a visibilidade geral, a intervisibilidade, os horizontes, as proximidades visuais e as prováveis linhas de mobilidade.

### **Visibilidade geral.**

Todas as especificidades geomorfológicas aqui representadas possuem uma visibilidade de 360°, à exceção de três sítios; São Salvador do Mundo e Quinta da Abelheira com 250° de visibilidade e Senhora de Lourdes com 300°. A visibilidade é portanto vasta e em determinados épocas do ano, especialmente no Outono e Primavera obtém-se uma percepção muito clara.

### **Intervisibilidades.**

A intervisibilidade para os sítios que se localizam nos planos de paisagem próximos é excelente. E se admitirmos que os recintos possuíam estruturas elevadas a percepção para esses lugares seria muito boa. Quase todos os sítios apresentam mais de cinco intervisibilidades, à exceção da Quinta da Abelheira e de Senhora de Lourdes, implantados em pleno vale do rio Douro.

### **Os horizontes.**

Os horizontes, como já foi referido, são indistintos. Além dos outros locais desta “categoria”, sobressaem numa forma impositiva outras especificidades geomorfológicas como a Serra da Marofa, a Senhora de Urros, Senhora do Monte e o grande batólito granítico do Souto.

### **As proximidades visuais.**

Embora pareça uma contradição, as proximidades visuais são indistintas. A cota demasiado elevada em relação à paisagem envolvente afasta o “olhar” da nitidez. O que se observa são grandes vales abertos caso do Vale da Ribeira da Teja para a Senhora do Viso, o vale depressionário de Longroiva para Santa Columba, o grande planalto existente entre a Ribeira de Aguiar e o Rio Côa para o Seixo e o planalto das Chãs para São Gabriel.

### **Linhas de mobilidade.**

São igualmente indistintas. Estes lugares parecem possuir um significado amplo na paisagem. Não existe uma percepção nítida sobre a paisagem e por consequência sobre linhas de mobilidade. Eles próprios são elementos polarizadores desse território. A sua presença é constante, e mesmo argumentando que o coberto vegetal impossibilitaria a visão, a sua cota é tão acima da média das restantes elevações que seriam sempre um elemento presente.



#### 4.4.3 Locais com provável ocupação mais permanente

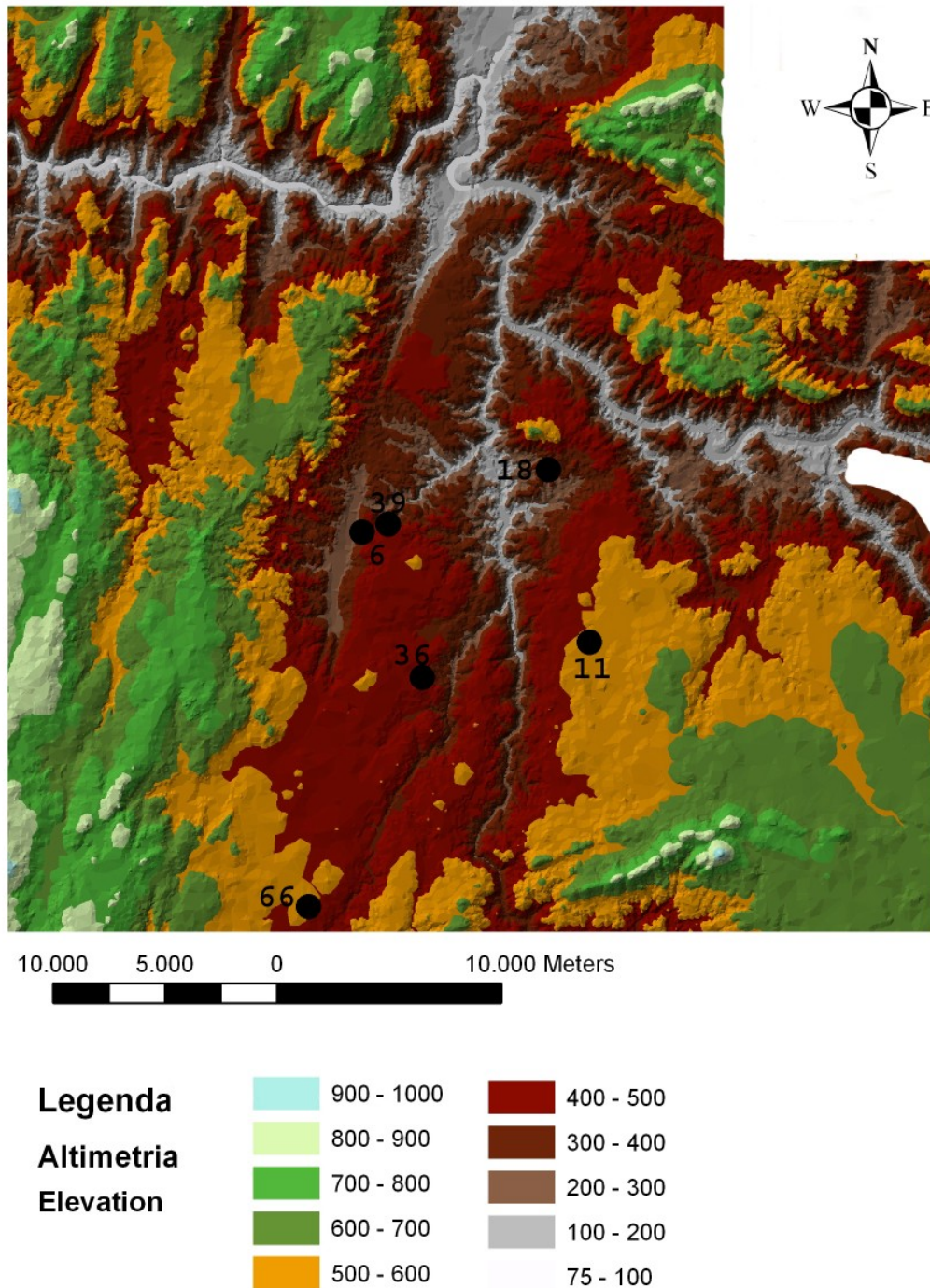


Fig. 295 – Mapa com a implantação dos locais com provável ocupação mais permanente. 6- Curral da Pedra; 11-Barrocal Tenreiro; 18-Fumo; 36- Castelos (Santa Comba); 39-Lapas; 66- Quinta do Campo.

Tendo em consideração, novamente a pouca leitura do mapa, os comentários a seguir produzidos têm igualmente em conta os quadros constantes do anexo 4 e a base de dados de Sítios Arqueológicos do Alto Douro.

a) A distribuição dos locais identificados como tendo uma provável ocupação mais permanente, não parece ser uniforme. Localizam-se todas na grande superfície da Meseta, embora em áreas geomorfológicas diferentes; Barrocal Tenreiro no planalto de Algodres, entre a Ribeira de Aguiar e o rio Côa, Castelos (Santa Comba) e Quinta do Campo, no planalto da Barreira, entre a Ribeira de Massueime e o vale da depressão de Longroiva, todos em zonas planálticas; Curral da Ferradura e Lapas, no rebordo Este da depressão de Longroiva e o Fumo numa área de relevos suaves perto do Rio Côa no final Norte do planalto das Chãs.

b) Existe um vazio no mapa que corresponde à grande unidade geomorfológica dos Planaltos Centrais. Este vazio pode ser aparente, pois existe um grande número de sítios arqueológicos identificados e após a sua escavação este mapa pode alterar-se.

c) Os sítios estão todos relacionados com pequenas ribeiras. Apenas no segundo rio ao qual se conectam, surgem rios com caudal mais volumoso, caso da Ribeira de Piscos e o Rio Massueime.

d) A distância às linhas de água é pequena e em dois casos; Curral da Pedra e Quinta do Campo é de 30m. A média das distâncias é de 260m, mas se retirarmos o valor mais elevado e excêntrico (1000 m) do sítio das Lapas a média desce para 112 m.

e) A implantação dos sítios observa a confluência de rios em 50%, o mesmo acontecendo para a existência de nascentes numa área próxima ao local.

f) A relação cota do sítio/cota do rio no local mais próximo ao sítio é muito baixa, com uma média de 115.

g) Estes locais apresentam uma linha de horizonte geralmente indistinta a Norte. Observam todos, uma ou várias especificidades geomorfológicas, mas de uma forma geral esta linha apresenta-se próxima

h) Em relação aos planos de paisagem, nunca excedem os dois, à excepção da Quinta do Campo que observa três.

i) A intervisibilidade entre estes sítios não existe. Existe apenas com especificidades geomorfológicas, com o recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão

(apenas no horizonte), e outro provável recinto, o Cabeçinho da Perdiz. Todos eles são visíveis de uma forma destacada na paisagem, para um total de apenas 10 observações.

### Diagramas

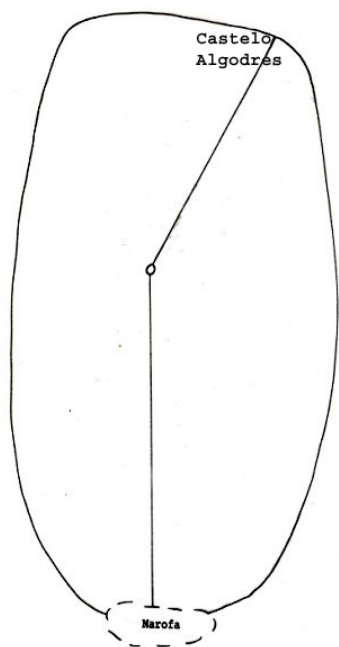


Fig. 296 – Diagrama da área de paisagem visível do Barrocal Tenreiro (Vila Nova de Foz Côa).



Fig. 297 – Paisagem que se observa para Sul do sítio arqueológico do Barrocal Tenreiro (foto de João Muralha).



Este local está implantado no planalto que se desenvolve entre a Ribeira de Aguiar e o Rio Côa. Foi identificado em 1996 por uma equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa, tendo sido atribuído inicialmente à Idade do Bronze (VVAA 1997:105). Posteriormente, foi objecto de três campanhas de escavações arqueológicas, duas em 1998 e a última em 2000 (CARVALHO 2003:250-261), onde se procedeu a uma datação de carvões de espécies indeterminadas, recolhidos numa lareira que traduz um resultado de meados do 3º milénio a.C<sup>167</sup>.

O diagrama apresentado é bastante simples; apenas existe uma intervisibilidade com o sítio do Castelo de Algodres e a linha de horizonte avista a Serra da Marofa. Os planos de paisagem são muitos próximos e devido à geomorfologia do planalto, tornam-se difusos. Este local não polariza ou é polarizado por qualquer tipo de lugar na paisagem.

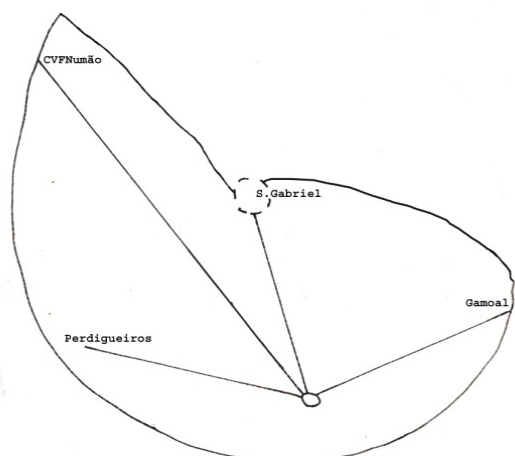


Fig. 298 – Diagrama da área de paisagem visível do Fumo (Vila Nova de Foz Côa).

---

<sup>167</sup> Datação obtida para uma lareira; Beta-137942: 4010+/-40 BP, o que calibrado a 2 sigma obtém-se o resultado de 2832-2461 cal BC (calibração efectuada por nós com o auxílio do Calib Radiocarbon Calibration Program, versão Calib. Rev. 5.0.1).



Fig. 299 – Paisagem visível do Fumo para Norte (Vila Nova de Foz Côa).

O sítio arqueológico do Fumo foi já objecto de uma intervenção por parte de uma equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa tendo sido publicado (CARVALHO 2004).

Segundo este autor estamos perante um local com uma ocupação de finais do 3º milénio a.C., inícios do 2º milénio a.C.<sup>168</sup>. A sua visibilidade está truncada a Sul, e subindo uma pequena elevação situada a Norte do sítio, obtém-se uma vista para o rebordo do planalto de Freixo de Numão. O elemento polarizador deste lugar parece ser novamente a grande crista quartzítica de São Gabriel que corta a visibilidade completamente a Norte.

---

<sup>168</sup> Foram feitas duas datações, a primeira sobre vértebra de *Bos taurus* e fragmentos de ossos longos indeterminados provenientes de uma lixeira; GifA-99077, 3560 +/-70 BP, calibrada a 2 *sigma* apresenta o resultado de 2129-1693 cal BC. A segunda sobre fragmentos de tíbia de *Ovis* e/ou *Capra* e de *Cervus elaphus*, associados a uma lareira; GifA-99076, 3580 +/-70 BP, calibrada a 2 *sigma* dá 2135-1743 cal BC (CARVALHO 2004:211).

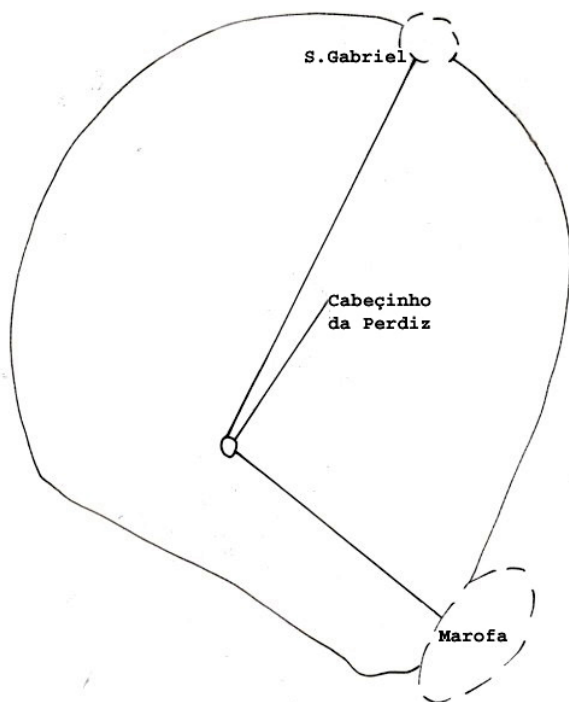


Fig. 300 – Diagrama da área de paisagem visível de Castelo (Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa).

O sítio de Castelo implanta-se a meia de uma encosta, de pente suave, e com uma visibilidade superior a 180°. Apenas a área Sudoeste encontra-se truncada a uma visão mais vasta. Na linha de horizonte observam-se São Gabriel e a Serra da Marofa. A única intervisibilidade é com o sítio arqueológico do Cabeçinho da Perdiz, um provável recinto. Domina visualmente uma área de vale muito aberto, com uma nascente e com pequenas linhas de água subsidiárias da Ribeira de Massueime.

No topo da encosta, entre grandes blocos graníticos, existe um conjunto de abrigos, que aumenta a área provável do sítio para o dobro.

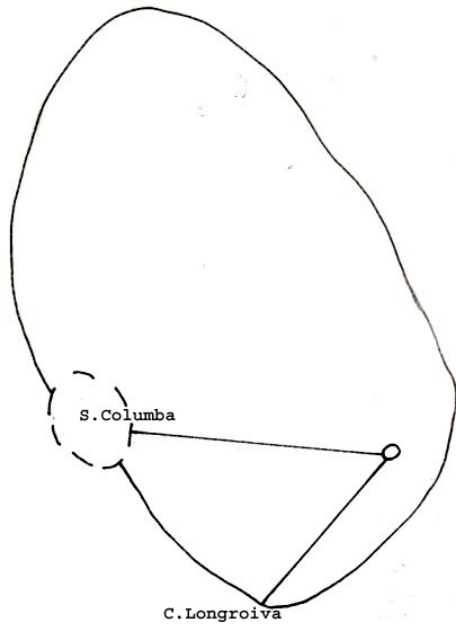


Fig. 301 – Diagrama da área de paisagem visível de Lapas e Curral da Pedra (Vila Nova de Foz Côa).

A proximidade destes dois sítios arqueológicos e a grande dispersão de materiais encontrados no terreno, leva-nos a colocar a hipótese de serem um único local. Assim, optou-se por elaborar o respectivo diagrama tendo em conta os pontos de maior visibilidade. A linha de horizonte está truncada a Sudeste e o sítio encontra-se completamente voltado ao vale da depressão de Longroiva. As únicas intervisibilidades acontecem com o Castelo de Longroiva, área como já vimos, onde foram recolhidos materiais do 3º milénio, e com Santa Columba. Para Norte a visibilidade é ampla mas indefinida.

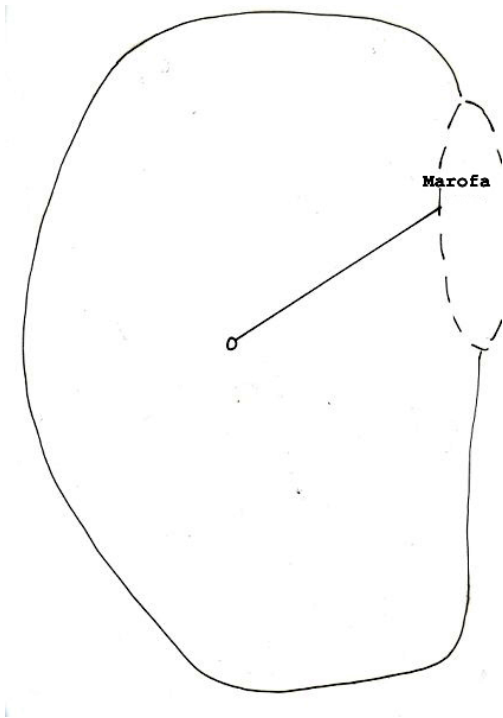


Figura 302 – Diagrama da área de paisagem visível da Quinta do Campo (Trancoso).



Figura 303 – Área de paisagem visível da Quinta do Campo, para Sudeste (Trancoso).

A Quinta do Campo é o local mais a Sul da área deste trabalho<sup>169</sup>. Localiza-se na aba de um tor granítico, com uma implantação semelhante ao sítio de Castelo (Santa Comba), com pequenas linhas de água e uma nascente. Os materiais de superfície são abundantes e parecem existir estruturas arqueológicas dispersas por uma área superior a 3.000m<sup>2</sup>. A Serra da Marofa é visível na linha de horizonte.

Iremos utilizar novamente cinco grandes áreas de análise: a visibilidade geral, a intervisibilidade, os horizontes, as proximidades visuais e as prováveis linhas de mobilidade.

### **Visibilidade geral.**

De uma forma geral a visibilidade é abrangente, apesar de quatro locais se encontrarem com uma visibilidade truncada a 180°; Fumo, Castelos (de Santa Comba), Lapas e Curral da Pedra.

### **Intervisibilidades.**

As intervisibilidades detectadas não são em grande número. Existem particularmente com especificidades geomorfológicas. Os recintos também são visíveis, mas apenas no horizonte.

### **Os horizontes.**

O horizonte é, na maior parte dos casos, indistinto. Especialmente a linha de horizonte Norte. É pontuado por grandes acidentes geomorfológicos, como a Serra da Marofa, Santa Columba e São Gabriel.

### **As proximidades visuais.**

As proximidades visuais restringem-se a áreas de várzea, caso do Barrocal Tenreiro e Quinta do Campo, a vales abertos, caso de Castelo (de Santa Comba), planaltos e à depressão de Longroiva, simultaneamente uma grande várzea e um vale muito aberto, caso de Lapas e Curral da Pedra.

---

<sup>169</sup> Este local foi descoberto e identificado por uma equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa, coordenada por Alexandra Lima, que procedia a prospecções direccionadas para vestígios medievais.

### **As linhas de mobilidade.**

À exceção do Fumo, todos estes lugares “olham” grandes vales abertos, alguns com uma amplitude visual próxima, caso de Barrocal Tenreiro, Castelos (Santa Comba) e Quinta do Campo. A visibilidade para linhas de mobilidade, enquanto percursos de confluências relacionais entre homem e lugares, nestes três locais, terá talvez, um papel diferente. O campo de visão é bastante restringido e fechado sobre si próprio; apenas a linha de horizonte parece “relembrar” o território onde estes locais estão implantados. O sítio de Lapas/Curral da Pedra, embora olhando um vale aberto, localiza-se acima deste, permitindo-lhe uma grande amplitude visual, polarizando todas as vistas desse local. O vale “impõe-se” ao sítio.

O sítio do Fumo apesar da sua amplitude visual ser um pouco alargada se nos movimentarmos, implanta-se numa depressão, cortando-lhe qualquer tipo de visão mais abrangente. O sítio não está, nem é muito visível para o exterior de si próprio. Se valorizarmos este último facto, o sítio do Fumo, possui as mesmas características dos outros.



#### 4.4.4 Locais com provável ocupação menos permanente

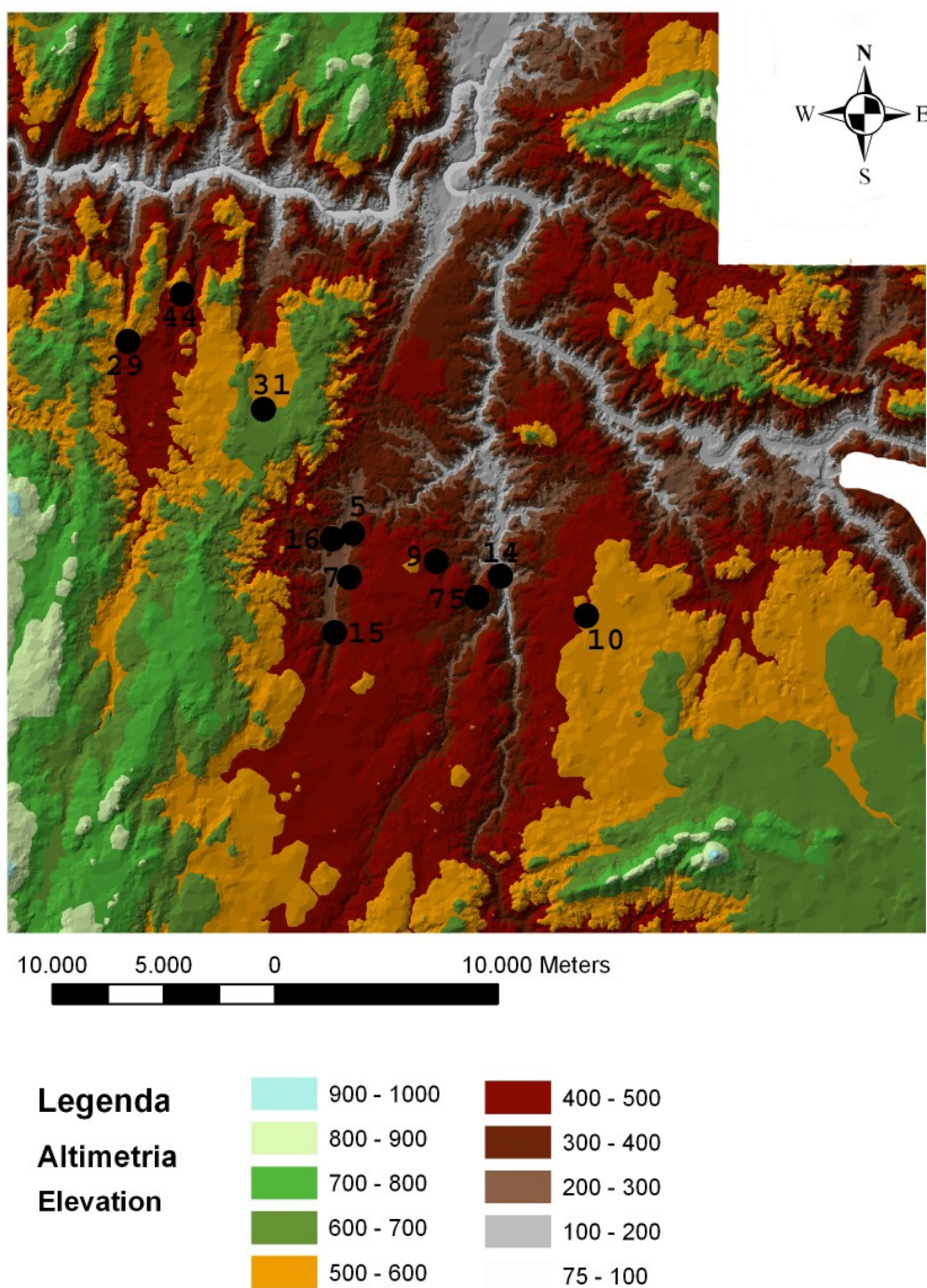


Fig. 304 – Mapa de implantação de locais com provável ocupação menos permanente. 5-Vale da Veiga II; 7-Curva da Ferradura; 9-Quinta da Torrinha; 10-Castelo de Algodres; 14-Salto do Boi; 15-Quinta dos Gamoais de Baixo; 16-Vale da Veiga I; 29-Raza I; 31-Vale Minhoto; 44-Raza II; 75-Currais da Mó/Tomadias.



O mapa conjuntamente com os quadros do anexo 4 e a base de dados de Sítios Arqueológicos do Alto Douro suscita algumas observações.

a) A distribuição dos locais parece ser homogénea. A área da depressão de Longroiva e a área planáltica de Chãs e Algodres, separadas pela depressão do Rio Côa, registam a quase totalidade dos locais (8).

b) O vale da Ribeira da Teja tem duas ocorrências directamente conectadas à ribeira.

c) A grande área de planalto de Freixo de Numão, possui apenas um local, Vale Minhoto, mas é importante chamar a atenção para os achados que têm vindo a ser feitos na área urbana da vila de Freixo de Numão (COIXÃO 2001). Esta situação poderá indicar uma outra área neste planalto.

d) O único vazio parece existir a Oeste e Noroeste, áreas do vale do Rio Torto, do planalto de São João da Pesqueira, cumeadas de Ervedosa do Douro e área próxima ao Rio Douro.

e) Os rios próximos aos sítios são de caudal médio, à excepção da Ribeira de Sebarigos, conectada a Vale Minhoto. Por outro lado todas estas linhas de água correm para rios com alguma importância; caso da Ribeira de Piscos, Rio Côa e mesmo o Rio Douro.

f) A distância entre os sítios e os rios não é longa; média de 389m.

g) Dos sítios não se observam confluências entre rios, e quatro deles estão próximos a nascentes.

h) A relação entre a cota de implantação do sítio e a cota do rio é relativamente baixa; 128.

i) Nenhum dos sítios observa mais de dois planos de paisagem, e mesmo quatro deles apenas observam um.

j) A intervisibilidade entre os sítios pertencentes à mesma “categoria”, é baixa, apenas 6 (23%) ocorrências em 26. A forma como se olham entre si é maioritariamente destacada na paisagem (54%), enquanto os sítios visíveis através de campo aberto e na linha de horizonte têm ocorrências na ordem dos 19%. A intervisibilidade entre cerros acontece apenas duas vezes (8%).

## Diagramas.

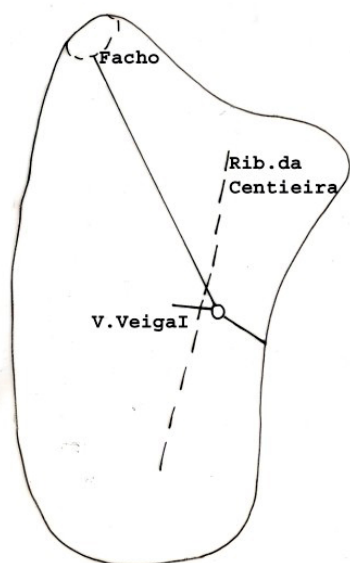


Fig. 305 – Diagrama da área de paisagem visível do Vale da Veiga II (Meda).

Este local está implantado em plena várzea da Ribeira da Centieira com uma visibilidade muito limitada. A sua linha de horizonte apenas observa o Facho, uma especificidade geomorfológica sem qualquer tipo de ocupação. Tem intervisibilidade com Vale da Veiga I, que no entanto, poderá constituir a mesma área de ocupação.

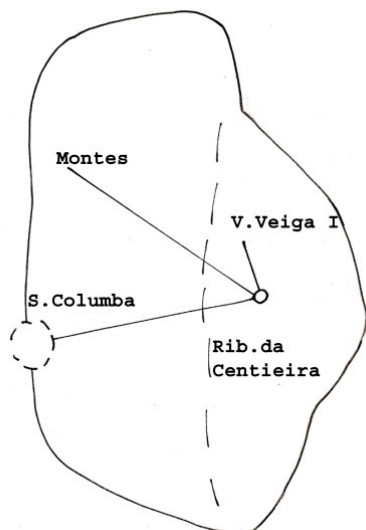


Fig. 306 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Curva da Ferradura (Vila Nova de Foz Côa).

O sítio arqueológico da Curva da Ferradura implanta-se num pequeno rebordo de esporão a meia encosta. Domina visualmente parte da depressão de Longroiva e a sua linha de horizonte foca-se em Santa Columba. Observa de forma indistinta o recinto de Montes e a área de Vale da Veiga I.

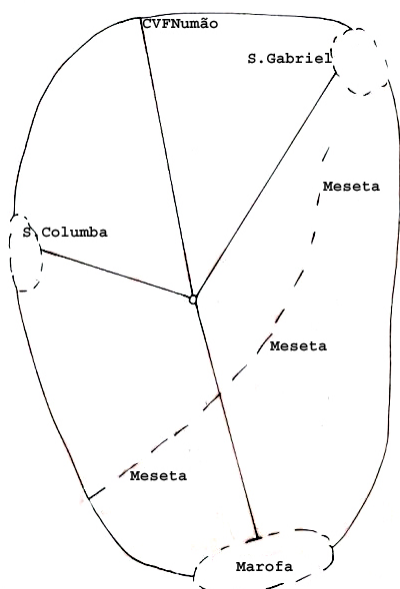


Figura 307 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa).

O sítio arqueológico da Quinta da Torrinha está implantado numa área de declive suave. Escavações de uma equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa (CARVALHO 1999 e 2003) detectaram duas áreas cronologicamente distintas: uma do Neolítico antigo, numa plataforma junto à Ribeira do Zambujal, e outra do Calcolítico, numa área mais elevada da encosta. O diagrama foi elaborado, tendo em consideração o topo dessa elevação. A linha de horizonte atinge a Serra da Marofa a Sul, São Gabriel a Nordeste e Santa Columba a Oeste. A planície da Meseta é perfeitamente distinguível em todos os planos de paisagem Este e Sul e a intervisibilidade acontece com Castelo Velho de Freixo de Numão no horizonte. Deste local observam-se igualmente outros locais arqueológicos, mas estes não seriam completamente perceptíveis.

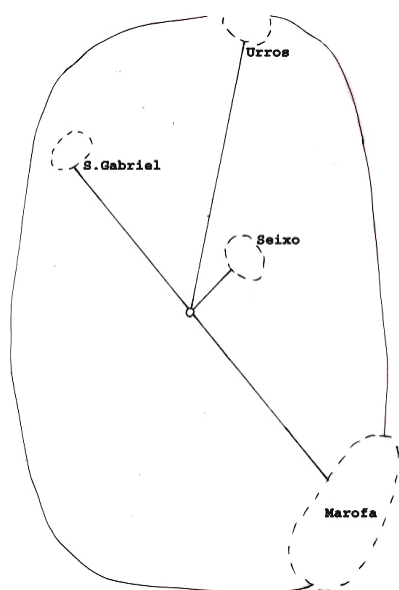


Figura 308 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Castelo de Algodres (Meda).

O sítio do Castelo de Algodres está implantado em redor de um *tor* granítico, destacando-se nitidamente no planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar. Foi objecto de escavações arqueológicas já publicadas (CARVALHO 2003). A sua localização permite-lhe ter um horizonte visual bastante amplo. A Serra da Marofa a Sudeste e no mesmo eixo São Gabriel a Noroeste. Observa ainda, a Norte, o cume da Senhora de Urros, uma imponente crista quartzítica a Norte do Rio Douro. A crista do Seixo é igualmente observável, num plano de paisagem bastante perto.



Figura 309 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Castelo de Algodres (Meda).

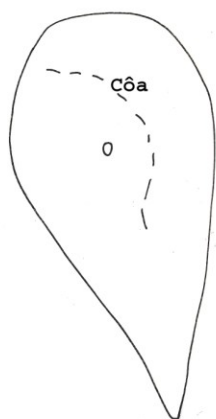


Figura 310 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico Salto do Boi (Vila Nova de Foz Côa).

O sítio arqueológico de Salto do Boi (Cardina) foi objecto de intervenção arqueológica (VV AA 1997), onde se revelou uma área com materiais do Paleolítico Superior. No topo destas ocupações foram recolhidos alguns, poucos materiais, que poderão ser conectáveis ao 3º milénio a.C. A implantação deste local, não permite qualquer tipo de observação visual. Está encaixado numa plataforma junto ao Rio Côa, num local onde este apresenta um meandro apertado. A linha de horizonte é quase imediata e não tem qualquer intervisibilidade.

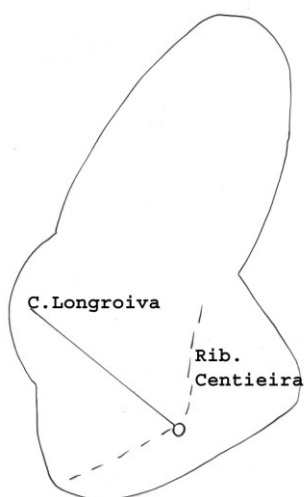


Figura 311 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico Quinta dos Gamoais de Baixo (Meda).



Figura 312 – Paisagem visível do sítio arqueológico Quinta dos Gamoais de Baixo, para Norte (foto de João Muralha).

Este local está implantado em plena várzea da Ribeira da Centeira, na área onde a depressão de Longroiva se torna em vale aberto. As prospecções ofereceram dois conjuntos de materiais diversos, um contemporâneo e outro provavelmente do 3º milénio. A sua implantação não lhe permite uma linha de horizonte muito vasto, apenas a Norte se vislumbra a continuação da várzea da Ribeira da Centeira (depressão de Longroiva). Possui uma pequena abertura visual para o Vale da Ribeira da Concelha, (onde se localiza o sítio do Castelo de Longroiva), linha de mobilidade natural para o acesso ao planalto da Meda.

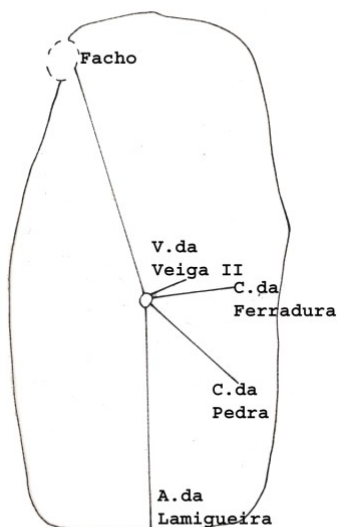


Figura 312 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico Vale da Veiga I (Meda).

O Vale da Veiga II encontra-se implantado na várzea da Ribeira da Centieira e devido à sua posição mais a Oeste, possui uma visibilidade mais abrangente para o rebordo Este da depressão de Longroiva, o que lhe permite observar a Curva da Ferradura, o Curral da Pedra e o recinto do Alto da Lamigueira. A linha de horizonte, no entanto mantêm-se circunscrita, apenas avista o Facho.

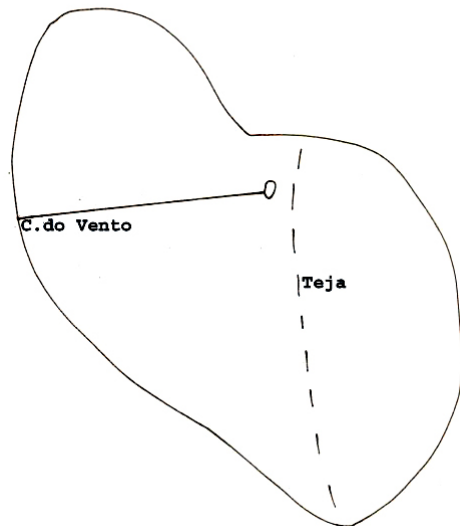


Figura 314 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Raza I (Vila Nova de Foz Côa).

Implantado numa pequena elevação junto à Ribeira da Teja, este local apenas possui uma intervisibilidade com Castanheiro do Vento. Mesmo considerando a sua localização em pleno vale da Ribeira da Teja, área com um grande conjunto de sítios arqueológicos, a sua cota e situação não lhe permitem ter um horizonte visual muito vasto.

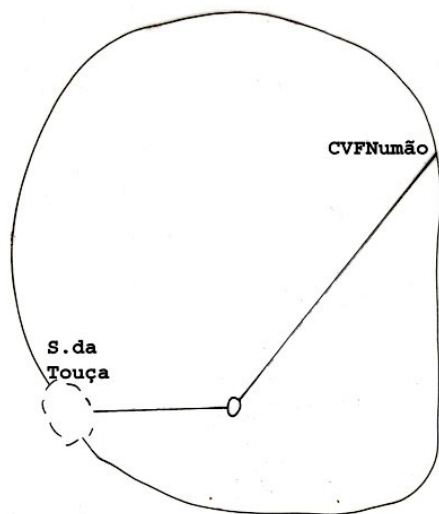


Figura 315 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico do Vale Minhoto (Vila Nova de Foz Côa).



Figura 316 – Área de paisagem visível do sítio arqueológico do Vale Minhoto (foto de João Muralha).

Vale Minhoto localiza-se a meia encosta, quase no topo de um grande vale aberto sobre a Ribeira de Sebarigos, que percorre o planalto de Freixo de Numão. A Sul tem o seu horizonte limitado por um conjunto de elevações e Oeste pela Serra da Touca.



Avista Castelo Velho de Freixo de Numão e possui um excelente domínio visual sobre todo o planalto de Freixo de Numão.

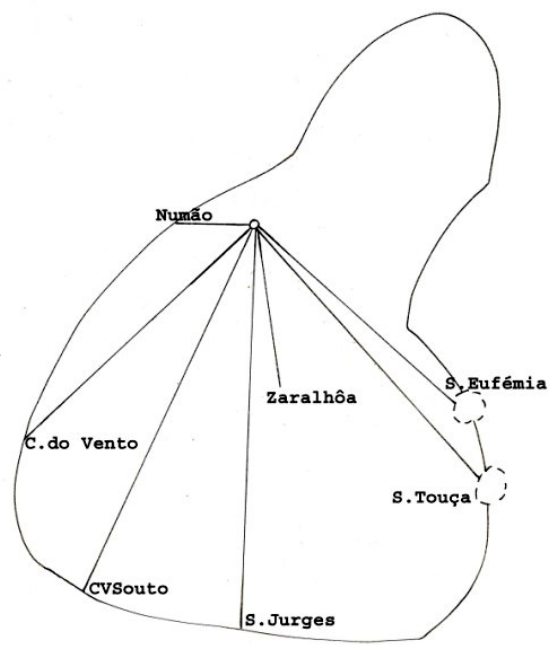


Figura 317 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico da Raza II (Vila Nova de Foz Côa).



Figura 318 – Área de paisagem visível do sítio arqueológico da Raza II (foto de João Muralha).

O diagrama de Raza II representa uma grande variabilidade visual para Sul. É difícil caracterizar este local sem efectuar escavações arqueológicas. Parece ser um local com plataformas, viradas à Ribeira da Teja, mas aparentemente não se detectaram vestígios de muros ou muretes. No entanto o seu domínio visual para o Vale da Ribeira da Teja é abrangente. Na linha de horizonte Sul avista o grande batólito granítico do Souto e o vale onde está implantado o provável recinto de São Jorges. Castanheiro do Vento corta o horizonte a Sudoeste, tornando-se ele próprio linha de horizonte, assim

como Numão a Oeste. A Este o horizonte é polarizado pela Serra da Touça e por Santa Eufémia. Nos planos de paisagem mais imediatos, é o recinto da Zaralhôa que possui uma intervisibilidade imediata. A sua implantação no início do estreitamento do Vale da Ribeira da Teja permite-lhe ter um extraordinário domínio visual sobre este curso de água.

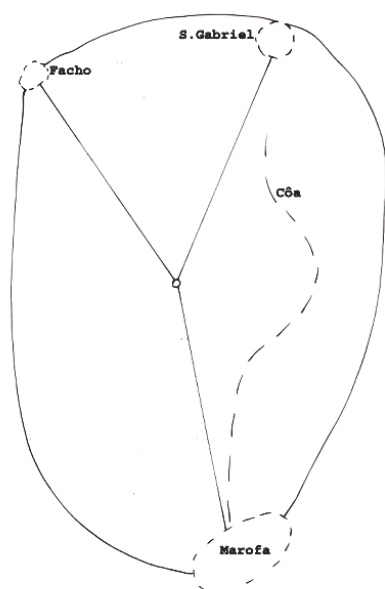


Figura 319 – Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico de Currais da Mó/Tomadías (Vila Nova de Foz Côa).

A implantação deste local permite-lhe um horizonte visual alargado. A Norte avista o Facho e São Gabriel e a Sul a Serra da Marofa. Domina visualmente um troço do Rio Côa, no local onde se localiza o sítio de Salto do Boi, mas não o consegue observar. Embora na sua linha de horizonte estejam presentes três especificidades geomorfológicas, que, de alguma forma, parecem ter sido estruturantes deste território, nenhuma delas é um elemento polarizador imediato deste sítio arqueológico.

À semelhança das análises anteriores, iremos utilizar novamente cinco grandes áreas de reflexão: a visibilidade geral, a intervisibilidade, os horizontes, as proximidades visuais e as prováveis linhas de mobilidade.

### **Visibilidade geral.**

A visibilidade dos sítios arqueológicos é de uma forma geral ampla, apesar de existirem sete locais com visibilidade truncada, e mesmo um deles com visibilidade inferior a 180° (Salto do Boi). No entanto alguns daqueles que apresentam essa truncatura ao olhar, estão todos virados a uma paisagem de grandes horizontes e ao mesmo tempo “dominando” áreas significantes da paisagem; caso de Raza II, completamente voltada ao vale da Ribeira da Teja e a Curva da Ferradura, dominando grande parte da área da depressão de Longroiva. A visibilidade da Quinta da Torrinha, Castelo de Algodres e Currais da Mó, são vastas, embora indefinidas.

### **Intervisibilidades.**

As intervisibilidades perceptíveis acontecem, mas sempre inferior a duas observações, à exceção de Vale da Veiga II. O que acontece mais frequentemente são intervisibilidades não perceptíveis, isto é, são visíveis as áreas onde se encontram os diversos locais mas não são perceptíveis a uma individualização de “olhar”, de “ver” o lugar.

### **Os horizontes.**

A linha de horizonte é de uma forma geral larga. As especificidades geomorfológicas dominam o horizonte, Serra da Marofa, São Gabriel e Santa Columba são bastante visíveis, assim como outras especificidades sem ocupação, caso de o Facho e a Serra da Touca. A linha do rebordo da depressão de Longroiva, que representa neste caso uma linha de oclusão, é visível como horizonte nos sítios da Curva da Ferradura, Vale da Veiga I e II e Quinta dos Gamoais de Baixo.

### **As proximidades visuais.**

As proximidades visuais são várzeas, no caso de Curva da Ferradura, Vale da Veiga I e II e Quinta dos Gamoais de Baixo, planaltos, nos casos de Quinta da Torrinha, Castelo de Algodres e Currais da Mó/Tomadias, grandes vales aberto, em Raza I e II e Vale Minhoto e um vale fechado em Salto do Boi.

O que sobressai nesta pequena análise sobre as proximidades visuais é a extrema variabilidade de implantações.

### **As linhas de mobilidade.**

É interessante notar que estes lugares se encontram todos conectados a linhas de mobilidade naturais, olhadas aqui, não num sentido de uma mobilidade economicista, ou seja, a via que implica pouco esforço/tempo a percorrer, mas vistas através de linhas que estruturavam um território em termos de ligação entre lugares. Os percursos em várzeas, caso de Vale da Veiga I e II, Quinta dos Gamoais de Baixo e Curva da Ferradura e em planaltos ou grandes vales abertos, caso de Castelo de Algodres, Quinta da Torrinha, Raza I, Vale Minhoto, Currais das Mós e Raza II.

### **4.5 Os Sítios como Lugares.**

Como introdução a este ponto é importante chamar a atenção para dois aspectos que influenciam toda esta reflexão.

Primeiro, este trabalho encontra-se no seu início. Os projectos orientados para o conhecimento do terreno através de prospecções são, actualmente, praticamente inexistentes. Os projectos de investigação com base em escavações arqueológicas resumem-se ao projecto que tem por base Castanheiro do Vento e às intervenções do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

O trabalho desenvolvido ao longo de uma década e meia por Susana Oliveira Jorge, em Castelo Velho de Freixo de Numão, inicia verdadeiramente uma caminhada. Este percurso, as questões levantadas e as interpretações alternativas foram já referidas no capítulo 1 deste trabalho. O trabalho desenvolvido pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa, ao nível do conhecimento arqueológico do seu território, concretizados na síntese de António Carvalho (2003)<sup>170</sup>, é também importante, assim como os trabalhos de prospecção de António Sá Coixão, na área do município de Vila Nova de Foz Côa (1996 e 1999), e os trabalhos de Pedro Carvalho e Luís Gomes na área do município de São João da Pesqueira (prelo). No entanto, são as reflexões de Susana Jorge, que desencadeiam um trabalho de reflexão verdadeiramente diferente e novo (especialmente no panorama arqueológico português), particularmente após 1994. Este texto e outros que se seguiram (1998, 2002, 2003a, 2003b e 2005) alteraram o quadro interpretativo e explicativo relativo a este tipo de sítios, permitindo reorientações de questões e uma maior pluralidade de sentidos possíveis.

---

<sup>170</sup> Referimo-nos apenas aos trabalhos de prospecção e escavação relativos a contextos pertencentes ao 3º milénio a.C. e inícios do 2º.

O tema era no princípio os “povoados fortificados”, depois “lugares monumentalizados, dispositivos comunicacionais”, recintos. O tema era, e continua a ser, sítios implantados em determinados locais, com uma, ou mais linhas de murete a circundá-lo, com estruturas específicas a ele associado, caso de “bastiões” e estruturas circulares. No entanto esta “paisagem” é constituída por uma pluralidade de sítios arqueológicos, como esperamos, tenha ficado demonstrado. È por esta razão que dizemos que este trabalho está no início, é necessário continuar a prospectar a identificar sítios, a escavar. E voltar ao campo.

O segundo aspecto para o qual queríamos chamar a atenção, relaciona-se directamente com o que estivemos a expor. O discurso que se irá elaborar, as sugestões que se irão fazer, só poderão ser entendidas como um primeiro esboço interpretativo desta área. A base desta reflexão, como já referimos anteriormente, são as escavações de Castanheiro do Vento, os trabalhos desenvolvidos em Castelo Velho de Freixo de Numão e cinco intervenções arqueológicas, enquanto sondagens, conduzidas pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa, nos sítios de Barrocal Tenreiro, Castelo de Algodres, Fumo, Quinta da Torrinha e Tourão da Ramila. Sendo importante, o trabalho arqueológico não se esgota na escavação, desta forma as muitas horas de prospecção no terreno, os processos de identificação e registo dos diversos sítios, obrigando a um olhar constante para a paisagem conduz de facto a uma “intuição de carácter especulativo”, mas alicerçada numa certa plausibilidade que só será, provavelmente, validada pelo continuar dos trabalhos de escavação de Castanheiro do Vento, pelo início de pesquisas em outros sítios desta área e pela necessidade de voltar sistematicamente ao campo, aos sítios, aos lugares.

#### **4.5.1 O percurso de algumas ideias no processo explicativo deste tipo de sítios no espaço.**

Com este pequeno sub-ponto pretende-se, apenas, rever o percurso de algumas problemáticas interpretativas, associadas a um discurso mais tradicional que, a nosso ver, têm contribuído para uma certa limitação explicativa/interpretativa de locais como Castanheiro do Vento e dos contextos de implantação onde este e outros sítios têm sido identificados.

#### **4.5.1.1 A questão dos “povoados fortificados”.**

A génese do conceito “povoados fortificados calcolíticos” surge associada à noção de “colónia” (SIRET 1908). Esta ideia advogava a migração para a Península Ibérica, durante o 3º milénio a.C., de populações que procuravam o cobre. Teriam trazido com elas um tipo de arquitectura novo que se caracterizava pela existência de muralhas, bastiões, torres, que traduziriam uma imposição agressiva em solo indígena, e alguns artefactos raros. A sua presença na península teria contribuído decisivamente para a existência de profundas alterações de carácter social e económico acontecidas ao longo daquele milénio.

Durante todo o século XX, com algumas variantes, esta noção de “colónia”, foi-se mantendo<sup>171</sup> enquadrada em processos explicativos próprios de uma arqueologia histórico-cultural. Numa perspectiva generalizante, o que atrai os diversos autores (SANGMEISTER 1960, BLANCE 1961 e 1994, SAVORY 1969, SCHUBART 1969, SERRÃO 1979, SCHULE 1986 e KUNST 1994), a esta corrente, parece ser a ideia de que as “culturas” são estudadas como objectos estáticos, e reconhecidas arqueologicamente através de um conjunto de materialidades específicas e identificadas em determinadas áreas geográficas bem definidas. A mudança de “culturas” dever-se-ia a factores exógenos, através de um processo de difusão. O aparecimento de sítios com “muralhas”, “torres” e bastiões”, seriam interpretados como produtos da chegada à Península Ibérica de grupos socialmente mais complexos, oriundos do Médio Oriente. Esse processo de difusão teria sido o motor de alterações de carácter social e económico, alicerçado ainda na similitude de alguns artefactos e principalmente no factor motivador dessa difusão; a procura do cobre.

Este modelo tem sido objecto de críticas, mas sempre num quadro histórico-culturalista. O que é posto em causa, são os prováveis objectos “importados” e especialmente o facto de não existir qualquer relação entre a construção desses “povoados fortificados” e os prospectores e metalurgistas orientais; em muitos casos o uso da metalurgia é posterior ao aparecimento desses locais, caso de Leceia e Vila Nova de São Pedro.

---

<sup>171</sup> Ver para este assunto Susana Oliveira Jorge (2005) especialmente as páginas 15 a 27, onde a autora caracteriza detalhadamente as diversas variantes à teoria das “colónias” e o conceito de “povoado fortificado”, enquadrado numa perspectiva histórico-cultural, processual/funcionalista e marxista.

A ideia de “colónia” e as suas matizes, como “feitoria” (SANGMEISTER e SCHUBART 1981) e “lugar central” (KUNST 1994) são sempre legitimadas através de um conjunto de “dados” previamente seleccionados e não através de um leque de “dados” mais englobante e alternativo. A construção de um “hipotético passado” surge-nos aqui orientada a uma perspectiva unívoca e estática.

A arqueologia de cariz processual e funcionalista a par de uma arqueologia de influência marxista introduzem nesta discussão um conjunto de novas propostas interpretativas, mas baseadas unicamente no indicador “povoado fortificado”, que se torna hegemónico na análise do desenvolvimento sociopolítico dessas comunidades; surgem os conceitos de “intensificação”, complexidade social”, “competição”, “hierarquização”, entre outros. No entanto, todos estes conceitos e a abordagem que lhes está inerente tornam-se

“ (...) muito discutíveis: em primeiro lugar, a relação entre arquitectura – comportamento social opera-se no interior de um corpo de teoria estritamente arqueológica; em segundo lugar, esse corpo de teoria manipula um número limitado e hiperseleccionado de variáveis (a saber, “intensificação”, “interacção”, etc), cuja “quantificação” arqueológica é, além do mais, altamente problemática (JORGE S. 2005:26).

Não só esta citação, como o texto de Susana Oliveira Jorge é esclarecedor das diversas posturas teóricas na abordagem ao tema dos “povoados fortificados”. Esta autora centra o seu trabalho na desconstrução daquelas teorias perspectivadas em factores que determinam a “mudança”.

Em termos processuais e funcionalistas, a mudança que este tipo de sítios representa, relaciona-se com factores fora do seu sistema cultural, como a pressão demográfica, os condicionalismos tecnológicos e ambientais, enquanto num âmbito da arqueologia marxista o factor despoletador de transformações culturais situa-se no interior do próprio terreno social, originando competição entre diversos grupos de forma a conquistarem o poder (TRIGGER 1992).

Dentro desta linha de pensamento, os novos modelos interpretativos, que surgem nos anos 80 e 90 do século passado, focam uma viragem contrária, de uma explicação “colonial”/“difusionista”, para uma justificação “indigenista” (CARDOSO, 1989, 1994, 1995, 2002, SILVA 1990, DELIBES e FERNANDEZ-MIRANDA 1993). No entanto, os conceitos, ou melhor, o aparelho conceptual é idêntico; os “povoados fortificados”

continuam a ser... “povoados fortificados”, locais de defesa, refúgio de populações e bens.

Sintetizando, a gênese do conceito de “povoado fortificado” é resultado de uma crescente “intensificação económica” e de “especialização de produções”. A “Revolução de Produtos Secundários” despoleta e intensifica este processo, coadjuvado pelo crescimento demográfico, que por sua vez determina a competição entre grupos, e a conseqüente necessidade de fortificação. Os sistemas tornam-se progressivamente heterogêneos e a “complexidade interna” (social e económica) reajusta-se a essa heterogeneidade. O estudo dos “povoados fortificados”, no âmbito da arqueologia processual, torna-se assim “um dado arqueológico” que traduz o processo dessa progressiva complexidade (SHERRAT 1981, GILMAN 1981, 1987, CHAPMAN 1991, CARDOSO 2002).

A perspectiva marxista, globalmente, não se afasta das ideias anteriormente descritas. A introdução de “novas tecnologias” e o “aproveitamento intensivo de recursos agro-pastoris” conduz a uma “divisão social do trabalho” e “desigualdades sociais”. Os conflitos acontecem em resultado da competição pelo acesso à terra como “meio de produção” e tendem a ser permanentes, surgindo assim as fortificações (SILVA 1990 e SOARES e SILVA 2000);

“Os ajustamentos sociais e culturais irão ocorrer em um tempo mais dilatado em que se consubstancia o Calcolítico. A expressão arqueológica mais característica da nova formação social é constituída pelas primeiras fortificações, as quais apresentam linhas de muralhas reforçadas por torres e bastiões. Os territórios de cada grupo são agora organizados a partir do povoado (...). A forte sedentarização (associada à redução dos territórios de captação de recursos) tende a sobrevalorizar o hinterland agro-pecuário, a acentuar as suas fronteiras, a aumentar (no quadro de uma desigual acumulação de riqueza) a competição pelos recursos críticos face a um cenário de crescimento demográfico. O conflito inter-habitats originará a guerra, forma extrema de interação negativa. A guerra torna-se “total” em resultado da emergência da desigualdade e na ausência de formas de poder centralizado que pudessem controlar amplas áreas territoriais” (SOARES e SILVA 2000:220-221).

Esta longa citação, não só sintetiza uma visão de carácter marxista, como nos remete para um conjunto de ideias que ao partir do “dado arqueológico” que é o “povoado fortificado” (num âmbito processualista), se instala num território com características sociais, económicas e políticas específicas articulando-se com um “grande povoado central”. Os “povoados” não construíram “muralhas” para proteger a sua população, mas sim para proteger um território.



#### 4.5.1.2 A questão dos “territórios fortificados”.

Este conjunto de ideias foi desenvolvido por Victor Hurtado, relativamente aos seus trabalhos de prospecção e escavação na bacia média do Guadiana (HURTADO 2000 e 2003). Partindo do princípio de que a sua área de estudo é um território bem delimitado de um ponto de vista ecológico, delimitado a Norte pelo rio Guadiana, a Sul pela cadeia montanhosa da Serra Morena e a Este e Oeste por pequenos cerros que sobressaem na extensa planura da chamada *Tierra de Barros*, o autor desenvolve um modelo de “ocupação do território” que se baseia na distribuição regular de “povoados fortificado” em redor desse território. Essa distribuição regular pressupõe uma ocupação intencional de “fortificações” na periferia de um espaço homogéneo em termos fisiográficos. Este espaço possuía um grande “povoado” central, neste caso, La Pijotilla, e um conjunto de pequenos sítios não fortificados, dispersos pelo interior desse território. Segundo o seu autor, trata-se de um espaço organizado hierarquicamente em torno de um lugar central.

A construção deste modelo é ajudada pela localização dessas “fortificações”; implantam-se na periferia deste território, e estão próximas a vias de comunicação naturais. Nestes locais não são detectadas “evidências arqueológicas” de acumulação de excedentes e estruturas de armazenamento, nem estão implantados em locais próximos a uma “exploração mineiro-metalúrgica”. A sua interpretação recai em funções específicas, como vigia e protecção do território (HURTADO 2000:387 e 2003:259).

Proteger este espaço de comunidades vizinhas, era proteger a sua riqueza principal: a agricultura. A grande quantidade de estruturas de armazenamento encontradas em La Pijotilla e a existência de um conjunto de artefactos de “prestígio”, sugere, não só, um processo de acumulação de excedentes, como o papel importante que este local deteria nos mecanismos de acumulação e distribuição de produtos e excedentes em relação ao território. Seria um “lugar central”, um “centro cerimonial”, um ponto de referência das populações (HURTADO 2003:259).

A identidade deste território plasmava-se num determinado tipo de artefacto; o “ídolo oculado” de mármore<sup>172</sup>. Encontra-se em todo este território em abundância e circunscreve-se quase apenas à bacia média do Guadiana. Aqueles que são encontrados fora desta área são interpretados como “intercâmbios culturais próximos” caracteres de

---

<sup>172</sup> Este autor, através deste tipo de materiais (os “ídeos oculados” e as suas variantes), propõe a existência de limites culturais regionais, que corresponderiam a áreas concretas de influência de uma determinada comunidade; a Estremadura portuguesa, o Algarve, o vale médio do Guadalquivir e a Estremadura espanhola.

“linhas de fronteira” permeáveis e/ou como lugares de encontro entre territórios vizinhos (HURTADO 2003:260).

O modelo de “territórios fortificados” continua a ser em termos gerais um modelo de explicação processualista com influências marxistas. O território é visto como um sistema inter-relacional de aspectos económicos, sociais, tecnológicos, políticos e ideológicos. O enfoque é dado à relação entre esse território (a *Tierra de Barros*) e os avanços tecnológicos (a construção de “povoados fortificados” para defesa desse sistema cultural).

“Lo que resulta claro es que los rasgos de organización territorial dependen de la formación social que las produce y que el significado de las fortificaciones no se puede explicar de manera aislada sino enmarcada en contextos territoriales concretos, puesto que dentro de la consideración de jefaturas o sociedades jerarquizadas existe “*una gama de variantes excesivamente amplia*” (Kristiansen, 2001: 73) que necesitan ser definidas a escala local” (HURTADO 2003:262), os itálicos são do autor.

#### **4.5.1.3 A questão dos “modelos de ocupação do espaço”.**

A citação anterior abre-nos caminho para a questão dos “modelos de ocupação do espaço”. Estes modelos nascem da necessidade de síntese e especialmente da procura de padrões explicativos e interpretativos numa determinada área geográfica e sob um específico enquadramento teórico. Este sub-ponto não pretende historiar todos os “modelos de ocupação do espaço”, o que aliás, daria um outro trabalho, mas apenas fazer referência aos modelos explicativos que têm sido publicados acerca da região onde este trabalho se insere.

A maior parte das sínteses relativas a esta área, abordam-na de um ponto de vista parcelar, ou porque foram publicadas antes de 1990-93, ano em que os trabalhos arqueológicos desencadearam um processo de grande desenvolvimento (JORGE, S. 1990a e 1990b), ou porque são sínteses que envolvem todo o território português, não permitindo um desenvolvimento cabal dos “modelos de ocupação do espaço” (JORGE, S. 1999 e 2000, CARDOSO 2002), ou ainda, porque apenas se referem a áreas restritas do território, agora nacional, embora próximas (SANCHES 1997a e 2000 e VALERA 2000 e 2006).

Os trabalhos que mais significativamente contribuem, enquanto propostas de análise de ocupação do espaço são os de Susana Oliveira Jorge (2003a e 2005) e

António Carvalho (2003 e 2004), embora com algumas diferenças de enquadramento teórico.

O pensamento de Susana Jorge tem sempre como ponto de partida o sítio arqueológico de Castelo Velho de Freixo de Numão. As suas ideias principais, ao nível da questão do “povoamento” relacionam-se com reflexões sobre o papel que, aquele e outros sítios, provavelmente coevos, tiveram na “construção de uma identidade”. Estes locais de um espaço terão funcionado territorialmente como redes de sítios, embora não num sentido processual de “redes de povoamento”, mas sim, num sentido pós-processual de “redes de lugares simbolicamente correlacionados”;

“ (...) redes que impunham, inevitavelmente, circuitos sazonais entre esses lugares, envolvendo uma recorrente movimentação de pessoas e artefactos em território que partilhavam a construção da identidade” (JORGE, S. 2005:185).

Introduz igualmente, a par de outros autores (SANCHES 2000; JORGE, V, CARDOSO, PEREIRA e COIXÃO 2002b; VALE, CARDOSO e JORGE, V. 2006, e VALERA 2006, entre outros), o tema da inserção numa paisagem “social”, vista aqui numa acepção de “grandes lugares comunitários dominantes na paisagem”, lugares que “fracturam e reconfiguram o espaço a uma escala nunca antes imaginada” (JORGE, S. 2005:185), e não numa acepção processual e funcionalista como as reflexões de António Carvalho (2003) deixam perceber.

A análise deste último autor (2003 e 2004) baseia-se nos trabalhos de campo do Parque Arqueológico do Vale do Côa e nos estudos publicados dos sítios do Prazo, de Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento. O conjunto de informação recolhida, permite ao autor elaborar um “primeiro modelo de ocupação do espaço” cujas principais conclusões são as seguintes:

- “ (1) estão presentes, quer através de achados de superfície, quer através de contextos intervencionados em escavação, os principais momentos de faseamento internos do Calcolítico, tal como reconhecidos nas regiões da Beira Alta e do Leste de Trás-os-Montes;
- (2) a elevada densidade de sítios e a maior duração das suas ocupações indicam um assinalável aumento demográfico na região da passagem do Neolítico para o Calcolítico;
- (3) a exploração económica dos planaltos e de algumas áreas topograficamente diferenciadas (depressão de Longroiva) deverá ter assentado na agricultura, dados os seus recursos potenciais (solos arenosos, por vezes bem drenados) e a evidência indirecta recolhida em escavação (elementos de mós);
- (4) a oposição marcada, em termos de distribuição espacial, entre os povoados (fundados nas terras planálticas) e as necrópoles de cistas e a arte rupestre (confinadas

aos fundos dos vales), o que parece testemunhar uma nítida opção de estruturação económica, social e simbólica do território” (CARVALHO 2003:229-230).

A construção do modelo é marcadamente funcionalista; é um modelo cronocultural e paleoeconómico. A implantação dos locais é vista como acções optimizadas para a exploração de várias áreas e a diferença existente entre sítios é estudada como especialização de actividades económicas.

No tempo longo a análise é comparativa, referindo que as populações do calcolítico parecem estar mais radicadas no seu território imediato, em termos económicos, em relação às populações neolíticas, enquanto na Idade do Bronze a tendência é para evitar os territórios de planalto aberto<sup>173</sup>.

#### **4.5.2 As “categorias” propostas.**

No ponto 4.2 deste trabalho sugerimos uma definição simples das “categorias” de sítios identificados e apenas preocupada com este trabalho. Queremos lembrar genericamente essas definições, para depois reflectirmos um pouco sobre o espaço onde esses locais existem. Não se pretende, pelo menos, neste momento dos trabalhos, substituir, ou propor, uma outra nomenclatura, mas tão só, chamar a atenção para uma outra forma de “olhar” e de reflectir sobre os sítios e os lugares.

Esta ideia não é nova, vários autores têm chamado a atenção para as questões de terminologia/nomenclatura (JORGE, S. 2005 e JORGE V. 2005), referindo que a utilização de designações acríicas poderão restringir uma reavaliação conceptual de outras interpretações. A maior parte da literatura arqueológica da Península Ibérica designa estes sítios como “povoados fortificados”, quando apresentam estruturas pétreas como “muralhas”, “bastiões” e “torres” (CARDOSO 1995, 1997 e 2002; SILVA e SOARES 1987; KUNST 1995, GONÇALVES, J. 1995; PIÑON VARELA 1995; HURTADO 2003, entre muitos outros), ou apenas “povoados” quando não são circunscritos por estruturas (CARVALHO 2004; MARTÍNEZ GARCIA, BLANCO de La RUBIA e MELLADO SÁEZ 1995, entre outros) ou ainda “quintas fortificadas”, quando as dimensões do sítio são demasiado pequenas, mas possuem estruturas pétreas contínuas que o delimitam (GONÇALVES 1989 e 2002).

---

<sup>173</sup> O autor chama a atenção para a necessidade de validar esta afirmação, pois não se conhecem sítios com ocupação calcolítica e da Idade do Bronze sequenciadas estratigraficamente, à excepção de Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento.

No entanto, nos últimos anos, e grande parte por influência da “escola de arqueologia da Universidade do Porto”, a discussão e conseqüente alteração de carácter terminológico têm-se vindo a processar. Hoje a aceitação acrítica de determinados conceitos não existe e detecta-se uma reflexão consistente e, cremos, continuada de âmbito conceptual (JORGE, S. 2005; JORGE V. 2005; SANCHES 2003 e VALERA 2006)<sup>174</sup>.

Relembremos, então as “categorias” propostas.

Os recintos são locais implantados em grandes colinas de formato oblongo, em esporões e em pequenos topos de formato circular e/ou sub-circular. Apresentam um espaço circular, sub-circular ou ovalado, delimitado por uma ou mais linhas de muretes. Estas linhas definidoras de espaços, apresentam interrupções, passagens e estruturas sub-circulares incorporadas (tipo “bastião”). Pelo menos em quatro casos (entre onze), os recintos parecem não se confinar ao topo das colinas. Existem vestígios estruturais ao longo das colinas, pelo menos na área mais próxima ao topo.

Os locais com provável ocupação mais permanente, não apresentam delimitações estruturais visíveis de tipo murete, valados ou fossos. Localizam-se maioritariamente em áreas abertas e estão próximos a linhas de água e/ou nascentes. Queremos acentuar o facto de que ao designarmos estes locais como tendo uma provável ocupação mais permanente, não pressupõe qualquer tipo de relação directa a sítios como “aldeias”, mas sim a áreas de ocupação que poderão ter sido utilizadas de uma forma mais contínua.

Os locais com uma provável ocupação menos permanente, não apresentam igualmente estruturas delimitadoras de um espaço circunscrito. Alguns destes locais estão em fundos de vales, ou em várzeas.

As especificidades geomorfológicas são locais com vestígios de antropização implantados em sítios proeminentes na “paisagem”. Geralmente estão implantados em cristas quartzíticas, em formações graníticas, tipo tor e em elevações dominantes na “paisagem”.

---

<sup>174</sup> É importante chamar a atenção que este “movimento” de reflexão sobre nomenclaturas existe igualmente nos chamados “recintos atrincheirados”, principalmente através de José E. Marquez Romero (2003) e António C. Valera (2003).

### **4.5.3 Os lugares e as grandes imposições geomorfológicas.**

Imposições geomorfológicas são locais que pela sua situação impositiva na paisagem, tornam-se imagens específicas, proeminentes, alguns deles são as especificidades geomorfológicas que analisámos, outros são igualmente especificidades, mas sem qualquer vestígio de ocupação antrópica e que pela sua situação impositiva se tornam polarizadores do “olhar”. Sugerimos que poderão ter tido algum tipo de significado na paisagem.

Já vimos que 92% dos sítios identificados têm algum tipo de relação com especificidades geomorfológicas, mas somente cinco locais (8%) possuem uma relação directa com determinadas especificidades.

Mas o que entendemos por uma relação directa?

A ideia de relação directa não se define pela proximidade, ou seja, não é algo mensurável. Na acepção aqui utilizada, uma relação directa define-se pela percepção que qualquer especificidade geomorfológica nos traz, enquanto elemento polarizador do “olhar”, integrado numa “cenografia” de carácter natural. É um elemento de superfície incontornável.

São Gabriel, parece ter um significado importante, enquanto relação directa com os locais. Castelo Velho de Freixo de Numão, Fumo e Castelo de Algodres são locais que verdadeiramente são polarizados por aquela crista quartzítica. Castanheiro do Vento tem uma relação directa com o Alto da Senhora do Viso, assim como Castelo Velho do Souto. Este último sítio é interessante de analisar, pois localiza-se a 9200m daquela especificidade. No entanto, aquela superfície é um elemento incontornável na linha de horizonte. Ou seja, aquilo que consideramos uma relação directa, não é sinónimo de proximidade.

Fora deste conceito de relação directa, a linha de horizonte parece assumir um papel importante nesta relação. Apenas três locais não têm qualquer tipo de intervisibilidade com especificidades geomorfológicas, caso de Salto do Boi, Quinta dos Gamoais de Baixo e Raza I, todos sítios implantados em fundo de vales e várzeas.

É importante notar que não se detecta nenhuma relação ao nível da implantação desses sítios numa situação de encobrimento por essas superfícies, isto é, implantados na sua “sombra”.

Uma outra ideia que faz com que este tipo de imposições geomorfológicas se torne distintiva, relaciona-se não tanto com a sua “fiscalidade”, mas sim com um conjunto de propriedades “fenomenológicas” inerentes. Estes locais encontram-se muitas vezes “escondidos” em nevoeiro, enquanto nos vales e áreas planálticas o sol continua a brilhar, outras vezes dá-se o inverso.

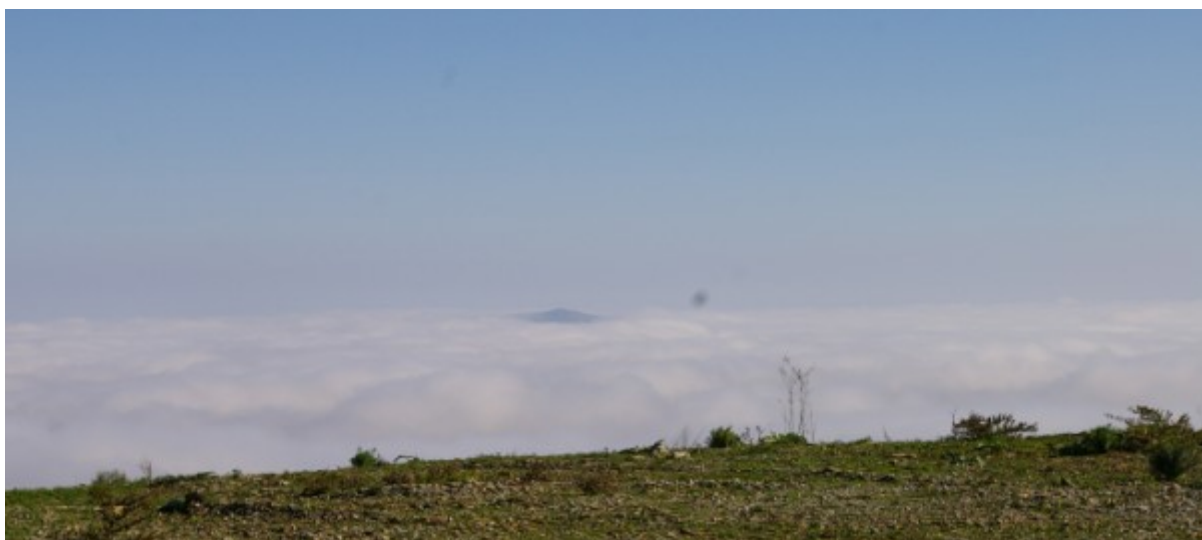


Figura 320 – O topo da crista quartzítica de São Gabriel como “ilha” (foto de João Muralha).



Figura 321 – Visibilidades sempre diferentes. Imagem tirada para Sudoeste de Castelo Velho de Freixo de Numão (foto de João Muralha).

Por outro lado, o facto de estes locais estarem todos a uma cota mais alta em relação à paisagem envolvente, a forma de, daí, olhar-se a paisagem, concede-nos uma perspectiva única. O estar no alto, o ver ou não ver os vales, os rios, outros locais altos, consoante as condições meteorológicas, ou estar em baixo e ver estas especificidades a desaparecer e a aparecer, poderá, sugerimos, ter conduzido à ideia de que estes locais eventualmente terão sido considerados, lugares liminares e “marginais”.

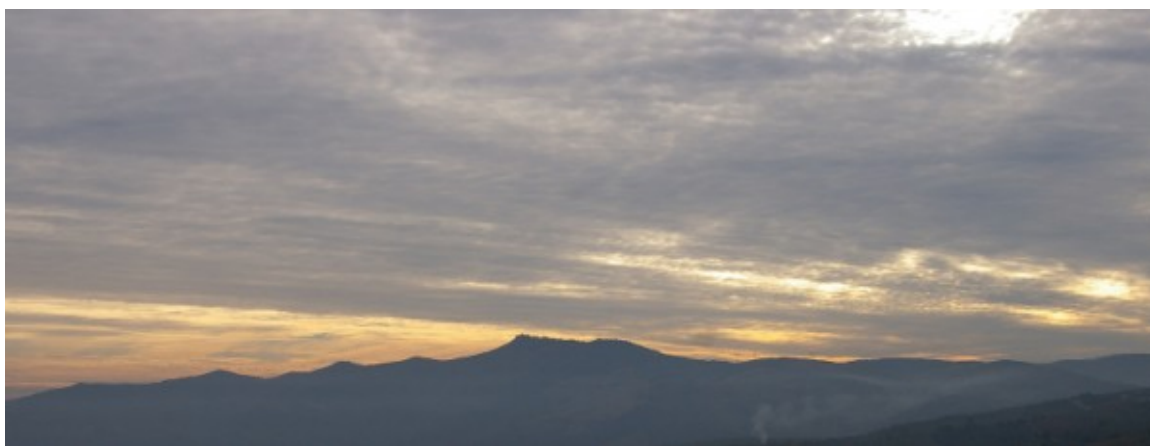


Figura 322 – O recorte do Alto da Senhora do Viso “contra o céu” (foto de João Muralha).

Uma última ideia prende-se com a criação de conectividades entre os sítios. O facto de alguns locais estarem implantados em áreas relacionadas com certas imposições geomorfológicas poderá criar uma outra relação através da paisagem. A serra da Marofa poderá ter desempenhado um papel múltiplo, por um lado como especificidade geomorfológica que dificilmente escapa ao nosso olhar, determinando assim um espaço, por outro, poderá ser um elemento criador de conectividades com a área amesetada a Sul e Este. O mesmo se poderá referir para o grande batólito do Souto, que além da sua imposição visual, se relaciona directamente com o grande planalto que separa a Ribeira da Teja do Rio Távora. Ou ainda a conectividade visual que a Serra de Reboredo possui, estabelecendo uma espécie de ligação entre a área de Moncorvo e mesmo com o Sul do Douro, e a área a Norte daquela serra.



#### 4.5.4 Os lugares e os rios.

Já vimos que todos os locais estão de uma forma mais ou menos directa relacionados com a água. As inúmeras linhas de água sazonais e pequenas ribeiras de fraco caudal, ajudam a este facto, mas se nos concentrarmos nos rios e ribeiras principais podemos sugerir fortemente uma relação entre a implantação de certos locais e esses rios.

As principais linhas de água correm de uma forma geral Norte/Sul, com bacias hidrográficas relativamente pequenas, à excepção do Rio Côa, que entre o Douro e o Mondego é o rio mais importante. Este rio, os seus afluentes principais, o Rio Massueíme e a Ribeira de Piscos e a Ribeira de Aguiar mais a Este, representam, de um ponto de vista morfológico, um corte radical na monotonia da Meseta nesta área. Os vales abertos pela passagem destas linhas de água são profundos e fechados, provocando na paisagem uma espécie de incisão, entre os diversos planaltos. Só para Oeste da depressão de Longroiva, lentamente, as superfícies morfológicas começam a expandir-se, primeiro no vale do Ribeira da Vila, depois no vale da Ribeira de Murça e depois já completamente amplo, na Ribeira da Teja. Este processo, a Oeste desta última ribeira altera-se novamente. O Rio Torto, corre em superfícies ondulantes com muitos meandros e inflectindo para Noroeste. É importante ter em conta esta situação geomorfológica, numa das muitas possíveis análises relacionais entre rios e sítios.

De todos os locais assinalados é o Rio Douro e a Ribeira da Teja que apresentam uma maior relação directa com vários locais. No entanto detecta-se já uma diferença nos sítios; o Rio Douro relaciona-se essencialmente com especificidades geomorfológicas; São Martinho, Quinta da Abelheira, São Salvador do Mundo e Senhora de Lourdes e com apenas um recinto, Castelo Velho de Monte Meão, enquanto a Ribeira da Teja se relaciona com recintos; Castanheiro do Vento, Zaralhôa e Pitanceira, uma especificidade geomorfológica, embora de uma forma não tão directa, pois Santa Columba, tem uma posição impositiva sobre a Ribeira da Teja, mas não de uma forma próxima, um sítio de vale (Raza I) e outro sítio difícil de categorizar Raza II, um local que parece ter plataformas e completamente voltada à Ribeira.

#### **4.5.5 Os lugares e outras superfícies.**

Na base de dados construída tentava-se perceber se haveria algum tipo de relação entre os sítios e outras superfícies, como vales abertos e fechados e meandros de rios e ribeiras.

O total de sítios relacionados com vales abertos e/ou fechados traduzia-se numa percentagem de 62%. No entanto, este número, não se distribui homogeneamente pelas “categorias” de sítios; enquanto os recintos com 64% e as especificidades geomorfológicas com 78%, possuíam uma percentagem elevada, os outros sítios apenas atingiam os 12%. Se separarmos os dois grandes tipos de vales, esta ideia apenas se altera para os vales abertos, todas as “categorias” têm percentagens muito elevadas; recintos com 91%, especificidades com 100% e os outros sítios com 71%. Se olharmos para a implantação destes locais em relação aos vales fechados, podemos sugerir que apenas os recintos (73%) e as especificidades (78%) parecem ter uma relação mais directa. Apenas 18% dos outros sítios aparentemente está associado a um vale fechado.

Em termos gerais, os vales que parecem assumir uma importância maior, quer em número de ocorrências, quer em relação à implantação dos sítios, parecem ser; o vale da depressão de Longroiva, o vale do Douro, o vale da Ribeira da Teja e o vale do Côa.

Em relação aos meandros, vimos que cerca de 28% dos sítios identificados estão implantados de forma a possuírem uma relação directa com meandros. Este número só por si pouco nos diz, mas se particularizarmos por “categorias”, a situação altera-se; 53% dos recintos estão associados a meandros, contra apenas 9% (o que equivale a um) das especificidades geomorfológicas. Os outros sítios estão relacionados a 18%. Parece ser possível sugerir uma relação entre a implantação dos recintos e a localização de meandros, pelo menos em cerca de metade. Se adicionarmos a esta contabilização a “categoria” de prováveis recintos, a percentagem praticamente não se altera; 50%.

## 4.6 Os lugares e a paisagem.

Não temos colocado qualquer ênfase em conceitos como Neolítico, Calcolítico ou Idade do Bronze<sup>175</sup>, postos em causa ao longo dos últimos anos (VALERA 1994, 2006 e JORGE, S. 1999, 2005), e mesmo alterados em diversos enfoques teóricos<sup>176</sup>.

Sugerimos que este debate é muito importante ao nível de grandes sínteses gerais, mas em trabalhos de pendor local, ou mesmo regional, cremos que a atitude mais problematizante, passe por uma contextualização de todas as “informações” que se possui para uma dada área, e sugerir alternativas à compreensão dos respectivos problemas. Neste caso concreto, à compreensão das sociedades/sociabilidades do 3º e primeira metade do 2º milénio a.C. e à sua actividade configurativa de um território onde lugares distintos se constituem e mobilidades diversas acontecem.

Existe no entanto, a consciência que estamos a falar de diferentes escalas, de diferentes “graus de informação”, de diferentes tempos. Desde a escala de um sítio à escala de uma região, de um fragmento cerâmico a um conjunto de estruturas pétreas, do início do 3º milénio a.C. a meados do 2º milénio a.C.

Estas diferentes escalas são a nossa escala. E esta diversidade é algo que todos os arqueólogos partilham, independentemente do seu posicionamento teórico. O que difere não é a “questão”, nem sequer o ângulo pelo qual a abordamos (necessariamente sempre diferente), o que separa os diversos posicionamentos teóricos é muitas vezes a atitude dogmática da certeza e do método empregue, sem entender que por vezes, a incerteza, a dúvida e a inquietude apontam os caminhos mais interessantes.

Como é que nos movimentamos dentro desta variabilidade de escalas?

Sabendo que definimos um território (ver capítulo 2), sabendo que definimos uma temporalidade (do 3º milénio a.C. a meados do 2º milénio a.C.) e sabendo, embora muito parcelarmente, que materialidades existem. Por outro lado, temos consciência dos diversos ritmos existentes ao nível destas escalas (uma mais geral e outra mais particular), das diferentes dinâmicas (a “configuração” e manutenção do lugar de

---

<sup>175</sup> Uma das heranças do século XIX tem sido a constante divisão de um tempo linear, em períodos sucessivos, aplicado à pré-história. Estes períodos determinam-se através de alterações na “cultura material”, ou melhor, em transformações de carácter “tecnológico”. Baseada em princípios de estratigrafia, em analogias e mais recentemente em datações de rádio-carbono, esta assumpção impregna todos os trabalhos de arqueologia, muitas vezes, sem se proceder à sua hermenêutica, aceitando-os como “dados” adquiridos.

<sup>176</sup> Por exemplo nas abordagens de tendência estruturalista de Felipe Criado Boado (1993), onde integra o Neolítico final e o Calcolítico num grande período de domesticação da paisagem ou as de Joaquina Soares e Carlos T. da Silva, de cariz marxista, onde integram precisamente os mesmos períodos conceptuais num “modo de produção” económico-social preciso. No entanto, os autores citados nunca abandonaram os termos.

Castanheiro do Vento e a sua relação com a “paisagem”) e diferentes interações (entre os diferentes lugares). Esta variabilidade de escalas sugere várias dinâmicas temporais e estruturantes de um território. Território esse, que se nos apresenta em permanente “construção” ao longo dessas diferentes temporalidades.

Desta forma, o conjunto de ideias que iremos sugerir, têm de ser vistas através desta movimentação e da necessidade de procurarmos dentro do nosso quadro de raciocínio e formação académica, uma ideia interpretativa que nos permita, sempre, ultrapassá-la, desenvolvê-la, multiplicá-la em outras ideias.

Relembremos a nossa área de trabalho, mais abrangente.

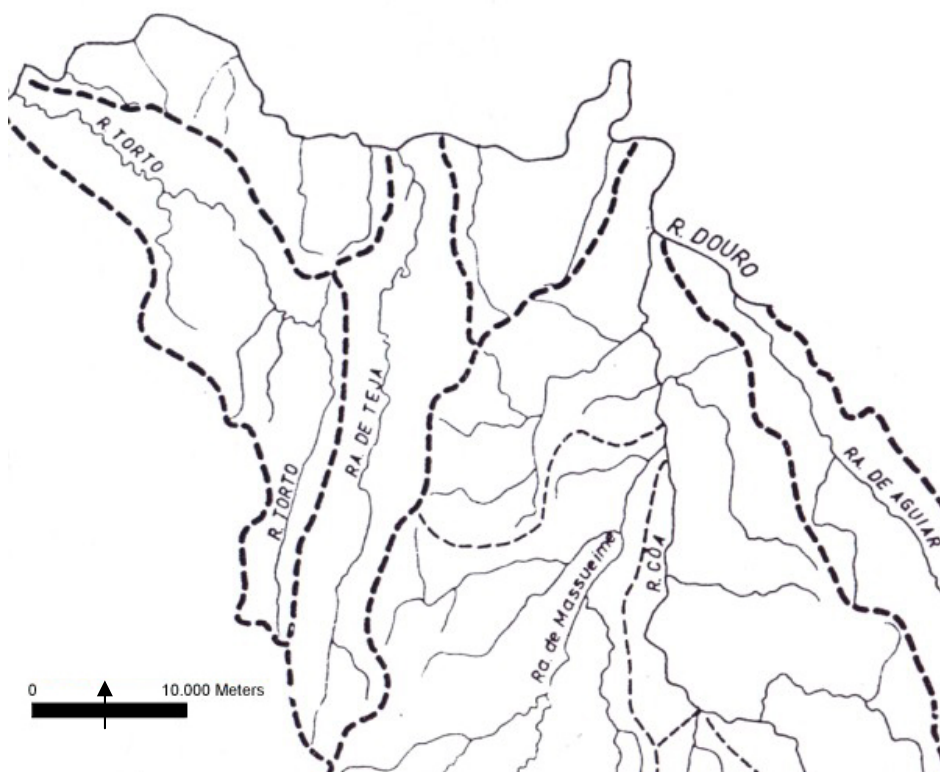


Figura 323 – Nesta imagem estão assinaladas as bacias hidrográficas do rio Torto, da ribeira da Teja e parte do rio Côa e da ribeira de Aguiar. Segundo FERREIRA 1978:317.

Impõe-se, no entanto, algumas observações que poderão limitar algumas das observações que se vão efectuar:

- a) A área da bacia hidrográfica do Rio Torto, na sua parte final, próximo da foz, não se encontra suficientemente prospectada.
- b) Apenas a metade Norte da bacia hidrográfica da Ribeira da Teja encontra-se prospectada.

c) Apenas o último terço da bacia do Rio Côa foi considerado para este trabalho<sup>177</sup>.

d) O leito da Ribeira de Aguiar é efectivamente o limite Este desta análise.

Esta área com as limitações enunciadas constitui a nossa área de trabalho. De um ponto de vista geográfico está definida. Mas, tendo em consideração o seu processo dinâmico de estruturação, por populações do 3º milénio a.C. e parte do 2º milénio a.C. como é que a consideramos?

Além de um espaço geográfico (aqui conceptualizado numa acepção actual, ou seja, é um espaço definido através de uma cartografia), que serve de base à nossa análise, é igualmente um “território”. Este “território”, enquanto conceito de estudo daquelas populações, tem que ser caracterizado por uma paisagem onde existem lugares e principalmente pelas constantes mobilidades existentes entre esses lugares dentro daquela paisagem. Isto é, os lugares estão conectados pelo(s) percurso(s) dos seus habitantes, desta forma existem não num espaço, mas sim como nódulos numa matriz de movimento. Esta matriz é o território (INGOLD 2000:219).

Este território tem apenas uma fronteira; aquela que é imposta pela investigação e anteriormente definida. Outras fronteiras que surjam serão sempre instrumentos metodológicos de análise; uma especificidade geomorfológica, um rio, um vale mais fechado, uma estrutura pétrea, mas estas fronteiras, enquanto vectores de análise, não segmentam a paisagem, porque são constitutivas dela própria,

“(…) it is important to note that no feature of the landscape is, of itself, a boundary. It can only become a boundary, in relation to the activities of the people (or animals) for whom it is recognised or experienced as such” (INGOLD 2000:192-193).

Comecemos pelos lugares e por aqueles que melhor se conhecem neste território; Castanheiro do Vento e Castelo Velho de Freixo de Numão.

O primeiro, como já vimos, localiza-se numa área de intersecção entre as bacias hidrográficas da Ribeira da Teja e do Rio Torto. No entanto o seu ângulo de maior dominância visual parece estar voltado para Este para o grande vale aberto da Ribeira da Teja que corre para Norte ao encontro do Rio Douro.

O segundo, e até pela sua visibilidade truncada a Norte, possui uma grande dominância para Sul e Este. O seu plano de paisagem mais próximo é a Ribeira do Vale da Vila, também, como a Ribeira da Teja, um afluente do Rio Douro. Qualquer um

---

<sup>177</sup> É importante referir que a área do Rio Côa e da Ribeira de Aguiar se encontram em prospecção, embora não contínua, pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa, e muitos novos locais têm vindo a ser identificados.

deles integra na sua visibilidade, paisagens indefinidas<sup>178</sup>, assim como é indefinida a sua intervisibilidade.

Outra característica comum a estes dois lugares é a sua conectividade precisa a linhas de mobilidade; o vale da Ribeira da Teja, percurso natural desde o planalto de Trancoso, que até desaguar no Rio Douro, atravessa o rebordo Oeste do planalto da Meda, encaixando-se a Este no grande batólito granítico do Souto, percorrendo depois o grande vale aberto onde se implanta no seu rebordo Este, Castanheiro do Vento, até estreitar novamente junto às estações arqueológicas de Raza II, Castelo de Numão e Zaralhôa, percorrendo um estreito vale até à sua foz, onde se encontra o recinto da Pitanceira. Castelo Velho de Freixo de Numão, por sua vez, relaciona-se com o Vale da Vila, que sendo um curso de água bastante pequeno, desagua no Rio Douro, numa área de paisagem, que consideramos muito importante; a confluência do Rio Sabor com o Rio Douro e com a Ribeira do Vale da Vila. Este ponto preciso representa, verdadeiramente, uma confluência de percursos. Representa geologicamente, a falha Vilariça-Longroiva, que deu origem aos vales depressionários muito férteis que tomaram aqueles nomes.

Podemos referir ainda mais duas características comuns; a longa duração ocupacional (cerca de mil e quinhentos anos) e um dispositivo arquitectónico muito semelhante.

A grande diferença, ao nível de visibilidades, relaciona-se com a forma como “olham” outros sítios. Apesar de a Serra da Marofa existir no horizonte visual de cada um deles, esta impõe-se como presente a Castelo Velho de Freixo de Numão, enquanto para Castanheiro do Vento, a serra parece ser um elemento longínquo, apenas observável em dias de muita claridade. Por outro lado, este último recinto possui um conjunto de intervisibilidades que parece pressupor uma dinâmica específica em relação ao grande vale aberto da Ribeira da Teja<sup>179</sup>, e que ao mesmo tempo remete para uma estruturação da paisagem um pouco mais alargada. Especificando, e partindo do princípio de que em determinados momentos, estes sítios, provavelmente foram contemporâneos, Castanheiro do Vento impõe-se num território do qual fazem parte outro recinto, Zaralhôa, embora de dimensões muito menores, Raza I, um pequeno local, infelizmente já destruído, Raza II, um lugar aparentemente complexo, com

---

<sup>178</sup> “Paisagens abstractas” no dizer de Susana Oliveira Jorge (2005:145).

<sup>179</sup> É importante referir que todas as prospecções arqueológicas efectuadas ao longo desta área, não produziram qualquer resultado. Julgamos que a intensa antropização associada ao cultivo da vinha, terá destruído qualquer tipo de vestígio.

patamares pétreos, completamente voltado à Ribeira da Teja e Castelo de Numão, outro pequeno local, muito destruído por ocupações posteriores, principalmente entre os séculos IX e XV (LOPES, VALENTE e BARREIRA 1998:24) voltado a Norte e à Senhora do Viso. Este facto pode implicar a ideia de vivências próximas ao recinto de Castanheiro do Vento e que os planos de paisagem próximos e/ou as proximidades visuais tivessem sido constante e heterogeneamente habitadas. E que essas vivências fossem particularmente efectivas na paisagem Este do sítio.

No entanto, não queremos dizer que este facto traduza uma estruturação de um território encerrado, cujo elemento central fosse Castanheiro do Vento. Apenas se reforça a ideia de que aquela estação arqueológica é um elemento significante/activo para aquela paisagem próxima. Além do mais, uma reflexão sobre as linhas de horizonte e sobre as linhas de mobilidade, partindo daquele lugar, podem-nos fazer sugerir que a implantação de Castanheiro do Vento, poderá ter obedecido, ou posteriormente ter-se transformado, em pontos de observação/percepção relacionais, de um território bastante mais vasto. Ou seja, o horizonte é delimitado a Sul pelo grande batólito granítico do Souto e pela linha de cumeada onde se implanta Santa Columba que remete em termos de mobilidade e conseqüentemente vivência, para outros lugares, os grandes planaltos de Trancoso e Penedono e a depressão de Longroiva. A Este, o horizonte caracteriza-se pela linha de cumes que termina no esporão onde se localiza Castelo Velho de Freixo de Numão, remetendo para toda a paisagem que este lugar vivência. A Norte, o horizonte é rapidamente cortado pelo cume da Senhora do Viso, que no entanto, está voltada a toda uma área de lugares junto ao Douro, enquanto a Oeste, o horizonte está em parte truncado por uma pequena linha de cumeadas, apenas se observando parte da bacia hidrográfica do Rio Torto.

O que pretendemos sugerir é que as linhas de horizonte de Castanheiro do Vento constituem elas próprias uma dinâmica de conhecimento de um território mais vasto. As especificidades geomorfológicas, aqui referidas, à excepção do batólito granítico do Souto<sup>180</sup>, possuem materialidades coetâneas a Castanheiro do Vento, poderão ter sido um elemento estruturador não só de uma área mais directamente conectada ao sítio mas também como elementos configuradores de uma paisagem.

---

<sup>180</sup> O Castelo Velho de Souto não está propriamente implantado neste batólito, mas sim à sua frente, ou seja, localiza-se a Norte desta superfície geológica. As linhas de mobilidade de acesso a essa superfície, para quem se aproxima do vale da Ribeira da Teja, obrigatoriamente passariam por aquele lugar. O que queremos dizer é que Castelo Velho de Souto, adquire um significado específico, como ponto de passagem, entre duas superfícies bem diferenciadas.

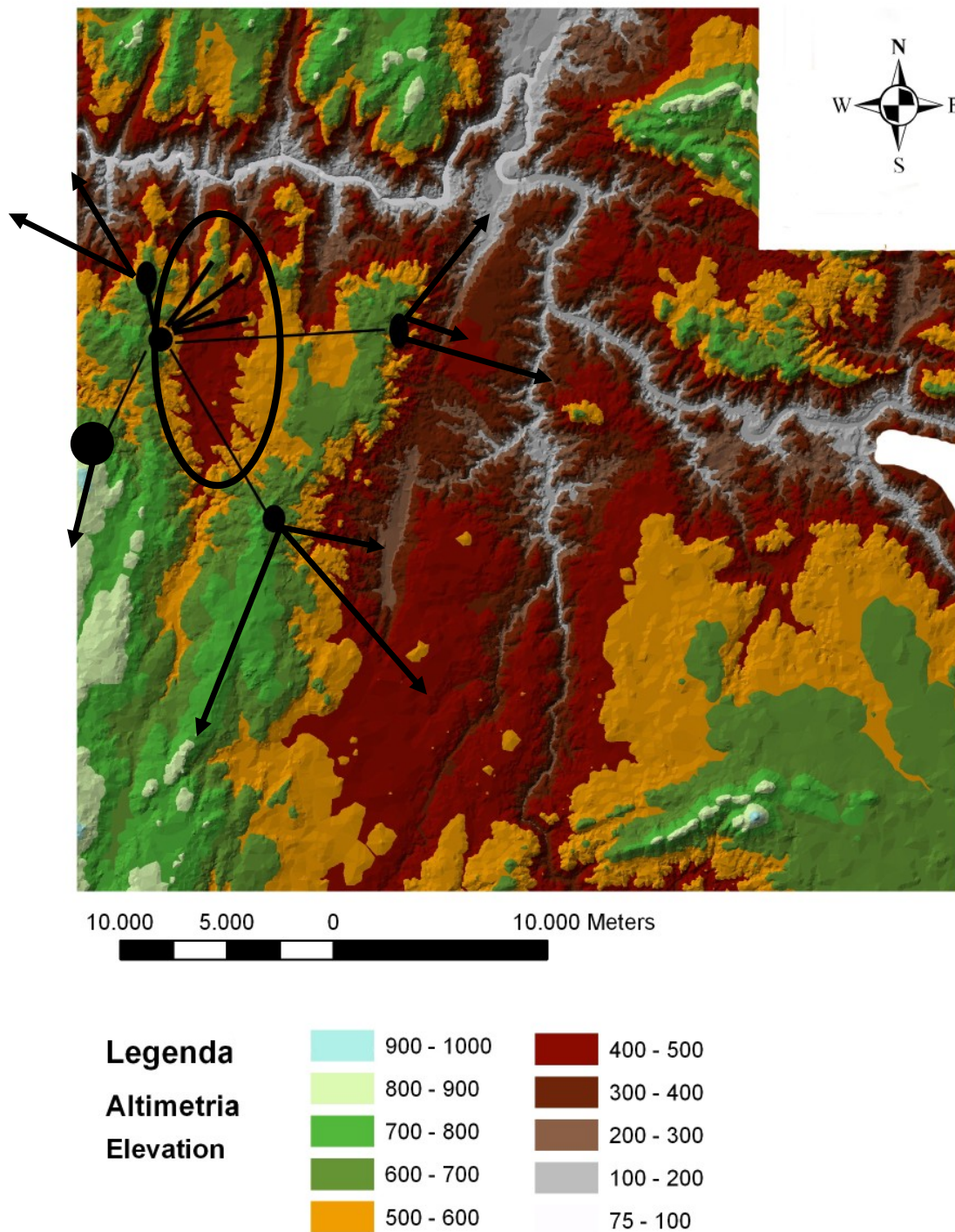


Figura 324 – Diagrama de visibilidades imediatas para a Ribeira da Teja e linhas de horizonte para territórios mais vastos.

Castelo Velho de Freixo de Numão, por seu lado, não parece partilhar estas reflexões a nível da intervisibilidade. Este lugar apenas possui intervisibilidades com especificidades geomorfológicas, (se não contarmos com a intervisibilidade indistinta que possui com Castanheiro do Vento), São Gabriel, Seixo, Serra da Marofa e Facho, as primeiras duas com algum tipo de ocupação, as outras sem. No entanto, se contarmos



com as recentes descobertas de materiais arqueológicos atribuíveis ao 3º milénio a.C. na vila de Freixo de Numão, podemos sugerir, embora sem intervisibilidade, uma relação directa entre este sítio e Castelo Velho de Freixo de Numão.

Aplicando o mesmo raciocínio em relação a linhas de horizonte e especificidades geomorfológicas, temos; a Oeste, São Gabriel e Seixo. O primeiro poderá remeter-nos para toda a área do Vale do Côa, o segundo parece encaminhar-nos para o planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar. A Este, o Facho, domina o planalto de Freixo de Numão (onde está Vale Minhoto, um pequeno sítio arqueológico), o vale da Ribeira da Teja, embora indistinto, e uma conexão visual com a Senhora do Viso. A Norte, as visibilidades truncadas, embora sendo restritivas pois impedem o “olhar”, acentuam a ideia de obrigar/condicionar esse mesmo “olhar” para uma determinada área; os vales da Ribeira do Vale da Vila e do Rio Côa, e a planície amesetada entre este último rio e a Ribeira de Aguiar.

Mais uma vez o que se pretende é acentuar um papel configurador de um lugar, um papel significativo/activo na estruturação dinâmica de um território.

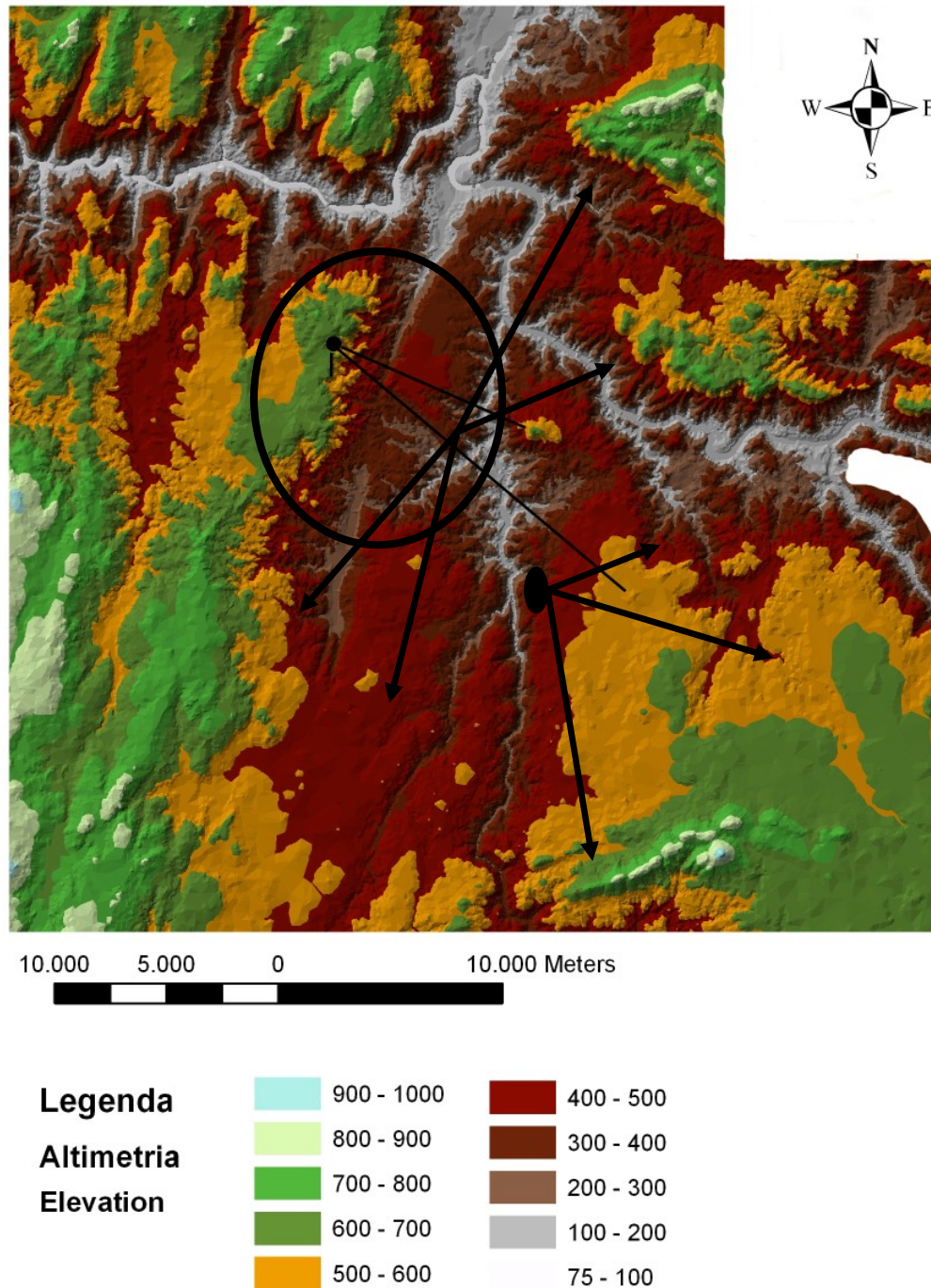


Figura 325 – Diagrama de visibilidades imediatas para o vale do Côa e planalto de Vila Nova de Foz Côa e linhas de horizonte para territórios mais vastos.

Neste conjunto de ideias apresentadas, ressalta a importância das especificidades geomorfológicas. Estes locais parecem, como já sugerimos, possuir um significado amplo na paisagem. São verdadeiramente elementos impositivos e poderão ter desempenhado um papel de reconhecimento de um território, não como limites e/ou fronteiras, nem como centros, mas sim como elementos polarizadores, “móveis”, integradores e integrados numa paisagem.

A questão, aqui, não é considerar estes lugares dissociados da paisagem, considerando-os como “limites” ou “fronteiras” de um território, nem sequer como um “centro” territorial, à volta dos quais estas populações se movimentavam e o habitavam.

A questão, aqui, passa por observar o território, “olhando” estas especificidades geomorfológicas, como parte integrante da paisagem e que polarizam áreas geográficas de formas muito diversas, por vezes mais impositivas como São Gabriel em relação a Castelo Velho de Freixo de Numão, Senhora do Viso em relação a Castanheiro do Vento e São Martinho em relação ao Cerro do Bastião, por vezes longínquas e menos impositivas como a Senhora do Viso para Castelo Velho do Souto, São Gabriel para Montes e São Martinho para a Pitanceira. Segundo os pontos de observação e os diversos percursos, estes lugares vão-se tornando “móveis” no sentido em que uma paisagem é habitada. As especificidades geomorfológicas existem num espaço, mas num espaço em constante movimento devido aos percursos que se estabelecem. Desta forma não são “centros”, nem “fronteiras”, terão sido, provavelmente, lugares significantes numa paisagem que ao longo do 3º milénio a.C. se ia revelando como identitária de uma comunidade.

A aproximação ao estudo de uma arqueologia deste tipo de especificidades foi efectuada por Richard Bradley (2000) e abordada por Christopher Tilley (1994). Este último autor tem uma aproximação baseada na experiência individual de encontro e percepção dos sítios, mas não apoiado numa metodologia explícita. É um trabalho preocupado com a sua subjectividade [do autor] em relação à paisagem<sup>181</sup>. Incide principalmente em monumentos e na sua implantação. A interpretação ao basear-se na relação entre sítios arqueológicos e especificidades geomorfológicas, assume que a constituição de determinados lugares se processa devido à existência das diversas especificidades, ou seja, estes lugares significantes na paisagem, já o eram para as comunidades que percorriam o território e o percepcionavam.

Nesta interpretação parece existir um certo “determinismo geomorfológico”, assente na experiência de campo do investigador. Os monumentos neolíticos que o autor investiga, e segundo a sua perspectiva, parecem querer controlar a paisagem assumindo o papel significativo, desempenhado pelas especificidades geomorfológicas, em termos de lugares importantes na paisagem.

A abordagem que desenvolvemos oferece uma diferença, que julgamos substancial; todas as especificidades geomorfológicas aqui consideradas apresentam

---

<sup>181</sup> Neste sentido adquire uma validade muito própria.

sempre uma ocupação conectada às cronologias em estudo<sup>182</sup>. Embora não se descarte a hipótese de outros lugares, como o Facho e a Serra da Touça, terem tido algum tipo de papel na paisagem e mesmo na estruturação dinâmica de um território.

Richard Bradley, por sua vez, tem como objectivo de estudo, a análise das paisagens antigas e o significado dos lugares naturais numa perspectiva de relações entre estes e o mundo das construções humanas (BRADLEY 2000:17). Embora vá referindo ao longo do seu trabalho que a distinção entre natureza e cultura é enganadora e por vezes inexistente (BRADLEY 2000:122), o seu raciocínio é recorrentemente dicotómico:

“The closing notion of the book reflects on the significance of natural places for studies of the ancient landscape and the changing relationships between them and the world of human constructions” (BRADLEY 2000:17).

“Natural” places are not monuments, because they have not been constructed by human labour. Their form has not experienced any significant modification over time” (BRADLEY 2000:34-35).

A interpretação é importante e interessante a muitos níveis, mas desloca constantemente o homem da paisagem, não permitindo uma visão integradora dessa paisagem. A abordagem parece ser segmentada; o que o homem construiu, o que está naturalmente no terreno, os sítios sagrados, os sítios votivos, entre outros. A interpretação aproxima-se por vezes de um certo construtivismo (DESCOLA e PÁLSSON 1996:11, citado por JORGE, V. 2005:249), que subordina o meio ao simbolismo da tradição e cultura, caindo assim implicitamente numa ontologia dualista usando a dicotomia natureza/cultura nas suas interpretações.

Mas, e os outros recintos? Terão características semelhantes a Castanheiro do Vento ou Castelo Velho de Freixo de Numão?<sup>183</sup>

Como já referimos, nenhum destes lugares se encontra escavado, ou foi objecto de sondagens. Assim as observações efectuadas têm apenas em conta as várias visitas a esses locais e a análise do terreno.

Podemos começar pelo recinto implantado mais a Sul.

---

<sup>182</sup> O que vai ao encontro do que Richard Bradley afirma; “The ethnographic evidence from many parts of the world may suggest that such features as caves and mountains had a special significance, but is there any way of assessing whether this was actually the case? I suggest that this is perfectly feasible, provided the analysis stays close to the areas where there is archaeological material available for study” (BRADLEY 2000:43).

<sup>183</sup> O sítio arqueológico Quinta da Alfarela, não será objecto de análise, por razões já referidas.

Castelo Velho da Meda, implantado na área Sul de trabalho tem uma visibilidade truncada precisamente a Sul. “Olha” para planaltos; o da Meda e o de Chãs e tem alguma visibilidade para a conexão entre a depressão de Longroiva e o vale da Ribeira de Concelha, onde se implanta. Ao contrário dos outros recintos analisados, a sua relação com especificidades geomorfológicas, parece limitar-se a áreas planálticas, mas com algum tipo de ocupação, principalmente o planalto das Chãs, pois o da Meda encontra-se ainda mal conhecido.

Os recintos de Montes e do Alto da Lamigueira têm a sua visibilidade completamente condicionada à depressão de Longroiva. No entanto o primeiro encontra-se numa posição distante em relação a esse vale, observando-o a uma escala elevada, enquanto o segundo implanta-se praticamente sobre o vale, usufruindo de uma perspectiva directa. Estes dois recintos traduzem duas formas diferentes de implantação. Montes parece estar mais “preocupado” com uma grande área, tendo intervisibilidades com a Serra da Marofa, São Gabriel e Santa Columba e com as áreas planálticas de Vila Nova de Foz Côa e das Chãs. O Alto da Lamigueira, apesar das intervisibilidades com Santa Columba e com Montes, parece ter uma implantação que é polarizada apenas pelo vale depressionário de Longroiva<sup>184</sup>.

O recinto de Castelo Velho de Souto, apesar da sua distância geográfica em relação ao vale da Ribeira da Teja, é precisamente este vale que este lugar “domina”. A visibilidade é focada, ou melhor, condicionada pela implantação do sítio, para a Senhora do Viso, Santa Eufémia, Castanheiro do Vento e Zaralhôa, partilhando desta forma, um mesmo território visual que esses recintos.

O Cerro do Bastião parece ser um local muito bem conservado, onde se conseguiu observar estruturas pétreas, como muretes, “bastiões”, estruturas circulares de grandes dimensões e taludes. Este lugar implanta-se numa área de cerros ondulados, onde sobressai apenas os cerros da Senhora de Lourdes e de São Martinho, que polarizam respectivamente nos eixos NO e NE a estação arqueológica. A escala de implantação deste lugar parece estar confinada, pelo menos aos limites desta investigação. A visibilidade que se obtém para Norte do Rio Douro é considerável, e esse território não é aqui considerado, o que não impede que em determinada altura da

---

<sup>184</sup> Poderíamos dizer que o Alto da Lamigueira, em relação a Montes, assume um papel semelhante à Zaralhôa, na relação que este recinto tem com Castanheiro do Vento. No entanto, sem mais trabalhos de campo, nomeadamente escavações, estas sugestões são apenas hipóteses de trabalho.

sua vivência activa, tenha sido, ou se tenha transformado num ponto de observação/percepção relacional de um território mais vasto.

Castelo Velho de Monte Meão, como o Cerro do Bastião, possui uma visibilidade muito grande para Norte do Douro e especificamente para o encontro entre o Rio Sabor e o Rio Douro. Este ponto preciso, como já vimos, representa verdadeiramente, uma confluência de percursos. A sua intervisibilidade com a Quinta de Alfarela, poderá representar uma conectividade com todo um território pertencente ao vale depressionário da Vilarica, e ao planalto de Moncorvo.

Dentro desta variabilidade de lugares, e uma certa diversidade de implantações, como poderemos pensar os outros sítios, aqueles não murados e não implantados em locais impositivos e destacados na paisagem; os “sítios abertos”, ou como são designados na maior parte da literatura arqueológica; os “povoados abertos”.

Os lugares não murados, ou não apresentando qualquer tipo de delimitação/demarcação espacial, foram referidos no ponto 4.4, como sítios, onde sugerimos, que poderiam ter sido objecto de uma ocupação mais permanente, ou menos permanente. Esta categorização é apenas um instrumento de análise a ser aferido em trabalhos posteriores. No entanto não se pode ignorar o facto de que os lugares identificados como sítios de provável ocupação mais permanente, apresentam um conjunto de características que os definem; tem uma visibilidade próxima mas ao mesmo tempo, abrangente, poucas intervisibilidades e estão todos implantados em áreas próximas a grandes vales abertos e várzeas.

Outro ponto importante parece ser as linhas de mobilidade na área imediatas aos lugares. Estas parecem estar directamente conectadas ao próprio sítio, pois o campo de visão imediato é restringido. Apenas as linhas de horizonte parecem “relembrar”, como já dissemos, o território onde estes sítios estão implantados, essencialmente através das especificidades geomorfológicas visíveis; São Gabriel para o Fumo e Castelos (Santa Comba), Santa Columba para Lapas e Curral da Pedra e a Serra da Marofa como horizonte longínquo para Barrocal Tenreiro, Castelos (Santa Comba) e Quinta do Campo.

Os sítios com uma provável ocupação menos permanente, possuem uma visibilidade ampla, mas ao mesmo tempo truncada, poucas intervisibilidades e como os lugares anteriores, as especificidades geomorfológicas dominam o horizonte.

O que ressalta nestes lugares é a grande variabilidade de implantações, de visibilidades e intervisibilidades. O único denominador comum, se quisermos utilizar

uma linguagem mais padronizada, são as linhas de mobilidade. Todos estes sítios estão implantados em áreas de mobilidade concretas como várzeas (Vale da Veiga I e II, Curva da Ferradura e Quinta dos Gamoais de Baixo), vales abertos (Quinta da Torrinha, Raza I e II e Vale Minhoto), leitos de rios (Salto do Boi e Currais da Mó/Tomadias). Apenas o Castelo de Algodres se localiza numa área planáltica, onde os percursos não serão tão condicionados como os de um leito de um rio, um vale aberto, ou mesmo uma várzea.

As especificidades geomorfológicas parecem assumir, novamente, um papel identificador de um território, sendo visíveis na linha de horizonte. A única exceção é novamente o Castelo de Algodres, que visualiza Seixo e São Gabriel sem ser no horizonte. Este último lugar em conjunto com a Serra da Marofa, e o sítio não ocupado do Facho, reúnem o número maior de visibilidades.

Tendo em consideração tudo o que foi dito, que tipos de papel terão tido todos estes lugares numa hipotética estruturação de um território? Qual a sua dinâmica?

Novamente se chama a atenção para o tipo de informação existente; apenas dois sítios escavados e outros três sondados, o que forçosamente torna todas as sugestões, provisórias e susceptíveis de profundas alterações. No entanto, é importante elaborar um conjunto de ideias, que eventualmente, se poderão tornar em base de trabalho e discussão futura.

O que sobressai imediatamente é a ideia de espaços (aqui na acepção de espaços geográficos) interseccionados, as linhas de mobilidade, as linhas de horizonte, as visibilidades e intervisibilidades, constituem um novelo de intersecções no território. Este novelo, este conjunto intenso de intersecções, formadas por mobilidades correspondem ao habitar efectivo de um espaço, à apreensão de um território. A mobilidade num território constituído por lugares abertos (vales amplos, várzeas, planaltos) e fechados (vales exíguos, leitos de rio encaixados), cada visibilidade ou vista é única, podendo constituir “marcos territoriais”. Ao caminharmos num território apreendemo-lo, o que se vê e o que não se vê tornam-se unificados, tornam-se percebidos, o que é visível agora, e o que não é, mas que sabemos que o será, ao continuarmos o percurso. A percepção do mundo incorpora a percepção do lugar onde se está, onde se habita, onde a “vivência” sistematicamente acontece. Desta forma, sugere-se que os diversos lugares de habitação de um território, não passam por um único sítio, “o povoado aberto”, o recinto ou mesmo as especificidades geomorfológicas com vestígios de ocupação. Passam por todos eles, num processo constante de

integração de uma comunidade numa paisagem e em todas as acções praticadas por essa comunidade. Lugares imersos no mundo, não opostos ou separado dele, e comunidade(s) igualmente imersas no mundo, não opostas ou separado dele, ou seja, lugares habitados, vivenciados, percebidos por comunidade(s), que continuamente apreendem um território. Na implantação dos sítios são criadas oposições entre vistas abertas e fechadas, de horizontes planálticos e de vales abertos ou horizontes cortados por montanhas e vales fechados. Sugere-se assim, que a mobilidade e a ocupação de espaços diferenciados constituam a dinâmica de um território. Essa dinâmica estaria em constante estruturação.

Todos os sítios possuiriam um papel integrador/integrado na paisagem, o sentido de lugar era inerente ao sítio. Mas, tendo em consideração as diferenças e as variabilidades apontadas ao longo deste capítulo entre os sítios, quer a nível da sua implantação, quer de área ocupada num espaço geográfico, os sentidos de cada lugar, provavelmente seriam diferentes.

Os recintos, e tendo em conta a informação disponível para Castelo Velho de Freixo de Numão e para Castanheiro do Vento, parecem ter desempenhado um conjunto variado de papéis, do qual sobressai no tempo longo, a acção estruturadora/identificadora de uma, ou várias comunidades; o lugar era imanente a quem constantemente o elaborava, configurava, reconfigurava.<sup>185</sup> E esta elaboração constante tornava aqueles sítios “lugares persistentes” (POLLARD 2000).

A implantação destes locais parece não estar apenas em relação a superfícies específicas ou significantes. A variabilidade é um factor, como já vimos, a ter em conta. A visão restrita/truncada parece “encaminhar” o sítio para determinados pontos na paisagem, ou mesmo áreas determinadas. Existe assim uma combinação de superfícies que em última análise podemos interpretar como lugares determinados que abarcam uma área de paisagem já referenciada por aquelas comunidades.

Essa área, independentemente das suas superfícies, montes, colinas, vales, planaltos, é constantemente percorrida, habitada. As linhas de mobilidade, apenas enquanto redes de percursos não seriam importantes. O que se torna marcante são as linhas entre todo o tipo de lugares, linhas que formariam um “rendilhado” do território. Ou seja, o território não é constituído por lugares e redes de percursos entre eles, mas sim por esse “rendilhado” amplamente percorrido por caminhos sistemáticos, mas também obrigatoriamente não definidos.

---

<sup>185</sup> Tornaremos a estas ideias no próximo capítulo.



O espaço geográfico torna-se assim “móvel”, como as especificidades geomorfológicas e como todos os outros lugares. O espaço geográfico torna-se assim total, não compartimentado por linhas e redes, mas sim constantemente usado, utilizado e reformulado, isto é, um espaço totalmente visível, incorporado, não como acção de o conhecer, mas sim de o viver. Uma hipotética ordenação territorial não existe, assim como não nos parece existir uma modelização do espaço através de redes entre lugares, pela simples aparência de que esse espaço é constantemente organizado, definido e redefinido. O habitar um espaço implica movimento, conhecimento de lugares onde se torna importante ir; pescar em vários locais de um rio ou ribeira, caçar em diferentes pontos, ou mesmo seguir animais, recolher frutos em sítios diferentes, cultivar pequenos nichos de terra, implica como já dissemos, mobilidade, mobilidade essa de pequenos ou grandes grupos, mas sempre “móveis”.

Mas, não só a mobilidade dos indivíduos, dos grupos ou das comunidades é constante, como o próprio território é “móvel”. Torna-se um factor essencial da dinâmica estruturante de uma comunidade, não só ao nível do(s) percurso(s) mas também ao nível da reformulação constante dessas linhas/redes que no seu talhe “rendilhado” estruturam dinamicamente o território.

Por outro lado, os recintos adquirem um papel de carácter mais identitário, onde o trabalho de configuração, de manutenção do lugar, acontece, onde uma “ocupação” mais episódica envolve um tempo específico e esse lugar específico, onde a conformação do espaço pode prefigurar memórias sociais e relações de sociabilidade.

As especificidades geomorfológicas acentuam esse papel identitário, não só a nível da paisagem, como parte integrada e polarizadora de áreas e mobilidades, mas também como parte integrante dessa paisagem, porque são pontos nas linhas de horizonte de quase todos os lugares e de quase toda a paisagem, porque existem percursos que atingem os seus topos e porque, provavelmente permitem uma aproximação visual a um território que uma comunidade começa a sentir como seu, de uma forma diferente das populações do 4º milénio a.C. e que será diferente das populações dos finais do 2º milénio.

Não serão apenas os lugares arqueológicos que estruturam uma “rede local de povoamento”, mas sim as constantes mobilidade e os diferentes lugares, os diversos significados que possuem e o contínuo habitar do espaço, que dinamizam uma área estruturando-a ao mesmo tempo. O processo terá várias dinâmicas, diferentes temporalidades e diversas escalas. Os lugares como parte integrante deste “rendilhado”

constituem uma imagem das relações sociais/sociabilidades dessa comunidade. Uma comunidade cujas relações entre grupos seriam lassas, segmentadas, isto é, “móveis”. Onde o poder estaria repartido por grande variedade de pessoas e onde esses diversos lugares começam a exercer um papel, apenas observável no tempo longo, de identificação com um grupo e ao mesmo tempo com um território, de sedimentação de uma ordem e de um sentido de lugar(es). O território é um imbricado de acções onde as dicotomias natural/cultural, doméstico/sagrado não têm significado. A paisagem, o homem, as acções são contextos intrínsecos ao habitar. São um só, não no sentido de unidade, mas sim de variabilidade enquanto percorrido, tecido, habitado.

## **5. DIVERSAS ESCALAS:**

### **O ESPAÇO E A ARQUITECTURA DE UM TERRITÓRIO**

“(…) que alternativas temos para a compreensão das sociedades da pré-história recente a sua actividade construtora de “territórios”, isto é, de espaços de tradição comunitária distintos uns dos outros?” (JORGE, V. 2005:258)

*“Essa necessidade é a de criar conceitos novos através da “construção de espaços” estruturados de acção social colectiva. São assim construções estruturantes do pensamento e da vida individual e comunitária, não somente porque a sua construção e manutenção exige a congregação dos esforços de toda a comunidade – o que no Crasto de Palheiros atinge uma dimensão inusitada –, mas porque as práticas sociais que aí têm lugar se articulam intimamente com os planos arquitectónicos e têm sempre, como pano de fundo, mas também como objecto, o território” (SANCHES 2003:117). Os itálicos são da autora.*

*“O recinto murado só é operacional enquanto elemento dum sistema tentacular que, para criar poder e identidade, vive da urdidura dum teia de lugares ligados em rede. Essa rede é frágil, pelo que muitos destes sítios foram rapidamente desactivados. Outros sofreram longas utilizações, sem que nos seja permitido reconhecer hiatos de uso (...). Mas a sua aparição, sobretudo a partir de finais do 4º milénio a.C., fundamenta a convicção de que estes lugares inauguram uma outra forma de construir e representar espaço e tempo, e, assim, exercer novos tipos de poder” (JORGE, S. 2005:217). Os itálicos são da autora.*

As citações anteriores remetem-nos para um conjunto de questões de âmbito problemático e interpretativo que gostaríamos de referenciar ao longo deste capítulo. Mas para isso acontecer, temos de voltar aos recintos, e especificamente àqueles que melhor conhecemos na área desta investigação: Castanheiro do Vento, como objecto potenciador deste trabalho e Castelo Velho de Freixo de Numão por ser matéria de estudo desde 1989.

São recintos, são lugares construídos porque habitados, mantidos, reformulados, são pontos destacados na paisagem, são lugares incontornáveis de referência visual. São igualmente lugares de complexa organização interior, apresentam passagens que

condicionam os percursos de acesso ao interior/exterior do sítio e muretes que delimitam espaços e visibilidades. Ambos parecem ter uma cronologia muito ampla (1500/1700 anos) de espaços habitados. As suas arquitecturas de materiais diversos permitem alterações de pormenor, ou mesmo transformações de projecto. São passíveis de modificações que permitem novas e diferentes leituras de significados e representações de uma comunidade. As reconfigurações e constantes manutenções destes sítios permitem dotá-los de um significado social importante.

Já descrevemos e analisamos as materialidades estruturais constituintes de Castanheiro do Vento. Já ensaiámos discursos de implantação destes e outros sítios num espaço, atentámos às questões de visibilidade e inter visibilidade, à implantação e conexão destes lugares integrados em linhas/”rendilhados” de mobilidade, criando assim, não só interligações entre eles, como uma espécie de redes interconectadas de comunicação. Desta forma falta, apesar de muito do que escrevemos, estar subjacente, enquadrá-los num “território”, que não o geográfico, mas sim o social.

Que tipo de comunidade(s) construiu(iram) determinadas relações de sociabilidade que lhes permitiram agenciar este “território” construído/habitado?

É claro que esta questão, neste momento em que os trabalhos de investigação decorrem, é impossível de responder. Neste momento encontramos-nos num ponto de chegada de uma investigação, temos consciência de que é importante um novo espaço interpretativo, diferente do enquadramento histórico-cultural e processual, onde se torne cada vez mais necessário estudar as materialidades de um sítio por contextos precisos, identificando processos de sedimentação, de deposição e “limpeza”, de momentos de elaboração, manutenção e reconfiguração, que a investigação avance a diversas escalas; do micro-espaço estrutural, do sítio, da paisagem e constantemente interligá-los e questioná-los.

Contudo, algo faltaria, se não sugeríssemos um conjunto de ideias que terão sempre que ser entendidas como propostas preliminares, como sugestões que obrigatoriamente deverão ser revistas, melhoradas e ultrapassadas.

Desta forma, é necessário reformular a pergunta:

Que expressões de carácter arqueológico conhecemos neste “território”, que possamos pensá-las como integradoras de uma matriz social em relação a representações espaciais e arquitectónicas?

Podemos começar por aquelas que, aparentemente, se nos apresentam como as mais invisíveis, mas que por outro lado, podem suscitar algumas reflexões; as

“tumulações” e a “arte”, englobando nesta última, apenas como expediente de discurso, as estelas antropomórficas e as pinturas atribuíveis ao 3º milénio a.C.

## **5.1 As Expressões de Carácter Arqueológico: Diálogos entre Escalas**

Embora numa área próxima ao nosso “território” de análise haja indícios de sepulcros de origem neolítica (CRUZ 1998<sup>186</sup> e HEITOR 2002<sup>187</sup>), a zona entre o rio Torto e a ribeira de Aguiar apenas fornece alguns elementos oriundos de informações orais, documentação histórica e prospecções arqueológicas, que remetem para a provável existência de monumentos megalíticos<sup>188</sup> (COIXÃO 1996 e CARVALHO 2003). Apenas entre a Ribeira de Aguiar e o Rio Águeda foi identificada uma área de tumulações no sítio da Malhada (Escalhão), (CARVALHO 2003:233 e 271).

A área desta investigação possui apenas dois elementos informativos: as cistas de Vale da Cerva (MARTINHO 1983, CRUZ 1998 e CRUZ, GOMES e CARVALHO 1998) e uma estrutura pétreia com inumações humanas em Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE, S., OLIVEIRA, NUNES e GOMES 1998/99 e JORGE, S. 2005). Estas duas situações remetem-nos para um universo heterogéneo e complexo.

Vale da Cerva tem uma implantação junto ao Rio Douro, num terraço. As inumações são individuais ou restritas (CRUZ 1998a:162 e 1998b:393) contendo apenas ossos, num caso de adulto, noutro de uma criança, enquanto a estrutura pétreia de Castelo Velho de Freixo de Numão está localizada no alto de um morro, no remate de um esporão, estando a estrutura virada a Oeste, entre dois muretes. Continha deposições secundárias de 8 a 10 indivíduos (uma criança, vários adolescentes e jovens adultos) associados a pesos de tear e fragmentos cerâmicos (JORGE, S., OLIVEIRA, NUNES e GOMES 1998/99). Estas duas situações tão específicas e diferentes parecem querer sugerir a existência de actividades marcadamente sociais, e claramente antagónicas à

---

<sup>186</sup> O trabalho de Domingos Cruz de 1998, refere-se a uma área entre o Rio Paiva e o Rio Távora.

<sup>187</sup> A dissertação de mestrado de António Heitor tem como áreas geográficas de estudo, os concelhos de São João da Pesqueira e Tabuaço. Este autor refere-se aos núcleos megalíticos da Areita, de São Domingos e da Senhora do Monte, este último bastante próximo do limite ocidental do nosso trabalho.

<sup>188</sup> As referências a prováveis monumentos megalíticos remetem para a área do planalto das Chãs e Santa Comba, nas zonas da Tapada da Lameira, Mancheia e Chão Redondo, facto igualmente já notado por Carvalho, 2003:266.

dicotomia entre espaços “domésticos” e espaços “sagrados”, onde numa dessas situações, a circulação de ossos humanos entre vários espaços poderá ter acontecido (JORGE S. 1999:83). O quadro, apesar de diminuto, parece dizer-nos que a atitude perante os enterramentos poderá ter-se alterado. Passamos de uma situação de implantação na paisagem, visível, observável, como a dos monumentos megalíticos do 4º milénio a.C. para uma situação mais restrita, mais circunscrita. É notória uma mudança de sentidos. O habitar a paisagem altera-se, ou melhor está em alteração.

A segunda expressão de carácter arqueológico que nos poderá sugerir vectores de percepção de uma matriz social relaciona-se com a “arte”. Vejamos primeiro os locais onde aparecem estelas antropomórficas.

A maior parte destas peças surgem descontextualizadas (Quinta do Couquinho, Quinta de Vale Maior e Moncorvo (JORGE S. 1999:88). Apenas podemos referir dois contextos precisos para estas representações, geralmente aceites como estelas do 3º milénio a.C., Cabeço da Mina (Vila Flor) e Castelo Velho de Freixo de Numão. Este último encontra-se largamente descrito neste trabalho, enquanto Cabeço da Mina corresponde a um possível recinto, no topo de um cerro, onde parece existir um murete. Este cabeço encontra-se bem destacado na paisagem sobre um vale muito fértil. No entanto, em Cabeço da Mina, e tendo em conta a grande quantidade de estelas recuperadas, parece ter um significado diferente de Castelo Velho de Freixo de Numão, onde apenas foi recuperada uma estela. Estas diferenças levaram alguns autores a questionar:

“Qual a relação entre este tipo de recintos e outros como o Castelo Velho de Freixo de Numão, onde parece terem-se encenado actos da vida quotidiana ritualizada? Qual a articulação destes núcleos densos de estelas com outros achados mais avulsos, ou isolados, das mesmas? Qual a possível conexão entre estes “lugares centrais” religiosos e a relativa dispersão no espaço de sítios pintados ou gravados (tradicionalmente designados estações de arte rupestre) que, sendo nuns casos neolíticos e noutros podendo datar da Idade do Bronze, sem dúvida terão conhecido também uma etapa calcolítica?” (JORGE, S. e JORGE, V. 2005: 141).

As respostas não podem ser dadas. A estação arqueológica de Cabeço da Mina encontra-se por escavar, e os elementos informativos que possuímos são escassos. O trabalho de reflexão sobre Castelo Velho de Freixo de Numão continua e a escavação de Castanheiro do Vento ainda se processa. Há que ter em conta o número de recintos que parecem existir nesta área, e resta saber que tipo de lugares existe em redor de Cabeço da Mina. Sabemos apenas que este lugar é de importância excepcional, integrado num

contexto mais vasto e que para podermos responder a algumas daquelas questões teremos que avançar para o campo, escavar e prospectar.



Fig. 326 – Estela de Castelo Velho de Freixo de Numão. O segmento de recta corresponde a 10 cm. Foto de Vítor Oliveira Jorge e tratamento informático de João Muralha.



Fig. 327 – Estela antropomórfica do Cabeço da Mina (verso e reverso). Altura da peça: 85 cm. JORGE, S. 1999:87, Foto de Vítor Oliveira Jorge, tratamento informático de João Muralha.

O esquematismo é evidente, assim como as diferenças. A estela de Castelo Velho de Freixo de Numão é bastante mais pequena e apresenta apenas um afeiçoamento do granito, enquanto as estelas de Cabeço da Mina, são monólitos de pequena a média dimensão, igualmente em granito ou xisto, apresentando gravações de motivos anatómicos (olhos, nariz, boca, braços) e outros motivos complementares (insígnias, colares e cintos). As armas estão sempre ausentes. É necessário valorizar alguns aspectos nesta reflexão. A grande quantidade de estelas que aparentemente não estão confinadas ao topo do cerro (provável recinto) e que estariam implantadas pela encosta, encosta essa que vai ao encontro de um vale muito fértil. Um provável

significado relacionar-se-ia com esse vale, importante, pois o cabeço domina-o de uma forma impositiva e visual, mas não toma “posse” dele, como parece antever mais tarde a implantação da estela de Longroiva, como veremos.

Por outro lado é importante assinalar aqui as estelas, não só as de xisto “azulado”, como de um xisto local, que têm aparecido em Castanheiro do Vento. O seu significado e carácter será provavelmente diferente, mas neste momento dos trabalhos não podemos sugerir sentidos interpretativos, além de assinalar a sua presença.

Segundo Susana Oliveira Jorge (1999:88), já nos finais do 3º milénio a.C. e inícios do 2º milénio a.C., os contextos onde estas materialidades surgem são completamente diferentes, assim como as temáticas. Na nossa área de trabalho, e provavelmente para um contexto cronológico um pouco mais recente (meados do 2º milénio a.C.), apenas existe a estela de Longroiva. É uma estela que aproveita a face lisa de um grande bloco de granito onde foi gravado ao centro uma imagem masculina, armada com uma alabarda, provavelmente de tipo Carrapatas<sup>189</sup>, um arco e um punhal de lâmina triangular.



Fig. 328 – Estela de Longroiva. Imagem retirada de VV.AA. 1995:22. Fotografia de José Pessoa, Arquivo Nacional de Fotografia. Tratamento informático de João Muralha.

<sup>189</sup> Sobre este tipo de alabardas, ver a entrada “Alabardas de Tipo Carrapatas” de Maria de Jesus Sanches no catálogo da exposição *A Idade do Bronze em Portugal, Discursos de Poder*, 1995:29-30.



Esta estátua-menir apresenta um conjunto de particularidades já sugeridas por Vítor Oliveira Jorge:

“ O grande interesse desta peça, para além da raridade das estátuas-menires em toda a Península, advém, por um lado, da iconografia das armas, bem definida e cuja cronologia é segura, por outro, a posição central da figura humana, e o facto da saliência distal do bloco coincidir com o topo da cabeça, torna evidente a preocupação em identificar a totalidade do bloco com o próprio personagem, como se de um bloco antropomórfico ou de uma estátua-menir se tratasse” (VV.AA. (JORGE, V.) 1995:22).

Esta estátua terá sido concebida para estar fincada verticalmente no solo. Hoje, e tendo em conta o local onde foi encontrada, no meio da depressão de Longroiva, na Quinta da Canameira, podemos sugerir uma relação a um conjunto de sítios provavelmente coetâneos. O recinto do Alto da Lamigueira, que através de elementos de prospecção, forneceu um conjunto de materialidades que apontam uma cronologia que poderá ir de meados/ finais do 3º milénio a.C. a meados do 2º milénio a.C. Os sítios do Vale da Veiga I e Quinta dos Gamoais de Baixo são locais de várzea hoje completamente destruídos, onde apenas podemos sugerir uma provável relação.

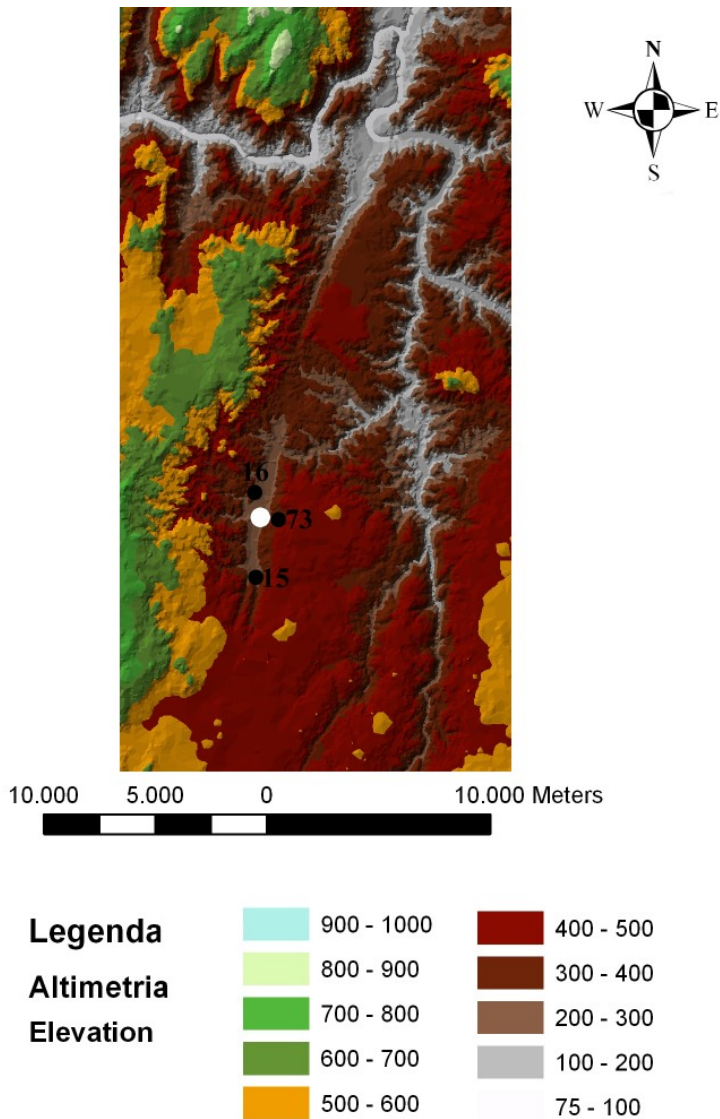


Fig. 329 – Local onde foi encontrada a Estela de Longroiva (circulo branco) em relação ao recinto do Alto da Lamigueira, (nº73) e aos sítios de Quinta de Gamoais de Baixo (nº15) e Vale da Veiga I (nº16).

Tendo em consideração este enquadramento e a própria interpretação desta estela, é de sugerir uma relação de âmbito “social” entre aquele achado e o recinto do Alto da Lamigueira. O facto de a estela estar (supondo que seria essa a sua implantação inicial) no fundo da depressão, no meio de uma várzea, poderá sugerir diferentes formas de habitar um espaço. Poderá sugerir novos conceitos de estar num “território”, poderá pressupor uma nova forma de pertença a um espaço, neste caso, o fértil *graben* de Longroiva.

Esta nova iconografia remete-nos para um conjunto de reflexões que consideramos pertinente fazer:

- parece marcar uma área muito fértil, e a sua implantação no centro dessa mesma área parece marcar categoricamente esse espaço. Um espaço de vale aberto, facilmente percorrido por vários tipos de linhas de mobilidade;

- marca um lugar, diferente dos lugares anteriores, como os recintos e as grandes especificidades geomorfológicas;

- parece marcar um centro, um centro de actividade agrícola, embora os solos desta várzea obrigassem a uma “tecnologia” mais “sofisticada”, como provavelmente o arado e a tracção, ao contrário dos recintos que se implantam olhando essas terras (Castanheiro do Vento, por exemplo, “olha” o grande vale da ribeira da Teja, e o Alto da Lamigueira, “olha” a depressão de Longroiva);

- o grande número de estelas de Cabeço da Mina, e mesmo as de Castanheiro do Vento, contrastam com a individualidade que a estela de Longroiva parece querer representar, ou seja, a emergência de um poder, menos repartido, menos segmentado parece estar aqui figurado;

- a estela é portadora de um conjunto de símbolos que lhe confere só por si uma posição destacada na comunidade, representação ancestral ou representação de poder efectivo, esta estela parece configurar um novo contexto comunitário.

Os locais da tradicionalmente chamada “arte rupestre” encontram-se igualmente representados nesta área. Embora o ciclo artístico do Paleolítico Superior seja o mais relevante, existem no entanto alguns exemplos de arte pós-glaciar. O mapa seguinte cartografa as áreas onde foram identificadas.

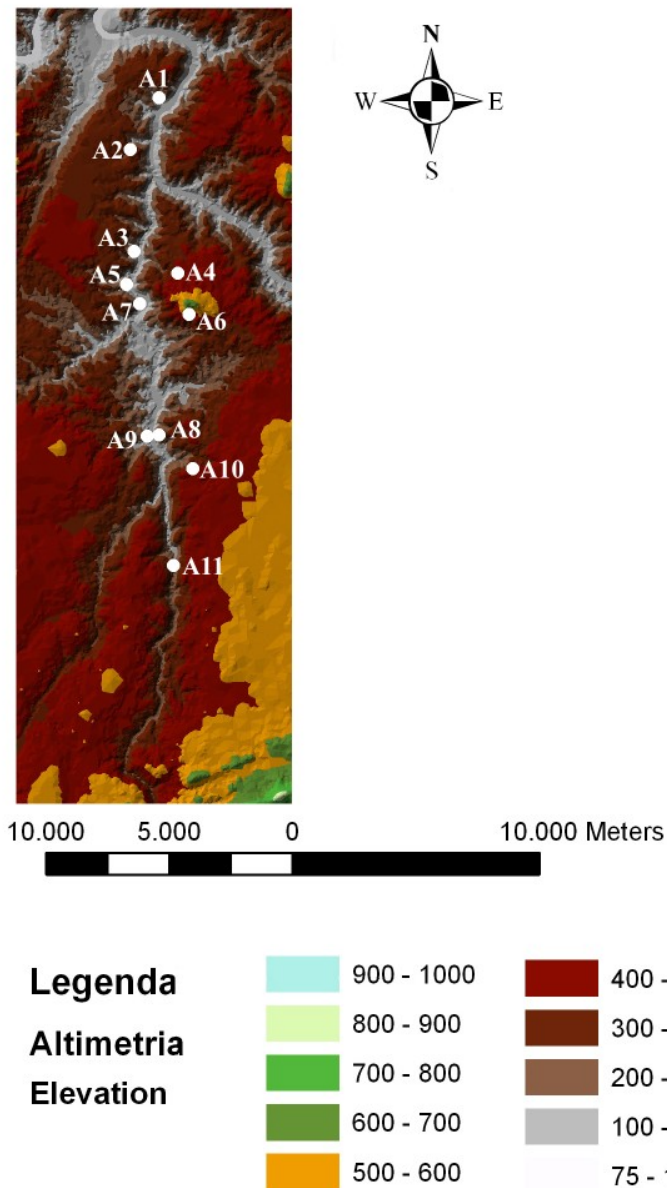


Fig. 330 – Implantação dos locais com arte rupestre do 4º ao 2º milénio a.C. Adaptado de BAPTISTA e GOMES 1997:215. Legenda: A1-Vale da Casa, A2-Vale Cabrões, A3-Canada do Inferno, A4-Namorados, A5-Vale de Figueira, A6-São Gabriel, A7-Ribeira de Piscos, A8-Quinta da Barca, A9-Penascosa, A10-Abrigo da Ribeirinha, A11-Faia.

É notória a implantação da arte pós-glaciar ao longo do rio Côa, especialmente junto à confluência dos seus afluentes (CARVALHO 2003:271)<sup>190</sup>. Para o interior destes afluentes, até ao momento dos trabalhos que têm sido desenvolvidos pelo Centro Nacional de Arte Rupestre, parecem não ter qualquer tipo de gravura. A implantação acontece assim, ao longo do Côa, em áreas planálticas e na grande crista quartzítica de

<sup>190</sup> Este autor remete para uma publicação, a qual, infelizmente não conseguimos consultar: CARVALHO, A. F., e BAPTISTA, A. M., (2002), Late Prehistory and rock-art in the Côa valley (Northeast of Portugal). Comunicação apresentada no 67th Annual Meeting of the Society for American Archaeology. Denver (E.U.A.) 22-24 de Março.

São Gabriel. A cronologia é bastante difícil de precisar e os temas principais são figuras antropomórficas esquemáticas (BAPTISTA 1999). Com algum grau de probabilidade, as gravuras que poderão efectivamente pertencer ao período sobre o qual esta investigação se debruça resumem-se ao Vale da Casa (A-1), à rocha do Namorado (A-4) e São Gabriel (A-6). Correspondem a figuras antropomórficas esquematizadas, à excepção de São Gabriel. Aqui foi identificada uma gravura pintada muito esbatida, sendo impossível a sua interpretação. No entanto, e como já referimos, só este facto vem reforçar ainda mais o papel estruturador desta crista em todo este território.

As lajes e/ou rochas com “cavinhas” são outra expressão de carácter arqueológico que tem sido identificada nesta área. A sua integração num determinado período cronológico é impossível de fazer, a não ser que a sua identificação seja contextualizada. Durante as escavações de Castanheiro do Vento têm sido encontradas algumas lajes, quer do xisto local, quer do xisto “azulado”, que apresentam esta particularidade. São lajes médias, não excedendo os 0,60 m de comprimento por 0,40 m de largura, e contêm uma ou várias “cavinhas” (nunca ultrapassando as cinco - pelo menos até à fase actual dos trabalhos). A interpretação desta representação depende sempre do seu contexto de origem. Por exemplo, no grande complexo de arte rupestre de Valcamónica (Itália) surgem sempre em áreas de início da gravação da rocha<sup>191</sup>. Em Castanheiro do Vento, só com o decorrer dos trabalhos poderemos avançar com algumas hipóteses interpretativas que contemplem algumas sugestões.

Recentemente foi identificada uma grande laje de xisto, com 1,50 m de comprimento e 1,00 m de largura nos seus eixos maiores, com a representação de uma figura antropomórfica e com “cavinhas”. O local onde foi recolhida situa-se a cerca de mil metros do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão, para Noroeste. O seu estudo ainda não foi feito, mas pode-se sugerir com algum grau de certeza uma contemporaneidade ao referido recinto. A admitirmos que o seu contexto inicial seria aquele, ou muito próximo, a laje encontrava-se sobranceira a um grande vale aberto.

---

<sup>191</sup> Informação pessoal de António Martinho Baptista a quem agradecemos.

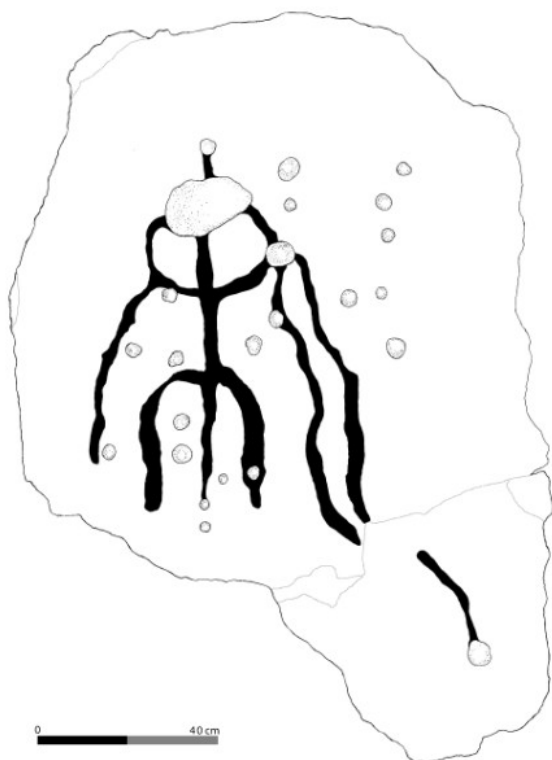


Figura 331 – Estela do Caga Cão. Levantamento de campo e tintagem de Bárbara Carvalho (inérita).

Se tornarmos a voltar à escala dos recintos inseridos num território mais circunscrito, isto é, o território por onde esta investigação se move, surgem-nos outras questões. Outras questões proporcionadas por olhar o nosso “objecto” de estudo, o lugar de Castanheiro do Vento, os outros lugares e todo o espaço habitado, valorizando a procura e o diálogo com outros campos disciplinares. Só assim se conseguirá encontrar novas e diferentes “visibilidades” para estas comunidades-outras, só assim poderemos formular novas questões e mesmo reformular outras mais “velhas”, tornando a nossa análise mais rica, problematizante e dialogante.

## 5.2 A escala individual: o corpo num território

Já referimos algumas questões relacionadas com o corpo na introdução ao capítulo 4 (ponto 4.1). A ideia central ligava-se à espacialidade localizada de um corpo. O corpo é o veículo de estar no mundo, está continuamente posicionado e envolvido em lugares, e esse posicionamento contínuo permite-lhe habitar um território. Se um corpo existe, é porque está em algum lugar, ou melhor, se existimos, estamos num lugar. A consciência de um lugar é uma consciência posicional (MERLEAU-PONTY 1945:114-180).

Parece importante que ao analisarmos lugares num espaço, sendo este, representações de uma determinada matriz de sociabilidades, o corpo deverá ser pensado enquanto imerso numa paisagem e não enquanto autor de um espaço.

A dicotomia explícita na última afirmação tem sido objecto de análise por muitos autores e já foi igualmente referida neste trabalho<sup>192</sup> (GIBSON 1986, INGOLD 2000, THOMAS 2004, JORGE, V. 2005).

A dualidade entre um corpo como substância material e um espírito como uma entidade imaterial que processa as informações que o corpo material lhe envia, tem raízes no pensamento cartesiano<sup>193</sup>. Esta dicotomia influenciou os postulados das ciências sociais que privilegiaram a mente enquanto promotora do conhecimento e acesso à “ciência”, enquanto o corpo se associava a um receptor de experiências e sensações transmitidas à mente, e assim se dissociava das análises sócio-históricas e espaciais.

Desta forma as ciências sociais ignoraram a natureza corpórea da vivência social. A interacção entre corpos e o seu posicionamento, muitas vezes é apresentada, como uma relação abstracta como se os corpos humanos pertencessem a actores, precisamente sem “corpo”<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> Cf. Introdução do capítulo 4.

<sup>193</sup> Ver, entre outros, Tim Ingold (2000:3-5, 16-17, 165-172, 258-260) e Julian Thomas (2004:12, 77, 83, 131-132, 172-180, 227).

<sup>194</sup> Esta tendência levou à presença do corpo apenas nas ciências biológicas, médicas e desportivas. No entanto os estereótipos criados por aquelas ciências e usados acriticamente reduzem efectivamente a acção social das pessoas. As diferenças biológicas e genéticas existentes têm sido usadas para justificar muitas políticas de carácter racista. As ciências sociais ao rejeitarem este “essencialismo biológico” falam de uma perspectiva “construtivista”; são os significados sociais agregados ao corpo que se tornam cruciais como objecto de estudo nas dinâmicas de formação das identidades e diferenças (HUBBARD, KITCHIN, BARTLEY e FULLER 2002).

Um das formas de tentarmos “re-colocar” o corpo numa análise de carácter arqueológico – porque ele esteve sempre lá – é considerarmos o corpo como um organismo humano. O processo de o “incorporar” num meio é o mesmo de o seu desenvolvimento nesse mesmo meio (INGOLD 2000:170). Não são dois processos separados; não existe um corpo num meio, nem um meio tem corpos. Os processos subjacentes à acção de um corpo num dado território são os próprios processos de desenvolvimento desse território. Não só a dicotomia corpo/espírito é ultrapassada como a dicotomia natureza/cultura. Não se trata de reposicionar o corpo dando-lhe a primazia sobre o espírito, ou seja, não se trata aqui de inverter a ideia dicotómica, transformando-a noutra dicotomia, de que o espírito recebe as informações que o corpo lhe transmite e lhes dá um sentido, passando a ser o corpo, através da percepção que tem sobre o meio, a condicionar o espírito. O corpo e espírito não são duas coisas separadas mas sim a mesma. Os processos de acção são aqui, os processos de acção do homem enquanto organismo incorporado num meio (INGOLD 2000:171).

Desta forma, uma visão integradora e contextual, sugerimos, deverá ser tentada. Uma visão que considere as acções humanas como únicas e não mecânicas. Uma visão que incorpore o homem num território, cujos processos de perceber, aprender, lembrar e pensar, são actos interrelacionados com esse território, onde ele constantemente se move e se relaciona. A história do homem enquanto indivíduo é uma história de sociabilidades com outros num envolvimento mútuo e integrado no seu meio/mundo.

Um exemplo que poderemos sugerir relaciona-se com a deposição secundária de ossos humanos da chamada estrutura “ritual” de Castelo Velho de Freixo de Numão. A manipulação desses ossos, o seu transporte e novas manipulações podem estar relacionadas a “citações” (JORGE, S. 2005) e formas de reiterar uma interligação a um mundo de relações entre pessoas, lugares e materialidades, a um mundo de sociabilidades, que não só não tem em conta a dicotomia corpo/espírito como não têm em conta a dicotomia espaço “doméstico”/espaço “sagrado”. O corpo aqui é entendido como imerso num mundo, num território que o envolve e pelo qual se move, mantendo elos de relação, ou melhor, elos sociais com a sua comunidade<sup>195</sup>.

---

<sup>195</sup> Não se trata aqui de sugerir qualquer tipo de “arqueologia da individualidade”, concedendo aos ossos humanos um significado associado à individualidade, conceito formado na modernidade (THOMAS 2004:147).



### **5.3 A(s) Arquitectura(s) e a escala de um território**

Ao longo deste trabalho temos tentado transmitir a ideia de que a elaboração, configuração e manutenção de lugares como Castanheiro do Vento e Castelo Velho de Freixo de Numão devem ser “olhadas” como um processo de elaboração, configuração e manutenção de uma comunidade habitando um território.

A(s) arquitectura(s) surgem aqui como um processo dialógico, constitutivo, negociado, dessa(s) comunidade(s) que se movimentavam, viviam e estruturavam a si próprias ao mesmo tempo que organizavam o “seu” território. “Seu” enquanto habitado, percorrido, vivido.

O lugar onde essa arquitectura existe é assim o território, todo um território que contém em si, outros lugares. Lugares diferentes, com significados distintos. Lugares que apesar de pertencerem todos a uma inescapável condição de existência, porque são lugares significantes, inseridos numa matriz da actividade vivencial de uma comunidade, têm diferentes arquitecturas, geradas por diferentes envolvimento com a paisagem e com diversos entrelaçados de acções.

Olhámos a arquitectura de Castanheiro do Vento<sup>196</sup> como um processo fluído de habitar um espaço, um processo entretecido de acções complexas, entre esse espaço e as suas disponibilidades, condições, topografia e a própria comunidade.

Será que neste sentido podemos falar de um “lugar monumentalizado”?

Se entendermos “monumento” como intervenção/modificação de um espaço, com um plano previamente estabelecido e imposto à paisagem, pensamos que não. Mas se entendermos “monumento” como um processo fluído de “construir”, não na acepção de “interferir” mas sim de habitar, ou de continuamente ir “estando” e alterando o próprio significado de habitar, pensamos que sim.

O monumento, ou a monumentalização de um lugar, será assim entendida também como um processo de emergência de outra atitude de habitar a paisagem, de contar outras histórias, de criação de laços comunitários, de reformular constantemente a matriz social desses laços, tornando o acto de “construir” um acto de sociabilização, um acto “identitário”. Ao longo do 3º milénio a.C. a elaboração, manutenção e reconfiguração dos recintos poderá demonstrar novas formas de perceber o território. É neste sentido que os podemos chamar de “lugares monumentalizados” pois

---

<sup>196</sup> Cf. ponto 3.9.

não são lugares de “acções domésticas” ou de “acções do âmbito do sagrado”, de “acções construtivas” ou de “acções impositivas”, de “acções simbólicas” ou de “acções do quotidiano”; são tudo isto. São lugares de actividades recorrentes de sociabilizações constantes. São lugares estruturantes de uma matriz dinâmica de identidade de uma comunidade. Possuem um significado social importante.

Mas como?

Primeiro, e aquilo que nos ressalta imediatamente, é a acção de configurar um espaço, dotá-lo de volumes, mantê-lo. Vimos no capítulo 3 quais os materiais constituintes de Castanheiro do Vento (elementos pétreos, arbustivos, terra/argila, água). A dimensão do sítio implicaria um grande esforço de “construção” e um esforço continuado de manutenção, tendo, também em conta a cronologia do sítio. Seria assim necessário constantes “negociações”, ou melhor, formas de “negociar” dentro da comunidade, ou mesmo dentro de comunidades dispersas por um território. Uma “negociação” que não teria apenas como tema “o construir”, mas sim obter consensos que se plasmariam enquanto tal, no acto de “construir”. Seriam assim igualmente, lugares de interacção e transição. Lugares onde se negociava e percebia um certo posicionamento no mundo, na paisagem, na comunidade.

Segundo, o próprio acto de “construir”, além de consensos, provavelmente tornava-se ele próprio um “acontecimento”. Em determinadas alturas do ano, devido à utilização da terra enquanto elemento provável na construção das super-estruturas, só seria possível em determinadas condições climáticas (VALE, CARDOSO e JORGE, V. 2006:104) ou em determinados momentos em que qualquer renegociação comunitária implicasse um trabalho conjunto, ou assinalasse eventos particularmente importantes.

Terceiros, os recintos são, ou tornaram-se dispositivos comunicacionais (JORGE, V. 2002:25 e JORGE, S. 2005:184-185). A sua localização permite assegurar uma constante referência comunitária, uma referência que traduz, ou melhor, que implica um significado preciso no espaço, um marcador identitário (JORGE, S. 2005:166), um marcador que ao mesmo tempo que assinala a paisagem, está inserido nela. A ideia de lugar é aqui reconfigurada de forma a tornar-se visível, a tornar-se um elemento marcante, um elemento de pertença a uma comunidade que circula e habita numa paisagem.

Quarto, a diversidade e variabilidade das materialidades que configuram Castanheiro do Vento<sup>197</sup>, e tendo em conta as suas frequências, as suas localizações no sítio, as suas texturas e cores, pode sugerir uma cosmovisão plena de conotações e significados que contribuiriam para a existência de um diálogo constante (JORGE, V. 2006a:109) não só entre os “construtores” de Castanheiro do Vento como, a uma escala mais colectiva, entre essa comunidade e o próprio mundo onde se inseriam.

Quinto, a ideia da perdurabilidade também parece estar presente. O acto de construir e manter este lugar ao longo de 1500 anos traduz uma concepção de tempo. Um tempo longo onde os processos de sociabilização comunitária se estruturam dinamicamente e se reestruturam enquanto novas formas de relações sociais se vão estabelecendo. A perdurabilidade também parece estar associada a uma nova percepção e vivência da paisagem. Castanheiro do Vento, e provavelmente outros recintos e outras áreas significativas na paisagem, como as especificidades geomorfológicas, estruturam um território. Não só porque estão lá, mas também, porque são continuamente tecidos, mantidos e alterados, porque são lugares de constante passagem, de pessoas, bens, materialidades e ideias. Ideias acerca de uma comunidade e de um território. A perdurabilidade, porém, só terá sentido se o território for sistematicamente percorrido/habitado. Estes sítios só são lugares se estiverem permanentemente entretecidos com outros lugares e assim com o próprio território. Só desta forma, articulados, poderão desempenhar um papel agenciador de identidades e criador de novos ou diferentes poderes que ao longo do 3º milénio a.C. se formam e dinamizam, configurando uma nova percepção da paisagem e a constituição de outras relações de sociabilidades.

Mas serão apenas os recintos vistos enquanto monumentos, em relação com outros lugares, que desempenharam um papel fortemente identificador de uma comunidade num território?

Por um lado, os recintos terão sido lugares significantes e ao mesmo tempo potenciadores de um sentido identitário, mas não teriam sido os únicos.

É importante referir o papel que determinadas especificidades geomorfológicas poderão ter tido, não só como elementos estruturantes, mas também como elemento identificador de um território<sup>198</sup>.

---

<sup>197</sup> Cf. capítulo 3.

<sup>198</sup> Cf. capítulo 4.

Os elementos significantes de um território não se restringem aos recintos. A paisagem habitada é uma paisagem com lugares. É através desses lugares que a paisagem é experimentada, e é através da paisagem que esses lugares são vivenciados. O processo é biunívoco e é à escala da paisagem. Estes lugares – os recintos e especificidades geomorfológicas – têm de ser pensados como um entretecido/entrelaçado de linhas, não só de lugares interligados inseridos na paisagem, mas também como um todo de intencionalidades (“negociações”, acontecimentos, construção de sociabilidades e mesmo memórias sociais, enquanto histórias de uma comunidade, lugar de encontros, movimentos, associações) numa multiplicidade de temporalidades (constantes alterações/transformações não só físicas como do sentido de pertença ao lugar).

Esta situação poderá ser semelhante em áreas próximas àquela que analisamos. A norte do rio Douro, o Buraco da Pala (Mirandela) (SANCHES 1992 e 1997b), Crasto de Palheiros (Murça) (SANCHES 1997a, 1997b, 2002 e 2003) e Cabeço da Mina (Vila Flor) (JORGE, S. 1999), e na bacia do Mondego, Fraga da Pena (Fornos de Algodres) (VALERA 2006).

Julgamos que estes lugares, assim como outros que seria importante escavar (Alto da Lamigueira, Cerro do Bastião, Quinta da Abelheira), fazem parte deste entretecido que se estende por um território que ultrapassa as fronteiras desta investigação. Temos que “olhar” para todos estes lugares não numa acepção de “construção”, de “edificado”, mas sim numa vertente de lugares habitados, constantemente tecidos, em interacção constante com um mundo onde os seres vivos formam uma continuidade, constituem uma unidade com o território. Onde as comunidades modelam um território e ao mesmo tempo são modeladas por ele.

## 5.4 O território sem escala: emergências de poder

A ideia que gostaríamos de transmitir com o título deste breve sub-ponto relaciona-se com as questões de emergência de poder. É uma agenda complexa e considerável e mesmo caindo no erro de a analisar brevemente e sem grande profundidade, achamos que é importante sugerir/reflectir sobre alguns tópicos que poderão constituir-se como bases de futuras linhas de investigação.

Podemos, desta forma, questionar:

Como abordar as “lideranças emergentes” que este tipo de lugares, especialmente os recintos, parecem querer sugerir?

Parece ser perceptível que a “construção” e especialmente a manutenção dos recintos subentendem uma situação onde formas de “poder”, provavelmente muito pouco explícitas parecem despontar.

Parece igualmente importante não olhar para este processo de “lideranças emergentes” focando-nos apenas nos recintos. É necessário descentrarmo-nos e continuar a olhar o território. Não para procurar “fronteiras”, que como já sugerimos, provavelmente não existiam<sup>199</sup>; nem para encontrar “provas” de “hierarquizações” territoriais (sítios mais importantes que outros), mas sim para continuarmos a “pensar” esse território como um entretecido de relações, de mobilidades, um espaço habitado e continuamente percorrido.

A uma escala muito ampla, ou porque não, num território sem escala (pois esta torna-se tão ampla, que deixa de ser notada), parece que estamos perante um procedimento global de afirmação identitária de comunidades agro-pastoris com um sentido de mobilidade elevado. Este processo teria a sua máxima expressão num contínuo “estar” num território. Em vários lugares, desde os recintos que enquanto lugar de encontros, negociações e “acontecimentos” promoviam um forte sentido de grupo entre essas comunidades agro-pastoris, até aos pequenos lugares, implantados em áreas onde se podia pescar e caçar, ou até aqueles lugares onde se produzia uma agricultura ainda incipiente.

A ausência de um sistema estruturado e centralizado a nível social terá sido um factor essencial na elaboração e manutenção de lugares como Castanheiro do Vento. O

---

<sup>199</sup> Cf. capítulo 4, especialmente o ponto 4.6.

seu papel congregador e identitário impediria, mesmo de uma forma não expressa, a fragmentação da comunidade.

Estes lugares tornam-se assim, lugares excepcionais, não no sentido de exceções ao que se conhece<sup>200</sup>, mas sim excepcionais enquanto únicos para as comunidades que os “construíram”, reconfiguraram e exerceram ações de manutenção constantes.

Será neste contexto que, mesmo de uma forma não explícita ou marcadamente determinante, surgiram processos fluidos de “liderança” associados a questões de “construção”, do gesto técnico, de tessitura do espaço, organização de “acontecimentos” e mediação de conflitos esporádicos.

Estes lugares existem para diferentes pessoas, em distintas escalas espaciais, em diferentes níveis.

Para diferentes pessoas pois adivinha aqueles que dominam a “habilidade construtiva” e a podem ensinar, aqueles que estruturam o espaço e “decidem”,<sup>201</sup> o local de implantação das estruturas.

Em distintas escalas espaciais, como a existência de vários percursos, circuitos que Castanheiro do Vento parece possuir, circuitos parciais entre muretes, como circuitos mais complexos, ultrapassando vários muretes, utilizando várias passagens. A possibilidade de segmentar espaços com a elaboração de pequenos muros, que impedem a circulação, a oclusão de passagens, o estreitamento de acessos a estruturas e a passagens. A faculdade de poder aceder a determinados espaços, e mesmo a possibilidade de viver de uma forma mais contínua no local.

Em diferentes níveis, pois estes locais envolvem temporalidades complexas, não só a nível das estações do ano, como a nível do seu uso periódico, marcando “acontecimentos”, reformulando estruturas<sup>202</sup>, traduzindo memórias sociais e desenvolvendo algo parecido a uma actividade “reguladora”, no sentido em que um grupo participando num evento conjunto, participa, consciente de certas regularidades às quais tem de atender (BOURDIEU 1986:113). Desta forma as sociabilizações produzidas/acontecidas nos recintos constituem-se como *locus* de regularidades, as

---

<sup>200</sup> Neste caso concreto referimo-nos a questões de interpretação mais global. Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento e Fraga da Pena, têm sido interpretados por muitos investigadores, que não os seus escavadores, como exceções no universo interpretativo dos “povoados fortificados” (CARDOSO, J.L. 2002:267-269)

<sup>201</sup> É importante referir aqui, que este processo “decisório” provavelmente seria um processo constantemente negociado, conversado, e igualmente seria um processo de “grupo” ou de “conjunto”.

<sup>202</sup> Como por exemplo a estrutura tipo “bastião” B. Cf. capítulo 3.

acções acontecem de uma forma regular. Estes grupos, estas comunidades não obedecem a regras estritas ou rígidas, mas sim, moldam-se a comportamentos que traduzem regularidades (BOURDIEU 1986:114). É o conceito *habitus* de Pierre Bourdieu:

“(...) the habitus, the regulated tendency to generate regulated behaviours apart from any reference to rules in society in which the process of codification is not very advanced, the habitus is the source of most practices” (BOURDIEU 1986:114).

O conhecimento, para Pierre Bourdieu, não é importado pelo espírito para contextos da experiência, mas é gerado dentro desse contexto no decurso do envolvimento entre pessoas através da prática. Esse envolvimento faz com que as pessoas adquiram certas disposições e sensibilidades que as orientam em relação ao seu meio e as fazem agir da forma que agem, da forma que se espera que ajam. O *habitus* de Bourdieu existe no instante da acção, da actividade que se pratica no momento, desta forma podemos dizer que existe na prática<sup>203</sup>. Por outro lado, este conjunto de disposições e sensibilidades, enquanto incorporadas num corpo, num grupo, tendem a reproduzir a sociedade que as produziram<sup>204</sup>.

A matriz de sociabilidades deste tipo de comunidades poderia organizar-se, reproduzir-se, e evoluir dentro do contexto de elaboração, reconfiguração e manutenção dos recintos.

O “espaço social” de Bourdieu, entendido como um conjunto de pessoas, objectos, sensações e disposições, tende a dar forma às disposições corporais (como a forma de andar, a que podemos acrescentar, como a forma de utilizar um determinado “gesto técnico” que permite a configuração dos recintos) que por si próprias constituem uma identidade social. As estruturas fundamentais dos grupos, para este autor, têm as suas raízes na experiência primária do corpo.

O poder é um factor primordial nas reflexões de Bourdieu acerca das disposições corporais, analisadas aqui por Tim Cresswell.

“It is not the power that stems from king-like “powerful” people but power that emerges from the actions and reactions of people as they act in the world. Bodily movement is the one of the keys ways in which power is constituted” (CRESSWELL 2002:308).

---

<sup>203</sup> Cf Ingold 2000:162, onde este autor compara o *habitus* de Bourdieu com o seu conceito de *skill*.

<sup>204</sup> Grandes partes destas reflexões de Pierre Bourdieu foram desenvolvidas durante o seu trabalho de campo na Argélia, perante a observação de que o espaço doméstico, o espaço cosmológico e o espaço corporal, eram apenas um. Cf. BOURDIEU, P., (2000) “The Berber house or the world reversed”, *Interpretive Archaeology, a reader*, ed. By Julian Thomas, London, Leicester University Press pp.493-509.

O corpo torna-se o centro das sociabilidades. O poder é assim reproduzido através das práticas das pessoas que actuam de acordo com a incorporação dos esquemas de percepção e cognição dessa comunidade inserida numa paisagem. Os movimentos do corpo não estão seguros a regras e comportamentos pré-determinados, é constantemente necessária a inovação e improvisação assim como uma noção de “estratégia”:

“It is [strategy] the product of a practical sense, of a particular social game. This sense is acquired beginning in childhood, through participation in social activities, and particularly – in the case of Kabylia, and no doubt elsewhere as well – through participation in children games. The good player, who is at it where the embodiment of the game, is continually doing what needs to be done, what the game demands and requires. This presupposes a constant invention, an improvisation that is absolutely necessary in order for one to adapt to situations that are infinitely varied. This cannot be achieved by mechanical obedience to explicit, codified rules (when they exist)” (BOURDIEU 1986:112-113).

Se associarmos o conceito de *habitus* de Bourdieu<sup>205</sup>, com o conceito de *affordances* de Gibson, talvez possamos sugerir linhas de investigação que nos permitam olhar estas comunidades-outras como comunidades cujos processos de percepção e cognição estão entretecidos e imbuídos dentro dos contextos práticos da sua vivência na paisagem e no contínuo habitar diário.

Esta linha de investigação cortaria com um discurso histórico-culturalista e processualista, completamente afastado dos dualismos cartesianos de natureza/cultura, corpo/espírito, sujeito/objecto, entre muitos outros.

O pensamento de James Gibson como já vimos<sup>206</sup>, nega todas estas dicotomias. O autor refere que é um erro separar o natural do artificial, como se existissem dois meios, e comete-se outro erro, ao separar o meio cultural do meio natural, como se existisse um mundo de produtos mentais distinto do mundo de produtos naturais (GIBSON 1986:130).

Por seu lado, Pierre Bourdieu argumenta que o conhecimento cultural, em vez de ser importado para os parâmetros da actividade prática, é constituído dentro desses parâmetros, através do desenvolvimento de disposições e sensibilidades específicas que levam as pessoas a orientarem-se em relação com o seu meio (paisagem para nós), e a agirem da forma que agem. Não existe assim uma acção prática sobre o mundo, mas

---

<sup>205</sup> O esquema que aqui se apresenta do pensamento de Pierre Bourdieu é assumidamente incompleto e limitado e, de forma alguma, presta justiça à sua obra extremamente complexa.

<sup>206</sup> Cf. capítulo 2.



sim em relação com ele, não existe um corpo e um espírito separados, mas sim um corpo com disposições que age da forma que age, pois está em absoluta concordância com as suas disponibilidades e sensibilidades de percepção e cognição.

O conceito *affordances*<sup>207</sup> de James Gibson (GIBSON 1986:127-143) refere-se a propriedades do meio que incluem substâncias, superfícies<sup>208</sup> e objectos, directamente percebidas por um agente no contexto de uma acção prática. A percepção, para Gibson, é um processo activo e exploratório de recolha de informação. Uma recolha que se processa num movimento contínuo. Aquele que percebe não tem necessidade de reconstruir o mundo no seu pensamento, pois tem acesso directo a esse mundo ao movimentar-se (GIBSON 1986). A percepção de um objecto, de um acontecimento, implica a percepção daquilo que ele tem, do que nos transmite, do que nos dá, ou seja, as suas *affordances*. Não há limite para a percepção, assim como não há limite para as *affordances* enquanto o sistema de percepção estiver aberto a novas e constantes informações. Este sistema é ensinado, não através de um conjunto pré-estabelecido de conceitos e esquemas que processamos cognitivamente, mas sim através do dia-a-dia, das tarefas que desempenhamos e que requerem uma habilidade prática que respondem a aspectos do mundo. Aprender não é transmissão de informação, mas sim “educação da atenção” (GIBSON 1986:238-263).

O pensamento de Pierre Bourdieu, não se esgota no conceito de *habitus*., aqui referido. Aliás, esse conceito tem que ser sempre enquadrado numa das ideias fundamentais daquele autor, opostas ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Bourdieu ultrapassa o “fatalismo” e a desconfiança na ciência, dizendo que tudo o que tem impressa uma acção do homem, é social, e sendo social, é objecto de investigação. Claro que é necessário ter os métodos e ferramentas apropriadas. Desta forma, e para Bourdieu, a ciência pode melhorar se forem desenvolvidas constantemente novas técnicas e metodologias. O *habitus* faz parte das técnicas que o autor desenvolveu<sup>209</sup>.

O elo entre *affordances* e *habitus* poderá ser feito através do conceito de prática. Indivíduos numa paisagem produzem e reproduzem práticas semelhantes e

---

<sup>207</sup> A tradução desta palavra torna-se difícil. Optámos por manter o original, pois como o próprio Gibson diz “The verb to afford is found in the dictionary, but the noun affordances is not. I have made it up. I mean by it something that refers to both the environment and the animal in a way that no existing term does. It implies the complementarity of the animal and the environment” (1986:127).

<sup>208</sup> Cf. capítulo 2.

<sup>209</sup> O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu não será completamente percebido sem uma alusão aos conceitos de “campo” e de “capital”. O “campo” é um conjunto de posições hierarquicamente estruturadas e desenvolvidas de acordo com uma lógica especial e regras específicas. Estas posições são constituídas por “agentes” equipados com diferentes formas de “capital”; o económico, o cultural e o social e diferentes “habitus” (GLORSTAD 2000:187-188)

consequentemente partilham as mesmas *affordances*. Desta forma, estas são centrais ao *habitus* de uma comunidade. O conceito de *affordances* poderá, até, ter desempenhado um papel importante na emergência de poder. Veja-se a localização da estela de Longroiva, no meio de um contexto/nicho ecológico muito preciso. Note-se igualmente a implantação dos recintos, dominando grandes áreas de terras férteis, de pastoreio, de caça.

Este elo poderá assim, entreabrir uma pequena fresta, para olharmos um conjunto de “velhas” questões a uma outra luz.

a) Que tipo de acções ocorreram na paisagem? Qual a sua natureza, as suas características, a sua implantação?

Ou seja, que tipo de “construções” são elaboradas? Onde se localizam e que significados podem ter? Quais as diferenças entre a implantação dos recintos, e os outros lugares? Que formas de “discurso arquitectónico emergem? E porque são diferentes?

b) Como é que essas acções se alteraram ao longo do tempo? Que tipo de significado(s) podem ter em relação à paisagem?

Ou seja, qual é o “gesto técnico” inerente à configuração dos lugares? Será possível encontrar discontinuidades no “gesto técnico” que se traduzem em novas formas de configuração? Que relações existem, se as detectarmos, entre os lugares circunscritos, como os recintos e a paisagem?

c) Qual a importância das características temporais e espaciais das diversas acções ocorridas enquanto fundamentais, ou mesmo básicas, de acções de sociabilidades?

Ou seja, qual o significado das passagens, dos sistemas de oclusão, da elaboração de estruturas nos recintos? Onde estão implantados, que tipo de materialidades contêm? Que sentidos poderemos sugerir para as deposições? Serão acções de carácter “ritual” ou serão fruto de um “discurso arquitectónico”, específico?

Apesar de todas estas acções estarem imbuídas na paisagem, deixam uma certa marca que contém em si um carácter espaço-temporal. Essa marca torna-se assim um significado, possui uma conotação, que quanto a nós nunca conseguirá ser apreendida, mas poderá ser sempre sugerida e discutida (o passado é sempre uma reconstrução do presente). A paisagem torna-se assim um campo de estudo essencial.

Desta forma a paisagem é o mundo conhecido por aqueles que o habitam, que o percorrem, que o tecem e que o constroem. Não só lugares, mas também a própria

paisagem, e através das suas acções, vão-se construindo enquanto comunidades, criando uma tessitura de sociabilidades que no tempo e no espaço produzem outras e novas formas de relações, de poderes, de acções.

Mas como, de um ponto de vista do discurso arqueológico, poder-se-á atingir estes objectivos?

Talvez, não respondendo imediatamente a esta questão. Talvez, seja necessário apartar esta pergunta, dividi-la em outros objectivos mais concretos e específicos e “ir respondendo”, propondo e sugerindo, e constantemente reformulando. No fundo, talvez seja necessário “habitarmos” a investigação, percorrer com dúvidas toda a nossa “paisagem” de busca construindo respostas, que ao mesmo tempo nos construam como investigadores.

Julgamos que para algumas das questões agora colocadas, este trabalho tentou sugerir respostas, tentou promover reflexões, mas o que é certo, é que as perguntas continuam e continuamente teremos que ensaiar respostas.

## 5.5 A escala pessoal: e agora?

Esta será uma pergunta inevitável após um trabalho de longa duração. Além do mais sendo esta pesquisa marcada por muitos inícios e muitas questões.

A escavação de Castanheiro do Vento, apesar dos seus 10 anos de esforço, está no início. No início porque os recursos financeiros têm sido escassos, tendo em conta a dimensão da estação arqueológica. No início porque a opção metodológica têm sido a escavação em área e a área deste lugar é imensa. No início porque sempre que voltamos ao campo, as perguntas multiplicam-se, potenciando inúmeras respostas. No início porque a insatisfação intelectual nos acompanha sempre, obrigando-nos a rever posturas e postulados metodológicos. No início porque a nossa “teoria da prática” é posta sempre em causa, levando-nos por um caminho onde sempre ambicionamos mais.

O trabalho agora apresentado representa, também ele próprio um início. Um início de pesquisa pessoal, embora integrado num trabalho de equipa. Um início de novas perguntas e diferentes respostas. Um início de novas leituras e revisitação de outras já efectuadas. Um início que esperemos nunca deixe de o ser. Um início que pode e deve ser continuado por muitos e mesmo por mim próprio. Um início de muitos outros trabalhos, com muitas outras orientações, diferentes opções e distintas direcções.

Voltar ao campo, à paisagem, continuar a escavar em Castanheiro do Vento, reforçar métodos e melhorar atitudes, ir tentando fazer sempre mais. Voltar ao terreno, olhar para outros sítios e pensar formas de os integrar num projecto de trabalho. Voltar ao território e prospectar, identificar e trabalhar com outros, em equipa, e tornar a pensar, a reflectir e sentirmo-nos condenados a fazer.

E nunca concluir, pois um trabalho nunca está terminado, avança sempre, enquanto existir uma outra opinião, uma ideia dissonante, uma reflexão discordante.

“(…) o estabelecimento de conclusões é sempre, apesar da nossa avidez de certeza ( a certeza é quase uma condição de sobrevivência), um ponto de passagem precário.”  
(Jorge, Vítor 2005:261)

## **BIBLIOGRAFIA\***

- ANTUNES, M. T. e CUNHA, A. S., (1998), “Restos humanos do Calcolítico - Idade do Bronze de Castelo Velho de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa - nota preliminar”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n.º0, pp. 35-42.
- APPADURAI, Arjun, (1988), “Introduction: place and voice in anthropological theory”, *Cultural Anthropology*, vol. 3, pp.16-20.
- ARNAUD, J.M, MURALHA, J. & ESTORNINHO, A., (1991), “Intervenções Arqueológicas nas áreas a florestar pela Celbi”, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.69-74.
- AUBRY, Thierry, CARVALHO, A. M., (1998), “O povoamento pré-histórico do Vale do Côa, síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997)”, *Côavisão*, n.º 0, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 23-34.
- AUGÉ, Marc, (1994), *Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Modernidade*, Lisboa, Bertrand Editora.
- \*AUGÉ, Marc, (2003), *A Política do Património*, Lisboa, Campo das Letras.
- BALE, John, (2000), “Sport as power: running as resistance”, *Entanglements of Power*, edited by Joanne Sharp, Paul Routledge, Chris Philo and Ronan Paddison, London, Routledge, pp.148-163.
- BAPTISTA, António Martinho, (1983), “O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa), *Arqueologia*, n.º8, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 57-69.
- BAPTISTA, António Martinho e GOMES, Mário Varela, (1997), “Arte Rupestre”, *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa, Trabalhos de 1995-1996*, coordenação de João Zilhão, Lisboa, Ministério da Cultura, pp.213-410.
- BAPTISTA, António Martinho, (1999), *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, Lúcia, (2003), *Cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- BARBOSA, Rui Filipe Mendes, (2003), A estrutura C de Castanheiro do Vento, Análise dos materiais cerâmicos e líticos, Relatório de Seminário de Projecto, Licenciatura em Arqueologia, edição electrónica.
- BARKER, Philip, (1982), *Techniques of Archaeological Excavation*, London, Batsford Ltd.
- BARKER K. e DARVILL, T. (1997), “Introduction: landscape old and new”, *Making English landscapes*, Oxford, Oxbow, pp. 1-8.
- BARLEY, Nigel, (1994), *Smashing Pots, Feats of Clay from Africa*, London, British Museum Press.
- BASSO, Keith, (1996), “Wisdom Sits in Places: Notes on a Western Apache Landscape” *Senses of Place*, edited by Steven Feld e Keith Basso, Santa Fé, New Mexico, School of American Research Press, pp.53-90.

---

\* As obras referenciadas com um asterisco (\*) foram obras consultadas, enquanto as outras são obras efectivamente citadas no texto deste trabalho.

- BAYLISS, Alex, BENSON, Don, GALER, Dawn, HUMPHREY, Louise, McFADYEN, Lesley e WHITTLE, Alasdair, (2007), "One Thing after Another: the Date of the Ascott-under-Wychwood Long Barrow", *Cambridge Archaeological Journal*, vol.17:1, Cambridge, McDonald Institute for Archaeological Research, pp.29-44.
- BAYLISS, Alex, BENSON, Dawn, RAMSEY, Christopher, Don, GALER, McFADYEN, Lesley, PLICHT, Johannes e WHITTLE, Alasdair, (2007), "Interpreting Chronology: The Radiocarbon Dating Programme", *Building Memories: The Neolithic Cotswold Long Barrow at Ascott-under-Wychwood, Oxfordshire*, edited by Don Benson e Alasdair Whittle, Cardiff Studies in Archaeology, Exeter, Oxbow Books, pp.221-236.
- BENDER, Barbara, (1999), *Stonehenge, Making Space*, Oxford e New York, Berg.
- BENDER, Barbara, (2002), "Time and Landscape", *Current Anthropology*, vol.43, pp.103-112.
- BENDER, B., HAMILTON, S., TILLEY, C., (1997), "Leskernick: stone worlds; alternative narratives; nested landscapes", *Proceedings of the Prehistoric Society*, vol. 63, pp.147-178.
- BINFORD, Lewis, (1962), "Archaeology as Anthropology", *American Antiquity*, 28, pp.217-225.
- BINFORD, Lewis, (1964), "A Consideration of Archaeological Research Design", *American Antiquity*, 29, pp.425-441.
- BINFORD, Lewis, (1983), *Working at Archaeology*, New York, Academic Press.
- BLANCE, Beatrice, (1961), "Early Bronze Age colonists in Iberia", *Antiquity*, vol.35, pp.192-202.
- BLANCE, Beatrice, (1995), "Copper age colonies seen from the eighties", *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, editado por Michael Kunst, Trabalhos de Arqueologia, volume 7, Lisboa, IPPAR, pp.55-60.
- BORGES, Nelson, (2003), *A estrutura B de Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa*, Relatório de Seminário de Projecto, Licenciatura em Arqueologia, edição policopiada.
- BOTELHO, Iva João da Silva Teles Morais, (1996), *Dos cacos e dos vasos. O Castelo Velho de Freixo de Numão, na charneira do IIIº/IIº milénio a.C. Contributo para o estudo da cerâmica de Castelo Velho*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- BOURDIER, Jean-Paul e MINH-ha, Trinh, (2005), *Habiter un monde, Architectures de l'Afrique de l'Ouest*, Collection Anarchitecture, Paris, Editions Alternatives.
- BOURDIEU, P. e LAMAISON, P., (1986), "From Rules to Strategy: An Interview with Pierre Bourdieu", *Cultural Anthropology*, Vol. 1, (Feb. 1986), pp.110-120.
- BOURDIEU, P., (2000), "The Berber house or the world reversed", *Interpretive Archaeology, A Reader*, edited by Julian Thomas, London, Leicester University Press pp.493-509.
- \*BRADLEY, Richard, (1998), "The Birth of Architecture", *Proceedings of the British Academy*, 110, The British Academy, pp. 69-92.
- BRADLEY, Richard, (1998), *The Significance of Monuments: On the Shaping of Human Experience in Neolithic and Bronze Age Europe*, London, Routledge.
- BRADLEY, Richard, (2000), *An Archaeology of Natural Places*, London, Routledge.
- BRADLEY, Richard, (2002), *The Past in Prehistoric Societies*, London, Routledge.

- BRADLEY, Richard, (2003), “Enclosures, monuments and the ritualization of domestic life” *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.355-369.
- BRIAULT, Camilla, (2007), “Making mountains of molehills in the Bronze Age Aegean: visibility, ritual kits and the idea of a peak sanctuary”, *World Archaeology*, vol. 39 (1), edited by Mark Lake, London, Routledge, pp.122-141.
- BRUCK, Joanna, (1999), “Ritual and Rationality: Some Problems of Interpretation in European Archaeology”, *European Journal of Archaeology*, Vol. 2(3), London, European Association of Archaeologists, Sage Publications, pp. 313-344.
- BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie, (1989), “Cultura Material”, *Enciclopédia Einaudi*, volume 16, Homo-Domesticção, Cultura Material, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.11-47.
- BUCHLI, Victor, (1995), “Interpreting Material Culture, The Trouble With Text”, *Interpreting Archaeology: Finding Meanings in the Past*, ed. by I. Hodder, M. Shanks, A. Alessandri, V. Buchli, J. Carman and G. Lucas, London, Routledge, pp. 181-193.
- BUCHLI, Victor, (2005), “Introduction”, *The Material Culture Reader*, edited by Victor Buchli, Oxford, pp.1-22.
- BÚRCIO, Mauro Daniel Marques, (2004), *Controle Estrutural da Localização de Pedreiras de Esteios de Xisto para Vinhas em Vila Nova de Foz Côa*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Cartografia Geológica, Universidade de Évora, edição policopiada.
- CABRAL, João (1995), *Neotectónica em Portugal continental*, Memórias do Instituto Geológico e Mineiro, n.º 31: 265 p.
- CABRAL, João Peixoto, (1995), “Proposta n.º1”, *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol.6 Porto, Sociedade Portuguesa da Antropologia e Etnologia, p.512.
- CARDOSO, João Luís, (1989), “Leceia, Resultados das Escavações Realizadas 1983-1988”, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, João Luís, (1994), “ Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, número especial, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, João Luís, (1995), “O Povoado Pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993)”, *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. V, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol.35, (1), pp. 115-129.
- CARDOSO, João Luís, (1997), “Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Estremadura”, *Zephyrus*, 50, pp. 249-261.
- CARDOSO, João Luís, (1999), “Copper metallurgy and the importance of other raw materials in the context of the Chalcolithic economic intensification in Portuguese Estremadura”, *Journal of Iberian Archaeology*, Volume 1, Braga, ADECAP, pp.93-109.
- CARDOSO, João Luís, (2002), *Pré-História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo.
- CARDOSO, J. L. e COSTA, C., (2004), “ A study on the faunal assemblage from the prehistoric enclosure of Castanheiro do Vento, (Vila Nova de Foz-Côa)”, *Journal of Iberian Archaeology*, Volume 6, Braga, ADECAP, pp.83-92.
- CARMAN, John (2000), “War in Prehistoric Societies: A Review of Some Current Ideas”, *Era Arqueologia*, Lisboa, Colibri, pp.143-152.
- CARVALHO, António Faustino, (1999), “Os sítios de Quebradas e da Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico Antigo do Baixo Côa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 1, número 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 39-70.

- CARVALHO, António Faustino, (2003), “O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 996-2000)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 6, número 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 229-273.
- CARVALHO, António Faustino, (2004), “O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do PAVC)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 185-219.
- CARVALHO, Bárbara Rafaela Pinto de Sá, (2005), *O desenho na escavação de Castanheiro do Vento Vila Nova de Foz Côa*, Relatório de Seminário de Projecto, Licenciatura em Arqueologia, edição policopiada.
- CARVALHO, Pedro M. Sobral de e GOMES, Luís F. Coutinho, (2002-2003), A Cista do Povoado da Senhora de Lurdes (São João da Pesqueira-Viseu), *Estudos Pré-históricos*, vol.X-XI, Porto, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, pp.225-231.
- CARVER, Martin (2005), “Key Ideas in Excavation”, *Archaeology, The Key Concepts*, eds. Colin Renfrew e Paul Bahn, London e New York, Routledge, pp.106-110.
- CASELLA, Gabriella (2003), *Gramáticas de Pedra. Levantamento de tipologias de construção murária*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais.
- CASEY, Edward, (1996), “How to Get from Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena”, *Senses of Place*, edited by Steven Feld e Keith Basso, Santa Fé, New Mexico, School of American Research Press, pp.13-52.
- CASTELINHO, Joaquim, (1974), *Monografia de Mós do Douro*, Carmona (Angola), edição de autor.
- CATARINO, Helena, (2005), “Arquitectura de Taipa no Algarve islâmico. As escavações no castelo de Salir (Loulé) e Paderne (Albufeira)”, *Arquitectura de Terra em Portugal*, editado por Maria Fernandes e Mariana Correia, Lisboa, Argumentum, pp.138-145.
- CHAPMAN, Robert, (1991), *La Formacion de las Sociedades Complexas, El Sudeste de la Peninsula Ibérica en el marco delMediterraneo Occidental*, Barcelona, Editorial Crítica.
- CHAPMAN, Robert, (2003), *Archaeologies of Complexity*, London and New York, Routledge.
- CHILDE, V. Gordon, (1947), *O homem faz-se a si próprio (o progresso da humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CHILDE, V. Gordon, (1976), *Para uma Recuperação do Passado, a interpretação dos dados arqueológicos*, Amadora, Livraria Bertrand. (1ª edição é de 1956).
- CLARK, J. G., (1952), *Prehistoric Europe: The Economic Basis*, London, Methuen.
- \*CLARKE, David (1968), *Analytical Archaeology*, London, Methuen e Co. LTD.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, (1996), *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, (1997), *Um Projecto, A Investigação, A Musealização e um Circuito, Freixo de Numão 1980-1996*, Almada, A.C.D.R. de Freixo de Numão.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, (1999), *A ocupação humana na Pré-história recente na região de entre Côa e Távora*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.



- CORDEIRO, A., Rochette e REBELO, Fernando, (1996), "Carta Geomorfológica do Vale do Côa a Jusante de Cidadelhe", *Cadernos de Geografia*, nº15, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- COSGROVE, Dennis, (1993), *Landscape and myths, gods and humans, Landscape, politics and perspectives*, edited by Barbara Bender, Oxford, Berg, pp. 281-305.
- COSTA, Cláudia M. Cordeiro da, (2007), *Zooarqueologia e tafonomia de Castanheiro do Vento*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade do Algarve, texto policopiado.
- CRESSWELL, Tim, (2002), "Bourdieu geographies: in memorium", *Environment and Planning: Society and Space*, Vol.20, n.4, pp. 379-382.
- CRUZ, Domingos J., (1998), "Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (V-II milénios a.C.)", *A Pré-história na Beira Interior*, Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta Estudos Pré-Históricos, vol.6, pp.149-166.
- CRUZ, Domingos J., GOMES, Luís, CARVALHO, Pedro, (1998), "Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação arqueológica", *A Pré-história na Beira Interior*, Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta Estudos Pré-Históricos, vol.6, pp.375-396.
- CUMMINGS, Vicki e WHITTLE, Alasdair, (2004), *Places of Special Virtue, Megaliths in the Neolithic Landscape of Wales*, Cardiff Studies in Archaeology, Oxbow Books.
- CUNHA, Gustavo, (2004), *Contributo para o conhecimento das técnicas de construção de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa*, Relatório de Seminário de Projecto, Licenciatura em Arqueologia, edição electrónica.
- DARVILL, T. (1997), "Landscape and the archaeologist", *Making English landscapes*, Oxford, Oxbow, pp. 70-91.
- DAVEAU, Suzanne, (2000), *Portugal Geográfico*, 3ª edição, Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda.
- DELIBES, Germán e FERNÁNDEZ-MIRANDA, Manuel, (1993), *Los Origenes de la Civilization, El Calcolítico en el Viejo Mundo*, Madrid, Editorial Síntesis.
- \*DESCOLA, Philippe, (2005), *Las Lanzas del Crepúsculo, Relatos Jíbaros Alta Amazonia*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- DOMMELEN, Peter Van, (2000), "Exploring Everyday Places and Cosmologies", *Archaeologies of Landscape, Contemporary Perspectives*, edited by Wendy Ashmore e Bernard Knapp, Oxford, Blackwell Publishers, pp.277-285.
- EDMONDS, Mark, (1999), *Ancestral Geographies of the Neolithic, landscape, monuments and memory*, London and New York, Routledge.
- EDMONDS, Mark and SEABORNE, Tim, (2005), *Prehistory in the Peak*, Gloucestershire, Tempus.
- EXON, S., GAFFNEY, V., WOODWARD, A., YORSTON, R., (2000), *Stonehenge Landscapes: Journeys through Real-and-Imagined Worlds*, Oxford, Oxford Books.
- FELD, Steven, (1996), "Waterfalls of Song: An Acoustemology of Place Resounding in Bosavi, Papua New Guinea" *Senses of Place*, edited by Steven Feld e Keith Basso, Santa Fé, New Mexico, School of American Research Press, pp.91-137.

- FERREIRA, António e Brum, (1971), “ O Rebordo Ocidental da Meseta e a depressão tectónica da Longroiva”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. VI-12, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, António e Brum, (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira, Estudo de Geomorfologia*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, António de Brum (1991), “Neotectonics in Northern Portugal. A geomorphological approach”, *Z. Geomorph. N. F., Suppl.* 82, pp. 73-85.
- FERREIRA, João Albino Pinto, (1954), *Freixo de Numão, Apontamentos*, Porto, Edições Mâranus.
- FERREIRA, João Albino Pinto, (1957), *Antiguidades de Numão*, Porto, Edições Mâranus.
- FERREIRA, João Albino Pinto, (1966), “Numão pré-histórico”, *Arqueologia e História*, volume XII, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.113-122.
- FERREIRA, Pedro e RIBEIRO, M. Luísa, (1995), “Cartografia geoquímica do Maciço Granítico de Freixo de Numão: implicações petrogenéticas e geodinâmicas, Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro, t.81, Lisboa, pp. 9-22.
- FIGUEIRAL, Isabel, (1993), “Anexo 1 Castelo Velho - Análise Antracológica (1º relatório)”, *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol.33, Fasc. 1-2, Porto, Sociedade Portuguesa da Antropologia e Etnologia, pp. 217-219.
- FIGUEIRAL, Isabel, (1998), “Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n.º0, pp. 43-48.
- FIGUEIRAL, Isabel, (1999), “Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). The charcoalfied plants remains and their significance”, *Journal of Iberian Archaeology*, ADECAP, Braga, Volume 1, pp. 259-267.
- FITZJOHN, Matthew, (2007), “Viewing places: GIS applications for examining the perception of space in the mountains of Sicily”, *World Archaeology*, vol. 39 (1), edited by Mark Lake, London, Routledge, pp.36-50.
- FOUCAULT, Michel, (1984), “ Des Espaces autres”, *Archi Bref*, vol. 48, Genève, École d’Architecture, pp. 5-8.
- \*FOUCAULT, Michel, (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio de Água.
- FONTIJN, David, (2007), “The significance os “invisible” places”, *World Archaeology*, vol. 39 (1), edited by Mark Lake, London, Routledge, pp.70-83.
- FRIED, M. H., (1967), *The Evolution of Political Society: An Essay in Political Anthropology*, New York, Random House.
- FRIEMAN, C. e GILLINGS, M., (2007), “Seeing is perceiving”, *World Archaeology*, vol. 39 (1), edited by Mark Lake, London, Routledge, pp.4-16.
- GAMBLE, Clive, (2006), *Archaeology, the basics*, New York, Routledge.
- GARROW, Duncan, BEADSMOORE, Emma e KNIGHT, Mark (2005), “Pit Clusters and the Temporality of Occupation: an Earlier Site at Kilverstone, Thetford, Norfolk”, *Proceedings of the Prehistoric Society*, vol.71, pp.139-157.

- GASPAR, Clara, (2004), Um Espaço específico de Castanheiro do Vento, (Vª Nª de Foz-Côa), A Estrutura D – Materiais e Ocupação, Relatório de Seminário de Projecto, Licenciatura em Arqueologia, edição policopiada.
- GASPAR, Jorge, (1993), *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.
- GEERTZ, Clifford, (2003), *La interpretacion de las culturas*, Barcelona, gedisa editorial.
- GELL, A., (1995), “The language of the forest: landscape and phonological iconism in Umeda”, *The anthropology of landscape: perspectives on place and space*, edited by E. Hirsch and M. O’Hanlon, Oxford, Oxford University Press, pp. 232-254.
- GIBSON, James J., (1986), *The Ecological Approach to Visual Perception*, London, Lawrence Erlbaum associates, publishers.
- GILLINGS, Mark, (1998), “Embracing uncertainty and challenging dualism in the GIS-based study of a palaeo-flood plain”, *European Journal of Archaeology*, nº 1, pp.117-144.
- GILMAN, A. (1981), “The Development of Social Stratification in Bronze Age Europe”, *Current Anthropology*, vol.22, pp.1-8.
- GILMAN, A. (1987), “El Análisis de Clase en la Prehistoria del Sureste”, *Trabajos de Prehistória*, vol.44, pp.27-34.
- GLORSTAD, Hakon, (2000) “Freedom of speech is always from the speech of others, or rather controlo f their silence. On Pierre Bourdieu and archaeology”, *Philosophy and Archaeological Practice, Perspectives for the 21<sup>st</sup> Century*, Goteborg, Bricoleur Press, pp.185-202.
- GOMES, Mário Varela, (2005), “Arqueologia da Arquitectura de Terra em Portugal”, *Arquitectura de Terra em Portugal*, editado por Maria Fernandes e Mariana Correia, Lisboa, Argumentum, pp.125-131.
- GOMES, Mário Varela, (2006), “Arquitectura de Terra na Proto-História do Sulde Portugal”, *TERRA: Forma de Construir*, editado por Mariana Correia e Vítor Oliveira Jorge, Lisboa, Argumentum, pp.60-66.
- GOMES, Sérgio R., (2003), *Contributos para o estudo dos “Pesos de Tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz-Côa). Exercícios de Interpretação do Registo Arqueológico*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição electrónica.
- GONÇALVES, João Ludgero M. (1995), “O Povoado Fortificado da Fórnea (Matacães, Torres Vedras”, *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, editado por Michael Kunst, *Trabalhos de Arqueologia*, volume 7, Lisboa, IPPAR, pp. 123-140.
- GONÇALVES, Victor, (1989), *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, Lisboa, INIC/UNIARQ.
- GONÇALVES, Victor, (2002), “Cobre, RPS e Fortificações no Centro e Sul de Portugal (ontem , hoje, e talvez amanhã, numa perspectiva pessoal)”, *Arqueologia e História*, vol. 54, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portuguese, pp.87-102.
- GRAMSCH, A. (1996), “Landscape archaeology: of making and seeing”, *Journal of European Archaeology*, n.º4, pp. 19-38.
- HAMILTON, Sue e WHITEHOUSE, Ruth, (2006), “Three senses of dwelling: Beginning to socialise the Neolithic ditched villages of the Tavoliere, Southeast Italy”, *Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architecture of Europe From a Dwelling Perspective”*, editib by Vítor Oliveira

Jorge, João Muralha Cardoso, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho e Leonor Sousa Pereira, Proceedings of the TAG session, Sheffield 2005, Porto, ADECAP, 2006, pp.159-184.

HALL, Edward, (1986) *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio de Água.

HARRIS, Edward C., (1979), *Principles of Archaeological Stratigraphy*, London.

HEITOR, António José Fernandes, (2002), *A Pré-História Recente no Douro Sul (concelhos de São João da Pesqueira e Tabuaço) – Um ensaio de Arqueologia Espacial*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição policopiada.

HODDER, Ian, (2002), *The Archaeological Process, An Introduction*, Great Britain, Blackwell Publishers Ltd.

HOUBEN, Hugo, GUILLAUD, Hubert, (1995), *Traité de Construction en Terre*, 2ª edição, Marseille, Editions Parenthèses.

HOWELL, Philip, (2000), “Victorian sexuality and the moralisation of Cremorne Gardens”, *Entanglements of Power*, edited by Joanne Sharp, Paul Routledge, Chris Philo and Ronan Paddison, London, Routledge, pp.43-66.

HEIDEGGER, Martin, (1997), “Building, Dwelling, Thinking”, *Rethinking Architecture, A reader in cultural theory*, edited by Neil Leach, London and New York, Routledge, pp. 100-108.

\*HEIDEGGER, Martin, (2000), *Serenidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

HUBBARD, Phil, KITCHIN, Rob, BARTLEY, Brendan e FULLER, Duncan, (2002), *Thinking Geographically, Space, Theory and Contemporary Human Geography*, London, Continuum.

HURTADO, Victor, (2000), “El proceso de Transición a la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Guadiana. Ruptura o Continuidad”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol.4, *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Porto, ADECAP, pp.381-398.

HURTADO, Victor, (2003), “Fosos e fortificaciones entre el Guadiana y el Guadalquivir en el III milénio AC: Evidencias del Registro Arqueológico”, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.241-268.

\*INGOLD, Tim, (1994), “Introduction to Culture”, *Companion Encyclopedia of Anthropology*, edited by Tim Ingold, London Routledge, pp.329-349

\*INGOLD, Tim, (1994), “Introduction to Social Life”, *Companion Encyclopedia of Anthropology*, edited by Tim Ingold, London Routledge, pp. 737-755.

INGOLD, Tim (2000), *The Perception of the Environment, Essays in livelihood, dwelling and skill*, Londres, Routledge.

\*INGOLD, Tim (2005), “The eye of the storm;visual perception and the weather” *Visual Studies*, vol. 20, pp.97-104..

\*INGOLD, Tim, (2005), *Transformations of the Line: Traces, Threads and Surfaces*, Conferência dada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Maio de 2005, edição policopiada.

INGOLD, Tim (2007), “Comment”, *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*, Journal of Iberian Archaeology, ed. by V. Jorge e J. Thomas, Porto, Adecap, pp. 313-317.

INGOLD, Tim (2007), “Materials against Materiality” *Archaeological Dialogues*, 14.

JOHNSON, Matthew, (2005), “Thinking about landscape”, *Archaeology, The Key Concepts*, ed. by Colin Renfrew e Paul Bahn, London e New York, Routledge, pp.156-159.

- JORGE, Susana Oliveira (1986), *Povoados da Pré-história Recente (III<sup>o</sup> - inícios do II<sup>o</sup> milénio a.C.) da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, 3 vols, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- JORGE, Susana Oliveira (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Monografias Arqueológicas 2, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
- JORGE, Susana Oliveira (1990a), “Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol.1, Portugal das Origens à Romanização, coordenação de Jorge de Alarcão, Lisboa, Editorial Presença, pp.163-213.
- JORGE, Susana Oliveira (1990b), “Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios”, *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol.1, Portugal das Origens à Romanização, coordenação de Jorge de Alarcão, Lisboa, Editorial Presença, pp.214-258.
- JORGE, Susana Oliveira (1993), “O Povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do norte de Portugal”, *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol.33, Fasc. 1-2, Porto, Sociedade Portuguesa da Antropologia e Etnologia, pp. 179-216.
- JORGE, Susana Oliveira (1994), “Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 447-546.
- JORGE, Susana Oliveira (1998), “Castelo Velho de Freixo de Numão (V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação”, Estudos Pré-históricos, Vol. VI, Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior (Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997), Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 279-294.
- JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra*, Lisboa, Gradiva.
- JORGE, Susana Oliveira (2000), “Introdução: breve evolução da Pré-história recente do Norte de Portugal (do VI<sup>o</sup> ao II<sup>o</sup> milénio A.C.)”, *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Actas do 3<sup>o</sup> Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV, Porto, ADECAP, pp.7-12.
- JORGE, Susana Oliveira (2002), “Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal”, *Património, estudos*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, pp.145-164.
- JORGE, Susana Oliveira (2003a), “Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica”, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.13-50.
- JORGE, Susana Oliveira (2003b), “Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão”, *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.63-84.
- JORGE, Susana Oliveira (2003c), “A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-História do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos”, *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Livraria Civilização, pp.1453-1482.
- JORGE, Susana Oliveira (2003d), “Da Cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)”, *Arqueologia e História*, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Volume 55, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.167-175.

- JORGE, Susana Oliveira Jorge (2005), *O Passado é Redondo, Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Biblioteca de Arqueologia, Porto, Edições Afrontamento.
- JORGE, Susana Oliveira, OLIVEIRA, Maria de Lurdes, NUNES, Susana e GOMES, Sérgio (1998/99), “Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Portugália*, Nova Série, vol. XIX-XX, Porto, DCTP, FLUP, pp.29-70.
- JORGE, Susana Oliveira e RUBINOS, António, (2002), “Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os Dados e os Problemas”, *Côavisão, cultura e ciência*, nº4, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp.95-112.
- JORGE, Susana Oliveira, JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá, (2004), “Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/Idade do Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins”, *Sinais de Pedra – 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica*, Évora, Janeiro de 2003, edição electrónica.
- JORGE, Susana Oliveira, JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá, (2005), “Preliminary considerations on forms of spatial organization and construction techniques in late prehistoric sites (Chalcolithic/Bronze Age) of the type of Castelo Velho and Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – resemblances and differences in comparison with megalithic and similar constructions”, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 7, Porto, ADECAP, pp. 101-124.
- JORGE, Susana Oliveira, VELHO, Gonçalo Leite, VARELA, José Manuel, BAPTISTA, Lídia, OLIVEIRA, Maria de Lurdes e GOMES, Sérgio (2005), “O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): Reflexões sobre fases e contextos”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 7, pp.69-80.
- \*JORGE, Susana Oliveira e JORGE, Vítor Oliveira (2000), “A monumentalização das paisagens durante a pré-história: alguns contributos para um debate” *Era arqueologia*, pp.100-111.
- JORGE, Susana Oliveira e JORGE, Vítor Oliveira (2005), “Agricultores e Pastores fixados no território[do Neolítico médio ao Bronze médio]”, *História do Douro e do Vinho do Porto*, História Antiga da Região Duriense, Volume 1, coord. de Carlos Brochado de Almeida, Porto, GEHVID e Edições Afrontamento, pp. 108-165.
- \*JORGE, Susana Oliveira e JORGE, Vítor Oliveira (2005), “Sociedades hierarquizadas [Bronze final]”, *História do Douro e do Vinho do Porto*, História Antiga da Região Duriense, Volume 1, coord. de Carlos Brochado de Almeida, Porto, GEHVID e Edições Afrontamento, pp. 166-179.
- JORGE, Vítor Oliveira, (1995), “Estela de Longroiva”, *A Idade do Bronze em Portugal, discursos de poder*, coordenação de Susana Oliveira Jorge, Lisboa Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia.
- JORGE, Vítor Oliveira, (2002), “Arqueologia dos monumentos da Pré-história recente, Algumas sugestões interpretativas”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, pp. 15-26.
- JORGE, Vítor Oliveira, (2003a), *A Irrequietude das Pedras, Reflexões e experiências de um arqueólogo*, Col. Biblioteca de Arqueologia, Porto, Edições Afrontamento.
- JORGE, Vítor Oliveira (2003b), *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto.
- JORGE, Vítor Oliveira, (2003c), “Quando o Humano Deixou de Ser Natural”, *Da Natureza à Megapolis*, Porto/Coimbra, FLUP/DCTP – CEAUCP, pp.11-62.

- JORGE, Vítor Oliveira, (2005), *Vitrinas Muito Iluminadas, Interpeleções de um Arqueólogo à Realidade que o Rodeia*, Porto, Campo das Letras.
- JORGE, Vítor Oliveira, (2006a), “Breve reflexão sobre alguns Problemas das Arquitecturas Pré-históricas”, *Actas da 10ª Mesa-Redonda da Primavera, TERRA: Forma de Construir Arquitectura-Antropologia-Arqueologia*, Lisboa, Vila Nova de Cerveira, Argumentum, Escola Superior Galacica, pp.106-111.
- JORGE, Vítor Oliveira, (2006b), *Fragmentos, Memórias, Incisões, Novos contributos para pensar a arqueologia como um domínio da cultura*, Lisboa, Edições Colibri.
- JORGE, Vítor (2006), “Copper Age “monumentalized hills” of Iberia: the shift from positivistic ideas to interpretative ones. New perspectives on old techniques of transforming place and space as results of research experience in the NE Portugal” *Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architectures” of Europe from a Dwelling Perspective*, Journal of Iberian Archaeology, vol.8, ed. by Vítor Jorge, with the assistance of João Muralha Cardoso, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho e Leonor Sousa Pereira, , Porto, Adecap, pp.203-264.
- JORGE, Vítor (2007), “The evanescence of the “material” and of the “cultural”: the impossibility of fixing a face. Some notes on experience, representation, identity – steps into an interdisciplinary field of enquiry?” *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*, Journal of Iberian Archaeology, ed. by V. Jorge e J. Thomas, Porto, Adecap, pp. 271-312.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2002a), “Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro)”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 4, pp. 73-93.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2002b), “Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/ Bronze age sites in northern Portugal”, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (ed. Chris Scarre), Londres, Routledge, pp.36-50.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003a), “O Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): balanço sucinto das pesquisas realizadas de 1998 a 2003, *Portugália*, Nova Série, vol. XXIV, Porto, DCTP, FLUP, pp.5-24.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003b), “Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 5.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003c), Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002); *Journal of Iberian Archaeology*, Vol. 5.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003d), “A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (Vª Nª de Foz Côa) ”, *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/ Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.79-114.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá, VALE, Ana Margarida (2004), “O recinto monumental pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª. Nª. de Foz Côa), após os trabalhos de 2003. Breve relatório, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 6.
- JORGE, Vítor Oliveira, MURALHA, João, PEREIRA, Leonor Sousa, VALE, Ana e COIXÃO, António Sá (2005a), “Morfologia Construtiva do Recinto pré-histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas “estruturas de condenação”, *Almadan*, II série, nº13, pp. 25-35.

- JORGE, Vítor Oliveira, MURALHA, João, PEREIRA, Leonor Sousa, VALE, Ana e COIXÃO, António Sá (2005b), “Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): Balanço sucinto de seis anos de trabalho neste recinto monumental pré-histórico”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº7, pp. 61-67.
- JORGE, Vítor Oliveira, MURALHA, João, PEREIRA, Leonor Sousa, VALE, Ana e COIXÃO, António Sá (2005b), “Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): Balanço sucinto de seis anos de trabalho neste recinto monumental pré-histórico”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº7, pp. 61-67.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, VALE, Ana e VELHO, Gonçalo, (2007), “Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Breve relatório da campanha de escavação de 2006”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº 9, pp. 251-268.
- JORGE, Vítor Oliveira, MURALHA, João, PEREIRA, Leonor Sousa, VALE, Ana e COIXÃO, António Sá, (prelo), “ Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Algumas reflexões sobre estratégias de organização do espaço neste recinto monumental pré-histórico”, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Setembro de 2004, Faro, Universidade do Algarve.
- KALB, Philina e HOCK, Martin, (1997), “O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Ponte, Évora, Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular, (Zamora, 1996), Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, Volume 2, pp. 417-423.
- KNAPP, Bernard e ASHMORE, Wendy, (2000), “Archaeological Landscapes: Constructed Conceptualized, Ideational”, *Archaeologies of Landscape, Contemporary Perspectives*, edited by Wendy Ashmore e Bernard Knapp, Oxford, Blackwell Publishers, pp.1-32.
- KOPYTOFF, Igor, (1986), “The Cultural Biography of Things, Commoditization as Process”, *The Social Life of Things*, ed. by Arjun Appadurai, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 64-91.
- KUNST, Michael, (1995), “Cerâmica do Zambujal”, *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, editado por Michael Kunst, Trabalhos de Arqueologia, volume 7, Lisboa, IPPAR, pp. 17-20.
- KUNST, Michael, (2000), “A Guerra no Calcolítico na Península Ibérica”, *Era Arqueologia*, Lisboa, Colibri, pp.128-142.
- LAKE, Mark, (2007), “Viewing space”, *World Archaeology*, vol.39, edited by Mark Lake, London, Routledge, pp. 1-3.
- LAMOTTA, Vincent M. e SCHIFFER, Michael, B., (2005), “Archaeological Formation Processes”, *Archaeology, The Key Concepts*, ed. by Colin Renfrew e Paul Bahn, London e New York, Routledge, pp.121-127.
- LEDRUT, Raymond, (1980), “Espace et sociétés”, *Espaces et Sociétés*, vol.34-35, pp. 3-12.
- LEDRUT, Raymond, (1990), “L’Homme et l’Espace”, *Encyclopédie de la Pléiade/histoire des Mœurs, vol. I, Paris, Gallimard*, pp. 59-114.
- LEFEBVRE, Henry, (1986), *La production de l’Espace*, Paris, Anthropos.
- \*LE GOFF, Jacques, (1984), “Documento/Monumento”, *Enciclopédia Einaudi, Memória-História, volume I*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.11-50.
- LLOBERA, Marcos, (1996), “Exploring the topography of mind: GIS, social space and archaeology”, *Antiquity*, vol. 70, Oxford, pp. 612-622.
- LLOBERA, Marcos, (2001), “Building Past Landscape Perception With GIS: Understanding Topographic Prominence”, *Journal of Archaeological Science*, vol. 28, London, Academic Press, pp. 1005-1014.



- LLOBERA, Marcos, (2007), “Reconstructing visual landscapes”, *World Archaeology*, vol. 39 (1), London, Routledge, pp. 51-69.
- LOPES, Alexandra, VALENTE, Heloísa e BARREIRA, Paula, (1998), “Vila Velha de Numão, um projecto de investigação arqueológica em curso”, *Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo, Os Valores do Côa, Maia, Estrela Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda*, pp. 23-29.
- \*LÓPEZ-PLAZA, Socorro, (1994), “El Alto del Quemado, poblado calcolítico fortificado en el SO de la Meseta Norte española”, *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, pp.201-214.
- LUCAS, Gavin (2007), “The unbearable lightness of prehistory. Archaeological reflections on material culture and time”, *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*, *Journal of Iberian Archaeology*, ed. by V. Jorge e J. Thomas, Porto, Adecap, pp. 25-38.
- MACIAS, Santiago (2005), “Habitar em Terra; Mértola – Técnicas Construtivas do Bairro da Alcáçova”, *Arquitectura de Terra em Portugal*, editado por Maria Fernandes e Mariana Correia, Lisboa, Argumentum, pp.132-137.
- MARQUES, Carlos Alberto, (1995), *A Bacia Hidrográfica do Côa seguido de Algumas Notas Etmográficas de Riba Côa*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- MÁRQUEZ ROMERO, José Enrique, (2003), “Recintos Prehistóricos Atrincherados (RPA) en Andalucía: Una propuesta interpretativa”, *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.269-284.
- MARTÍNEZ GARCIA, J., BLANCO de LA RUBIA, I. e MELLADO SÁEZ, C., (1995), “Excavaciones arqueológicas en el “Cerro de Los López” (Velez-Rubio, Almeria) – El horizonte del Neolítico Final – Primeros resultados”, *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, editado por Michael Kunst, *Trabalhos de Arqueologia*, volume 7, Lisboa, IPPAR, pp. 235-246.
- MASSEY, Doreen, (2006), “Landscape as provocation, Reflections on Moving Mountains”, *Journal of Material Culture*, Vol.11 (1/2), March/July, London, Sage Publications, pp.33-48.
- \*MATTHEWS, Eric, (2006), *Merleau-Ponty, A Guide for the Perplexed*, London, Continuum.
- \*MAUSS, Marcel, (2001), *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- McFADYEN, Lesley, (2006), “Material Culture as Architecture”, *Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architecture of Europe From a Dwelling Perspective”*, editado by Vitor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho e Leonor Sousa Pereira, *Proceedings of the TAG session, Sheffield 2005*, Porto, ADECAP, pp.91-102.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, (2000), *Geografia de Portugal, Ambiente Natural e Ocupação Humana, Uma Introdução*, 5ª edição, Lisboa, Editorial Estampa.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, (1945), *Phénoménologie de la perception*, Bibliothèque des Idées, Librairie Gallimard.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, (2002), *O Olho e o espírito*, 4ª edição, Alpiarça, editorial Vega.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, (2002), *Palestras*, Lisboa, edições 70.
- \*MICÓ, Rafael e LULL, Vicente, (2007), *Arqueologia del origen del Estado: las teorías*, Barcelona, Bellaterra, Arqueologia.
- MILLER, Daniel, (1994), “Artefacts and the Meaning of Things”, *Companion Encyclopaedia of Anthropology*, ed. by Tim Ingold, London, Routledge.

- MONTANER, Josep Maria, (2001), *A Modernidade Superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- MONTEIRO, Ana, (2005), “Condições Naturais [Região Demarcada do Douro]”, *História do Douro e do Vinho do Porto*, História Antiga da Região Duriense, Volume 1, coord. de Carlos Brochado de Almeida, Porto, GEHVID e Edições Afrontamento, pp. 10-31.
- MUELLER, James (1979), *Sampling in Archaeology*, edited by James Mueller, Tucson, University of Arizona Press.
- MURALHA, João, (1996), *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numa. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- OLIVEIRA, Maria de Lurdes, (2003), *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- \*OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO Fernando e PEREIRA, Benjamin (1988), *Construções Primitivas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- OSWALD, Alastair, DYER, Carolyn, BARBER, Martyn, (2001), *The Creation of Monuments, Neolithic Causewayed Enclosures in the British Isles*, Swindon, English Heritage.
- PAÇO, Afonso do e JALHAY E., (1945), “El Castro de Vilanova de San Pedro”, *Actas e Memórias de la Sociedad Española de Arqueología, Antropología e Prehistoria*, Madrid, volume 20, pp. 1-55.
- PARREIRA, Rui, (1990), “Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal”, *Estudos Orientais. I - Presenças Orientalizantes em Portugal. Da Pré-história ao Período Romano*, Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova, pp. 27-43.
- PAUL-LÉVY, Françoise e SEGAUD, Marion, (1983), *L'Anthropologie de l'Espace*, Paris Centre Georges Pompidou.
- \*PEARSON, Michael Parker, e RICHARDS, Colin, (1994), “Ordering the World: Perceptions of Architecture, Space and Time”, *Architecture and Order, Approaches to Social Space*, edited by Michael Parker Pearson e Colin Richards, London, Routledge, pp.1-37.
- \*PEARSON, Michael Parker, e RICHARDS, Colin, (1994), “Architecture and order: Spatial representation and archaeology”, *Architecture and Order, Approaches to Social Space*, edited by Michael Parker Pearson e Colin Richards, London, Routledge, pp.38-72.
- PEÑAROYA, José Martinez, (2000), “Del Conflicto primitivo a la guerra organizada: Aspectos bélicos de la Edad del Bronce peninsular”, *Era Arqueologia*, Lisboa, Colibri, pp.153-164.
- PEREIRA, Leonor Sousa, (2000), “Cerâmicas “Cogeces” de Castelo Velho de Freixo de Numão, (Vila Nova de Foz Côa)”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 2, pp.53-64.
- PIÑON VARELA, Fernando, (1995), “Los vientos de la Zarcita (Santa Bárbara de Casa)”, *Orígenes, Estructuras e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, editado por Michael Kunst, Trabalhos de Arqueologia, volume 7, Lisboa, IPPAR, pp. 169-188.
- PINTO, Pedro Teixeira e GREGO, Maria Margarida, (1992), *Estatística Descritiva, volume I*, Mem-Martins, Publicações Europa América.
- \*POLLARD, Joshua, (2001), “The aesthetics of depositional practice”, *World Archaeology*, Vol. 33(2), Archaeology and aesthetics, pp.315-333.

- PRISTA, Pedro, (2005), “Taipa e adobe na Etnografia Portuguesa”, *Arquitectura de Terra em Portugal*, editado por Maria Fernandes e Mariana Correia, Lisboa, Argumentum, pp.108-113.
- QUEIRÓS, Adélia (2007), *Contributos para o estudo da estrutura sub-circular nº3 do sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)*, 2 volumes, Relatório de Seminário de Projecto, Licenciatura em Arqueologia, edição policopiada.
- QUEIRÓS, Paula e LEEWAARDEN, Win van, (2003), “Estudos de Arqueobotânica em quatro estações pré-históricas do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 6, nº 2, pp. 275-291.
- RENFREW, Colin, BAHN, Paul, (2000), *Archaeology: Theories Methods and Practice*, 3ª edição, London, Thames and Hudson.
- RIBEIRO, M. L., (2001), *Notícia Explicativa. Carta Geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- RIBEIRO, Orlando, (1961), *Geografia e Civilização*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando, (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- RICHARDS, Colin, (2005), “ Investigations in Orkney”, *Dwelling among the monuments, the Neolithic village of Barnhouse, Maeshowe passage graves and surrounding monuments at Stenness, Orkney*, Edited by Colin Richards, McDonald Institute Monographs, Cambridge, McDonald Institute for Archaeological Research.
- RODAWAY, P., (1994), *Sensuous geographies*, London, Routledge.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1961a), “Prospecções arqueológicas na região de Longroiva”, *Beira Alta*, ano XX, nº 2, (2ª série), Viseu, Junta Distrital de Viseu, pp.267-270.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1961b), “Contributo para o estudo da idade do Bronze em Portugal”, *Beira Alta*, ano XX, nº 1, (2ª série), Viseu, Junta Distrital de Viseu, pp.3-13.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (2002), *Terras da Meda, natureza, cultura e património*, Coimbra, Câmara Municipal da Meda (2ª edição).
- RODRIGUES, Miguel A. e REBANDA, Nelson C., (1997-1998), “Cerâmicas Pré-Históricas do Baldoeiro (Adeganha – Torre do Baldoeiro)”, *Olaria, Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, 2ª série, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, pp.105-114.
- SANCHES, Maria de Jesus, (1991), *Os abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos – Mirandela, no conjunto da arte rupestre desta região. Algumas reflexões*, Mirandela, Câmara Municipal de Mirandela.
- SANCHES, Maria de Jesus, (1992), *Pré-História Recente no Planalto Mirandês*, Monografias Arqueológicas, Porto, GEAP.
- SANCHES, Maria de Jesus, (1995), “Alabardas de Tipo Carrapata”, *A Idade do Bronze em Portugal, discursos de poder*, coordenação de Susana Oliveira Jorge, Lisboa Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia, pp.29-30.
- SANCHES, Maria de Jesus, (1997a), *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 volumes, Textos, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- SANCHES, Maria de Jesus, (1997b), “O Crasto de Palheiros-Murça. Notícia preliminar das escavações de 1995 e de 1996”, II Congresso de Arqueologia Peninsular, Tomo II, *Neolítico, Calcolítico y*

*Bronze*, ed. por Rodrigo de Balbín Behrmann e Primitiva Bueno Ramírez, Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 389-399.

- SANCHES, Maria de Jesus, (2000), “As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (Vº-IIº mil. A.C.), *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV, Porto, ADECAP, pp.123-146.
- SANCHES, Maria de Jesus, (2003), “Craсто de Palheiros – Murça. Reflexão sobre as condições de estudo e de interpretação duma mega-arquitectura pré-histórica no Norte de Portugal”, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.115-148.
- SANCHES, Maria de Jesus (2005), “Sociedades em mudança. Dos caçadores-recolectores aos mais antigos agricultores [do Mesolítico ao Neolítico inicial]”, *História do Douro e do Vinho do Porto*, História Antiga da Região Duriense, Volume 1, coord. de Carlos Brochado de Almeida, Porto, GEHVID e Edições Afrontamento, pp. 108-165.
- SANCHES, Maria de Jesus e PINTO, Dulcineia, (2006), “Terra, Madeira e Pedra – Materiais para a Construção de um Povoado Pré-Histórico de Trás-os-Montes: o Caso do Craсто de Palheiros - Murça”, *TERRA: Forma de Construir*, editado por Mariana Correia e Vítor Oliveira Jorge, Lisboa, Argumentum, pp.83-90.
- SANGMEISTER, E., (1960), “Metalurgia e Comercio del Cobre en la Europa Prehistorica” *Zephyrus*, vol. XI, (1-2), pp. 131-139.
- SAVORY, H. N., (1969), *Espanha e Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo.
- SCHIFFER, Michael, (1995), *Behavioral Archaeology: First Principles*, Salt Lake City, University of Utah Press.
- SCHIFFER, Michael, (1996), *Formation Processes of the Archaeological Record*, Salt Lake City, University of Utah Press.
- SCHUBART, Hermanfrid, (1969), “Las fortificaciones Eneolíticas de Zambujal y pedra de Ouro en Portugal, Xº Congresso Nacional de Arqueologia, Zaragoza, pp. 197-204.
- SCHUBART, Hermanfrid e SANGMEISTER, E., (1974/77), “Escavações na Fortificação da Idade do Cobre do Zambujal – Portugal 1972/1973”, *O Arqueólogo Português*, Série III, Volumes 7/9, Lisboa, pp. 125-140.
- SCHULE, W. (1986), “ El Cerro de la Virgen de la Cabeza, Orce, (Granada): consideraciones sobre su marco ecológico e cultural”, *Homenaje a Louis Siret (1934-1984)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, pp. 208-220.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha, (1979), “Sobre a periodização do Neolítico e Calcolítico do Território Português”, Actas da I Mesa-redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp.147-182.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha, (1983), “A estação pré-histórica de Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas. (Campanha de 1956), *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, Lisboa, pp.119-148.
- SERVICE, Elman R. (1971), *Os Caçadores*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SHANKS, Michael, (1992), *Experiencing the Past: on the character of Archaeology*, London, Routledge.
- SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher, (1992), *Re-Constructing Archaeology, Theory and Practice*, second edition, London, Routledge.
- SHENNAN, Stephen, (1988), *Quantifying Archaeology*, Edinburgh, Edinburgh University Press.

- SHERRAT, Andrew, (1981), Plough and Pastoralism: aspects of the secondary products revolution; Pattern of the Past, Studies in honor of David Clarke, edited by Ian Hodder, Glyn Isaac e Norman Hamond, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 261-305.
- SHERRAT, Andrew, (1987), “Reconstructing Prehistoric Farming”, *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, editado por Michael Kunst, Trabalhos de Arqueologia, volume 7, Lisboa, IPPAR, pp. 61-76.
- SILVA, A. Ferreira da, REBELO, J.A., SANTOS, J., BARROSO, J., CARDOSO, F., RIBEIRO, M. L., RIBEIRO, A. e CABRAL, J. (1988), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000. Folha 11-C, Torre de Moncorvo*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- SILVA, A. Ferreira da, REBELO, Almeida e RIBEIRO, M. Luísa, (1989), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000. Notícia explicativa da folha 11-C, Torre de Moncorvo*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- SILVA, A. Ferreira da, SANTOS, A. J., RIBEIRO, A. e RIBEIRO, M. Luísa, (1990), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000. Folha 15-A, Vila Nova de Foz Côa*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- SILVA, A. Ferreira da e RIBEIRO, M. Luísa, (1991), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000. Notícia explicativa da folha 15-A, Vila Nova de Foz Côa*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- SILVA, Carlos Tavares da (1990), “Influências Orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul de Portugal. Notas para um debate, *Estudos Orientais*, vol. I, Presenças Orientalizantes em Portugal, Da Pré-História ao Período Romano, Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova, pp. 45-52.
- SILVA, Carlos T. e SOARES, Joaquina, (1976-77), “Contribuição para o Conhecimento dos Povoados Calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve”, *Setúbal Arqueológica*, vol. II-III, pp.179-272.
- SILVA, Carlos T. e SOARES, Joaquina, (1987), “O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba I – Escavações arqueológicas de 1982-1986 (Resultados Preliminares)”, *Setúbal Arqueológica*, vol.VIII, Setúbal, pp. 29-79.
- SILVA, Carlos T., SOARES, Joaquina e CARDOSO, João Luís (1995), “Os Povoados Fortificados do Monte da Tumba e de Leceia – elementos para um estudo comparado, *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*, Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, editado por Michael Kunst, Trabalhos de Arqueologia, volume 7, Lisboa, IPPAR, pp. 159-168.
- SILVA, Cristina Maria Costa, (1996), *O Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do IIIº milénio a.C. /1ª metade do IIº milénio a.C., no Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- SILVANO, Filomena, (2001), *Antropologia do Espaço*, Uma Introdução, 2ª edição, Oeiras, Celta Editores.
- SNEAD, James e PREUCCEL, Robert, (2000), “The Ideology of Settlement: Ancestral Keres Landscapes in the Northern Rio Grande”, *Archaeologies of Landscape*, Contemporary Perspectives, edited by Wendy Ashmore e Bernard Knapp, Oxford, Blackwell Publishers, pp.169-200.
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos T., (2000), “Capturar a mudança na Pré-história Recente do Sul de Portugal”, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol.4, *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Porto, ADECAP, pp.213-224.
- SOUSA, Ana Catarina (2003), “O Penedo do Lexim e outros casos do Calcolítico Estremenho”, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.177-198.

- SOUSA, Goreti, (2006), “A Terra no Megalitismo do Norte de Portugal”, *TERRA: Forma de Construir*, editado por Mariana Correia e Vítor Oliveira Jorge, Lisboa, Argumentum, pp.76-82.
- STUIVER, M. e PEARSON, G. W., (1993), “High precision bidecadal calibration of the radiocarbon time scale, AD 1950-500 BC and 2500-6000 BC”, Stuiver, M., A. and Kra, and Kra, R.S., eds, *Calibration 1993, Radiocarbon*, 35(1), pp.1-23.
- \*TÁVORA, Fernando, (1999), *Da Organização do Espaço*, FAUP Publicações.
- THOMAS, Julian e JORGE, Vítor (2007), “Editorial”, *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*, Journal of Iberian Archaeology, ed. by V. Jorge e J. Thomas, Porto, Adecap, pp. 5-10.
- \*THOMAS, Julian e WHITTLE, Alasdair (1986), “Anatomy of a Tomb – West Kennet Revisited”, *Oxford Journal of Archaeology* (2), pp.129-156.
- \*THOMAS, Julian, (1991), “Reading the Neolithic”, *Anthropology Today*, Vol.7, nº 3, pp.9-11.
- THOMAS, Julian, (1996), *Time, Culture and Identity*, London and New York, Routledge.
- THOMAS, Julian (1999), “A materialidade e o social”, sep. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, pp.15-20.
- THOMAS, Julian, (2000), *Interpretive Archaeology, a reader*, London and New York, Leicester University Press.
- THOMAS, Julian (2001), “Archaeologies of Place and Landscape”, *Archeological Theory Today*, edited by Ian Hodder, Cambridge, Polity Press, pp.165-186.
- THOMAS, Julian, (2001), *Understanding the Neolithic*, London and New York, Routledge.
- THOMAS, Julian, (2005), *Archaeology and Modernity*, London and New York, Routledge.
- THOMAS, Julian, (2006), “From Dwelling to Building”, *Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architecture of Europe From a Dwelling Perspective”*, editeb by Vitor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho e Leonor Sousa Pereira, Proceedings of the TAG session, Sheffield 2005, Porto, ADECAP, 2006., pp.349-359.
- THOMAS, Julian (2007), “The trouble with material culture”, *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*, Journal of Iberian Archaeology, ed. by V. Jorge e J. Thomas, Porto, Adecap, pp. 11-24.
- TILLEY, Christopher, (1989), “Interpreting Material Culture”, *The Meaning of Things*, ed. by Ian Hodder, London, Unwin Hyman, pp. 185-194.
- TILLEY, Christopher, (1994), *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*, Oxford, Berg.
- TILLEY, Christopher, (2006), “Introduction, Identity, Place, Landscape and Heritage”, *Journal of Material Culture*, n.º11/12, March/July, London, Sage Publications, pp.7-29.
- TRABULO, Joaquim, (1992), *Chãs de Foz Côa - A sua história, a sua gente*, Porto.
- TRIGGER, Bruce, (1992), *Historia del Pensamiento Arqueológico*, Barcelona, Editorial Crítica.
- TRONCOSO, André (2007), “Beyond materiality: syntaxis and relationality of rock art and some things we call nature”, *Overcoming the Modern Invention of Material Culture*, Journal of Iberian Archaeology, ed. by V. Jorge e J. Thomas, Porto, Adecap, pp. 231-244.
- \*WHITTLE, Alasdair, (1996), *Europe in the Neolithic, The Creation of new worlds*, Cambridge, Cambridge University Press.

- WHITTLE, Alasdair e BAYLISS, Alex, (2007), “The Times of their Lives: from Chronological Precision to Kinds of History and Change”, *Cambridge Archaeological Journal*, vol.17:1, Cambridge, McDonald Institute for Archaeological Research, pp.21-28.
- WHITTLE, Alasdair, BARCLAY, Alistair, BAYLISS, Alex, McFADYEN, Lesley, SCHULTING, Rick e WYSOCKI, Michael, (2007), “Building for the Dead: Events, Processes and Changing Worldviews from the Thirty-eight to the Thirty-fourth Centuries cl. BC in Southern Britain”, *Cambridge Archaeological Journal*, vol.17:1, Cambridge, McDonald Institute for Archaeological Research, pp.123-147.
- WHITTLE, Alasdair, BARCLAY, Alistair, McFADYEN, Lesley, BENSON, Don e GALER, Dan, (2007), “Place and Time: Building and Remembrance”, *Building Memories: The Neolithic Cotswold Long Barrow at Ascott-under-Wychwood, Oxfordshire*, edited by Don Benson e Alasdair Whittle, Cardiff Studies in Archaeology, Exeter, Oxbow Books, pp.327-361.
- VALE, Ana Margarida, (2003), *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz-Côa), Contributo para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalho (1998-2000)*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- VALE, Ana Margarida (2004), “Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz Côa). Contributos para o estudo dos resultados das primeiras campanhas de trabalhos (1998-2000)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XLIV, Fasc. 3-4, Porto, SPAE.
- VALE, Ana Margarida, CARDOSO, João Muralha e JORGE Vítor Oliveira, (2006), “Recintos Murados e/ou Colinas Monumentalizadas no Nordeste de Portugal? O Caso de Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa”, *TERRA: Forma de Construir*, editado por Mariana Correia e Vítor Oliveira Jorge, Lisboa, Argumentum, pp.98-105.
- VALERA, António Carlos, (1994), “Diversidade e Relações Inter-Regionais no Povoamento Calcolítico da Bacia do Médio e Alto Mondego”, *Actas do Iº Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol.34, (1-2), Porto, SPAE, pp.153-171.
- VALERA, António Carlos, (1997), *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): Aspectos da Calcolitização da Bacia do Alto Mondego*, Textos Monográficos 1, Lisboa, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- VALERA, António Carlos, (2003), “A propósito de recintos murados do 4º e 3º milénios AC: dinâmica e fixação do discurso arqueológico”, *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/ Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.149-168.
- VALERA, António Carlos, (2006), *Calcolítico e Transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego: Estruturação e Dinâmica de uma rede local de Povoamento*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dois volumes, edição policopiada.
- VARELA, José Manuel, (2000), *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do castelo velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), Tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio a.C.*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dois volumes, edição policopiada.
- VELHO, Gonçalo Leite, (2006), “O Jogo da Pedra e da Terra num Sítio Pré-Histórico do Nordeste de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão – Vilanova de Foz Côa”, *TERRA: Forma de Construir*, editado por Mariana Correia e Vítor Oliveira Jorge, Lisboa, Argumentum, pp.91-97.
- VITTA-FINZI, C. e HIGGS, E., (1970), “Prehistoric economy in the Mount Carmel area of Palestine, site catchment analysis” *Proceedings of the Prehistoric Society*, 36, pp.1-37.

- \*VV.AA, (1987), *História da Filosofia do Século XX*, direcção de François Châtelet, Lisboa, Circulo dos Leitores.
- \*VV.AA, (1994), *The ancient mind, Elements of cognitive archaeology*, edited by Colin Renfrew e Ezra Zubrow, Cambridge, Cambridge Archaeology Press.
- VV.AA, (1995), *A Idade do Bronze em Portugal, discursos de poder*, coordenação de Susana Oliveira Jorge, Lisboa Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia.
- VV.AA, (1997), *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa, Trabalhos de 1995-1996*, coordenação de João Zilhão, Lisboa, Ministério da Cultura.
- \*VV.AA, (1997), *rethinking ARCHITECTURE, a reader in cultural theory*, edited by Neil Leach, New York, Routledge.
- \*VV.AA, (2000), *entanglements of power, geographies of domination/resistence*, , edited by Joanne Sharp, Paul Routledge, Chris Philo e Ronan Paddison, London, Routledge.
- \*VV.AA, (2000), *Philosophy and Archaeological Practice, Perspectives for the 21st Century*, edited by Cornelius Holtorf e Hakan Karlsson, Goteborg, Bricoleur Press.
- \*VV.AA, (2000), *Interpretive Archaeology, a reader*, edited by Julian Thomas, London, Leicester University Press.
- \*VV.AA, (2001), *Archaeological Theory Today*, edited by Ian Hodder, London, Polity Press.
- \*VV.AA, (2002), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, dirigido por Pierre Bonte e Michel Izard, Paris, Puf.
- \*VV.AA, (2005), *Archaeology. The Key Concepts*, edited by Colin Renfrew e Paul Bahn, London, Routledge.
- \*VV.AA, (2006), *A Companion to Archaeology*, edited by John Bintliff, London, Blackwell.
- \*VV.AA, (2007), *Building Memories The Neolithic Cotswold Long Barrow at Ascott-Under-Wychwood, Oxfordshire*, edited by Don Benson e Alasdair Whittle, Exeter, Oxbow.
- \*ZEVI, Bruno (2002), *Saber Ver a Arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes.

## **CARTOGRAFIA**

- Carta da Capacidade de Uso dos Solos, Atlas do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente, 1982, Escala 1:1 000 000.
- Carta Geológica de Portugal, Escala 1/50.000, fl. 11-C, Torre de Moncorvo, Serviços Geológicos de Portugal, 1988.
- Carta Geológica de Portugal, Escala 1/50.000, fl. 15-A, Vila Nova de Foz Côa, Serviços Geológicos de Portugal, 1988.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 116, Alijó, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 117, Carrazeda de Ansiães, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 118, Adeganha (Torre de Moncorvo), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.



- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 119, Felgar (Torre de Moncorvo), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 128, São João da Pesqueira, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 129, Seixo de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 130, Torre de Moncorvo, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 131, Carviçais (Torre de Moncorvo), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 139, Paredes da Beira (São João da Pesqueira), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 140, Touça (Vila Nova de Foz Côa), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 141, Vila Nova de Foz Côa, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 142, Freixo de Espada à Cinta, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 149, Penedono Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 150, Meda, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 151, Almendra (Vila Nova de Foz Côa), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 152, Escalhão (Figueira de Castelo Rodrigo), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 159, Sernancelhe, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 160, Torre do Terrenho (Trancoso), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 161, Cidadelhe (Pinhel), Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Militar de Portugal, Escala 1:25 000, fl 162, Figueira de Castelo Rodrigo, Instituto Geográfico do Exército, edição 2, 1994.
- Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:50 000, fl. 10-D, Alijó, Instituto Geográfico e Cadastral, edição 2, 1966.
- Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:50 000, fl. 11-C, Torre de Moncorvo, Instituto Geográfico e Cadastral, edição 2, 1966.
- Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:50 000, fl. 11-D, Figueira de Castelo Rodrigo, Instituto Geográfico e Cadastral, edição 2, 1966.

Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:50 000, fl. 15-A, Vila Nova de Foz Côa, Instituto Geográfico e Cadastral, edição 2, 1966.

Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:50 000, fl. 15-B, Freixo de Espada à Cinta, Instituto Geográfico e Cadastral, edição 2, 1966.

Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:100 000, fl. 10, Vila Real, Instituto Geográfico e Cadastral, 1970.

Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:100 000, fl. 11, Torre de Moncorvo, Instituto Geográfico e Cadastral, 1973.

Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:100 000, fl. 14, Lamego, Instituto Geográfico e Cadastral, 1973.

Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:100 000, fl. 15, Figueira de Castelo Rodrigo, Instituto Geográfico e Cadastral, 1973.

# **ANEXO 1**

## **Estratigrafia, datações e quadros síntese das estruturas**



## **0. INTRODUÇÃO**

O presente anexo refere-se a parcelas de informação da estação arqueológica de Castanheiro do Vento que não foram tratadas de modo mais exaustivo no texto principal: a estratigrafia e as datações de rádio-carbono. O ponto 3 deste anexo apresenta um conjunto de quadros que pretendem sintetizar a informação questionada à base de dados “*Castanheiros*” relativamente às estruturas.



## 1. Camadas arqueológicas: sua descrição

É importante acentuar que as camadas estratigráficas têm um carácter provisório e não generalizável a toda a área intervencionada, assim a sua descrição terá que ser entendida como provisória e como instrumento de trabalho. Para uma melhor compreensão das diversas áreas onde se escavou em profundidade, optámos por elaborar um quadro, onde se faz referência a todas zonas intervencionadas.

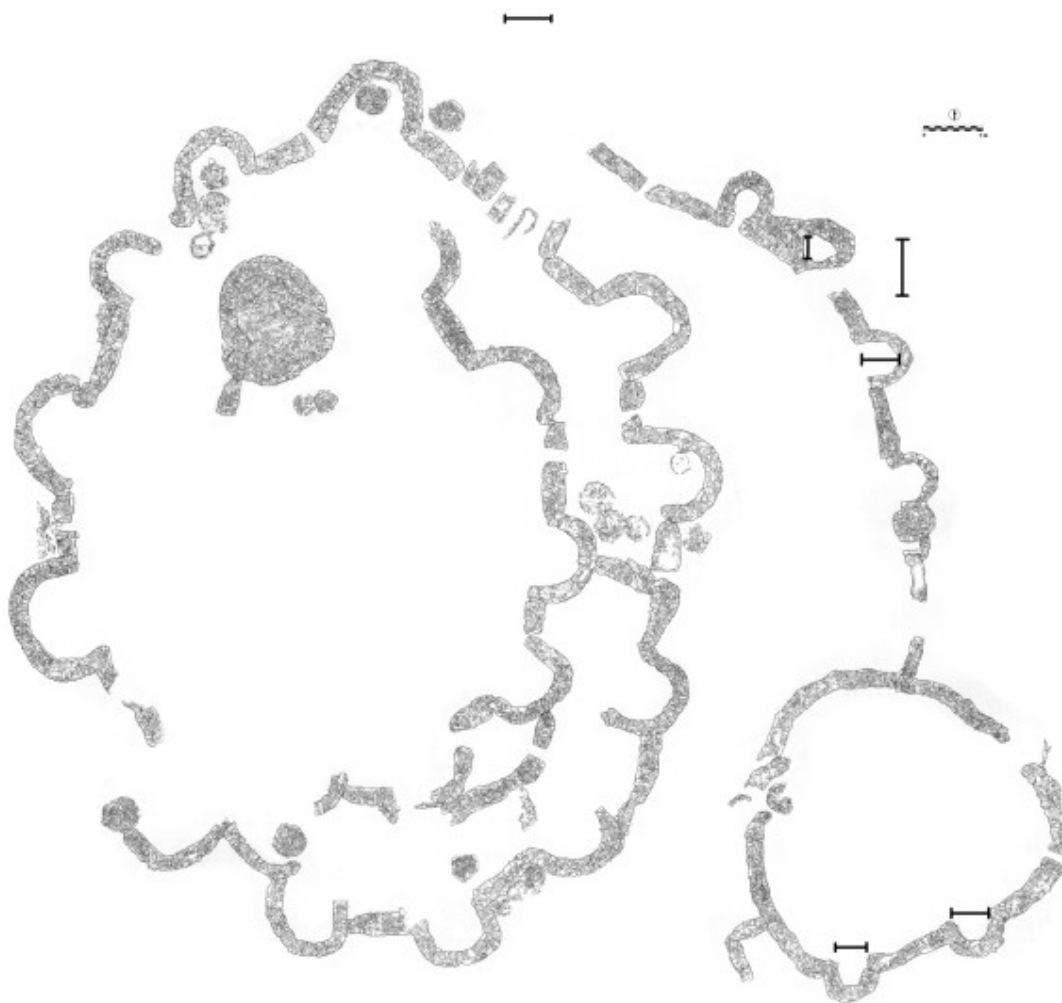


Figura 1 do anexo 1 – Localização na planta de Castanheiro do Vento dos cortes estratigráficos efectuados (Tintagem de Leonor Pereira).

**Descrição do corte efectuado no estradão que parte do sopé do monte onde se localiza o sítio arqueológico e atravessa a estação a Este (ano de 1998):**

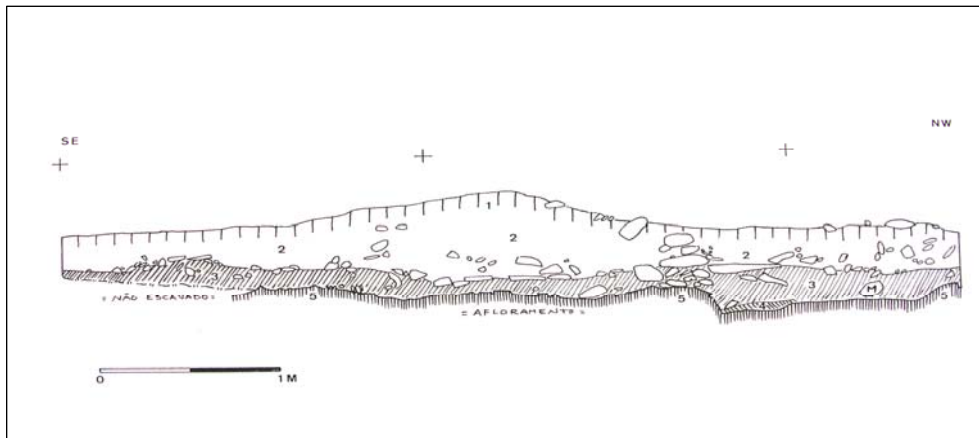


Figura 2 do anexo 1 – Corte estratigráfico do estradão.

c.1 - superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e bastante raízes de “carrascos”, com materiais arqueológicos.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com raízes e com materiais e vestígios de estruturas muito destruídas.

c.3 - camada compacta, de coloração amarelada escura, com grande percentagem de argila e silte na sua composição sedimentar, contendo estruturas e artefactos in situ, alguns deles ao nível da própria área do estradão contígua ao talude. Esta camada, por vezes, separa-se da anterior por lajes colocadas na horizontal, de médio e grande porte.

c.4 - sedimento muito compacto, de coloração amarelada viva, com grande percentagem de argila na sua composição, preenchendo por vezes os interstícios do afloramento de base, contendo alguns artefactos. Colocaram-se duas hipóteses interpretativas; a primeira apontava para um resquício de um momento de ocupação anterior à camada 3, a segunda, apontava o nivelamento do substrato rochoso realizado por acção antrópica.

c.5 - substrato geológico, xistoso de superfície irregular.



### **Descrição da estratigrafia detectada durante a escavação do “Bastião A”:**

Não se apresenta qualquer figura, pois as camadas foram identificadas em processo de escavação. Em termos descritivos, temos:

c.1 - superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e bastante raízes de “carrascos”, com materiais arqueológicos.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com raízes e com materiais e vestígios de estruturas muito destruídas.

c.2/3 - não é um estrato individualizado, foi definida neste espaço devido a problemas inerentes ao próprio processo de escavação. Definida apenas pela transição entre a camada 2 e a 3. Em tudo idêntica à camada superior, notando-se apenas uma diferença em termos de coloração, passando a castanha clara.

c.3 - muito compacta, de cor amarelada. Associada a todos os momentos de alterações estruturais do espaço interno desta estrutura. Composta na sua maioria por um sedimento argiloso. Contém materiais e pequenas estruturas in situ.

c.4 - extremamente compacta, de cor muito amarelada clara, argilosa, com alguns, raros, materiais arqueológicos. Neste caso esta camada era notoriamente um nivelamento do espaço interno da estrutura, que assentava directamente no substrato geológico.

c.5 - substrato geológico, xistoso de superfície muito irregular, existindo uma concavidade natural no interior da estrutura que foi colmatada por argila muito compactada da camada descrita anteriormente.

## Descrição da estratigrafia detectada durante a escavação do “Bastião B”:

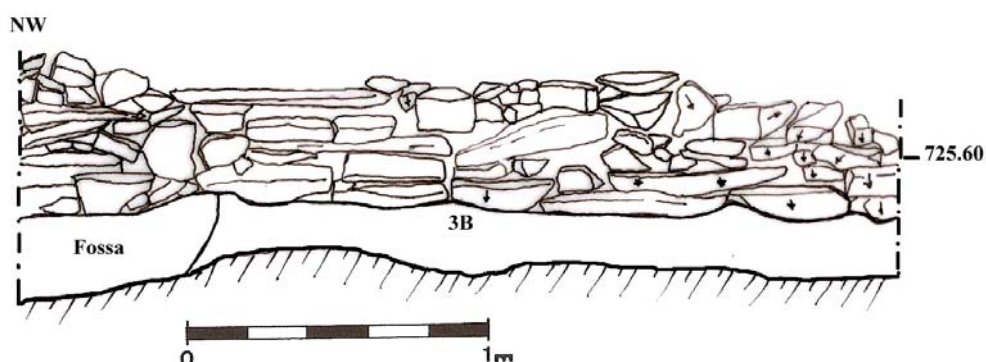


Figura 3 do anexo 1 – Corte NW do interior do “bastião” B. Esta figura apenas é demonstrativa das camadas 3B e da fossa que a corta. No interior desta estrutura as camadas foram identificadas durante o processo de escavação.

c.1 – superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e com bastante raízes e materiais arqueológicos. Nesta área, existia ruínas de uma casa recente, provavelmente um abrigo de pastores. Por este motivo toda a área que depois veio a compreender o “Bastião B”, ao nível desta camada superficial, encontrava-se com muitas pedras, provenientes do derrube das paredes daquela casa.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com raízes, materiais arqueológicos e um alinhamento pétreo.

c.2/3 – zona de transição entre as camadas 2/3.

c.3 – camada de coloração amarelo torrado. É muito compacta e argilosa, com abundante material arqueológico e estruturas in situ.

c.3b – camada muito compacta com grande percentagem de argila e silte, de coloração amarelada. Sugere um momento de utilização deste espaço, anterior à sua construção, pois a camada prolonga-se por debaixo das paredes. Aberta nesta camada foi detectada uma fossa cujos sedimentos apresentam uma tonalidade levemente acastanhada. Muito compacta e argilosa, apresenta somente como material arqueológico cerâmica e alguns, poucos, carvões.

c.5 – Substrato geológico.

### Descrição da estratigrafia encontrada durante a escavação do “Bastião C”:

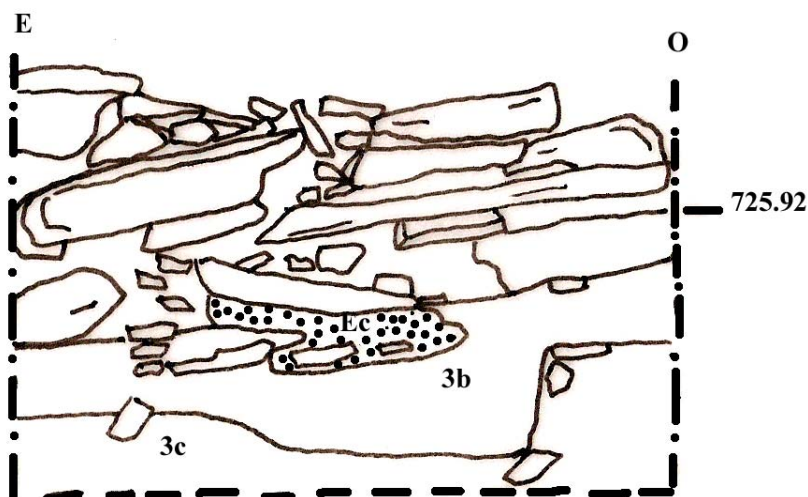


Figura 4 do anexo 1 – Corte E/O do interior do “bastião” C. Ec-estrutura de combustão. Esta figura apenas é demonstrativa das camadas 3b e da 3c. No interior desta estrutura as camadas foram identificadas durante o processo de escavação.

c.1 – superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e com bastante raízes de “carrascos”, com materiais arqueológicos.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com raízes, materiais arqueológicos e uma pequena estrutura pétre.

c.3 – camada de coloração amarelo torrado. É muito compacta e argilo-siltosa, com abundante material arqueológico e estruturas in situ.

c.3b – camada muito compacta com grande percentagem de argila, de coloração amarelada escura. Sugere um momento de utilização deste espaço, anterior à sua construção, pois a camada prolonga-se por debaixo das paredes. Esta camada possuía uma grande bolsa pouco compacta com sedimento de cor cinzento escuro com muitos carvões e alguns materiais arqueológicos.

c.3c – camada muito compacta, composta por sedimentos argilo-arenosos, de coloração castanha clara, com raros materiais.

c.4 – camada muito compacta, constituída essencialmente por argila, de cor amarelo claro, praticamente sem materiais e com raras pedras miúdas.

**Descrição do corte estratigráfico nas quadrículas 118.42 e 118.43, junto à rampa pétreia (mas sem a interceptar) da área norte do sítio:**

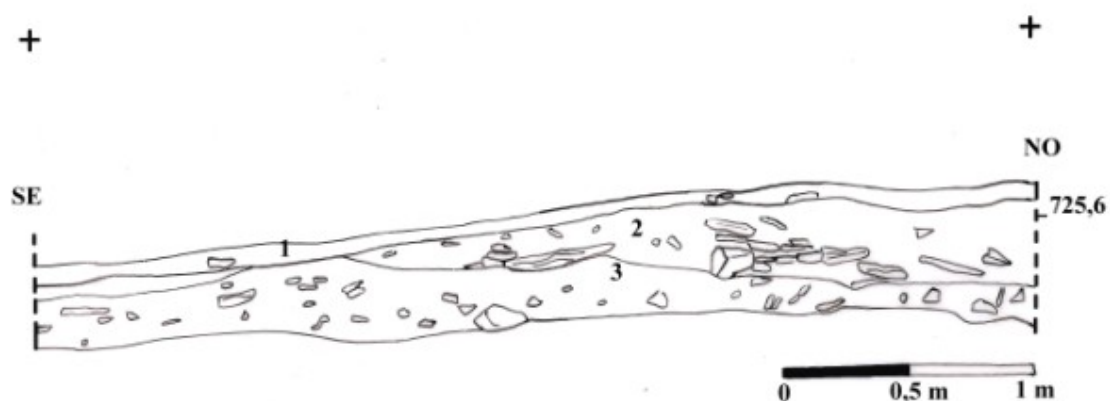


Figura 5 do anexo 1 – Corte SE/NO na área Norte do sítio.

c.1 – superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e com bastante raízes de “carrascos”, com materiais arqueológicos.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com bastante raízes, materiais arqueológicos e grandes lajes de xisto.

c.3 – camada de coloração amarelo torrado. É muito compacta e argilo-siltosa, com abundante material arqueológico.

A base do corte não foi desenhada, pois corresponde à berma de um antigo caminho de pé posto que se optou por não escavar.

#### **Descrição da estratigrafia detectada durante a escavação do “Bastião D”:**

Não se apresenta qualquer figura, pois as camadas foram identificadas em processo de escavação. Em termos descritivos, temos:

c.1 – superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e com bastante raízes de “carrascos”, com materiais arqueológicos.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com raízes, materiais arqueológicos e uma imponente estrutura de condenação em “espinhado”, compostas por lajes de xisto de média dimensão.

c.3 – camada de coloração amarelo torrado. É muito compacta e argilo-siltosa, com estruturas e materiais *in situ*. Esta camada parece terminar junto à linha basal da estrutura.

c.4 – camada muito compacta, constituída essencialmente por argila, de cor amarelo claro, praticamente sem materiais.

### Descrição da estratigrafia detectada durante a escavação do “Bastião E”:

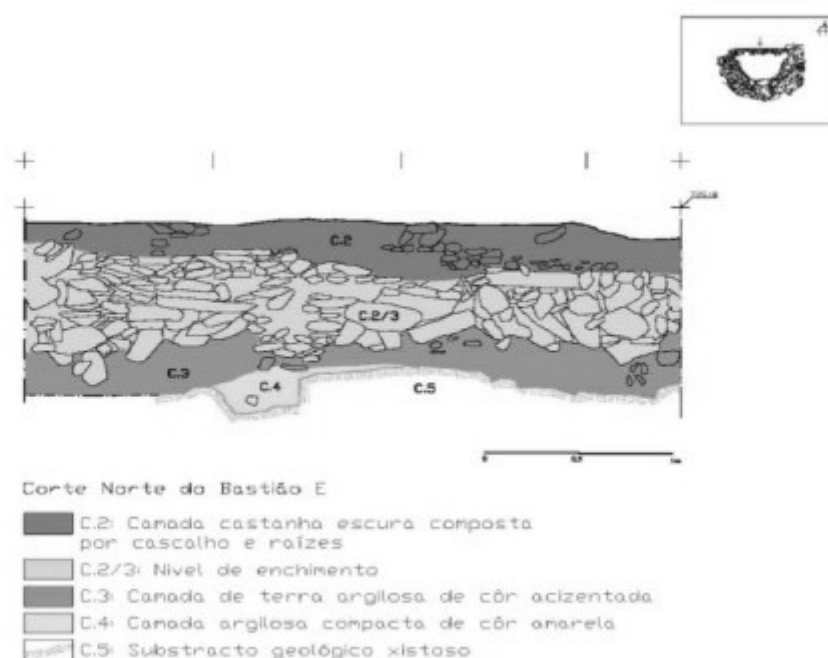


Figura 6 do anexo 1 – Corte E/O da entrada do “bastião” E.

c.1 – superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e com bastante raízes de “carrascos”, com materiais arqueológicos.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com raízes, materiais arqueológicos.

c.2/3 – esta camada é constituída por uma imponente “plataforma” constituída por lajes de xisto de média a grande dimensão, que cobria cerca de metade da estrutura.

c.3 – camada de coloração cinzenta e silto-argilosa, com estruturas e materiais *in situ*. Esta camada parece terminar junto à linha basal da estrutura.

c.4 – camada muito compacta, constituída essencialmente por argila, de cor amarelo claro, praticamente sem materiais. É nitidamente uma camada de nivelamento do espaço interno da estrutura, que apenas em determinados locais assentava no substrato.

c.5 – substrato geológico muito irregular.

Como já foi notado em nota, no corpo principal deste trabalho, é importante referir que esta estrutura ofereceu uma estratigrafia aparentemente diferente das estruturas anteriores. Primeiro, a existência de uma camada 2/3, pertencendo a uma grande plataforma e não como mera camada de transição e segundo, a composição e coloração da camada 3 é diferente das anteriores, no entanto como veremos adiante, quer os materiais arqueológicos encontrados, quer as datações obtidas, remetem para um conjunto coetâneo às restantes camadas 3 detectadas.

#### **Descrição do corte estratigráfico efectuado imediatamente a norte do “Bastião F”:**



Figura 7 do anexo 1 –.

c.1 – superficial, muito pouco compacta, de coloração castanha escura, humosa e com bastante raízes de “carrascos”, com materiais arqueológicos.

c.2 - camada sub-superficial, acastanhada escura, ainda pouco compacta, com raízes, materiais arqueológicos.

c.2/3 – esta camada é constituída por uma imponente “plataforma” constituída por lajes de xisto de média a grande dimensão, que cobria cerca de metade da estrutura, como no “bastião E”. Esta camada está representada no desenho com um tracejado vertical.

c.3 – camada de coloração cinzenta amarelada e silto-argilosa, com estruturas e materiais *in situ*. Esta camada parece terminar junto à linha basal da estrutura.

c.4 – camada muito compacta, constituída essencialmente por argila, de cor amarelo claro, praticamente sem materiais. É nitidamente uma camada de nivelamento do espaço que dava acesso ao interior da estrutura.





## 2. A CRONOLOGIA

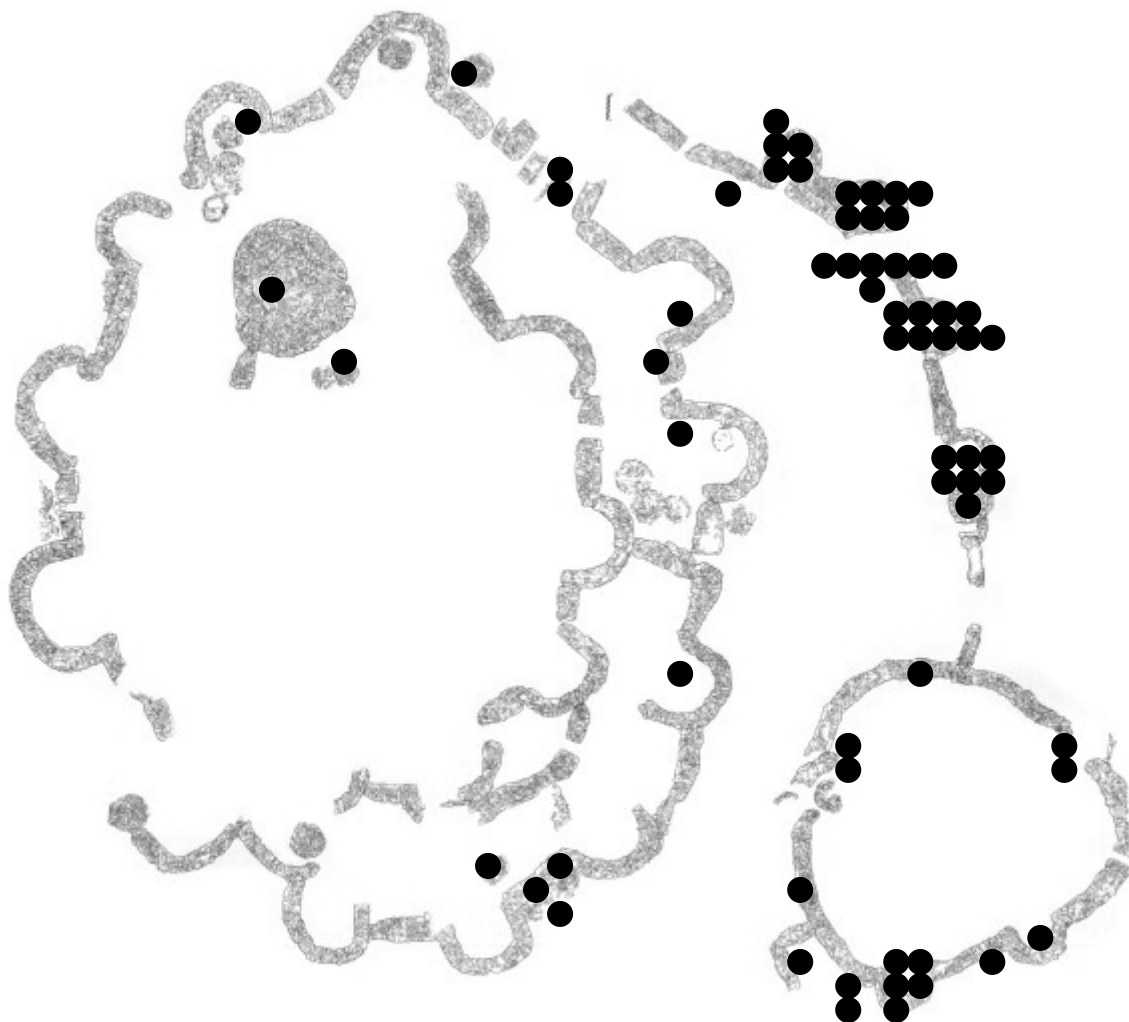


Figura 8 do anexo 1 – Localização na planta de Castanheiro do Vento das várias amostras de carvões que produziram datações (Tintagem de Leonor Pereira).

O próximo quadro sintetiza toda a informação relativa às datações de Castanheiro do Vento. Tendo em conta a extensão do quadro, optámos por o dividir em dois. Repetimos no segundo o número de identificação que corresponde à Base de Dados, a referência do laboratório, para identificar a amostra e as entradas relativas às datações sem calibração e após calibradas. Enquanto a informação do primeiro quadro se relaciona com a localização da amostra, o segundo descreve o contexto em que ela foi recolhida.

Nº	Ref. Laboratorio	Data Recolha	Quadrícula	Camada	X	Y	Z	BP	Cal BC 2 sigma
2	Ua-22456	25.07.2003	99.59	3	1,67	0,5	725,4	4400+/-65	3400-2700
3	Ua-20455	01-07-2002	103.57	4	0,68	0,38	725,43	4145+/-45	2877-2582
4	Ua-18039	18-07-2000	110.52	3	0,4	1,45	725,76	4140+/-75	2886-2495
5	Ua-22460	25-07-2003	99.58	3	0,74	0,25	725,41	4095+/-50	2880-2490
7	Ua-22455	23.07.2003	97.58	3	1,67	0,3	725,28	4090+/-50	2870-2470
6	Ua-23432	15-07-2004	86.53	3	0,8	0,74	724,98	4090+/-40	2870-2490
8	Ua-18041	28.07.2000	108.54	3	1	1,15	725,6	4065+/-70	2787-2495
9	Ua-23426	30.07.2004	77.54	3	1,2	0,12	724,08	4060+/-40	2860-2460
10	Ua-22462	28.07.2003	99.58	3	0,74	1,2	725,44	4050+/-50	2860-2460
11	Ua-22457	01.08.2003	98.59	3	0,37	1,74	725,42	4045+/-50	2860-2460
12	Ua-20453	31.07.2002	103.57	3	0,9	0,72	725,54	4040+/-45	2856-2464
13	Ua-20454	02.08.2002	103.57	3	0,85	0,41	725,54	4035+/-40	2838-2462
60	Ua-33630	24-08-2006	109.42	3	0,99	0,38	726,77	4025+/-35	2830-2460
14	Ua-22458	25.07.2003	99.58	3	1,33	1,37	725,45	4020+/-80	2900-2300
15	Ua-22459	25.07.2003	98.58	3	1,39	0,84	725,44	4010+/-50	2840-2340
16	Ua-20452	01.08.2002	104.57	3	0,4	0,06	725,61	4010+/-40	2623-2457
17	Ua-18697	04.08.2001	107.55	3	0,57	1,93	725,85	4005+/-60	2856-2336
52	Ua-32081	14.09.2005	108.42	3	0,29	0,69	726,81	4000+/-40	2630-2450
18	Ua-18695	24.07.2001	109.55	3	1,1	1,81	725,48	3990+/-65	2855-2292
59	Ua-32088	15.07.2004	86.53	3	0,2	0,5	724,97	3990+/-40	2630-2340
19	Ua-20451	28.07.2002	104.57	3	0,92	0,65	725,75	3980+/-40	2618-2348
20	Ua-18044	17.07.2000	110.52	3	1,2	0,8	725,8	3975+/-75	2856-2229
21	Ua-18696	24.07.2001	109.55	3	1,05	1,73	725,49	3975+/-60	2624-2289
22	Ua-20450	31.07.2002	103.58	3	0,44	1,74	725,58	3970+/-45	2580-2309
23	Ua-18703	25.07.2001	109.55	3	0,9	1,1	725,27	3935+/-60	2577-2206
24	Ua-23431	21.07.2004	78.53	3	1,96	1,53	724,27	3910+/-45	2560-2200
51	Ua-32080	28.07.2005	83.39	3	0,74	0,6	726,24	3895+/-40	2480-2200
54	Ua-32083	11.08.2005	104.46	3	0,54	1,62	726,83	3890+/-45	2480-2200
25	Ua-18702	20.07.2001	108.55	3	0,79	0,97	725,56	3880+/-60	2492-2036
61	Ua-33631	11.07.2006	112.29	3	0,83	0,35	727,22	3855+/-35	2470-2200
26	Ua-23429	26.07.2004	79.61	3	0,77	0,7	724,2	3850+/-40	2460-2200
50	Ua-32079	05.08.2005	80.42	3	0,96	0,88	725,6	3820+/-40	2457-2141
55	Ua-32084	14.09.2005	100.45	3	1,27	0,76	727,18	3815+/-45	2460-2130
27	Ua-18042	27.07.2000	108.55	3	0	0	725,7	3810+/-75	2446-2036
28	Ua-18040	18.07.2000	110.52	3	1,2	0,8	725,8	3790+/-60	2457-2035
29	Ua-18701	04.08.2001	104.57	3	1,65	1,92	725,85	3790+/-60	2457-2015
30	Ua-23428	26.07.2004	78.55	3	0,8	1,22	724,44	3740+/-40	2290-2020
62	Ua-33632	02.08.2006	113.39	3	1,96	1,64	726,66	3725+/-30	2210-2030
31	Ua-23430	21.07.2004	78.60	3	0,34	0,25	724,25	3720+/-40	2280-1970
1	Ua-18043	28.07.1999	111.52	3	0	0,8	725,83	3715+/-75	2310-1886
58	Ua-32087	29.07.2005	81.42	3	1,89	0,02	725,78	3630+/-45	2140-1880
49	Sac-2018	21.07.2004	78.53	3	1,93	1,66	724,35	3580+/-80	2189-1695
32	Ua-18694	27.07.2001	107.54	3	0,62	0,26	726,1	3485+/-60	1956-1636
34	Ua-20449	01.08.2002	103.58	3	0,48	1,16	725,54	3475+/-40	1884-1687
35	Ua-23427	12.07.2004	77.55	3	0,18	1,05	724,29	3460+/-40	1890-1680
33	Ua-23425	29.07.2004	78.56	3	0,78	1,56	724,83	3415+/-45	1880-1530
36	Ua-18700	02.08.2001	107.55	3	0,67	1,04	725,87	3400+/-60	1878-1524

65	Ua-33980	09.08.2005	82.43	3	1,02	1,47	725,82	3395+/-35	1870-1600
37	Ua-18699	04.08.2001	104.56	3	1	0,27	726,05	3375+/-70	1874-1520
38	Ua-23433	13.07.2004	79.51	3	0,84	0,68	724,85	3360+/-60	1740-1520
56	Ua-32085	23.09.2005	105.29	3	0,8	0,9		3320+/-45	1740-1490
63	Ua-33982	07.07.2004	81.50	3	0,93	0,97	724,87	3170+/-35	1520-1390
57	Ua-32086	23.09.2005	90.46	3	1,55	0,37	726,59	2830+/-45	1130-840
39	CSIC-1807	19.07.2001	106.55	2	1,4	0	725,94	2551+/-30	802-542
40	Ua-18037	26.07.2001	108.55	2	1,02	1	726,01	2450+/-70	766-402
41	CSIC-1808	19.07.2001	106.55	2	1,85	0	726,03	2447+/-70	761-406
42	Ua-22452	30.07.2003	86.62	3	1,08	1,6	724,78	2430+/-45	770-400
43	Ua-22453	30.07.2003	86.62	3	0,09	1	724,87	2395+/-40	760-390
44	Ua-18038	27.07.2000	110.49	2	0,5	0	725,56	2380+/-70	764-258
45	CSIC-1806	20.07.2001	108.55	2	1,85	1,15	725,94	2357+/-60	520-378
46	Ua-18698	27.07.2001	108.55	2	1,75	1,2	725,91	2355+/-60	761-230
53	Ua-32082	23.09.2005	101.33	3	1,99	1,42	726,59	2350+/-40	730-360
47	Ua-22451	16.07.2003	90.57	3	0,6	0,5	725,49	2330+/-40	550-200
48	Ua-22454	01.08.2003	78.59	3	0,72	0,27	724,27	2200+/-45	390-110
64	Ua-33981	17.08.2005	103.46	3	1,83	0,32	726,93	1440+/-35	560-660

Nº	Ref. Laboratorio	BP	Cal BC 2 sigma	Contexto	Micro-contexto
2	Ua-22456	4400+/-65	3400-2700	BD	Debaixo da linha basal do "bastião D"
3	Ua-20455	4145+/-45	2877-2582	BC	Debaixo da linha basal do "bastião C"
4	Ua-18039	4140+/-75	2886-2495	BA	Junto á entrada para a estrutura
5	Ua-22460	4095+/-50	2880-2490	BD	Interior da estrutura
7	Ua-22455	4090+/-50	2870-2470	Tp	Entre as lajes componentes do interior da "torre pequena"
6	Ua-23432	4090+/-40	2870-2490	RS	Entre a contrafortagem do recinto secundário
8	Ua-18041	4065+/-70	2787-2495	BB	Debaixo da linha basal.
9	Ua-23426	4060+/-40	2860-2460	BF	Parede externa do "bastião".
10	Ua-22462	4050+/-50	2860-2460	BD	4º nível de decapagem de escavação
11	Ua-22457	4045+/-50	2860-2460	BD	Interior da estrutura
12	Ua-20453	4040+/-45	2856-2464	BC	Sedimentos cinzentos (área 4)
13	Ua-20454	4035+/-40	2838-2462	BC	Debaixo da linha basal do "bastião" C
60	Ua-33630	4025+/-35	2830-2460	Mr6	Área de sedimentos cinzentos bem definidos no terreno
14	Ua-22458	4020+/-80	2900-2300	BD	Interior da estrutura
15	Ua-22459	4010+/-50	2840-2340	BD	Interior da estrutura
16	Ua-20452	4010+/-40	2623-2457	BC	Debaixo da linha basal, área de sedimentos escuros com fauna
17	Ua-18697	4005+/-60	2856-2336	BA	Micro estrutura 2
52	Ua-32081	4000+/-40	2630-2450	Mr6	Área de sedimentos cinzentos bem definidos no terreno
18	Ua-18695	3990+/-65	2855-2292	BB	Debaixo da linha basal da estrutura.
59	Ua-32088	3990+/-40	2630-2340	RS	Interior do RS. Junto à contrafortagem
19	Ua-20451	3980+/-40	2618-2348	BC	Debaixo da linha basal da estrutura.
20	Ua-18044	3975+/-75	2856-2229	BA	Área SE.
21	Ua-18696	3975+/-60	2624-2289	BB	Debaixo da linha basal da estrutura
22	Ua-20450	3970+/-45	2580-2309	BC	Periferia externa do bastião. Contrafortagem.
23	Ua-18703	3935+/-60	2577-2206	BB	Debaixo da linha basal da estrutura
24	Ua-23431	3910+/-45	2560-2200	RS	Face externa do murete junto ao bastião F.
51	Ua-32080	3895+/-40	2480-2200	Ec3	Interior da estrutura, numa área de barro queimado. Pode corresponder à sua "construção"

54	Ua-32083	3890+/-45	2480-2200	BL	Junto ao acesso para o interior do "bastião" L
25	Ua-18702	3880+/-60	2492-2036	BB	Na linha basal da estrutura
61	Ua-33631	3855+/-35	2470-2200	BQ	Intersecção do "bastião Q e estrutura circular geminada 18
26	Ua-23429	3850+/-40	2460-2200	BE	Nível de sedimentos cinzentos
50	Ua-32079	3820+/-40	2457-2141	Ecq1/2/6	Periferia das estruturas geminadas 1/2/6
55	Ua-32084	3815+/-45	2460-2130	BK	Acesso ao interior da estrutura
27	Ua-18042	3810+/-75	2446-2036	BB	Interior da estrutura
28	Ua-18040	3790+/-60	2457-2035	BA	Interior da estrutura
29	Ua-18701	3790+/-60	2457-2015	BC	Interior da estrutura
30	Ua-23428	3740+/-40	2290-2020	BF	Interior da estrutura
62	Ua-33632	3725+/-30	2210-2030	Ec21	Intersecção entre a estrutura e o bastião S.
31	Ua-23430	3720+/-40	2280-1970	BE	Junto à linha externa, numa área de contraforte/talude
1	Ua-18043	3715+/-75	2310-1886	BA	Área NE do bastião
58	Ua-32087	3630+/-45	2140-1880	Ecq1/2/6	Interior da estrutura circular geminada 6
49	Sac-2018	3580+/-80	2189-1695	RS	Junto a linha externa do recinto secundário, área de contrafortes muito destruídos
32	Ua-18694	3485+/-60	1956-1636	EstC1	Debaixo da área de combustão
34	Ua-20449	3475+/-40	1884-1687	BC	Área central do interior da estrutura. Aglomerado de lajes de xisto
35	Ua-23427	3460+/-40	1890-1680	BF	Interior da estrutura
33	Ua-23425	3415+/-45	1880-1530	BF	Intersecção entre o murete delimitador do recinto secundário e o "bastião" F
36	Ua-18700	3400+/-60	1878-1524	EstC1	Debaixo da área de combustão
65	Ua-33980	3395+/-35	1870-1600	Ecq2	Interior da estrutura circular geminada 2
37	Ua-18699	3375+/-70	1874-1520	BC	Junto à estela
38	Ua-23433	3360+/-60	1740-1520	Mr1/Mr2	Intersecção entre os dois muros.
56	Ua-32085	3320+/-45	1740-1490	T	Interior da estrutura, junto à linha basal
63	Ua-33982	3170+/-35	1520-1390	Ec15	Interior da estrutura
57	Ua-32086	2830+/-45	1130-840	BJ	Topo do nível de pequenas pedras que cobre a camada 3
39	CSIC-1807	2551+/-30	802-542	EstC1	Interior da estrutura
40	Ua-18037	2450+/-70	766-402	BB	Intersecção entre o "bastião" B e a área de combustão
41	CSIC-1808	2447+/-70	761-406	M1e	Junto à parede interna do murete.
42	Ua-22452	2430+/-45	770-400	EstC1	Interior do Recinto Secundário.
43	Ua-22453	2395+/-40	760-390	P4	Área de grandes lajes na zona interior da passagem.
44	Ua-18038	2380+/-70	764-258	M1b	Entre o murete 1 e o murete 2. Provável área de combustão
45	CSIC-1806	2357+/-60	520-378	EstC1	Interior da área de combustão
46	Ua-18698	2355+/-60	761-230	EstC1	Interior da área de combustão
53	Ua-32082	2350+/-40	730-360	Ecq11/13	Intersecção das estruturas 11 e 13
47	Ua-22451	2330+/-40	550-200	RSa	Troço Norte do recinto secundário.
48	Ua-22454	2200+/-45	390-110	RSd	Troço Sul do recinto secundário.
64	Ua-33981	1440+/-35	560-660 AD	Mr7	Intersecção entre muro 7 e linha externa do "bastião" L

Figura 9 do anexo 1 – Quadro síntese de todas as amostras datadas em Castanheiro do Vento.

### 3. Quadros síntese dos muretes, “bastiões”, estruturas circulares e circulares geminadas e muros.

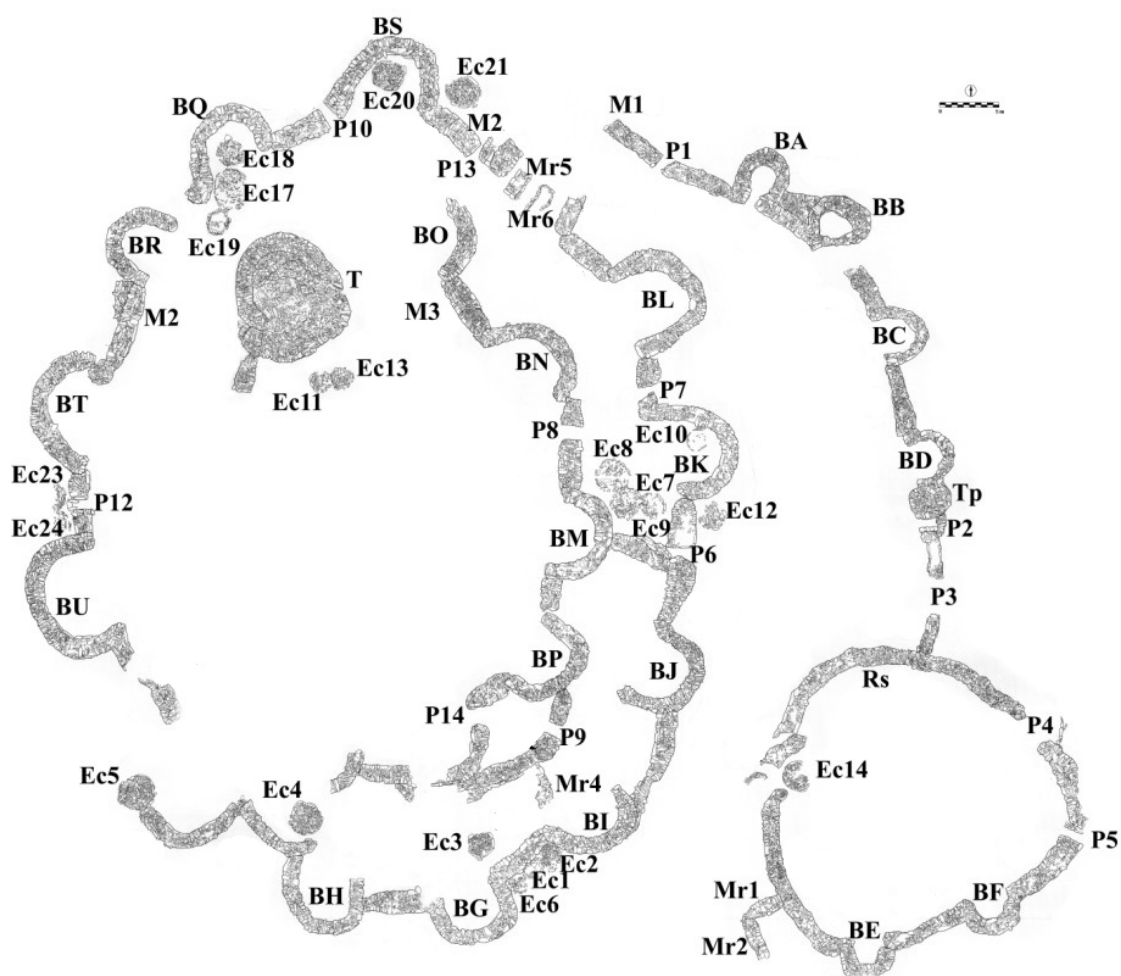


Figura 10 do anexo 1 – Planta geral de Castanheiro do Vento com a codificação de todos os elementos informativos para uma melhor leitura dos quadros. O segmento de recta que representa a escala tem 5 m.

## ELEMENTOS DE CONFIGURAÇÃO ARQUITECTÓNICA

	Xisto	Argila	Granito	Quartzo	Quartzito	Cerâmica	Outro
BA	X	X					
BB	X	X					
BC	X	X					
BD	X	X					
BE	X	X					
BF	X	X		X			
BG	X	X					
BH	X	X		X			
BI	X	X	X	X			
BJ	X	X	X				
BK	X	X		X			
BL	X	X		X			
BM	X	X					
BN	X	X		X			
BO	X	X		X			
M1a	X	X					
M2a	X	X					
Mr1	X	X					
P1	X	X					
P2	X	X		X			
P3	X	X					
P4	X	X		X			
P5	X	X		X			
P6	X	X					
P7	X	X		X			
P8	X	X	X	X			
P9	X	X		X			
Pq	X	X					
Ec16	X	X					
Ec15	X	X	X				
Ec14	X	X					
Ec3	X	X					
Ec4	X	X			X		
Ec5	X	X	X				
Ecg1	X	X	X				
Ecg7	X	X	X				
Ecg11	X	X					
Ec12	X	X	X				
Ec10	X	X					
T	X	X	X				
RSa	X	X		X			
BP	X	X					
BQ	X	X		X			

<b>BR</b>	X	X	X	X			
<b>BS</b>	X	X	X				X
<b>BT</b>	X	X		X			
<b>BU</b>	X	X	X				
<b>BV</b>	X	X	X			X	
<b>P10</b>	X	X	X	X		X	
<b>P11</b>	X	X	X				
<b>P12</b>	X	X	X			X	
<b>P13</b>	X	X					
<b>Ecg17</b>	X	X	X				
<b>Ec20</b>	X	X	X				
<b>Ec21</b>	X	X	X				
<b>Ec22</b>	X	X					
<b>Ecg23</b>	X	X					
<b>Ecg24</b>	X	X	X				
<b>Ecg18</b>	X	X	X				X
<b>Ecg19</b>	X	X					
<b>Ecg2</b>	X	X	X	X			
<b>Ecg6</b>	X	X	X	X			
<b>Ecg8</b>	X	X	X				
<b>Ecg9</b>	X	X	X				
<b>Ecg13</b>	X	X					
<b>Ec25</b>	X	X	X				
<b>P14</b>	X	X		X			
<b>M1b</b>	X	X					
<b>M1d</b>	X	X					
<b>M1c</b>	X	X					
<b>M1e</b>	X	X					
<b>M1f</b>	X	X					
<b>M1g</b>	X	X					
<b>M1h</b>	X	X					
<b>RSb</b>	X	X					
<b>RSc</b>	X	X					
<b>RSd</b>	X	X					
<b>RSe</b>	X	X					
<b>RSf</b>	X	X		X			
<b>M2b</b>	X	X					
<b>M2c</b>	X	X					
<b>M2d</b>	X	X		X			
<b>M2e</b>	X	X					
<b>M2f</b>	X	X					
<b>M2g</b>	X	X	X				
<b>M2h</b>	X	X	X				
<b>M2i</b>	X	X					
<b>M2j</b>	X	X		X			
<b>M2k</b>	X	X					
<b>M2l</b>	X	X					
<b>M2m</b>	X	X					

<b>M3a</b>	X	X		X			
<b>M3b</b>	X	X		X			
<b>M3c</b>	X	X		X			
<b>M3d</b>	X	X		X			
<b>M3e</b>	X	X					
<b>Mr2</b>	X	X					
<b>Mr3</b>	X	X					
<b>Mr4</b>	X	X					
<b>Mr5</b>	X	X					
<b>Mr6</b>	X	X	X				
<b>Mr7</b>	X	X					

### PRESENÇA/AUSÊNCIA DE LAJES DE XISTO “AZUL”

<b>ID</b>	<b>Sigla</b>	<b>Xisto "azul"</b>
1	<b>BA</b>	Não
2	<b>BB</b>	Não
3	<b>BC</b>	Não
4	<b>BD</b>	Não
5	<b>BE</b>	Não
6	<b>BF</b>	Não
7	<b>BG</b>	Não
8	<b>BH</b>	Não
9	<b>BI</b>	Sim
10	<b>BJ</b>	Não
11	<b>BK</b>	Não
12	<b>BL</b>	Sim
13	<b>BM</b>	Não
14	<b>BN</b>	Não
15	<b>BO</b>	Não
16	<b>M1a</b>	Não
17	<b>M2a</b>	Não
18	<b>Mr1</b>	Não
19	<b>P1</b>	Sim
20	<b>P2</b>	Sim
21	<b>P3</b>	Não
22	<b>P4</b>	Não
23	<b>P5</b>	Sim
24	<b>P6</b>	Não
25	<b>P7</b>	Não
26	<b>P8</b>	Não
27	<b>P9</b>	Não



28	<b>Pq</b>	Não
29	<b>Ec16</b>	Não
30	<b>Ec15</b>	Sim
31	<b>Ec14</b>	Não
32	<b>Ec3</b>	Sim
33	<b>Ec4</b>	Sim
34	<b>Ec5</b>	Sim
35	<b>Ecg1</b>	Sim
36	<b>Ecg7</b>	Não
37	<b>Ecg11</b>	Não
38	<b>Ec12</b>	Não
39	<b>Ec10</b>	Não
40	<b>T</b>	Sim
41	<b>RSa</b>	Não
42	<b>BP</b>	Não
43	<b>BQ</b>	Sim
44	<b>BR</b>	Não
45	<b>BS</b>	Não
46	<b>BT</b>	Sim
47	<b>BU</b>	Não
48	<b>BV</b>	
49	<b>P10</b>	Sim
50	<b>P11</b>	Não
51	<b>P12</b>	Sim
52	<b>P13</b>	Não
53	<b>Ecg17</b>	Sim
54	<b>Ec20</b>	Sim
55	<b>Ec21</b>	Não
56	<b>Ec22</b>	Não
57	<b>Ecg23</b>	Não
58	<b>Ecg24</b>	Não
59	<b>Ecg18</b>	Sim
60	<b>Ecg19</b>	Não
61	<b>Ecg2</b>	Sim
62	<b>Ecg6</b>	Não
63	<b>Ecg8</b>	Não
64	<b>Ecg9</b>	Não
65	<b>Ecg13</b>	Não
66	<b>Ec25</b>	Não
67	<b>P14</b>	Não
68	<b>M1b</b>	Não
69	<b>M1d</b>	Não
70	<b>M1c</b>	Não
71	<b>M1e</b>	Não
72	<b>M1f</b>	Não
73	<b>M1g</b>	Não
74	<b>M1h</b>	Não
75	<b>RSb</b>	Não

76	<b>RSc</b>	Não
77	<b>RSd</b>	Não
78	<b>RSe</b>	Não
79	<b>RSf</b>	Não
80	<b>M2b</b>	Não
81	<b>M2c</b>	Não
82	<b>M2d</b>	Não
83	<b>M2e</b>	Não
84	<b>M2f</b>	Não
85	<b>M2g</b>	Não
86	<b>M2h</b>	Não
87	<b>M2i</b>	Não
88	<b>M2j</b>	Não
89	<b>M2k</b>	Não
90	<b>M2l</b>	Não
91	<b>M2m</b>	Não
92	<b>M3a</b>	Não
93	<b>M3b</b>	Não
94	<b>M3c</b>	Não
95	<b>M3d</b>	Não
96	<b>M3e</b>	Não
97	<b>Mr2</b>	Não
98	<b>Mr3</b>	Não
99	<b>Mr4</b>	Não
100	<b>Mr5</b>	Não
101	<b>Mr6</b>	Não
102	<b>Mr7</b>	Não

### **DIMENSÃO MODAL DOS ELEMENTOS DE CONFIGURAÇÃO ARQUITECTÓNICA**

<b>Estruturas</b>	<b>Até 200mm</b>	<b>De 201 e 400mm</b>	<b>De 401 e 600mm</b>	<b>Mais de 601mm</b>
<b>BA</b>		<b>X</b>		
<b>BB</b>			<b>X</b>	
<b>BC</b>		<b>X</b>		
<b>BD</b>		<b>X</b>		
<b>BE</b>			<b>X</b>	
<b>BF</b>			<b>X</b>	
<b>BG</b>				<b>X</b>
<b>BH</b>			<b>X</b>	
<b>BI</b>		<b>X</b>		
<b>BJ</b>			<b>X</b>	
<b>BK</b>		<b>X</b>		
<b>BL</b>			<b>X</b>	
<b>BM</b>			<b>X</b>	

BN		X		
BO		X		
M1a		X		
M2a		X		
Mr1		X		
P1		X		
P2		X		
P3		X		
P4		X		
P5		X		
P6		X		
P7	X			
P8		X		
P9	X			
Pq		X		
Ec16	X			
Ec15		X		
Ec14		X		
Ec3			X	
Ec4		X		
Ec5		X		
Ecg1		X		
Ecg7	X			
Ecg11		X		
Ec12			X	
Ec10		X		
T				X
RSa			X	
BP			X	
BQ			X	
BR			X	
BS			X	
BT			X	
BU				
BV				
P10				X
P11			X	
P12			X	
P13			X	
Ecg17		X		
Ec20			X	
Ec21				X
Ec22			X	
Ecg23			X	
Ecg24			X	
Ecg18			X	
Ecg19		X		
Ecg2		X		

Ecg6	X			
Ecg8	X			
Ecg9	X			
Ecg13		X		
Ec25		X		
P14		X		
M1b		X		
M1d		X		
M1c		X		
M1e		X		
M1f		X		
M1g		X		
M1h		X		
RSb			X	
RSc		X		
RSd			X	
RSe			X	
RSf		X		
M2b		X		
M2c			X	
M2d			X	
M2e		X		
M2f		X		
M2g			X	
M2h			X	
M2i			X	
M2j			X	
M2k		X		
M2l		X		
M2m			X	
M3a		X		
M3b			X	
M3c			X	
M3d			X	
M3e		X		
Mr2		X		
Mr3			X	
Mr4			X	
Mr5			X	
Mr6		X		
Mr7		X		

**ACABAMENTO DAS LAJES/BLOCOS PÉTREOS DEFINIDORES DO FACETAMENTO INTERNO E EXTERNO**

<b>Sigla</b>	<b>Facetado</b>	<b>Não Facetada</b>	<b>F/NF</b>
BA			X
BB			X
BC			X
BD			X
BE			X
BF			X
BG			X
BH			X
BI			X
BJ			X
BK			X
BL			X
BM			X
BN			X
BO	X		
M1a			X
M2a			X
Mr1			X
P1	X		
P2	X		
P3		X	
P4			X
P5	X		
P6	X		
P7			X
P8	X		
P9	X		
Pq	X		
Ec16		X	
Ec15			X
Ec14			X
Ec3	X		
Ec4			X
Ec5	X		
Ecg1	X		
Ecg7			X
Ecg11			
Ec12			X
Ec10		X	
T			X
RSa	X		
BP			X

BQ			X
BR			X
BS	X		
BT			X
BU			X
BV	X		
P10	X		
P11	X		
P12	X		
P13	X		
Ecg17	X		
Ec20	X		
Ec21	X		
Ec22	X		
Ecg23	X		
Ecg24	X		
Ecg18	X		
Ecg19			X
Ecg2	X		
Ecg6			X
Ecg8		X	
Ecg9		X	
Ecg13		X	
Ec25			X
P14			X
M1b			X
M1d			X
M1c	X		
M1e	X		
M1f	X		
M1g	X		
M1h			X
RSb	X		
RSc	X		
RSd	X		
RSe	X		
RSf	X		
M2b	X		
M2c	X		
M2d			X
M2e	X		
M2f	X		
M2g			X
M2h	X		
M2i			X
M2j	X		
M2k	X		
M2l	X		

M2m			X
M3a			X
M3b			X
M3c			X
M3d			X
M3e			X
Mr2	X		
Mr3			X
Mr4			X
Mr5			X
Mr6		X	
Mr7		X	

**ELEMENTOS CONFIGURADORES DAS ESTRUTURAS TIPO “BASTIÃO” E SUA LOCALIZAÇÃO NA ESTAÇÃO**

	Xisto	Argila	Granito	Quartzo	Outro	Localização
BA	X	X				M1
BB	X	X				M1
BC	X	X				M1
BD	X	X				M1
BE	X	X				RS
BF	X	X				RS
BG	X	X				M2
BH	X	X		X		M2
BI	X	X	X	X		M2
BJ	X	X	X			M2
BK	X	X		X		M2
BL	X	X		X		M2
BM	X	X		X		M3
BN	X	X		X		M3
BO	X	X		X		M3
BP	X	X		X		M3
BQ	X	X		X		M2
BR	X	X	X	X		M2
BS	X	X	X		X	M2
BT	X	X		X		M2
BU	X	X	X			M2

## QUADRO SÍNTESE DOS DIVERSOS TIPOS DE MARCADORES ESPACIAIS

ID	Tipo	Subtipo	Localização	Elemento pétreo	Associações	Observações
1	1	b	101.34	Quartzo	Ecg11/13	Intersecção entre as estruturas
2	1	c	110.55	Laje xisto	Bastião B	Encosta à parede Norte
3	1	a	99.58	Laje xisto	Bastião D	Início Norte do bastião
4	1	a	104.57	Laje xisto	Bastião C	Entrada
5	1	c	78.39	Bloco xisto-grauvaque	Bastião G	SO do bastião
6	1	c	87.51	Bloco xisto-grauvaque	RS	descontinuidade do RS
7	1	a	105.45	Bloco xisto-grauvaque	Bastião L	entrada do bastião
8	1	a	102.45	Bloco xisto-grauvaque	Passagem 6	Prolongamento da passagem 6
9	1	c	104.43	Bloco xisto-grauvaque	Bastião N	Exterior do BN no prolongamento do seu eixo central
10	1	a	108.38	Bloco de quartzo	Bastião O	Interior do BO
11	1	b	112.31	Bloco xisto-grauvaque	BQ	Intersecção do BQ e M2k
12	1	c	113.29	Seixo de quartzito	BQ	Exterior do BQ junto à linha do murete
13	1	a	112.29	Seixo de quartzito	BQ	Interior do BQ junto à linha do murete
14	1	a	109.27	Blocos de quartzito	P11	Interior da passagem 11
15	1	a	107.25	Bloco xisto-grauvaque	BR	Interior do bastião R
16	1	a	101.23	Bloco xisto-grauvaque	BT	Interior do bastião T
17	1	c	85.26	Laje xisto	Ec5	Área a Norte da estrutura
18	1	a	87.42	Lajes xisto	P4 e P14	Entre as passagens duas lajes
19	2	a	79.50	Bloco de quartzo	RS e Mr1	Interior de muro
20	2	a	90.58	Bloco de quartzo	RS e Mr1	Interior de muro
21	2	b	82.46	Quartzos	Bastião I	Arranque do murete
22	2	a	78.53	Laje xisto	RS	Interior de muro
23	2	b	107.55	Bloco xisto-grauvaque	M1e	Início da continuação do murete
24	2	b	78.56	Laje xisto	Bastião F	Início do bastião
25	2	b	101.46	Blocos xisto-grauvaque	Passagem 7	Sul da passagem
26	2	a	109.38	Grande seixo de quartzo	Bastião O	Interior do murete
27	2	b	113.37	Bloco xisto-grauvaque	Ec20 e BS	Intersecção entre as estruturas
28	2	b	113.33	Bloco xisto-grauvaque	P10	Interior da passagem 10, encostado ao lado NE
29	2	a	98.23	Bloco de quartzo	BT	Interior do murete do bastião T
30	2	a	Murete 3	Seixos de quartzo	M3	Interior de todo o murete
31	3		109/108.55	4 lajes xisto	Bastião B	Interior do bastião B
32	3		97.47	"estela"	Ecg 9, BK, P6	intersecção da Ecg 9, BK e passagem 6
33	3		113.33	"Estelas"	P10	Interior da passagem 10
34	3		112.31	"Estela"	BQ	Intersecção do BQ e M2k
35	3		102.23	"Estela"	BT	Interior do murete do bastião T
36	3		115.28	"Estela"	Talude	Junto à linha interna do talude



## **ANEXO 2**

### **“CASTANHEIROS” BASE DE DADOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA**

#### **Guia do utilizador**



## **SUMÁRIO:**

### **0. INTRODUÇÃO**

#### **1. MENU PRINCIPAL**

#### **2. CARREGAMENTO DE DADOS**

**2.1. Cerâmica**

**2.2. Contas**

**2.3. Dormentes**

**2.4. Materiais líticos**

**2.5. Moventes**

**2.6. Pedra Polida**

**2.7. Percutores**

#### **3. CARREGAMENTO DE DADOS ENVIADOS PARA LABORATÓRIO**

**3.1. Amostras de âmbito geral**

**3.2. Antracologia**

**3.3. Arqueozoologia**

**3.4. Datações**

#### **4. ESTRUTURAS**

#### **5. OUTRA DOCUMENTAÇÃO**

**5.1. Documentação gráfica**

**5.2. Documentação fotográfica**



## 0. INTRODUÇÃO

A finalidade principal da criação do sistema de gestão da informação arqueológica aplicado à estação arqueológica de Castanheiro do Vento, relacionava-se com a sistematização de todos os elementos passíveis de análise provenientes da escavação. Os objectivos eram os seguintes:

- a) Produção de arquivos digitais<sup>210</sup>;
- b) Normalização de conceitos e critérios;
- c) Informação constantemente relacionada e actualizada.

A necessidade de homogeneizar toda essa informação e definir critérios objectivos para um determinado conjunto de dados recolhidos num processo de intervenção arqueológica, levou à elaboração de um conjunto de bases de dados a que chamamos *Castanheiros*. A elaboração estrutural da construção desta base teve cinco preocupações fundamentais (CARR 1985):

1- Definição *a priori* das variáveis relevantes, mas deixando sempre a possibilidade de se integrar novas variáveis, que estarão disponíveis para novas pesquisas.

2- Flexibilizar a sua arquitectura interna, tentando afastar a redundância.

3- Flexibilização do espaço de armazenamento, no sentido de se obter um conjunto de dados facilmente manipuláveis.

4- Relação de campos e/ou grupos de campos. Neste caso privilegia-se uma relação "many to many".

---

<sup>210</sup> A produção de arquivos digitais é aqui entendida não como investigadores a analisarem informação, mas sim numa perspectiva de integração e disseminação da informação arqueológica com o objectivo de melhorar o processo de investigação. Ver sobre este assunto GREW, Francis, (2000), "From museum store to data warehouse: archaeological archives for the twenty-first century, *On the Theory and Practice of Archaeological Computing*, edited by Gary Lock and Kayt Brown, Oxford University Committee for Archaeological , pp.59-72, BECK, Anthony, (2000), " Intellectual excavation and dynamic Information Management Systems", *On the Theory and Practice of Archaeological Computing* , edited by Gary Lock and Kayt Brown, Oxford University Committee for Archaeological , pp.73-88, e MATOS, CABRAL, MURALHA, ARAÚJO e NALDINHO, (prelo), Documentação de colecções de Arqueologia", Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior.

5- Precisa e sempre que possível exacta, com definição prévia de tabelas/listas aferindo desta forma o léxico com o qual se trabalha.

No entanto durante o decorrer das escavações arqueológicas e dos trabalhos de prospecção na área, sentiu-se a necessidade de alterar a estrutura do sistema. Estava implementado um sistema de gestão de bases de dados orientadas ao objecto, e criado especificamente para a intervenção arqueológica de Castanheiro do Vento. Mas os objectivos da investigação passaram a ser, não apenas o sítio arqueológico, mas sim um determinado território. Criou-se desta forma, uma outra base de dados, com uma componente relacional a *Castanheiros*. Esta<sup>211</sup>, pretende caracterizar um conjunto de descritores dos sítios arqueológicos desse território. Manteve-se a orientação ao objecto, mas criaram-se várias escalas: a do objecto arqueológico e a de sítio arqueológico. Os objectivos foram igualmente repensados e reformulados, sendo agora entendidos numa dupla perspectiva podendo futuramente alargar-se a uma terceira, sendo, no entanto, necessário, criar uma outra base de dados que integre:

1- Informação recolhida na intervenção arqueológica (materiais, amostras, estruturas, documentação gráfica e fotográfica...);

2- Informação recolhida / derivada do(s) sítio(s) arqueológico(s), quer apenas ao nível de prospecção e identificação de sítios, quer ao nível da sua escavação, (geologia, geomorfologia, envolventes actuais, bibliografia, cartografia...);

3- Informação resultante da intervenção arqueológica (correspondência, artigos de jornal, relatórios...).

A ideia de base foi implementada através de um circuito de dados em sistemas modulares. Os módulos são as diversas bases orientadas ao objecto. Para cada base foi elaborado um fluxograma. Estes diagramas de fluxo (fluxo da informação transposta para a folha de recolha de dados), permite-nos analisar visualmente as diferentes tarefas que a execução do programa realiza. São essenciais para a correcta definição das diversas sequências do programa e a relação entre cada uma das suas partes.

---

<sup>211</sup> Quer esta nova base, quer a antiga foram elaboradas recorrendo ao programa File Maker Pro 5, por possuir um ambiente amigável, ser bastante leve, relacional e permitindo a permutação de dados.

## 1. MENU PRINCIPAL

É através deste menu que é permitido o acesso à introdução de dados, pesquisa e elaboração de listagens e tabelas. É este o menu que os utilizadores abrem no início do trabalho. Esta folha possui um cabeçalho que identifica a área sobre a qual trabalhamos, e que é partilhada por todas as bases subsequentes.

A área do corpo de trabalho funciona com botões de chamada. Consoante a base sobre a qual iremos trabalhar, acciona-se o respectivo botão e aparece a folha de recolha de dados. Esta folha surge sempre com o *design* de ficha, para um mais fácil preenchimento. A partir desta altura inicia-se o carregamento de dados.

## 2. CARREGAMENTO DE DADOS

Neste guia apenas se fará referência às bases de dados que serão objecto de preenchimento.

### 2.1. CERÂMICA

Em termos ideais, no decurso do estudo, mais cedo ou mais tarde, todos os fragmentos se deveriam poder "converter" em formas completas. Sabemos que não é assim, porque muitos vasos foram intencionalmente fragmentados, outros destruídos por factores pós-deposicionais. Os elementos técnicos e decorativos, utilizados para a descrição de fragmentos cerâmicos, usados nesta folha de recolha, deveriam sintetizar-se ao nível dos vasos, que é a unidade artefactual significativa (não se faziam cacos, faziam-se vasos). Quando no decorrer da análise de materiais, possuímos um conjunto significativo de fragmentos que nos possam inferir formas (mesmo ao nível do desenho), faremos um desdobramento desta folha de recolha, dando origem a uma de recipientes. O modelo aqui transcrito em Base de Dados segue sugestões de JORGE 1986:83,115, 175, 207,341,421, 449,467; 1988:22 e sgs; SANCHES 1992:97,120 SANCHES 1997; MURALHA 1996:13/19, VALE 2003:48-49, BAPTISTA 2003:20-24 e OLIVEIRA 2003:31-48).

Esta folha é composta por 27 campos, distribuídos por 10 áreas.

#### Área 1:

**ID-** Campo de preenchimento obrigatório. Numeração sequencial. Terá que ser sempre igual ao número de registos.

#### Área 2. Localização:

**N.º de Inventário-** CSTVNT/01/110.53/3/154, ou seja, acrónimo do sítio, ano de campanha, quadrado, camada, e número da inventariação.

**Quadrícula-** Quadrado de recolha. É o mesmo do n.º de inventário.

**Camada-** É a mesma do n.º de inventário.

**Contexto-** Composta por uma tabela previamente inserida. Os contextos são definidos no momento da escavação, e geralmente estão conectados ao glossário da estação arqueológica. Como é uma tabela aberta, podemos sempre inserir novos contextos.



**Micro-contexto-** E preenchido sempre que na etiqueta de campo seja descrito um pequeno contexto. Por exemplo: uma fossa, uma lareira, etc.

**X/Y/Z** – Coordenadas do fragmento. O X é a medida em relação ao lado norte do quadrado; o Y, é a distância medida em relação ao lado este do quadrado e o Z é a profundidade em relação ao nível 0 convencional (em Castanheiro do Vento utiliza-se a cota absoluta).

### **Área 3. Tipo de Fragmento:**

**Tipo de Fragmento-** Campo com o mesmo nome. Possui uma tabela pré-definida que aparece como "botões". Basta carregar no escolhido.

### **Área 4.Pasta:**

Este campo é constituído por três entradas:

**Tipo de E.N.P.** (Elementos Não Plásticos) – Embora sejam necessários alguns conhecimentos de geologia, será importante o preenchimento deste campo. O quartzo abunda no local e é facilmente identificável, a mica apresenta-se brilhante e o feldspato afigura-se com pequenas palhetas de cor diferente da argila constituinte da pasta. Escolhe-se aquele que parece ser o mais abundante. Quando se detecta a existência de um outro e.n.p., pode escolher a opção other, que a base de dados admite a existência de dois campos preenchidos.

**Calibre-** Refere-se à medição dos E.N.P., deverá ser feito com uma craveira. Esta medição corresponde ao calibre médio dos elementos. A observação da pasta levou-nos a classificar o calibre dos elementos não plásticos, ou desengordurantes, em três categorias; menor que 0,5mm (ENP1), entre 0,6mm e 1mm (ENP2) e maior que 1,1mm (ENP3). Esta observação permite-nos detectar o tipo de textura da própria pasta, (descriptor seguinte).

**Textura-** Embora a análise seja apenas macroscópica, deverá ser o mais possível exaustiva. A proporção e distribuição na pasta dos ENP, assim como a ligação da própria argila permitem a distinção de três tipos de textura: compacta, quando apresenta uma pasta consistente, mas os ENP não se encontram repartidos de uma forma homogénea, friável quando a pasta se esfarela facilmente e possui deficiências de compactação, e homogénea quando a pasta é compacta e os ENP se encontram dispersos de uma forma mais ou menos regular, e de calibre inferior a 0,5mm.

### **Área 5. Estado da Superfície:**

Análise visual do estado da superfície exterior e interior. Os dois campos estão pré-preenchidos e são iguais. A opção corroída é escolhida quando não se consegue observar qualquer tipo de tratamento de superfície, devido ao mau estado dos fragmentos. Quando se preenche o campo corroído, não se preenche o campo seguinte; tratamento da superfície.

### **Área 6. Tratamento de Superfície:**

Constituída igualmente por uma tabela em forma de botões. A base de dados apenas permite escolher uma opção. A superfície está alisada quando existiu uma regularização da superfície da pasta ainda húmida, polida quando apresenta um certo brilho provocado por uma acção de fricção sob a pasta seca, e rugosa quando o oleiro não submeteu a superfície a qualquer tratamento.

### **Área 7. Cor:**

Possui quatro entradas, com tabelas predefinidas: aspecto exterior e interior e respectiva cor.

**Aspecto exterior e Aspecto interior** - Homogéneo quando o fragmento apresenta a mesma cor uniformemente e não homogéneo, quando apresenta um aspecto manchado. Quando o aspecto não se apresentava homogéneo, opta-se por se registar o tom cromático predominante.

**Cor exterior e Cor interior** - Este item é de preenchimento muito subjectivo, e recomenda-se, no início do trabalho uma análise conjunta das cores, com outros elementos do grupo de estudo dos materiais de Castanheiro do Vento para se definir critérios abrangentes. Não se recorreu à utilização de nenhum código de cores (Cailleux ou Munsell), devido a essa subjectividade. Optou-se por se definir apenas um conjunto de cinco tipos de cor: bege, castanho, cinzento, laranja e vermelho. Considera-se a observação da cor uma variável pouco importante da análise. Pode-se apenas sugerir, à semelhança de Anne Sheppard (1965:106/107) que os fragmentos cerâmicos que apresentam superfícies claras e núcleo claro, derivam de um ambiente de cozedura oxidante; os que possuem superfícies e núcleos acastanhados não foram completamente oxidados e os que apresentam superfícies claras e o núcleo escuro foram submetidos a uma oxidação completa.

Antes da área 8, aparece um pequeno quadro azul, de preenchimento obrigatório, se o fragmento cerâmico for considerado de exceção; campaniforme, cogeses ou outro.

### **Área 8. Decoração:**

Em geral, refere-se à superfície exterior. Os vasos com decoração interior (cerâmica cogeses) serão analisados em outra Base a elaborar posteriormente. Divide-se em:

#### **Técnica decorativa.**

Esta área de preenchimento foi fortemente influenciada por Susana Oliveira Jorge, 1986 e Ana Margarida Vale, 2003.

Todas as técnicas decorativas foram realizadas antes da cozedura.

Podem ser de seis tipos:

- Decoração plástica; caracterizada pela adição de qualquer elemento sólido à superfície, quer seja no repuxar da pasta, quer pela junção de argila (VALE 2003:50).

- Excisão; caracterizada pela remoção de pasta da superfície, criando um efeito de baixo relevo.

- Incisão; baseia-se em riscar a pasta com um estilete de forma corrida. Mesmo que haja uma repetição do movimento, o motivo desenhado nunca é idêntico, pois são elaborados de uma só vez (VALE 2003:50). À semelhança de Susana Oliveira Jorge e Ana Vale, considera-se as caneluras como incisões, sejam largas ou estreitas, profundas ou superficiais.

- Impressão; caracteriza-se pela utilização de uma matriz dupla, “(...) que pela simples pressão, perpendicular ou oblíqua à superfície do recipiente, permite imprimir diferentes motivos decorativos (VALE 2003:50).

- Puncionamento; é diferente da impressão, apenas pelo utensílio utilizado, o estilete, cuja extremidade pode ter diferentes formas.

- Espatulamento; caracteriza-se pelo friccionar constante e intenso da superfície, provocando bandas decoradas, curvilíneas ou rectilíneas.

**Motivo/Temática decorativa.** Este campo possui uma tabela pré-definida. Esta tabela tem 34 escolhas possíveis. Como é aberta permite a entrada constante de novas associações de decorações.

A listagem é a seguinte:

Decoração plástica

Decoração plástica/plastilha repuxada  
Decoração plástica/mamilo  
Decoração plástica/cordão simples  
Decoração plástica/cordão com impressões digitais  
Decoração plástica/mamilo + incisão no lábio  
Decoração plástica/mamilo + cordão simples  
Decoração plástica/mamilo + cordão com impressões digitais  
Incisão  
Incisão/linhas horizontais associadas + linhas oblíquas (em espinha)  
Incisão/múltiplas linhas oblíquas  
Incisão/múltiplas linhas oblíquas + espatulamento  
Impressão  
Impressão/de cana  
Impressão/ungulada  
Impressão/penteada  
Impressão/penteada curvilínea  
Impressão/penteada retilínea  
Impressão/penteada arrastada  
Impressão/penteada oblíqua arrastada  
Impressão/penteada + espatulamento  
Impressão/penteada curvilínea + espatulamento  
Impressão/penteada retilínea + espatulamento  
Impressão/penteada arrastada + espatulamento  
Impressão/penteada oblíqua arrastada + espatulamento  
Impressão/penteada curvilínea + impressão penteada retilínea  
Impressão/penteada curvilínea + impressão penteado arrastada + espatulamento  
Impressão/penteada curvilínea + impressão penteada retilínea + espatulamento  
Impressão/penteada + incisão (caneluras)  
Impressão/penteada curvilínea + incisões (caneluras)  
Impressão/penteado arrastado + incisão (caneluras)  
Impressão/penteada oblíqua arrastada + incisão (caneluras) + espatulamento  
Puncionamento  
Puncionamento simples + incisão (caneluras)  
Espatulamento.

### **Organização decorativa.**

A organização decorativa remete para a tipologia de organizações decorativas. Neste momento existem três trabalhos (VALE 2003; GASPAR 2004 e BARBOSA 2004) que seguiram a mesma metodologia de trabalho/tipologia. Os diversos tipos estão plenamente caracterizados em Ana Vale 2003:60. No entanto é importante realçar todo um trabalho de equipa que ao longo dos anos foi sendo coordenado por Susana Oliveira Jorge. Foram efectuadas várias reuniões de trabalho, com o objectivo de se tentar definir uma linguagem comum a todos os investigadores da área da cerâmica<sup>212</sup>.

#### **“ Tipo I**

Uma banda decorada paralela ao bordo.

- a) Uma banda decorada produzida por impressão
  - 1. Penteada, que pode ou não resultar da múltipla passagem do pente.
  - 2. Ungulada.
- b) Uma banda decorada incisa.
- c) Uma banda decorada com decoração plástica; pastilhas repuxadas.

#### **Tipo II**

Sequência horizontal de elementos decorativos na superfície do recipiente, intercalados por espaços vazios, ou seja, intencionalmente não decorados.

- a) Bandas decoradas por impressão penteada.
- b) Bandas decoradas por espatulamento, interrompidas verticalmente por uma banda espatulada.
- c) Disposição horizontal de motivos de decoração plástica.

#### **Tipo III**

Sucessão paralela ou perpendicular de faixas decoradas paralelas ao bordo, onde não existem espaços sem decoração.

- a) Alternâncias de bandas decoradas por técnicas que perfuram a pasta, impressão penteada, com bandas que não interferem no relevo inicial (momento pré decoração) do recipiente, espatulamento. Pode ou não

---

<sup>212</sup> Nomeadamente Maria de Lurdes Oliveira, Lídia Baptista, Leonor Sousa Pereira, Ana Vale, José Manuel Varela, Gonçalo Velho e João Muralha.

apresentar uma banda vertical, criada por espatulamento, que interrompe a disposição dominante das bandas decoradas, i. é. horizontal.

- b) Sucessão de bandas decoradas por impressão penteada oblíqua e incisão (caneluras).
- c) Sucessão de bandas decoradas concedidas pelo puncionamento e incisão (caneluras).
- d) Bandas decoradas perpendiculares ao bordo, conseguidas pelas seguintes técnicas: impressão penteada e espatulamento.

#### Tipo IV

Conjunto de bandas decoradas paralelas ao bordo seguidas por um conjunto de bandas decoradas verticais ao bordo, sem que se verifique uma sobreposição, ainda que parcial, dos dois conjuntos.

- a) Alternância de bandas decoradas, paralelas ao bordo, obtidas por impressão penteada oblíqua e espatulamento, seguida de caneluras (incisão) verticais ao bordo.
- b) Uma banda decorada por impressão penteada oblíqua, paralela ao bordo, seguida de caneluras, igualmente paralelas ao bordo, seguida de caneluras verticais.” (VALE 2003:60-61)

#### **Área 9. Dimensões:**

As medidas são tiradas sempre no seu eixo maior, à exceção dos diâmetros de abertura de boca e pança. Os índices são de formulação automática.

#### **Área 10. Colagens:**

Esta última área tem apenas um campo e destina-se a referenciar, pelo número de inventário, os fragmentos que colam entre si.

## 2.2. CONTAS

Folha de recolha constituída por sete áreas. A descrição e análise das contas teve por base sugestões de Maria Margarida Moreira, 1996.

As **duas primeiras áreas** são idênticas às bases de dados anteriores.

### Área 3. Dimensões:

**Altura ou espesura:** deverá ser medida paralelamente ao canal de perfuração;

**Largura máxima:** deverá ser medida perpendicularmente em relação ao canal de perfuração;

### Área 4. Forma:

Deverá ser analisada tomando em consideração a sua semelhança com formas geométricas através do contorno da peça. Novamente surge uma tabela já definida.

**Discóides:** são aquelas que se apresentam em forma de disco e cujo diâmetro é superior à sua espessura ou altura ;

**Cilíndricas:** contas em forma de cilindro apresentando um diâmetro inferior à sua espessura ou altura;

**Tronco-cónicas:** aquelas cuja forma se assemelha a um cone, mas apresentando o lado oposto à sua base, de menores dimensões do que este, também plano;

**Bicónicas:** apresentam a forma de dois tronco-cones unidas pela base, sendo as suas extremidades igualmente planas;

**Esferóides:** a sua forma geral aproxima-se da esfera, mas as suas extremidades, aquelas que correspondem às partes terminais do canal de perfuração, são planas;

**Elípticas:** contas cuja forma quando projectada num plano, se aproxima de uma elipse;

**Tonel:** contas cujo corpo é ligeiramente convexo terminando em dois extremos planos;

**Indeterminadas:** grupo onde se englobam todas aquelas contas cuja forma não é possível determinar pelo facto de a peça se encontrar fracturada ou inacabada;

### Área 5. Perfuração:

Com uma tabela pré-definida.

**Cilíndrica:** resulta de um só orifício, executado por um perfurador cilíndrico ou facetado, sendo a sua forma geral próxima à do cilindro;

**Cónica:** só apresenta um orifício de perfuração, podendo este ter sido realizado por um perfurador cónico;

**Bicónica:** o orifício de suspensão é o resultado da coincidência de dois orifícios executados um de cada lado da conta de colar, tendo para o efeito sido utilizado um perfurador cilíndrico;

**Indeterminada:** a este grupo pertencem todas as perfurações que não podem ser englobadas nos tipos anteriores.

#### **Área 6. Técnicas de perfuração:**

**Abrasão:** seria o processo clássico, uma vez que seria utilizado um perfurador com uma dureza pelo menos igual à da matéria-prima a perfurar, produzindo um canal cilíndrico e rectilíneo. A 2/3 da perfuração estar concluída, uma percussão sobre o perfurador permitiria que se libertasse um pequeno cone que iria “destruir” a parte que restasse perfurar. Daí esta técnica ser também designada “abrasão-percussão”;

**Picotagem:** seria utilizado um escopro que provocava micro-fracturas cuja confluência levaria à desagregação da matéria. São os traços de uso do escopro – a existência, de uma extremidade à outra da perfuração, da confluência de micro crateras, onde não são visíveis estrias circulares – que permitem identificar a utilização, ou não, desta técnica de perfuração. O orifício daqui resultante, seria um canal bicónico, com paredes muito rugosas, dado que sobre elas nenhum instrumento teria rodado.

#### **Área 7. Tipos de perfuradores:**

Tabela com escolha entre; **Cilíndricos, Facetados, ou Cónicos.** É determinado consoante os vestígios deixados nas paredes do canal.



## 2.3. DORMENTES

Ficha de recolha dos dados constituída por doze áreas. A descrição e análise dos elementos de dormente recolheu sugestões de João Muralha 1996, Valentine Roux 1983, Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira (1983) e Victor Gonçalves 1989.

As **duas primeiras áreas** são idênticas às bases de dados anteriores.

### Área 3. Matéria-prima.

Campo de escolha única. Tendo em conta que o preenchimento deste campo é feito através de uma análise macroscópica, optou-se por distinguir para o granito, três tipos de escolha; granito de grão fino, médio e grosso. O elemento de dormente de **grão fino** apresenta uma compacticidade muito grande, o de **grão médio** é igualmente compacto mas detecta-se algum esboroamento, enquanto o granito de **grão grosso**, esboroa-se muito facilmente.

### Área 4. Estado de conservação.

Igualmente é um campo de escolha única. Aqui a decisão de escolha tem por base um critério muito objectivo. Se o elemento de dormente em estudo, permite registar todas as medições, a escolha é **intacto**. Se permite apenas a recolha de 3 a 5 medidas está **fragmentado**, se apenas permite a execução de apenas 2 medidas ou ainda menos, a escolha é **fragmento**.

### Área 5. Estado físico geral.

Campo de escolha única. O leque de escolhas refere-se a 6 sub-campos; afeiçãoado, anguloso, arestas vivas, boleadas, fractura natural e indeterminado. Está **afeiçãoado**, quando se apresenta trabalhado em todo o seu perímetro, através de um polimento ou alisamento. É **anguloso** quando foi trabalhado, mas não em todo o perímetro, ficando com ângulos não polidos ou alisados. Tem as **arestas vivas** quando é trabalhado o seu perímetro, deixando ângulos e não sendo polido ou alisado. É **boleado**, quando é trabalhado em todo o seu perímetro, mas não é alisado nem polido. Tem

**fractura natural**, quando não é trabalhado, e **indeterminado** quando o elemento analisado não permite qualquer conclusão.

### **Área 6. Morfologia**

Campo de escolha única. A sua morfologia é indexada a uma forma geométrica. Geralmente, apenas os moinhos que permitem mensurar o seu comprimento e largura é que estão aptos ao preenchimento deste campo. Quando isso não acontece a escolha é sempre indeterminado.

### **Área 7. Estado do bordo.**

Campo de escolha única. O leque de escolhas é muito semelhante à área 5 e as definições são as mesmas.

### **Área 8. Superfície activa.**

A superfície activa de um dormente, corresponde à área que provavelmente terá sido utilizada. Possui dois sub-campos de preenchimento com escolha única: estado e características. O primeiro sub-campo está relacionado com o tipo de vestígio de uso que é deixado na superfície activa do dormente, geralmente um picotado. É composto por; apagado, circunscrito, vivo ou indeterminado. Escolhe-se **apagado** quando não se detecta qualquer tipo de picotado, apresentando-se a superfície, alisada. Opta-se por **circunscrito**, quando se observa uma ou várias manchas de picotado perfeitamente definidas. Vivo quando a superfície do dormente se apresenta picotada em grande parte da sua área. **Indeterminado**, quando não se consegue detectar nenhuma das opções anteriores. O segundo sub-campo relaciona-se com as características que a superfície activa apresenta. Podem ser côncava, convexa, plana ou indeterminada.

### **Área 9. Base.**

Esta área refere-se ao formato que a base do dormente apresenta. Por base entende-se a área que assenta na superfície de terreno. Esta pode ser aplanada, côncava, convexa, plana ou indeterminada

### **Área 10. Secções.**

A área 10 que se refere às secções tem dois sub-campos; descrição da secção longitudinal e transversal. Os itens são idênticos nas duas secções. As opções de escolha

são; biconvexa, côncava-convexa, convexo-côncava, plano côncava, plano convexa ou indeterminada.

### **Área 11. Dimensões.**

Esta área divide-se em três sub-campos; dimensões da peça, dimensões da superfície activa e os índices. Este último é de elaboração automática. São campos não preenchidos pelo utilizador. Se os campos relativos às dimensões forem utilizados, os índices são automaticamente elaborados. Uma nota apenas para as dimensões da superfície activa; esta, diversas vezes coincide com o topo da peça, pois nem todos os dormentes possuem rebordo.

### **Área 12. Peso.**

O peso deve ser registado em kg.

## 2.4. MATERIAIS LÍTICOS

A elaboração da folha de recolha de dados teve por base sugestões de Sérgio Rodrigues (1996), João Muralha (1996), António Carvalho (1998), Leroi-Gourhan (1988) e Tixier, Inizan e Roche (1980).

As **áreas 1 e 2** são iguais. As diferenças surgem a partir da área de preenchimento 3.

### **Área 3. Designação:**

A escolha é feita através de uma tabela com seis hipóteses.

**Fragmentos com talhe inclassificáveis;** fragmentos onde é impossível a identificação de qualquer acção antrópica, à excepção de ter sido utilizado, de possuir um vestígio de talhe não classificável. Ao escolher esta opção, o preenchimento da base de dados termina na área 7.

**Fragmentos com vestígios de maceração,** fragmentos onde são visíveis vestígios de uso/utilização semelhantes a um picotado/martelado/macerado. Este vestígio de uso é geralmente visível nos gumes. No entanto podem ser detectados em outras áreas da peça.

**Lascas,** são peças resultantes de uma acção de talhe, e a sua morfologia e retoque não permitem identificar qualquer utensílio específico.

**Núcleos,** são blocos ou fragmentos de rocha dura, a partir da qual se extraíram lascas, lâminas ou lamelas.

**Outros,** quando é impossível a colocação do objecto em análise numa das outras categorias.

**Utensílios,** são igualmente resultado de uma acção de talhe, mas possuem uma tipologia bem definida. Quando a escolha recai neste descritor, preenche-se a **sub-área**

### **3.1. Utensílios.**

#### **Área 4. Matéria-prima:**

Campo de escolha única.

#### **Área 5. Estado Físico:**

O estado físico é analisado macroscopicamente e representa o conjunto de alterações da superfície da peça, incluindo as arestas. Podem ser boleadas, angulosas ou eolizadas. Arestas **boleadas** são arestas curvas, arredondadas, ou em forma de meia-cana. **Angulosas** apresentam um aspecto esquinado. **Eolizadas** são aquelas arestas que sofreram algum tipo de acção erosiva, apresentando-se desgastadas.

#### **Área 6. Estado de Conservação:**

Estado da situação física. Tabela com três entradas de escolha única. **Inteiro** quando é possível fazer as três medições, **fragmentado** quando só é possível retirar duas medidas, e **fragmento** quando apenas uma medida é possível. Se for impossível executar qualquer medição, considera-se o elemento em análise, um fragmento.

#### **Área 7 e 8. Dimensões e Índices:**

Deverá ser utilizada uma craveira. As medidas são feitas em milímetros.

Comprimento, no eixo maior da peça.

Largura, perpendicular ao eixo maior, e na área mais larga.

Espessura, distância máxima entre um ponto no anverso e na face inferior da peça. Executada no mesmo local onde foi retirada a largura.

Peso em gramas.

Os Índices são elaborados automaticamente à medida que os campos anteriores são preenchidos.

Após o preenchimento deste campo, o utilizador escolhe um dos cinco botões, consoante a análise que tenha efectuado no descritor 3.

Se carregar em **Núcleos** o programa leva o utilizar para a área 11. O preenchimento dos campos é efectuado até ao final da base de dados.

Se a peça é um **Fragmentos com vestígios de maceração**, ao carregar no botão correspondente, o programa leva-o para a área 12 (localização dos vestígios de uso) que tem de preencher e daí, até ao fim.

Se a peça corresponder a um **Utensílio**, todos os campos da base terão que ser preenchidos, à excepção da área 10 reservada às lascas e área 11, reservada aos núcleos.

O botão **Lascas** leva-o à área 10, recomeçando aí a análise do artefacto, à excepção da área 11, reservada aos núcleos.

Se escolheu **Outros** o programa leva-o até ao campo de Observações onde se tem de explicitar a escolha.

#### **Área 9. Caracterização Tecnológica (para utensílios):**

Composta por quatro sub-campos: análise do talão, do córtex, retoque, tipo de retoque, bolbo e secção transversal (esta última é apenas preenchida numa análise de utensílios alongados).

Talão, de escolha única. Se está **Ausente** ou **Presente**.

Córtex, igualmente de escolha única. **Sem córtex**, quando a peça em análise não possui qualquer vestígio cortical. **Parcialmente cortical**, quando existe vestígios do córtex, em cerca de 10% ou mais da peça.

Retoque, assinala-se se é **contínuo**, quando abrange apenas um dos lados da peça, ou **descontínuo** se existe de uma forma descontinuada ao longo da peça, **total** se está presente na peça toda, ou **ausente**. Se assinalarmos a sua ausência não se preenche o campo seguinte.

Tipo de Retoque é o único campo desta área de escolha múltipla, onde é possível escolher várias opções. Aplanado unifacial, abrupto unifacial, aplanado bifacial e abrupto bifacial. O tipo de retoque **aplanado** é aquele que possui um ângulo inferior a 55 graus, enquanto o **abrupto** possui um ângulo mais aberto do que 55 graus. Quando o retoque existe apenas numa face, é **unifacial**, quando existe nas duas é **bifacial**.

Bolbo, de escolha única. **Existente** quando está bem visível, **Reduzido**, quando não é facilmente identificável ou está fragmentado e **Suprimido**, quando inexistente.

Secção transversal. Este campo apenas é preenchido para utensílios alongados (lâminas e lamelas).

#### **Área 10. Caracterização Tecnológica (lascas):**

Área composta por cinco sub-campos; talão, córtex, bolbo, geração e maceração. Todos eles podem ser de escolha múltipla, à excepção do último sub-campo, que é de escolha única. Pode-se definir uma lasca como um fragmento de uma rocha dura que resulta de uma operação de talhe. Em relação ao talão (área do produto de talhe que sofreu a acção de batimento ou pressão), assinala-se a sua **presença** ou **ausência**. O córtex tem três opções de preenchimento; **sem córtex**, quando a lasca não apresenta nenhum vestígio do exterior do bloco no qual foi talhada, **cortical**, quando o produto de talhe apresenta a sua face exterior completamente coberta pelo córtex e **parcialmente**

**cortical**, quando possui ainda vestígios de córtex. Para o descritor bolbo assinala-se igualmente a sua **presença** ou **ausência**. O sub-campo geração relaciona-se com a acção de talhe. Quando a lasca apresenta-se cortical, assinala-se como sendo de 1ª geração, quando não possui vestígios de córtex, ou este apenas cobre cerca de 10% da sua face exterior, diz-se que é de 2ª geração. O sub-campo maceração apenas se preenche se detectarmos vestígios de utilização de maceramento.

### **Área 11. Caracterização Tecnológica (para núcleos):**

Área reservada apenas ao preenchimento na análise de núcleos. Podemos, de uma forma bastante simples, defini-lo como um bloco, ou fragmento de rocha, a partir do qual se produzem um conjunto de levantamentos conducentes à sua utilização. Esta área é composta por sete sub-campos; suporte, características do suporte, estado do núcleo, número de levantamentos, talhe, acidentes de talhe e produtos de talhe.

Suporte do núcleo, de escolha única. Tem quatro descritores; **bloco anguloso**, **lasca**, **seixo rolado** ou **placa de xisto**. No descritor características do suporte tenta-se particularizar a rocha, através da existência ou não de algumas componentes; planos de clivagem, linhas de clivagem e textura homogénea. Este descritor surge devido à especificidade da matéria-prima. Em Castanheiro do Vento, e após sete anos de campanhas arqueológicas, todos os núcleos recolhidos eram em quartzo ou quartzito. Estas rochas, especialmente o quartzo, raramente possuem textura homogénea, apresentam-se com muitas fractuosidades visíveis em planos e **linhas de clivagem**. Estas últimas geralmente atravessam toda a rocha analisada e sobre pressão ou batimento, o bloco racha. Os **planos de clivagem** são áreas fracturantes do bloco.

Estado do núcleo. Tabela pré-definida, com quatro entradas; muito desgastado, desgastado, sem desgaste ou eolizado. **Muito desgastado** quando em processo de análise se observa que o bloco já não permite qualquer levantamento. **Desgastado**, quando permite apenas fazer poucos levantamentos, **sem desgaste**, quando se nota que o bloco permitia ainda fazer um conjunto de levantamentos e **eolizado** quando se detecta alguma acção erosiva.

O sub-campo talhe, tem quatro descritores de escolha única; unipolar, bipolar, multi-direccional/globuloso ou centrípeto. Este sub-campo tem por objectivo caracterizar a orientação dos levantamentos. **Unipolar** quando é efectuado apenas num dos pólos do bloco. **Bipolar** quando é feito nos dois pólos. O núcleo é **multi-**

**direccional/globuloso** quando não se detecta qualquer orientação específica no talhe, e **centrípeto** quando o talhe se vai aproximando do centro do bloco.

**Número de levantamentos.** Campo numérico sem tabelas. O objectivo deste descritor é tentar quantificar o número de produtos de talhe efectuados.

Acidentes de talhe. Quando se observa que o talhe do bloco produziu **ressaltos** e/ou **fracturas**. Este sub-campo distingue-se da análise das características de suporte que é uma observação das propriedades inerentes à rocha, enquanto os acidentes de talhe são produzidos por quem talhou o bloco.

**Produto.** Produto de talhe retirado do núcleo. Tabela com três opções de escolha única; lamela, lâmina e lasca.

### **Área 12. Localização dos Vestígios de Uso (para lascas e fragmentos com vestígios de maceração)**

Esta área é composta por quatro sub-campos consoante a área onde se localizam os vestígios de uso; **polar (unipolar ou bipolar), facial (unifacial ou bifacial), lateral (unilateral ou bilateral) ou total**. A peça deve ser orientada, no caso das lascas, através do seu bolbo, e nos casos dos fragmentos com vestígios de maceração, através do seu eixo maior.

### **Área 13. Observações:**

Deve-se sempre preencher a área 13, quando se escolheu a opção outros, ou quando se pretende explicitar e/ou observar qualquer particularidade relativa à peça que se está a analisar.



## 2.5. MOVENTES

Ficha de recolha dos dados constituída por dez áreas. A descrição e análise dos elementos de movente, à semelhança dos dormentes, recolheu sugestões de João Muralha 1996, Valentine Roux 1983, Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira (1983) e Victor Gonçalves 1989.

As **duas primeiras áreas** são idênticas às bases de dados anteriores.

### Área 3. Matéria-prima.

Campo de escolha única. Tendo em conta que o preenchimento deste campo é feito através de uma análise macroscópica, optou-se por distinguir para o granito, três tipos de escolha; granito de grão fino, médio e grosso. O elemento de dormente de **grão fino** apresenta uma compacticidade muito grande, o de **grão médio** é igualmente compacto mas detecta-se algum esboroamento, enquanto o granito de **grão grosso**, esboroa-se muito facilmente. Além do granito existem ainda três outras opções; quartzito, xisto e uma outra opção que remete para qualquer outra matéria-prima.

### Área 4. Estado de conservação.

Igualmente é um campo de escolha única. Aqui a decisão de escolha tem por base um critério muito objectivo. Se o movente em estudo, permite registar todas as medições, a escolha é **intacto**. Se permite apenas a recolha de 3 a 5 medidas está **fragmentado**, se apenas permite a execução de apenas 2 medidas ou ainda menos, a escolha é **fragmento**.

### Área 5. Morfologia

Campo de escolha única. O leque de escolhas refere-se a 4 sub-campos; **circular/ovóide, elíptica, rectangular/sub-rectangular e indeterminada**. Geralmente, apenas os moinhos que permitem mensurar o seu comprimento e largura é que estão aptos ao preenchimento deste campo. Quando isso não acontece a escolha é sempre indeterminado.

### Área 6. Superfície activa.

A superfície activa de um movente corresponde à área que provavelmente terá sido utilizada. Possui dois sub-campos de preenchimento com escolha única:

características e estado. O primeiro sub-campo relaciona-se com a forma que a superfície activa apresenta. Podem ser **côncava, convexa, irregular, plana** ou **indeterminada**. O segundo sub-campo está relacionado com o tipo de vestígio de uso que é deixado na superfície activa do movente, geralmente um picotado ou polimento. É composto por; circunscrito, vivo, polido ou indeterminado. Opta-se por **circunscrito**, quando se observa uma ou várias manchas de picotado perfeitamente definidas. **Vivo** quando a superfície do dormente se apresenta picotada em grande parte da sua área. Escolhe-se **polido** quando não se detecta qualquer tipo de picotado, apresentando-se a superfície, completamente polida. **Indeterminado**, quando não se consegue detectar nenhuma das opções anteriores.

#### **Área 7. Secções.**

Esta área tem dois sub-campos; descrição da secção transversal e longitudinal. Os itens são idênticos nas duas secções. As opções de escolha são; **biconvexa, côncava-convexa, convexo-côncava, plano-côncava, plano-convexa** ou **indeterminada**.

#### **Área 8. Dimensões.**

Esta área divide-se em dois sub-campos; dimensões da peça e os índices. Este último é de elaboração automática. São campos não preenchidos pelo utilizador. Se os campos relativos às dimensões forem utilizados, os índices são automaticamente elaborados.

#### **Área 9. Peso.**

O **peso** deve ser registado em kg.

#### **Área 10.Reutilizações.**

Esta área destina-se a analisar qualquer tipo de reutilização que o movente possa ter tido. Está dividida em três descritores; assinalando uma utilização posterior como **bigorna**, ou como **percutor**. Se observarmos outro tipo de reutilização, assinala-se o descritor **outro**.

#### **Área 11.Observações.**

Utilizado geralmente para explicitar a escolha do descritor outro da área 10.

## 2.6. PEDRA POLIDA

Ficha de recolha dos dados constituída por dez áreas. A descrição e análise dos elementos de movente recolheu sugestões de João Muralha 1996, Cármen Priego del Campo (1992), Fabregas Valcarce (1989 e 1992) e Victor Gonçalves (1989).

As **duas primeiras áreas** são idênticas às bases de dados anteriores.

### Área 3. Tipo.

Campo de escolha única. Indexa-se o artefacto a um tipo específico dos materiais de pedra polida; **machado, enxó e goiva**. Se um destes tipos não corresponder à peça que se está a analisar, escolhe-se a opção **outros**.

### Área 4. Matéria-prima.

Campo de escolha única. Tendo em conta que o preenchimento deste campo é feito através de uma análise macroscópica, optou-se por apenas três tipos de matéria-prima; anfíbolite, granito, riolito. Se um destes tipos não corresponder à peça que se está a analisar, escolhe-se a opção **outros**.

### Área 5. Estado de conservação.

Igualmente é um campo de escolha única. Aqui a decisão de escolha tem por base um critério muito objectivo. Se o artefacto em estudo, permite registar todas as medições, a escolha é **intacto**. Se permite apenas a recolha largura máxima ou comprimento máximo, está **fragmentado**, se não permite a execução de qualquer medida máxima, a escolha é **fragmento**.

### Área 6. Morfologia

Campo de escolha única. O leque de escolhas refere-se a 5 sub-campos; **quadrangular, rectangular/subrectangular, trapezoidal, triangular/subtriangular, e indeterminada**. Geralmente, apenas os materiais que permitem mensurar o seu comprimento e largura é que estão aptos ao preenchimento deste campo. Quando isso não acontece a escolha é sempre indeterminado.

### Área 7. Secções.

Esta área tem dois sub-campos; identificação da secção transversal e longitudinal. Os itens na secção transversal são: **rectangular/subrectangular, quadrangular/subquadrangular, circular, elíptica, trapezoidal, biconvexa, convexa-côncava**. Enquanto na secção longitudinal são: **biconvexo, convexa-côncava, flancos paralelos, sinuosos**.

#### **Área 8. Polimento.**

Campo de escolha múltipla, pois refere-se as áreas da peça que se encontram polidas. Possui os seguintes descritores: **gume, flancos, superfície mesial e talão**.

#### **Área 9. Gume.**

Com este campo objectiva-se a análise do gume do artefacto. Divide-se em dois sub-campos; estado do gume e geometria do gume. São campos de escolha única. O primeiro possui os seguintes descritores; **intacto**, quando não apresenta qualquer tipo de vestígio de utilização nem se encontra partido, **boleado** quando possui o gume arredondado, curvo, **desbastado** quando apresenta sinais de desbaste, **partido/lascado**, se tem fracturas e lascamentos, **ligeiros sinais de uso**, se apresenta vestígios de utilização pouco visíveis, e **intensos sinais de uso** quando se detecta uma utilização sistemática.

Esta área divide-se em dois sub-campos; dimensões da peça e os índices. Este último é de elaboração automática. São campos não preenchidos pelo utilizador. Se os campos relativos às dimensões forem utilizados, os índices são automaticamente elaborados.

#### **Área 10. Talão.**

Esta área pretende sugerir a forma do talão. É um campo de escolha única com os seguintes descritores: **convexo, pontiagudo, rectilíneo, redondo e truncado**.

#### **Área 11. Vestígios de utilização.**

Campo de escolha múltipla. Está dividida em quatro descritores, abrangendo toda a peça; **gume, flancos, superfície mesial e talão**.

#### **Área 12. Vestígios de fixação.**

Campo de escolha única. Sim ou não. Possui vestígios de fixação ou não.

**Área 13.Peso.**

O peso deve ser registado em gramas.

**Área 14.Dimensões e Índices.**

Deverá ser utilizada uma craveira. As medidas são feitas em milímetros.

Comprimento, no eixo maior da peça.

Largura, perpendicular ao eixo maior, e na área mais larga.

Espessura, distância máxima entre um ponto no anverso e na face inferior da peça. Executada no mesmo local onde foi retirada a largura.

Os Índices são elaborados automaticamente à medida que os campos anteriores são preenchidos.

## 2.7. PERCUTORES

Além das áreas 1 e 2, cujos campos continuam a ser iguais, temos 11 áreas para preencher.

### Área 3. Matéria Prima:

Campo com 10 entradas, de escolha única. Além de granito, **grauvaque**, **quartzito**, **riolito**, **sílex** e a opção **outro**, decidiu-se dividir a matéria-prima quartzo em três descritores, não só porque esta matéria-prima é a mais utilizada na estação arqueológica, como é igualmente preponderante nos percutores. Utilizou-se o critério da cor; **quartzito hialino, leitoso e cinzento**.

### Área 4. Suporte:

Refere-se ao tipo de suporte utilizado. **Bloco anguloso**, quando é um bloco de quartzo, ou por ventura em grauvaque e **seixo rolado**, quando é um quartzito. Por vezes são detectados seixos de quartzo. Neste caso a opção a escolher é seixo rolado.

### Área 5. Estado de conservação:

Campo com três entradas. **Intacto**, quando se conseguem retirar as três medidas (comprimento, largura e espessura). **Fragmentado**, quando se consegue apenas realizar duas medidas e **Fragmento**, quando se retira uma medida ou mesmo nenhuma.

### Área 6. Morfologia:

Área com dois campos: forma e secção. A forma do artefacto é retirada a partir da sua aproximação a sólidos geométricos, possui oito descritores, partilhados igualmente pelo campo secção; **circular/subcircular**, **elipsóide/ovóide**, **indeterminada**, **irregular**, **rectangular/subrectangular**, **trapezoidal** e **triangular**.

A Secção é induzida a partir de um corte na sua zona mesial.

### Área 7. Tipo:

Embora a definição mais simples de percutor nos diga que é um martelo natural sobre seixo ou bloco de pedra, utilizado para percutir, esta folha de recolha de dados, pretende abranger um conjunto maior de materiais, que embora não estejam todos

relacionados com actividades de percutir, poderão estar relacionados com o tipo de matéria prima que todos partilham. Assim são igualmente analisados não só os **percutores**, primeiro descritor desta área, como **alisador/polidor, seixo e bigorna**.

#### **Área 8. Localização dos Vestígios de Uso:**

Três campos idênticos, que analisam as zonas Polar, Facial e Lateral. Orienta-se a peça segundo o seu eixo maior, e escolhe-se Unipolar quando os vestígios de uso se localizam apenas num dos pólos da peça, e Bipolar quando se localizam nos dois. A mesma análise aplica-se às denominações Unifacial e Bifacial e Unilateral e Bilateral.

#### **Área 9. Outras propriedades:**

Campo de escolha múltipla, que objectiva a análise de um conjunto de outras propriedades que a peça poderá possuir. Os descritores são os seguintes; **vestígios de fogo, gume talhado cortante, arestas/gume acidentais utilizados e maceração**.

#### **Área 10. Utilização:**

Tabela com duas entradas, é sempre escolhida aquela que está mais representada no objecto. **Activa** quando apresenta vestígios de um uso/martelado intenso, **suave**, quando os vestígios de uso parecem ser de um martelado mais suave, metódico e pontual.

#### **Área 11. Dimensões:**

O comprimento é medido no eixo maior da peça.

A largura é medida na perpendicular ao eixo maior da peça e na área que aparenta ser a mais larga.

A espessura é retirada na mesma zona da largura.

Os índices são de elaboração automática. São campos não preenchidos pelo utilizador.

### **3.1. AMOSTRAS**

#### **Área 1. Identificação.**

**ID.** Campo de preenchimento obrigatório. Numeração sequencial. Terá que ser sempre igual ao número de registos.

#### **Área 2. Localização:**

**N.º de Inventário-** CSTVNT/01/110.53/3/154, ou seja, acrónimo do sítio, ano de campanha, quadrado, camada, e número da inventariação.

**Quadrícula-** Quadrado de recolha. É o mesmo do n.º de inventário.

**Camada-** É a mesma do n.º de inventário.

**Contexto-** Composta por uma tabela previamente inserida. Os contextos são definidos no momento da escavação, e geralmente estão conectados ao glossário da estação arqueológica. Como é uma tabela aberta, podemos sempre inserir novos contextos.

**Micro-contexto-** E preenchido sempre que na etiqueta de campo seja descrito um pequeno contexto. Por exemplo: uma fossa, uma lareira, etc.

**X/Y/Z-** Coordenadas do fragmento. O X, é a medida em relação ao lado Norte do quadrado; o Y, é a distância medida em relação ao lado Leste do quadrado e o Z, é a profundidade em relação ao nível 0 convencional (no Castanheiro do Vento utiliza-se a cota absoluta).

#### **Área 3. Descrição / Interpretação**

É composta por oito sub-campos, que pretende descrever todo o processo que a amostra sofreu desde que saiu de campo até voltar à posse da equipa de Castanheiro do Vento.

Tipo de amostra, onde se assinala se a amostra são sedimentos ou elementos pétreos.

**Descrição,** onde se descreve a amostra.

**Destino da amostra.** Laboratório onde irá ser analisada.

**Questões colocadas.** Este descritor pretende reunir as questões que os investigadores colocaram ao laboratório, quando enviaram a amostra.

**Composição da amostra.** Aqui o preenchimento é efectuado através da leitura do relatório produzido pelo laboratório.



**Síntese do relatório.** Pretende-se sistematizar a informação mais importante produzida pelo laboratório.

Os últimos dois descritores são nominais e referem-se ao elemento que recolheu a amostra (**recolhida por**), em campo e ao elemento **responsável** pela assinatura do relatório produzido pelo laboratório.

### **3.2. ANTRACOLOGIA**

Esta folha é composta por 14 campos, distribuídos por 3 áreas.

As áreas 1 e 2 são iguais à base de dados de amostras.

#### **Área 3. Identificação:**

Taxa – Corresponde ao número de fragmentos antracológicos analisados.

Nome científico – Designação latina da espécie identificada.

Nome corrente – Nome vulgarmente dado à espécie identificada.

Observações – Neste campo será sempre importante sintetizar as observações feitas pela especialista que faz a análise.

### 3.3. ARQUEOZOOLOGIA

Esta folha de recolha de dados foi elaborada com sugestões de Cláudia Costa (inf. Pessoal). É composta por 21 campos, distribuídos por 3 áreas.

As áreas 1 e 2 são iguais à base de dados de amostras.

#### Área 3. Descrição.

**Elemento** – Indicação anatómica (osso)

**Porção** – Indicação da porção do osso representada como por exemplo, epífise proximal, epífise distal, etc.

**Lado** – Direito ou esquerdo

**Idade** – Indicação do estado de fusão do fragmento (não fundido tratando-se de um elemento de um animal jovem ou, no outro extremo, completamente fundido tratando-se de um adulto)

**Modificações *post-mortem*** – Marcas de manipulações provocadas após a morte do animal.

**Queimado** – Marcas provocadas pela manipulação pelo fogo (vários estádios desde não queimado até ao calcinado)

**Fractura** – Identificação do tipo de fractura do elemento (intencional, escavação, ...)

**Animais** – Marcas provocadas pela manipulação de animais carnívoros

**Naturais** – Marcas provocadas pela acção dos agentes químicos, biológicos e físicos que actuam após a deposição do elemento (raízes, abrasão, carbonato de cálcio, ...)

**Meteorização** – Identificação do estado de meteorização da superfície do elemento.

**Taxon** – Identificação da espécie a qual pertence o elemento.

### **3.4. DATAÇÕES**

Esta folha é composta por 15 campos, distribuídos por 4 áreas.

As áreas 1 e 2 são iguais à base de dados de amostras.

### **3.Referências**

Área constituída por três campos descritivos; referência laboratorial, código de trabalho e data de recolha. O preenchimento destes três campos referencia a amostra ao nível do laboratório onde a datação foi produzida (**referência laboratorial**), ao nível da organização interna da escavação (**código de trabalho**) e ao nível da recolha de campo (**data da recolha**).

### **4. Dados**

Área com quatro campos de preenchimento. É elaborada através do relatório enviado pelo laboratório que procedeu à datação. Os campos são os seguintes; datação convencional (BP), calibração a 2 sigma cal BC, outros intervalos, e o campo observações.

#### 4. ESTRUTURAS

Esta folha é constituída por 31 campos distribuídos por 6 áreas. Esta folha de recolha de dados foi completamente elaborada tendo em conta a experiência de campo acumulado ao longo de 8 anos de escavações em Castanheiro do Vento.

A área 1 repete as outras folhas de recolha de dados.

Área 2, Localização.

O primeiro campo é **ID**, um número de identificação sequencial que permite a relação entre folhas de recolha de dados. A **sigla**, segundo campo desta área, identifica o troço de murete em análise; o campo **estrutura**, refere nominalmente a estrutura em análise, que é localizada na quadriculagem do sítio no campo **quadrículas**. Os **materiais** explicitam os elementos construtivos do murete; a **dimensão modal**, refere-se ao valor de uma variável que ocorre com maior frequência numa série, “ (...) ou seja, é o valor da abcissa correspondente à ordenada máxima de uma curva de frequências.” (PINTO e GREGO 1992:58) Optou-se escolher a moda e não qualquer outra medida de tendência central, por vários motivos: a moda pode ser considerada o valor normal de uma distribuição, ou seja é a medida mais típica, é inteiramente independente dos valores extremos (que a existirem terão de ser sempre analisados separadamente), e é a melhor que caracteriza situações onde estejam em causa os valores mais usuais e constantes, como é o nosso caso; pretendia-se saber qual o valor mais frequente do comprimento das lajes constituintes dos muretes, e inseri-lo numa categoria. O campo **acabamento dos elementos construtivos** é obtido através da observação das lajes que definem as paredes dos troços de murete, estão **facetadas** ou **não facetadas**. O descritor **lajes** objectiva a presença de um determinado tipo de xisto azul que, em Castanheiro do Vento, muitas vezes, correspondem a estelas.

O último descritor é numérico, corresponde à largura dos troços de **murete/muro**. Esta medida foi retirada dos troços de murete a intervalos de 1 metro. De seguida obtém-se a média aritmética simples, a que corresponde o valor obtido.

Área 3, Bastiões.

Esta área relaciona-se com a análise das estruturas tipo bastiões. É composta por 8 campos de observação.

Inicia-se com três variáveis numéricas; a **medida da entrada**, a **profundidade** e a **área**. O primeiro é medido entre os dois pontos de início da curvatura da estrutura, equivalendo ao vão de entrada. O segundo é obtido através do ponto central do eixo que mediu a entrada e do ponto central da orientação da estrutura. O terceiro corresponde à superfície interna dos bastiões, em metros quadrados. O quarto campo de análise, **forma dos bastiões**, é de escolha única com os seguintes descritores: **circular, sub-circular, oval e cilíndrica**. Por último os restantes quatro campos são igualmente numéricos e destinam-se a analisar detalhadamente a curvatura da estrutura. São eles, **espessura do eixo central**, medido precisamente no prolongamento da medida de profundidade, **espessura do lado esquerdo da entrada**, obtido no início do ponto de medida do lado esquerdo do vão de entrada e **espessura do lado direito da entrada**, medido no início do ponto de medida do lado direito do vão de entrada.

Área 4, Estruturas Circulares e Estruturas Circulares Geminadas.

Esta área é composta por 4 campos de análise e relaciona-se com a observação das Estruturas Circulares e Estruturas Circulares Geminadas.

Os três primeiros campos de observação são variáveis numéricas; **eixo Norte/Sul**, medido entre dois pontos de orientação Norte/Sul e que dividem a estrutura ao meio, **eixo Este/Oeste**, medido entre dois pontos de orientação Este/Oeste e que dividem a estrutura ao meio e a **área**, que corresponde à superfície interna da estrutura em metros quadrados. O último campo desta área é a **forma**, igualmente de escolha única com os mesmos descritores; **circular, sub-circular, oval e cilíndrica**.

Área 5, Passagens.

Composta por 9 campos de observação e pretende analisar as passagens, referidas na maior parte da literatura arqueológica como entradas ou portas.

Todos os campos são variáveis numéricas. Os primeiros três reportam-se às larguras: **largura à entrada, largura intermédia e largura à saída**. Todas as medidas são retiradas estando o observador virado para o interior do recinto, desta forma a largura da entrada é aquela que está mais longe do interior do recinto e consequentemente a largura de saída é aquela que está mais próxima ao interior do recinto. A largura intermédia é retirada de um hipotético ponto central do eixo do vão de acesso ao interior do recinto. O campo seguinte mede o **comprimento de passagem**, ou seja, a medida obtém-se entre o ponto médio do eixo da largura de entrada e o ponto

médio do eixo da largura à saída. A **área** é de cálculo automático, bastando preencher os campos largura intermédia e comprimento da passagem. Como algumas passagens possuem uma estrutura de estreitamento, os campos seguintes aludem à sua análise: **largura de estrutura de estreitamento e comprimento de estrutura de estreitamento**. O primeiro refere-se a um ponto médio dessa estrutura e o segundo mede a totalidade dessa estrutura. Os dois últimos campos desta área são de cálculo automático; **largura da passagem sem estrutura de estreitamento e área total sem estreitamento**. O primeiro pretende medir a largura da passagem excluindo a estrutura de estreitamento, de modo a se poder obter um valor que nos permite uma comparação entre todas as passagens, o segundo campo obtém a área em metros quadrados.

Área 6, Observações.

Última área com apenas um campo de preenchimento: **observações**, onde se pretende esclarecer e/ou acrescentar qualquer tipo de observação ou comentário, que não tenha sido contemplado na folha de recolha de dados.

## 5.1 DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

Esta folha é constituída por 12 campos distribuídos por 3 áreas. A elaboração desta folha de registo de dados colheu informações de Bárbara Carvalho (Inf. Pessoal), posteriormente organizadas em Bárbara Carvalho, 2006.

A área 1 repete as outras folhas de recolha de dados.

### 2. Localização

Área constituída por 9 campos, sendo os quatro primeiros, em tudo semelhantes aos utilizados nas outras bases. As diferenças relacionam-se com a especificidade do desenho arqueológico. Surge a **data** (dia/mês e ano) em que o desenho é efectuado em campo. Existe um outro campo para **ano**, criado para permitir um acesso/pesquisa mais rápido aos desenhos elaborados em cada ano específico. O campo seguinte, **decapagem**, permite a colocação do número da decapagem à qual o desenho corresponde. Por último, os campos **desenhador** e **tintagem** mencionam o desenhador e/ou arqueólogo que os efectuou.

### 3. Imagem

Esta última área reporta-se ao desenho. No campo **imagem**, existe um link para o desenho de campo efectuado, que se encontra digitalizado em uma outra pasta. O campo **escala**, alude à escala utilizada em campo. E por último o campo **interpretação/comentários** pretende sintetizar a informação que o desenho transmite.



## 5.2. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Esta folha é constituída por 8 campos distribuídos por 3 áreas. A área 1 repete as outras folhas de recolha de dados.

### 2. Localização

Área constituída por 6 campos, sendo os quatro primeiros, em tudo semelhantes aos utilizados nas outras bases. As diferenças relacionam-se com a especificidade do registo fotográfico. Surge a **data da fotografia** (dia/mês e ano) em que o registo é efectuado em campo e depois o nome do **fotógrafo**.

### 3. Imagem

Esta última área com apenas dois campos reporta-se à fotografia tirada. No campo **fotografia**, ou existe um link para a fotografia de campo, que se encontra em formato digital em uma outra pasta, ou a própria fotografia é visível. Por último o campo **interpretação/comentários** pretende legendar o registo fotográfico.



## BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, Lúcia, (2003), *Cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- BECK, Anthony, (2000), “ Intellectual excavation and dynamic Information Management Systems”, *On the Theory and Practice of Archaeological Computing*, edited by Gary Lock and Kayt Brown, Oxford University Committee for Archaeological , pp.73-88.
- BORDES, F., (1988), *Typologie du Paleolithique Ancien et Moyen*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique.
- BOTELHO, Iva João da Silva Teles Morais, (1996), *Dos cacos e dos vasos. O Castelo Velho de Freixo de Numão, na charneira do IIIº/IIº milénio a.C. Contributo para o estudo da cerâmica de Castelo Velho*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- CARR, Christopher, (1985), *For concordance in Archaeological Analysis, Bridging data structure quantitative technique and theory*, ed. by Christopher Carr, Illinois, Waveland Press, Inc.
- CARVALHO, António F. (1998), *Talhe da pedra no Neolítico Antigo do maciço calcário das Serras de Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico*, Lisboa, Edições Colibri e EAM.
- CARVALHO, Bárbara R. Pinto de Sá, (2006), O Desenho na escavação arqueológica de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), Relatório de Seminário de Projecto da Licenciatura em Arqueologia apresentado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- FABREGAS VALCARCE, Ramon, (1989), "Útiles Pulimentados de Pequeñas Dimensiones", *Gallaecia* , Publicacion do Departamento de Pré-história e Arqueologia da Facultad de Geografia e História, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 139-150.
- FABREGAS VALCARCE, Ramon, (1992) " Estudio funcional de útiles pulimentados: experimento de tala y análisis de microdesgaste", *SPAL, Revista de Prehistoria y Arqueologia*, nº1, Universidade de Sevilla, Sevilla, pp.107-124.
- FERNANDEZ del CAMPO, C.P e QUERO CASTRO, S., (1992), *El Ventorro, um poblado prehistorico de los albores de la metalurgia*, Madrid, Museos Municipales, Ayuntamiento de Madrid-Concejalía de Cultura.
- GOMES, Isidro, (2000-2001), “Estudo do material lítico do Crasto de Palheiros-Murça, Uma primeira proposta metodológica-1ª parte”, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXI-XXII, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 41-101.
- GONÇALVES, Victor dos Santos, (1989), *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*, 2 volumes, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GREW, Francis, (2000), “From museum store to data warehouse: archaeological archives for the twenty-first century, *On the Theory and Practice of Archaeological Computing*, edited by Gary Lock and Kayt Brown, Oxford University Committee for Archaeological , pp.59-72.
- JORGE, Susana Oliveira, (1986), *Povoados da Pré-história recente da região de Chaves – Vª Pª de Aguiar*, 3 volumes, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LEROI-GOURHAN, A. (1988), *Dictionnaire de la Préhistoire*, (dir. de), Paris, P.U.F.

- MATOS, CABRAL, MURALHA, ARAÚJO e NALDINHO, (prelo), Documentação de colecções de Arqueologia”, Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior.
- MOREIRA, Maria Margarida (1996), *Contas de colar provenientes de sepulturas com tumulus do Norte e Centro-Norte de Portugal*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- MURALHA, João, (1996), *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numa. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- OLIVEIRA, E, Veiga de, GALHANO, F. e PEREIRA, B., (1983), *Tecnologia Tradicional Portuguesa, Sistemas de Moagem*, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- OLIVEIRA, Maria de Lurdes, (2003), *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- PEREIRA, Leonor Sousa, (2000), “Cerâmicas “Cogeces” de Castelo Velho de Freixo de Numão, (Vila Nova de Foz Côa)”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 2, pp.53-64.
- ROUX, Valentine, (1985), *Le Matériel de Broyage. Étude ethnoarchéologique a Tichitt, Mauritanie*, Paris, Editions Recherche sur les civilisations, Mémoire n.º58.
- SANCHES, Maria de Jesus, (1992), Pré-história recente no planalto mirandês (Leste de Trás-os-Montes), Porto, GEAP.
- SANCHES, Maria de Jesus, (1997), Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 volumes, Porto, SPAE.
- SILVA, Cristina Maria Costa, (1996), *O Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do IIIº milénio a.C. /1ª metade do IIº milénio a.C., no Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- TIXIER, J., INIZAN, M. e ROCHE, H., (1980), *Préhistoire de la Pierre Taillée. I-Terminologie et technologie*, vol.1, Paris, C.R.E.P.
- VALE, Ana Margarida, (2003), *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz-Côa), Contributo para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalho (1998-2000)*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- VARELA, José Manuel, (2000), *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do castelo velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), Tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio a.C.*, dissertação de Mestrado em Arqueologia

## **ANEXO 3**

### **Terminologia (glossário/tipologia) dos principais elementos característicos da estação arqueológica de Castanheiro do Vento**



A organização de um glossário deste tipo prende-se com a necessidade de se encontrar um conjunto de termos comuns a quem trabalha neste tipo de sítios. Pretende igualmente reformular alguns conceitos acerca de “técnicas construtivas” e de tipologias de carácter estrutural.

Uma primeira aproximação a um glossário deste tipo foi já publicada por Vítor Oliveira Jorge, com contribuições de João Muralha Cardoso, Ana Vale, Gonçalo Leite Velho e Leonor Sousa Pereira (2006), (ver bibliografia do texto principal da dissertação).

**Afloramento** – elemento rochoso muitas vezes conservado pela “arquitectura” do local, e outras vezes integrado na mesma.

**Água** – elemento fundamental (em conjunto com a terra/argila, a pedra e materiais arbustivos), das “técnicas de construção” do sítio.

**Área de combustão** – designação que corresponde ao aproveitamento posterior das bancadas de pedra e lajes que o sítio constituía. Este aproveitamento aconteceu apenas em algumas áreas, individualizáveis, onde foram detectadas muitas lajes rubefactas. Estas áreas nunca são inferiores a 2,00 m por 1,00 m.

**Argila** – ver Terra

**Barro de revestimento** – ver Terra.

**“Bastião”** – palavra utilizada apenas com conotações morfológicas, e não funcionais): unidade anexa aos muretes, produzindo o efeito de protuberância externa nas paredes, e, como referido acima, convencionalmente designada “bastião” na tradição interpretativa “militarista”. Estas estruturas, detectadas em Castanheiro do Vento, podem ser de diversos tipos:

Tipo I de “bastiões” – “Bastião” sem lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600mm, com um predomínio da medida 201 a 400mm (75%), os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto e argila, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada é menor que 2,90m a sua profundidade situa-se entre os 2,5m e os 3,20m, a média das espessuras é de 1,00m e a sua área situa-se entre os 4m<sup>2</sup> e os 6,5m<sup>2</sup>. Este tipo de “bastião” corresponde aqueles denominados A, B, C e D, ou seja, todos os localizados no murete 1.

Tipo II de “bastiões” – “Bastião” sem lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 401 e 600mm (100%), os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto e argila, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada é inferior a 3,10m a sua profundidade situa-se entre os 1,50m e os 1,80m, a média das espessuras é de 1,30m e a sua área situa-se entre os 4,30m<sup>2</sup> e os 5,30m<sup>2</sup>. Este tipo de “bastião” corresponde aos E e F, implantados no recinto secundário.

Tipo III de “bastiões” – “Bastião” sem lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos muito abrangente entre 201 e maior que 600mm, com predomínio da dimensão D3, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, quartzo e granito, tem lajes definidoras

das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada nunca é inferior a 4m, indo até um máximo de 7,10m, a sua profundidade situa-se entre os 2,80m e os 3,50m, a média das espessuras é de 1,32m e a sua área situa-se entre os 10m<sup>2</sup> e os 15m<sup>2</sup>. Este tipo corresponde aos “bastiões” G, I, M, N, P, R, todos implantados no murete 2 e ainda três “bastiões” do murete 3.

A definição deste tipo atendeu a dois aspectos específicos; a sua área situar-se no intervalo dos 10 a 15m<sup>2</sup>, e a medida do vão de abertura ser sempre maior à profundidade, assemelhando-se a uma figura geométrica semi-circular com um vão de acesso ao seu interior bastante amplo.

Tipo IV de “bastiões” – “Bastião” que numa percentagem baixa (25%) pode ter lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600mm, com predomínio da dimensão D3 (75%), os seus componentes de configuração arquitectónica são o conjunto de todos estes elementos detectados em Castanheiro do Vento, constituídos pelo xisto, argila, quartzo, granito e afloramento rochoso, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada nunca é inferior a 4,80m, indo até um máximo de 5,80m, a sua profundidade situa-se entre os 3,30m e os 4,60m, a média das espessuras é de 1,48m e a sua área situa-se entre os 17m<sup>2</sup> e os 20m<sup>2</sup>. Este tipo corresponde aos “bastiões” J, K, Q e S, correspondentes a estruturas pertencentes ao murete 2.

A definição deste tipo atendeu principalmente, a três aspectos específicos; a sua área situar-se no intervalo dos 17 a 20m<sup>2</sup>, a média das espessuras ser a mais elevada de todas as estruturas em análise e a medida do vão de abertura ser sempre maior à profundidade, embora em valores comparativos mais pequenos do que o tipo descrito em cima.

Tipo V de “bastiões” – “Bastião” que numa percentagem importante (50%) pode ter lajes de xisto azul na sua composição, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 400mm (D3 a 100%), os seus componentes de configuração arquitectónica são a 100% constituídos pelo xisto, argila e quartzo, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e não facetadas, o vão de entrada nunca é inferior a 4,30m, indo até um máximo de 7,60m, a sua profundidade situa-se entre os 3,50m e os 6,00m, a média das espessuras é de 1,41m e a sua área situa-se entre os 21m<sup>2</sup> e os 31m<sup>2</sup>. Este tipo corresponde aos “bastiões” H, L, T e U, que correspondem a “bastiões” pertencentes ao murete 2.

A definição deste tipo atendeu principalmente, a três aspectos específicos; a sua área situar-se no intervalo dos 21 a 31m<sup>2</sup>, a dimensão modal dos seus elementos inserir-se unicamente na categoria D3, e os seus elementos constitutivos serem apenas o xisto, a argila e o quartzo, este último em grandes quantidades.

**Buracos de poste** – micro-estrutura delimitada por pedras e que poderiam servir de sustentação de traves verticais.

**Contraforte** – reforço exterior de uma estrutura, onde é utilizado um complexo sistema imbricado de pedra/lajes e terra/argila (ver **sistema de contrafortagem**). A sua variabilidade é elevada, pois depende do tamanho da estrutura, da sua implantação espacial e do declive do terreno. O contraforte de uma estrutura, muitas vezes, faz parte de um talude no qual se insere (ver **talude**).

**Contrafortagem** – Ver **Sistema de Contrafortagem**

**“Cunhas”** – conjunto de pequenos elementos constituintes da configuração do sítio arqueológico dos quais podemos destacar a colocação de pequenas lajetas em cunha entre os pequenos vãos existentes entre as lajes, quer na sua estruturação vertical, quer horizontal, o emprego de fragmentos cerâmicos, muito deles “talhados”, inseridos nos



embasamentos dos muretes e bastiões e a inclusão de percutores em quartzo nas frestas entre lajes do embasamento.

**Estrutura** – espaço relativamente circunscrito, delimitado por lajes de xisto e/ou grauvaque, por elementos de moinho fracturados ou não, ou delimitado por buracos de poste. A sua planta não é padronizada, apresentando por vezes um desenho circular, sub-circular ou ovóide. As suas dimensões são diversas.

**Estruturas circulares e estruturas circulares geminadas** – são espaços relativamente circunscritos, delimitados por lajes de xisto fincadas e/ou inclinadas (não há uma delimitação clara em forma de “parede” externa). Podem apresentar uma planta circular ou sub-circular.

Tipo I – Estruturas circulares. Definem-se pela sua forma circular ou sub-circular. Podem ser de três subtipos:

Subtipo Ia – Os seus elementos têm uma dimensão modal entre os 201mm e os 600mm, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, e granito, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas (a 40%) e não facetadas (a 60%). A forma oscila igualmente pela circular (40%) e sub-circular (60%). A área destas estruturas situa-se entre o  $1,92\text{m}^2$  e  $3,96\text{m}^2$ . Este foi o principal critério definidor deste subtipo, a área destas estruturas é sempre inferior a  $4\text{m}^2$ .

Subtipo Ib – Os seus elementos têm uma dimensão modal entre os 201mm e os 600mm, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, e granito, e quartzito, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas (a 33%) e não facetadas (a 66%). A forma oscila igualmente pela circular (66%) e sub-circular (33%). A área destas estruturas situa-se entre o  $4,83\text{m}^2$  e  $5,29\text{m}^2$ . Este foi o principal critério definidor deste subtipo, a área destas estruturas situa-se entre os  $4\text{m}^2$  e os  $6\text{m}^2$ . Este subtipo corresponde às estruturas 4, 14 e 20.

Subtipo Ic – Os seus elementos têm uma dimensão modal muito variável, entre os 201mm e maior que os 600mm, os seus componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila, e granito a 100%, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas (a 66%) e não facetadas (a 33%). A forma oscila igualmente pela circular (66%) e sub-circular (33%). A área destas estruturas situa-se entre o  $6,37\text{m}^2$  e  $9,9\text{m}^2$ . Este foi o principal critério definidor deste subtipo, a área destas estruturas ser superior aos  $6\text{m}^2$ . Este subtipo corresponde às estruturas 5, 15 e 21.

Tipo II – Conjunto de duas estruturas circulares geminadas. Definem-se pela sua forma circular e por uma elevada padronização. Podem ser de dois subtipos consoante a sua área interna.

Subtipo IIa – Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto e a argila, os seus elementos têm uma dimensão modal, entre os 201mm e os 400mm, as lajes são todas facetadas e a área não excede os  $3,00\text{m}^2$ . Este subtipo muito padronizado corresponde às estruturas geminadas 11 e 13.

Subtipo IIb – Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto, a argila e o granito, os seus elementos têm uma dimensão modal, entre os 401mm e os 600mm, as lajes são todas facetadas e a área não situa-se entre os  $4,0\text{m}^2$  e os  $5,5\text{m}^2$ . Este subtipo muito padronizado corresponde às estruturas geminadas 23 e 24.

Tipo III – Conjunto de três estruturas circulares geminadas. Definem-se pela sua área interna, pois os dois subtipos encontrados mostram alguma variabilidade.

Subtipo IIIa – Este subtipo apresenta alguma variabilidade entre os dois conjuntos de estruturas geminadas. Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto, argila, granito, quartzo e afloramento rochoso. Os seus elementos têm uma dimensão modal, entre uma medida menor que os 201mm e os 600mm, as lajes são todas facetadas a 64% e não facetadas a 38%. A área não excede os 4,00m<sup>2</sup>, existindo apenas uma excepção, a estrutura 17, de forma oval que apresenta uma área de 8,64. Este subtipo corresponde às estruturas geminadas 1, 2 e 6 e 17, 18 e 19.

Subtipo IIIb – Os seus componentes de configuração arquitectónica são o xisto, a argila e o granito. Os seus elementos têm uma dimensão modal, medida menor que os 201mm, as lajes são todas não facetadas. A área situa-se entre os 5,0m<sup>2</sup> e os 7m<sup>2</sup>. Este subtipo corresponde às estruturas geminadas 7, 8 e 9.

**Estruturas de colmatção/oclusão** – geralmente descritas na literatura de carácter arqueológico como estruturas de condenação. Fecho estruturado, ou oclusão com pedras, de unidades arquitectónicas antes “ocas”, como sejam estruturas de tipo “bastiões” e passagens. Traduz-se na “petrificação” das mesmas ao nível do seu embasamento pétreo. Denota uma ideia efectiva, deliberada, de protecções/fechos/oclusões, uma intencionalidade arquitectónica de manifestar uma ruptura, uma modificação material e conceptual do espaço. Podem ser de diversos tipos.

Tipo I – Petrificação (enchimento) quer de espaços outrora aberto, quer de estruturas massivas. Esta acção consiste na colocação/”deposição” de várias lajes, em algum dos casos de tipo diferente das utilizadas na construção das estruturas. A diferença ocorre a nível da dimensão e a nível do tipo de elementos pétreos escolhidos. Podemos definir dois subtipos:

Subtipo Ia- Petrificação de um espaço aberto. Este subtipo ocorre na colmatção dos “bastiões” do murete 1, à excepção do “bastião” D. Os “bastiões” dos outros muretes que foram escavados até esse nível, não apresentaram colmatções deste tipo. São lajes de grandes dimensões, entre 0,60 m e 1,20 m, de xisto azulado não existente no local. Outra característica única é a sua não utilização na concepção dos muretes. Esta situação, foi igualmente detectada em Castelo Velho de Freixo de Numão, remete-nos, obviamente, para outras explicações que não a simples existência de derrubes,

Subtipo Ib – Colocação de grandes lajes de xisto local nas áreas centrais de estruturas maciças. Estas lajes possuem dimensões superiores a 0,80 m e maioritariamente aparecem colocadas de lado, ou seja, não são postas na sua superfície maior e mais plana, mas sim de lado, e encaixadas entre outras. É o caso da pequena torre do murete 1. Neste caso não se pode falar em derrubes, pois as estruturas são maciças e as lajes encontram-se no seu interior.

Tipo II – Dissimulação intencional do vão interno em discontinuidades do murete. Estruturação de um alinhamento pétreo, constituído por lajes e blocos de grauvaque de dimensões menores do que os elementos constituintes do murete, unindo os vãos das “passagens”, dissimulando o seu fecho intencional. Este tipo de colmatção foi observado na passagem 4. É interessante notar que esta dissimulação construtiva existia apenas na área interna do recinto anexo. Para o seu exterior, a colmatção do vão, foi efectuada através de um enchimento de lajes e grandes blocos de xisto e grauvaque e uma grande quantidade de pedras e lajes de pequena dimensão, delimitados por uma laje fincada.

Tipo III – Colocação de lajes de xisto dispostas oblíqua e paralelamente.

Este tipo de colmatação apenas foi detectado duas vezes; no “bastião” D e na área Norte do recinto secundário. É constituído por lajes de xisto azulado (na sua grande maioria), e estreita, no primeiro caso, o acesso ao interior do bastião e no segundo caso, colmata uma pequena descontinuidade do murete do recinto anexo.

As lajes são de dimensões médias, entre 0,40 m e 0,60 m e são colocadas oblíqua e paralelamente, impedindo o acesso a um determinado espaço, ou preenchendo-o. Estas lajes são preferencialmente afeiçoadas em apenas um dos lados (ou seja, na área que ficava voltada ao interior da estrutura).

Subtipo IIIa – Deposição de lajes tipo “estela” de um xisto azulado e brilhante. Este subtipo foi detectado em duas passagens, a 5 e a 10. No primeiro caso foi colocado uma laje de dimensão média 0,40 m por 0,25 m no interior da passagem junto à estrutura de estreitamento. No segundo caso, a passagem foi colmatada por um pequeno arco interno constituído por pequenas lajes de xisto local, na área mais próxima ao interior do recinto, e a deposição de duas lajes azuis tipo “estela”, no acesso a essa área. Juntamente com as lajes foram depositados fragmentos cerâmicos num pequeno nicho.

Tipo IV – Elaboração de um dispositivo em arco colmatando exteriormente uma passagem. Este tipo de colmatação foi detectado apenas na passagem 2 e consiste na configuração de uma estrutura em arco que colmata completamente o acesso ao interior da área definida pelo murete 1. É composta por lajes de grande tamanho (0,50 m a 0,80 m) de formato sub-rectangular, completamente diferentes das lajes que estruturam o murete e que estreitavam a “passagem.” Junto ao murete, imbricava num conjunto de pedras muito bem estruturado.

Tipo V – Elaboração de um muro de ligação entre dois troços do murete ocluindo a passagem. Este tipo de colmatação foi detectado apenas na passagem 6 e consiste na estruturação de um muro que através do seu posicionamento impede a passagem. É composta por lajes de tamanho médio a grande (0,40 m a 0,60 m) e é uma pequena estrutura murária adossada ao muro que provoca a oclusão da passagem.

Tipo VI – Elaboração de uma ou várias estruturas circulares, geminadas ou não, que posicionadas em frente às passagens, as colmatam. Este tipo de oclusão foi detectado apenas na passagem 12 e consiste na “construção” de duas estruturas circulares, neste caso geminadas, que dificultam, ou mesmo impedem o acesso à passagem. Este tipo foi igualmente detectado em Castelo Velho de Freixo de Numão nas passagens L1 e L2.

**Estrutura de combustão** – pequena estrutura, delimitada por pedras, e onde a presença de carvões ou outros elementos pode apontar para o facto de ter correspondido a uma área delimitada de combustão (ver **lareira**).

**Estruturas de nivelamento** – sedimento que terá servido de nivelamento sobre o qual assentaram outras estruturas, como “bastiões”, muretes, estruturas circulares e circulares geminadas. Até ao momento apenas foram identificadas estruturas de nivelamento em terra/argila.

**Fossas** – corresponde a uma depressão de dimensão variável, onde, em plano, se nota uma alteração da coloração/textura dos sedimentos de enchimento. Pode corresponder a uma depressão aberta em sedimentos subjacentes ou na própria rocha de base.

**Fragmentos de lajes insculturadas** – colocados no sítio, em pontos precisos e muito variáveis, contendo, ou picotados (por exemplo, covinhas), ou gravuras por abrasão, como por exemplo sinais fusiformes (caso da passagem 3).

### **Lajes fincadas – ver marcadores espaciais.**

“**Lareira**” – área de acumulação de carvões e/ou outros indícios de fogo concentrado, como a alteração na coloração de sedimentos, que nos faz admitir a presença de fogo e/ou a acumulação de produtos orgânicos dele provenientes. Diferencia-se de estrutura de combustão, por não apresentar elementos pétreos em seu redor.

**Marcadores espaciais** – são elementos pétreos que durante as diversas fases de elaboração, reformulação, e/ou alteração do conjunto da estrutura arquitectónica que é o sítio arqueológico, foram colocados/depositados em determinados locais específicos da estação arqueológica. Tendo em consideração a sua variabilidade morfológica e a sua colocação num determinado espaço podemos definir três tipos de marcadores espaciais:

Tipo 1 – Marcador espacial associado a elementos pétreos que inscrevem um sentido de carácter definidor de espaços, como alterações estruturais, individualização de um troço de murete ou de muro e marcação de espaços precisos. Podem ser de três tipos:

Tipo 1a – Elementos pétreos que se localizam no interior de estruturas.

Tipo 1b – Elementos pétreos que se localizam na intersecção de estruturas e ou linhas estruturais.

Tipo 1c – Elementos pétreos que se localizam no exterior de estruturas.

Tipo 2 – Marcador espacial associado a elementos pétreos que inscrevem um sentido de carácter elaborativo/configurativo do dispositivo arquitectónico. Podem ser de dois subtipos:

Tipo 2a – Deposição de determinados elementos pétreos, misturados com os componentes internos de construção das estruturas.

Tipo 2b – Colocação de elementos pétreos como indicação de final e/ou início de uma estrutura.

Tipo 3 – Marcador espacial associado apenas a um tipo de elemento pétreo; lajes de xisto de cor azul, tipo “estela”. Este marcador parece inscrever sentidos de múltiplos propósitos, pois a sua colocação/deposição no espaço do sítio parece ser muito abrangente, quer ao tipo de espaço/estrutura a que está associado quer à sua localização específica. Das seis ocorrências, está associado a intersecções de estruturas, sejam estruturas circulares, bastiões, troços de muros; está junto a linhas definidoras de grandes estruturas, caso do talude norte; encontra-se no interior de estruturas, como bastiões e passagens e surge misturado com componentes internos de construção das estruturas.

**Material arbustivo/arbóreo** – elemento de configuração do sítio e de elaboração de artefactos.

**Micro-estruturas** – pequenas unidades espaciais, de tipo “nicho”, que não criam espaços de circulação, mas surgem antes como pequenos elementos organizadores do espaço interno das estruturas de tipo “bastião” (as únicas escavadas com algum detalhe até agora). Elaboradas com elementos de moinhos manuais (dormentes) ou lajes de xisto (afeiçoadas ou não). Por exemplo, temos “nichos” destes no “bastião” A, ou no D, ou no F. Em algumas publicações de outros autores, referentes a estações arqueológicas

morfologicamente equiparáveis, tendem a ser “lidos” como lareiras, ou pequenos locais para guardar certos produtos. Ocorrem isoladas ou em grupo/geminadas.

### **Micro-estruturas geminadas – ver micro-estruturas.**

**Murete** – alinhamento pétreo, constituído por duas faces. Construído com lajes de xisto, apresenta normalmente 1,2m de largura. No decorrer dos trabalhos arqueológicos distinguiram-se vários tipos de muretes. Na nomenclatura clássica (interpretação militarista) aparece como “muralha”.

Tipo I de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são apenas o xisto e a argila, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201mm e 400mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, as lajes componentes das linhas definidoras externa e interna de cada troço são maioritariamente facetadas e tem uma largura inferior a 1,30m. Este tipo de murete corresponde ao Murete 1, à excepção do troço M1d.

Tipo II de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são o xisto, a argila e o quartzo, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201mm e 600mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, as lajes componentes das linhas definidoras externa e interna são facetadas e não facetadas em todos os troços e tem uma largura mínima de 1,50m e máxima de 1,80m. Este tipo de murete corresponde ao Murete 3.

Tipo III de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são diversificados, constituídos pelo xisto, argila, quartzo e granito, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600mm, com um predomínio da medida 401 a 600mm (60%), não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, as lajes componentes das linhas definidoras externa e interna de cada troço são maioritariamente facetadas e tem uma largura mínima de 1,30 e máxima de 1,70m. Este tipo de murete corresponde ao murete 2, à excepção do troço M2g.

Tipo IV de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são constituídos pelo xisto, argila e quartzo com um predomínio do xisto e argila (68%), tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 600mm, com um predomínio da medida 401 a 600mm (68%), não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa todas facetadas e tem uma largura mínima de 1,30 e máxima de 1,60m. Este tipo de murete corresponde ao recinto secundário.

Tipo V de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são constituídos apenas pelo xisto e argila, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 201 e 400mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa facetadas e outras não facetadas e tem uma largura igual ou superior a 2,00m. Este tipo corresponde ao troço de murete M1d.

Tipo VI de murete – Murete cujos componentes de configuração arquitectónica são constituídos apenas pelo xisto, argila e granito, tem uma dimensão modal dos seus elementos entre 401 e 600mm, não possui qualquer laje de xisto azul na sua elaboração, tem lajes definidoras das suas linhas interna e externa facetadas e outras não facetadas e tem uma largura igual ou inferior a 1,10m. Este tipo corresponde apenas ao troço de murete M2g.

**Murete 1** – o Murete 1 (M1) tem 75,7 m lineares, incluindo os “bastiões”. Largura média de 1,21 m, a maior largura é 1,40 m e a menor é 0,70 m. Tem 3 passagens, duas delas bem

definidas em processo de escavação, e outra (P3), apenas definida no seu lado Norte. Este murete no seu ponto mais a Norte desaparece e provavelmente integra-se numa grande estrutura que tem o seu início na área onde o terreno inicia um forte declive, à qual demos o nome de talude, mas apenas escavado numa pequena área (36 m<sup>2</sup>). Seria o murete mais excêntrico do sítio

**Murete 2** – o Murete 2 (M2) tem 287,70 m lineares de construção. A sua largura média é de 1,57 m sendo a máxima de 1,70 m e a mínima de 1,10 m. Incorpora onze “bastiões” e seis passagens. No estado actual da investigação, este murete tem uma forma elíptica e parece desencontrar-se ou terminar a sul sem compor uma forma fechada.

**Murete 3** – o Murete 3 (M3) tem 103,10 m lineares de construção. A largura média é de 1,42 m sendo a maior largura de 1,80 m e a menor 1,00 m. Possui duas entradas e seis “bastiões”, embora um deles (BO), tenha sido cortado no seu prolongamento Norte. Aparentemente este murete inflecte para Norte em direcção à Torre Principal.

**Muro** – estruturas geralmente sub-rectangulares, “construídas” entre muretes ou como muros anexos a “bastiões” ou troços de muretes.

**“Nichos” – ver micro-estruturas.**

**Nível estratigráfico** – conceito puramente operatório com um carácter provisório e não generalizável a toda a área intervencionada, A sua descrição terá que ser entendida como provisória e como instrumento de trabalho.

**Passagem** – interrupções intencionais, arquitectadas, nos muretes, que permitem a ligação entre interior/exterior de espaços aparentemente indiferenciados, funcionando também como pontos críticos de onde se pode observar o interior do recinto ou o exterior da paisagem, conforme o ponto de vista em que nos coloquemos. Em termos morfológicos denotam grande variabilidade e tendo em conta esse factor optou-se por definir uma tipologia através de uma análise de carácter mais qualitativo, em ordem a uma morfologia mais ou menos monumental das passagens onde se privilegiou elementos como a identificação de patamares de acesso à passagem, a existência de delimitação de um espaço de aproximação à passagem, presença de estruturas de estreitamento, a deposição de lajes de xisto azul e a colocação de grandes lajes de xisto, provavelmente ao alto, reduzindo o acesso e monumentalizando-o ao mesmo tempo. Sugerimos assim a seguinte tipologia.

Tipo I de passagens – Passagens que representam descontinuidades nos troços de murete, sem uma configuração aparente de monumentalidade. Assemelham-se a incisões com larguras intermédias entre os 0,50 m e 1,70 m. Os seus elementos constituintes são bastante diversificados, o xisto e a argila, associados quer ao quartzo (60% as passagens), quer ao quartzo e granito (20%), assim como a dimensão modal desses elementos, que abrangem as categorias, desde o D1 (menos que 200 mm) até ao D3 (entre 400 mm e 601 mm). As lajes utilizadas na sua configuração encontram-se completamente facetadas numa percentagem de 60% e as restantes encontram-se facetadas e não facetadas. Não existem lajes de xisto azul na sua configuração. As larguras intermédias deste tipo de passagem, como já vimos, situam-se entre os 0,50m e 1,70 m com um coeficiente de variabilidade de 43%, o comprimento situa-se entre o 1,10 m e 1,60 m com um coeficiente de variabilidade de 12,7% e a área entre 0,70 m<sup>2</sup> e 2,40 m<sup>2</sup> com um coeficiente de variabilidade de 37%. Este tipo corresponde às passagens 1, 7, 8, 9, e 14.

Este tipo de passagem possui um subtipo.

Subtipo de passagem Ia – Define-se pela grande variabilidade de elementos constituintes; xisto, argila, quartzo, granito e cerâmica. Estão agrupados na categoria D4 que corresponde a mais de 601 mm, as suas lajes definidoras da configuração estão completamente facetadas, encontra-se colmatada por uma estrutura de oclusão com duas lajes de xisto azul e o seu comprimento é relativamente maior que as outras passagens deste tipo; 2,15 m. Corresponde à passagem 10 no murete 2, localizada na área Norte do sítio.

Tipo II de passagens – Passagens que têm estruturas de estreitamento que representam uma diminuição da área interna e uma constrição à passagem. Os seus elementos constituintes são, o xisto, a argila e o quartzo (100% das passagens). A dimensão modal dos elementos corresponde à categoria D2 (entre 201 mm e 400 mm). As lajes utilizadas na sua configuração encontram-se completamente facetadas numa percentagem de 100%. Existe uma laje de xisto azul na configuração do corredor de acesso de uma passagem. As larguras intermédias deste tipo de passagem, são de 0,65 m, o comprimento situa-se entre o 1,65 m e 3,20 m e a área entre 1,07 m e 2,08 m. Este tipo corresponde às passagens 2 e 5.

Subtipo de passagem IIa – Define-se pelos elementos constituintes serem apenas o xisto e a argila, estando agrupados na categoria D3 que corresponde a elementos entre 401 mm e 600 mm, as suas lajes definidoras da configuração estão completamente facetadas, e a sua morfologia construtiva ser bastante diferente de todas as outras passagens. Predomina a colocação de lajes definidoras das faces, na horizontal com grandes quantidades de argila entre elas. Uma outra divergência relaciona-se com a diferente orientação de uma das faces da passagem. Corresponde à passagem 13 no murete 2, localizada na área Norte do sítio.

Tipo III de passagens – Passagens onde foram identificados possíveis “patamares” de acesso”. Estes “patamares” seriam estruturações de base pétreia para vencer pequenas pendentes. São constituídos por lajes de xisto afeioadas, dispostas em semicírculo, em torno do vão da “passagem”. Os seus elementos constituintes dividem-se pela associação xisto, argila e o quartzo e xisto, argila e granito. A dimensão modal dos elementos também se divide pela categoria D2 (entre 201 mm e 400 mm) e D3 (entre 401 mm e 600 mm). As lajes utilizadas na sua configuração encontram-se repartidas por um facetamento completo e por lajes facetadas e não facetadas. Não existem lajes de xisto azul na sua configuração. As larguras intermédias deste tipo de passagem, situam-se entre 2,00 m e 2,60 m, o comprimento situa-se entre o 2,00 m e 5,00 m e a área entre 4,00 m e 13,00 m. Este tipo corresponde às passagens 4 e 11.

Tipo de passagem IV – Passagem onde foi identificada uma área bem delimitada de acesso à passagem, não com “patamares”, mas sim com uma delineação do espaço através de um “corredor” formado por lajes e blocos de xisto. Define-se pelos elementos constituintes serem apenas o xisto e a argila, estando agrupados na categoria D2 que corresponde a elementos entre 201 mm e 400 mm, as suas lajes definidoras da configuração estão completamente facetadas, e não possuir na sua configuração qualquer laje de xisto azul. Corresponde à passagem 6 no murete 2, localizada na área Este do sítio.

Tipo de passagem V – Passagem onde na sua configuração parece existir uma forma de marcação espacial através da colocação de grandes lajes de xisto, provavelmente erguidas. Define-se pelos elementos constituintes serem o xisto, a argila, o granito e a cerâmica, estando agrupados na categoria D2 que corresponde a elementos entre 201 mm e 400 mm e as suas lajes definidoras da configuração não estão completamente facetadas. Corresponde à passagem 12 no murete 2, localizada na área Oeste do sítio.

**Pedra** – elemento configurativo do sítio. Utilizado principalmente nos embasamentos, mas também em paredes e na delimitação de estruturas e micro estruturas. A par da terra/argila é um dos elementos fundamentais da elaboração de Castanheiro do Vento. A pedra surge sempre como o primeiro material definidor do espaço na demarcação e enchimento de embasamentos, delineação de estruturas, armação dos contrafortes e estruturação dos taludes.

**Rampa pétreia monumental** – ver talude.

**Recinto** – espaço ocupado por diferentes estruturas, e delimitado por vários muretes, que circunscreviam um ou mais espaços de circulação, e dividindo uma “parte interna” de uma “parte externa”. Uma observação relaciona-se com a existência de um ritmo “padronizado” nos elementos constituintes da planta geral do recinto de Castanheiro do Vento; segmentos de murete, estruturas sub-circulares, passagens, estruturas circulares, englobados numa ideia de linhas curvilíneas. Uma segunda observação, encontra um conjunto de espaços mais ou menos delimitados, quer os interiores das estruturas sub-circulares e circulares, quer áreas condicionadas pela utilização de pequenos troços de murete. Estas delimitações, ou melhor, estas condicionantes à circulação interna no sítio parecem promover uma espécie de metamorfose física de um espaço, multiplicadas por inúmeros sentidos, que continuamente se cruzavam e transformavam esse espaço.

**Recinto secundário** – o Recinto Secundário tem 88,8 m lineares construídos. A largura média é de 1,35, sendo a maior largura de 1,60 m e a menor 1,10 m. Foram identificadas duas passagens e dois “bastiões”. Na sua linha definidora, a Oeste, incorpora uma estrutura circular (Ec14). Tem igualmente dois pequenos muretes definidores de um pequeno espaço a Sudoeste.

**Sistema de contrafortagem** – sistema detectado em várias áreas da escavação arqueológica que só pode ser definido através da sua variabilidade. O denominador comum é a imbricação e a utilização dos mesmos elementos de configuração; pedra e terra/argila. Os locais onde foi descoberto revela uma única acção de estruturação, isto é, denota um gesto “construtivo” único. Outra característica importante é a sua relação com as estruturas tipo talude e com um certo aspecto monumental que daria ao sítio.

**Talude** – os taludes são estruturas definidas em pendente que se organizam em rampas com sucessivos alinhamentos ou contínuos ou descontínuos, ou mesmo muretes, embalados em argila. Provavelmente circundavam as encostas sobranceiras ao sítio arqueológico. Pode ser que estivessem articuladas com outro tipo de estruturas (rampas, estruturas de tipo sub-circular, etc). No estado actual da intervenção, apenas se detectaram quatro áreas com este tipo de estruturas, que apenas se conhece bem em Castelo Velho de Freixo de Numão. Por vezes são componentes do sistema de contrafortagem, que integra lajes apoiadas a um muro, segurando-o directamente, e um conjunto maciço de pedras construído de encontro à face externa dos alinhamentos, de forma a garantir solidez aos mesmos.

**Terra** – elemento configurativo do sítio. A terra surge, não definindo propriamente um espaço, mas sim completando-o, enchendo-o. A utilização da terra/argila tem sido definida como elemento nivelador, colmatando fissuras do substrato geológico, enchendo estruturas, ligando os elementos constituintes dos muros, muretes, “bastiões”, estruturas circulares, revestindo as estruturas, moldando, quando utilizada fresca e elevando super estruturas.

**Torre pequena** – estrutura pétreia, maciça, de morfologia sub-circular, integrada no murete 1. É a única estrutura deste tipo encontrada até hoje (junto ao “bastião” D).



**Torre Principal** – a Torre Principal é a maior estrutura de tipo circular detectada em Castanheiro do Vento. Possui uma forma sub-circular e os seus eixos definem uma área entre a face externa do eixo Norte / Sul e a face externa do eixo Este / Oeste de 103,4m<sup>2</sup>. Os elementos componentes da sua elaboração são o xisto, o granito e a terra. Até ao momento não se detectou quartzo como componente. A terra argilosa, nesta estrutura, torna-se bastante difícil de apreender. A razão principal prende-se com os intensos processos pós-deposicionais que sofreu; “violação” do seu interior e trabalhos agrícolas.



## **ANEXO 4**

**“SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ALTO DOURO”**

**BASE DE DADOS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**



O seguinte anexo comporta apenas os quadros elaborados através de questões formuladas à Base de Dados “Sítios Arqueológicos no Alto Douro”. A própria base e os quadros foram essenciais às reflexões produzidas no capítulo 4 da dissertação.

## RECINTOS

Nº	Topónimo	Rio próximo	Distância (m)	2º Rio	Confluência
1	Castanheiro do Vento	Quinta do Campelo	600	Torto	Não
2	Castelo Velho de Freixo de Numão	Carvalha	400	Murça	Não
3	Quinta de Alfarela	Sabor	500	Douro	Sim
22	Castelo Velho do Monte Meão	Douro	400	Douro	Sim
33	Zaralhôa	Teja	300	Douro	Sim
43	Pitanceira	Teja	300	Douro	Sim
47	Castelo Velho da Meda	Concelha	200	Centieira	Não
50	Montes	Teixoeira	500	Portas	Não
63	Cerro do Bastião	Cerro do Bastião	200	Douro	Não
65	Castelo Velho do Souto	Bom	200	Torto	Sim
73	Alto da Lamigueira	Centieira	300	Piscos	Não

Topónimo	Nascentes	relação cota/rio	Meandros (m)	Várzeas (m)	V. Abertos (m)	V. Fechados (m)
Castanheiro do Vento	Sim	112	2300	2000	500	
Castelo Velho de Freixo de Numão	Não	105			800	2500
Quinta de Alfarela	Sim	230	2000	400	400	250
Castelo Velho do Monte Meão	Não	370	4300	4700	4500	400
Zaralhôa	Não	139	800	500	500	1200
Pitanceira	Não	212,6				300
Castelo Velho da Meda	Sim	114,2		200	250	
Montes	Não	117,7			4000	150
Cerro do Bastião	Não	122			1250	200
Castelo Velho do Souto	Não	112,1	1450		1000	250
Alto da Lamigueira	Não	140		50	200	

## Especificidades Geomorfológicas

Nº	Topónimo	Rio próximo	Distância (m)	2º Rio	Confluência
30	Alto de Santa Eufémia	Zaralhôa	400	Teja	Não
40	Senhora do Viso	Vale de Moninho	2100	Douro	Não
42	São Martinho	Douro	2000		Não
52	Santa Columba	Teja	2900	Douro	Não
58	São Salvador do Mundo	Douro	550		Não
59	Quinta da Abelheira	Douro	200		Não
61	Senhora de Lourdes	Douro	600		Não
69	São Gabriel	Côa	2100	Douro	Não
70	Seixo I e II	Aguiar	1600	Douro	Não

Topónimo	Nascentes	relação cota/rio	Meandros (m)	Várzeas (m)	V. Abertos (m)	V. Fechados (m)
Alto de Santa Eufémia	Não	110		400	500	1300
Senhora do Viso	Não	160		4000	1500	500
São Martinho	Não	477			2000	1500
Santa Columba	Sim	159,2		1500	800	
São Salvador do Mundo	Não	454,5			3000	500
Quinta da Abelheira	Não	230			4000	200
Senhora de Lourdes	Sim	444,4			550	600
São Gabriel	Não	541,6	2100		1000	2100
Seixo I e II	Não	240		100		

### Locais com provável ocupação mais permanente

Nº	Topónimo	Rio próximo	Distância (m)	2º Rio	Confluência
6	Curral da Pedra	Afl. Centieira	30	Centieira	Sim
11	Barrocal Tenreiro	Ribeirinha	200	Côa	Não
18	Fumo	Ribeirinha	100	Côa	Não
36	Castelos (Santa Comba)	Rib. Quinta Galheiras	200	Côa	Sim
39	Lapas	Centieira	1000	Piscos	Não
66	Quinta do Campo	Renivalo	30	Massueime	Sim

Topónimo	Nascentes	relação cota/rio	Várzeas (m)	V. Abertos (m)	V. Fechados (m)
Curral da Pedra	Não	106	250	250	
Barrocal Tenreiro	Sim	104,9		100	
Fumo	Não	125,6	400	400	100
Castelos (Santa Comba)	Sim	62,5			650
Lapas	Não	183,3	1000	1000	
Quinta do Campo	Sim	106,1	100	10	

### Locais com provável ocupação menos permanente

Nº	Topónimo	Rio próximo	Distância (m)	2º Rio	Confluência
5	Vale da Veiga II	Centieira	50	Piscos	Não
7	Curva da Ferradura	Centieira	250	Piscos	Não
9	Quinta da Torrinha	Torrinha	200	Zambujal	Não
10	Castelo de Algodres	Ribeirinha	900	Côa	Não
14	Salto do Boi	Côa	80	Douro	Não
15	Quinta dos Gamoais de Baixo	Centieira	20	Piscos	Não
16	Vale da Veiga I	Centieira	30	Piscos	Não
29	Raza I	Teja	1100	Douro	Não
31	Vale Minhoto	Sebarigos	300	Murça	Não
44	Raza II	Teja	400	Douro	Não
75	Currais da Mó/Tomadias	Côa	950	Douro	Não

Topónimo	Nascentes	relação cota/rio	Meandros (m)	Várzeas (m)	V. Abertos (m)	V. Fechados (m)
Vale da Veiga II	Sim	100				
Curva da Ferradura	Não	145		200	200	
Quinta da Torrinha	Sim	102,1		100		
Castelo de Algodres	Não	103		1500		
Salto do Boi	Não	126,9	80			
Quinta dos Gamoais de Baixo	Sim	101,7				
Vale da Veiga I	Sim	102				
Raza I	Não	114			800	
Vale Minhoto	Não	101,7		200		
Raza II	Não	128,1	500	1800	600	400
Currais da Mó/Tomadias	Não	284,6	950			900